

DAN DORIANI

A VERDADE NA PRÁTICA

A verdade na prática © 2007, Editora Cultura Cristã. Título original *Putting the Truth to Work* © 2001 por Daniel M. Doriani. Traduzido e publicado com permissão da P&R Publishing, 1102 Marble Road, Phillipsburg, New Jersey, 08865, USA. Todos os direitos são reservados.

1ª edição – 2007
3.000 exemplares

Tradução
Elizabeth Stowel Charles Gomes

Revisão
Ailton de Assis Dutra
Claudete Água de Melo

Editoração
Ailton de Assis Dutra

Capa
Idéia Dois Design

Conselho Editorial
Cláudio Marra (*Presidente*), Ageu Cirilo de Magalhães Jr., Alex Barbosa Vieira, André Luiz Ramos, Fernando Hamilton Costa, Francisco Baptista de Mello, Francisco Solano Portela Neto, Mauro Fernando Meister e Valdeci da Silva Santos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Doriani, Daniel M. 1953 -

D696v A verdade na prática / Daniel M.Doriane [tradução Elizabeth Stowell Charles Gomes - São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

352p. ; 16x23 cm.

Tradução de Putting the truth to work
ISBN 85-7622-130-6

1. Bíblia – Manuseio 2. Vida cristã – Ensino Bíbilo. I.Doriani, Daniel M. II.Título.

CDD 21ed. – 248.43

EDITORA CULTURA CRISTÃ

Rua Miguel Teles Jr., 394 - CEP 01540-040 - São Paulo - SP
Caixa Postal 15.136 - CEP 01599-970 - São Paulo - SP
Fone: (11) 3207-7099 - Fax: (11) 3209-1255
Ligue grátis: 0800-0141963 - www.cep.org.br - cep@cep.org.br

Superintendente: Haveraldo Ferreira Vargas
Editor: Cláudio Antônio Batista Marra

Sumário

Prefácio 7

Introdução 11

1. A natureza da aplicação 23
2. Aplicação centrada em Deus 53
3. O intérprete 73
4. As sete fontes bíblicas da aplicação 97
5. Os quatro aspectos da aplicação 115
6. O uso das quatro perguntas 143

Interlúdio: Um breve lembrete sobre interpretação e contexto 181

7. Um plano para a aplicação de narrativa 183
8. Questões sobre a aplicação de textos narrativos 213
9. Um plano para a aplicação de doutrina 239
10. Um plano para a aplicação de textos éticos 267
11. Questões sobre a aplicação de textos éticos 287
12. Aplicação centrada em Cristo 307
13. A escolha do texto 335

Prefácio

Nos meus primeiros quinze anos como pregador, eu tinha métodos para interpretar a Bíblia, mas nenhum método para aplicá-la. Tinha a sensação de que, embora talvez Deus estivesse usando a minha pregação, eu mal sabia como. Como eu não tinha nenhum método, nunca sabia por que um sermão era bem-sucedido enquanto outro falhava (embora seja mais fácil analisar os desastres). Todo sucesso parecia um acidente, e todo fracasso, precursor de um grande desmascaramento: "Vejam só! Esse charlatão não tem a mínima idéia do que está fazendo!" Tinha a inquietante sensação de que poucos pastores tinham obtido mais progressos teóricos que eu. Os melhores pregadores dependiam da habilidade nua e crua, do instinto e de alguns ideais do coração, mas quando lhes era perguntado, ofereciam pouca orientação específica.

Duas experiências nos anos 90 mudaram a minha situação e deram incentivo a este projeto. Primeiro, em 1991, comecei a fazer parte do corpo docente do seminário teológico Covenant, uma comunidade que cultiva a teoria e a prática da pregação e, então, vi a possibilidade de obter orientação na área da aplicação bíblica. Em segundo lugar, em 1995, tive um ano sabático para completar um livro anterior sobre interpretação bíblica. Ao preparar o capítulo sobre aplicação, descobri que, em comparação com a profusão de excelentes trabalhos para os capítulos anteriores, a quantidade e a qualidade dos trabalhos caía vertiginosamente. Poucos estudiosos escreviam sobre a aplicação bíblica.

Na verdade, de 1950 a 1970, acadêmicos como Berkeley Mickelson, Bernard Ramm e Louis Berkhof ofereceram somente algumas sugestões já conhecidas de aplicação: evite o legalismo, ouça o Espírito, encontre princípios, conheça a cultura.[1] Nos anos 80, obras especializadas sobre poesia, parábolas, narrativa, diálogo e literatura de sabedoria ainda omitiam

1. Pouquíssimas páginas foram dedicadas à aplicação: por exemplo, Berkeley Mickelsen, *Interpreting the Bible* (Grand Rapids: Eerdmans, 1963), 6 de 379 (359-64); Bernard Ramm,

a aplicação.[2] As mais recentes introduções à interpretação geralmente acrescentam um capítulo sobre a aplicação.[3] Embora os volumes populares demonstrem maior interesse pela aplicação, e sérios estudiosos tenham começado a se interessar pelo assunto, as publicações sobre o assunto continuam poucas.[4]

Por que essa falta? Numa era de especialização, a aplicação cai pela fresta que separa a exegese, a ética e a homilética. A homilética enfatiza a comunicação, os exegetas descobrem o significado original e a ética tipicamente trabalha com princípios (amor, justiça, sabedoria) e dilemas (podemos "aprovar o aborto do nono filho, provavelmente deficiente mental, de uma mulher cujo marido acaba de abandoná-la?").[5] Os acadêmicos hesitam antes de publicar fora do seu campo de especialidade, deixando para outros a integração entre a exegese, a aplicação e a ética.[6] Os exegetas críticos hesitam em aplicar os textos de cuja historicidade ou veracidade duvidam. Talvez sem perceber, os estudiosos evangélicos imi-

---

Protestant Biblical Interpretation, 3ª ed. (Grand Rapids, Baker, 1970); 0 de 290; Louis Berkhof, *Principles of Biblical Interpretation* (Grand Rapids: Baker, 1950), 0 de 166.

2. Por exemplo, Gordon Fee, *New Testament Exegesis* (Filadélfia: Westminster, 1983), 3 das 136 páginas; Terrence Keegan, *Interpreting the Bible: A Popular Introduction to Biblical Hermeneutics* (Nova York: Paulist, 1985), 0 de 172; Peter Cotterell e Max Turner, *Linguistics and Biblical Interpretation* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1989), 0 de 332. William Larkin descreve a situação em *Culture and Biblical Hermeneutics* (Grand Rapids: Baker, 1988), pp.104-113.
3. Sidney Greidanus, *The Modern Preacher and the Ancient Text* (Grand Rapids: Eerdmans, 1988), 40 de 340 páginas; Grant Osborne, *The Hermeneutical Spiral* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1991) 25 de 435 páginas; William Klein, Craig Blomberg e Robert Hubbard, *Introduction to Biblical Interpretation* (Waco: Word, 1993), 26 de 400; Dan McCartney e Charles Clayton, *Let the Reader Understand: A Guide to Interpreting and Applying the Bible* (Wheaton, Ill.: Bridgeport, 1994) 30 de 290; James Voelz, *What Does This Mean? Principles of Interpretation in the Post-Modern World* (St. Louis: Concordia, 1995); Robertson McQuilkin, *Understanding and Applying the Bible* (Chicago: Moody, 1992), 40 de 334.
4. Os periódicos *Interpretation* e *Expository Times* têm publicado artigos sobre o assunto com certa freqüência. Veja, por exemplo, no último citado, a série "New Occasions Teach New Duties?" em 1994-95. Obras populares incluem Jack Kuhatschek, *Taking the Guesswork out of Applying the Bible* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1990); Jay Adams, *Truth Applied: Application in Preaching* (Grand Rapids: Ministry Resources Library, 1990); Dave Veerman, *How to Apply the Bible* (Wheaton, Ill.: Tyndale, 1993).
5. Gilbert Meilaender, *The Theory and Practice of Virtue* (Notre Dame, Ind.: Notre Dame University Press, 1984), pp.4,5.
6. A ética teológica é uma exceção, mas pouco influi sobre a hermenêutica evangélica. Os principais escritores tratam mais da ética do que fazem exegese e, assim, persiste ainda a lacuna entre estudos bíblicos e ética cristã. Além do mais, críticos como Bruce Birch, James Gustafson, Richard Hays, Eduard Lohse, Thomas Ogletree, Paul Ramsey, Larry Rasmussen e Wolfgang

tam o modelo dos críticos de estudo acadêmico imparcial, provavelmente na esperança de que seu ar de objetividade ganhe a aceitação dos outros.

Com apreensão, procuro preencher a lacuna entre a teologia pastoral e a acadêmica. Como ensino Hermenêutica e Novo Testamento e freqüentemente prego ou ensino nas igrejas, espero alcançar tanto a igreja quanto o mundo acadêmico. Os pastores talvez queiram saber que pastoreei dando tempo integral durante seis anos, servi como pastor temporário cinco vezes, e estou no pastorado auxiliar na minha igreja-mãe há oito anos. Os acadêmicos deverão saber que os meus companheiros de conversa são os mencionados nas notas.

Com júbilo, confesso as crenças centrais que estão por trás desta monografia. Creio que a Escritura foi escrita por pessoas inspiradas por Deus. A inspiração divina implica sua veracidade histórica, teológica e ética. A autoria humana implica que a Escritura dá retorno em sua investigação crítica da gramática, história, literatura, retórica e sociedade. Assim, defendo um uso criterioso das metodologias críticas, especialmente se ficarmos atentos às pressuposições que são antíteses à fé, como o anti-sobrenaturalismo do método histórico-crítico,[7] o agnosticismo histórico de alguma crítica literária e a negação da capacidade do autor humano de controlar o seu texto, negação essa encontrada no desconstrucionismo e em algumas outras críticas de resposta do leitor.[8]

Teologicamente, minha tradição evangélica, reformada, dirigida pela graça é o que me orienta. Lingüisticamente, creio que os autores podem alcançar seus objetivos.[9] Assim, falo da intenção do autor, sabendo que

---

Schrage dominam o campo, de modo que é pequena a influência sobre evangélicos. John Frame e David Jones representam os evangélicos nessa disciplina.

7. V. Phillips Long, *The Art of Biblical Narrative* (Grand Rapids: Zondervan, 1994), pp.110ss,123-125,134.

8. A crítica conservadora de resposta do leitor examina as respostas que o autor queria obter. Formas radicais se aproximam do desconstrucionismo, enfatizando que os textos são enigmáticos, indeterminados e "recalcitrantes", de modo que os leitores, controlados muito mais por sua comunidade de intérpretes do que pelo autor, completem o texto. Veja Robert Fowler, *Let the Reader Understand* (Minneapolis: Augsberg Fortress, 1991); Wolfgang Iser, *The Act of Reading: A Theory of Aesthetic Response* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978); Stephen Moore, *Literary Criticism and the Gospel: the Theoretical Challenge* (New Haven Yale University Press, 1989), pp.69-130; Anthony Thistelton, *New Horizons in Hermeneutics* (Grand Rapids, Zondervan, 1992), pp.515-555.

9. K. Vanhoozer, *Is There a Meaning in This Text?* (Grand Rapids: Zondervan, 1998); Thistelton, *New Horizons*, pp.558-562,597-602. Stanley Fish argumenta o contrário em *Is There a Text in*

os críticos da intenção do autor ainda esperam que os leitores vejam o significado intencionado *por eles*.[10] Desse modo, exploramos corretamente o significado atribuído pelos autores às suas obras.[11] Aplicações válidas para públicos contemporâneos correspondem às aplicações que os autores tencionavam para os seus leitores originais.[12]

É uma grande responsabilidade saber que são raros os tratamentos completos da aplicação. Com poucos precursores, espero que amigos e críticos fiquem sobre meus ombros pigmeus, corrijam as minhas falhas, e que continuem a seguir em frente. Para encurtar este livro, omiti os princípios básicos de interpretação (que foram tratados no seu volume companheiro, *Getting the Message*) e os efeitos do gênero literário sobre a aplicação.

Agradeço aos mestres do passado e colegas atuais por tudo que há de bom neste livro, especialmente aos leitores que ofereceram inúmeras sugestões benéficas. Agradeço em especial aos colegas do Covenant: Hans Bayer, David Calhoun, Bryan Chapell, Jack Collins e Michael Williams. Foram de grande valor os conselhos de Wilson Benton, Donald Carson, John Frame, Mark Futato, Dennis Johnson, Doug Madi, Scotty Smith, Kevin Vanhoozer, James Voelz, Bob Yarborough e muitos outros estudiosos. Meu assistente de pesquisa, Bryan Stewart, habilmente investigou muitas fontes. Agradeço à direção do seminário Covenant por ter-me concedido um período sabático para este projeto.

Abençôo minhas filhas, Abigail, Sarah e Beth, que "deixaram o papai estudar quando a porta estava fechada" – e souberam também quando desconsiderar essa ordem para uma conversa ou brincadeira. Dedico este livro à minha amada esposa, Debbie, que, enquanto eu escrevia este livro, chorava quando eu chorava e se regozijava quando eu me regozijava.

---

this Class? (Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1980). Ver também William K. Wimsatt, *The Verbal Icon* (Nova York: Noonday, 1954, 1966).

10. Ver D. A Carson, (Grand Rapids: Zondervan, 1996), pp.102,103.
11. Nem buscamos significados escondidos em tendências supostamente extraordinárias do grego ou do hebraico antigos. Ver Moisés Silva, *God, Language and Scripture* (Grand Rapids: Zondervan, 1990), pp.87-107.
12. Concordo, com ressalvas, com a distinção de E. D. Hirsch entre significado e significância (*Validity in Interpretation* [New Haven: Yale University Press, 1967]), mas ela será modificada na discussão de Krister Stendhal, John Frame e os limites confusos, no capítulo 1, pp.33-38.

Introdução

A Bíblia é relevante?

Às vezes, o aparente desencontro entre as duras questões da vida e o ensino da Escritura nos deixa desapontados. De um lado, temos regras claras de que ninguém parece precisar. Por exemplo, se tivermos um boi que tem o hábito de chifrar as pessoas, Êxodo 21 sugere fortemente que encontremos receitas para churrasco. Ou se, ao nos sentarmos à mesa para jantar, o nosso anfitrião diz: "A propósito, hoje cedo ofereci a carne do nosso prato principal a Zeus", 1 Coríntios 10 sugere que comamos só os legumes. Porém, quantos de nós somos donos de gado ou vivemos perto de um templo dedicado a Zeus? Por outro lado, é raro um simples versículo bíblico que responda às nossas perguntas éticas mais prementes. Por exemplo, não há nenhum versículo que diga como devemos tratar os operadores de *telemarketing* que nos telefonam querendo vender algo.

Na minha casa, nós discutimos essa questão. O ponto de vista nº 1 diz que os operadores de *telemarketing* são mal-educados, porque ligam de propósito à hora das refeições, e enganadores, porque geralmente encobrem a sua verdadeira intenção. Assim, não devemos nada a eles. Se algum deles telefona, assassinando o nosso nome ao dizer, por exemplo: "Alô, é da residência dos Dobraini?", podemos dizer: "Não, não é casa dos Dobraini. Até logo". Ou, se ele diz: "Alô, Sr. Dorundi, estou ligando da parte da companhia de jardinagem Mundo Fértil Acaba com as Pragas. Temos observado que no seu gramado há muitas ervas daninhas e gostaríamos de ajudá-lo a combater as pragas", posso dizer: "Talvez pareçam pragas, mas na verdade estamos promovendo a biodiversidade". O ponto de vista nº 2 diz que os vendedores por telefone estão apenas tentando ganhar o pão de cada dia. Eles talvez odeiem isso tanto quanto nós. Além do mais, Deus também criou os operadores de *telemarketing* à sua imagem. Devemos tratá-los bem.

Mudando totalmente de tema, a Bíblia esclarece os debates contemporâneos a respeito da masculinidade? Um homem deve ser durão, ou deve saber chorar? Deus favorece o estoicismo ou a expressividade? E como podem os homens mais jovens e expressivos entender seus pais estóicos? Meu pai pertence a uma geração estóica que cresceu durante a Grande Depressão e serviu na Segunda Guerra Mundial. Meu pai me ama, mas eu não me lembro de tê-lo ouvido dizer isso com palavras. Ele tem orgulho de mim, mas a sua geração tinha medo de estragar os filhos se os elogiassem e, assim, meus irmãos e eu raramente ouvimos algum elogio da parte do pai enquanto estávamos crescendo. Homens criados em lares como o nosso, muitas vezes possuem uma estranha mistura de auto-suficiência e desdém pela adulação por um lado, e do outro, uma desesperada esperança de que alguém os ame e os aceite com todos os seus defeitos. Digo tantas vezes às minhas filhas que as amo e tenho orgulho delas que às vezes me pergunto se exagero. Talvez eu devesse elogiá-las em momentos especiais, como as pessoas que, a fim de obter o máximo efeito, usam suas jóias somente duas vezes por ano. O que será melhor, o duro estoicismo que fortalece os homens para agüentar a pobreza e a guerra, ou a sensível expressividade que dá às famílias duas pessoas carinhosas?

Podemos esperar que a Bíblia ofereça resposta às perguntas sobre telefones, emoções e coisas afins? A prática nos diz que não. Os homens conversam sobre essas coisas, mas os pastores raramente as avaliam. Até certo ponto, isso está certo. A Bíblia não é um livro de respostas às dúvidas da vida. O ministério de ensino da igreja deve focalizar a salvação e o reino de Deus, não as nossas emoções.

Ainda assim, os pastores fariam melhor se oferecessem aconselhamento prático. Em algumas igrejas, texto após texto levanta as mesmas poucas aplicações: sejam santos, sejam fiéis, sejam consagrados. Semana após semana, os crentes ouvem que devem servir melhor, testemunhar mais, estudar a Bíblia mais a fundo, sustentar melhor a igreja. Pior, alguns pastores são repetitivos *e* superficiais, tratando dos mesmos poucos assuntos nos mesmos fracos termos. Mesmo que evitem o crime máximo de difundir a falsidade, eles cometem o segundo crime mais importante de tornar o Cristianismo maçante e irrelevante.

Tanto acadêmicos quanto pastores contribuem para o problema. Os acadêmicos confessam que pensam muito pouco sobre a relevância das

Escrituras. Um deles comentou que a habilidade na aplicação é mais apreendida do que ensinada, acrescentando: "Mas a boa aplicação muitas vezes parece difícil de ser encontrada, muito menos apreendida".[1] Outro admite que os estudiosos têm negligenciado o assunto: "As discussões sobre hermenêutica bíblica têm dado certa direção quanto ao modo de elucidar o que diz o texto – em seu significado original e significância para os leitores originais". Eles pouco fizeram, porém, para passar "do que disse o texto para o que o texto diz hoje".[2]

Os pastores também são responsáveis. Alguns, enganados pela aparente simplicidade da aplicação, dão menos que seu melhor esforço para a tarefa. Pastores talentosos, conhecedores da Escritura e da natureza humana, prontamente desenvolvem pontos a partir de determinadas passagens. Porém, sem método, a inteligência e o instinto não sustentam os textos mais difíceis. As crises diárias tiram o tempo de estudo e suplantam o ministério da palavra. Às vezes – tanto para os professores quanto para os pastores –, estar muito ocupado é um modo de mascarar a preguiça intelectual; a reflexão séria sobre questões complexas é um trabalho muito mais difícil do que freqüentar reuniões. As habilidades exegéticas sofrem erosão, mas quem percebe, a curto prazo, quando abreviamos a árdua tarefa da interpretação?

Alguns, quando no início da preparação do sermão, resolvem de antemão o que a igreja precisa ouvir, e procuram um texto adequado a seus propósitos. Ansiosos por desenvolver a *sua* mensagem, prestam pouca atenção ao texto. Se, na sexta-feira, percebem que o texto "não funciona", pior para o texto. Se as idéias do pastor permanecem basicamente bíblicas, se ele conhece a sua congregação, os danos são reduzidos. A intuição permite até mesmo ao professor negligente entregar algumas mensagens válidas. O que acontece, porém, quando seca o poço da intuição? A negligência habitual é tóxica. Temas confortáveis e de moda surgem com regularidade, cobertos pelo verniz de textos-prova. Os sermões se tornam uma conversa repetitiva e antropocêntrica, que busca a aprovação dos desejos caídos e ignora todo o conselho de Deus.

1. William Klein, Craig Blomberg e Robert Hubbard, *Introduction to Biblical Interpretation* (Waco: Word, 1993), p.403.
2. I. H. Marshall, "The Use of the New Testament in Christian Ethics", *Expository Times*, 105:5 (fevereiro 1994), p.136.

A igreja merece mais. Para edificar novamente, porém, precisamos melhores métodos, baseados nos pontos de partida ou preposições corretos. A maior parte deste livro descreverá os métodos, mas precisamos primeiramente descrever a base trifacetada sobre a qual repousa o nosso entendimento da relevância da Bíblia. Essas três facetas, que mais presumimos que explicamos na maior parte desta monografia, são a exegese, a aliança e a graça.

Fundamentos para a relevância da Escritura

Exegese

A aplicação habilidosa repousa sobre a interpretação habilidosa. Não podemos querer descobrir o significado contemporâneo da Bíblia a não ser que conheçamos o seu significado original. Ainda assim, este livro não ensina habilidades exegéticas, mas as pressupõe. Ele não faz exegese nem demonstra o processo todo – apenas colhe os resultados. A minha decisão de pressupor que o leitor possui artes exegéticas e as usará para suplementar as minhas explicações, não significa que eu desvalorize essas artes. Com essas artes, movemo-nos do significado original até a relevância contemporânea das Escrituras. Se a nossa busca da relevância da Escritura nos leva a saltar para perguntas subjetivas – "O que esse texto diz para mim?" –, certamente faremos moralismos, certamente encontraremos passagens que dizem coisas da moda ou que servem a propósitos egoístas. Se o tempo permitisse, reveríamos todos os passos da exegese para garantir profundidade e variedade na aplicação. Em vez disso, dou a minha palavra de que fiz a exegese das passagens que cito, muitas vezes de modo bem mais detalhado do que aparece na página. Em segundo lugar, insisto com o leitor que quer refrescar o seu conhecimento da interpretação que procure o meu livro sobre interpretação, *Getting the Message*.

Entre os aspectos da exegese, o domínio dos contextos é fundamental. "Contexto" tem diversos significados. No momento, temos de considerar o contexto histórico-redentor dos acontecimentos e escritos bíblicos. Esse contexto histórico-redentor localiza palavras ou acontecimentos dentro da história de Israel, dentro do plano de revelação e salvação que se abre. Quando analisamos um acontecimento ou uma palavra dos porta-vozes de Deus, devemos sempre perguntar como os ouvintes originais mais

provavelmente o entenderam. Isso requer conhecimento da cultura, da língua e da posição espiritual deles. Por "posição espiritual", quero dizer "Onde eles se encontram na história da aliança?"

Aliança

Para saber onde as pessoas se encontram na história da aliança, precisamos verificar a história e a estrutura da época. O que Deus tinha dito ou feito recentemente? Como o povo respondeu? Quanta revelação tinha esse povo? Eles a entenderam? Apropriaram-se dela? Eram fiéis ou infiéis, prósperos ou oprimidos? Que sistemas alternativos de fé e conduta tentavam esse povo? Eles concordavam com seus líderes ou se opunham a eles?

Há diversos modos de usar o conceito de aliança para classificar as pessoas. O meio mais simples (para não dizer o menos útil) é: (1) pré-queda; (2) caídos, não-redimidos; (3) caídos, redimidos; (4) glorificados. Ou, podemos perguntar se uma pessoa vivia ou se um acontecimento ocorreu sob a aliança com Adão, Noé, Abraão, Moisés, Davi ou Cristo. É claro, podemos buscar maiores detalhes. Por exemplo, Elias se encaixa na aliança davídica, no reino dividido, no reino do norte, no movimento profético inicial (não escrito) quando Israel havia, sob Acabe, recentemente feito a transição do falso culto ostensivamente dedicado ao Deus verdadeiro para o culto de divindades estrangeiras. Os pastores devem saber essas coisas como as crianças de 11 anos sabem a tabuada de multiplicação.

Por mais valioso que seja utilizar o conceito de aliança para a localização histórica, o seu uso para localização teológica é maior ainda. O povo em vista se encontra dentro ou fora da aliança da graça de Deus? Se estiver fora da aliança, a principal aplicação é "Arrependam-se e creiam". Se estiver dentro, a aplicação começa com a lembrança de que "Deus o ama e o chama para um relacionamento com ele. Sua graça dá força para segui-lo e o motiva a servi-lo".

Deus lembra às pessoas de dentro da aliança a motivação para a obediência. No Sinai, antes de dar a lei, ele diz:

> Tendes visto o que fiz aos egípcios, como vos levei sobre asas de águia e vos cheguei a mim. Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, então, sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos; porque toda a terra é minha; vós me sereis reino de sacerdotes e nação santa... Eu sou o SENHOR, teu

> Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de mim. (Êx 19.4-6; 20.2,3)

Os apóstolos usaram linguagem semelhante ao declarar: "Nós amamos porque ele [Deus] nos amou primeiro" (1Jo 4.19) e "Pois o amor de Cristo nos constrange... para que os que vivem não vivam mais para si mesmos, mas para aquele que por eles morreu e ressuscitou" (2Co 5.14,15). Assim, a graça de Deus nos capacita e nos impele a viver por ele. Contudo, há meios de pensar na motivação que corrompem parcialmente motivos como os da aliança e da graça.

Graça

Se perguntássemos a um grupo de crentes comuns por que obedecem a Deus, algumas respostas poderiam ser: "Porque ele é Deus e nós devemos-lhe obediência", "Porque eu o amo", "Porque o pecado leva a problemas", "Porque temo a ira de Deus", "Porque quero que ele me abençoe". Cada uma dessas respostas tem o potencial de levar a uma direção nobre ou ignóbil. Para que vejamos isso mais claramente, vamos rotular os motivos da obediência de caminhos de sabedoria, de confiança, de gratidão, de mérito, de temor e de amor.

O *caminho da sabedoria* afirma ser razoável obedecer à lei de Deus, porque ele criou todas as coisas e sabe como elas funcionam. Esperamos que os mandamentos de Deus sejam efetivos, que nos tragam o bem.

O *caminho da confiança* crê que Deus nos ama e jamais nos enganaria. Comportamo-nos conforme a direção divina, mesmo quando não faz sentido, porque confiamos que ele fará com que dê certo.

O *caminho da gratidão* julga ser certo obedecer a Deus sem reservas, porque Deus se entregou por nós, sem reservas, quando nos redimiu. Porque ele tanto fez por nós, devemos fazer muito por ele, por sermos gratos e por um sentido de obrigação para com ele.

Cada um desses motivos é válido em sua essência, embora cada um possa ter uma distorção egoísta. Nos primeiros dois, pode ser que obedeçamos principalmente porque queremos obter benefícios disso; podemos obedecer mais pelos dons do que pelo doador. No terceiro, podemos obedecer apenas por cumprir um dever. Os três podem compartilhar muito com o *caminho do merecimento,* em que as pessoas obedecem a Deus para obter o seu favor ou evitar a sua ira.

Alguns acham que o *caminho do temor* seja tão deficiente quanto o caminho do merecimento. Conforme enxergam, o temor leva as pessoas a obedecer a Deus apenas para se livrar do castigo. Na Bíblia, porém, o temor é muito mais que isso. Os que duvidam do valor do temor estão certos em dizer que Deus muitas vezes nos diz para "não temer". Podem citar o dito de João: "No amor não existe medo; antes, o perfeito amor lança fora o medo. Ora, o medo produz tormento" (1Jo 4.18). Porém, outros trechos bíblicos ordenam o temor do Senhor. Provérbios diz que o temor do Senhor é o princípio do conhecimento (Pv 1.7) e da sabedoria (Pv 9.10). Os Salmos muitas vezes bendizem os que temem ao Senhor (p. ex., Sl 25.12-14; 33.18; 34.7-9; 112.1). No Novo Testamento, Jesus, Paulo, o autor de Hebreus, Pedro e João, todos mandam os ouvintes temer a Deus (Mt 10.28; Lc 12.5; Rm 11.20,21; Ef 5.21; Hb 4.1; 12.28; 1Pe 2.17; Ap 14.7). Surpreendentemente, Hebreus 5.7 diz que as orações de Jesus foram respondidas por causa do seu "reverente temor" [Assim na versão da Bíblia usada pelo autor; na versão ARA: "por causa da sua piedade" – N.R.].[3]

Classicamente, os teólogos resolvem esse dilema – devemos ou não temer a Deus? – distinguindo o temor servil do temor filial. O exemplo máximo de temor servil é o do escravo que se curva de medo ante um senhor zangado. O temor servil deve ser estranho ao crente autêntico, porque Jesus nos libertou de todo castigo.[4] O temor filial, porém, é temor misturado ao afeto. O temor filial faz com que filhos respeitosos pensem duas vezes antes de desonrar os pais e faz o estudante trabalhar com maior afinco para o professor estimado. O temor filial produz a reverente obediência a Deus.[5]

A discussão sobre o temor deve esclarecer também o papel da sabedoria, da confiança e da gratidão como motivações cristãs. Todos esses quatro podem dar uma inclinação egoísta e empalidecem ante o caminho do amor. É mais nobre obedecer a Deus por ele mesmo, por amor a ele.

3. É curioso que a Nova Versão Internacional traduza esses três textos de Hebreus sem usar o termo "temor", embora o grego esteja bastante claro, usando *phobeomai* em 4.1 e *eulabeia* (temor reverente ou temor respeitoso) em 5.7 e 12.28.
4. É claro que os descrentes estariam melhor se tivessem esse tipo de temor em lugar de desdém para com Deus. Como dizem Isaías 8 e Hebreus 6, 10 e 12, os que professam falsamente a fé devem ter medo da ira de Deus.
5. Esse motivo é tão forte no Antigo Testamento que temer a Deus é quase sinônimo de obedecer a ele (p. ex., em Dt 5.29; 6.2; 10.12; Pv 3.7; Is 8.12-15).

Conforme disse Bernardo de Clairvaux, nós persuadimos os *relutantes* com promessas e recompensas, não os que se dispõem. Quem oferece aos homens recompensa por fazer o que querem? Pagamos aos famintos para que comam? Assim também, se exigimos benefícios para obedecer a Deus, talvez amemos mais os benefícios do que amamos a Deus.[6] Contudo, assim como o temor possui papel válido, quando coberto pelo amor, assim também a sabedoria, a confiança e a gratidão podem ser motivos honrados para a obediência se forem principalmente resposta à sua amável graça.

O caminho do merecimento é o único motivo não-redimível para a obediência. Tome, por exemplo, os homens mencionados acima, criados por pais que nunca disseram amá-los. Esses homens têm fome do louvor dos pais. Eles anseiam ser tão bons que o pai tenha de dizer: "Eu o amo; tenho orgulho de você". Talvez, porém, o pai não possa dizer essas palavras. Talvez o pai já tenha morrido. Nenhum ser humano pode satisfazer a fome deles. O remédio está no evangelho, que proclama que o Pai celeste os ama incondicionalmente. Quando nos alienamos dele, ele nos reconciliou consigo mesmo. Ele nos adotou como filhos, nos recebeu em sua família e agora anuncia com orgulho: "Aqui estou eu e os filhos que Deus me deu" (Hb 2.11-13).

Ser motivado pela graça é servir a Deus por amor que responde ao amor que ele nos deu primeiro. É dar a Deus da abundância que ele nos deu primeiro. Sua redenção libertou-nos do poder do pecado. Sua justificação curou a culpa e a condenação que sofríamos pelo pecado. Sua reconciliação eliminou a alienação do pecado. Sua adoção resolveu a solidão do pecado.

Falo aqui da motivação para a obediência que a graça nos dá, porque é essencial para o uso correto de tudo o que se segue. Este não é um livro devocional, mas não posso entregar um texto sobre a relevância das Escrituras sem iniciar com a graça, pois a graça é essencial à nossa santificação, assim como o é para a nossa justificação. Nossa desobediência nos condena, mas sem motivações do evangelho, também nos condenará a nossa "justiça". A salvação é pela graça, do começo ao fim. Nós nunca superamos a nossa necessidade do evangelho.

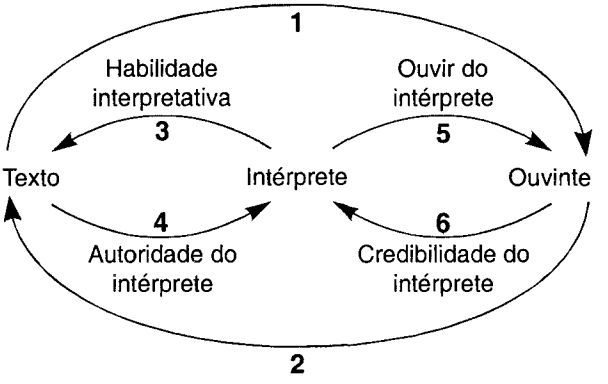
---

6. Bernardo de Clairvaux, *On Loving God* (Kalamazoo, Mich.: Cistercian Brothers, 1973, 1995), 7.17.

UM PLANO PARA DEMONSTRAR A RELEVÂNCIA DA ESCRITURA

Os três elementos principais da aplicação são o texto, o intérprete e o ouvinte. O intérprete é um mediador, que leva a mensagem do texto para o povo (figura 1, seta 1; ver capítulo 4), mas que também leva as perguntas e as necessidades reais dos ouvintes para o texto (seta 2, capítulos 5, 6 e 12). O intérprete encontra o significado do texto usando a sua habilidade interpretativa (seta 3, ver Doriani, *Getting the Message*). Mas o texto só opera eficazmente quando exerce a sua autoridade sobre o intérprete, que atende a sua mensagem, quer ela lhe pareça agradável ou não (seta 4, capítulo 3). O intérprete leva a mensagem mais efetivamente ao ouvinte quando escuta as perguntas do ouvinte e distingue entre as suas verdadeiras necessidades e as necessidades sentidas (seta 5, capítulos 3 e 12). Finalmente, o ouvinte aproveita mais de seu mestre quando o caráter do mestre lhe dá credibilidade espiritual (seta 6, capítulo 3).

FIG. 1
MODELO GERAL DE APLICAÇÃO



Os capítulos 1 e 2 estabelecem certos fundamentos teóricos para a aplicação da Escritura. O capítulo 3 examina as características e habilidades que capacitam o intérprete a ouvir a Bíblia, entender as necessidades dos ouvintes e obter uma boa audição. O capítulo 4 explica os sete modos pelos quais os textos bíblicos geram aplicações: por regras morais, ideais éticos, declarações doutrinárias, atos redentores na narrativa, atos exemplares em narrativas, símbolos, cânticos e orações. Os capítulos 5 e 6 mostram que a

boa aplicação responde quatro classes de perguntas éticas: (1) O que devo fazer? (2) O que devo ser? (3) Onde devemos ir? (4) Como posso discernir o certo do errado numa sociedade com visões contrárias de moralidade?

Os capítulos 7 a 11 apresentam métodos que apliquem as narrativas, passagens doutrinárias e passagens éticas, estabelecendo também fundamentos teóricos para os métodos propostos. Os que querem encontrar neste livro os capítulos sobre como fazer, procurarão os capítulos 7 (narrativa), 9 (doutrina), 10 (ética) e 12 (como apresentar Cristo). Se a exegese, a graça e a aliança são os fundamentos dessa monografia, a apresentação de Cristo é sua pedra fundamental. Ao discutirmos o assunto, colheremos destaques dos capítulos anteriores e os aplicaremos às discussões contemporâneas quanto ao melhor modo de proclamar a Escritura para levar as pessoas a Cristo.

Para aproveitar ao máximo os capítulos que ensinam como fazer, o leitor simplesmente tem de saber como interpretar a Bíblia, a começar do contexto. É mais comum a interpretação errada quando o professor tenta tirar ensinamentos bíblicos fora do seu contexto para servir a necessidades percebidas. Claro, os sermões geralmente começam corretamente com ilustrações que sugiram a ligação entre o mundo bíblico e o nosso mundo. O pastor precisa mostrar como a Escritura trata da queda e da carência da humanidade. Porém, ainda que um sermão comece com a demonstração da relevância do texto, os mestres precisarão já ter estudado o texto, a começar pelo contexto. Na verdade, se dominarmos as diversas facetas do contexto, evitaremos uma fileira de erros e experimentaremos uma cascata de virtudes interpretativas.

O termo "contexto" possui dois sentidos distintos, que denomino de contexto literário e contexto histórico.[7] O contexto literário, ou "co-texto" é o conjunto de palavras, sentenças, parágrafos ou capítulos que precedem e seguem o texto. A investigação do contexto literário examina o modo como uma passagem se enquadra dentro dos propósitos do livro como um todo, como trata seções anteriores e posteriores, e como amplifica ou modifica os temas do livro. Ele nos diz por que uma passagem se encontra ali e em nenhum outro lugar.

7. Daniel M. Doriani, *Getting the Message* (Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 1996), pp.29-59.

O contexto histórico é o ambiente da passagem dentro de uma cultura, espaço e tempo. A pergunta "Onde estamos?" engloba costumes, línguas, estruturas sociais, modelos de família, economia, geografia, clima e arquitetura. Baseia os acontecimentos e os ensinamentos bíblicos no seu tempo e lugar, mostrando como a Bíblia se encaixa e altera o seu mundo. Lembra-nos que não existe uma "cultura bíblica" monolítica, pois a terra e o povo de Israel mudaram ao longo da História. Por exemplo, a população da Palestina aumentou muito entre a primeira estada de Abraão e a conquista de Josué mais de quinhentos anos depois. Do mesmo modo, Jerusalém era uma cidadela isolada nos dias de Davi, mas uma cidade com imensas influências greco-romanas nos dias de Jesus.

As culturas são complexas. É enganoso, por exemplo, pensar que os escribas, fariseus, sacerdotes e herodianos constituíssem um grupo monolítico de líderes judeus que se opunham a Jesus. Havia divisões entre os grupos e fissuras dentro dessas divisões. Assim também, para se entender 1 Coríntios, precisamos conhecer os diversos partidos dentro da igreja. Livros como Números, Jeremias, Gálatas e Coríntios também provocam perguntas sobre os complexos relacionamentos entre os autores e seus leitores.

Ademais, Deus lida com o seu povo mediante alianças que se sobrepuseram. Depois da Queda, a promessa de Deus de redimir a humanidade se desenvolveu pelo chamado de Deus a Abraão e o crescimento subseqüente do clã dos patriarcas em Canaã e no Egito. Depois do crescimento numérico ali, Deus levou o povo para fora do Egito sob a direção de Moisés e fez deles uma nação. Deus tinha o plano de fazer de Israel o seu povo santo, seu tesouro – uma luz para as nações. Depois que Israel foi desleal durante a teocracia, Deus estabeleceu uma aliança com Davi: ele e seus descendentes reinariam perpetuamente por meio do Filho mais importante de Davi. Mas Israel continuou sua rebeldia contra Deus. As pessoas adoravam ídolos, os reis reinavam injustamente, os sacerdotes os apoiavam em silêncio. Assim, Deus os castigou, permitindo que Israel se dividisse em reino do norte e reino do sul. Eles enfraqueceram e caíram em mais rebeldia. Deus castigou o norte, dissolvendo-o mediante a invasão assíria, e o reino sul com o exílio da Babilônia. Mais tarde, Deus restaurou parcialmente a Israel. Sob liderança de Esdras e Neemias, o povo experimentou a bênção da prometida nova aliança.

Contudo, quando João e Jesus iniciaram seus ministérios, a nação mal experimentara a restauração prometida pelos profetas. Os judeus viviam

dentro das estruturas da aliança mosaica durante o ministério de Jesus, mas quando veio Jesus, a nova aliança – e o reino de Deus – começaram a entrar no mundo. A morte e a ressurreição de Jesus, juntamente com o Pentecoste, constituem um conjunto de acontecimentos que estabeleceu uma nova aliança, uma nova fase na vida da fé. Depois deles, cada acontecimento ou palavra de revelação cai dentro da situação particular histórica-redentora que permanece até a volta de Cristo.

1

A NATUREZA DA APLICAÇÃO

Muito tempo atrás, havia um reino chamado Biblialândia. Era um belo país, povoado por pessoas boas e trabalhadoras, mas um rio passava por toda a sua extensão, dividindo o país em duas províncias. Em alguns lugares, o rio era calmo, e as pessoas o atravessavam livremente, lucrando muito com as conversas e o comércio. Em outras partes, porém, o rio tinha correntezas traiçoeiras que levavam para longe até os melhores nadadores e as mais fortes pontes. Em algumas regiões, as torrentes sinuosas cortaram profundas gargantas que eram largas demais para serem atravessadas.

Nessas regiões, embora as pessoas separadas da Biblialândia ainda honrassem umas às outras, achavam difícil fazer comércio, quer de objetos, quer de sabedoria. Eles não se tornaram exatamente pobres, mas sabiam que eram mais pobres do que os seus concidadãos das regiões em que o rio era mais raso e menos perigoso. Sem o intercâmbio de idéias e bens, elas desenvolveram métodos cada vez mais diferentes de lavoura e manufatura, até que, com o passar dos anos, mal conseguiam compreender os modos das outras nas ocasiões em que se encontravam. Frustradas, algumas duvidavam que devessem tentar atravessar o rio. Pessoas mais sábias, porém, confiadas nos relatos de excelente comércio em outras bandas, resolveram construir pontes para atravessar até mesmo os fossos mais difíceis e as águas mais profundas.[1]

1. De Gotthold Lessing, "On the Proof of the Spirit and of Power", em *Lessing's Theological Writings*, trad. e org. por Henry Chadwick (Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1957), p.55.

Este livro é para aqueles que querem atravessar um rio que representa barreiras para a comunicação da Palavra de Deus surgidas com o passar do tempo e devidas às mudanças de cultura e língua. Na linguagem alegórica, este livro é mais para construtores do que para arquitetos, para comunicadores mais que para teóricos. Haverá teoria no livro, mas esta enfocará os textos.[2] Porém, vamos primeiro ao que vem primeiro, começando com a natureza da aplicação bíblica centrada em Deus.

CONHECER DEUS E NOS CONFORMAR COM ELE

Uma abordagem centrada em Deus quanto à relevância das Escrituras tem dois focos: conhecer o Deus que nos redime e nos conformar a ele. Escreveu Jeremias:

> Assim diz o SENHOR:
> Não se glorie o sábio na sua sabedoria,
> nem o forte, na sua força,
> nem o rico, nas suas riquezas;
> mas o que se gloriar, glorie-se nisto:
> em me conhecer e saber
> que eu sou o SENHOR e faço misericórdia,
> juízo e justiça na terra;
> porque destas coisas me agrado,
> diz o SENHOR (Jr 9.23,24).

Disse Jesus: "E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste" (Jo 17.3). Diz Paulo: "para o conhecer [Cristo]" (Fp 3.10). O objetivo é conhecer a Deus, amá-lo (Dt 6.5; Mt 22.37), crer nele (Jo 20.31), andar nele em fidelidade (Mq 6.8) e tornar-nos progressivamente mais semelhantes a ele.[3] O velho homem com os seus feitos ... "se refaz para o pleno conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou" (Cl 3.9,10). O objetivo da nossa redenção

2. Fortes textos teóricos incluem Roger Lundin, *Disciplining Hermeneutics* (Grand Rapids: Eerdmans, 1997); e Kevin Vanhoozer, *Is There Meaning in This Text?* (Grand Rapids: Zondervan, 1998).
3. J. I. Packer, *Knowing God* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1973), pp.29-33.

é tornar-nos mais e mais semelhantes a Deus, mais como Cristo, que é a perfeita imagem de Deus (Rm 8.29; 2Co 3.18; Ef 4.22-24; Cl 3.9,10).[4]

Isso talvez pareça óbvio. Contudo, muitos crentes agem como se houvesse outro centro de aplicação. Para alguns, é a lei e a obediência. Devemos nos lembrar, porém, que o centro da lei é o próprio Deus. "Ame a Deus", diz o primeiro mandamento. "Ame o próximo como a si mesmo", diz o segundo. Mesmo que falhemos na obediência, a lei nos leva a ele, quando corremos a Cristo pedindo misericórdia.

Outros se concentram em saúde, felicidade, maturidade ou uma vida com propósito. Mas sabemos da futilidade de basearmo-nos em saúde, prazer ou significado ligado a coisas terrenas. Quem vive pelo prazer acabará concordando com Maria Antonieta: "Nada tem sabor". Viver pela saúde e pela existência transforma-se em tragédia: depois de um longo e vagaroso declínio, todo herói morre no final da história. Viver pelo significado e pela História é como o teatro do absurdo, histórias cheias de som e fúria, desprovidas de significado.

Perdemos a visão do centro da aplicação quando prometemos aos perdidos felicidade e maturidade. Felicidade e maturidade são *resultados* comuns da vida com Deus, mas não ousemos confundir os resultados com a essência. Conquanto o crente deva esperar gozar as bênçãos de Deus e encontrar alívio da natureza aprisionadora do pecado, o Príncipe da Paz promete também oposição e tribulação. Ele lança fogo sobre a terra (Lc 2.34; 12.4-12,49-53). O verdadeiro discípulo não busca, como o pagão, uma vida de prazer. No tempo de Jesus, os gentios corriam atrás de comida, bebida, roupa e vida longa (Mt 6.25-32). Do mesmo modo, hoje, os pagãos procuram o que é confortável, popular, proveitoso, pacífico e terapêutico. Jesus diz a ambos: "Buscai, pois, em primeiro lugar, o seu reino e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas" (v.33).

Assim, a aplicação bíblica promove um relacionamento com Deus e conformidade a ele. Honramos a lei porque exaltamos a Deus, que a deu e se revela nela. Honramos a virtude porque virtude é conformidade com o caráter de Deus (não simplesmente porque ninguém pode tirá-la de nós). Esse objetivo duplo de conhecer Deus e nos conformar a ele perpassa toda a Escritura, desde o Éden e o Sinai até os ensinamentos de

4. Anthony Hoekema, *Created in God's Image* (Grand Rapids: Eerdmans, 1986), p.28.

Jesus e de Paulo. Quando Deus falou a Adão e andou com ele no jardim antes da Queda, Adão e Eva precisavam apenas manter a sua conformidade ao caráter de Deus, que os criara à sua imagem e semelhança, santos, justos governantes do mundo.[5] A Queda, porém, fala do fracasso de Adão de conhecer Deus o suficiente para confiar nele.

No Sinai, Deus estabelece uma aliança com a recém-nascida nação de Israel. A aliança começa com o conhecimento de Israel do seu relacionamento com Deus: "Eu sou o SENHOR, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão" (Êx 20.2). Os primeiros mandamentos solidificam o relacionamento que é marcado por amor e honra. "Não terás outros deuses diante de mim" quer dizer que Israel deve lealdade exclusiva a Deus. Qualquer quebra dessa lealdade é "um tapa na cara" de Deus, para usarmos a linguagem de hoje.[6] "Não farás imagens" significa que não devemos fabricar Deus em imagens da nossa escolha. Deus fez uma imagem de si mesmo – a humanidade. Agora ele proíbe que façamos outra. "Não tomarás o nome do SENHOR teu Deus em vão" quer dizer, entre outras coisas, que jamais devemos dizer com superficialidade que adoramos a Deus ou pertencemos a ele.

Os últimos mandamentos instruem os fiéis a se conformar à pessoa e ao padrão de atividade divinos. Isso fica mais claro nos sexto a décimo mandamentos:

- Deus diz "não matarás" porque é ele quem dá a vida física e espiritual.
- Ele diz "não adulterarás" porque ele é fiel para com o seu povo.
- Ele ordena "não furtarás" porque é um Deus que tudo dá, enviando sol, chuva e a fertilidade da terra a todos.
- Deus manda "não dirás falso testemunho" porque ele é a verdade e sua palavra é verdade.
- Deus diz "Não cobiçarás" porque é generoso e se deleita em dar boas dádivas a seus filhos.

---

5. Hoekema, *God's Image,* pp.11-15,28-31,79-83; John Laidlaw, *The Biblical Doctrine of Man* (Edimburgo: T. & T. Clark, 1895), pp.182-195; G. C. Berkouwer, *Man, The Image of God,* trad. por Dirk W. Jellema (Grand Rapids: Eerdmans, 1962), pp.88ss,100. Berkouwer nega que o domínio faça parte da imagem, pp.70-72.
6. Ver, por exemplo, S. R. Driver, *The Book of Exodus,* ed. rev. (Cambridge: Cambridge University Press, 1929), p.193; Godfrey Ashby, *Go Out and Meet God* (Grand Rapids: Eerdmans, 1998), 88; John I. Durham, *Exodus* (Waco: Word, 1987), pp.276,284.

Mesmo o quarto e o quinto mandamentos exigem que os nossos caminhos se harmonizem com o caminho de Deus. Trabalhamos seis dias e descansamos, porque Deus trabalhou seis dias e descansou. Honramos pai e mãe porque Deus concedeu dignidade e honra aos seres humanos, especialmente aos que exercem autoridade por ele.

Quando Jesus instruiu os discípulos no Sermão do Monte, ele, como o Pai no Sinai, exigiu que os seus seguidores se conformassem a ele.[7] Isso fica especialmente claro nas bem-aventuranças, em que Jesus abençoa características que mais tarde os evangelhos atribuem a ele.

- Jesus abençoa os que choram. Ele chorou sobre Israel, uma nação de ovelhas sem pastor, nação essa que não permitia que ele juntasse seus filhos sob as suas asas (Mt 9.36; 23.37).
- Jesus abençoa os mansos (*praüs*) e diz "Eu sou manso [*praüs*] e humilde", porque ele coloca uma canga leve sobre o seu povo (Mt 11.28-30).
- Jesus abençoa os que têm fome e sede de justiça. Ele recebeu o batismo, não por necessidade, mas para cumprir toda a justiça (Mt 3.15). Ele cumpriu a Lei e os Profetas, pessoalmente e em seus discípulos, para que sua justiça excedesse a dos escribas e fariseus (5.17-20).
- Jesus abençoa os misericordiosos. Sua misericórdia e compaixão (Mt 14.14; 15.22,32; 17.15; 20.30,31,34; Mc 5.19; Lc 7.13; 17.13) levaram-no a ajudar os necessitados.
- Ele abençoa os limpos de coração. Ele era tão puro que seus inimigos não encontravam acusação plausível contra ele no tribunal (Mt 26.59,60), tão puro que ousou convidar os inimigos a convencê-lo do pecado (Jo 8.46).[8]
- Jesus abençoa os pacificadores. Ele curava as pessoas e as despedia em paz (Mc 5.34; Lc 7.50). Ele concedeu paz aos discípulos (Jo 14.27; 16.33; Lc 24.36) e autorizou os discípulos a conceder paz sobre Israel (Mt 10.13), embora não a qualquer custo (10.34).
- Jesus abençoa os perseguidos. Ele foi perseguido até a morte, apesar da sua inocência.

7. Ver W. D. Davies e Dale Allison, *The Gospel According to Saint Matthew*, 3 vols. (Edimburgo: T. & T. Clark, 1988) 1:467; W. D. Davies, *The Setting of the Sermon on the Mount* (Cambridge: Cambridge University Press, 1964), pp.95,96.
8. No julgamento, as testemunhas de acusação eram tão fracas que o sumo sacerdote acabou tendo de pedir que ele condenasse a si mesmo (Mt 26.57-66).

Jesus deixou de atribuir só uma bem-aventurança a si mesmo: "Bem-aventurados os pobres de espírito". Mas se, como acredita a maioria dos intérpretes, pobreza de espírito seja consciência da própria necessidade espiritual, entendemos o motivo disso.[9] Por mais que progridamos em direção a Jesus, permanece um abismo entre Criador e criatura, entre Redentor e redimido. Contudo, Jesus é a ponte sobre esse abismo pelo amor e pela sua identificação com os pobres de espírito, ensinando, curando e jantando com eles – conosco.

As cartas de Paulo propõem o mesmo ideal do conhecimento de Deus e conformidade à sua imagem. Os efésios conhecem o Filho de Deus e se tornam maduros atingindo a "plenitude de Cristo" (Ef 4.13). Passam a "conhecer a Cristo" e assim se revestem do novo homem, "criado segundo Deus, em justiça e retidão procedentes da verdade" (4.20-24). Eles agora são "imitadores de Deus" que amam e perdoam uns aos outros como fez Cristo (4.32–5.2). O objetivo de Paulo é "conhecer [Cristo] e o poder de sua ressurreição, e a comunhão dos seus sofrimentos, conformando-se com ele na sua morte" (Fp 3.10). Os cristãos devem seguir o exemplo de Jesus, e nada fazer "por partidarismo... mas por humildade, considerando cada um os outros superiores a si mesmo", cuidando dos interesses do outro, porque foi assim que Cristo viveu entre nós (2.1-8). O nosso plano original será o nosso destino final, pois seremos feitos... "conforme à imagem de seu Filho" (Rm 8.29; ver também Fp 3.21; 1Jo 3.2). Começamos a progredir nisso, pois estamos sendo transformados à semelhança do Senhor (2Co 3.18). Toda a Escritura, portanto, enfoca um relacionamento com Deus e conformidade ao seu caráter.

O processo de tornar-nos mais parecidos com Deus começa e termina com a sua graça. Pela graça, Deus formou Israel para receber o Messias, que se encarnou e se ofereceu em propiciação pelo pecado. Pela graça, Jesus veio buscar e salvar o que havia se perdido (Lc 19.10). Pela graça, os apóstolos testemunharam, proclamaram e documentaram a sua história. Pela graça, Deus completou a boa obra começada em nós (Fp 1.6). O que oferecermos a Deus é resposta à sua misericórdia (Rm 12.1). É muito fácil o crente perder de vista a graça de Deus na sua santificação. Voltamos ao

9. Robert A Guelich, *The Sermon on the Mount* (Waco: Word, 1982), pp.97,98; John Stott, *The Sermon on the Mount* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1987), pp.31,32,38,39.

espírito do irmão mais velho, que se gabou e queixou-se de que há anos servia ao pai de graça (Lc 15.29). Como Pedro, perguntamos: "nós tudo deixamos e te seguimos; que será, pois, de nós?" (Mt 19.27). Mas a amargura e a alienação corrompem qualquer serviço que fale sobre anos de *servidão* a Deus. Sempre que perguntarmos: "o que vamos receber pelo nosso serviço?", corremos o risco de elevar o dom acima do doador. Se nada mais, os fariseus demonstraram como são perigosas a "religião" e as boas obras.

Quando exploramos teorias e métodos de aplicação, não podemos perder de vista a coisa principal. O relacionamento com Deus é central, acima de tudo o mais. Ainda assim, temos necessidade de uma teoria, a começar com um entendimento do que é a aplicação. Procederemos de modo dialético, partindo das definições e dos pontos de vista tradicionais até chegarmos à minha própria posição.

TEORIAS DE INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO

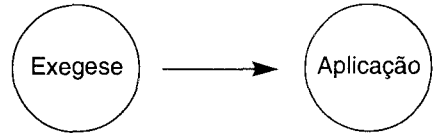
1. Ponto de vista tradicional: primeiro a exegese, depois a aplicação

O ponto de vista tradicional vê a aplicação bíblica como a última fase da interpretação bíblica. Nesse ponto de vista, a *interpretação* é o processo de procurar e reapresentar o significado completo que se pode compartilhar, que os autores desejam transmitir, especialmente nos casos difíceis.[10] Na interpretação, primeiro entendemos um texto ou uma declaração, depois o elucidamos, quer em palavras semelhantes ou não ao original, a fim de transmitir o seu significado.[11] Sob esse ponto de vista, partes da Escritura estão claras, mas para navegar pelo mundo da história e da poesia bíblicas, precisamos também de conhecimento especializado, assim como os cidadãos comuns necessitam quando navegam pelos mundos do direito civil ou do jogo de críquete. *Hermenêutica* é a teoria por trás da interpretação. Ela fornece estratégias para uma transcendência parcial do nosso tempo e uma reentrada no mundo da Escritura. Ela fica a um passo do

10. O conceito de possibilidade de transmissão exclui coisas que nem a impressão nem a fala podem transmitir inteiramente – o sabor do abricó, a vista do cume da montanha, a maravilha de um milagre. Ver, de D. P. Fuller, "History of Interpretation" em *International Standard Bible Encyclopedia,* org. por Geoffrey W. Bromiley (Grand Rapids: Eerdmans, 1979-88), 2:863.

11. De Robert Morgan, *Biblical Interpretation* (Nova York: Oxford University Press, 1988), pp.1,2.

FIG. 2
A EXEGESE PRECEDE A APLICAÇÃO



texto, considerando como ocorre a interpretação e estabelece princípios para a exegese e aplicação corretas.[12]

Essa visão tradicional diz que a interpretação tem dois aspectos (fig. 2). A *exegese* é a exposição da Escritura, que descobre o significado do texto – a intenção do autor – no seu ambiente original.[13] A *aplicação* repousa sobre a exegese. Se a exegese determina o que significa o texto, a aplicação examina o que ele significa. Ela articula o *significado,* as implicações, a relevância da verdade bíblica.[14] Descreve os *efeitos* intencionados da verdade. Se a exegese determina o "que" de uma passagem, a aplicação examina o "portanto o que". Se a exegese descreve, a aplicação dá a receita.

Krister Stendahl resumiu esse ponto de vista ao dizer: "Quando o teólogo bíblico se interessa principalmente pelo significado atual, ele implícita ou explicitamente perde o seu entusiasmo... pela tarefa descritiva". A teologia bíblica só pode avançar quando os intérpretes retêm um sentido da "distância e singularidade do pensamento bíblico", aceitando, diz ele, "que a nossa única preocupação é descobrir o que significavam essas palavras" pela utilização de métodos agradáveis "tanto a crentes quanto a agnósticos". Somente quando os intérpretes deixam de misturar as duas

12. Gerhard Maier, *Biblical Hermeneutics*, trad. por Robert Yarbrough (Wheaton, Ill.: Crossway, 1994), pp.15-20.

13. Uma excelente defesa da competência autoral e da possibilidade de comunicação é Vanhoozer: *Is There a Meaning in this Text?* Observe que o ato do crítico de *escrever* que "a comunicação confiável pela escrita é impossível" é quase autocontraditório. Mesmo os que negam interesse pela intenção do autor esperam que os *seus* leitores se interessem por *suas* intenções. Toda escrita pressupõe que, pelo menos de modo modesto, a comunicação efetiva seja possível.

14. Uso o termo "relevância" com quase o mesmo significado de aplicação e quero dizer simplesmente o significado ou as conseqüências da verdade bíblica. Meu uso não está ligado ao Movimento de Crescimento de Igrejas, cujo objetivo legítimo de alcançar indagadores tem gerado sucesso e excessos.

FIG. 3
A EXEGESE É IGUAL À APLICAÇÃO



fases é que "a Bíblia pode... exercer o máximo de influência".[15] Os conservadores favorecem a posição de que devemos determinar o significado original antes de nos mover para os usos contemporâneos; no entanto, ainda outro ponto de vista merece ser considerado.

2. Uma contraproposta: o significado é a aplicação

Uma visão contrária diz que a visão tradicional da interpretação e aplicação não faz justiça à Escritura e nem à prática dos seus melhores intérpretes. É claro que o nosso conceito e a nossa teoria devem descrever e não excluir o que fazem realmente os mestres habilidosos quando aplicam as Escrituras.[16] O segundo ponto de vista observa que a distinta separação de Stendahl entre interpretação e aplicação desmorona na prática. Em primeiro lugar, os mestres começam a detectar relevância antes de terminar a interpretação. A interpretação e a aplicação se aglutinam e impulsionam uma à outra para a frente. Quando os mestres notam possíveis aplicações, dobram o trabalho exegético enquanto procuram verificá-las. Em segundo lugar, a própria Escritura junta a interpretação e a relevância. Em diversas ocasiões, Jesus repreendeu os líderes judeus por aquilo que parece ser um erro em *aplicar* a Escritura, mas, na verdade, ele os repreende por falhar em lê-las (Mt 12.1-8), conhecê-las (Mt 22.23-33) ou entendê-las (Lc 24.44-47).[17]

15. Krister Stendahl, "Biblical Theology, Contemporary" em *Interpreter's Dictionary of the Bible*, org. por George Buttrick e outros (Nashville e Nova York: Abingdon, 1062), 1:419-422.
16. Anthony Thiselton, *The Two Horizons* (Grand Rapids: Eerdmans, 1980), pp.357,358,372. Cf. Ludwig Wittgenstein, *Blue Book*, 2ª ed. (Oxford: Blackwell, 1960), pp.17-19; *idem, Philosophical Investigations*, trad. por G. E. M. Anscombe (Nova York: Macmillan, 1973), pp.11,14,23.
17. Observe as repreensões implícitas em João 5.36-40; 7.37-42; 10.24-39. Do mesmo modo, em Mateus 2 os escribas sabiam, pela profecia e pelos magos, onde o Cristo deveria nascer; no entanto, deixaram de ir adorá-lo.

John Frame propõe apagar completamente a distinção entre significado e aplicação (fig. 3). Diz ele: "O significado da Escritura é a sua aplicação".[18] Ou seja, entendemos a Escritura somente quando sabemos como usá-la. Tente, por exemplo, separar o significado da aplicação do oitavo mandamento: "Não furtarás". Suponhamos que alguém reproduza material cujos direitos estejam assegurados, engana na declaração de impostos e coloca gastos que não fez na conta de despesas, mas diz que obedece à lei porque jamais "tirou" coisa alguma de alguém. Nós não diríamos que ele deixou de aplicar o mandamento, mas que ele realmente não o *entendeu*.[19] Na verdade, Frame propõe que a separação entre significado e aplicação perverte a natureza da teologia, porque a teologia não procura descobrir a verdade abstrata em si mesma. A teologia é a "aplicação da Palavra de Deus pelas pessoas a todas as áreas da vida" a fim de satisfazer as necessidades espirituais e promover a piedade e a saúde espiritual.[20]

Imaginemos como um professor pode fazer a exposição de Mateus 5.22: "Eu, porém, vos digo que qualquer que, sem motivo, se encolerizar contra seu irmão, será réu de juízo, e qualquer que disser a seu irmão: Raca, será réu do sinédrio; e qualquer que lhe disser: Louco, será réu do fogo do inferno" (Edição revista e corrigida). Naturalmente, o professor tem a obrigação de explicar o que significa "raca" e "louco":

> O termo "raca" expressa desdém pelo intelecto. É como dizer "idiota estúpido! Burro!" "Louco" mostra desdém pelo caráter. Significa "Você é um vagabundo". "Raca" quer dizer "Você não tem cérebro". "Louco" quer dizer "Você não tem coração". Tudo isso junto significa: "Você não tem valor, não presta para nada!" Às vezes, até mesmo pais cristãos falam desse modo.
>
> Quando, no trânsito, alguém nos dá uma cortada e nós murmuramos, "Idiota!" ou alguém nos decepciona e dizemos: "Você não vale nada", Jesus chama isso de assassinato. Isso é porque se chamamos alguém de inútil e imbecil, estamos julgando que ele não merece viver.
>
> Por esse padrão, a maioria de nós é assassina – e a carnificina não fica só no interior. Matar no coração permite atos de morte como aborto, eutanásia e negligência dos pobres. As pessoas tiram a vida dos não-nasci-

18. John Frame, *The Doctrine of the Knowledge of God* (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed, 1987), pp.67,97.
19. *Ibid.*, pp.82,83.
20. *Ibid.*, pp.81-84.

dos e se recusam a ajudar os necessitados porque fizeram um juízo: "Essas vidas são sem valor. Os custos ultrapassam os benefícios. É melhor que morram". Jesus diz que essas idéias, mesmo quando não postas em ação, nos tornam réus de juízo.

Permitam-me fazer duas perguntas: primeira, exatamente onde a exegese terminou e começou a aplicação nessa explanação? Segunda, se alguém disser: "Está certo, não vou chamar ninguém de raca ou louco, mas não vejo problema com inútil ou idiota", diríamos que ele entendeu o que Jesus disse?

3. Síntese: uma barreira permeável entre significado e aplicação

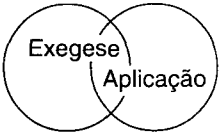
O ponto de vista tradicional descrito por Stendahl reflete melhor o trabalho com textos difíceis em que problemas de linguagem, cultura ou outras lacunas no conhecimento nos confundem. Stendahl inibe o leitor subjetivo que corre para buscar relevância antes de completar a exegese. Certamente, quanto mais bem entendermos o texto no seu sentido original, mais exatamente vemos a sua significância atual.[21] Frame, pensando mais em textos diretos como as leis, observa que a capacidade de parafrasear a Escritura não é idêntica ao conhecimento dela. Ele diz, corretamente, que ninguém entende a Escritura se não puder aplicá-la a novas situações.

Nós podemos aprender tanto de Stendahl, o exegeta, quanto de Frame, que lida com a teologia e a ética. Stendahl está certo em dizer que a sã aplicação não ocorre sem a exegese correta; existe uma linha entre a exegese e a relevância. Mas o meu estudo dos dados bíblicos e o modo como realmente ocorre a aplicação indica, como vê Frame, que essa linha é fina e permeável (fig. 4). No mundo conceitual da Bíblia, a falha em aplicar geralmente implica uma falha em entender *plenamente*. Isso inclui a falha em responder ao Deus que se apresenta na Escritura. Se não conseguirmos entender a Escritura e nem atender a elas, não entendemos nem obedecemos a *ele*.

O ponto de vista de Frame faz mais justiça ao modo como os mestres operam na prática. Não excluímos todo pensamento de relevância até completarmos a exegese. Enquanto interpretamos a Escritura, a Escrituras nos interpreta. Nós fazemos o escrutínio do texto e o texto nos examina, expondo as nossas crenças, a nossa experiência e os nossos segredos.

21. Moisés Silva, *Explanations in Exegetical Method* (Grand Rapids: Baker, 1996), pp.197-199.

FIG. 4
A EXEGESE SE SOBREPÕE À APLICAÇÃO



Podemos dizer que a Escritura se aplica a nós. Se obtivermos percepção suficiente desse processo, as aplicações serão geradas espontaneamente, porque as aplicações que sentimos geralmente tocam as questões comuns a toda a humanidade. Vemos o mundo de novo pela lente da Escritura e verbalizamos a nossa visão.[22] Ao aprendermos mais sobre Deus por meio da Escritura, somos impelidos a declarar o seu nome, falando tanto por compulsão quanto por cálculo.

Limites confusos em volta da aplicação

Não é recomendável traçar uma linha forte entre exegese e relevância, porque os limites entre as duas são confusos e permeáveis. Quando C. S. Lewis diz que não existe contradição entre ser Mestre em Artes e ser um tolo, as pessoas que têm um título de pós-graduação prendem a respiração. Em substituição ao seu mais alto grau acadêmico, elas entendem e aplicam quase simultaneamente.[23] Do mesmo modo, quando um professor de seminário diz aos alunos: "Muitos desvios doutrinários, muitas heresias, começaram com uma busca mal-orientada de originalidade numa tese", o estudante sábio pergunta: "Será que sou culpado desse tipo de busca tola?" Quase não se pode compreender as palavras sem começar a aplicá-las.

O que começa como um comentário exegético pode passar gradativamente a relevância. Certa vez, quando preparava um sermão em Lucas 14, deparei com as palavras de Jesus: "Toma a cruz e segue-me". Eu queria descascar as camadas de conversas que tipicamente se ouve nas igrejas que impedem os ouvintes de ouvir "a cruz" como os primeiros

22. Leslie Newbigin, *The Gospel in a Pluralist Society* (Grand Rapids: Eerdmans, 1990), pp.97,98.
23. C. S.Lewis, *Mere Christianity* (Nova York: Macmillan, 1956), ix-x.

ouvintes de Jesus ouviam. Porém, ao examinar meios de fazer com que o conceito fosse hoje registrado, escorreguei para a relevância:

> Nos tempos de Jesus, as pessoas sabiam o que ele queria dizer quando disse: "Tome a sua cruz e siga-me". Às vezes, eu me pergunto se nós entendemos. Nossa vida é tão confortável que, pelos padrões do mundo, até os mais humildes vivem em casas espaçosas, usam roupas boas, descansam sobre móveis confortáveis e oram em esplêndidos edifícios de igrejas. Alguns dias, a maior luta para os que moram em condomínios fechados é o trânsito pesado ou uma dor nas costas. O verdadeiro sofrimento está tão longe de nós quanto o Oriente Médio está do Ocidente moderno.
>
> Não é errado morar em bons bairros e gozar dos confortos humanos. Mas precisamos entender como a nossa riqueza nos influencia. Falamos sobre sofrer por Cristo de modo ritual, mas o pastor vai para a igreja num carro de último tipo, veste ternos impecáveis e fala de um púlpito de mogno, e a linguagem do sacrifício mal fica registrada. Nossa linguagem sugere, em vez disso, como estamos longe de entender seriamente o sofrimento. Por exemplo, quando as pessoas falam sobre como escolhem uma igreja, ou por que elas gostam de sua igreja, ouço frases como as seguintes:
>
> - Gosto da pregação e do ministério de ensino.
> - As pessoas são muito simpáticas.
> - Adoro o programa de música – o coral é maravilhoso!
> - Eu queria uma igreja com forte ministério para jovens, crianças, solteiros, etc.[24]
>
> Esses sentimentos não são maus; *devemos* celebrar os pontos fortes da nossa igreja. Mas algo está errado se escolhemos uma igreja pelos programas e benefícios que ela oferece. A mentalidade consumista governa até mesmo as decisões sobre o lugar de adoração e serviço. Anseio por ouvir as pessoas dizer – não em tom de exibição, mas com simplicidade: "Viemos a esta igreja porque cremos que ela *precisa* de nós. Vimos uma oportunidade de nos derramar em favor do ministério neste lugar".[25]

---

24. Quanto ao conformismo da igreja ao consumismo prevalecente da cultura e ênfase em diversão, egoísmo e hedonismo, veja, de David Wells, *Losing our Virtue* (Grand Rapids: Eerdmans, 1998), caps. 2-4; Kenneth A. Myers, *All God's Children and Blue Suede Shoes* (Wheaton, Ill.: Crossway, 1989), caps. 1,9; D. A. Carson, *The Gagging of God* (Grand Rapids: Zondervan, 1996), pp.463-470.
25. Daniel M. Doriani, "Free but Costly: The Gospel in Luke", *Presbyterian*, 23 (outono de 1997), p.76.

Aqui não existem imperativos, mas ao raspar as frases congeladas que impedem as pessoas de ouvir sobre "a cruz" como ouviram os patrícios de Jesus, eu ultrapassei o limite e entrei na relevância.

Recentemente, um sermão que o meu pastor pregou sobre o trabalho tinha uma estrutura semelhante. Depois de dar uma visão geral das coisas fundamentais – Deus trabalha, requer trabalho, criou a humanidade para se realizar no trabalho – ele tratou de diversos aspectos mal-entendidos. Por exemplo, ele disse para não confundirmos o trabalho do reino, como evangelismo, com o trabalho de nosso chamado vocacional. Ele disse:

> O trabalho do estudante é estudar, mas tenho conhecido estudantes que escolheram a noite anterior a uma prova para descer até a sala de estar para conversar com Paulo Pagão em vez de estudar. Depois, quando vai mal na prova, ele se desculpa dizendo: "Eu fiquei até as duas da madrugada compartilhando o evangelho com o pobre Paulo perdido".
>
> Uma esposa, cujo trabalho é cuidar da casa e gerir a família, pode preferir o trabalho de igreja ao trabalho doméstico. Depois, quando a sua casa está totalmente desorganizada e as crianças estão se tornando incontroláveis, ela se desculpa dizendo: "Não sabíeis que eu deveria estar no trabalho de meu Pai?"
>
> Conheço homens que, em vez de fazer bem o seu trabalho, gastam tempo demais conversando sobre o Cristianismo no escritório do colega de trabalho. Quando o chefe os repreende por não terem feito o trabalho, o crente acha que está sendo perseguido por amor de Cristo. Na verdade, ele está sendo repreendido por realizar mal o seu trabalho – e isso em nome de Cristo.[26]

Também nesse caso, a mudança da explicação para a aplicação é gradual. A visão que Deus dá do trabalho é descrita; em seguida, os pontos de vista incorretos e, finalmente, a diferença.

Mas há ocasiões em que parece que Stendahl é mais habilidoso que Frame, de modo que é útil distinguir o *significado,* a *significância* e os *efeitos* de um texto.[27] Às vezes, o intérprete entende o significado de um texto, mas tropeça na sua significância atual – sua aplicação e relevância. Vêm à mente as leis de Moisés. Nós entendemos que alguém que rouba e vende um animal deve restituir cinco vezes mais pelo boi e quatro vezes

26. Wilson Benton, 30 de agosto de 1998.

27. Isso depende, em termos gerais, de Vanhoozer, *Is There Meaning in This Text?,* pp.259-263,367ss.

mais por uma ovelha. Nós entendemos a proibição de plantar dois tipos de semente no mesmo campo ou cobrar juros sobre empréstimos feitos a israelitas carentes. Mas não entendemos o que isso significa para nós hoje.

Além da lacuna potencial entre significado e significância, há uma pergunta sobre o efeito que textos e idéias têm sobre as pessoas que deparam com eles. Frame diria que uma pessoa que entenda realmente a verdade pensará e agirá de acordo. Se entendermos que roubo, jactância, maledicência e luxúria destroem a pessoa e ofendem o Juiz e Rei Todopoderoso, nós renunciamos a esses pecados e deixamos de cometê-los. Reexamine, porém, a lista de pecados e veja o problema. Podemos ser bem-sucedidos em parar de roubar. Porém, muitas vezes sem perceber resvalamos para a jactância ou fazemos mexericos, só depois percebendo o que fizemos. E a luxúria, como a inveja e o medo irracional, é um pecado que poucos querem cometer. Pense nas palavras de Paulo: "pois o querer o bem está em mim; não, porém, o efetuá-lo" (Rm 7.18b).

Os maus hábitos ilustram também a lacuna entre o significado, a significância e os efeitos. Imagine uma conversa entre a mãe e o filho que tem por hábito jogar a toalha no chão depois do banho:

MÃE: Você entende que eu quero que você pendure a toalha depois do banho?

FILHO: Sim, entendo.

MÃE: Não percebe que dá mais trabalho jogar a toalha e depois ter de se abaixar para pegá-la do que pendurá-la logo de uma vez?

FILHO: Entendi.

MÃE: Mas se você realmente entendesse, você penduraria a toalha.

FILHO: Mãe, eu entendo mesmo. É só um mau hábito. Acho que isso começou quando você apanhava as coisas para mim quando eu era pequeno. Talvez de manhã eu esteja sempre com muita pressa. Vou tentar me lembrar.

Os pais sábios entendem que é inútil redobrar os esforços para explicações com comentários sobre economia de energia ou teorias de estética conforme aplicados aos cuidados no banheiro. (Embora eu "saiba" isso, às vezes o faço assim mesmo!) O filho está certo. Podemos "entender de verdade" e, no entanto, nos esquecer ou sucumbir aos antigos hábi-

tos. Na verdade, todos nós sofremos compulsões, somos paralisados pelo medo e não conseguimos fazer o que é certo.

Assim, entender e aplicar são coisas separáveis, mas que podem ser sobrepostas. Existe um limite, ainda que confuso. Às vezes, a verdade bíblica e seu significado são tão claros que são supérfluos os esforços conscientes para aplicar uma idéia. Contudo, a própria existência deste livro implica que podemos entender o significado de uma narrativa, uma doutrina, ou um mandamento sem ver a sua significância contemporânea. Precisamos entender, mas podemos lucrar também com métodos para descobrir a plena relevância das narrativas, doutrinas e leis.

Assim, o teórico em hermenêutica, Hans-Georg Gadamer, diz que não entendemos plenamente um texto a não ser que saibamos aplicá-lo, pois o "entendimento sempre inclui a aplicação".[28] Ou seja, um juiz não entende a lei e seus precedentes se não puder aplicá-los a novos casos, mas o dono de casa entende um manual para consertos e manutenção se ele o utiliza para consertar as coisas. Gadamer diz corretamente que, se realmente entendemos, nós fazemos a aplicação. O nexo do entendimento e da aplicação ocorre pela percepção imediata ou pelo doloroso uso de métodos.

É NECESSÁRIA UMA TEORIA DE INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO?

Muitos excelentes pregadores mal pensam em teoria. Eles operam por instinto. Talvez, então, não precisemos de teoria de aplicação. Talvez devêssemos dizer a verdade e deixar que Deus faça o resto. Ou devemos apresentar estratégias para determinar o significado da nossa exegese? Consideremos três possibilidades.

Ponto de vista 1. A aplicação é subjetiva e expressa a nossa espiritualidade.

Esse primeiro ponto de vista diz que a aplicação é subjetiva e pessoal. Os professores aplicam a Escritura pela meditação, não por meio de métodos. Ao examinar a Escritura, eles deparam com um ponto sobre o medo ou o domínio próprio. Pensam: "Sim, preciso desafiar os meus temores" ou "Preciso controlar os meus desejos". Sem perceber o processo, eles

28. Hans-Georg Gadamer, *Truth and Method,* 2ª ed. (Nova York: Continuum, 1989), pp.307-311.

aplicam o texto a si mesmos. Mais tarde, eles perguntam: "Será que só eu enfrento isso, ou é um problema de todos?" Como disse certo pastor: "Em todos os sermões prego primeiro para mim, a congregação escuta por acaso".[29] Se um pregador tem em mente também a sua congregação quando prepara o seu sermão, o que ele sabe sobre ela "sugere idéias e associações inesperadas".[30] A verdadeira aplicação é resultado de "um encontro direto do homem com Deus".[31] A graça de Deus, e não um plano humano, é o que faz com que a proclamação produza santidade.

Se rigorosamente seguido, esse ponto de vista torna supérflua a teoria. Se ouvirmos a Escritura, ouvimos a Deus e saberemos o que dizer. As técnicas solapam a espiritualidade. Um livro sobre a relevância da Escritura é tão errado quanto uma fórmula matemática para se obter equilíbrio ao andar de bicicleta. A aplicação é mais bem apreendida do que ensinada. Os novatos aprendem observando pregadores destemidos falar do coração. No final, eles também farão o mesmo.

Essa abordagem dá destaque à voz do Mestre na interpretação bíblica. Técnica em excesso pode tirar Deus do estudo. A dedicação ao método pode anular o prazer em Deus e sua palavra. Certamente, os mestres não precisam dar oito passos antes de ouvir a sua voz. Porém, essa abordagem esquece que a meditação sem controle tem poucas salvaguardas. Os que meditam ouvem muitas vozes, nem todas divinas. Leituras e acontecimentos recentes pesam muito. Pior, o nosso coração nos engana. Os desejos pecaminosos e as irritações mesquinhas contaminam a nossa meditação. Somos cegos demais para com nosso ego, ignorantes demais das necessidades do próximo, tendentes demais ao legalismo, dedicados demais aos nossos próprios interesses para justificar confiança nos nossos impulsos subjetivos. A mente que vagueia sem parar encontra evidências em quase todos os textos de que o que ela quer, Deus ordena.

Ponto de vista 2. A aplicação é problemática e estimula o legalismo.

Um segundo ponto de vista se opõe a métodos de aplicação dizendo que a conversa sobre santificação e moralidade ameaça o evangelho da

29. Essas citações vêm de entrevistas feitas com pastores entre 1995 e 1998.
30. Karl Barth, *Prayer and Preaching* (Londres: SCM, 1964), p.107.
31. *Ibid.*, pp.66,108,109.

justificação só pela graça. Até mesmo mensagens sobre amor espontâneo e altruísta ao próximo "geralmente são tagarelices" porque não conseguem "ser *produzidas* por nós de maneira nenhuma".[32] As exortações obscurecem a mensagem da justificação de que somos simultaneamente justos e pecadores. Elas facilitam à velha natureza negar a sua morte.[33] Se a santificação é "arte de nos acostumarmos à justificação", então os professores podem falar de progresso na graça, mas não em caráter ou obediência.[34]

De acordo com esse ponto de vista, falar sobre crescimento e obediência naturalmente acaba virando legalismo ou justificação pelas obras.[35] Se alguém fala seriamente sobre guardar o sábado, pensa-se que o puritanismo está batendo à porta. Falar dos requisitos da lei é "apoiar a prisão da consciência cristã a um novo mandante". Definir regras e estabelecer prioridades (pode-se mentir para salvar uma vida?) é entrar no mundo dos fariseus e trair a liberdade cristã por um código.[36]

Esse ponto de vista aponta corretamente o perigo do uso legalista da Escritura. Ele sabe que a aplicação deve levar a um relacionamento com Deus, não com um código de leis. Sabe que palavras eloqüentes podem persuadir as pessoas a mudarem o seu comportamento, mas nenhum ser humano consegue mudar o coração. Sofre, porém, de uma visão desnecessariamente negativa da lei e esquece que dá trabalho aplicar princípios bíblicos a novos temas como as mudanças resultantes da tecnologia ou a vida em famílias em que filhos de casamentos anteriores têm de conviver. Além do mais, poucos pregadores realmente deixam para Deus a aplicação. Se eles descartam a preparação, provavelmente dependerão de chavões e fugirão das questões mais complexas.

---

32. Gerhard Forde, "The Lutheran View", em *Christian Spirituality: Five Views of Sanctification,* org. por Donald L. Alexander (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1988), pp.14-16.
33. *Ibid.*, pp.14,15,23ss.
34. *Ibid.*, pp.13,27-32.
35. Lawrence W. Wood, "The Reformed View: A Wesleyan Response" em *Christian Spirituality: Five Views of Sanctification,* p. 84.
36. Karl Barth, *Church Dogmatics* (Edimburgo: T. & T. Clark, 1961), III.4.11-17. Para uma análise desse ponto de vista, veja, de Paul Ramsey, *Basic Christian Ethics* (Nova York: Scribner, 1950), pp.46-91; Edward LeRoy Long, "The Use of the Bible in Christian Ethics: A Look at Basic Options", *Interpretation* 19 (1965), pp.149-154; cf. James Gustafson, *Ethics from a Theocentric Perspective* (Chicago: University of Chicago Press, 1984), 2:298-300.

Ponto de vista 3. A aplicação é um dom e uma arte;contudo, ela estimula a teoria.

Certamente, a aplicação é um dom de Deus, mas nem todas as dádivas existem sem mediação. Oramos: "O pão nosso de cada dia dá-nos hoje", no entanto, somos ordenados a trabalhar pelo pão de cada dia (Mt 6.11; Pv 6.6-11; 28.19; 2Ts 3.6-12). Do mesmo modo, oramos por sabedoria e também a buscamos (Pv 2.1-8; Tg 1.5; 3.13). O mesmo acontece com a aplicação. É uma dádiva quando Deus faz com que as palavras atinjam os seus objetivos, contudo, ele toma as nossas palavras como setas.

A aplicação consiste tanto de métodos quanto de arte, de momentos técnicos e também criativos. Nenhuma técnica resulta à parte da habilidade do intérprete.[37] A arte da aplicação envolve talento, prazer em Deus e na sua palavra, e conhecimento dos meios para cativar um auditório. Nenhum conjunto de técnicas transmite essas coisas. Assim, nenhum plano de passos múltiplos garante aplicações comoventes. A boa exegese é necessária, mas não basta para uma aplicação válida. Além do mais, o papel do método na exegese é parcialmente negativo, pondo arreios em nossos impulsos mais selvagens.[38] Assim mesmo, junto com meditação e oração, as técnicas e os métodos podem abrir novos horizontes; quero aqui oferecer alguns.

Quando pregadores habilidosos falam, quando o ar queima com a veemência deles, o estudo pode ser invisível. Porém, a mensagem começou quando eles se detiveram na Palavra, lendo e meditando até que a chama da paixão pela verdade se acendesse. Se lhes perguntarmos como eles criaram a sua peroração, eles podem até permanecer silenciosos. Eles podem nada mais dizer que: "Descobri uma coisa e vi como ela se aplica primeiro à minha própria vida e, depois, ao meu povo". Uma resposta assim, embora perfeitamente verdadeira, não ajuda o estudante. Na verdade, provavelmente bons pregadores fazem e sabem mais do que isso, mas não estão acostumados a articular os seus métodos.

Esse silêncio não deveria nos surpreender. Quando nos perguntam sobre talentos que temos: "Como você consegue fazer isso?", muitas vezes

37. Don Browning, *A Fundamental Practical Theology* (Minneapolis: Fortress, 1991), pp.80-83.
38. Ernest Best, *From Text to Sermon: Responsible Use of the NT in Preaching* (Atlanta: John Knox, 1978), p.110.

dizemos: "Não sei, simplesmente...". Como disse Michael Polanyi: "O objetivo de uma apresentação habilidosa é alcançado pela observação de um conjunto de regras que não são assim conhecidas pela pessoa que as segue".[39] É possível ser exímio músico, atleta ou artesão sem entender a teoria da arte. A habilidade de Stradivarius de fazer instrumentos, incluindo a sua receita perdida de verniz, nascida com seus amados mestres, morreu sem ser articulada aos seus filhos. Mesmo que tivesse tomado a pena, ele poderia ter representado mal sua habilidade, como fazem outros virtuosos.[40] A falha em entender habilidades ocorre porque precisamos dar a elas a máxima atenção quando começamos a adquiri-las (como aprender a dirigir) ou quando alguma coisa dá errado (um atleta que cai). Uma vez estabelecida a habilidade, a nossa consciência da mecânica retrocede. Enfocamos os projetos e subordinamos as habilidades a eles. O músico presta atenção à peça musical, não ao seu dedo indicador esquerdo. O palestrante pensa na idéia seguinte, não na pronúncia do novo vocábulo. As habilidades são, como diz Michael Polanyi, "conhecimento pessoal" e não conhecimento teórico.

Se a aplicação é conhecimento pessoal, uma habilidade, pode-se argumentar que ela pode ser aprendida de um mestre, ainda que esse mestre só consiga explicá-la parcialmente. Se a aplicação é uma habilidade, a igreja precisa muito de um sistema de aprendizes, porque esse é o melhor meio de inculcar habilidades.

No entanto, ainda há razões para se fazer teorias sobre habilidades. Primeiro, não existe um mestre para todos os que desejam ser aprendizes. Há seminaristas demais, pastores isolados demais, não há suficientes pregadores excelentes, e não há tempo suficiente. Segundo, ao fazer teorias sobre as habilidades que a igreja possui, podemos ajudar os aprendizes ao isolar armadilhas, delinear procedimentos e oferecer ilustrações de aplicação habilidosa. Terceiro, não queremos que outro Stradivarius morra com seus segredos. Dado que o conhecimento dos mestres pode ser semiconsciente e não-expresso, devemos à igreja, e até mesmo aos mestres, destilar os segredos e trazê-los à consciência. Finalmente, creio que os dados bíblicos sobre a relevância da Escritura aguardam pleno

39. Michael Polanyi, *Personal Knowledge* (Chicago: University of Chicago Press, 1968), pp.49-57.
40. Charles Beare, "Stradivari, Antonio", em *New Grove Dictionary of Music and Musicians*, org. por Stanley Sadie (Londres: Macmillan, 1980), 18:193-96.

exame.[41] Ao criar um vocabulário e resumir as habilidades tácitas dos mestres, podemos estimular mais pesquisas.

ABORDAGENS INGÊNUAS E CRÍTICAS À APLICAÇÃO

Em suma, a aplicação é uma habilidade intuitiva *e* exige treinamento teórico. Admitir que os pastores não sabem explicar sua prática implica que a aplicação é intuitiva. Porém, atos intuitivos podem convidar à reflexão teórica. Andar de bicicleta não, pois é fácil obter essa habilidade, enquanto são poucas as recompensas do estudo mais profundo. Mas as habilidades do músico ou do atleta possuem complexidade suficiente para convidar ao ensaio, à meditação e ao treinamento que contribuam para a excelência. A pregação está nessa categoria.

Sendo assim, alterando a metáfora inicial, às vezes o rio fica seco e nós podemos atravessar o seu leito de pedregulhos sem nos dar conta disso. Contudo, alcançar excelência na aplicação exige trabalho duro. Compreender um texto antigo exige habilidade exegética. Necessitamos habilidades críticas para nos dirigir à cultura enquanto estamos imersos nela. O objetivo, portanto, é navegar entre o otimismo ingênuo e o ceticismo crítico. O otimista ingênuo diz que construir uma ponte é intuitivo demais e não requer estudo sério. O cético crítico julga ser impossível ou desnecessário construir uma ponte.

Otimistas ingênuos

O otimista acha que qualquer bagatela de paus e cordas bastará para se fazer uma ponte. Acha que encontra um versículo para cada necessidade que perceber. Confia na intuição para correlacionar quaisquer textos bíblicos a essas necessidades. Eles são alegremente inconscientes da própria tendência de ler imagens contemporâneas (ocidentais) de pão, água, vestimentas, escuridão, escolhas e liberdade na Bíblia. Eles não consideram como as pressuposições ocidentais individualistas, materialistas, comprometem sua capacidade de ouvir a Escritura. Eis uma ilustração num comentário sobre Jesus como o "pão da vida" (Jo 6).

41. Veja, por exemplo, a falta de material escrito sobre o assunto (em nosso prefácio).

> Para nós, pão é algo que vem em cinqüenta ou sessenta variedades diferentes, geralmente embrulhadas em plástico, compradas das prateleiras do supermercado local. Para os judeus do século 1º, era uma de duas coisas essenciais à vida: sem pão, você morria. Além do mais, os judeus do século 1º... entendiam que quase tudo o que comemos é suprido pela morte de outro. A carne vem de animais mortos; o pão vem do trigo morto... De repente, palavras como estas ganham força: "Eu sou o pão vivo que desceu do céu; se alguém dele comer, viverá eternamente; e o pão que eu darei pela vida do mundo é a minha carne". No discurso, Jesus declara... ser... o que dá a vida para que outros possam viver. Sem a sua morte, ninguém vive. Ele é o "alimento básico" de toda a vida espiritual, e isso ele consegue por meio de sua morte.[42]

O antídoto à ingenuidade, claro, não é o desespero. Leitores ingênuos normalmente percebem pelo menos a idéia principal de um texto. Quando trabalhamos com tópicos conhecidos na nossa própria cultura, a interpretação é, em grande parte, intuitiva.[43] Felizmente, a Bíblia contém muita coisa que é universal, de modo que é difícil que um leitor adulto, com pouca habilidade, entenda a história central de modo incorreto.[44]

Assim mesmo, sem dar a interpretação apenas aos especialistas, há razões para se tornar teórico. Primeiro, até mesmo grandes estudiosos têm conhecimento falho da cultura e da linguagem bíblicas. Segundo, presumimos que a nossa cultura seja universalmente válida. Se deixarmos de nos desligar de nossa cultura, nós a lemos dentro do texto, domesticando-a. Deixando de encontrar a singularidade da Escritura, perdemos a diferença entre o mundo *em que vivemos* e o mundo em que *poderíamos viver*.[45]

Críticos céticos e conservadores subjetivistas

Os céticos entendem a distância cultural, mas a concebem de modo a gerar dúvidas quanto à construção de pontes. Eles dizem que o nosso

---

42. Carson, *Gagging of God,* p.121.
43. William Klein, Craig Blomberg e Robert Hubbard, *Introduction to Biblical Interpretation* (Waco: Word, 1993), pp.4,5.
44. Peter Cotterel e Max Turner, *Linguistics and Biblical Interpretation* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1989), pp.42,43.
45. Paul Ricoeur, "Metaphor and the Main Problem of Hermeneutics", em *The Philosophy of Paul Ricoeur*, org. por Charles E. Reagan e David Stewart (Boston: Beacon, 1978), pp.134,148; Charles E. Reagan, *Paul Ricoeur: His Life and Work* (Chicago: University of Chicago Press, 1996), pp.42,43.

conhecimento de Jesus e Israel é mínimo; perguntam por que a antiga história judaica deve exercer autoridade sobre a vida contemporânea. Gotthold Lessing disse que "as verdades acidentais da História não poderão jamais tornar-se prova das verdades necessárias da razão", pois somente as verdades universais necessárias à razão podem ser obrigatórias.[46] Sendo assim, alguns céticos procuram extrair os ensinos eternos de Jesus, dos apóstolos, dos profetas, separando, como disse Thomas Jefferson, "os diamantes dos montes de esterco" para encontrar princípios éticos universais baseados em amor, justiça e misericórdia.[47]

A visão pouco elevada dos céticos em relação às Escrituras e Cristo leva-os a duvidar do valor da exegese. Ao considerar como a exegese pode ser trabalhosa, se uma reação para com a Bíblia tiver o mesmo valor que outra, será que vale a pena se dar ao trabalho?[48] Por que se importar, se cada compromisso de fé tiver o mesmo valor diante de "deus"? Por exemplo, a acadêmica feminista Elizabeth Schussler Fiorenza confessa que vasculha a Bíblia procurando um "cânone dentro do cânone" que sustente o cerne do feminismo espiritual, "a busca pelo poder da mulher".[49] Para ela, uma hermenêutica crítica feminista "não busca na Bíblia a fonte primária, mas tem início nas experiências e visão de libertação da mulher".[50] Quando, porém, ela diz: "A Bíblia não funciona mais como fonte de autoridade, mas como recurso para a luta da mulher em prol da libertação",[51] nós perguntamos: "Se a Bíblia não tem autoridade, por que suar para fazer exegese? Por que não meditar na experiência e escolher algumas idéias bíblicas para apoiar o resultado?"[52]

---

46. Lessing, "On The Proof of the Spirit", p.52. A lacuna entre as verdades acidentais da História e as verdades necessárias da razão é a "feia e larga vala" que Lessing não conseguia atravessar.
47. Carta a John Adams, 24 de Janeiro de 1824, citada em Stephen Mitchell, *The Gospel according to Jesus* (Nova York: HarperCollins, 1991), p.4.
48. Mark Coleridge, "Life in the Crypt or Why Bother with Biblical Studies?" *Biblical Interpretation 2* (1994), pp.139-151; e Carson, *Gagging of God*, pp.82-85,105,106,193,194.
49. Elizabeth Schussler Fiorenza, *In Memory of Her: A Feminist Theological Reconstruction of Christian Origins* (Nova York: Crossroad, 1983), pp.13-19.
50. Elizabeth Schussler Fiorenza, *Bread, Not Stone: The Challenge of Biblical Feminist Interpretation* (Boston: Beacon, 1984), p.88.
51. *Ibid.*, p.14.
52. Schussler Fiorenza acrescenta que os critérios para avaliação teológica "não podem ser derivados da própria Bíblia, mas... pela luta da mulher por se libertar de toda opressão patriarcal". A "experiência de opressão e libertação deve se tornar o critério para o que é certo na interpretação e avaliação de ditames de autoridade bíblica", (*In Memory of Her, 32*). Novamente, "A Bíblia não é o tribunal de apelação que controla ou define" (*Bread Not Stone*, p.88).

Infelizmente, alguns conservadores concordam que o trabalho é supérfluo. Eles confiam na direção do Espírito Santo ou nos impulsos do próprio espírito para levá-los a todo entendimento necessário para viver corretamente.

Tanto o cético quanto o ingênuo têm alguma razão. A história de Jefté (Jz 10–11) apóia o cético; às vezes, a aplicação é assustadora. Os Dez Mandamentos dão apoio ao ingênuo: não há como se enganar quanto à sua relevância. Mas em geral, a verdade se encontra entre os extremos.[53] Já vimos que é necessária habilidade para separar o peso do "pão" na antiguidade e na modernidade, mas, feito isso, a aplicação segue prontamente, quando pensamos: "Sim, Jesus é o pão, o alimento básico, até mesmo para mim".

Os ouvintes, a cultura e a aplicação

Até aqui temos enfocado o trabalho do intérprete com as Escrituras. Mas a comunicação depende tanto da capacidade de o auditório receber a mensagem quanto depende da capacidade do palestrante para produzi-la (fig. 5). A comunicação efetiva requer conhecimento das culturas da Bíblia, do palestrante e dos ouvintes. O professor precisa vencer dois desafios ao falar à nossa cultura: o problema de nossa imersão nela e o problema de nosso isolamento dela.

Imersão na cultura

Quando nos dirigimos à nossa cultura, temos a vantagem de estar imersos nela desde que nascemos. Porém, infelizmente essa bênção é também uma maldição, pois, como peixes n'água, não conseguimos ver o meio em que nadamos. É mais difícil enxergar o que está sempre diante de nossos olhos, mais difícil comentar valores que todos aceitam.[54] Estamos inseridos numa teia de pressuposições e experiências, e desta herdamos preconceitos e pontos cegos. A maioria dos americanos *presume* que a li-

53. Moisés Silva, *Has the Church Misread the Bible?* (Grand Rapids: Zondervan, 1987), pp.22-24,80-92.

54. Ludwig Wittgenstein, *Remarks on the Foundations of Mathematics* (Oxford: Blackwell, 1937-1944), 1:141.

FIG. 5
OS TRÊS PRINCIPAIS ELEMENTOS DA APLICAÇÃO



berdade seja essencial para a felicidade, que a inovação é boa, que o contato com outras culturas é benéfico, que a água é abundante. Contudo, em muitas culturas, essas afirmações pareceriam claramente falsas.

Presumimos modos de pensar, como também fatos e valores. Alguém nos ensina quais fatos vale a pena conhecer, o que buscar num texto, o que é interessante ou difícil a ponto de merecer uma explicação, e o que conta como resposta válida a uma pergunta. Por exemplo, quando um terremoto atingiu Lisboa no Dia de Todos os Santos em 1755, as igrejas estavam cheias, de modo que talvez tenham morrido cerca de 30 mil pessoas. Pontilhando um período marcado por invasões turcas, guerras internas, um crescente comércio de escravos e fome de lucros provenientes do Novo Mundo, esse cataclisma trouxe grande consternação. Por que isso aconteceu? As conclusões foram variadas. Seria o juízo de Deus sobre pecados sociais? Sinal de desaprovação divina do Catolicismo romano? Um chamado forçando ao arrependimento? Qualquer que fosse a conclusão, a maioria buscava uma explicação espiritual; poucos viam o desastre simplesmente como um fenômeno natural.[55]

Hoje a ciência explica os desastres naturais. Placas tectônicas em movimento causam terremotos. Bactérias causam pragas. Depois da catástrofe, chamamos cientistas e conselheiros de luto, não os teólogos. Na atual cultura majoritária, é pouco aceitável sugerir que Deus esteja envolvido nesses acontecimentos, exceto para chorar com os que choram. Qualquer coisa a mais bate de frente com a "estrutura do plausível" ocidental, que diz que o que vale é a explicação científica.[56]

Não temos como evitar funcionar de maneiras imperceptíveis dentro do nosso mundo de pensamento. Como os secularistas, temos afinidade

55. A. J. Conyers, *The Eclipse of Heaven* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1992), pp.12-18.
56. Newbigin, *Gospel in a Pluralist Society*, pp.20-23,52-65,97-102. A respeito das estruturas de plausibilidade, ver Peter Berger, *The Sacred Canopy* (Nova York: Doubleday, 1967).

pela análise científica desespiritualizadora que domina a conversação normal. Na verdade, estamos suficientemente longe do mundo de Lisboa de 1755 que lutamos por entender por que um terremoto teria causado uma crise espiritual.[57] Se isso é verdade no nosso passado, de uma nação cristã, ocidental, há dois ou três séculos, quanto mais o seria para a terra oriental judaica há dois ou três milênios? Só a persistente disciplina mental nos capacita a deixar de lado preconceitos antigos.

Isolamento da cultura

Muitos líderes cristãos compartilham o sentimento cultural de que a análise teológica de um terremoto faria um estranhíssimo programa de televisão. Estamos, porém, distantes da nossa própria cultura em outros aspectos. Por exemplo, os americanos em geral concordam com idéias feministas de senso comum quanto à igualdade de mulheres e homens no que diz respeito a dons e energia. As palavras de Paulo sobre os homens como mestres e as mulheres submissas parecem implausíveis, retrógradas, ofensivas para muitos secularistas, e até mesmo muitos cristãos.[58] Do mesmo modo, os conceitos ocidentais de liberdade e auto-expressão fazem com que até conservadores perguntem se o homossexualismo não seria nada mais que um estilo de vida alternativo. Se for assim, por que negar ao homossexual o sexo ou o casamento? Pastores culturalmente isolados não enxergam a extensão em que crentes têm adotado pontos de vista do mundo. Os mestres podem vencer esses desafios promovendo comunicação e diálogo.

Diálogo

As conversas têm final aberto, vida própria. Nenhum lado *dirige* uma verdadeira conversa; os conversadores são *levados* por um caminho pelas viradas e voltas das idéias. Grupos de estudo possuem diretor e direção, mas permitem também desvios inesperados. Nos livros, o diálogo é suprimido, mas os leitores ativos concordam com as implicações, discor-

57. Conyers, *Eclipse of Heaven,* p.15.

58. Ver Mary Kassian, *The Feminist Gospel* (Wheaton, Ill.: Crossway, 1992); Andreas Köstenberger, Thomas Schreiner e H. Scott Baldwin, *Women in the Church: A Fresh Analysis of 1 Timothy 2:9-15* (Grand Rapids: Baker, 1995).

dam delas e ponderam sobre elas enquanto lêem.[59] O que diferencia o diálogo da escrita é que "no diálogo, a língua falada – no processo de perguntas e respostas, dar e receber, conversar sobre propósitos contrários e ver o ponto de vista do outro – realiza a comunicação do significado que, com respeito à tradição escrita, é a tarefa da hermenêutica".[60]

Durante o sermão, as pessoas permanecem sentadas nos bancos da igreja, concordam e discordam, fazendo perguntas silenciosas ao ar. Certa vez, sentei-me perto de duas mulheres durante um veemente sermão contra os jogos de azar. Quando elas saíam da igreja, o diálogo antes não enunciado com o pastor veio à tona. Elas cochichavam: "O jogo de azar é terrível, mas nós não temos com que nos preocupar. Colocamos limite nas nossas perdas quando vamos ao cassino". Elas concordavam com a teologia do sermão, mas negavam a sua relevância, pensando: "Para mim não é jogo de azar – é só uma diversão" (novamente, falha em aplicar é falha em entender). O mestre sábio convida ao diálogo falado quando isso for apropriado, e diálogo não-articulado quando necessário. Os monólogos podem provocar diálogo silencioso ao levantar possíveis objeções, pedidos de explicações e desculpas. Malaquias, Romanos e Tiago respondem às perguntas e aos desafios antecipados dos seus leitores. Assim, o pregador tem de fazer exegese da congregação, como também do texto.[61]

Fazer exegese da congregação é conhecer seu coração, sua posição diante de Deus. Os pregadores devem levar as alegrias e as dificuldades da sua congregação para a Bíblia. Eles podem perscrutar mentalmente uma congregação e "fazer as perguntas sobre o texto que ela faria", bem como aquelas que "talvez não ousassem fazer" sem projetar sua própria preocupação sobre a congregação.[62] Fazer a exegese da congregação significa saber que a sua história, a sua estrutura social, sua idade, sua região e sua etnia criam características singulares e reconhecer que os mundos do pensamento do pastor e da congregação podem ser bem diferentes. Fazer

59. Gadamer, *Truth and Method*, pp.367-369,383-388.

60. *Ibid.*, 368. Ver também Martin Buber, *I and Thou*, trad. por Ronald Smith (Nova York: Scribner, 1958).

61. Ver Leonora Tubbs Tisdale, *Preaching as Local Theology and Folk Art* (Minneapolis: Fortress, 1996), pp.19,48.

62. Thomas Long, *The Witness of Preaching* (Louisville: Westminster/John Knox, 1989), pp.11-15,24-36,55-57,70.

exegese da congregação significa formular perguntas como fazem as pessoas modernas do local. (Isso também quer dizer que nenhum sermão é totalmente portátil: se os ouvintes mudam, os sermões também têm de mudar).

Não há dúvida de que todo ser humano compartilha experiências emocionais, características biológicas e tendências espirituais semelhantes, de modo que podemos alcançar pessoas a quem não conhecemos. Mas as coisas universais da vida se expressam em culturas e pessoas particulares. O bom pastor responde às perguntas das pessoas e se dirige às suas necessidades sentidas, mas também informa as pessoas quando elas deveriam fazer perguntas diferentes e sentir necessidades diferentes. Fala ao povo como alguém de dentro da comunidade e também como alguém fora dela que enxerga coisas que a igreja não consegue enxergar.[63]

Quando levamos em consideração um público em particular, a nossa aplicação da Escritura será "seriamente imaginável" para ele dentro do seu tempo e lugar.[64] Se a exegese de uma congregação for bem-sucedida, encontrará a mensagem inteligível, defensável, plausível. Noutras palavras, a verdade não muda, mas as explicações sobre a sua relevância, sim, porque o Cristianismo desafia a cultura de maneiras que mudam sempre. Além de temas como gênero e sexualidade, questões teológicas como a santidade e a ira de Deus ou salvação somente pela fé em Cristo se chocam com noções populares. Nossa cultura diz que a crença religiosa é questão de opinião e gosto e não de verdade ou falsidade.[65] Há décadas, os milagres e a predestinação eram atacados. Temos de responder às contestações atuais.

Os plantadores de igreja e missiólogos entendem a importância de rearticular a verdade eterna para novas culturas.[66] Plantadores de igreja sabem que precisam encontrar expressões novas, localmente viáveis das verdades eternas.[67] É essencial "traduzir" a teologia para a língua comum, como disse C. S. Lewis com respeito à língua inglesa: "É simples-

63. Tisdale, *Preaching*, pp.11-53.
64. David Kelsey, *Uses of Scripture in Recent Theology*, (Filadélfia: Fortress, 1975), pp.170-174. Conquanto Kelsey fale de construções teológicas como seriamente imagináveis, a expressão é adequada para a aplicação.
65. Newbigin, *Gospel in Pluralist Society*, pp.13-15.
66. Ver o periódico *Bible Translator* (publicado por United Bible Societies).
67. George G. Hunter III, *How to Reach Secular People* (Nashville: Abingdon, 1992); Rick Warren, *The Purpose-Driven Church* (Grand Rapids: Zondervan, 1995).

mente essencial que aquele que deseja pregar aos ingleses aprenda a língua inglesa comum, do mesmo modo que um missionário aprende bantu antes de pregar aos bantus".[68]

Os missiólogos concordam. Rotulam a questão de "contextualização", ou seja, "a tradução do conteúdo imutável do evangelho... em forma verbal significativa aos povos em suas culturas e... situações existenciais separadas".[69] Alguns missiólogos dizem que, para o tradutor, uma vez encontrada a linguagem que comunica, a aplicação quase teve início. Eles dizem que a contextualização é a descoberta "das implicações legítimas do texto do evangelho em determinada situação".[70] Mais uma vez, tradução e exegese determinam o que diria o autor "se estivesse falando aos meus ouvintes", enquanto a contextualização determina como a obrigação original "pode ser revivida por meus ouvintes".[71]

Resumo

Este capítulo procurou expor as principais questões no desenvolvimento de uma abordagem coerente à aplicação das Escrituras. Declaramos o objetivo da aplicação, de levar as pessoas ao conhecimento de Deus e à conformidade com ele. Descrevemos a natureza da aplicação, que possui limite definido mas permeável com a exposição da Escritura. (Talvez a analogia inicial deva ser de atravessar um leito *pantanoso* de rio, em que as margens não estão claras). O centro da aplicação não é ordenar, mas expressar a verdade de modo que a sua relevância seja óbvia.

Já vimos que a aplicação exige habilidade, intuição e método, para que o estudo teórico seja justificado. É provavelmente mais parecido com

68. C. S. Lewis, *God in the Dock,* org. por Walter Hooper (Grand Rapids: Eerdmans, 1970), pp.242,243.

69. Bruce J. Nicholls, "Theological Education and Evangelization", em *Let the Earth Hear His Voice*, org. por J. D. Douglas (Minneapolis: World Wide, 1975). Ver também de Nicholls, *Contextualization: a Theology of Gospel and Culture* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1978), pp.20-55.

70. George Peters, "Issues Confronting Evangelical Missions", em *Evangelical Missions Tomorrow*, org. por Wade Coggins e E. L. Frizen (Pasadena, Calif.: William Carey Library, 1977), p.169.

71. Grant Osborne, *The Hermeneutical Spiral* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1991), pp.332-338,344-357. Cf. William Larkin, *Culture and Biblical Hermeneutics* (Grand Rapids: Baker, 1988), pp.139-141,319-321.

o aprendizado de um instrumento musical ou novo esporte. Nos esportes há uma breve introdução às regras e aos equipamentos ("Você segura desse jeito"), e então começa o jogo. Observar jogadores experientes e lutar contra eles, sentir o que funciona e o que não funciona, faz aumentar a habilidade. No entanto, se o objetivo for excelência, é necessário encontrar um treinador e tornar-se estudioso do jogo. Embora talento, desejo, mentores, métodos e realimentação permitam um rápido progresso na aplicação, para se tornar excelente, é necessário também fazer teoria.

2

APLICAÇÃO CENTRADA EM DEUS

"Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra" (2Tm 3.16,17). Essa declaração tem, corretamente, primazia na discussão sobre a relevância da Escritura, mas quase não revela uma teologia de aplicação. De um lado, ela é quase uma contradição. Afinal de contas, as genealogias, os salmos imprecatórios, os relatos de viagens, as visões de dragões e os oráculos sobre Edom não parecem ser úteis para a educação na justiça. O que, então, Paulo está dizendo? Todas as passagens possuem pelo menos uma repreensão, uma idéia que engendre justiça? O que, afinal, é uma "passagem"? Além do mais, por mais significativa que possa ser 2 Timóteo 3, há uma riqueza de evidências mais sutis sobre o modo como a Escritura estrutura a vida de fé. Precisamos de uma teologia de aplicação que explique como toda a Escritura prepara a igreja para "toda boa obra". Boa parte deste livro examina como é verdadeira essa promessa.

Veremos, primeiramente, que a reivindicação de relevância da Bíblia, embora aparentemente contradita por genealogias e coisas tais, é coerente com a natureza e função da linguagem comum. Os atos de fala têm objetivos, o que quer dizer que eles possuem relevância. A Escritura funciona simplesmente como a maioria das línguas. Segundo, depois de delinear uma teologia bíblica da aplicação, examinaremos o uso que Jesus fez da Escritura e ver que ele modelou a *aplicação centrada em Deus*. Terceiro, um estudo de 2 Timóteo 3 mostra que os versículos 16 e 17 não são meros textos-prova, mas uma âncora para uma teoria cristã de aplicação.

FAZER AS COISAS COM PALAVRAS

Sob condições normais, os comunicadores desejam *fazer* coisas com suas palavras.[1] Ou seja, quando falamos ou escrevemos de acordo com as convenções da comunicação, escolhemos *palavras* que transmitam um *significado* que os nossos leitores acharão *significativo*, de modo a atingir, dessa forma, algum objetivo ou *efeito*. A fala move e persuade.[2] Com palavras, avisamos do perigo, encorajamos, prometemos, persuadimos, comandamos, comissionamos, perdoamos e pedimos perdão, aceitamos e rejeitamos. Anúncios sem sentido nos irritam. Os tagarelas envergonham a si mesmos ao perguntarem: "O que é mesmo que eu estava dizendo?" ou: "O que eu queria dizer?" Meneamos a cabeça com histórias que não vão a lugar nenhum.

Em casa, até mesmo as declarações mais simples têm seus efeitos. Suponhamos que um pai entre no banheiro e observe: "Tem uma toalha molhada no chão". Se uma criança de cabeça molhada dá uma olhadela e diz: "É mesmo, pai, *tem* uma toalha molhada no chão", e volta para o seu quarto, o pai fica satisfeito por ela ter concordado? Não, porque o que ele queria era que o dono e operador da toalha ofensiva a tirasse de lá.

Do mesmo modo, se, antes do jantar em família, a matriarca anuncia: "O jantar será servido dentro de cinco minutos!", sua intenção é *dirigir*

1. J. L. Austin, *How to Do Things With Words*, 2ª ed. (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1975); John R. Searle, *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language* (Cambridge: Cambridge University Press, 1969); idem, *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Arts* (Cambridge: Cambridge University Press, 1979); François Recananti, *Meaning and Force: The Pragmatics of Performative Utterances* (Cambridge: Cambridge University Press, 1987); Kevin J. Vanhoozer, "The Semantics of Biblical Literature" em *Hermeneutics, Authority and Canon*, de D. A. Carson e John D. Woodbridge (Grand Rapids: Zondervan, 1986), pp.53-104; Anthony Thistelton, *New Horizons in Hermeneutics* (Grand Rapids: Zondervan, 1992), pp.283-312. Esses estudiosos, seguindo Austin, distinguem atos de fala *locucionários, ilocucionários* e *perlocucionários*. No ato locucionário, a pessoa diz palavras numa sentença com certo sentido e referência. O ato ilucucionário é o que é feito *dentro* do que se fala, como informar ou ordenar. O ato perlocucionario é "o que fazemos acontecer *por* dizer alguma coisa, como convencer, persuadir, impedir" (Austin, *How to Do Things With Words*, pp.94-121, esp. p.109). Procuro utilizar o entendimento desses estudiosos falando com mais simplicidade do significado (o que o autor quer transmitir com suas palavras) e a significância (o que os leitores devem entender de suas palavras).
2. Mesmo as aparentes exceções – falar para irritar os outros ou repetir um *mantra* – têm um propósito oblíquo.

todos: "Lavem as mãos e comecem a se juntar em volta da mesa". Quando ela faz a inspeção final e declara: "Não tem sal na mesa", espera que um de seus ajudantes busque o sal. Depois da oração, tia Polly pode passar o prato para o primo Bob, e cochichar: "Olhe o peru". Se o primo Bob apenas olhasse o peru e dissesse: "É, o peru está aí", como se o objetivo fosse confirmar, por meio de duas testemunhas, a localização da ave, estaria errando. Polly espera que Bob tome a travessa, sirva-se e a passe adiante. Depois, quando a anfitriã pergunta: "Como sobremesa, vocês preferem sorvete ou pavê?", e alguém diz: "Sabe que faz tempo que eu não como pavê?", ela sabe que tem que servir mais uma porção de pavê.

A conversa comum também tem o seu objetivo. Quando a mãe diz: "Está gelado lá fora", está mandando os filhos se agasalharem. Quando dois estranhos entram no elevador e um diz: "Puxa, está fazendo um calor terrível", ele está reconhecendo a existência do outro passageiro. Ele quer dizer: "Eu reconheço a sua humanidade; por favor, reconheça a minha, para que possamos ocupar o espaço de modo mais confortável", sabedor que se realmente dissesse: "Senhor, vamos reconhecer a humanidade um do outro para entrar no ritual de fitar os botões indicadores dos andares", talvez o outro passageiro quisesse sair do elevador e ir pela escada.[3]

Às vezes a fala tem propósitos múltiplos. Certa quarta-feira à noite, num jantar da igreja, minha filha e eu permanecemos à mesa depois de termos terminado de comer, antes de nos dirigirmos para as atividades separadas. Sabendo que tínhamos pouco tempo, fiquei chateado quando um simpático interruptor sentou-se e começou a puxar uma conversa amigável, mas sem propósito. Quando ele fez uma pausa, abracei minha filha e disse: "Sabia que essa é a menina mais doce do mundo?" Com esse comentário, eu esperava fazer três coisas. Primeiro, *assegurar* a minha filha que ela é importante para mim e que eu não vou parar de dar atenção a ela cada vez que um adulto quiser bater um papo comigo. Se-

3. A mídia de notícias às vezes obscurece isso, pois ela transmite enormes quantidades de informações aparentemente inúteis – o que fazer com os tufões, as revoluções ou o descarrilamento de trens em países distantes? Porém, essas reportagens, até mesmo fatos sobre a colheita de aspargo, são, no mínimo, uma distração, e podem ter objetivos bem mais nobres.

gundo, demonstrar que queria *incluí-la* na conversa. Terceiro, eu quis *afirmar* o meu afeto por ela, declarando implicitamente: "Tenho você na mais alta estima e digo isso com prazer". Assim, com as minhas palavras, eu tinha em vista três efeitos. Elas se aplicavam de três modos.

O diálogo constitui a parte mais fácil do argumento de que a linguagem visa produzir um efeito. Quando vamos escrever, não há mais a presença do falante para esclarecer as ambigüidades, interpretar cenhos franzidos, insistir no significado ou indicar a sua significância. Especialmente quando um autor não está em posição de responder, os leitores têm a capacidade de colocar o texto para uso próprio, podendo distorcê-lo ou pervertê-lo. Contudo, esse não é o modo como geralmente nos comportamos na comunicação escrita, especialmente quando leitor e escritor vêm da mesma comunidade, como é o caso da Escritura. Escrever não exige uma resposta tão direta quanto a conversação, mas tudo ainda tem o seu propósito. A poesia enobrece. Reportagens de noticiários informam. Palestras educam. Romances divertem. Ensaios formam opinião e política. Se, portanto, *toda* linguagem tem um propósito, se as pessoas normalmente querem fazer alguma coisa com as palavras, devemos esperar que a linguagem *bíblica* também tenha propósito.[4]

Se a Bíblia fosse apenas linguagem comum, ela seria toda relevante – até mesmo as genealogias. Mas é claro, ela é muito mais que linguagem comum. Ela é a verdadeira história da humanidade, sua condição e redenção pelo Deus vivo. Ela fala da redenção de Deus em cada esfera da vida – espiritual, física, intelectual e social. Até mesmo as genealogias bíblicas são pertinentes. As genealogias típicas do Oriente Médio eram carregadas de nomes de reis, deuses e heróis, mas as genealogias bíblicas constam principalmente de listas de pessoas comuns. Isso reflete que o plano de Deus era criar uma "sociedade descentralizada, não-hierárquica", com interesse pela "saúde social e viabilidade econômica" de suas unidades "mais baixas". Isso sugere que devemos buscar efeitos sociais semelhantes hoje.[5]

4. As melhores defesas do autor e de sua intenção são de E. D. Hirsch, *Validity in Interpretation* (New Haven: Yale University Press, 1967); e Kevin Vanhoozer, *Is There a Meaning in this Text?* (Grand Rapids: Zondervan, 1998).
5. Christopher J. H. Wright, *Walking in the Ways of the Lord: The Ethical Authority of the Old Testament* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1995), pp.16-24,152,153.

UMA TEOLOGIA GERAL DE APLICAÇÃO

Poderíamos lamentar a (aparente) clareza de 2 Timóteo 3.16,17 por funcionar como um texto-prova tão perfeito para a relevância da Escritura que permite que ignoremos evidências mais sutis de que na verdade toda a Escritura instrui na fé e justiça. Os capítulos adiante exploram mais a fundo essa evidência, mas é prudente, desde o início da nossa jornada, delinearmos uma teologia de aplicação que desenvolva os objetivos gêmeos de conhecer Deus e conformarmo-nos a ele. Observaremos seis temas, e em seguida examinaremos detalhadamente o uso (aplicação) que Jesus fez do Antigo Testamento.

1. *Amar a Deus.* A Bíblia é a história da salvação, o drama de um Pai amoroso que busca os filhos e filhas afastados e os reintegra à sua família repleta de amor. Depois da rebeldia de Adão, Deus promete um filho que esmagará o enganador que instilou o pensamento do pecado (Gn 3.15). Esse filho de Abraão abençoaria todo o mundo (Gn 12.1-3); esse Filho de Davi reinaria para sempre (2Sm 7.8-16) até Deus cumprir a promessa: "Vós me sereis a mim por povo, e eu vos serei a vós outros por Deus" (Jr 11.4; 30.22; Ez 36.28; cf. Êx 6.7). Em Jesus a promessa frutifica, pois ele redime os filhos de todas as nações, reconciliando-os consigo mesmo. A terminologia varia, mas o primeiro tema de aplicação é que o amor anterior de Deus suscita fé no Pai, obediência a ele e afeto por ele.[6]

2. *Resposta a Deus.* Quando Deus age e uma narrativa bíblica documenta o acontecimento, o autor geralmente faz uma pausa para relatar a resposta das testemunhas, quer seja de fé, temor, penitência, surpresa, ira ou louvor. Ao relatar como as testemunhas responderam *naquele tempo*, as narrativas indicam como o leitor poderá responder *agora.* Nos evangelhos, algumas narrativas ordenam explicitamente a fé (Mt 8.1-13; 9.1-6,18-36; 14.22,33; 15.21-28; Lc 7.36-50; 17.11-19; 19.1-10) ou repreendem a dureza de coração (Mc 8.17-21). Outras levam sutilmente o leitor a fazer

6. A idéia de que a gratidão não tem lugar na vida cristã por sua motivação deficitária (baseada em que devemos alguma coisa em vez de deleitar-nos em concedê-la) está em conflito com Hebreus 12.28; Êxodo 19.3-8 e Deuteronômio 7.7-16. Há motivos adicionais, mas fato é que devemos obediência a Deus.

avaliações corretas. Quando Jesus ressuscitou Lázaro, João justapõe a fé de Marta à conspiração dos líderes judeus (11.21-27,45-53). Jesus também cura, no sábado, ao lado dos tanques em Jerusalém, dois homens cronicamente doentes. Nas duas ocasiões, os líderes judeus criticam a cura. Nas duas ocasiões, Jesus procurou depois o homem que foi curado. Mas um deles o trai para as autoridades (Jo 5.1-15), enquanto o outro o defende e crê nele (9.1-38).[7] Entendeu?

3. *Aprender da história bíblica.* Moisés considerava Israel responsável por aprender do seu passado. Cada geração deve ver os atos redentores de Deus, recentes ou distantes, como provas do seu amor de aliança e sua autoridade, e um convite à lealdade para com a aliança. Assim, antes de entrarem em Canaã, Moisés disse a Israel a respeito da aliança que Deus fizera com eles no Sinai quarenta anos antes: "Não foi com nossos pais que fez o SENHOR esta aliança e sim conosco, todos os que, hoje, aqui estamos vivos. Face a face falou o SENHOR conosco, no monte, do meio do fogo... dizendo: Eu sou o SENHOR, teu Deus, que te tirei do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de mim" (Dt 5.3-7). Isso é surpreendente, porque, com exceção de Josué e Calebe, todos os membros da geração do deserto não haviam nascido ou eram crianças quando Israel fugiu do Egito. Moisés sabia disso, é claro, mas diz: "Deus fez aliança *conosco*". Na economia divina, uma aliança feita com os pais permanece com efeito para os filhos.[8] Paulo diz que a história de Israel se aplica à igreja. "Tudo quanto, outrora, foi escrito para o nosso ensino foi escrito" (Rm 15.4). A sombria história dos fracassos de Israel no deserto nos admoesta: "... não cobicemos as coisas más, como eles cobiçaram... Estas coisas lhes sobrevieram como exemplos e foram escritas para advertência nossa, de nós ou-

7. Quer o homem do tanque de Betesda fosse tolo ou traidor, ele identificou Jesus às autoridades, que ficaram furiosas com a suposta violação do sábado. Deliberada traição é no mínimo uma possibilidade.

8. Note a continuidade multigeracional novamente, quando cada geração leva as primícias de Canaã para a casa de Deus, confessando que foi Deus que lhes deu a terra. À medida que o sacerdote recebe o presente, cada israelita deve declarar: "... Arameu prestes a perecer foi meu pai, e desceu para o Egito... Clamamos ao SENHOR... e o SENHOR ouviu a nossa voz e atentou para a nossa angústia... e o SENHOR nos tirou do Egito com poderosa mão... e nos trouxe a este lugar ... agora, trago as primícias dos frutos da terra que tu, ó SENHOR, me deste" (Dt 26.1-11). Assim, o passado regula o presente de Israel.

tros sobre quem os fins dos séculos têm chegado" (1Co 10.6-11). Romanos concorda com esse princípio, declarando que os relatos da justificação de Abraão e o perdão de Davi "não somente por causa dele está escrito que lhe foi levado em conta, mas também por nossa causa, posto que a nós igualmente nos será imputado, a saber, a nós que cremos naquele que ressuscitou dentre os mortos a Jesus, nosso Senhor" (Rm 4.1-8,23,24).

4. *Imitar Deus.* Na criação, Deus fez o homem e a mulher à sua imagem e semelhança (Gn 1.27). Na redenção, recriou-nos para ser "segundo Deus, em justiça e retidão procedentes da verdade" (Ef 4.24). Agora, devemos ser santos porque ele é santo; amorosos como ele é amor; justos como ele é justo; misericordiosos como ele é misericordioso.

5. *Imitar Cristo.* A vida do crente segue os contornos da vida de Cristo. Deus nos destina a tornar-nos como Cristo, "o primogênito entre muitos irmãos" (Rm 8.29). Como Jesus, passamos por sofrimentos e tribulações antes de entrar na glória (At 14.22; Fp 3.10,11). Diz ele: "Se alguém quer vir após mim, a si mesmo se negue, tome a sua cruz e siga-me" (Mc 8.34). Ao lavar os pés dos discípulos, ele disse: "Ora, se eu, sendo o Senhor e o Mestre, vos lavei os pés, também vós deveis lavar os pés uns dos outros. Porque eu vos dei o exemplo, para que, como eu vos fiz, façais vós também" (Jo 13.14,15). Nossa imitação de Jesus, porém, vai além do sofrimento e do serviço e soa quase sem limites: "O discípulo não está acima do seu mestre, nem o servo, acima do seu senhor. Basta ao discípulo ser como o seu mestre, e ao servo, como o seu senhor" (Mt 10.24,25).

6. *O caminho da bênção.* Um tema menor e mais facilmente mal-elaborado sugere que, se as comunidades e as pessoas fizerem as coisas do modo de Deus, a vida geralmente vai mais tranqüila. O mundo foi feito para funcionar do modo de Deus, assim: "quanto ao perverso, as suas iniqüidades o prenderão, e com as cordas do seu pecado será detido" (Pv 5.22). E também: "A justiça do íntegro endireita o seu caminho, mas pela sua impiedade cai o perverso" (11.5).[9] Os que obedecem à lei encontram liberdade e bênção (Tg 1.22-25). Além do mais, Deus recompensa a

9. Esse tema aparece também na Lei. Em Deuteronômio 10.12,13, Deus dá os mandamentos a Israel "para seu próprio bem".

obediência e pune a iniqüidade. Todos prestarão contas do bem ou mal que fizeram. O Salmo 34.12-16 junta os dois temas:

> Quem ... ama a vida
> e quer longevidade para ver o bem?
> Refreia a tua língua do mal
> e os lábios de falarem dolosamente.
> Aparta-te do mal e pratica o que é bom;
> procura a paz e empenha-te por alcançá-la.
> Os olhos do SENHOR repousam sobre os justos,
> e os seus ouvidos estão abertos ao seu clamor.
> O rosto do SENHOR está contra os que praticam o mal,
> para lhes extirpar da terra a memória.

O motivo das "bênçãos da obediência" é mais forte na literatura de sabedoria, que enfatiza o valor da sabedoria de Deus, quer aprendida dos pais (Pv 1-5) ou da palavra de Deus (Sl 19, 119).

Cabem aqui duas advertências. Primeiro, o justo ainda poderá sofrer por fazer o bem (1Pe 3.14). Segundo, até mesmo os crentes podem se desviar para uma mentalidade de desempenho. Esquecidos de que a nossa obediência jamais é meritória, tiramos a vestidura branca que Cristo nos deu e nos esforçamos para vestir-nos com os trapos da nossa própria justiça. Contudo, se evitarmos a perseguição e a autojustiça, geralmente a obediência nos traz bênção.

A TEOLOGIA DE APLICAÇÃO DE JESUS

O uso da Escritura por Jesus

A leitura que Jesus fazia da Escritura, o Antigo Testamento, é uma importante diretriz para o nosso uso da Escritura. Com um tópico tão rico, temos de ser seletivos. Assim, conquanto fizermos outras observações, quero enfatizar que o uso que Jesus fazia da Escritura destacava o testemunho que ela dava dele.[10] Além do mais, a sua crítica de mal-uso

10. Devo alguma coisa desta seção a Craig Evans, que divide o uso que Jesus faz do Antigo Testamento em três partes: legal, profética e analógica ("Old Testament in the Gospels", em *Dictionary*

da Escritura muitas vezes tem origem na falha em reconhecer esse testemunho. Veremos, portanto, que Jesus modela a aplicação teocêntrica.

1. *Jesus e a lei bíblica.* Ancoramos o uso que Jesus fazia das Escrituras na sua afirmativa de que todo traço, toda ordem da lei, deve ser cumprido (Mt 5.17-20). As suas interpretações aprofundam a exigência e expandem a abrangência da lei. Ele aprofunda a exigência da lei ao tratar dos motivos que estão por trás do pecado aberto (5.21-48). Ele proíbe matar e adulterar, e então proíbe que demos guarida a tais pensamentos. Ele repreende a aplicação estreita da lei, aplicando-a a novas situações, como hábitos de refeições e conflitos pessoais. Quando os fariseus criticam Jesus por jantar com pecadores, ele cita Oséias 6.6: "... misericórdia quero, e não sacrifício". Ao descrever como a igreja deverá resolver ofensas, faz uso da lei de Moisés: "... pelo depoimento de duas ou três testemunhas, toda palavra se estabeleça" (Dt 19.15; Mt 18.16). Quando os fariseus censuram a sua guarda do sábado, ele pronuncia o principal propósito daquele dia: "... O sábado foi estabelecido por causa do homem, e não o homem por causa do sábado" (Mc 2.27).

A conclusão de Marcos 2 registra o uso egocêntrico da lei por Jesus; ele é Senhor da lei: "de sorte que o Filho do homem é senhor também do sábado" (2.28). Ele a cumpre perfeitamente: "Quem dentre vós me convence de pecado?" (Jo 8.46). Ele a interpreta definitivamente: "Ouvistes o que foi dito, *eu* porém vos digo...".[11] Além do mais, ele convida os que não conseguem guardar a lei a buscar dele a ajuda. Bendiz os pobres de espírito, que conhecem a própria incapacidade espiritual (Mt 5.3). Oferece um jugo suave, em lugar do pesado jugo da lei (11.28-30). Oferece a si mesmo em resgate pelos pecadores (20.25-28).[12]

2. *Jesus e a profecia bíblica.* Conceitos errados quanto à profecia podem impedir o nosso entendimento do uso que Jesus fez das Escrituras proféticas. Vemos o cumprimento da profecia como prova da veracidade

---

of Jesus and the Gospels, org. por Joel B. Green, Scott McKnight e I. H.Marshall [Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1992], pp.579-590).

11. O grego *egô de legô hymin* é enfático seis vezes consecutivas (Mt 5.22,28,32,34,39,44).
12. Daniel M. Doriani, *Getting the Message* (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed, 1996), pp.180-183.

da Escritura e da soberania de Deus, e é isso. Infelizmente, esse conceito de "prova" leva alguns a considerar a profecia como uma espécie de cartomancia piedosa. A correspondência exata entre previsão e acontecimento impressiona os leitores: só Deus poderia fazer tanta concordância entre a predição e a História.[13] Essa idéia levemente errônea pode gerar um impasse em alguns estudos bíblicos:

P: Por que Jesus entrou em Jerusalém montado num jumentinho?
R: Para cumprir a Escritura.
P: Mas por que ele cumpriu a Escritura nesse tempo?
R: Porque fora profetizado.

Essa espécie de (falta de) raciocínio é inerte porque quase considera as coisas de modo invertido. Para enfatizar isso ligeiramente, *Jesus não fez as coisas porque elas foram preditas; elas foram preditas porque assim Deus ordenou que ele as fizesse.* Não era a profecia que causava a ação, tanto quanto a ação futura causou a predição. Predeterminada por Deus fora do tempo, a ação foi apresentada por Deus à mente do profeta antes do seu tempo, de modo que, quando chegasse o tempo, a ação seria reconhecida como vontade de Deus.

O motivo do cumprimento é também egocêntrico. Jesus muitas vezes predisse os acontecimentos acerca de sua morte dizendo que eles cumpriam as Escrituras (Mt 21.4; 26.54-56; 27.9; Mc 12.10; 14.49; Lc 18.31; 22.37; Jo 13.18; 18.32; 19.24-28,36,37; 20.9).[14] Os discípulos tiveram dificuldade com essa predição antes do acontecimento, mas depois, inclinaram o coração e a mente para isso. Entendendo, finalmente, eles seguiram a direção de Jesus, examinaram a Escritura e incorporaram ainda outras profecias ao seu ensino. Essas profecias têm destaque nos sermões dos apóstolos aos judeus (At 3.18; 10.39-43; 13.32,33; 26.22,23). Esse motivo admite que a crucificação de Jesus era repugnante ao judeu e ao grego, mas explica que ela segue o plano de Deus. Assim, a proclamação de Jesus exalta, sem vergonha, a crucificação e ressurreição de

13. C. H. Dodd, *According to Scriptures* (Londres: Nisbet, 1953), p.127.
14. Ele também prediz esses acontecimentos com a expressão "está escrito" (Mt 26.31; Mc 9.12; 14.21,27; Lc 24.44-47; Jo 12.16; 15.25) e os chama de necessidade divina (Lc 9.22; 17.25; 22.37; 24.7,24-27).

Jesus (Rm 1.16). É a cura para o pecado; ela sustenta a aplicação mais fundamental, o chamado à fé naquele que ressuscitou.[15]

3. *Jesus e os temas bíblicos.* A obra de Jesus com temas bíblicos é tão rica que nós só investigaremos o modo como Jesus usou os temas do Antigo Testamento para chamar a atenção para a sua pessoa e obra. Primeiro, *Jesus ultrapassa e completa os ministérios dos líderes de Israel.* Ele declara que é maior que Abraão, porque é eterno (Jo 8.53-56). Ele é maior que Jacó, porque é o portal entre céu e terra (Jo 1.51; cf. Gn 28.12) e porque dá uma fonte de água que jorra para a vida eterna (Jo 4.12-14). Ele é maior que Moisés porque inaugura uma aliança de graça e verdade em vez de lei (Jo 1.17) e porque oferece o pão verdadeiro que dá vida, vindo do céu (Jo 6.32-35). Ele é maior que Jonas em seu chamado irresistível ao arrependimento (Mt 12.41). Ele ultrapassa Salomão em sabedoria que atrai as nações (Mt 12.42).

Segundo, *Jesus completa as instituições da antiga aliança.* Ele é maior que o templo, pois é a própria presença de Deus (Mt 12.6). É o sacerdote definitivo, que dá acesso a Deus (Hb 7–10). É o bom pastor que cuida de Israel (Mt 9.36; Jo 9.1–10.18; cf. Ez 34.1-16). É o grande profeta (Lc 7.16,26). É o grande rei, filho e Senhor de Davi (Mt 22.41-46). É o juiz final (Mt 25.31-46), a sabedoria de Deus (Lc 7.31-35).

Essa amostra do desenvolvimento feito por Jesus de temas bíblicos prova que, qualquer outra coisa que seja dita, sua interpretação está concentrada no testemunho que a Escritura oferece da sua supremacia. A leitura e a aplicação da Escritura, feitas por Jesus, são implacavelmente teocêntricas e egocêntricas.

A crítica de Jesus ao mau uso da Escritura

A crítica de Jesus ao uso incorreto da Escritura feito pelos judeus mostra o mesmo caráter teocêntrico e egocêntrico. Cinco vezes Jesus usa a fórmula retórica "Não lestes o que está escrito?" para repreender os líderes judeus por causa do uso incorreto da Escritura.[16] É claro que Jesus não

15. Em *New Testament Development of Old Testament Themes* (Grand Rapids: Eerdmans, 1968), F. F. Bruce demonstra como Jesus cumpre temas tais como a salvação de Deus, a vitória de Deus, o Filho de Davi, o Messias Servo, o Rei Pastor.

16. A pergunta aparece dez vezes nos evangelhos. Duas vezes num texto e quatro vezes nas passagens paralelas: Mateus 12.3,5 (Mc 2.25; Lc 6.3); Mateus 19.4; Mateus 21.16 (Mc 12.10);

indagava se eles eram literatos ou sobre os hábitos de leitura deles; ele dizia que eles falhavam em entender o significado da Bíblia.[17] Em quatro dessas ocasiões, eles falharam em entender o testemunho do Antigo Testamento quanto a Jesus. Uma quinta passagem, que discutiremos primeiro, repreende os fariseus por seguir a letra e deixar de buscar a intenção da Escritura, como faz Jesus.

Em Mateus 19.3, os fariseus perguntam: "É lícito ao marido repudiar a sua mulher por qualquer motivo?" Jesus responde: "Não tendes lido que o Criador, desde o princípio, os fez homem e mulher... tornando-se os dois uma só carne?" (vs. 4-6). Pelo menos alguns dos fariseus haviam lido erradamente Moisés, transformando regulamentos feitos para restringir o divórcio em permissão para os homens se divorciarem de suas mulheres por qualquer motivo. Assim, eles aplicavam a Escritura de modo incorreto, baseando-se nos motivos para a dissolução do casamento em vez de nos meios para restaurá-lo.[18]

O restante dos casos são quanto à falha em ver que a Lei e os Profetas testificam de Jesus. Primeiro, em Mateus 12.2 os fariseus acusam-no de

---

Mateus 21.42 e Mateus 22.31 (Mc 12.26). O verbo *anaginôskô*, geralmente "eu leio" aparece todas as vezes, mas a fraseologia varia levemente. É *ouk anegnôte* em Mateus 12.3,5; 22.31 e Marcos 2.26, mas *oudepôte anegnôte* em Mateus 21.16,42 e Marcos 2.25; *oude anegnôte* aparece em Marcos 12.10 e Lucas 6.3.

17. A pergunta tem antecedentes na literatura profética e rabínica. Os rabinos distinguiam entre a leitura e a interpretação, entre o que dizia o texto e o que o leitor aprendia. Veja, de David Daube, *The New Testament and Rabbinic Judaism* (Peabody, Mass.: Hendrickson, 1956), pp.427-432.

18. A *Mishná* (trad. H. Danby, 1933) tem cerca de 15 páginas regulando o divórcio e 10 regulando os noivados, mas nada sobre preservar ou restaurar o casamento. Eis uma lei que regula o documento do divórcio (*Gittin* 2.5-6):

> Pode ser escrito com qualquer coisa: tinta, tinta vermelha, massa, sulfato ferroso, qualquer coisa que dure, mas não pode ser escrito com suco de frutas ou no que não dura. Pode ser escrito em qualquer coisa – numa folha de oliveira, no chifre de uma vaca (e ele terá de dar a ela a vaca) ou na mão de um escravo (e deve dar-lhe o escravo)... Todos são qualificados a *escrever* um documento de divórcio, até o surdo-mudo, um imbecil ou um menor de idade. Todos podem *instaurar* um escrito de divórcio exceto se for surdo-mudo, imbecil, menor de idade, cego ou gentio... Se foi recebido do marido por uma menor de idade que (mais tarde) se emancipou, ou por surdo-mudo cujos sentidos (mais tarde) ficaram sãos, ou por um imbecil que ficou são... ainda será válido. Porém, se (foi dado por) alguém de sentidos sãos que mais tarde se tornou um surdo-mudo e novamente se tornou de sentidos sãos,... ou por alguém que era são e depois se tornou louco e novamente ficou são, é válido... Se no início e no final um ato for realizado com conhecimento, é válido.

permitir aos discípulos pegar grãos do campo pelo qual andavam no sábado – não por roubo, mas por trabalhar no sábado. Ele responde: "Não lestes o que fez Davi quando ele e seus companheiros tiveram fome?" Ou seja, assim como a necessidade humana era mais importante que as regulamentações sacrificiais na época de Davi, algo era mais importante do que as regulamentações do sábado nos dias de Jesus. Além do mais, Jesus perguntou: "Não lestes que, aos sábados, os sacerdotes no templo violam o sábado e ficam sem culpa?" O argumento de Jesus é duplo. Em primeiro lugar, a lei conhece as prioridades. A necessidade humana e o serviço ao Senhor são mais importantes do que as regulamentações do sábado. Mas, em segundo lugar, Jesus acrescenta: "Aqui está quem é maior que o templo" (12.6). Ou seja, se o sacerdote pode servir no sábado no espaço que *representa* a presença de Deus, os discípulos podem fazer o que for necessário para ajudar o ungido que *é* a presença de Deus.

Outros usos de "não lestes" ocorrem nas controvérsias durante a última semana de Jesus. Em Mateus 21.14,15, alguns meninos que viram a cura que Jesus fez na área do templo, exclamaram: "Hosanas ao filho de Davi".[19] Os principais sacerdotes e mestres se indignaram quando ouviram ecoar esse louvor na entrada triunfal (21.9). Porém, Jesus defende os meninos citando o Salmo 8: "Nunca lestes: Da boca dos pequeninos e crianças de peito tiraste perfeito louvor?" Ele diz que as crianças o louvam porque sabem a verdade. O uso que Jesus faz do Salmo 8 é surpreendente porque também aplica o que era originalmente um hino de louvor ao próprio Criador. Mateus está dizendo que as crianças deveriam ter ido além? "Hosana" é uma aclamação, e "Filho de Davi" declara que ele é o Messias.[20] Mas Jesus merece ainda maior louvor, pois ele criou e reina sobre todos. Coroado de glória e honra, merece ser adorado (Sl 8.2-8).[21]

Na quarta passagem, os sacerdotes e fariseus reclamam que Jesus dirige contra eles a parábola dos lavradores maus. Parece que eles "nunca tinham lido" o Salmo 118, que diz que a pedra que os construtores rejei-

19. O grego, *tous paidas* é masculino. O neutro, *ta paidia* é mais comum (p. ex., em 18.3; 19.14).
20. Robert Gundry, *The Use of the Old Testament in Saint Matthew's Gospel* (Leiden: E. J.Brill, 1967), pp.41-43.
21. Seguindo a idéia de Dodd (*Scriptures,* pp.104,126) de que os escritores do Novo Testamento citam os textos do Antigo, não como citações isoladas, mas como referências a seções inteiras, trago todo o Salmo 8 ao assunto em pauta.

taram tornou-se pedra fundamental (Mt 21.33-42). O Salmo 118 louva a Deus por libertar aquele que foi desprezado e ameaçado por todos os lados. A figura poderia ser Davi, desprezado por sua família e ameaçado por Golias e Saul. Ou poderia ser a nação de Israel, muitas vezes desprezada e atacada. Mas Jesus, Filho de Davi, o verdadeiro Israel, recapitula os sofrimentos e a vindicação de seus tipos no Antigo Testamento. A parábola de Mateus seria válida sem a citação do Salmo 118, mas Jesus queria que os discípulos vissem a sua rejeição como caso arquétipo da rejeição injusta que antecede a vindicação pública (cf. At 4.11; Rm 9.33; 1Pe 2.6-8).

A passagem final, de Mateus 22, enfoca o Pai. Quando os saduceus negam a ressurreição corporal, Jesus pergunta: "não tendes lido o que Deus vos declarou: Eu sou o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó? Ele não é Deus de mortos, e sim de vivos" (vs.29-31, cf. Êx 3.6). Jesus os repreende por não "lerem" o tempo verbal – eu *sou* o Deus de Abraão", não "eu era". Mais basicamente, eles falharam em conhecer a Deus, o Deus dos vivos.

Aplicação centrada em Deus

Pode-se argumentar que a pergunta "Não lestes?" é injusta em alguns casos. Como, sem ajuda, os judeus poderiam ver o Salmo 8 como dando testemunho de Jesus, quando até mesmo líderes cristãos bem treinados têm de se esforçar para compreender isso? Como os saduceus podiam saber que a doutrina de Deus repousa sobre tempos verbais? Mas as fontes rabínicas demonstram que eles estavam acostumados a examinar as minúcias por trás da discussão "Eu sou" e "eu era". Mais importante ainda, se os Salmos 8 e 118 dão testemunho enigmático da divindade de Jesus, os judeus certamente possuíam evidências suficientes da identidade de Jesus para vencer suas objeções contra ele (Mt 21.33-46).[22] Em outras ocasiões, Jesus repreende os líderes por interpretarem erradamente, citando sua falha em ver os sinais que apontavam para ele (Mt 16.1-4; Lc 24.45; Jo 5.39,40).

22. Especialmente a sua reivindicação implícita de divindade – ao perdoar pecados, receber adoração, etc. (ver, de Daniel Doriani, "The Deity of Christ in the Synoptic Gospels", *Journal of the Evangelical Theological Society 37* [set 1994], pp.340-343).

O modelo de Jesus de aplicar a Escritura a si mesmo nos lembra novamente que a aplicação válida começa com o conhecimento de Deus. Os Salmos podem ser confortantes, as narrativas podem ser comoventes, as doutrinas ou a ética estimulantes. Porém, as lições que esquecem de Cristo são subcristãs, pois nunca transcendem o objetivo de viver bem. O fundamento da aplicação sempre é o conhecimento de Deus, Criador e Redentor.

Vemos o papel fundamental do conhecimento de Deus em muitos dramas bíblicos, como o conhecimento de Deus do protagonista encoraja a fidelidade. Abraão ofereceu Isaque sobre o altar porque sabia que Deus provê (Gn 22.8,14). José perdoou os irmãos traidores porque entendeu a misericórdia soberana de Deus: "não fostes vós que me enviastes para cá, e sim Deus" (Gn 45.7-11). Moisés conduziu Israel para fora do Egito porque sabia que Deus se lembrava da aliança com Israel, porque sabia que Deus tinha maior poder do que os exércitos ou as divindades egípcias (Êx 3–15). Davi venceu Golias porque sabia que "a batalha é do SENHOR" (1Sm 17).

Jesus esperava que os seus discípulos também aplicassem o conhecimento que eles tinham dele às situações difíceis. Tendo visto como ele dominava a natureza, como eles poderiam tremer de medo na tempestade (Mt 8.23-27; 14.22-31)? Tendo visto como ele alimentou a multidão, eles poderiam perguntar onde encontrar comida (Mc 6.30-44; 8.17-22)? Assim, a fé é o ponto de partida para toda a aplicação. Disso testificam os profetas e os apóstolos.[23] Isso é também essencial para um verdadeiro entendimento da grande passagem sobre a relevância da Escritura, 2 Timóteo 3.16,17.

2 TIMÓTEO 3.16,17

Em 2 Timóteo 3, Paulo declara de modo admirável: "Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a corre-

23. Os evangelhos constantemente instam para que se tenha fé em Jesus. Cada evangelho *começa* com um testemunho dele. Mateus diz que ele é Filho de Davi e de Abraão (1.1), Salvador (1.21), Emanuel (1.22,23), rei dos judeus e Messias (1.1 e 2.4). Marcos 1.1 diz que Jesus é o Cristo, Filho de Deus. Lucas o chama de Filho do Altíssimo, Filho de Deus (1.31-35), Cristo o Senhor (2.11), luz para os gentios (2.30-32). João diz que o Verbo que era Deus desde o princípio veio habitar entre os homens (1.1,14). No *meio* dos diversos evangelhos, à medida que se

ção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra".[24] A Escritura como um todo – cada livro, cada seção, cada gênero – tem essas características. "Escritura" (*graphç*) é um substantivo coletivo, que se refere a todo o Antigo Testamento (Mt 26.54-56; Lc 24.27,32,45; Jo 5.39; At 17.2,11; Rm 1.2; 15.4; 1Co 15.3,4).[25] Paulo não quer dizer que todo feixe de versículos pode ser usado para os quatro objetivos: ensino, repreensão, correção e treinamento.[26] Porém, como Timóteo dirige a igreja, a Escritura é sua primeira aliada. Isso inclui ambos os Testamentos. "Escritura" significa Antigo para Paulo, mas se ele pretendia descrever os evangelhos e as epístolas ou não, seu comentário cabe também a estes.[27] A Escri-

---

espalhava a fama de Jesus, surge a pergunta: "Quem é este?" (Mt 8.27; Mc 4.41; Lc 5.21; 7.49; 8.25; 9.9; Jo 12.34). Cada evangelho responde relatando duas confissões em pontos climáticos (Mt 16.16; 17.5; Mc 8.29; 9.7; Lc 9.20,35; Jo 9.38; 11.27). Cada evangelho também *termina* com Cristo. Em Mateus, os crentes batizados no nome do Filho farão discípulos de todas as nações (Mt 28.18-20). Em Marcos, quando Jesus morre, um centurião confessa: "Verdadeiramente, este homem era o Filho de Deus!" (15.39). Em Lucas, o Cristo ressurgido comissiona os discípulos a proclamar arrependimento e perdão em seu nome (24.45-47). João diz que escreveu para que as pessoas cressem que Jesus é o Cristo e tenham vida em seu nome (Jo 20.31). Assim, o chamado para crer em Jesus é a principal aplicação de cada evangelho.

24. Não há verbo nessa sentença. O verbo "é" tem de ser inserido em um de dois lugares "toda escritura [é] inspirada por Deus e útil" ou "toda Escritura inspirada por Deus [é] útil". A segunda opção não é aceitável por diversas razões: (1) A tradução: "Toda Escritura inspirada [é] útil" sugere que alguma Escritura não é inspirada, não é útil, ou ambas as coisas. Essas idéias são totalmente estranhas a Paulo, à igreja primitiva e ao mundo judaico. Também solapam o seu argumento. (2) É lógico construir ambos os adjetivos do mesmo modo. Na primeira leitura, os dois são predicativos, no segundo um é atributivo e o outro predicativo. (3) Adjetivos atributivos geralmente aparecem antes do substantivo, mas aqui ambos seguem o substantivo "Escritura". (4) A construção é um paralelo exato de 1 Timóteo 4.4, em que ambos os adjetivos são predicativos. Ver, de Kelley, *Pastoral Epistles*, p.203, Knight, *Pastoral Epistles*, pp.446,447.
25. B. B. Warfield, *The Inspiration and Authority of Scripture* (Filadélfia: Presbyterian and Reformed, 1948), pp.234-239.
26. Concordo com a possibilidade de ser apresentado como válido esse ponto de vista que refuto, pois *pasa* ("toda") juntado a um substantivo *anartro* em geral significa "todos". Ver F. Blass, A. Debrunner e Robert Funk, *A Greek Grammar of the New Testament* (Chicago: University of Chicago Press, 1961), 275.3; Nigel Turner, *Syntax,* vol. 3 em *A Grammar of the Greek New Testament,* de J. H. Moulton (Edimburgo, T. & T. Clark,, 1963), p.199; A T. Robertson, *Grammar of the Greek New Testament* (Nashville: Broadman, 1934), pp.771,772.
27. O conceito dos evangelhos e das epístolas como Escritura surge no próprio Novo Testamento. 2 Pedro 3.16 chama as cartas paulinas de Escritura. Paulo deixa implícito que a nova revelação tem paridade com as antigas quando, em 1 Timóteo 5.18, coloca Deuteronômio 25.4 e Lucas 10.7 lado a lado, chamado a ambos de Escritura. Paulo crê também que sua mensagem é palavra autoritária de Deus (1Co 7.17; 14.37; 2Co 2.17; 1Ts 2.13), pois foi ensinada por Deus

tura é inspirada por Deus (*theopneustos*). O que ela diz, Deus diz; assim, ela é útil para o ministério.[28]

O quarteto de Paulo – ensino, repreensão, correção, treinamento na justiça – entra em duas categorias: crença e conduta.[29] Quanto à *crença,* quando Paulo diz que a Escritura é útil para ensino e refutação, declara que a doutrina ajuda a igreja a vencer o erro e a se desenvolver na verdade. A doutrina é prática: idéias desviadas promovem a iniqüidade (2Tm 3.1-9; 4.1-5). Quanto à *conduta,* Paulo diz que a Escritura corrige os erros e nos treina na justiça. A Escritura repreende o pecado e promove a piedade. Esse treinamento conjunto em doutrina e conduta prepara os cristãos para toda boa obra. A igreja é mais saudável quando tanto a teologia quanto a vida estão sãs.[30] Na verdade, elas são inseparáveis.[31]

Alguns crentes agem como se 2 Timóteo 3.16,17 dissesse: "Acredite ou não, existe algo útil em toda a Escritura – até mesmo nos textos *doutrinários!*" Mas Paulo sempre liga, consistentemente, a doutrina à vida. Elas formam um antídoto duplo contra a impiedade e a superficialidade (3.2-9; 4.3,4). O próprio Timóteo permanece firme quando lembra a *doutrina e a vida* de Paulo (3.10). Quando uma crença doutrinária e um código moral se unem, as pessoas são equipadas para as boas obras. Paulo se entristece quando as pessoas abandonam a sã doutrina (4.2-4), pois a sã doutrina cura muitos males.

Isso deve ser óbvio, até mesmo para igrejas que professam falta de interesse pela doutrina. Mesmo se quisermos apenas que Jesus elimine a nossa tristeza e os nossos temores, poucas coisas ajudam mais do que a antropologia bíblica. Onde mais encontrar verdadeiro autoconhecimento?

(1Co 2.13; Gl 1.12). Quando Paulo diz a Timóteo que "pregue a Palavra" (2Tm 4.2), está se referindo ao que Timóteo aprendeu dele. Se a mensagem oral de Paulo é autoridade para Timóteo, então também o são suas palavras escritas (John Stott, *Guard the Gospel* [Downers Grove, Ill. InterVarsity, 1973], p.101; Knight, *Pastoral Epistles*, p.448).Sobre a autoridade apostólica, ver, de Herman Ridderbos, *Redemptive History and New Testament Scriptures,* 2ª ed. (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed, 1988).

28. Warfield, *Inspiration*, p.299ss.
29. Stott, *Guard,* p.103; Knight, *Pastoral Epistles*, pp.449,450; Gordon D. Fee, *First and Second Timothy, Titus* (Peabody, Mass.: Hendrickson,), p.280.
30. Paulo muitas vezes exorta a igreja a guardar o evangelho e rejeitar a doutrina falsa. E ainda, ele declara a necessidade de boas obras dezesseis vezes: 1 Timóteo 2.10; 3.1,7; 5.10,25; 2 Timóteo 2.21; 3.17; Tito 1.16; 2.5,7,8,10,14; 3.1,8,14.
31. Pode-se argumentar que a ortodoxia é mais fundamental que a ortopraxia, mas aqui Paulo não faz esse tipo de argumentação. Certamente, tanto a ortodoxia morta quanto o ativismo cego são problemas (Ap 2.1-7; Lc 10.38-42).

Como podemos compreender a grandeza e a miséria do homem? Ou como um juiz da terra, uma grande máquina pensante, perde a razão quando uma mosca azucrina sua cabeça? Só a Queda explica a glória e o lixo de nossa vida.[32] Só uma coisa importa mais que um entendimento bíblico – o conhecimento de Deus, de nossa culpa diante dele e de seu remédio.

Parte do problema é o hábito de considerar a aplicação como algo que se *segue* ao trabalho exegético e teológico. 2 Timóteo 3 deixa implícito que a instrução na doutrina já é o início da aplicação. Quando Paulo diz que a Escritura é útil para a crença e a conduta, reflete a paridade de interesse pela doutrina e pela prática de 2 Timóteo. Em seis passagens (22 versículos), Paulo insiste que Timóteo guarde ou proclame o evangelho (1.8; 1.13,14; 2.2; 2.8-14; 3.10-14; 4.4,5). Em cinco passagens (novamente 22 versículos), ele exorta-o a perseverar ou a vigiar a sua vida (2.1-8; 2.15; 2.22; 3.5; 3.10-14). Doutrina e ética são aliadas. Ambas equipam os santos para as boas obras.

De cerca de 1850 a 1950, os teólogos obscureceram a relevância da doutrina chamando a sua disciplina de uma "ciência espiritual"[33] ou "ciência da religião"[34] que organizava sistematicamente os fatos da Escritura[35] ou o conhecimento de Deus.[36] Um conceito mais antigo de teologia, porém, voltou. Ele vê a teologia como arte prática que inculca sabedoria para a vida.[37] Diz que o conhecimento de Deus e de si mesmo formam a verdadeira piedade.[38] Diz que a teologia traz a verdade da Escritura para a "interseção viva" com a cultura e a igreja.[39] Diz ainda que "a vida cristã prática é baseada no... conhecimento".[40]

---

32. Tomo emprestado de Blaise Pascal, *Pensées* (Nova York: Dutton, 1958), seções 135-147, 339-366, 425-435.
33. Abraham Kuyper, *Principles of Sacred Theology* (1898; reedição, Grand Rapids, Eerdmans, 1965), pp.92-105.
34. A. A. Hodge, *Outlines of Theology* (1879; reedição, Londres: Banner of Truth, 1972), p.15.
35. Charles Hodge, *Systematic Theology* (1871-1872; reedição, Grand Rapids: Eerdmans, 1952), 1:1-3; 10-19.
36. Louis Berkhof, *Systematic Theology* (Grand Rapids: Eerdmans, 1939), p.19.
37. William Ames, *The Marrow of Theology* (1629, reedição, Grand Rapids: Baker, 1997), pp.77,78.
38. João Calvino, *Institutes of the Christian Religion*, trad. Ford Lewis Battles (1559; Filadélfia: Westminster, 1960), 1:4-9; 36-37.
39. David Wells, *Losing Our Virtue* (Grand Rapids: Eerdmans, 1998), p.2.
40. Sinclair Ferguson, *Know Your Christian Life* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1981), p.2; ver também pp.1-8.

Resumo

A declaração de Paulo de que toda a Escritura é útil parece ser diminuída por genealogias e certas leis mosaicas e determinados oráculos proféticos. Mas Paulo está certo. Nosso estudo do uso comum da linguagem demonstra que falantes e escritores normais sempre buscam "fazer coisas com as palavras". *Todos* buscam relevância, todos buscam efeitos. A Escritura busca o efeito especial de reconciliar a humanidade com Deus e conceder as bênçãos encontradas em Cristo. Os profetas o anunciaram, os apóstolos o relembraram, e ele continuamente apontou para si mesmo ao tratar da lei, da profecia e dos temas bíblicos. Ao fazê-lo, Jesus se declarou maior que o templo e os sacerdotes, Davi e o reino. Ele é o grande profeta, o juiz final, a sabedoria de Deus. Jesus e seus porta-vozes o declararam. Agora, cada geração de líderes cristãos deve declarar novamente a mensagem. Vários capítulos examinam modos de fazermos isso; o próximo examinará o caráter do intérprete que assume essa capa.

3

O INTÉRPRETE

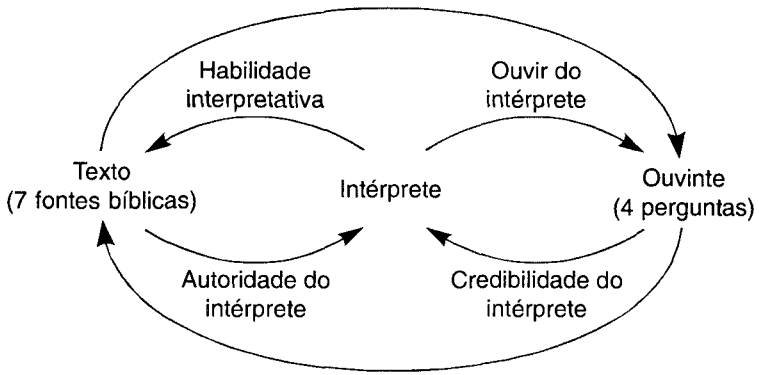
O pregador é como uma parteira espiritual; ele não dá à luz, mas oferece assistência enquanto Deus cria vida espiritual por meio da palavra. Como a parteira, o pregador é dispensável se tudo for bem. Homens e mulheres chegam à fé pela leitura da Bíblia sozinhos em dormitórios de faculdade, quartéis militares ou cabanas isoladas no mato. Porém, quando surgem complicações, as pessoas precisam de assistência. Elas necessitam de intérpretes que façam a mediação entre a mensagem do texto antigo para os ouvintes de hoje que têm dificuldade para ver a sua relevância. Assim, na organização deste livro sobre a interpretação da Bíblia, é hora de focalizar o intérprete, a parteira.

Modelo geral de aplicação

Voltando ao modelo de interpretação apresentado na introdução (fig. 6), este capítulo examina o caráter do intérprete, especialmente nas suas dimensões espirituais e morais. Deus trabalha por meio da palavra, mas o caráter e o treinamento do mestre estão entre os meios usados por Deus para fazer isso.

Pela educação e pelo estudo da geografia, dos costumes, da língua e das visões de mundo das eras bíblicas, os intérpretes obtêm conhecimento que os prepara para instruir os novatos. Como Filipe com o eunuco etíope, eles perguntam: "Compreendes o que vens lendo?" e oferecem explicações sobre aquilo que é confuso ao leitor (At 8.30-35). Porém, os

FIG. 6
MODELO GERAL DE APLICAÇÃO



intérpretes são mais que transmissores de dados. Eles estão imersos na sua própria cultura. Seus mestres lhes ensinaram "os fatos" do ponto de vista vantajoso do seu próprio ambiente social e histórico.

Dificilmente alguém discordaria do que foi dito até aqui, mas sugiro a idéia desconcertante de que, de modos que não conseguimos detectar completamente, nós, crentes, operamos dentro do mundo de pensamento naturalista que censuramos. Não conseguimos transcender completamente as respostas da nossa cultura para perguntas tais como: (1) Quais são as questões interessantes ou difíceis o suficiente para merecer a nossa atenção? (2) O que conta como resposta válida a uma pergunta levantada por relatos da História ou da Filosofia de séculos passados? Conforme observamos antes, como os secularistas, temos afinidade com as análises científicas desespiritualizantes. Até para os cristãos, a explicação científica é normal e a espiritual é excepcional. Assim, os mestres que querem explicar a resposta da Europa ao terremoto em Lisboa não dispensam friamente os fatos abstratos. Eles próprios precisam das respostas. Além do mais, talvez estejam tão longe daquele mundo de pensamento que se esforçam para chegar a "um entendimento totalmente confiável do que os europeus da época sentiram".[1]

1. A. J. Conyers, *The Eclipse of Heaven* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1992), p.15.

Se isso é verdade quanto a idéias e acontecimentos de dois ou três séculos atrás, quanto mais para dois ou três milênios passados? Tomemos o caso do ensinamento bíblico sobre papéis de gênero. Desde o surgimento do feminismo, a nossa cultura tem concordado quase que totalmente com a idéia de senso comum de que homens e mulheres são iguais quanto ao valor, aos dons e à energia. O resultado é que ensinamentos bíblicos tais como "As mulheres sejam submissas ao próprio marido" e "Não permito que mulher ensine ou exerça autoridade sobre o homem" parecem problemáticos, até mesmo ofensivos. Os papéis tradicionais de gênero parecem vagamente implausíveis para um grande número de pessoas hoje. A exposição dos ensinos de Paulo exige níveis de explicação e defesa que eram desnecessários nos anos 400, 1600 ou mesmo 1900.[2] Para ensinar de modo efetivo sobre gênero, precisamos conhecer o mundo bíblico como também a sociedade contemporânea e devemos esperar também lutar, nós mesmos, com a questão. (De modo contrário, com a escravatura e a monarquia se tornando cada vez mais distantes do Ocidente, o cristão tipicamente lê sobre esses temas, até mesmo na Escritura, com uma distância cada vez maior.)

As perguntas que as pessoas fazem e os critérios para respostas plausíveis variam (dentro de limites) de uma cultura para outra. O que parece interessante e razoável depende dos nossos compromissos básicos, da nossa visão do mundo, da nossa construção da realidade e da comunidade na qual vivemos e pensamos.[3] Vamos deixar esses tópicos desconcertantes

2. A respeito dessas questões, veja, de Mary Kassian, *The Feminist Gospel* (Wheaton, Ill.: Crossway, 1992); e Andreas Köstenberger, Thomas Schreiner e H. Scott Baldwin, *Women in the Church* (Grand Rapids: Baker, 1995).

3. Para um estudo inicial de apologética teórica, epistemologia, pluralismo e construções pós-modernas da realidade, ver, entre escritores cristãos, D. A. Carson, *The Gagging of God* (Grand Rapids: Zondervan, 1996); John Frame, *Apologetics to the Glory of God: an Introduction* (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed, 1994); Roger Lundin, *Disciplining Hermeneutics* (Grand Rapids: Eerdmans, 1997); Leslie Newbigin, *The Gospel in a Pluralist Society* (Grand Rapids: Eerdmans, 1990); J. Richard Middleton e Brian J. Walsh, *Truth is Stronger than It Used to Be* (Downers Grove, Ill.: Inter Varsity, 1995); Nicholas Wolterstorff, *Reason Within the Bounds of Religion*, 2ª ed. (Grand Rapids: Eerdmans, 1984). Entre os escritores seculares, Thomas Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions* (Chicago: University of Chicago Press, 1962); Walter Truett Anderson, *Reality Isn't What it Used to Be* (San Francisco: Harper and Row, 1990).

para outros mais habilidosos e focalizar outro aspecto subjetivo da interpretação: a coragem, o caráter e a credibilidade do intérprete.[4]

Coragem

A necessidade de coragem

Os pregadores precisam de coragem – coragem para permitir que a Bíblia diga o que ela quer dizer, coragem para ver o mundo como ele é e coragem para se dirigir à diferença entre os dois. A tentação ao silêncio covarde nos ataca a cada semana, pois a cada semana o nosso preparo nos leva a dizer coisas que possam causar ofensa ou levantar suspeitas. Se o assunto for matar, temos de dizer que é assassinato chamar as pessoas de débeis mentais, tolas, chatas ou imprestáveis, ainda que dizer isso incrimine muitos dos ouvintes. Se o assunto for pureza sexual, temos de dizer que o sexo fora do casamento é uma mentira que rouba, tanto quanto o adultério, pois o sexo extramarital é um ato que une vidas sem a intenção de uma união para toda a vida.[5] Mas o temor de debochadores nos silenciará? Toda vez que falamos sobre materialismo, carreirismo, divórcio ou aborto, sabemos que muitos visitantes e membros da igreja sentirão pontadas de culpa, ou discordarão em silêncio. E alguns desses membros da igreja sustentam a nossa família. A tentação de ajustar os nossos comentários para evitar a ofensa pode ser intensa. Imagine as seguintes situações:

- Cercado por homossexuais e simpatizantes, pedem que você explique a moral bíblica tradicional.
- Convidado para falar numa conferência missionária, você planeja dizer que o orçamento de missões de uma igreja deve ser maior que o orçamento para a construção do prédio. Você acredita que o prédio é, em essência, um presente que a igreja dá a si mesma. Assim sendo, é o

4. Aqui não estou diminuindo o valor da exegese objetiva, à qual o meu primeiro livro foi dedicado. Mas existe mais na interpretação do que habilidade. Quanto à fé e habilidade na interpretação, veja Gerhard Maier, *Biblical Hermeneutics*, trad. por Robert Yarbrough (Wheaton, Ill.: Crossway, 1994), pp.45-63; e Moisés Silva, *Explorations in Exegetical Method* (Grand Rapids: Baker, 1996), pp.197-215.

5. Lewis Smedes, *Sex for Christians* (Grand Rapids: Eerdmans, 1994), pp.109-136.

> mínimo, não algo radical, uma igreja dar a outros tanto quanto dá para si mesma. Mas, ao chegar ali, você vê cartazes e faixas anunciando uma nova campanha de construção.

Certa vez, fui chamado a defender os papéis tradicionais de gênero num encontro teológico em que havia 25 feministas igualitárias e apenas mais um participante que defendia o meu ponto de vista. Virtualmente todas discordaram de mim, e algumas me atacaram pessoalmente, acusando-me de ser misógino ou tentar manter o poder masculino. Com as câmeras ligadas, a mulher que presidia pediu que eu respondesse. Com o coração em disparada e um desejo pujante de parecer razoável e amável, comecei a resposta da seguinte maneira:

> Eu conheço a literatura feminista, tenho conversado com amigas e parentes feministas. Conheço a força dos argumentos; tenho ouvido suas experiências. Na verdade, creio que poderia apresentar de maneira convincente a causa feminista, se quisesse. Minha mãe é pastora ordenada, não tenho filhos homens e sim três filhas, e assim, não me faltam motivos pessoais para defender a posição feminista. É claro, na nossa cultura, os pontos de vista feministas parecem mais plausíveis, mais humanos. Assim, de alguns modos, eu preferiria que a causa feminista fosse verdadeira. Porém, o que eu *prefiro* não vem ao caso. A questão final é se o Deus da Bíblia existe ou não. Se existe um Deus pessoal que tudo sabe e quer comunicar-se com a sua criação, tendo feito isso por meio da Bíblia, então essa palavra tem autoridade sobre nós. Quando ele fala, é responsabilidade nossa entender essa palavra e atender a ela, quer gostemos dela ou não. Se essa palavra vai contra as nossas preferências, então, *tanto pior para as nossas preferências*.

A convicção de que existe um Deus que falou por meio da Bíblia é a raiz de toda coragem, na pregação ou no ensino. Se, quando pregamos, compartilhamos nossos pensamentos sobre teologia ou moralidade, temos razão para alterar os nossos comentários para evitar ofender os outros. Porém, se cremos que o único Deus falou por meio de Jesus, dos profetas e dos discípulos, então temos de declarar a sua mensagem quer achemos que ela será bem-recebida quer não. Isso inclui a coisa mais escandalosa que um professor possa dizer – que Jesus é a única esperança para os pecadores. Essa é a posição da fé e a fonte da coragem.

A fonte da coragem

Em suma, a raiz da coragem do intérprete é a fé autêntica, uma confiança no Deus da Escritura e uma entrega a ele, o Salvador e Senhor. Claro, a postura que defendo não é a única opção. Existem três: o leitor pode se postar *acima*, *ao lado* ou *sob a* Bíblia (fig. 7).

1. *O leitor acima do texto, como crítico.* O crítico pode professar admiração ou animosidade quanto à religião bíblica. Pode considerá-la como um sistema espiritual nobre ou o produto ingênuo de um mundo supersticioso ao qual a mente moderna não pode voltar. Pode ansiar por uma fé simples, pré-crítica, ou desejar libertar a sociedade da opressão do Cristianismo ortodoxo. Porém, diz ele, nenhum cidadão pensante pode confiar numa autoridade estranha que afirma um universo de três andares com anjos no céu, demônios no inferno e a humanidade no meio. No mundo da Bíblia, dizem eles, os milagres são comuns. Ninguém tem controle sobre a própria vida. Os espíritos maus podem possuir os indivíduos, ou Deus pode lhe dar visões celestes. Para a humanidade moderna, essa visão mítica do mundo é obsoleta e incrível.[6]

O homem moderno, alega o crítico, perdeu sua simplicidade pré-científica e não pode retornar à fé ingênua. Se alguém decide seguir a Bíblia, é decisão dessa pessoa, mas, quer goste quer não, a humanidade permanece no trono. Assim, os críticos dizem que somos os árbitros finais da verdade, pelo menos dentro do nosso mundo subjetivo. Não acuso todo crítico de ser covarde, mas eles desprezaram a maior fonte de ousadia. Eles negam que uma voz fora de si mesmos e do seu círculo possa lhes falar com autoridade. Nada pode levá-los a dizer algo que eles nunca escolheriam dizer.

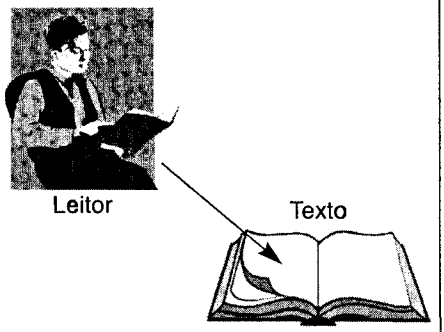
2. *O leitor ao lado do texto, em diálogo.* Aqui o intérprete encontra crentes do passado, e até mesmo Deus, por meio da Bíblia. Nesse ponto de vista, quando um intérprete ouve a Escritura, ele ou ela entra no seu

6. Rudolf Bultmann, "New Testament and Mythology", em *Kerygma and Myth: A Theological Debate*, org. por Hans Werner Bartsch, trad. por R. M. Fuller (Nova York: Harper & Row, 1961), pp.1-44; John Macquarrie, *Jesus Christ in Modern Thought* (Filadélfia: Trinity Press International, 1990), p.70.

FIG. 7

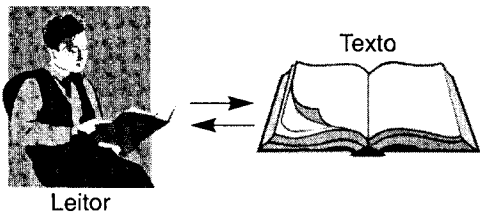
POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE O LEITOR E O TEXTO DA ESCRITURA

1. Crítica: o leitor acima do texto



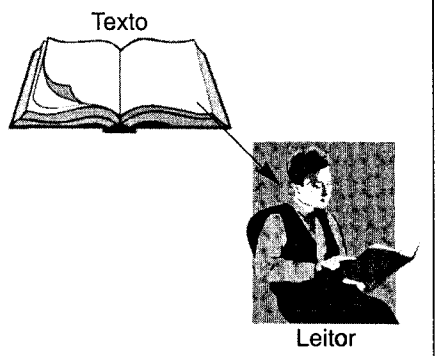
O leitor tem a última palavra.

2. Diálogo: o leitor ao lado do texto



O leitor ainda tem a última palavra.

3. Submissão: o leitor sob o texto



O Texto (ou Deus) tem a última palavra.

mundo, e acontece um intercâmbio criativo. Um universo de idéias ou um modo de vida encontra outro, e ninguém sabe como isso pode terminar. O leitor pode ser transformado pelo texto ou, talvez, ele possa relutantemente rejeitá-lo.[7]

Se definirmos um crítico como alguém propenso, por uma questão de princípio, a dizer: "A Bíblia diz X e a Bíblia está errada", a posição de diálogo ainda é "crítica", pois o leitor mantém o direito de aceitar ou rejeitar a mensagem bíblica. Contudo, esse ponto de vista compartilha a crença do conservador no poder da Bíblia de surpreender, transformar, desnudar o coração. Além do mais, aceita, junto com os conservadores, que conquanto a Bíblia possa insistir na sua autoridade, geralmente ela opera "em apelo não violento" à imaginação.[8] Assim, esse ponto de vista se posta entre o puro crítico e o puro conservador.

Aqui é necessário um aparte: conquanto o diálogo seja a postura errada para com a Escritura, uma forma de diálogo cabe ao relacionamento entre pastor e igreja. Alguns líderes equiparam a sua autoridade com a da Escritura. Contudo, a influência maligna do pecado, da ignorância e deste século asseguram que a nossa mensagem misturará verdade e erro. Assim, a igreja deve equilibrar a independência analítica (1Ts 5.21) com submissão a suas autoridades (1Ts 5.13; Hb 13.7,17; Gl 1.8,9). "Obedecemos a nossos líderes" *e* "provamos todas as coisas". Contudo, nós as provamos com humildade, temerosos de questionar os pastores que foram chamados por Deus, treinados, provados e aprovados pela igreja. Ao contrário da sensibilidade contemporânea, nem todas as opiniões são iguais. O julgamento rápido de alguém que pondera pela primeira vez uma questão não é igual ao julgamento de um líder experiente que tenha ponderado as raízes, o raciocínio e os resultados de toda uma gama de opiniões sobre uma questão e há anos vive pelas implicações desse seu ponto de vista.

3. *O leitor sob o texto, em submissão.* O intérprete submisso se curva a Deus que se revela na Escritura e aceita, a princípio, o que quer que ela

7. Hans-Georg Gadamer, *Truth and Method,* 2ª ed. (Nova York: Continuum, 1989), p.302ss; Anthony Thistelton, *The Two Horizons* (Grand Rapids: Eerdmans, 1980), pp.307-310.
8. Paul Ricoeur, "Toward a Hermeneutic of the Idea of Revelation", *Harvard Theological Review,* 70.1-2 (1977), p.37.

diga. Se a Bíblia contraria uma convicção favorita, dizemos: "Eu fui corrigido", e não: "Será que é assim mesmo?" Ao enfrentar um ensinamento difícil, podemos suspeitar que ele tenha sido mal-elaborado ou então hesitar. Mas se confirmamos que significa o que parece querer dizer, então nos curvamos – não ao texto, mas ao Deus que nos deu esse texto.[9] Assim, o conservador admite a mais alta disposição de submeter-se à Escritura.

A dificuldade com esse ponto de vista é que uma coisa é confessar, "Submeto-me à Escritura", quando submeter-se de verdade é outra bem diferente. Além do mais, esse terceiro ponto de vista pode ser pervertido por pensamentos ilógicos:

> Creio em tudo o que a Bíblia diz.
> Em tudo o que a Bíblia diz, eu acredito.
> Eu sei o que diz a Bíblia.
> Portanto, o que eu acredito é o que diz a Bíblia.
> Assim, se a Bíblia parece dizer alguma coisa que eu não creio,
> certamente ela não está realmente querendo dizer isso.

Esse tipo de pensamento revela uma ingenuidade terrível. Com o fardo da autoconfiança sem fundamento, a pessoa que tem esse tipo de visão pode distorcer os textos de modo a confirmar crenças anteriores e descartar quaisquer coisas que não se encaixem no seu sistema. Ela professa a autoridade da Escritura, mas age como se fosse impermeável a ela.

Paradoxalmente, a Bíblia pode exercer mais poder sobre alguém que defenda a posição (inferior) de "diálogo" (segundo ponto de vista) do que sobre os que dizem se submeter a ela. Um conservador presunçoso pensa ter a mensagem sob controle e fecha os ouvidos. Enquanto isso, o leitor que diz ter a prerrogativa de um "não" final pode estar mais livre para ouvir os desafios radicais da Bíblia e, quem sabe, mudar como resultado disso. Se ouvirmos a Bíblia, precisamos de um silogismo mais humilde:

---

9. Às vezes, os críticos acusam os conservadores de biblicismo – adorar a Escritura em vez de adorar a Deus. Essa acusação faz sentido ao crítico que separa Deus da Bíblia. Porém, se a Bíblia é, na verdade, a Palavra de Deus, a acusação de biblicismo cai por terra. Submeter-se à Escritura é submeter-se ao Deus que se revela na Escritura. O crente responde ao Autor mediante seu livro. Seria um erro fatal relacionar-se à Escritura por si mesma e não ver nela referência a Deus.

É provável que eu não creia nessa passagem de modo tão puro e radical quanto deveria.
É provável que eu não entenda essa passagem de modo tão pleno quanto deveria.
Portanto, é provável que eu precise desse texto para corrigir o meu entendimento e aprofundar a minha fé.[10]

Para evitar o auto-engano, o conservador deve fazer distinção entre estar firme *sobre* a Bíblia e se firmar *sob* a Bíblia, distinção feita pelo estudioso evangélico alemão Adolf Schlatter durante um exame teológico. Um clérigo perguntou a Schlatter se ele se firmava sobre a Bíblia. "Não", respondeu ele. "Eu estou *sob* a Bíblia." Ou seja, ele não usaria a Bíblia como plataforma para construir a sua própria teologia. Ele observaria os dados da Escritura e permitiria que eles determinassem seu ponto de vista.[11]

Assim, a crença no Deus que fala na Escritura gera coragem para a aplicação da Escritura. Claro, é possível que os críticos falem com ousadia e os conservadores fechem os ouvidos para a Escritura. Mas assim mesmo, a crença de que Deus tenha falado na Bíblia, dando-nos uma mensagem que vai além da nossa própria sabedoria nos leva, na nossa fala, a agradar a Deus em vez de tentar agradar as pessoas. Não há nada que o intérprete necessite mais do que fé. Contudo, ele precisa ter mais que fé: precisa de habilidade e caráter.[12]

Caráter

A necessidade de caráter

Robert Dabney disse que se um pregador tiver inteligência, mas não integridade, "a plausibilidade do que ele propõe será sentida, mas quanto maior capacidade ele demonstrar, mais as pessoas temerão se compro-

10. Dennis Johnson sugeriu esse silogismo mais humilde como antídoto ao arrogante.
11. W. Ward Gasque, "The Promise of Adolf Schlatter", *Evangelical Review of Theology 4* (1980), p.27.
12. A boa interpretação exige as virtudes da paciência e da autodisciplina, mas não existe ligação intrínseca entre a bondade ou a piedade e a habilidade exegética. O caráter conta mais nos aspectos subjetivos da interpretação.

meter com suas opiniões, pois elas não têm a garantia... de que ele não esteja empregando a força do seu gênio... para prejudicá-las". Porém, se as pessoas estiverem convencidas do conhecimento e do afeto de um pregador e do seu desejo em prol do benefício delas, ele obtém a atenção delas. "A eloqüência", conclui Dabney, "pode deslumbrar e agradar; a santidade de vida convence."[13]

A capacidade de comunicação pode criar uma aura inefável que atrai de modo irresistível ouvintes a alguns pregadores. A textura da voz, o modo confiante, a facilidade de gestos, a liberdade de olhar nos olhos, o equilíbrio de energia e a calma – tudo isso prepara os ouvintes para escutar com atenção. Contudo, a cadência perfeita desilude se o conteúdo for apenas um enchimento pomposo. A entrega é importante, mas não tanto quanto o conteúdo; e o caráter é que aprofunda o conteúdo.

1. *Caráter e habilidade para escutar.* Escutar os outros é essencial se a nossa mensagem quer suprir necessidades reais; diversas qualidades de caráter geram essa arte de escutar.[14] O *amor* libera empatia, de modo que vemos os outros como eles são em sua necessidade. O amor apaga a pergunta insistente do ego: "O que eles pensam de mim?" e atende aos outros com autenticidade. Escutar em silêncio é negar a si mesmo por um breve momento. Desistimos do direito de parecer mais sábios ou inteligentes. Abrimos mão da nossa própria história, da nossa última palavra, para colocar em primeiro lugar a história ou a palavra do outro. A *coragem* observa a cultura e a igreja, sem pestanejar, para tratá-los como são, não conforme preferimos imaginá-los. A *sabedoria* sabe como ultrapassar a tagarelice e as desculpas para ouvir a verdade. A *misericórdia* escuta com ternura, de modo a diagnosticar a fim de oferecer ajuda, não crítica. A *paciência* escuta silenciosamente a história de gente como nós e de pessoas totalmente diferentes de nós, velhos ou

13 .Robert Dabney, *Sacred Rhetoric* (reedição de 1870; Carlisle, Pa.: Banner of Truth Trust, 1979), pp.261-263.

14. Às vezes me pergunto se a generosidade de Jesus contribuiu para sua capacidade de ler a mente das pessoas (Mt 9.4; 12.25; Lc 5.22; 6.8; 7.39,40; 9.47; Jo 2.25). Ou a leitura do pensamento era manifestação de sua onisciência? Mas nem sempre ele usava essa prerrogativa de sua divindade (Mt 24.36). Era, portanto, uma percepção profética dada por Deus? Ou ele era tão altruísta que tinha uma capacidade suprema "natural" de entender as pessoas? Ver, de John Wenham, *Christ and the Bible* (Grand Rapids: Baker, 1994).

jovens, ricos ou pobres, simples ou sábios, tranqüilos ou quebrantados, para falar-lhes de Jesus.

Essas qualidades aprofundam a nossa habilidade de escutar, de modo que as palavras adquiram autenticidade que trata de questões verdadeiras em termos reais, para que as pessoas não digam: "Entendi" ou "Gostei da sua palestra" (elogio perturbador para o pregador, que espera criar um pouco de mal-estar construtivo). Em vez disso, dizem: "Sei exatamente do que você está falando".

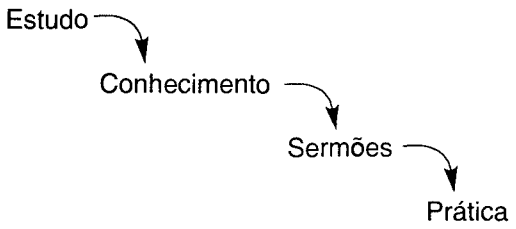
2. *Caráter e humildade.* O pregador é o cardiologista que sobreviveu a um ataque cardíaco, um diagnosticador que detecta em si uma doença mortal, mas curável. Nós, que pregamos contra o pecado, cometemos os pecados que descrevemos. Os vaidosos pregam humildade. O temperamental e o obeso pregam o autocontrole. As pessoas pensam: "Olha só quem fala!" Porém, o medo de acusações não deve nos paralisar. O nosso tom e o nosso porte devem ser coerentes com a nossa confissão: "Como você, sou um pecador salvo pela graça. Eis o que diz Deus a todos nós sobre pecado e graça". Todos nós "apresentamos o evangelho com mãos contaminadas".[15] É claro que o púlpito jamais deverá ser um confessionário. Na verdade, as longas e dramáticas confissões podem revelar orgulho perverso: "Vejam só, até os meus pecados são profundos e interessantes".[16] Contudo, a franqueza quanto ao nosso pecado nos libera para falar de modo regular, ousado e penitente a esse respeito. Também dá aos ouvintes a liberdade de se aproximar de nós e dizer: "Eu senti que você examinou o terreno do meu coração, e eu preciso conversar com você a respeito disso".

Assim sendo, a humildade serve à comunicação. Ela também aprofunda a interpretação. Os humildes têm espaço para lutar contra o pecado, confessar a sua necessidade de Jesus, batalhar pela justiça. Quando, então, aplicamos a Escritura a nós mesmos, pressionamos mais fundo, ao cerne da questão. Quando tivermos lutado contra o pecado, mesmo perdendo uma ou outra rodada, um realismo, uma consciência da dificuldade da fidelidade inunda o nosso trabalho. A busca da justiça eleva a nossa capacidade de localizar o peso de uma passagem.

---

15. Cornelius Plantinga, "Preaching Sin to Reluctant Hearers", *Perspectives 12* (dez. 1997), pp.11,12.
16. *Ibid.*, p.12.

FIG. 8
MODELO ANTIGO: CONHECIMENTO PRODUZ AÇÃO



A centralidade do caráter

A maioria de nós possui um modelo simples, semi-articulado do modo como o ensino ajuda o cristão a crescer. Ignorando as lacunas que separam a biblioteca da rua, ele sugere que possamos ir em linha reta do nosso estudo para o conhecimento, para a mensagem e para a prática (fig. 8).

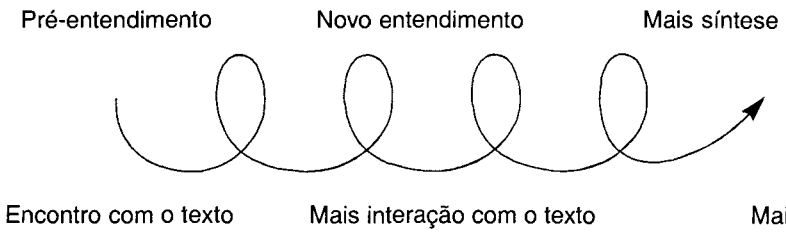
O modelo antigo tem um entendimento válido: o que sabemos influencia o que fazemos. A mente tem importância. Como disse Paulo: "Não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente". O modelo antigo, porém, esquece que o que *fazemos* afeta também o que sabemos. Como Paulo acrescenta imediatamente: "Para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus" (Rm 12.2). Ou seja, quando procuramos obedecer à Palavra, nós a colocamos à prova. Quando a Palavra passa pelo teste, conhecemo-la melhor porque a experiência a confirmou.

Assim, Jesus disse a alguns judeus que duvidavam do seu ensino, que quem quisesse *fazer* a vontade de Deus reconheceria que o seu ensino era proveniente de Deus (Jo 7.15-17; ver também Ml 3.10; 1Jo 2.3,4). Não existe um ponto neutro vantajoso do qual possamos avaliar o que Cristo diz. A sua verdade autentica a si mesma aos que se comprometem com ela. Assim, a mente renovada promove ação piedosa, mas a ação piedosa também renova a mente. Vejamos como isso funciona...

É amplamente reconhecido que as pessoas obtêm conhecimento de modo gradual, ao ir repetidas vezes a alguma coisa. Dois teólogos, Friedrich Schleiermacher e Maurice Blondel, analisaram como o processo funciona. A contribuição de Schleiermacher é hoje chamada de "espiral hermenêutica".[17]

17. O termo original (de Friedrich Schleiermacher, *Hermeneutics: The Handwritten Manuscripts* [Missoula, Mont.: Scholars, 1977], pp.113-116) era *círculo hermenêutico*. Infelizmente, isso

FIG. 9
ESPIRAL HERMENÊUTICA



1. *A espiral hermenêutica.* Essa expressão foi cunhada para evocar a idéia de um movimento de final aberto do mundo do leitor para o mundo do texto (e, talvez, do seu autor) (fig. 9). O texto abre uma nova visão para o leitor, questionando as suas convicções e os seus preconceitos e apresentando a ele novos mundos de pensamento. No entanto, visões do mundo mudam devagar; um texto (ou uma pessoa) não faz todo esse trabalho de uma só vez. Em vez disso, o leitor segue em espiral cada vez mais próxima do significado do autor, refinando o entendimento sempre que retorna a ele.

Certamente há verdade nessa idéia, mas alguns pensam nisso em termos hiperintelectuais. Um acadêmico disse: "Estou... me movendo em espiral para mais perto do significado intencionado pelo texto ao refinar as minhas hipóteses e permitir que o texto continue a desafiar e corrigir as interpretações alternativas, e *então* orientar o meu delineamento do seu significado para hoje" (ênfase acrescentada).[18]

Essa idéia tem seu mérito, mas parece estreitamente cerebral. Ela deixa de ver como a vida nos força a considerar a relevância muito antes de terminarmos o processo mental. Por exemplo, durante uma viagem missionária no norte da Índia, visitamos um cemitério britânico abandonado no sul do Himalaia com o nosso anfitrião, um missionário experiente. De repente, um zelador correu em nossa direção, repreendendo-nos:

---

evoca a imagem de raciocínio circular. *Espiral* hermenêutica expressa melhor a idéia de refinamento e movimento. Para uma introdução à espiral e à nova hermenêutica a ela relacionada, veja Thistelton, *Two Horizons,* pp.327-356; Grant Osborne, *The Hermeneutical Spiral* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1991), pp.6-8,366-415; William G. Doty, *Contemporary New Testament Interpretation* (Englewood Cliffs, N.J.:Prentice Hall, 1972), pp.28-51.

18. Osborne, *Hermeneutical Spiral,* 6. Sua posição é mais sutil do que implica esse comentário, mas hermeneutas teóricos por vezes dão a impressão de que a cognição demorada precede a aplicação.

"O que estão fazendo aqui, seus intrusos! Como entraram? Este cemitério está fechado. Saiam imediatamente, ou solto os cachorros!"

Para minha surpresa, o meu anfitrião gritou de volta enquanto o acusador falava, de modo que cada um gritava com voz mais forte: "Não fizemos nada de errado! Não invadimos. Viemos de carro, estacionamos e subimos o morro. Tenho vindo aqui muitas vezes e ninguém me questionou antes".

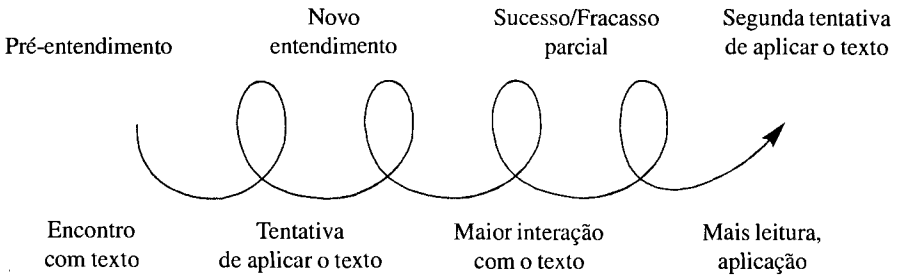
Depois de cerca de um minuto, o clamor diminuiu, embora eles ainda estivessem gritando rudemente. Noutro minuto, o tom ficou novamente mais calmo. Pouco depois, fomos convidados a tomar chá! Surpreso, pedi ao meu amigo que explicasse por que ele gritara com o zelador e como os gritos o haviam acalmado. "O zelador não tem muito o que fazer; o trabalho dele é gritar um pouco conosco", respondeu o meu amigo. "Eu gritei de volta porque é assim que se estabelece a sinceridade e a inocência aqui. Se eu tivesse recuado, ele teria concluído *que éramos* mesmo invasores."

Eu estivera justamente pensando no provérbio, "A resposta branda desvia o furor", mas essa experiência me fez reconsiderar. Obviamente o meu anfitrião havia desviado o furor; o seu barulhento protesto serviu, paradoxalmente, como uma "resposta branda". Deliberadamente, sem falta de autocontrole, ele havia gritado para fazer a paz. Assim, a ação sábia do meu amigo levou-me a reconsiderar o provérbio.

Quer notemos ou não, esse tipo de reexame é comum. Às vezes, "refinamos ou corrigimos as nossas hipóteses" e, depois, "delineamos o seu significado para hoje". Porém, a interpretação é fluida. Chegamos ao texto com necessidades, perguntas e sofrimentos. Ao ler, algo toca uma questão da vida, e começamos a aplicar o texto a nós mesmos. Os ouvintes, do mesmo modo, se prendem a comentários incidentais se estiverem ligados a uma questão de vida. Um bom sermão, dizem muitos, dá-lhes algo sobre o que pensar. Tipicamente, esse algo é uma questão de vida – os nossos relacionamentos, as nossas aspirações, os nossos segredos (criando assim uma boa razão para devanear durante um sermão). Assim, a interpretação é um ato mental e espiritual. A tentativa de obedecer à Palavra estimula a nossa capacidade de entendê-la.[19]

19. Alguns proponentes da espiral hermenêutica concordam com isso. Gadamer diz que o entendimento de um texto é testado pela capacidade de ver sua significância em novas situações (*Truth and Method*, pp.277-305). Quanto à lei legal e bíblica, ele diz: "Entender a ordem significa a-

FIG. 10
NOVO MODELO: CONHECIMENTO E AÇÃO ESTIMULAM UM AO OUTRO



2. *Uma espiral de coração e mãos.* Blondel sugere que os intérpretes aprendem a entender a Escritura por meio de tentativas de aplicá-la como também uma série de reflexão acrescentada. Ou seja, começamos a viver por um texto antes que a exegese seja completada (fig. 10).

Blondel inicia com o ponto óbvio de que os seres humanos ponderam e agem. À parte das ações habituais ou de costume, somos planejadores. Depois de ações planejadas, geralmente perguntamos: "Agi corretamente? Atingi ou não o meu objetivo? Eu poderia ter sido mais efetivo, mais virtuoso?" Existe tipicamente uma lacuna entre o objetivo e o resultado dos nossos planos. Nos nossos projetos sofisticados, raramente alcançamos exatamente o que propusemos. Essa lacuna entre as nossas exigências auto-impostas e o nosso nível real de sucesso nos leva a perguntar: "O que deu errado? Como posso evitar a repetição dos meus erros? Como edificar sobre os meus sucessos?" Finalmente, ao trabalhar para fechar o abismo entre intenção e resultados, progredimos em direção ao objetivo original.[20]

Quando os crentes lêem a Bíblia, eles encontram muitos objetivos dignos – desviar-se da ira, fazer justiça, andar humildemente diante de Deus. A tentativa de cumprir um texto pela obtenção do seu objetivo nos ajuda

plicá-la à situação específica em que ela é relevante" (p.298). Claro, um modelo estritamente cognitivo às vezes é apropriado. Ver, de Ludwig Wittgenstein, *Philosophical Investigations* (Nova York: Macmillan, 1973), pp.151-155.

20. Maurice Blondel, carta a Père Auguste Valensin, citada na Introdução de *The Letter on Apologetics and History and Dogmatics*, de Maurice Blondel, trad. e org. por Alexander Dru e Illtyd Trethowan (Londres: Harvill, 1964), p.96; John Macquarrie, "Maurice Blondel", *Encyclopedia of Philosophy*, 1:323-324.

a ver o que ele significa. Desse modo, o nosso esforço para seguir um texto pode nos ajudar a entendê-lo. A tentativa de fazer o que é justo produz crescimento tanto para a vontade quanto para a mente. De modo contrário, se recusamos praticar aquilo que sabemos, separamos esse motivo para aprender. Se nada mais, a inação nos faz evitar o conhecimento, porque provoca culpa. Por outro lado, a ação correta confirma os passos hesitantes na direção certa. Um espiral para cima se desenvolve na medida em que pequenos sucessos geram confiança, e a confiança nos prepara para o próximo desafio.

Não é um ponto comum; contudo, os melhores teólogos estão cônscios disso. Calvino disse que o estudioso da Escritura deve "se aplicar de modo dócil" à Palavra e "aceitar de modo reverente" o seu testemunho. Ele concluiu que "não somente a fé, como também todo o conhecimento justo de Deus nasce da obediência". Assim sendo, para Calvino a busca da obediência promove o conhecimento de Deus e de sua Palavra.[21] Do mesmo modo, Lutero disse que a interpretação "exige a experiência do coração" como também "habilidade com a Escritura".[22] Wesley disse que só a Bíblia pode estabelecer uma doutrina, mas a experiência "confirma uma doutrina fundamentada na Escritura".[23]

Mais recentemente, Gordon Fee disse: "O objetivo final de toda exegese verdadeira é a espiritualidade", em primeiro lugar para os intérpretes, e depois para os ouvintes.[24] Antes que se inicie a exegese, damos permissão ao texto para nos surpreender, para nos admoestar e nos deixar atônitos. Pela exegese, convidamos o texto e seu autor a fazer exegese da nossa alma e da alma dos nossos ouvintes.[25] Do mesmo modo, Moisés Silva disse que não podemos deixar de levar as nossas falhas e as nossas perguntas à Bíblia:

> É certo e até mesmo necessário que nos aproximemos da Bíblia com forte senso de nossa necessidade. Os problemas enfrentados no ministério do

21. João Calvino, *Institutes of the Christian Religion*, trad. por Ford Lewis Battles (Filadélfia: Westminster, 1960), 1.6.2.
22. Martin Luther, *in* Maier, *Biblical Hermeneutics*, p.70.
23. John Wesley, *The Works of John Wesley* (Grand Rapids: Zondervan, 1972), 5:132-33; ver também p.129.
24. Gordon Fee, "Exegesis and Spirituality: Reflections on Completing the Exegetical Circle", *Crux* 31.4 (dez. 1995), p.30.
25. *Ibid.*, pp.31,34.

> evangelho muitas vezes nos alertam para verdades da Escritura que de outro modo permaneceriam escondidas para nós. A exegese correta consiste, em grande parte, em fazer as perguntas certas a partir do texto, e a vida da igreja pode nos oferecer essas perguntas.[26]

Assim, a formação espiritual tanto precede como segue a interpretação. Uma ligação em circuito relaciona o conhecimento e a prática: o conhecimento orienta a vida cristã, mas a vida cristã também verifica o conhecimento. Uma paixão pela justiça impele os mestres a estudar mais profundamente, e enriquece a espiral hermenêutica.[27] Ao falar as duras verdades em amor, aprendemos o que significa "seguir a verdade em amor" (Ef 4.15). Quando nos submetemos respeitosamente a um chefe difícil ou tolo, aprendemos o que significa submeter-nos a mestres perversos (1Pe 2.18). Quando fazemos a paz com um vizinho irascível, aprendemos o que significa "bem-aventurados os pacificadores" (Mt 5.9). Além do mais, perguntas práticas nos sensibilizam para aspectos do texto que, de outro modo, poderíamos deixar de enxergar. Certamente, a pergunta: "Como isso se aplica?" (O que isso quer dizer *agora*?) nos leva à pergunta: "O que isso queria dizer *naquela época*?"

3. *Examinando a nova espiral.* "Conhecimento bíblico que serve a si mesmo" é um oxímoro. A própria Bíblia diz que conhecer necessariamente acarreta fazer. Depois de lavar os pés dos discípulos, Jesus disse: "Compreendeis o que vos fiz? ... Ora, se eu, sendo o Senhor e o Mestre, vos lavei os pés, também vós deveis lavar os pés uns dos outros... Ora, se sabeis estas coisas, *bem-aventurados sois se as praticardes*" (Jo 13.4-17). Tiago diz: "Tornai-vos, pois, praticantes da palavra e não somente ouvintes, enganando-vos a vós mesmos". Com sarcasmo diagnóstico, ele exalta os que afirmam teologia ortodoxa sem agir com base nela: "Crês, tu, que Deus é um só? Fazes bem. Até os demônios crêem e tremem" (Tg 1.22; 2.19). O autor de Hebreus repreende seus leitores que demoram para aprender: "... o alimento sólido é para os adultos, para aqueles que, *pela prática,* têm as suas faculdades exercitadas para discernir não so-

---

26. Moisés Silva, *Has the Church Misread the Bible?* (Grand Rapids: Zondervan, 1987), p.22.
27. Dan McCartney e Charles Clayton, *Let the Reader Understand: A Guide to Interpreting and Applying the Bible* (Wheaton, Ill.: Bridgepoint, 1994), pp.254,255.

mente o bem, mas também o mal" (Hb 5.11-14). Ou seja, a falha em praticar o que sabiam embotava a mente do leitor, tornando difícil que entendessem o ensino sobre o sacerdócio de Jesus. Eles deveriam ter amadurecido pela aplicação da experiência cristã anterior às crises atuais.[28] Se tivessem ao menos tentado, suas tentativas imperfeitas os teriam preparado para a nova luta.[29]

Conforme vimos no capítulo 1, as pessoas realmente não entendem a Bíblia a não ser que possam aplicá-la. Se uma congregação tiver eclesiologia perfeita, mas ignora os visitantes de outros grupos sociais e étnicos, na verdade ela não entende a igreja. Se um casal memoriza Efésios 5, mas o marido tenta mandar na mulher que resiste a eles em todas as ocasiões, eles não "conhecem" a passagem.

A busca da justiça também aperfeiçoa a interpretação fazendo-nos ler a Bíblia com expectativas. Depois de uma tentativa frustrante de corrigir uma de nossas filhas, minha esposa disse: "Ela é grande demais para apanhar e colocá-la de castigo me castiga tanto quanto a ela. Tirar seus privilégios? Ela quase não assiste TV e suas atividades são todas construtivas. O que sobra?" Esse tipo de pergunta nos leva ao desespero ou a uma busca mais profunda de conhecimento. Semanas mais tarde, ainda faminto por uma resposta, vi algo novo na lei "olho por olho, dente por dente". Eu sabia que isso proíbe atos de vingança ("se você me bate, eu o mato") e busca justiça perfeita. Mas ao ler como pai, percebi um princípio que contém uma promessa para o nosso problema disciplinar: *o castigo tem de ser adequado ao crime e proporcional a ele.*

O princípio de disciplina proporcional implica que crimes de comida merecem castigo de comida. Se um filho fizer maluquices à mesa e derruba o copo de suco por três dias consecutivos, ele poderá beber água nos três dias seguintes. Ofensas de propriedade merecem disciplina adequada. Se uma filha deixa a bolsa da escola no chão quatro dias, ela pode levar os livros no braço à escola (ou numa sacola de supermercado). Se o filho se recusa a ficar na cama, ele pode ficar de pé, sem fazer absolutamente nada, durante dez minutos. A idéia deu certo para nós: as nossas filhas até mesmo enxergam a justiça na disciplina delas. Nesse ponto de

28. William Lane, *Hebrews 1-8* (Dallas: Word, 1991), pp.131,139.

29. John Frame, *The Doctrine of the Knowledge of God* (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed, 1987), p.154.

vista, a aplicação é tanto uma habilidade (saber "como") quanto um corpo de conhecimento (saber "que").[30] O conhecimento de habilidades é por experiência. Aprendemos esportes, não por conhecer as regras, mas por jogar. Provamos conhecer um instrumento musical quando o tocamos. Um passo mais perto da interpretação: o juiz demonstra seu conhecimento de direito ao aplicar a lei de modo justo em casos complexos ou sem precedentes.[31] Do mesmo modo, líderes cristãos verificam a sua habilidade com a Palavra quando a aplicam a questões difíceis.

Consideremos mais uma vez o provérbio: "A resposta branda desvia o furor". Uma coisa é saber *que* uma resposta branda desvia a ira, outra é saber *como* desviar a ira – como evitar comentários ultrajantes, ignorar insultos, descobrir a verdade enterrada sob uma explosão temperamental, como reconhecer a crença que provocou a erupção. Sempre que aprendemos mais sobre desviar o furor, compreendemos melhor o texto. "Saber que" e "saber como" são ligados.

Credibilidade

A necessidade de credibilidade

A seção anterior afirmava que o desejo de uma vida formada pela Escritura aumenta o nosso entendimento da Bíblia. Esta seção diz que essa mesma busca aumenta a credibilidade do professor.

Quando o líder depara com a própria ignorância e estultícia e ainda persevera, isso impregna o seu ensino com autenticidade. Quando o líder enfrenta pessoalmente questões espirituais, isso tapa a boca das soluções lisonjeiras a problemas apresentados de modo superficial. Mas existe uma grande perda se o pregador se entrega ao pecado em vez de lutar contra o pecado. Se deixarmos o pecado supurar até que a sua podridão arrebente em público, a nossa credibilidade vai sofrer.

Suponhamos que um conselheiro tenha se divorciado casualmente de três mulheres.[32] A primeira, diz ele, tornou-se outra pessoa. A segunda ele

30. Gilbert Ryle, *The Concept of Mind* (Nova York: Barnes and Noble, 1949), pp.25-61; Michael Polanyi, *Personal Knowledge* (Chicago: University of Chicago Press, 1968), pp.53-55,59-65.
31. Gadamer, *Truth and Method,* pp.277-305.
32. Aqui não me refiro àqueles que acabam se divorciando apesar de todos os esforços e sofrimentos.

abandonou durante uma crise de meia-idade. Quanto à terceira: "Nós dois sabíamos que era um erro". Um homem três vezes divorciado, com base nas suas experiências, pode até oferecer excelentes comentários sobre o casamento e seus problemas. No entanto, o seu fracasso em entender a essência do casamento como uma aliança para toda a vida, nos bons e maus momentos, macula tudo o que ele diz. Essa não é a mesma desvantagem da pessoa solteira que fale sobre casamento. Todo mestre trata de assuntos que vão além da sua experiência. Os que nunca conheceram o luto podem ser superficiais ou mal-informados, mas seus comentários não são *corrompidos* pela ignorância. O fracasso em exercer uma virtude cristã *quando vem a provação* é bem diferente do fracasso em exercer uma virtude cristã porque *a prova nunca aconteceu.*

Depois que lutamos, oramos e esperamos em Deus até o ponto de exaustão, não podemos dar conselhos ingênuos: "O seu problema é simples: apenas dê os seguintes passos fáceis". Nossa luta nos ensina que, toda vez que dermos uma ordem, alguém tem o pensamento esmagador: "Já tentei e fracassei – não consigo tentar de novo". Se conhecemos a derrota e o poder de Deus no meio da noite, tateamos não só para encontrar palavras que lemos em algum lugar, mas para articular os gemidos da alma.

Todos sabem que, uma vez dentro do ministério, o pastor precisa se comportar ou sofrer as conseqüências. A pureza e sinceridade são requisitos ocupacionais. O pastor pode até aprender a se contentar com um verniz de santidade. Como disse um cínico: "A única coisa de que você realmente precisa no ministério é sinceridade, e se você consegue fingir isso, está com tudo!"

Paulo colocou o caráter como primeiro item do perfil de presbítero em 1 Timóteo 3.1-7. Inicialmente ele parecia mais interessado na tarefa dos líderes, porque começou: "se alguém aspira ao episcopado, *excelente obra* almeja" (3.1). Mas rapidamente ele muda para caráter: "É necessário, portanto, que o bispo *seja* irrepreensível...", e nas frases seguintes, cita dez requisitos de caráter, mas apenas duas habilidades – capacidade de ensino e capacidade de governar bem a própria família. Assim, Paulo diz que não basta fazer a *obra* do presbítero; é necessário ser a *pessoa.*[33]

33. A ênfase sobre o caráter é digna de nota porque 1 Timóteo chama os líderes de "episcopos", termo que chama a atenção para a tarefa de liderança e não "presbíteros", o termo que chama a atenção para a maturidade dos mesmos.

O interesse de Paulo pela vida familiar do presbítero ressalta o argumento. Por exemplo, o presbítero deve governar e cuidar dos filhos (3.4,5). Ligar "governar" com "cuidar" faz com que o líder confirme a si mesmo ao servir a sua família. Isso está ligado ao requerimento de que os filhos dos presbíteros devem obedecer a eles com "respeito". Consideremos o modo como as crianças obedecem aos pais. A criança pequena se submete aos pais porque quase não tem poder; ela não tem alternativa. Mas os filhos de mais idade de pais severos aprendem a obedecer com *desrespeito.* A obediência tardia, o corpo mole, os olhos rolando, o olhar desviado – o desdém exsuda como pus numa ferida aberta. À medida que vão ficando mais velhos, os filhos submetem-se voluntariamente se sabem que os pais os orientam com amor.

Como com os pais, a autoridade dos líderes da igreja depende mais do cuidado que dão do que o poder que exercem. Assim como os pais confirmam o direito à obediência respeitosa ao servir, cheios de amor, assim também os líderes demonstram aptidão ao ministério com o seu serviço. Porém, se uma congregação conclui que o pastor serve a si mesmo, ela hesita em conceder autoridade a ele. As pessoas perguntam: "Por que ele disse isso? O que é que ele está querendo?" Nada ganha mais a confiança das pessoas do que o amor sacrifical.

O mestre sabe que as pessoas gostam de ilustrações, mas se esquecem de que a vida ilustra constantemente a sua mensagem. Quando o pastor fala de reconciliação, seus modelos de solução de conflito iluminam, para bem ou para o mal, o seu sermão. Se falarmos sobre amar o que não é amável, não podemos nos dar só com pessoas simpáticas e desprezar os chatos. Quer gostemos ou não, o mesmo vale para as mensagens sobre qualquer assunto (autocontrole, o uso do dinheiro) que vivemos de modo quase público. Isso tem suas vantagens, porque ninguém consegue especificar exatamente o que ele está dizendo em cada fala. Se praticarmos o que pregamos, talvez as pessoas digam: "No início eu não entendi, mas como o conheço, entendo o que você quis dizer". Assim, a santidade do pastor faz com que ele seja ouvido. O ser humano é imitador, e o pastor é modelo para outros. Ele deverá imitar bem a Cristo, para que outros possam posicionar-se, imitando-o.

A fonte da credibilidade

O leitor astuto poderá fazer objeção: "Será que a credibilidade do evangelho realmente eleva-se ou cai de acordo com o nível moral do prega-

dor? Todos somos justificados pela fé, exceto o pastor, que é justificado pelas obras?"[34] Alguém poderia dizer que esse ensino tem o potencial, entre os pastores, de inflar os bem-sucedidos, intimidar os que têm autocrítica e encorajar os hipócritas, que aprendem a esconder os fracassos e alardear os triunfos.

Na verdade, um interesse antropocêntrico pela santidade do líder pode solapar a igreja e o evangelho. Além disso, podemos exagerar o padrão de Deus para os líderes. O paradoxo é que Deus exige santidade, mas também a supre em Cristo. O líder toma a justiça porque foi primeiro tomado por Cristo. Desenvolvemos a salvação porque Deus já está operando em nós (Fp 2.12,13).

Buscamos, portanto, a santidade, mas nunca superamos a necessidade da mensagem do evangelho. Primeiro, Deus não nos ama menos quando falhamos em alcançar a santidade nem nos ama mais quando a atingimos. Na verdade, as nossas realizações podem nos separar mais do Senhor pelo orgulho e nosso fracasso pode nos unir mais a ele, se atendermos com humildade. Vivemos, portanto, em tensão. Conhecendo a nossa fraqueza, estamos diante da misericórdia de Deus. Contudo, nos esforçamos para modelar a virtude, como Cristo. Sabemos que o poder de Deus é aperfeiçoado na fraqueza (2Co 11–12).[35] Assim, Deus resolve o problema da exigência infinita com o seu presente de socorro infinito.

Resumo

Este capítulo examinou a coragem, o caráter e a credibilidade do intérprete. Como antes, a análise começa e termina com Deus. A fé no Deus que fala concede ao intérprete a coragem para falar com ousadia contra as preferências da sua geração. Além disso, quando aspiramos adornar a mensagem com uma vida que, ainda que irregularmente, se assemelha à nossa retórica, sabemos que se houver pureza de aspiração, se houver progresso na conduta, é tudo dom de Deus.

---

34. Ver Leander Keck, *The Bible in the Pulpit: The Renewal of Biblical Preaching* (Nashville, Abington, 1978), pp.49,50.
35. Ver 1 Coríntios 1–4; 2 Coríntios 10–13; e Keck, *The Bible in the Pulpit*, pp.50-53.

Se Deus nos dá paixão para viver a verdade, seguem-se duas coisas: primeiro, o desejo de praticar o que descobrimos melhora a nossa capacidade de entender e viver a Palavra. A tentativa de viver a Palavra confirma as boas idéias e expõe as más. Quando examinamos as nossas falhas e procuramos corrigi-las, a autenticidade se insere na nossa mensagem. O sucesso parcial purga os erros, revelando mais verdade. Segundo, uma vida de sabedoria é bela (Tg 3.13). Como um diamante com defeito, até mesmo uma santidade deficiente chama a atenção, concede-nos ouvintes na igreja e na sociedade. Até mesmo a bondade parcial atrai os que buscam refúgio da tempestade da corrupção e imperfeição humanas (Is 32.2). As primeiras marcas visíveis de progresso adornarão as nossas palavras. Como diz Paulo, se formos atentos à doutrina e à vida, salvaremos a nós mesmos e aos ouvintes (1Tm 4.15,16). O pregador, portanto, é como uma parteira espiritual, necessitado de habilidade com a Palavra e com pessoas. Contudo, mais que habilidade, ele precisa de fé em Deus, que opera nele para criar coragem, caráter e credibilidade.

4

AS SETE FONTES BÍBLICAS DA APLICAÇÃO

Minha família se mudou para a costa da Carolina do Norte quando eu tinha 15 anos. Meu vizinho, também de 15 anos, gostava de me mostrar os prazeres da vida no estreito do mar. Numa manhã de sábado, ele ordenou: "Daniel, pegue um cesto e a sua bicicleta. Nós vamos pegar ostras". Contagiado por seu entusiasmo, obedeci, embora não tivesse a mínima idéia de como reconheceria ou juntaria os animais. Pedalamos até um lodaçal, uma enseada coberta de conchas, na maré baixa. Saltamos das bicicletas e fomos, sem palavras, em direção à água salpicada pelo sol. Depois de esperar, olhar e espantar-me durante meia eternidade, eu finalmente quebrei o silêncio: "E então, onde estão as ostras? Como a gente faz para pegá-las?" Meu amigo gritou e deu uma risada. Abaixou-se, abriu uma concha irregular e balançou-a à minha frente: "Cara, você está justamente em cima delas!" Era verdade. Milhares de ostras estavam como paralelepípedos meio enterrados ao nosso redor, esperando que nós as apanhássemos.

Achar a relevância da Escritura assemelha-se a apanhar ostras. Se soubermos onde procurar, existe abundância em quase todas as passagens. Na verdade, eu creio que muitas passagens têm mais potencial de aplicação do que uma só mensagem coerente poderia desenvolver. A principal tarefa, portanto, não é encontrar o que dizer, mas apontar a *principal* aplicação que inculque o tema central da passagem e ordena os subpon-

tos ao seu redor.[1] É claro que as genealogias, as visões apocalípticas e os oráculos contra as nações pagãs poderão se provar mais difíceis que Romanos ou Salmos, mas todas as passagens oferecem alguma coisa acerca da vida de fé.

O intérprete é a parteira da comunicação, contratado especialmente para os casos difíceis. A tarefa da interpretação bíblica é, essencialmente, mediar uma antiga e autoritária mensagem para os ouvintes que têm dificuldade em entender o significado e a relevância da Escritura. Alguns intérpretes pensam que sua tarefa é unidirecional, indo apenas do texto para o auditório. Porém, o intérprete sábio se move também na outra direção, mediando as perguntas dos ouvintes para a Bíblia. Eles sabem que a maioria dos ouvintes se aproxima da Bíblia com perguntas existenciais. Sendo assim, o intérprete pode iniciar com os pontos gerados pela passagem, ou com as perguntas trazidas ao texto pelas pessoas. Este capítulo apresenta sete modos em que o texto bíblico gera aplicação. O próximo resume as quatro perguntas que as pessoas fazem ao texto.

A Bíblia não é um conjunto de instruções, mas toda ela é instrutiva. Todo texto é significativo.[2] Os textos bíblicos nos instruem de sete modos: por meio de *regras*, *ideais*, *doutrinas*, *atos redentores na narrativa*, *atos exemplares na narrativa*, *imagens bíblicas*, e *cânticos e orações*.[3] Essa lista sobrepõe parcialmente os diversos gêneros da Escritura, mas não estamos pensando na análise de gênero. Cada passagem se encaixa num gênero particular, mas a maioria das passagens inclui mais que uma das sete fontes de aplicação.

---

1. Sydney Greidanus, *The Modern Preacher and the Ancient Text* (Grand Rapids: Eerdmans, 1988), pp.154-184; Douglas Stuart, *Old Testament Exegesis* (Filadélfia: Westminster, 1980), pp.46-51.
2. Richard Bauckham, *The Bible in Politics: How to Read the Bible Politically* (Louisville: Westminster/John Knox, 1989), p.6; Richard Pratt, *He Gave us Stories: The Bible Student's Guide to Interpreting Old Testament Narratives* (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed, 1990), pp.313,314.
3. Essa lista é devida a Richard B. Hays, que sugere o quarteto de regras, princípios, paradigmas (que parecem cobrir todo o uso da narrativa) e mundo dos símbolos (que inclui o que chamo de doutrina, símbolo e oração) em *The Moral Vision of the New Testament* (Nova York: HarperCollins, 1996), e "Scripture-Shaped Community: The Problem of Method in New Testament Ethics", *Interpretation* 44 (1990), pp.47-51. Ver também James M. Gustafson, "The Place of Scripture in Christian Ethics", *Interpretation* 24 (1970), pp.430-455; Richard Longenecker, *New Testament Social Ethics for Today* (Grand Rapids: Eerdmans, 1984), pp.1-15.

REGRAS

As regras chamam à obediência mandamentos específicos. Elas requerem ação definida em casos estritamente definidos. Podemos esperar que as regras sejam de fácil aplicação, mas elas oferecem desafios se a situação específica que regulam não existe mais atualmente. Por exemplo, Moisés disse que "se o boi, dantes, era dado a chifrar, e o seu dono era disso conhecedor e não o prendeu, e o boi matar homem ou mulher, o boi será apedrejado, e também será morto o seu dono" (Êx 21.29). Mas quantos de nós hoje somos donos de bois? Para a multidão que dirige automóveis, a regra parece irrelevante. Se tivermos um boi chifrador, saberemos *exatamente* o que fazer. Poucos têm, e somos tentados a ignorar a regra de Moisés.

Do mesmo modo, Paulo diz aos coríntios que se um não-crente convidar-nos para o jantar e disser que a carne foi sacrificada a um ídolo, não devemos comê-la (1Co 10.27-30). A regra é clara e relevante nas culturas em que as pessoas ainda adoram ídolos, mas quantos cristãos ocidentais ouviram a respeito de um hambúrguer: "Antes que você comece a comer, deixe-me dizer que...."? Mesmo a simples ordem "Saudai-vos... com ósculo santo" (Rm 16.16) é complicada na América do Norte por causa de um consenso irrefletido de que isso está ultrapassado. Isso nos induz a ignorar as leis que parecem não tratar de situações conhecidas.

É claro que algumas regras se aplicam nos dias atuais tanto quanto há dois mil anos. Por exemplo, Jesus disse que quando um discípulo peca contra outro, a parte ofendida deve procurar em particular o ofensor e corrigi-lo para que ele se arrependa (Mt 18.15). E também, Moisés deu uma regra relevante quando ordenou que os juízes não tivessem parcialidade nem aceitassem propina: "porquanto o suborno cega os olhos dos sábios e subverte a causa dos justos" (Dt 16.19).

Para aplicar Êxodo 21, temos de discernir o que, na nossa cultura, se assemelha ao boi chifrador e aplicar o princípio de Moisés a isso. Em contraste, Mateus 18.15 é tão claro e relevante que, falando exegeticamente, não existe muito a dizer.[4] Mas mesmo aqui, a aplicação exige

4. Mateus 18.16-18 possui complexidades que pedem comentários, mas 18.15, tomado isoladamente, é muito claro.

mais do que declarar mandamentos. O mestre precisa conduzir as pessoas no meio das suas objeções, seus temores e obstáculos que fazem a obediência parecer impossível. Dizendo isso com outras palavras, se o crente hesita na hora de repreender um irmão, a raiz pode estar no medo da rejeição, de uma situação incontrolável ou de um contra-ataque. Esses medos podem sobrepujar o desejo de obediência. Quando o professor sábio proclama textos desse tipo, ele menciona os impedimentos à obediência e motiva as pessoas a ultrapassá-los.

Ideais

Os ideais ou princípios orientam uma ampla gama de comportamentos sem determinar atos específicos. Aqui está uma amostra de ideais: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Mt 22.39); "buscai, pois, em primeiro lugar, o seu reino [de Deus] e a sua justiça" (Mt 6.33); "sereis santos, porque eu sou santo" (Lv 11.44; 19.2; 20.7,26; Hb 12.14; 1Pe 1.15,16); "Se possível, quanto depender de vós, tende paz com todos os homens" (Rm 12.18).

Como as regras, os ideais não precisam estar em forma de ordem. Por exemplo, Deus diz: "Misericórdia quero, e não sacrifício" (Os 6.6, cf. Mt 9.13; 12.7), ideal este que coloca o bem-estar dos seres humanos acima dos rituais. Um dito semelhante: "O obedecer é melhor do que o sacrificar" (1Sm 15.22; Pv 21.3; Hb 10.5) observa que é melhor fazer imediatamente o que é certo do que se voltar para Deus depois do fracasso. Esses ideais não ditam atos específicos de situações particulares, mas orientam uma ampla gama de regulamentos e ações.

Os ideais apresentam os seus próprios desafios. Por exemplo, o princípio de honrar pai e mãe é *conceitualmente* simples. Porém, o modo como seguimos o ideal muda com o passar dos anos. Uma criança de 4 anos honra os pais obedecendo a eles. Uma mocinha de 14 honra os pais obedecendo a eles sem fazer careta de desaprovação. Um rapaz de 24 anos ouve atentamente as sugestões dos pais antes de explicar com brandura que agora ele tem de tomar as suas próprias decisões. Um homem de 34 anos respeita os pais ao manter um relacionamento com eles em meio à correria de dirigir a sua própria jovem família e a sua carreira. Aos 44 ou 54, os papéis de pais e filhos mudam, quando os pais dão

conselhos estranhos, sucumbem a temores quixotescos e recusam tomar os medicamentos. Nessa situação, honrar significa que o filho começa agora a dirigir, mas com mansidão e respeito, sem diminuir o pai ou a mãe. Nenhuma regra sozinha pode nos orientar através dessas transições todas. Precisamos de meditação, sabedoria, observação, exemplos de piedade e oração.

DOUTRINA

As doutrinas declaram as verdades cardeais da fé, os fundamentos de um sistema de crença cristão. A forma para a aplicação de declarações doutrinárias é: "Se a doutrina X é verdadeira, o que se segue?" Muitos acham que a doutrina não é prática, talvez por ser algo cerebral, parecendo que a única aplicação é "Creia nisso". Mas poucas coisas na vida são mais práticas que a boa teoria.

Acima de tudo, a boa teoria e doutrina possui grande poder explicativo. Ela capacita-nos a ver o mundo como ele é e a nós como nós somos. A doutrina permite que vejamos o mundo da maneira de Deus – e são poucos os poderes mais valiosos que isso. Quando enfrentamos um dos enigmas da vida, revirando-o constantemente, esperando uma resposta, uma doutrina estará próxima à raiz quando finalmente chega o esclarecimento. A instrução cristã de filhos é, em grande parte, uma questão de explicar como é o mundo. Por exemplo, é essencial uma doutrina bíblica da humanidade. Ela explica por que algumas pessoas mentem, quebram as promessas e se comportam com crueldade, e por que outras demonstram bondade e interesse.

Por exemplo, quando uma de minhas filhas lamentava que a sua amiga se tornara insuportavelmente mandona e orgulhosa imediatamente depois de ter ganhado uma posição de destaque na equipe de torcida, apliquei as doutrinas do pecado e da criação à imagem de Deus para ajudá-la a entender e a lidar com o problema:

> Isso não é totalmente surpreendente para a pessoa que não é crente. Como fomos criados à imagem de Deus, todos temos a tendência de sentir-nos importantes. Porém, a sua amiga não sabe disso. Ela não tem senso de identidade e aceitação em Cristo, e assim, procura importância numa coi-

sa externa, como ser chefe da torcida. A torcida oficial dá a ela uma posição mais elevada e melhor, e a natureza caída dela quer tirar vantagem disso. É por isso que ela não consegue lidar bem com o sucesso.

A doutrina também ajuda os filhos a lidarem com o sucesso sem orgulho ou confusão. Se uma criança se lembra de que tudo o que ela tem – tanto a capacidade inata quanto o desejo de aproveitá-la ao máximo – é dom de Deus, o orgulho desaparece. Por outro lado, uma criança apagada tem a tendência de negar ou diminuir as suas realizações. Aqui também, precisamos de uma perspectiva doutrinária. Os pais poderão dizer à criança excessivamente humilde:

Nós estamos muito felizes por ver que você está usando os dons que Deus lhe deu. Sei que você nunca pensou que fosse grande estudante ou atleta, mas talvez Deus tenha dado a você mais capacidade do que você percebe. Ele também mandou pessoas à sua vida que ajudaram você a desenvolver esses dons – um treinador que o ajudou a encontrar todo o seu potencial no futebol, e uma professora de matemática que explica bem os conceitos. Algumas pessoas ficam cheias de si quando ganham honrarias e estamos felizes porque você não é assim. Mas é importante também que você entenda que possui esses dons e saiba como honrar a Deus e ajudar aos outros com eles.

Outro aspecto é que, à medida que nos apropriamos das doutrinas, elas gradualmente nos transformam. Devemos perguntar: "Como o meu comportamento deve mudar para se conformar à crença que eu professo? Como o mundo mudaria se a igreja toda agisse de acordo com essa crença?" Quando ensinamos a doutrina, devemos perguntar "Quem mais precisa dessa doutrina? Quando, ou em que circunstâncias? Se uma pessoa quiser praticá-la, por onde deveria começar? Quem vai resistir a essa doutrina, negá-la ou entendê-la mal e por quê?"

Vamos voltar por um momento para a torcida organizada. Se as pessoas realmente são criadas à imagem de Deus, o chefe da torcida procurará rejeitar uma candidata sem desmerecê-la e aprovar outra sem sugerir que agora é que ela tem valor. Na verdade, é um desafio constante para todos que possuem autoridade – pais, professores, gerentes, pastores – aprender como dar boas e más notícias, para crianças ou adultos, sem ferir nem causar orgulho.

O cristão deve ter em mente que as promessas de Deus são, afinal, declarações doutrinárias daquilo que Deus promete fazer. Quando um juiz pronuncia: "Eu o sentencio a um ano de prisão", ele quer dizer: "Eu declaro e faço valer", e não apenas "estou predizendo isso". Assim também, Deus declara e garante o que promete. Ou seja, as promessas são mais que predições do que vai acontecer. Elas são um compromisso pessoal de Deus de fazer acontecer determinadas coisas àqueles que estão relacionados com ele.[5]

ATOS REDENTORES NA NARRATIVA

O personagem central em toda história da Bíblia é Deus, e alguns aspectos do seu propósito redentor estão ligados ao tema principal de todas as narrativas. Assim, conquanto o intérprete corretamente retire lições de moral da história bíblica, em primeiro lugar devem vir as lições teológicas. O ponto *principal* de 1 Samuel 17 não é que Davi, um corajoso menino pastor, matou um gigante e devemos ser corajosos como Davi e matar os nossos gigantes. O ponto central é que tanto Davi quanto Golias viam a batalha como uma luta entre os seus deuses (17.43-47). Quando Davi corta a cabeça de Golias, ele declara que o mundo inteiro saberá que "existe um Deus em Israel". Isso acontecerá, pronuncia Davi, porque "o SENHOR salva... porque do SENHOR é a guerra, e ele vos entregará nas nossas mãos" (1Sm 17.47). A lição moral do episódio depende do entendimento de Davi – e nosso – das verdades doutrinárias quanto à pessoa e à obra de Deus.

Quando ensinamos a narrativa, devemos enfocar primeiro a obra redentora de Deus e a auto-revelação divina que ela contém. As narrativas do Antigo Testamento estão centradas nas alianças de Deus com Israel: sua graça ao estabelecê-las, sua fidelidade em cumpri-las, sua justiça e misericórdia para com os que as violam. De algum modo, cada narrativa do evangelho aponta para a morte e a ressurreição de Jesus; algumas também dão indicações da sua restauração de todas as coisas. Elas revelam também a divindade e o caráter moral de Cristo – sua compaixão, justiça e sabedoria.

---

5. Christopher Wright diz: "Uma promessa é feita *a alguém* enquanto uma previsão é feita *sobre* alguém" (*Knowing Jesus Through the Old Testament* [Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1992], p.65).

É claro que as narrativas não são simplesmente sobre Deus. Elas também relatam as respostas fiéis ou rebeldes a ele. Porém, mesmo quando homens e mulheres estão no palco, devemos resistir à tentação de correr para usá-los como exemplos morais. Atos de impiedade não são apenas imorais: constituem rebeldia contra Deus e suas alianças. Igualmente, atos de nobreza são, acima de tudo, respostas fiéis ao amor de Deus quando ele iniciava suas alianças, suportava infidelidade a cada uma delas e enviou o Filho para expiar por nossos pecados contra ele.

Dizem que numa história bem contada "a história toda é o significado", de modo que todos os elementos trabalham juntos para produzir o efeito final.[6] A história toda da Bíblia é que Deus está redimindo as pessoas para si. O efeito é revelar as trevas do nosso coração e a miséria da nossa condição, e conduzir-nos para a cura oferecida por Deus.[7]

Atos exemplares na narrativa

Se alguns correm para encontrar pontos essenciais de ética na Escritura, outros temem tanto o moralismo que resistem à idéia de usar as narrativas como lições morais. Porém, até mesmo Jesus justifica a busca de princípios éticos nas narrativas bíblicas. Na tentação, as suas respostas a Satanás tiram lições da experiência de Israel no deserto (Mt 4.4,7). Do mesmo modo, quando os fariseus questionaram a observação do sábado por Jesus, ele se justificou lembrando o ato ritualmente ilegal de Davi de tomar os pães da proposição dos sacerdotes quando fugia de Saul. As necessidades dos que estão em missão divina, disse Jesus, têm precedência sobre outras obrigações morais (Mt 12.1-7).[8]

---

6. Flannery O'Conner, *Mystery and Manners*, org. por Sally e Robert Fitzgerald (Nova York: Farrar, Straus & Giroux, 1957), pp.73-75; ver também de Leland Ryken, *Words of Delight* (Grand Rapids: Baker, 1987), p.83.
7. Devemos notar que algumas epístolas e alguns livros proféticos possuem narrativas implícitas e parciais. É possível juntar as peças de uma história dos comentários de acontecimentos semi-relatados nas epístolas. Considere, por exemplo, o conflito entre Pedro e Paulo em Antioquia (Gl 2) e a tensão entre João, Gaio e Diótrefes (3Jo). Elementos narrativos estão espalhados nos livros dos profetas. Por exemplo, Isaías 7–8, Oséias 1, Amós 7. Os debates entre Deus e o homem dão a Habacuque e Malaquias até um componente de narrativa.
8. Jesus até repreendeu os fariseus por não terem tirado as lições implícitas no texto.

Em geral, as narrativas bíblicas *demonstram* as lições morais, em vez de declará-las. Os livros de Reis e Crônicas rotulam os atos dos reis como "certos" ou "errados" diante do Senhor cerca de vinte vezes, mas a Bíblia raramente articula essas lições em outros textos. Em vez de rotular as coisas de bem ou mal, demonstra se Israel era leal ou desleal para com a aliança e sugere comparação com princípios éticos.[9] A ação imoral às vezes é uma violação tão clara da lei bíblica que até mesmo leitores com pouca habilidade conseguem entender a advertência. Nos evangelhos, o retrato da impiedade religiosa é tão constrangedor que ninguém precisa dizer "não sejam como os fariseus".

A decisão de Israel fazer o bezerro de ouro em Êxodo 32 ilustra como funcionam as narrativas. Como a lei de Moises proíbe o uso e o culto de ídolos (Êx 20.4-6), sabemos que o ato é pecado. A punição de Moisés à orgia de Israel confirma o nosso julgamento. Porém, toda a narrativa demonstra que o acontecimento era mais que um único ato de pecado. O povo se desesperou com a demora de Moisés na presença de Deus no Sinai. A falta de fidelidade à aliança fez com que pedissem a Arão que lhes fizessem deuses para ir diante deles (32.1). Arão fez uma imagem de um bezerro de ouro, mas orientou o povo a ver essa imagem como representação do Deus que os tirara do Egito. Ele até tentou transformar a ocasião num festival ao Senhor (32.4-8). Ele tentou evitar a violação do primeiro mandamento (não ter outros deuses) ao tolerar a violação do segundo (não fazer imagens). Porém, o seu plano fracassou. Depois de terem oferecido sacrifícios, as pessoas imediatamente caíram na folia. O episódio mostra duas coisas. Primeiro, a narrativa do Antigo Testamento convida o leitor a comparar os atos que ele vê com a lei de Moisés. Segundo, o episódio demonstra que atos pecaminosos não são erros isolados, mas surgem da infidelidade a Deus e à sua aliança.

Por outro lado, os atos fiéis na narrativa podem orientar a vida de fé. Voltando a Davi e Golias, quando Davi declara: "O SENHOR me livrou das garras do leão e das do urso; ele me livrará das mãos deste filisteu"

9. A respeito do modo indireto em que a narrativa afeta o leitor, ver de Ryken, *Words of Delight*, pp.81-89; Robert Alter, *The Art of Biblical Narrative* (Nova York: Basic Books, 1980), pp.114-130; Tremper Longman III, *Literary Approaches to Biblical Interpretation* (Grand Rapids: Zondervan, 1987), pp.66,67,75-100,119-134.

(1Sm 17.37), vemos o valor de lembrar a fidelidade passada de Deus para enfrentar desafios atuais. Quando Davi anuncia a sentença contra Golias, porque "do SENHOR é a guerra", vemos o poder motivador da fé (1Sm 17.47).

Assim, a narrativa bíblica faz muito mais que ilustrar lições morais. Alguns dizem que jamais devemos derivar uma lição moral de uma narrativa a não ser que outra passagem o declare explicitamente.[10] Talvez, mas é mais importante ver que as histórias ensinam de modos que a simples prosa não consegue. Uma lição da vitória de Davi é que uma visão correta de Deus desperta a coragem. Mas a história diz isso de um modo melhor.

Tomemos, por exemplo, a jornada de Salomão rumo à insensatez. Uma coisa seria dizer: "Cuidado com pequenos atos de infidelidade", outra é ver os comprometimentos quase imperceptíveis de Salomão virarem apostasia. Lembre da proibição de Deuteronômio de o rei acumular riquezas, mulheres e cavalos (em especial Dt 17.14-17). Observe que primeiro Salomão fez baias para os cavalos (1Rs 4.26), depois comprou cavalos e carruagens no Egito (10.26-29), juntou ouro e prata para o templo (caps. 6–10) e finalmente adquire numerosas mulheres (11.3). Uma vez que observemos isso, isso prende a nossa atenção mais do que poderiam as palavras "Cuidado com os comprometimentos". Declarações diretas não podem ser equiparadas ao poder da narrativa para incorporar a verdade.

IMAGENS OU SÍMBOLOS BÍBLICOS

A igreja protestante usa tão pouco os símbolos que até mesmo os mais bem-conhecidos, como o batismo, a Ceia do Senhor e a imposição de mãos, desconcertam algumas pessoas. Mas a Bíblia está carregada de símbolos e atos simbólicos, especialmente nos ministérios de Jesus e dos profetas.

Oséias casou-se com uma prostituta (Os 1–3). Isaías "andou três anos despido e descalço" (Is 20). Ezequiel cortou o cabelo, picou-o com uma

10. R. C. Sproul, *Knowing Scripture* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1977), pp.71-73; com diferentes nuances, Grant Osborne, *The Hermeneutical Spire* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1991), p.330; Walter Kaiser e Moisés Silva, *Introduction to Biblical Hermeneutics* (Grand Rapids: Zondervan, 1994), p.202.

espada e o queimou com fogo (Ez 5).[11] Em seus contextos históricos, esses atos exigiam poucos comentários. Jeremias quebrou uma jarra de barro perante os anciãos de Israel, simbolizando que, por causa dos seus pecados, Deus esmagaria Judá como a jarra (Jr 19). Mais tarde, o rei Joaquim enfrentou Jeremias com o seu próprio ato simbólico, cortando um rolo das profecias de Jeremias e jogando-o, alguns versos de cada vez, no fogo (Jr 36). Do mesmo modo, Malaquias pinta com palavras um retrato de Israel trazendo animais cegos e cheios de defeitos como sacrifícios ao Senhor. "Ora, apresenta-o ao teu governador!", escarnece Malaquias, pintando mil retratos (Ml 1.7,8). Essas imagens proféticas gritam: "Deus julgará! Estejam avisados. Arrependam-se ou sofram as conseqüências".

As leis de Israel também envolviam imagens. Os regulamentos sobre as festas retratam a comunhão com Deus. O sistema de sacrifícios animais apresenta visualmente o princípio de que o salário do pecado é a morte.

Como os profetas, Jesus usou atos simbólicos para destacar algumas lições. Ele comia com pecadores para mostrar que os aceitava. Seus atos simbólicos indicam que ele é o Messias. Ele escolheu doze discípulos, que representavam a restauração das doze tribos de Israel. Entrou em Jerusalém sobre um jumento, para demonstrar ser rei pacífico. Amaldiçoou a figueira, símbolo de Israel, e purificou o templo, agindo como juiz de Israel (Mt 21).[12]

O discurso simbólico deve ser explicado, mas não em demasia. É melhor deixar espaço para a imaginação. As imagens prendem a atenção tornando concretas as abstrações. "Deus tem autoridade e é compassivo" é abstrato; "Deus é nosso Pai" é concreto. Certa vez, eu ouvi um sermão sobre pureza sexual para jovens que era baseado na imagem que Salomão fez de uma jovem: "Se ela for um muro, edificaremos sobre ele uma torre de prata; se for uma porta, cercá-la-emos com tábuas de cedro" (Ct 8.9). "Seja um muro, não uma porta – certamente não uma porta giratória!", era o refrão do pregador. Ninguém deixou de entender o que ele queria dizer.

---

11. Para mais a respeito de atos simbólicos, veja o capítulo 8, p.235. Os milagres freqüentemente têm um aspecto simbólico.
12. Para palavras e obras simbólicas de Jesus na sua semana final, ver, de N.T. Wright, *Jesus and the Victory of God* (Minneapolis: Fortress, 1996), pp.489-519.

As imagens bíblicas criam o que podemos chamar de "estética de aplicação". Por exemplo, tomemos o retrato do preguiçoso pintado por Provérbios:

> Diz o preguiçoso: Um leão está no caminho...
> Como a porta se revolve nos seus gonzos,
> assim, o preguiçoso, no seu leito.
> O preguiçoso mete a mão no prato
> e não quer ter o trabalho de a levar à boca (Pv 26.13-15).

Ora, isso é que é preguiça! Provérbios nem precisa acrescentar: "Não seja preguiçoso!" Nós entendemos. Ou resolvemos: "Jamais farei o papel do preguiçoso"; ou perguntamos: "Por que às vezes pareço o preguiçoso? Como posso parar com isso?" Aqui também a Bíblia não *diz*, ela *demonstra* a vida bela ou feia.

Os símbolos e as imagens podem ser sobrepostos a categorias anteriores, mas têm vida própria. Considere a cruz. Ela é um elemento da narrativa do evangelho, uma parte da doutrina da salvação ou um ideal moral ("Toma a cruz e segue-me")? Talvez os três. Uma vez que alguém conheça a doutrina, a meditação sobre a cruz pode provocar serviço sacrificial tanto quanto o faria uma ordem direta. A cruz também nos questiona. Estamos dispostos a sofrer perdas pela causa de Deus? Por qualquer causa? Finalmente, ela nos lembra que a expiação de Deus nos cobre quando falhamos no teste.

Cânticos e orações

Embora possuam escopo mais estreito do que outras fontes de aplicação bíblica, os cânticos e as orações têm voz própria na formação da vida de fé. Por exemplo, sabemos que os Salmos ensinam o crente a louvar a Deus, mas ensinam também como lamentar, dar graças e até expressar a ira. Eles falam a língua do coração, especialmente nas intempéries da vida. Lutero disse que "os Salmos nos ensinam a falar com sinceridade, a abrir o coração e a derramar o que está no seu fundo. Eles nos instruem a falar sinceramente entre tempestades e ventanias de todo tipo. Onde encontrar palavras melhores de alegria do que nos salmos de louvor? Onde achar palavras mais sofridas de tristeza do que nos lamentos dos salmos?" No Saltério, o santo encontra palavras que se encaixam no seu

caso e falam da sua vida emocional.[13] Ao meditar nos Salmos, aprendemos a prezar a gratidão, o louvor, a humildade, o senso de maravilha ante a majestade divina, a justiça e a retidão.[14] Eles nos convidam a um mundo que valoriza algo além do incessante ativismo. Os cânticos e as orações da Bíblia muitas vezes contêm tanto declarações doutrinárias como símbolos e ideais, mas a sua marca de distinção – o acesso direto a Deus – dá um sabor especial.

Os cânticos e as orações mais provavelmente toquem a emoção e o espírito (não que esteja ausente o aspecto cognitivo), mas possuem também um segundo efeito. Se é verdade que as pessoas aprendem a valorizar o que enxergam, é mais verdade que as pessoas valorizam o que louvam. Se louvamos a Deus por sua justiça, valorizamos a justiça. Se o louvamos por sua benignidade, valorizamos a benignidade. Ao louvar a Deus por essas qualidades, nós as entesouramos e nós mesmos somos atraídos a elas.

ENTENDER A LISTA

Devemos ressaltar dois pontos sobre essa lista de fontes bíblicas da aplicação. Primeiro, não estamos dizendo que os textos bíblicos gerem exatamente, nem mais nem menos, sete maneiras de fazer aplicação. Existem várias formas de se cortar o bolo. Estudiosos experientes têm apresentado listas menores, especialmente quando buscam a simplicidade.[15] Na verdade, poderíamos subordinar essas últimas duas categorias às primeiras cinco; de fato, só as primeiras cinco são plenamente desenvolvidas neste livro.[16] Nossa lista é mais longa para sugerir os diversos modos em que a Bíblia transmite a verdade espiritual e ética. Ela apela mais diretamente à mente e

13. Martinho Lutero, *Word and Sacrament I*, org. por E.Theodore Bachmann, trad. por Charles M. Jacobs, em *Luther's Works*, 55 vols. (Filadélfia: Fortress, 1955-86), 35:255-256.
14. Bruce Birch e Larry Rasmussen, *Bible and Ethics in the Christian Life*, ed. rev. (Minneapolis: Augsburg, 1988), p.45.
15. Ver nota de rodapé nº 3 para Hays, Gustafson e Longenecker. Eles assumem a tarefa sintética de criar uma ética bíblica. Eu estou enfatizando a tarefa exegética de se juntar material para uma ética.
16. Não dedico capítulos às últimas duas categorias porque (1) tenho pouco a acrescentar ao que já disse sobre cânticos e orações em *Getting the Message* (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformesd, 1996), pp.239-242 e (2) embora as imagens funcionem de modo diferente da prosa comum, elas servem às demais categorias.

TABELA 1.
VÁRIAS APLICAÇÕES DE LUCAS 11.1-13

Ato exemplar menor: Jesus tem o hábito de orar. Os discípulos querem orar como Jesus.	11.1: De uma feita, estava Jesus orando em certo lugar; quando terminou, um dos seus discípulos lhe pediu: Senhor, ensina-nos a orar como também João ensinou aos seus discípulos.
Isso parece uma regra – sempre que orar, faça assim; mas na verdade é um ideal de oração. Imagem: Deus é pai e provedor. Doutrina: Ele é santo, espera a santidade. Ele provê. Ele é Rei; ele perdoa; ele nos conduz pela vida.	11.2-4: Então, ele os ensinou: Quando orardes, dizei: Pai, santificado seja o teu nome; venha o teu reino; o pão nosso cotidiano dá-nos de dia em dia; perdoa-nos os nossos pecados, pois também nós perdoamos a todo o que nos deve. E não nos deixes cair em tentação.
Uma parábola – uma imagem – compara Deus com um vizinho sovina. Jesus sabe que alguns relutarão em orar porque duvidam que Deus se preocupe em responder. A parábola convida à reflexão sobre a imagem de Deus como um vizinho insensível. Ainda que ele fosse insensível, diz a história, ele responderia aos seus pedidos pela persistência de quem pede ou porque a recusa em atender pedidos razoáveis o envergonharia.[a] Doutrinariamente, o texto mostra que Deus age por amor do seu nome. Como Deus não nega seu povo, seus filhos não devem temer.	11.5-8: Disse-lhes ainda Jesus: Qual dentre vós, tendo um amigo, e este for procurá-lo à meia-noite e lhe disser: Amigo, empresta-me três pães, pois um meu amigo, chegando de viagem, procurou-me, e eu nada tenho que lhe oferecer. E o outro lhe responda lá de dentro, dizendo: Não me importunes; a porta já está fechada, e os meus filhos comigo também já estão deitados. Não posso levantar-me para tos dar; digo-vos que, se não se levantar para dar-lhos por ser seu amigo, todavia, o fará por causa da importunação e lhe dará tudo o de que tiver necessidade.

à vontade nas doutrinas e nos mandamentos. Apela ao coração e à imaginação na narrativa, nas figuras e nas imagens e nos cânticos.

Segundo, conquanto eu creia que a Escritura nos instrua por meio de regras, ideais, doutrinas, narrativas de atos redentores e exemplares, imagens e cânticos e orações, essa lista não é um catálogo desses gêneros da Escritura, como profecia, poesia, parábola e narrativa. Os gêneros da Escritura só sobrepõem parcialmente as sete fontes. Especificamente, a análise de gênero é uma tarefa mais restrita, tendo o objetivo de classificar

Doutrina: "dar-se-vos-á" significa que Deus dará.[b] Sendo assim, isso é uma promessa, uma declaração doutrinária sobre o modo como Deus prova a sua bondade.	11.9-10: Por isso, vos digo: Pedi, e dar-se-vos-á; buscai, e achareis; batei, e abrir-se-vos-á. Pois todo o que pede recebe; o que busca encontra; e a quem bate, abrir-se-lhe-á.
Uma segunda imagem compara Deus (corretamente) com um pai generoso que dá tudo de que precisamos. Temos uma série de motivos para orar que repousam sobre doutrinas sobre a humanidade, Deus Pai e Deus Espírito Santo.	11.11-13: Qual dentre vós é o pai que, se o filho lhe pedir pão, lhe dará uma pedra? Ou se pedir um peixe, lhe dará em lugar de peixe uma cobra? Ou, se lhe pedir um ovo lhe dará um escorpião? Ora, se vós, que sois maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais o Pai celestial dará o Espírito Santo àqueles que lho pedirem?

a. Prefiro a segunda interpretação, crendo que o grego indique que o homem dentro da casa se levanta e dá o pão, não porque o outro homem insiste em bater à porta pedindo ajuda, mas porque deseja evitar a vergonha de violar as normas sociais que exigem atender ao pedido razoável e urgente. Ver, de Joachim Jeremias, *The Parables of Jesus*, 2ª ed. (Nova York: Scribner, 1963), pp.157-159, esp. n. 28; Kenneth Bailey, *Poet and Peasant* (Grand Rapids: Eerdmans, 1976), pp.125-133; I. H. Marshall, *The Gospel According to Luke* (Grand Rapids: Eerdmans, 1981), p.465.

b. Quando um verbo na voz passiva não especifica o agente (não diz "será dado *por* ...") devemos completar com o nome de Deus. Aqui ele foi omitido de acordo com o costume judeu do tempo do Novo Testamento de sempre que possível evitar o uso do nome de Deus. Chamada de "passivo divino", essa construção aparece cerca de 100 vezes no Novo Testamento. Ver Joachim Jeremias, *The New Testament Theology*, trad. por John Bowden (Nova York: Macmillan, 1970), p.11; Robert Stein, *The Method and Message of Jesus*, 2ª ed. (Filadélfia: Westminster, 1995), pp.63,64.

um livro ou uma seção de um livro como lei (p. ex., Dt), História (1Sm) ou profecia (Is). O problema não é que a maioria dos livros contém diversos gêneros (embora isso seja verdade). A questão é que uma passagem pode se encaixar precisamente num gênero e ainda incorporar diversas das sete fontes de aplicação. Ou seja, uma passagem doutrinária pode conter tanto ideais e imagens como doutrina. Uma narrativa descreverá atos redentores e exemplares, mas doutrinas, orações e regras também podem estar embutidas nela.

Para ilustrar, Lucas 11.1-13 é claramente um discurso ético sobre a oração, mas o leitor deverá procurar mais do que simples orientação quanto à oração *per se*. Vamos examinar de perto algumas maneiras que a passagem tem relevância (ver tabela 1).

Essa passagem, dividida em diversas lições, claramente oferece várias linhas de aplicação.[17] Ela contém um modelo ideal de oração. Convida o leitor a reexaminar o seu conceito de Deus. Talvez ele receie que Deus seja mesquinho e relutante em oferecer ajuda. Mesmo que ele fosse, diz Jesus, ele não deveria desistir de orar. Deus é pai que se agrada de dar bons presentes aos filhos. O problema, se houver algum, é que um excesso de idéias em potencial ameaça obscurecer o ponto principal numa grande quantidade de idéias menores.

Uma gama de opções

Espero que pastores e mestres passem do desafio de encontrar diversas aplicações para o de escolher *a melhor* entre o grande número de opções. No próximo capítulo, veremos que existem, na realidade, muito mais que sete caminhos de aplicação. Em especial, enquanto os textos geram aplicações de sete maneiras, as pessoas provocam aplicações ao fazer quatro tipos de perguntas espirituais ou éticas: perguntas a respeito do seu dever, seu caráter moral, os ideais da vida e a necessidade de discernir a verdade entre visões de mundo que competem entre si. Como podemos juntar essas quatro perguntas com quaisquer dos sete caminhos para os textos, o resultado não é 11, mas, teoricamente, 28 áreas para se examinar na busca da relevância de uma passagem (fig. 11). É claro que algumas categorias, como o dever e a regra ou o discernimento e a doutrina, se sobrepõem, e assim, há na realidade menos que 28 opções. Porém, a figura 11 pode ser de ajuda para quem quer retratar visualmente todas as opções num esquema, desde que o vejamos como guia para interpretação, e não como um rígido gabarito.

Para dar uma amostra de como as categorias poderiam trabalhar juntas, tome o início da oração ideal: "Pai, santificado seja o teu nome". Certamente é nosso dever começar a oração com preocupação pela natureza e

17. Lucas 11.1-13 carrega as marcas de uma unidade textual: um tema, um lugar e tempo, um conjunto de personagens e linguagem distinta (como a inclusão de "Deus é pai").

FIG. 11
VINTE OITO OPÇÕES PARA A RELEVÂNCIA DE UMA PASSAGEM

	Dever	Caráter	Objetivo	Discernimento
Regra				
Ideal				
Doutrina				
Narrativa (atos redentores)				
Narrativa (atos exemplares)				
Imagem				
Cântico ou oração				

pela honra de Deus. A categoria do *caráter* nos faz perguntar: "Que tipo de pessoa é capaz de iniciar suas orações com pedidos pela glória e pelo reino de Deus em vez de pelas suas próprias preocupações, quer grandes, quer pequenas?" Jesus sugere também que coloquemos a honra de Deus acima das nossas ambições e necessidades. Além do mais, é necessário *discernimento* para ver que é correto começar com a glória e a causa de Deus e não com as nossas próprias causas. Isso não quer dizer que toda passagem contém dezenas de aplicações de todo tipo. Muitos dos espaços estarão vazios em relação a qualquer passagem. Mas existem muitas opções. Um ideal, por exemplo, pode nos instruir quanto ao nosso caráter e nossos objetivos, não apenas nosso discernimento. Assim, as sete fontes e as quatro perguntas interagem de diversos modos.

RESUMO

A maioria dos textos bíblicos oferece diversas linhas de aplicação. Tipicamente, estas manifestam duas ou mais das sete maneiras em que um texto pode gerar aplicações. Além disso, podemos desenvolver qualquer uma delas por meio das quatro perguntas feitas pelas pessoas. Como resultado, o professor raramente deve lutar para encaixar uma aplicação na passagem que estiver estudando. Mais corretamente, deve trabalhar para encontrar os pontos centrais entre dezenas de outros menores. Eles devem trabalhar, não para *encontrar* ostras, mas decidir quais ostras irão apanhar.

5

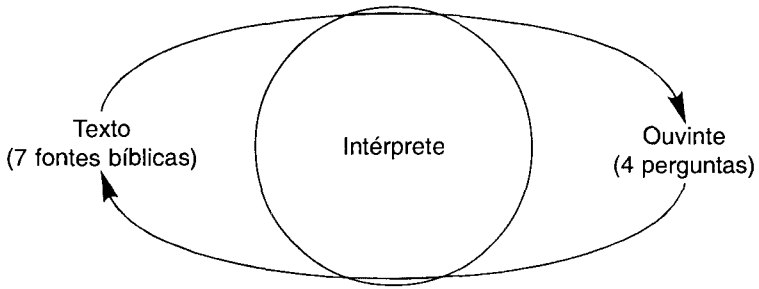
OS QUATRO ASPECTOS DA APLICAÇÃO

Em muitas igrejas, as pessoas ouvem as mesmas aplicações, muitas vezes com as mesmas palavras, semana após semana. Semana após semana, ouvem que devem orar mais, evangelizar mais, servir melhor, ser mais santas, mais fiéis, mais consagradas. Contaminadas por traços de legalismo, essas mensagens tornam-se tediosas e previsíveis. Se o pior crime do pregador é o de promover a heresia, o penúltimo pior é tornar a fé maçante. O problema acontece grandemente por causa de uma tendência de equiparar a aplicação com dizer às pessoas o que fazer. Porém, a aplicação envolve mais do que emitir ordens (fig. 12).

De acordo com o nosso modelo de aplicação, os intérpretes são mediadores, responsáveis por levar a Bíblia ao povo e conduzir o povo à Bíblia. Conduzir as pessoas à Bíblia significa mostrar que a Bíblia responde às suas perguntas. Os éticos há muito organizaram as perguntas morais feitas pelas pessoas em quatro categorias. As pessoas fazem essas quatro perguntas essenciais, e a Bíblia as responde:[1]

1. Para esse esquema, sou devedor a Bruce Birch e Larry Rasmussen, *Bible and Ethics in the Christian Life*, ed. rev. (Minneapolis: Augsburg, 1988), pp.35-65; e Thomas W. Ogletree, *The Use of the Bible in Christian Ethics* (Filadélfia: Fortress, 1983), pp.15-45. Na verdade, a Bíblia trata das quatro áreas esquematizadas, mas essa não é a única forma de cortar o bolo. Desde Aristóteles, a investigação enfatiza dever, caráter (ou virtude) e objetivos. Com o surgimento do pluralismo, do relativismo e do pós-modernismo, temos necessidade de uma quarta categoria, a habilidade de discernir em qual voz confiar no redemoinho de opções de visões de mundo. Ver J. Richard Middleton e Brian J. Walsh, *The Transforming Vision* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1984); e *Truth is Stranger than It Used to Be* (Downers Grove, Ill.:InterVarsity, 1995).

FIG. 12
UM MODELO SIMPLES DE APLICAÇÃO



1. O que eu devo fazer? Ou seja, qual é o meu *dever?*
2. Quem eu devo ser? Ou seja, como posso tornar-me a pessoa ou obter o *caráter* que me permite fazer o que é certo?
3. A que causas devemos dedicar a energia da nossa vida? Ou seja, que *objetivos* devemos buscar?[2]
4. Como distinguir entre verdade e erro? Ou seja, como obter *discernimento*?

O líder cristão deve usar as quatro perguntas não como gabarito rígido a ser forçado sobre cada mensagem, mas como diretriz para uma aplicação plena e global. Não é necessário injetar as quatro em cada lição, mas deve ver se a mensagem as provoca. Se respondermos coerentemente a cada uma das quatro perguntas, fugiremos da rotina dos temas preferidos e a nossa mensagem ganhará em variedade e profundidade.

IR ALÉM DA LEI

Muitas pessoas caem na pregação previsível quando se concentram no dever ou na lei – o que as pessoas devem *fazer* – negligenciando outras perspectivas sobre a vida cristã. Deparei com o problema de uma mente legalista certa vez quando tentava ajudar um casal a salvar um casamento que estava naufragando. Calado e exausto depois de uma sessão dolorosa, o

2. Passo do pronome singular para o plural porque a vida cristã é tanto individual quanto comunitária.

marido de repente teve uma idéia: "Dan, por que você simplesmente não me diz o que devo fazer? Mandamentos específicos para mim como marido e pai. Escreva-os num cartão. Algo como 'Dez mandamentos para o marido e pai cristão'. Depois, se ela aceitar, faça o mesmo para a minha mulher". Eu não sabia se aplaudia a sua disposição de tentar de novo ou debochava da sua ingenuidade. Depois de uma década de brigas constantes, o que fez com que ele achasse que um novo conjunto de regras, as quais ouvira muitas vezes, poderia renovar o seu casamento? No entanto, o meu amigo me fez pensar. De onde ele tinha tirado uma idéia dessas? Da cultura? Da sua própria mentalidade ativista? De outro professor no passado? De mim?

Poucos líderes atenderiam a um pedido legalista desses. Contudo, desde a época de Jesus, muitos mestres religiosos pensam que poderiam levar as pessoas à justiça por meio de preceitos detalhados sobre o que fazer em cada situação. Os rabinos da época dos apóstolos especificavam os limites do trabalho no sábado nos mínimos detalhes: quanto eles poderiam andar (mil metros), quanto eles poderiam escrever (uma palavra) e quanto leite poderiam tirar do armário (um gole).[3]

O desafio para o líder cristão é promover a obediência à lei ao mesmo tempo em que resiste ao legalismo. Quando necessário, Jesus comparou os discípulos a servos que fazem o que lhes é mandado (Lc 17.7-20; cf. Tg 1.22). No entanto, ele repreendeu os fariseus por transformar a lei num fardo pesado. É muito fácil perder o equilíbrio.

Ao combater o antinomianismo, mesmo teólogos respeitados têm enfatizado tanto a obediência aos mandamentos que eliminam outras perspectivas. Harry Blamires disse: "Como o Cristianismo é uma religião de revelação... segue-se que a linha de ação moral dos cristãos deve ser a obediência". O centro da moral cristã é "submissão aos mandamentos" de modo que "Deus chama e o homem obedece".[4] John Murray, sem negar a doutrina da justificação pela fé, declarou: "O critério da nossa posição no reino... nada mais é que observação meticulosa dos mandamentos de Deus nos mínimos detalhes da sua prescrição".[5]

---

3. Veja qualquer edição da Mishná ou do Talmude ou literatura secundária como de Emil Schürer, *A History of the Jewish People in the Time of Jesus Christ,* 5 vols. (Peabody, Mass.: Hendrickson, 1995).
4. Harry Blamires, *Recovering the Christian Mind* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1988), pp.109,110.
5. J. Murray, *Principles of Conduct* (Grand Rapids: Eerdmans, 1957), p.154; ver também pp.14,23-25.

O que diremos? Sim, é bom nos submeter às exigências de Deus. Porém, a vida cristã é muito mais que a submissão meticulosa aos mandamentos divinos. Os crentes devem também buscar nutrir o fruto do Espírito, desenvolver os seus dons, dedicar-se aos projetos do reino, tornar-se mais maduro quanto ao caráter.

Para ver os limites da lei, consideremos as opções que temos para uma tarde de domingo. Podemos tirar uma soneca, sair para uma caminhada, telefonar para um membro da família, meditar na Escritura ou visitar um amigo. *Como cada uma dessas opções é igualmente legal, uma consulta meticulosa à lei não nos levará à escolha certa.* Provavelmente escolheremos de acordo com o objetivo mais desejável – descanso, comunhão ou crescimento espiritual. Assim, a lei coloca parâmetros com os quais tomamos uma boa decisão, mas para fazer essa decisão é necessário consultar mais do que apenas a lei.

A ética cristã consiste em mais do que guardar a lei. Destacando o mesmo aspecto, John Frame resume a ética como "aplicação de uma norma a uma situação por uma pessoa".[6] Frame concorda, então, que a obediência a normas (deveres) é apenas um aspecto da vida cristã. As normas ressaltam as escolhas que as pessoas devem fazer, mas devemos também considerar o caráter da pessoa que faz as escolhas. Ela é capaz de fazer a escolha certa? É capaz de ver claramente a situação a fim de aplicar a norma a ela? O caráter nos lembra que para *se fazer* o bem, é necessário *ser* bom. Ou seja, boas obras fluem espontaneamente da pessoa transformada pela graça salvadora de Deus. Os objetivos são essenciais também, pois nos levam a reconhecer os obstáculos e encontrar o melhor meio de alcançar aquilo que é bom. Finalmente, o uso do discernimento nos faz aprender a ver a situação como é, como Deus a vê, de modo a saber quais as normas a aplicar. Assim, para liderar bem devemos usar as quatro perspectivas da vida cristã: o dever, o caráter, os objetivos e o discernimento.

A vida cristã se conforma à lei e ao dever, mas há mais. Acima de tudo, a regeneração, a fé e o arrependimento antecedem as boas obras. A regeneração, o dom de um novo coração, uma nova mente e novos senti-

6. John Frame, "Doctrine of the Christian Life" (trabalho não publicado), pp.4,5. Suas categorias diferem levemente das minhas. Sua "norma" é igual ao meu "dever"; sua "pessoa" se equipara ao meu "caráter". O meu esquema divide a "situação" de Frame em duas partes: "objetivos" e "discernimento".

mentos em Cristo, é a raiz da obediência, especialmente se definimos a obediência como fazer a coisa certa na hora certa com a atitude certa. O regenerado recebe a iluminação do Espírito Santo para ver Deus e o mundo como realmente são, a fim de viver para Deus no presente século. A regeneração e a iluminação são precondições para a obediência à lei.[7] Em linguagem bíblica, porque morremos para o pecado e ressuscitamos com Cristo, podemos crucificar a carne com a sua concupiscência (Rm 6.1-12). Porque Deus está operando em nós, podemos desenvolver a nossa salvação com temor e tremor (Fp 2.12,13). Não há proveito, portanto, em reagir à falta de lei seguindo um legalismo indulgente que diz que *ganhamos* o favor de Deus pela graça mediante a fé, mas *conservamos* esse favor mediante a observância da lei.

Além do mais, o interesse pelos detalhes das prescrições e das exigências da lei dificilmente se encaixam no modo em que o crente geralmente obtém santidade. Não nos é típico conseguir maturidade ao atender leis e exigências. Primeiro, é impossível declarar as exigências legais com detalhes suficientes para cobrir todas as situações. Segundo, mesmo se isso fosse possível, não há garantia de que pudéssemos nos lembrar de todas. Ao enfrentar algumas situações morais, o crente pergunta: "Qual será a decisão moral certa aqui?" Porém, também entramos com características, percepções, valores e hábitos de caráter que nos predispõem fortemente a uma ou outra opção. Se alguém prende o nosso dedo na porta, não ponderamos se um leve vulgarismo é ou não é legal. O que dizemos depende principalmente de nossos hábitos, aquilo que está dentro de nós.[8]

Para maior clareza, e talvez simplificando demais, resumimos a seguir os quatro modos de ver as situações morais. Novamente, o mestre sábio usa todas as quatro perspectivas:[9]

O *dever* diz: "Quando as pessoas, talvez cristãs, enfrentam uma situação moral...".

---

7. Para uma excelente discussão recente a respeito desse assunto, veja Sinclair Ferguson, *The Holy Spirit* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1997), pp.118-173.
8. Quanto às predisposições, ver Stanley Hatterwas, *A Community of Character: Toward a Constructive Christian Ethic* (Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame Press, 1981), p.115.
9. Para as perguntas-chave nas primeiras três categorias, devo muito a Frame, "Christian Life", pp.4,96.

- Elas precisam de conselho. Precisam saber – talvez seja necessário que lhes digam – o que fazer.
- As perguntas-chave são: "Qual é o nosso dever? O que a Bíblia nos ensina a fazer nesta situação?"
- Não se sabe o que elas farão. Elas tanto podem fazer o certo como o errado. Cada situação é nova, e qualquer coisa pode acontecer, dependendo de como as pessoas resolvem responder à lei.

O *caráter* diz: "Quando pessoas, talvez cristãs, enfrentam uma situação moral...".

- O que elas fazem é provavelmente determinado antes pela natureza, pelas habilidades e pelas predisposições morais delas que foram formadas no decorrer dos anos.
- As perguntas-chave são: "Como devo mudar se quiser ser santo? Quem sou eu agora, em Cristo? Como posso tornar-me mais como ele?"
- O que elas fazem é previsível. Agentes morais maduros são como vendedores, atletas ou conselheiros sábios. Há pouca novidade para eles; eles enxergam modelos conhecidos e fazem uso de habilidades antigas.

O objetivo diz: "Quando as pessoas, talvez cristãs, enfrentam uma situação moral...".

- O que elas fazem depende de para onde estão indo, o que elas querem realizar.
- As perguntas-chave são: "Onde eu consigo um sentido de direção? Quais os melhores meios de alcançar fins piedosos? Como posso mudar o mundo para que ele se conforme mais com o plano de Deus?"
- O que elas fazem depende de onde querem chegar e o que querem alcançar.

O *discernimento* diz: "Quando as pessoas, talvez cristãs, enfrentam uma situação moral...".

- O que elas fazem depende de como enxergam a situação.
- As perguntas-chave são: "Como obter discernimento? Como posso resistir ao que é falso no pensamento e nos costumes deste mundo? Como obter sabedoria de Deus e da igreja?"

- O que elas fazem depende das opções que vêem. Isso, por sua vez, depende do conhecimento que elas têm da Escritura e da capacidade de sua comunidade cristã de pensar e viver de modo cristão.

Fica claro que apenas começamos a encontrar a relevância da Escritura quando formulamos os deveres. Devemos usar as quatro perguntas para aprofundar a nossa aplicação da Escritura.

DEVER

O dever é a obrigação moral que oferece estrutura para os relacionamentos humanos. O dever diz às pessoas o que é devido a Deus e aos outros. O conceito de dever repousa sobre a Escritura – dos Dez Mandamentos (Êx 20) ao Sermão do Monte e as seções exortatórias das epístolas. A lei mosaica desenvolvida em Êxodo 21–24 e Deuteronômio 5–26 era a constituição para a vida nacional de Israel. Essas passagens tanto mostram que *temos* deveres como nos dizem *quais* são.

Os deveres são as regras básicas da interação humana. Eles podem ser mandamentos universais ou proibições que governem todas as relações pessoais. Ou, podem ser particulares e temporários. É meu dever preparar aulas, fazer devocionais e passar algum tempo com os meus filhos.[10] Quando as pessoas cumprem seu dever, nós as chamamos de obedientes, justas ou boas. Quando elas violam o dever, nós as chamamos de desobedientes, imorais ou irresponsáveis.

Uma ilustração do dever: imagine uma entrevista no vestiário com um treinador depois de um jogo de futebol em que seu time perdeu por pouco. Um repórter ingênuo pergunta: "Treinador, por que você não colocou 12 ou 13 jogadores no final do jogo para dar força ao time ?" Um treinador orientado pelo dever responderia: "Porque estávamos jogando *futebol*, senhor. As regras não permitem jogadores extras no jogo". Ou, suponhamos que uma mulher esteja contando à amiga sobre uma entrevista para um emprego que terminou quando ela confessou ter pouquíssima experiência relevante na área. A amiga diz: "Por que você simplesmente

10. Nossa definição de "dever" inclui o que Kant chamava de imperativo categórico, mas também o sentido puritano de obrigações de todos de acordo com o chamado ou a situação na vida.

não mentiu sobre isso? Em poucas semanas, você adquiriria a experiência!" Uma mulher orientada pelo dever diria: "Mas ninguém deve tratar as pessoas desse jeito". A mentira viola as regras para entrevistas.

Como dissemos acima, o dever rapidamente pode virar legalismo, que pode ser atraente pelas razões erradas. Isso parece ousado, firme e claro. Pode destacar o controle de líderes autoritários. Pode atrair crentes preguiçosos que gostam da vida cristã simples: apenas faça o que lhe mandam.

Apesar desses perigos, o dever tem o seu lugar. Os Dez Mandamentos na verdade governam o comportamento cristão. Ao ensinar às pessoas o dever, estabelecemos um necessário padrão mínimo de conduta. O dever ensina que toda pessoa merece respeito, que nunca ferimos gratuitamente os outros, jamais os tratamos como meros objetos ou meios para alcançarmos nossos próprios fins, a serem descartados quando não nos forem mais úteis. Pelo contrário, tratamos as pessoas como desejamos ser tratados (Mt 7.12; Pv 24.8,9). Pessoas ligadas ao dever sabem que algumas coisas simplesmente não são feitas, especialmente entre os que conhecem a Deus (Gn 34.7; 2Sm 13.12). A violação do dever constitui iniqüidade – não apenas erro ou comportamento impróprio.

Em geral, reservamos a palavra "dever" para princípios universais como "Não matarás" ou "Não dirás falso testemunho". Mas existe um lugar para o exame detalhado da lei para conhecer o nosso dever. É nosso dever abster-nos de matar, mas os detalhes incluem a proibição de linguagem abusiva (chamar alguém de "tolo" em Mt 5.21-26). É nosso dever evitar a idolatria; os detalhes incluem uma lei contra comer carne sacrificada a ídolos – se, e somente se, alguém nos contar esse detalhe sobre a carne (1Co 10.28). A especificação das leis as torna intensamente relevantes quando combinam com uma situação atual, como o problema de linguagem chula. Porém, quando não existe um correspondente óbvio, como no caso de carne sacrificada a ídolos, a especificação acentua as diferenças entre o tempo de Paulo e o nosso tempo, tornando difícil a aplicação atual de suas palavras.[11] Ademais, quanto mais específicos nos tornamos no exame dos

11. Victor Furnish, *The Moral Teaching of Paul*, 2ª ed. (Nashville: Abingdon, 1985), pp.17,18; *idem*, "Belonging to Christ: A Paradigm for Ethics in First Corinthians", *Interpretation 44* (abril de 1990), p.146. Furnish diz que quanto mais especificamente uma lei trata de uma situação, menos provável é que ela se aplique diretamente a outras situações.

detalhes da aplicação da lei, mais abrimos caminho ao debate. Considere essa progressão em direção de deveres mais específicos:

1. Sejam santos.
2. Sejam sexualmente santos.
3. Fujam da tentação.
4. Se solteiro, evite longos períodos sozinho com membros atraentes do sexo oposto.
5. Líderes, advirtam o povo sobre o perigo do estilo ocidental de namoro e noivados longos.

Os primeiros três mandamentos são amplos e não sujeitos à discussão nas igrejas ortodoxas. Os números (4) e (5) são mais estreitos e subjetivos. Eles podem parecer sabedoria, ou até mesmo legalismo puritano e não dever. Os pastores estão ganhando o seu sustento quando orientam a igreja a respeito de questões desse tipo. Assim, embora haja a tendência de ser mal usado, o dever é uma categoria válida. O melhor modo de combater o legalismo é unir dever e caráter. O caráter dá equilíbrio ao dever ao extinguir a idéia de que a vida cristã consiste na adesão a um conjunto de regras.

Caráter

O caráter é a natureza ou a essência distintiva de uma pessoa. O caráter nos lembra que a vida cristã não consiste apenas em fazer o que é certo ou errado. "Ele diz respeito também ao tipo de pessoa que devemos ser, o tipo de pessoa que... pensa que as questões de certo e errado realmente importam, que amam o direito e odeiam o mal e em quem podemos confiar que farão o bem mesmo quando sob pressão."[12] Caráter é sobre a obra que Deus faz, vivificando o coração e moldando uma nova natureza em nós.

Temos de distinguir caráter de personalidade. Nossa personalidade fala da nossa disposição, do nosso estilo. Tímido ou sociável, quieto ou tagarela, animado ou sério, cauteloso ou disposto a arriscar-se: esses pólos de estilo pessoal não são (necessariamente) categorias morais. As diferenças

12. David Jones, Palestra não-publicada para o corpo docente do Seminário Covenant, 27 de janeiro, 1998.

de caráter têm mais a ver com as nuances abertamente morais e espirituais. Honesto ou desonesto, resoluto ou instável, humilde ou orgulhoso – são categorias morais. Além disso, a capacidade de ser um ou outro repousa sobre a nossa condição espiritual. (É claro, a personalidade pode conter um componente moral. A pessoa tímida e calada pode ser tendente ao silêncio covarde, ou pode ser também a melhor ouvinte. Os cautelosos podem ter dificuldade em dar um passo de fé ou podem demonstrar prudência e autocontrole. Os que se arriscam podem ser insensatamente precipitados ou, então, ousados em prol da causa de Deus. Em suma, as tendências de personalidade devem ser observadas porque elas nos predispõem a certas virtudes e certos vícios, embora não sejam, em si mesmas, boas ou más.)

Do começo ao fim, a Bíblia trata de caráter. Deus formou e testou o caráter de homens como Abraão, José e Moisés. Os profetas lamentam a dureza de coração de Israel – e prometem que Deus lhes dará um novo coração (Jr 9.26; 17.9; 31.31-34). Os apóstolos escreveram trinta listas de virtudes e vícios, ou seja, tendências positivas e negativas de caráter. Jesus disse que um bom caráter produz boas obras: "Assim, toda árvore boa produz bons frutos, porém a árvore má produz frutos maus. Não pode a árvore boa produzir frutos maus, nem a árvore má produzir frutos bons" (Mt 7.17,18).[13] Paulo concordava que as boas obras são resultado espontâneo da vida do Espírito em nós, de um novo coração e uma mente renovada (Rm 6–8; Gl 5.22,23; Ef 4.17-32).

Podemos ilustrar isso por meio dos esportes. No início do meu curso universitário, eu jogava num time estudantil de basquete. Este tinha um excelente jogador, um jogador mais ou menos bom (eu) e sete desajustados cujo lema era: "Podemos ser pequenos, mas somos vagarosos e preguiçosos". Depois que perdemos diversos jogos, eu convidei um jogador habilidoso de outro time para observar o nosso jogo e sugerir como poderíamos melhorar, talvez com um novo plano de defesa ou ataque. Depois do jogo, o meu amigo disse apenas: "Dan, procure outro time!" Esquemas de treino não poderiam corrigir o que fazia o meu time ser ruim. Ele

13. Nos evangelhos, veja também João 15.1-16; Lucas 6.43,44; Mateus 3.8-10; 21.34-43. Nas epístolas, Romanos 7.4,5; Gálatas 5.22,23; Efésios 5.9; Filipenses 1.11; Colossenses 1.6,10; Hebreus 13.15; Tiago 3.17. Há também uma obediência que é mais vício que virtude (Mt 19.20-24).

simplesmente não tinha capacidade de executá-los. Infelizmente, muitos treinadores espirituais mandam as pessoas pular mais alto quando lhes falta totalmente essa capacidade.

Do mesmo modo, é inútil, até tolice, ordenar a pessoas seculares: "ajuntai para vós outros tesouros no céu" para que Deus as recompense (Mt 6.20). As pessoas não-convertidas *inevitavelmente* guardam os seus tesouros na terra. Como poderia ser de outro modo? Como elas podem confiar em Deus para recompensá-las quando negam a sua existência? A descrença destrói a capacidade delas de obedecer. Igualmente, o que é crente apenas de nome resiste à declaração: "Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de aborrecer-se de um e amar ao outro, ou se devotará a um e desprezará ao outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas" (Mt 6.24). A antítese os confunde. Dizem: "Mas há anos eu sirvo a dois senhores! *Por que não* buscar a Deus e ao dinheiro também?" Até que alguém creia no Deus que ordena, ninguém atenderá à lei: "Sirva a Deus, não ao dinheiro".

Assim, a categoria do caráter dá a capacidade de agir sobre a instrução cristã. O caráter considera a ligação entre quem somos e o que fazemos. A entrevista de futebol novamente pode nos ajudar. Por que o treinador não usou treze jogadores para o grande jogo? O treinador ligado ao dever disse: "É contra o regulamento". O treinador orientado pelo caráter diz: "Porque não posso fazer trapaça. Não vou ganhar a qualquer preço". Na entrevista para o emprego, a mulher orientada pelo caráter não é mentirosa, não vai inventar um currículo falso. Se o dever diz "*Ninguém* deve fazer isso", o caráter diz: "*Eu* não posso fazer isso".

Se o dever enfatiza *o que* devemos fazer, o caráter enfatiza *quem* devemos ser. A agência moral envolve ser e realizar, o caráter moral e a obrigação moral. O dever diz: "Faça o que é certo". O caráter diz: "Pessoas justas (e renovadas) fazem as coisas certas". O dever diz o que são os atos certos. O caráter indaga quem está ou não está disposto a executar os atos certos. Ele examina as virtudes que predispõem as pessoas a fazer o que é certo e os vícios que as predispõem ao mal.

O caráter é "o principal arquiteto dos nossos atos e decisões".[14] Ele tem a característica de ser aberto: ninguém sabe para onde uma virtude como a coragem ou o amor pode acabar nos levando, que aventuras ou

14. Birch e Rasmussen, *Bible and Ethics in the Christian Life*, p.81.

sacrifícios poderão ser por ele criados. Uma pessoa corajosa é capaz de fazer coisas corajosas e o faz com regularidade. Poderíamos dizer que a pessoa de caráter verdadeiramente corajosa leva a cabo todo dever requerido pela coragem.[15] Contudo, na linguagem comum, dizemos também que a pessoa corajosa vai além do chamado do dever.

As virtudes são habilidades ou disposições morais que preparam as pessoas como um todo, não apenas para a obediência como regra. Elas nos equipam para "responder criativamente diante de novas situações". O caminho da virtude nunca é mapeado antecipadamente pela lei; temos de encontrar o nosso próprio caminho.[16] As virtudes se assemelham aos hábitos morais, hábitos de tratar as pessoas com amor e dignidade, quer mereçam, quer não. Contudo, as virtudes transcendem os hábitos, pois, quando encontramos uma nova situação diferente, entramos nela. O que vemos e fazemos dentro dessa nova situação depende de quem somos.[17] O nosso caráter empresta alguma previsibilidade ao cenário, ainda que o caráter possa se expressar de modos inesperados.

Dever e caráter

Há pessoas que debatem se o desempenho de boas obras (ou deveres) é a fonte do caráter ou se o caráter é a fonte das boas obras. Aristóteles disse que alcançamos as virtudes ao exercitá-las, que somos o que fazemos habitualmente. "Tornamo-nos justos ao fazer atos justos, comedidos ao realizar atos de temperança, corajosos ao realizar atos de coragem."[18] Na época do Novo Testamento, muitos rabinos acreditavam que todas as pessoas possuíam tanto uma tendência boa quanto uma tendência má; aquele que faz o bem, ajudado pela tradição da lei,

15. Novamente, as quatro perguntas se sobrepõem e podem ser perspectivas diferentes da mesma coisa. O homem que possui o traço de caráter da honestidade prontamente cumpre todos os deveres de falar a verdade. Ele cumpre o objetivo do seu sim ser sim e seu não ser não, apoiando o objetivo de uma sociedade confiante. Ele também discerne como evitar o engano. Ver Robert Roberts, "Virtues and Rules", *Philosophy and Phenomenological Research,* 51.2 (junho de 1991), p.329ss.
16. Ver o relato de virtude em Gilbert Meilaender, *The Theory and Practice of Virtue* (Notre Dame, Ind.: Notre Dame University Press, 1984), pp.7-9.
17. Hauerwas, *Community of Caracter,* p.115.
18. Aristóteles, *Nicomachean Ethics* (seção 1103), trad. por W. D. Ross, em *The Basic Works of Aristotle*, org. por Richard McKeon (Nova York: Random House, 1941), pp.952,953.

torna-se bom. Para Aristóteles e os rabinos, a conduta determina o caráter; somos aquilo que fazemos habitualmente.[19]

Na teologia bíblica, porém, a transformação antecede as boas obras. O novo nascimento espiritual é a fonte de atos de justiça. Quando o pregador se dirige ao caráter de sua congregação, vai até a raiz da conduta cristã. Portanto, ao preparar cada nova mensagem, devemos perguntar: "Tratei do coração, do caráter dos meus ouvintes de modo adequado?"

Isso não significa que devemos ordenar às pessoas que mudem de caráter. Não podemos dizer: "Parem de ser medrosos; sejam corajosos". Isso nada mais seria que uma nova lei. A instrução do caráter começa com Deus. Primeiro, dizemos aos crentes que eles já possuem um novo caráter, pelo novo nascimento no Espírito Santo e por sua união com Cristo. Eles são novas criaturas, santos desde o dia de sua salvação (1Co 1.2; Fp 1.1). Segundo, porque Deus está trabalhando em nós, formamos o caráter à medida que desenvolvemos a salvação com temor e tremor (Fp 2.12,13).

A ignorância do dever é um problema que precisa ser tratado pelos pastores, mas a maioria das pessoas tem pelo menos um esboço de suas obrigações. Para a maioria, a incapacidade de cumprir o dever ou recusar-se a fazê-lo é a questão fundamental. Não existe razão para ditar mandamentos a alguém que é incapaz de obedecer. É como gritar a alguém que está se afogando: "Nade! NADE!" É exatamente isso o que ele queria fazer, mas não consegue. É exatamente tão fútil gritar os deveres para pessoas que não podem, ou não querem fazer, o que sabem que deveriam fazer. Assim sendo, as questões de caráter – capacidade e motivação para a obediência – são a preocupação ética mais fundamental.

Tendo dito isso, precisamos reconhecer a existência de outro elemento, um laço de realimentação, no relacionamento entre dever e caráter, o que nos leva a acentuar o tema de "caráter em primeiro lugar".

Consideremos uma mulher que sempre cumpre o dever de falar a verdade, de modo que a chamamos de honesta. A mulher honesta acredita em

19. E. P. Sanders duvida que os rabinos dessem prioridade à lei e à obediência acima do caráter. Veja seu *Jesus and Judaism* (Filadélfia: Fortress, 1985), caps. 9, 10 e *The Historical Figure of Jesus* (Londres: Penguin, 1993), caps. 4, 14. Mas acho que a visão tradicional do judaísmo do século 1º acaba vencendo. Veja N. T. Wright , *Jesus and the Victory of God* (Minneapolis: Fortress, 1996), pp.376-383; Charles L. Quarles, "The Soteriology of Rabbi Akiba and E. P. Sanders", *Paul and Palestinian Judaism, New Testament Studies* 42.2 (abril de 1996), pp.185-195; Paul Ramsey, *Basic Christian Ethics* (Nova York: Scribner, 1950), pp.46-52.

dizer a verdade e faz isso por hábito. Contudo, ela poderá resolver, uma vez apenas, que seria justificado contar uma mentira para evitar um grande mal. Pode ser que ela diga a mentira com dificuldade. No entanto, se outra situação pressionar, pode ser que ela diga outra mentira com maior facilidade. Se isso acontece repetidamente, hesitamos em chamá-la de honesta. Com o tempo, ela poderia mentir com tamanha facilidade que nós a chamaríamos de mentirosa. De modo inverso, uma pessoa desonesta pode se enojar do engano e de suas conseqüências. Um ato corajoso de dizer a verdade poderá quebrar a influência do hábito. Ela pode até se arrepender, pela graça de Deus, e assumir a honestidade. Desse modo, a ação modela a nossa consciência e o nosso caráter. Ao fazermos o que é certo, começamos a saber o que é certo. Como reza o ditado: "Faça e você saberá".[20] Assim, conquanto os atos procedam do caráter, eles também afetam o caráter.

O caráter muda devagar, mas muda, de modo que nenhuma ação sozinha é totalmente predeterminada por ele. *É* possível fazer algo fora do hábito do nosso caráter, e assim violar a nossa natureza. No entanto, quando o fazemos, podemos mudar quem somos. Aristóteles, com sabedoria pagã, diz: "Tornamo-nos justos ao praticar atos de justiça". C. S. Lewis, com sabedoria cristã, diz: "Toda vez que você faz uma escolha, estará mudando a sua parte central... para algo que é diferente do que era antes. Tomando a vida como um todo, com todas as numeráveis escolhas, durante toda a sua vida você estará transformando essa coisa central numa criatura celestial ou numa criatura infernal".[21]

Como o caráter é a raiz da caminhada piedosa, os esforços para proclamar a relevância da Escritura têm de começar e terminar com o caráter. Esse é um modo importante de evitar o legalismo condescendente que descrevemos anteriormente. Porém, para se trabalhar no caráter, é necessário também ter bons objetivos e discernimento.

Objetivos

Os objetivos são as causas e aspirações que orientam as nossas escolhas. Usamos a nossa energia e a nossa habilidade para alcançar esses

20. Adolf Schlatter, "The Theology of the New Testament and Dogmatics" em *The Nature of New Testament Theology,* org. e trad. por Robert Morgan (Londres: SCM, 1973), p.127.
21. C .S. Lewis, *Mere Christianity* (Nova York: Macmillan, 1956), pp.86,87.

objetivos. Um objetivo pode ser uma pequena aspiração ("Eu quero fazer um jardim") ou um sonho que norteie toda a vida ("Quero ser governador do estado"). Nossos objetivos determinam onde gastaremos a energia da nossa vida. Quando conhecemos os nossos objetivos, sabemos para onde vamos e por quê. Os objetivos "suprem a razão que nos compromete com os projetos que escolhemos". Eles explicam por que trabalhamos com uma coisa e não com outra.[22]

O líder cristão é responsável por ajudar as pessoas a escolher e cumprir objetivos sábios. Pensar nos objetivos é um dos mais importantes elementos da orientação dada pelo pastor. Os objetivos e a orientação operam dentro dos parâmetros dados pela lei. Quando oferecemos direção, presumimos que as pessoas estejam cumprindo os seus deveres básicos e procedemos a partir disso. Jamais sugerimos a um jovem que entre para a carreira do jogo de azar ou do contrabando, ainda que ele pareça ter talento para isso. Não aconselhamos uma jovem solteira a se insinuar num casamento instável para ver se consegue "libertar" o homem. Trabalhamos dentro dos limites da lei, ajudando os estudantes a escolherem programas de estudo e ajudando o adulto a escolher com quem vai se casar, onde morar, que emprego assumir. Essa é a esfera dos objetivos.

Mesmo assim, alguns crentes hesitam em usar objetivos na ética. Eles temem a falta de lei. Têm medo de que um bom fim justifique qualquer meio. A Bíblia, porém, nos encoraja a pensar em objetivos. Primeiro, fomos criados à imagem do Deus, que tem objetivos para toda a criação e objetivos particulares para o seu povo. Segundo, a idéia de que um Deus criou, estruturou e agora governa todas as coisas nos dá "um grau de confiança na confiabilidade e previsibilidade da vida neste mundo" que estimula a busca de objetivos, enquanto a visão mundial politeísta ou mágica não o faz.[23] Terceiro, Deus dá objetivos especiais para pessoas em particular. Ele ordenou a Moisés, e não a nenhuma outra pessoa, que conduzisse Israel para fora do Egito. Chamou Salomão, não Davi, para construir o templo. Quarto, a idéia de dons espirituais demonstra que Deus tem propósitos especiais para o seu povo até os dias atuais. O pastor

22. Ogletree, *Use of the Bible*, p.19.
23. Christopher J. H. Wright, *Walking in the Ways of the Lord* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1995), pp.120-122.

sabe que projetos complicados dão mais certo quando os membros da equipe têm dons diferentes e os usam.[24] Quando cada um usa os talentos que Deus lhe deu, cumprimos os nossos objetivos com alegria.

Quando vivemos dentro da lei (e não desperdiçamos a nossa energia), os objetivos orientam as nossas atividades. Os objetivos determinam onde trabalhamos e como vivemos. Eles dão estrutura à nossa vida – a que hora nos levantamos, quanto tempo trabalhamos, onde fazemos as compras, praticamos esportes ou vamos à igreja. Os objetivos orientam também as pequenas decisões. Se tivermos tempo livre, escolheremos se queremos jogar golfe com amigos, jantar fora com a família ou fazer o trabalho que está atrasado, de acordo com o objetivo mais importante.

Podemos contrastar de quatro maneiras os objetivos com o dever e o caráter. Primeiro, as perguntas são diferentes. Se o dever pergunta: "O que devo fazer?" e o caráter pergunta: "Quem sou eu?", os objetivos perguntam: "Para onde devo ir e por quê? Para onde deve ir a nossa comunidade? Que estratégia poderá nos levar até lá?" O dever estuda o que devemos fazer, o caráter estuda quem devemos ser, e os objetivos consideram o que devemos realizar. Segundo, a linguagem varia. Com os deveres, dizemos: "Você deve", pois eles são imperativos, não-negociáveis. Porém, com objetivos, dizemos: "Você pode", pois muitos objetivos são opcionais, bons para uma pessoa e não para outra. Terceiro, o foco da nossa atenção varia. O caráter sabe *como* está indo, mas nem sempre *para onde*. Os objetivos sabem para *onde* estão indo, mas nem sempre *como*. Exagerando, o caráter é sobre um *modo* de viver que pode acabar em *qualquer lugar*; os objetivos tratam de uma *finalidade* de vida que pode ser alcançada *de qualquer modo*. Quarto, exagerando novamente as diferenças, varia a motivação: o dever responde aos requisitos da lei; o caráter responde aos dons de Deus; o objetivo responde aos projetos dignos.

Os objetivos oferecem nova perspectiva sobre o pecado e a Queda. Se deixarmos de cumprir um dever, nós desobedecemos. Se não possuímos

24. Uma viagem missionária para inaugurar um centro de estudos teológicos no Caribe foi extremamente bem-sucedida devido à diversidade dos dons da equipe. Havia um arquiteto, um visionário, um administrador, um professor que conseguia colocar as coisas em palavras e um encorajador (seu lema: "O meu chamado é devolver *fun*" [em inglês, diversão, prazer, alegria; trocadilho com a primeira sílaba da palavra "fundamentalismo" – N.T.] me fez perguntar de quem seria o chamado para devolver "mental" ao *fundamentalismo*).

uma virtude, talvez tenhamos um vício. Se não tivermos objetivos, a nossa vida é sem sentido. Os objetivos nos lembram que alguns atos são inócuos, mas sem razão de ser. Assistir TV ou jogar bolinha de gude podem ser diversões intrinsecamente inofensivas. Mesmo que alguém gaste horas numa dessas atividades, hesitamos em chamá-lo de imoral. Porém, quando pensamos em objetivos, lembramos que algo está errado se as diversões nos levam a negligenciar os propósitos de Deus. Devemos aproveitar toda oportunidade de fazer o bem (Ef 5.16) e nos esforçar por atingi-lo. Sabemos do nosso papel, dado por Deus, e devemos cumpri-lo, ainda que, para fazer isso, tenhamos de deixar para trás outros objetivos perfeitamente bons. Lembre que Paulo agiu em relação ao seu chamado para ministrar entre os gentios (Gl 2.9), não construindo sobre fundamento alheio (Rm 15.20). Como disse ele: "Não que eu o tenha já recebido ou tenha já obtido a perfeição; mas prossigo para conquistar aquilo para o que também fui conquistado por Cristo Jesus... esquecendo-me das coisas que para trás ficam e avançando para as que diante de mim estão, prossigo para o alvo, para o prêmio da soberana vocação de Deus em Cristo Jesus" (Fp 3.12-14).

Voltando ao futebol, se o repórter perguntasse ao treinador orientado por objetivos por que ele não usou treze jogadores para o grande jogo, talvez ele respondesse: "Primeiro, porque não daria certo. Os juízes notariam. Segundo, a glória – e o valor do entretenimento – do futebol está no jogo de homem contra homem, habilidade *versus* habilidade. Se for dada a um time uma vantagem numérica – a glória desaparece, bem como o dinheiro". Uma mulher orientada por objetivos pode recusar encher seu currículo com informações falsas por razões semelhantes, dizendo: "Pode ser que desse certo a curto prazo, mas se o chefe descobrisse, poderia me despedir ou resolver que jamais confiaria em mim. A melhor política é a honestidade". O objetivo enfoca os resultados.

Os objetivos também dirigem a nossa energia. Quando jovens adultos perguntam sobre seus talentos ou que carreira deverão seguir, estão buscando os objetivos da vida. Mais tarde, decisões sobre planejamento familiar, oferta de emprego e responsabilidades do reino também são relacionadas aos objetivos. Dever e caráter não respondem a essas perguntas, porque a escolha da profissão, excluindo a falsificação, e opções de casamento, excluindo a poligamia, estão entre diversas boas opções. Se essas diversas opções consideradas forem honestas, os objetivos fazem o chamado, e não o dever.

As pessoas ou as famílias que fazem as mesmas tarefas e possuem virtudes semelhantes poderão demonstrar uma abençoada diversidade se tiverem objetivos diferentes. Uma família é musical: todos tocam um instrumento, e a música enche o ar. Outra família é de atletas: o horário de esportes orienta o seu tempo. Outros amam viajar, cozinhar, ou ministérios cristãos especiais.

É claro que nem todos os objetivos são iguais. A especialização pode levar à auto-indulgência se uma família busca, por exemplo, só colecionar carros antigos, ler romances de mistério ou cultivar rosas cor-de-rosa. Objetivos egoístas violam a lei do amor. Mas se tivermos cuidado com os abusos, os mestres poderão liberar uma bendita diversidade ao ajudar as pessoas a encontrar o curso da vida e as causas que Deus tem para elas. Quando descobrimos essas causas, podemos ficar acordados até tarde da noite, saltar da cama de manhã, abrir mão do lazer, e ainda exultar na vida. Quando as pessoas descobrem o seu propósito, elas sentem que "Foi para isso que Deus me criou; isso enche minha vida de significado". Ao buscar os objetivos certos, melhoramos o nosso canto do mundo e sentimos o prazer de Deus nos nossos atos.

Discernimento

O discernimento é o vislumbre, o entendimento, a percepção das coisas como elas são da perspectiva de Deus. É a capacidade de discriminar entre vozes bíblicas e não-bíblicas dentro de visões e conceitos competidores do mundo e da vida. O discernimento é primo da sabedoria. Se a sabedoria é, entre outras coisas, habilidade nas artes da vida,[25] o discernimento é a habilidade na arte de ver. Se sabedoria é "o conhecimento do mundo de Deus e a capacidade de se enquadrar nele", o discernimento é o conhecimento do mundo e a capacidade de se enquadrar ou resistir, conforme necessário.[26] Desenvolvemos o discernimento quando usamos "crenças de controle", ou seja, as convicções fundamentais sobre Deus e

25. Bruce Waltke, "The Authority of Proverbs: an Exposition of Proverbs 1:2-6", *Presbyterian* 13 (1987), pp.70-75.

26. Cornelius Plantinga, *Not the Way It's Supposed to Be: A Breviary of Sin* (Grand Rapids: Eerdmans, 1994), p.116.

o mundo que regulamentam ou "controlam" muitas outras convicções. As crenças de controle nos dirigem quando apreendemos e testamos as idéias, ao discriminarmos entre visões de mundo competitivas.[27]

A história de Davi e Golias demonstra o discernimento na prática. Quando os exércitos filisteu e israelita se encontraram nas montanhas de Judá, Golias se ofereceu para lutar contra um herói de Israel e permitir que a competição substituísse uma batalha entre os dois exércitos. Embora Saul tivesse prometido sua filha em casamento e desobrigação de todos os impostos, ninguém se apresentou porque os soldados sabiam que homens mortos não pagam impostos. Com falta de discernimento, eles perguntavam: "Quem terá a coragem de lutar contra o gigante?" Mas a fé que Davi possuía em Deus permitiu que ele visse as coisas de modo diferente. Quando ele chegou e ouviu o desafio do gigante, ele revolveu a pergunta na cabeça: "Quem é, pois, esse incircunciso filisteu, para afrontar os exércitos do Deus vivo?"(1Sm 17.26). A vitória de Davi começou quando ele discerniu que a questão não era: "Quem ousa lutar contra o gigante?" e sim: "Quem é esse tolo que debocha do Deus vivo?" Correndo para a luta, Golias viu Davi e desprezou sua mocidade: "Sou eu algum cão, para vires a mim com paus?" Mas Davi viu que Golias desprezava a Deus, não ao homem: "do SENHOR é a guerra, e ele vos entregará nas nossas mãos", gritou ao correr em direção do inimigo (17.42-48).

O dever enfatiza o que devemos fazer, o caráter pergunta quem devemos ser, e os objetivos tocam sobre o que devemos buscar; o discernimento explora as idéias que estão em competição quanto ao dever, ao caráter piedoso, e quanto aos objetivos apropriados. O discernimento ajuda o crente a encontrar o caminho entre as respostas a essas perguntas, respostas essas que competem entre si. Ele nos capacita a ver as coisas do jeito de Deus. Detecta as influências de corrupção sobre a pessoa ou a cultura, que nos levam a entender erradamente o nosso dever, desenvolvendo vícios e adotando objetivos tolos. Assim, o discernimento é mais servo do dever, do caráter e dos objetivos, do que parceiro deles. Ele alinha a nossa perspectiva com a de Deus, de modo que vejamos o dever,

27. Nicholas Wolterstorff, *Reason Within the Bounds of Religion*, 2ª ed. (Grand Rapids: Eerdmans, 1984), pp.22,67,68.

o caráter e os objetivos conforme ele vê. Se o oposto do dever é a desobediência, o oposto da virtude é o vício, e o oposto de bons objetivos é a ausência de finalidade, então o oposto do discernimento é cegueira, miopia e estultícia.[28]

O discernimento nos capacita a dar um passo atrás e inspecionar o cenário moral. Esse recuo não é um afastamento completo da sociedade e da História. Os pós-modernistas e cristãos concordam pelo menos nisso: o ideal do agente autônomo, a-histórico e racional é uma fantasia.[29] Porém, mesmo que não possamos fugir do nosso tempo, devemos tentar uma transcendência parcial. Cada era tem o seu entendimento, os seus pontos cegos e o seu espírito. Cabe a cada pastor analisar os pressupostos e criticar o espírito da sua era. Alguns dos melhores homens da era – Inocente III, Boaventura, Tomás de Aquino – apoiaram plenamente a Inquisição, que incluiu a tortura até a morte ou a morte na fogueira. Infelizmente, muitos reformadores concordavam que os hereges mereciam morrer. Nesse aspecto, os teólogos não tinham discernimento.[30]

É especialmente necessário o discernimento na área de namoro e noivado, que as diversas culturas vêem de modo muito diferente. A cultura ocidental dominante vê o fato de sair com pessoas do sexo oposto como uma diversão inocente ou um ritual de passagem de idade. Outros o enxergam como uma tentação desnecessária. A cultura dominante vê o namoro e a coabitação como um ensaio para o casamento. Outros vêem o término do namoro como um ensaio para o divórcio. Ou tome, por exemplo, o aborto. Alguns enxergam o aborto como a eliminação de um punhado de células, a remoção do "produto da concepção". Outros vêem o aborto como uma violência contra os que não podem se defender.[31] Um

28. Plantinga, *Breviary of Sin*, pp.119-127; ver também pp.1-27 para mais sobre a terminologia do pecado e da corrupção.
29. De acordo com os ideais do Iluminismo e do Existencialismo, "Ser agente moral é... exatamente poder colocar-se por trás de toda e qualquer situação em que se está envolvido, de qualquer e toda característica que se pode possuir, e julgar de um ponto de vista puramente abstrato e universal, totalmente separado de todas as particularidades sociais". Alisdair MacIntyre, *After Virtue* (Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame Press, 1981), p.30.
30. Philip Schaff, *History of the Christian Church* (Peabody, Mass.: Hendrickson, 1996), 5:515-525.
31. Com base no mandato bíblico de cuidar dos fracos, Richard Hays, *The Moral Vision of the New Testament* (Nova York: HarperCollins, 1996), p.451ss, argumenta contra o aborto.

vê a mulher obtendo o controle da sua vida; outro vê crianças perdendo a vida. Um vê a mulher ganhando o seu corpo. Outro vê a mulher perdendo a alma.[32]

A linguagem do discernimento não é tanto "você precisa" quanto é "você já percebeu...?". Quando inculca discernimento, o mestre ajuda as pessoas a escutar e ver melhor. Pense em Provérbios e o refrão: "Filho meu, ouve" (1.8; 4.1; ver também 2.1; 3.1; 4.20; 5.1) e no Eclesiastes o motivo "Vi ainda" (3.16; 4.1; 5.13; 6.1; 8.9; 9.13). O discernimento se coloca ao lado, como a consciência do crítico social, para nos libertar dos nossos preconceitos e da contaminação da nossa cultura.

Voltando à entrevista hipotética com o treinador de futebol, um repórter dotado de discernimento poderá se maravilhar com o cenário todo. Como é estranho que os fãs passem da agonia ao êxtase por causa dos feitos de desconhecidos adolescentes crescidos demais! Como é estranho que homens se importem mais em serem espectadores de esportes do que com a sua própria boa forma física! Como é estranho que a mídia dê uma tão grande cobertura jornalística às declarações pós-jogo dos treinadores que ganharam ou perderam!

O discernimento capacita a igreja a dar um basta ao conformismo incipiente com a nossa era. Se o crente não puder criticar a sua cultura, o estado de espírito prevalecente irá solapar as crenças que se chocam contra essa cultura. Por exemplo, quando tudo é organizado em linhas racionais, burocráticas, quando todo problema parece aberto a soluções científicas e técnicas, a crença num Deus que intervém milagrosamente para mudar o mundo parece menos plausível. Ninguém precisa *argumentar* contra a intervenção divina – o estilo de vida diário torna isso implausível.[33]

---

32. Frederica Matthewes-Green, "Wanted: A New Pro-Life Strategy", *Christianity Today*, 12 de janeiro de 1998, pp.27-30. Ela pede um diálogo que enfatize o mal que o aborto faz ao coração da mulher.

33. Os sociólogos dizem que três aspectos da modernidade tendem a tornar o Cristianismo menos aceitável à pessoa comum: (1) a racionalidade funcional leva ao desencanto com o Cristianismo; (2) o pluralismo cultural solapa as declarações de exclusividade de qualquer religião; e (3) o pluralismo estrutural divide a vida em esferas pública e privada, levando à privatização da religião. Ver James Davidson Hunter, *American Evangelicalism: Conservative Religion and the Quandary of Modernity* (New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press, 1983), pp.9-17; Peter Berger, Brigitte Berger e Hansfried Kellner, *The Homeless Mind: Modernization and Consciousness* (Nova York: Random House, 1973), pp.12-16.

A experiência exerce grande influência sobre o discernimento. Uma pessoa acha inócuo beber vinho ou cerveja com moderação; outra nunca toca em bebida alcoólica. Talvez uma tenha tomado vinho às refeições e o outro tivesse pai ou mãe alcoólatra. A comunidade também forma o discernimento porque a maioria das pessoas é seguidora. Elas enxergam as situações morais como a sua cultura ou subcultura as enxerga. A comunidade define o que é costume, e o que é costume parece moral e certo. Mesmo os que rejeitam a visão dominante de uma cultura permanecem em contato com ela, seja por reação ou por participação num movimento contra a cultura.

O discernimento é importante porque, como sabem os oradores, sempre que eles tratam de uma questão controvertida, uma parte do auditório resiste em silêncio. Alguns discordam por ver a vida de outro modo, talvez como a cultura dominante. Se os ouvintes rejeitam a visão que o líder tem da situação, rejeitarão também a sua direção. Assim, o mestre precisa sentir o cheiro do espírito da época e tratar dele.

JURAMENTOS: UM CASO DE TESTE

Tendo completado a nossa análise das quatro perguntas mais comuns, devemos agora ver como elas se relacionam com os sete modos em que os textos criam aplicações (cap. 4). Podemos fazer isso mediante uma análise do ensino de Jesus sobre juramentos.

> Também ouvistes que foi dito aos antigos: Não jurarás falso, mas cumprirás rigorosamente para com o Senhor os teus juramentos. Eu, porém, vos digo: de modo algum jureis; nem pelo céu, por ser o trono de Deus; nem pela terra, por ser estrado de seus pés; nem por Jerusalém, por ser cidade do grande Rei; nem jures pela tua cabeça, porque não podes tornar um cabelo branco ou preto. Seja, porém, a tua palavra: Sim, sim; não, não. O que disto passar vem do maligno (Mt 5.33-37).

Se o espaço permitisse uma exegese completa, examinaríamos os costumes e o raciocínio que estão por trás do ensino de Jesus. Felizmente, o ponto principal está claro, ainda que permaneçam perguntas. Primeiro, em termos dos sete modos em que o texto pode criar aplicações, será que Jesus entendia a proibição de fazer juramentos como uma regra, que eles

eram absolutamente proibidos, ou como um ideal? Segundo, já que hoje em dia restringimos os juramentos a ambientes formais (casamentos, testemunho em tribunal, etc.) o ensino de Jesus se aplica além dessas ocasiões?

Apesar das aparências, a proibição de fazer juramentos é um ideal, não uma regra. Como o próprio Deus faz juramento para confirmar sua promessa (Gn 22.16-18; Sl 95.11; 132.11; Hb 7.20-28), não podemos proibir absolutamente os juramentos. Além do mais, no Antigo Testamento Deus regula os juramentos de Israel em vez de proibi-los (Lv 19.12; Nm 30.2; Dt 23.21-23).[34] Além disso, conquanto a maioria dos juramentos no Novo Testamento seja precipitada (Mt 14.7; 23.16-18; 26.72; At 23.12-21), o próprio Jesus falou sob juramento uma vez (Mt 26.63,64).[35] Assim, o uso divino prova que os juramentos não são intrinsecamente maus. Os discípulos podem fazer juramentos em algumas situações, embora isso não seja o ideal.

Ao chamar a proibição de juramentos de um ideal e não uma regra, não os anulamos nem os enfraquecemos, pois devemos lutar por cumprir os ideais de Deus.[36] Para evitar o engano, a lei de Moisés insistiu no uso regulamentado dos juramentos. Jesus propôs um ideal mais assustador: as palavras do discípulo deveriam ser tão confiáveis que a necessidade de juramentos desapareceria. Ele apoiou o ideal com imagens (o céu como o trono de Deus, a terra com o seu escabelo) e doutrinas implícitas (Deus reina sobre tudo, sobre o céu e a terra, e até mesmo sobre o nosso cabelo).

O ensino de Jesus tem também uma força positiva. Idealmente, o discípulo será tão fiel à sua palavra que o juramento e as convenções semelhantes desaparecem em seus círculos. A expressão "convenções semelhantes" nos lembra que não podemos ser literalistas, mas, buscar analogias contemporâneas aos juramentos. Aqui as promessas figuram de modo proeminente. Considere o pai que diz aos filhos: "Se vocês me ajudarem a limpar o quintal hoje, amanhã vou levá-los para tomar sorvete". As crian-

34. Os primeiros anabatistas tomavam literalmente a proibição; alguns literalistas o fazem ainda hoje.

35. Quando o sumo sacerdote acusa: "Dize-nos se és o Cristo", e Jesus responde: "Tu o dizes" (tradução minha), as testemunhas imediatamente reagem a isso como uma resposta afirmativa. Sobre o uso de entendimento na interpretação de um diálogo, ver, de Jack Kingsbury, *Matthew as Story*, 2ª ed. (Filadélfia: Fortress, 1988), pp.95-103, esp. pp.97,98.

36. Citando outro caso, não se divorciar é um ideal, não uma regra. O divórcio às vezes é permitido, embora jamais seja o ideal (Mt 5.31,32; 19.7-9; Dt 24.1-4).

ças dão duro no quintal, mas o dia seguinte passa sem a recompensa. Mais tarde, quando confrontado, o pai reclama: "Surgiu um impedimento" ou: "Desculpem. Eu me esqueci. Vocês deviam ter falado comigo". No final, crianças sábias aprendem a fazer os pais solenizar as suas palavras com promessas se elas quiserem ganhar a recompensa. "Você promete?", pergunta a criança. Nisso ela nos condena, testificando que o nosso sim nem sempre tem sido sim. O ideal de não haver juramentos implica também em não fazer promessas que não pretendamos cumprir.

Mateus 5.33-37 é um ideal, apoiado por imagens e doutrinas implícitas, requerendo que o discípulo tenha uma palavra tão verdadeira que desaparecem os juramentos, as promessas e as convenções semelhantes. Alguns poderão achar que a exposição do ideal está agora completa: entendemos o ideal e devemos obedecer a ele. Mas não, pois das nossas quatro perguntas, só tratamos do dever, não tocando no caráter, nos objetivos e no discernimento.

Recapitulando, o *dever* do discípulo é ser tão fiel à palavra que a necessidade de fazer juramento desaparece. Porém, esse ideal também prova o nosso *caráter*. Sabemos que devemos cumprir a palavra; o que nos impede de fazê-lo? Por que fazer promessas que não temos a intenção de cumprir? É um desejo superficial de agradar aos outros? Um artifício usado para nos safar de conversas complicadas? Ou falhamos mais por tolice do que por malícia – talvez deixando de antever obstáculos previsíveis? Há, porém, um lado escuro nas promessas quebradas. A maioria de nós quebra promessas feitas aos que não possuem poder (os nossos filhos) mais do que aos poderosos (o nosso chefe). E também, quebramos um compromisso invisível, como a responsabilidade de estar no berçário da igreja, mais que um visível, como dirigir uma reunião. Mas há também uma boa notícia. O Deus que fala a verdade está refazendo o seu povo à sua imagem, dando-nos a capacidade da veracidade. Aquele que jurou a pessoas não-confiáveis, transmitindo a sua confiabilidade, está nos tornando confiáveis de modo que os juramentos diminuirão entre nós.

Em seguida, o nosso *objetivo* é formar um lar, igreja, local de trabalho e uma sociedade onde sim significa sim, de modo que juras e promessas desapareçam. O nosso objetivo é promover uma atmosfera em que basta uma palavra, em que nos tornamos verdadeiros cumpridores das promessas, em que, afinal, as pessoas acabam deixando de requerer promessas e juramentos.

Por último, o *discernimento* pergunta por que as pessoas na nossa cultura tomam as palavras de modo tão superficial. Empresários mais velhos lamentam o desaparecimento de um tempo em que a palavra era um compromisso. Achamos que a palavra escrita tem mais autoridade do que a palavra dita? Talvez falemos demais, de modo descuidado, sobre tantos assuntos que nem prestamos atenção ao que dizemos. O descuido da nossa cultura pelas palavras nos afetou tanto que temos de lutar para recuperar a visão divina das palavras.

Esse exame dos juramentos sugere um modelo básico para a aplicação. Primeiro, estabelecemos o que significava a ordem de Jesus, concluindo que era um ideal e não uma lei absoluta. Segundo, construímos uma ponte do significado original (juramentos) para um paralelo contemporâneo (promessas). Terceiro, expandimos a discussão para além da categoria do dever, incluindo caráter, objetivo e discernimento.

Resta demonstrar os elementos teocêntricos e graciosos no ensino de Jesus sobre juramentos:

1. O ensino sobre juramento tem um contexto teocêntrico. Como parte do Sermão do Monte, ele descreve a vontade do Rei para o seu reino, para os discípulos à medida que eles chegam a ele (Mt 5.1,2).

2. O padrão do reino é a pessoa do Rei, não só a sua lei. O Rei que proíbe jurar fala sempre a verdade. Na verdade, quando ele precisa garantir a palavra, ele não *jura* dizer a verdade, mas a *declara*, dizendo: "Eu, porém, vos digo...". Ele não jura, porque não tem sobre quem jurar. Ele recompensa o bem e castiga o mal.

3. No entanto, Deus condescende em fazer juramentos quando necessário por amor de *nós*, como garantia da sua palavra. Assim, a ação de Deus responde à pergunta: "O cristão não pode jurar *nunca,* ou podemos jurar em ocasiões especiais?" Podemos jurar quando testemunhamos no tribunal? Quando entramos no serviço do governo ou no serviço militar? Embora alguns digam que não, a maioria, consultando toda a Escritura, distingue o juramento público do particular, dizendo que nós, como Deus, podemos jurar por amor aos nossos ouvintes. Desse modo, o tribunal se contrapõe à tentação da mentira tanto tornando o perjúrio um crime como fazendo as testemunhas jurar, com Deus como testemunha, para garantir a verdade. Se chamado para testificar num tribunal, o discípulo pode dizer: "Sempre direi a verdade, não obstante qualquer coisa, mas porque os senhores não conhecem a minha confiabilidade, eu juro".

4. O ensino de Jesus transmite graça como também padrões divinos, uma graça necessária porque nós falhamos em cumprir o padrão de Jesus. Na verdade, dada a nossa propensão a palavras frívolas ou enganadoras, talvez precisemos de juramentos mais do que queremos admitir. Jesus apresenta essa graça duas vezes em Mateus 5 – no começo, abençoando os pobres de espírito, pois eles conhecem a sua necessidade da graça (5.3). No final, diz ele: "sede vós perfeitos como perfeito é o vosso Pai celeste" (5.48). Esse é o clímax de uma seção que faz exigências cada vez mais duras do discípulo. Primeiro, Jesus requer a fidelidade ao que está mais próximo: do homem, sua mulher, da mulher, seu marido ("Aquele que repudiar sua mulher..." [5.31,32]). Segundo, ele pede fidelidade a toda palavra dita na sociedade ("Seja, porém, a tua palavra: Sim, sim; não, não..." [5.33-37]). Terceiro, ele exige comedimento ante os que nos insultam e atacam ("a qualquer que te ferir na face direita, volta-lhe também a outra" [5.38-42]). Quarto, insiste que amemos os nossos inimigos (5.43-47). Isso já é de nos intimidar, mas 5.48 é ainda muito mais difícil: "Sede vós perfeitos como perfeito é o vosso Pai celeste". Alguns dizem (corretamente) que a palavra grega para "perfeito" (*teleioi*) quer dizer maduros ou completos, não sem pecado. Assim, não temos de ser perfeitos, só tão maduros e completos quanto é Deus! Mas isso é um consolo muito pequeno. Parece que Lutero estava certo. As exigências legais do sermão nos levam primeiro ao desespero, em seguida, a Cristo. Há esperança até na exigência de ser perfeito. Embora a intenção seja imperativa, a forma está no futuro indicativo (*esesthe*), que pode ser tanto uma previsão quanto uma exigência. Como o sermão possui promessas escatológicas – os bem-aventurados serão consolados, herdarão a terra, verão a Deus – o leitor poderá ler o futuro indicativo como uma promessa: "Vocês ainda serão perfeitos". Isso vai acontecer.[37]

37. O futuro do indicativo é imperativo em Mateus 5.48, mas profético em Mateus 5.4-9. Os pais podem aumentar progressivamente as ordens do seguinte modo: "Eu gostaria que você limpasse o seu quarto". Depois: "Limpe o seu quarto!"; e, finalmente: "Você *vai limpar* o seu quarto". Ver, de Leon Morris, *The Gospel According to Matthew* (Grand Rapids: Eerdmans, 1992), p.133; também Nigel Turner, *Syntax*, vol. 3 em *A Grammar of New Testament Greek* de J. H. Moulton (Edimburgo: T.& T. Clark, 1963), p.86; Max Zerwick, *Biblical Greek Illustrated by Examples* (Roma: Editrice Pontifico Istituto Biblico, 1990), pp.94,95; C.F.D. Moule, *An Idiom Book of New Testament Greek* (Cambridge: Cambridge University Press, 1971), pp.178-197.

5. Além do mais, a ordem vem de Deus, o Pai celeste. "Pai" nos diz da sua proximidade. "Celeste" diz do seu poder para nós. Ele é nosso Pai; o que seria mais natural que filhos se assemelhar ao pai? Pela graça de Deus, o requisito mais alto do discípulo é se assemelhar ao Pai Celeste.

RESUMO

Se o maior crime de um professor é propor a heresia, o penúltimo pior é tornar tediosas as verdades bíblicas. Muitos mestres cansam os seus ouvintes com conversas previsíveis, repetitivas. Podemos fazer melhor que isso. Se a Bíblia produz aplicações de sete maneiras – por regras, ideais, doutrinas, atos redentores na narrativa, atos exemplares na narrativa, imagens, e cânticos e orações – e se as pessoas fazem quatro tipos de perguntas a esse material, há então muitas maneiras em potencial para a aplicação de qualquer texto. Este capítulo focalizou os quatro tipos de perguntas feitas pelas pessoas: (1) Qual o nosso dever? (2) O que é um caráter nobre, e como podemos obtê-lo ou desenvolvê-lo? (3) Que objetivos devemos buscar? (4) Numa cacofonia de vozes em competição, como podemos distinguir o certo do errado? Quando o mestre trata das quatro perguntas, ele foge ao legalismo condescendente e outros empecilhos ao trabalho. Quando usamos as quatro perguntas, devemos encontrar uma bendita diversidade e profundidade na aplicação bíblica.

No entanto, restam algumas questões a serem tratadas. Essas quatro perguntas estão fundamentadas na Escritura? É possível abusar delas? Como usá-las na pregação?

6

O USO DAS QUATRO PERGUNTAS

No capítulo anterior, descrevemos as quatro perguntas feitas pelas pessoas: o que devo fazer? Quem eu devo ser? Para onde devo ir? Como distinguir a verdade do erro? A maioria dos mestres favorece uma ou duas dessas perguntas e deixa as outras de lado. O objetivo deste capítulo é equipar os líderes cristãos de modo que eles usem as quatro perguntas a fim de desenvolver aplicações mais profundas de três maneiras: (1) pela expansão do fundamento lógico para as perguntas; (2) pela explicação do uso e do mau uso de cada uma e (3) pelo oferecimento de sugestões concretas para o seu uso.

Imagine, como introdução, uma família cristã na metade do jantar numa noite outonal. À medida que a comida desaparece dos pratos, a conversa se desenvolve até que a filha mais nova, recentemente matriculada no jardim de infância, acentua um comentário com um palavrão. Os pais não tinham ilusões sobre proteger os filhos dos efeitos do pecado quando os mandaram para a escola pública ou cristã, mas não têm como disfarçar o seu desalento. A conversa e o tilintar dos talheres param imediatamente. A menina, que é astuta bastante para perceber que alguma coisa está errada, mas ingênua o suficiente para não saber o que é, fica quieta, cabisbaixa. Com a maior brandura possível, mãe e pai abrem o curso de inquérito: "Você disse mesmo o que acabamos de ouvir?" "Você sabe o que isso quer dizer?" De cabeça baixa, segurando o choro, ela acena com a cabeça que sim, depois faz que não. Sim, ela disse; e não, ela não sabia que não podia dizer aquilo. "Eu ouvi isso no recreio. Não sabia...."

DEVER

O dever na vida cristã

O uso ingênuo que uma criança faz de palavras de baixo calão ilustra a necessidade dos pais e professores dizerem às pessoas quais são os seus deveres. Os pais precisam explicar as regras básicas de conversação em casa: "Palavras sujas" ofendem as pessoas. Palavras de insulto – "Cale a boca, seu idiota mentiroso" – ferem as pessoas. Palavras blasfemas e o uso do nome de Deus em vão insultam a Deus. O objetivo é proclamar a vontade moral de Deus de modo concreto, mas evitar o legalismo.

Nos últimos anos, os doces ventos da graça têm soprado sobre o Cristianismo evangélico, libertando muitos das garras do legalismo, da culpa e da dúvida. Minha comunidade considera uma bênção a promoção da mensagem da graça de Deus. Mas esse movimento, como outros, tem seus entusiastas e simplificadores, alguns dos quais se inclinam ao antinomianismo. Eles se esquecem de que a graça é muito mais que a benevolência geral de Deus. Eles se esquecem de que a segunda estrofe de "Graça Maravilhosa" começa: "Foi a graça que me ensinou a temer" antes de continuar: "e a graça os meus temores aliviou". A graça ensina que o pecado é uma praga tão virulenta, com conseqüências tão medonhas, que desafia as soluções humanas. Somente a cruz de Cristo pode nos salvar.

As palavras "graça" e "salvação" carregam implicações. A salvação sempre é *de* alguma coisa; a graça é sempre *a despeito de* alguma coisa. A graça de Deus nos salva da morte, apesar de nós não sermos dignos, e custou o sangue da vida do Filho. Diz, portanto, Deus: "Sede santos, porque eu sou santo... e fostes resgatados do vosso fútil procedimento que vossos pais vos legaram... pelo precioso sangue... de Cristo" (1 Pe 1.16,18,19). A graça nos ensina a viver uma vida nova. Tendo completado sua revisão do dom de salvação de Deus, Paulo declara o que o crente, em gratidão cheia de alegria, deve oferecer a Deus: "o vosso corpo por sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional" (Rm 12.1). Temos de deixar de lado os pecados específicos e o pecado genérico (Hb 12.1). "Porque fostes comprados por preço. Agora, pois, glorificai a Deus no vosso corpo" (1Co 6.18-20).

A graça ensina o crente a ter prazer em Deus e nos seus dons, mas esse prazer é muito mais que sentimentalismo. Ele requer que aprendamos toda a lição da graça. Se nos deleitamos em Deus, agradamo-nos naquele

que considera repugnante o pecado. Assim, Paulo diz: "a graça de Deus se manifestou salvadora a todos os homens, educando-nos para que, renegadas a impiedade e as paixões mundanas, vivamos, no presente século, sensata, justa e piedosamente (Tt 2.11,12).[1]

Portanto, segue que os mandamentos e as proibições também pertencem a igrejas centradas em Cristo e sua graça. O medo do legalismo não deve gerar um idealismo nebuloso que nunca diz: "Faça isso, não aquilo". A benevolência generalizada para com os outros ("Gente, amo vocês todos!") não é amor. A lei de Deus indica quais atos são de amor e quais não o são. O amor cumpre a lei (Rm 13.10; Mt 22.37-40). A Bíblia não é um sistema filosófico de ética nem um manual de leis éticas, mas marca o interesse de Deus pela conduta diária como o nosso campo de serviço. Romanos 12 não começa dizendo: "Ofereçam o coração" ou "ofereçam a mente", mas "Ofereçam *o corpo*", lembrando a necessidade de servir concretamente na vida diária. Deus toma as pessoas para seu serviço como elas são, em todos os seus relacionamentos e suas capacidades.[2] Assim, a Escritura não hesita em apresentar "injunções simples de modo quase casuístico". Ela sabe que os princípios éticos não levarão à conduta correta em todos os casos; nós ainda precisaremos de instruções específicas.[3]

Algumas pessoas acham que a ética cristã se esgota com uma advertência às boas obras e uma "definição da graça que concede energia moral".[4] Elas acham que não precisam nada mais que a ordem de amar a Deus e

1. O grego (*Epephanē gar hē charis tou theou sōtēris pasin anthrōpois paideuousa hēmas, hina arnēsamenoi tēn asebeian kai tas kosmikas epithymias sōphronōs kai dikaiōs kai eusebōs zēsōmen en tō nun aiōni)* precisa ser comentado. Primeiro, *paideuousa*, traduzido "instruindo", muitas vezes tem o sentido de disciplina ou correção, que cabe bem aqui. Segundo, a graça principalmente nos instrui de modo positivo: *hina...zēsōmen,* para que vivamos de determinada maneira. O particípio modal ou instrumental *arnēsamenoi* na cláusula subordinada sugere que o modo como vivemos corretamente é "negando" a impiedade e os desejos mundanos ou "renunciando" a eles.
2. Ernst Käsemann, "Principles of the Interpretation of Romans 13" em *New Testament Questions of Today,* trad. por W. J. Montagne (Filadélfia: Fortress, 1969), p.197.
3. Escrevendo na Era Apostólica, o filósofo romano Sêneca levanta a possibilidade de que aquele que conhece os princípios também sabe aplicá-los em qulquer situação; ele conclui, porém, o contrário, dizendo ser necessário acrescentar preceitos, encorajamento e ilustrações particulares aos princípios filosóficos a fim de melhorar a conduta. Veja Seneca, *Moral Epistles,* pp.94,95, trad. Richard M. Gummere (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1962), pp.13-19,65-67,79,99.
4. Ernst Troeltsch, *The Social Teachings of the Christian Church* (Nova York: Macmillan, 1931), 1:198.

ao próximo, dirigidos pela subjetividade. Ainda que isso possa abrir uma brecha para a falta de lei sob a rubrica da graça, eles aprovam o lema luterano: "Ame a Deus e faça como quiser". Mas Jesus disse: "Se me amais, guardareis os meus mandamentos" (Jo 14.15). Ademais, o conhecimento dos mandamentos de Deus prepara as pessoas para testar fontes alternativas de orientação moral – o costume, a consciência, a tradição, a lei civil, e até mesmo os impulsos espontâneos.[5]

Alguém dirá: "Quando enfocamos a lei, tiramos os olhos de Jesus". Porém, o próprio Jesus diz: "Vós sois meus amigos, se fazeis o que eu vos mando" (Jo 15.14). Ele diz a seus seguidores: "fazei discípulos de todas as nações... ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado" (Mt 28.19,20).[6] Vemos aí por que John Murray enfatiza a observação do "detalhe da prescrição divina".[7] Além disso, até as proibições da lei conduzem a Cristo, pois a sua exigência alerta as pessoas sobre a incapacidade delas para obedecer. A lei expõe a pecaminosidade do pecado e a nossa necessidade de Cristo (Rm 7.5-13; Gl 3.21-24).

Assim, quando Deus requer o coração, ele exige "obediência específica – não só em forma de apelo universal à consciência moral, mas em prescrições concretas".[8] O princípio de "honrar a Deus com o corpo" precisa ser pormenorizado: fugir da imoralidade; afastar-se da prostituição (1Co 6.15-20). Uma boa árvore produz bons frutos (Lc 6.43; Mt 7.16-20), mas o crente precisa conhecer o conteúdo do bom fruto conforme toda a Bíblia o articula. Do mesmo modo, o arrependimento destaca o final de *pecados particulares.* Portanto, os profetas faziam chamados gerais ao arrependimento, mas também denunciavam pecados específicos, como a religiosidade vã e a opressão dos pobres (Is 1.14-17; 10.1-4; Jr 7.3-10; Am 2.4-12; Ml 1.6-14; 2.10-16). Do mesmo modo, Paulo disse aos efésios que tirassem o velho homem e se revestissem do novo homem, e depois insistiu com eles para que se livrassem de pecados específicos – falsida-

5. Richard Mouw, *The God Who Commands* (Notre Dame, Ind.: Notre Dame University Press, 1990), pp.8,9.
6. O grego *(didaskontes autous tçrein panta hosa eneteilamçn hymin)* poderia ser traduzido, "ensinando-os a observar cada última coisa que eu ordenei". O Evangelho de Mateus contém a maior quantidade das instruções morais de Jesus.
7. John Murray, *Principles of Conduct* (Grand Rapids: Eerdmans, 1957), pp.154,155.
8. Wolfgang Schrage, *The Ethics of the New Testament*, trad. por David Green (Filadélfia: Fortress, 1988), p.44.

de, roubo, palavras torpes – e se revestissem de justiça – verdade, generosidade e linguagem edificante (Ef 4.20-32).

Uma ilustração desse ponto está na guarda do dia do Senhor. Muitos crentes não sabem que traz paz e que agrada a Deus o fato de nós descansarmos e deixarmos de lado o trabalho comum no Dia do Senhor. O mestre deve lhes dizer isso, sem entrar na regulamentação detalhada do dia. Como? Quando pressionado sobre orientação quanto à guarda do domingo, evito dar ordens, mas compartilho o que faço e por que o faço, mesclando os princípios e os particulares. Assim, faço uma caminhada ou brinco de pega-pega com as filhas, mas tenho diversas razões pelas quais não me envolvo com esportes competitivos:

Na atividade casual	**Nos esportes competitivos**
Nós nos deleitamos na criação e na vida do corpo.	Nós nos deleitamos em vencer um oponente.
Gozamos a vida do corpo.	Disciplinamos o corpo e lutamos contra ele.
Esquecemo-nos da tirania do relógio.	Vigiamos o relógio para ver o tempo gasto ou quanto tempo ainda resta.

Ao destacar esses pontos, abstenho-me do ato legal de comandar. Eu desfraldo a lógica da minha perspectiva e sugiro aos meus ouvintes que ou aceitem a mesma ou formulem outra, para que, como diz Paulo (sobre outro ponto de debate): "Cada um tenha opinião bem definida em sua própria mente" (Rm 14.5) pois "cada um de nós dará contas de si mesmo a Deus" (Rm 14.12). O objetivo é o desenvolvimento do juízo moral dos meus ouvintes, não que eles submetam o seu juízo moral ao meu.

Portanto, focalizar a graça de Deus em Cristo limita, mas não anula a necessidade de instrução moral. Já vimos a loucura de concentrar exclusivamente sobre a lei. Porém, a recusa de mandar não é cura para o legalismo. O professor deve ainda dizer às pessoas o que Deus requer, às vezes com um ousado: "Você deve fazer isso..." A idéia de obedecer à lei

de Deus e se conformar com a sua vontade, por meio de princípios gerais e preceitos particulares, permeia toda a Escritura.

O mau uso do dever – o legalismo

O mestre deve explicar os deveres da humanidade, dados por Deus, ordenando quando a Escritura é clara, sugerindo onde permanece neblina. Contudo, devemos lembrar das tentações do legalismo mesmo quando afirmamos o lugar dos mandamentos. Para entender esse perigo, precisamos primeiramente definir o legalismo, termo com diversos significados e uma ofensa com diversas formas.[9]

De modo mais pernicioso, o *legalismo* é a esperança de obter ou reter a salvação pelas obras. Ele faz boas obras para ganhar o favor de Deus, enquanto a Bíblia diz que fazemos boas obras porque temos o seu favor. Essa espécie de legalismo faz com que Deus seja o galardoador das obras, "o patrono das realizações".[10]

"Legalismo" também pode significar o ato de fabricar novas leis. Quer a fonte seja a tradição religiosa ou má interpretação da Escritura, isso não provém da Escritura. Esse tipo de legalismo toma duas formas: (1) pode proibir aquilo que é permissível, como jogo de cartas; ou (2) pode exigir o que é recomendável, como devocionais matinais. Essas regras têm a aparência de zelo espiritual, mas na verdade *é tão pernicioso acrescentar aos mandamentos de Deus quanto é pernicioso subtrair deles.* Os dois atos violam a vontade de Deus ao usurpar a sua autoridade. É rebeldia proibir aquilo que Deus permite, assim como é rebeldia permitir aquilo que Deus proíbe (quanto ao acréscimo de leis, ver Mt 15.3-9; 1Tm 4.1-3; Cl 2.16-19).

Na linguagem popular, "legalismo" pode significar uma concentração excepcional na lei e na obediência para exclusão de outras facetas da vida cristã. As diversas formas de legalismo podem andar juntas; certamente essas últimas são mais comuns entre os evangélicos.

O legalismo surge da teologia deficiente e do fervor moral mal dirigido. Ele considera que Deus nos ama e nos favorece mais se somos bem-

9. Ver também o cap. 12 e Stephen Westerholm, *Israel's Law and the Church's Faith: Paul and His Recent Interpreters* (Grand Rapids: Eerdmans, 1988), pp.132-134, sobre o significado de "legalismo".

10. Leander Keck, *The Bible in the Pulpit* (Nashville: Abingdon, 1978), p.104.

comportados. Certamente a obediência agrada ao Senhor e a iniqüidade o entristece. Porém, como poderia ele nos amar mais do que já ama? Como disse Paulo: "Deus prova o seu próprio amor para conosco pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores" (Rm 5.8).

O legalista também interpreta de modo incorreto os motivos para a obediência. Ele ensina a motivação pela culpa: se não obedecer, Deus fica zangado ou deixa de abençoar. Ele motiva pelo medo: se não obedecer, ele o castiga. O legalista estimula o culto individual dizendo: "Se quiser um bom dia, não deixe de fazer a sua hora silenciosa de manhã", ameaçando com o fogo do inferno os filhos não-convertidos.[11] Ele promove missões perguntando aos crentes: "Se você não evangelizar, quem o fará? No último dia, os não-evangelizados clamarão contra você: 'Por que você não me falou sobre o risco que corríamos quanto à eternidade?'. O sangue dos perdidos cairá sobre a sua cabeça".

Um uso negligenciado do dever – o casuísmo

Uma visão correta do casuísmo pode ajudar a preservar o que há de bom na consciência do dever enquanto evita os seus excessos. "Casuísmo" é um termo quase insultuoso em alguns meios, devido aos abusos passados do catolicismo romano e sua reputação como regras para se evitar as regras. No entanto, o casuísmo pode ser definido corretamente como a arte de aplicar princípios morais abstratos a fim de descobrir o curso de ação correto em casos éticos concretos e especialmente difíceis.[12] O casuísmo abre um caminho que une o código à conduta.

Conscientemente ou não, somos todos casuístas no sentido de aplicar princípios fixos aos enigmas e às "circunstâncias mutáveis da vida cotidiana".[13] O casuísmo é uma faceta inescapável de escolha moral. As escolhas podem ser dificílimas: uma mulher que tem filhos pequenos deve se separar do marido que às vezes bate nela? Qual é o momento de

11. Para esse problema, ver Richard Baxter, *A Christian Directory,* em *The Practical Works of the Rev. Richard Baxter* (Londres: Duncan, 1830), 4:105-116,190ss. Para a cura, ver, de Jerry Bridges, *The Discipline of Grace* (Colorado Springs: NavPress, 1994), pp.13-27.
12. Thomas Merrill, introdução a *William Perkins, 1558-1602: His Pioneer Works on Casuistry* (Nieuwkoop B. De Graaf, 1966), p.10.
13. Geoffrey W. Bromiley, "Casuistry" em *Baker's Dictionary of Christian Ethics*, org. por Carl F. H. Henry (Grand Rapids: Baker, 1973), p.85.

desligar o respirador de um doente? O que devemos aos mendigos? As escolhas também podem ser corriqueiras: temos de obedecer aos limites de velocidade irritantemente baixos nas estradas planas, sem trânsito e cujo índice de acidentes é muito baixo?

Na Bíblia, surgem perguntas casuísticas: quais as bases para o divórcio (Mt 19; 1Co 7)? Temos de pagar impostos a César (Mt 22)? O crente pode comer carne que foi sacrificada a ídolos (1Co 8)? Algumas questões permanecem, enquanto outras mudam. Os fariseus perguntaram: "É lícito curar no sábado?" Nós perguntamos: "Posso fazer compras no domingo?" Os fariseus perguntavam: "Tenho de dar o dízimo das sementes do meu jardim?" Nós perguntamos: "Devo dar o dízimo antes ou depois de descontar os impostos?" Porém, as escolhas têm importância. Se o motivo do casuísmo é o desejo de obedecer a Deus e viver conforme o Espírito ainda diz na Palavra, se o casuísmo não promove uma relação à lei em si mesma, ele serve ao discipulado.[14]

Os princípios bíblicos não respondem plenamente à maioria dessas perguntas. Algumas perguntas fogem à atenção da Bíblia; não há regras a respeito delas. Ou diversas normas se aplicam, mas parecem apontar em direções contrárias.[15] Na busca de respostas, o pastor sábio envolve a pessoa que trouxe a pergunta, uma vez que buscamos desenvolver o seu juízo moral, não forçá-la a ceder ao nosso. Além do mais, nenhum conjunto de regras pode eliminar a necessidade de julgamento prudente por agentes morais maduros.[16] Assim, damos pouco valor a listas de exceções e prioridades, pois estas não podem orientar as decisões corretas. Os pastores encontram o abrigo entre o legalismo e o antinomianismo quando oferecem direção sem forçar seus juízos sobre as outras pessoas.

O uso de dever e do casuísmo dos puritanos era destemido – e talvez não-crítico – e nos instrui. Os puritanos eram acusados de cair na introspecção mórbida e engendrar o legalismo. A verdade é que, o modo como

14. J. I. Packer, "Situations and Principles" em *Law, Morality and the Bible*, org. por Bruce Kaye e Gordon Wenham (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1978), p.155.
15. É muitas vezes o caso na ética médica. Veja, por exemplo, Mark Kuczewski, "Casuistry" em *Encyclopedia of Applied Ethics*, org. por Ruth F. Chadwick *et al.* (San Diego: Academic, 1997), 1:425-430
16. Thomas W. Ogletree, *The Use of the Bible in Christian Ethics*, ed. rev. (Filadélfia: Fortress, 1983), pp.26,27.

eles aumentavam os deveres, no mínimo leva à acusação de que eles criavam e exigiam submissão a novas leis inexistentes na Escritura.[17] Porém, só podemos louvar o entusiasmo pela santidade que os levava a formular decisões específicas sobre viver para um Deus justo.

Por exemplo, numa época em que quase todo inglês era membro da Igreja da Inglaterra, William Perkins considerou o seguinte caso complicado: "Uma pessoa que está processando outra pode tomar a Ceia do Senhor, ou a ação legal é sinal de pecado e recusa de perdoar?" Ou seja, processos judiciais entre cristãos são moralmente permissíveis? Uma resposta positiva convida ao espetáculo de cristãos tomarem juntos a comunhão no domingo e discutindo no tribunal na segunda-feira. Uma resposta negativa virtualmente defenderia fechar os tribunais civis do país. Perkins respondeu fazendo distinção entre três classes de perdão, insistindo que os crentes praticassem as três: (1) deixar de lado todo ódio e desejo por vingança; (2) recusar infligir castigo pelos males feitos; (3) dar a outros o benefício da dúvida quando avaliar a sua conduta. Não obstante esse trio, Perkins concluiu que os crentes podem buscar uma solução e se defender legalmente quando forem prejudicados.[18]

Outro puritano, William Ames, respondeu perguntas sobre a consciência. Por exemplo, se tivermos um pensamento pecaminoso, devemos guardá-lo para nós mesmos, ou expressá-lo? Ames fez distinções cuidadosas. Se mantivermos o silêncio a fim de cometer com mais facilidade o pecado, então é mau. Ou se alguém menciona um pensamento mau para levá-lo a termo, é mau. Porém, se guardar silêncio a respeito de algum pensamento por este ser mau e vergonhoso, o silêncio é bom. Ames considera também pensamentos problemáticos que possam levar ao pecado. Um mau pensamento, observa ele, não é pecado até que a mente o aprove. Porém, se começamos a "comer suas migalhas e nos deleitar com ele", se contemplamos com prazer ou complacência esse pensamento mau, então pecamos.

17. Ver, por exemplo, William Gouge, *Of Domesticall Duties* (Londres, 1622); Paul Baynes, *An Entire Commentary upon the Whole Epistle of St. Paul to the Ephesians* (Londres, 1643 e Edimburgo, 1866), pp.336-373 (sobre 5.21-6.9); Nicholas Byfield, *An Exposition Upon the Epistle to the Colossians* (Londres, 1615 e 1868), pp.346-369 (sobre 3.18-25); Daniel Doriani, "The Godly Household in Puritan Theology, 1560-1640" (dissertação de doutorado. Westminster Theological Seminary, 1986), pp.201-203.

18. Ver *William Perkins*, 1558-1602, p.137.

Se reviramos os maus pensamentos na mente e os entretemos com prazer, aprovamos o mal, mesmo que não tenhamos a intenção de fazê-lo.[19]

Quer concordemos plenamente com Ames e Perkins, quer não, não podemos negar o valor pastoral dessas deliberações. Somos fiéis à Escritura quando lançamos a sua luz sobre as nossas perguntas mais pessoais. Devemos meditar sobre a nossa vida de pensamentos. Muitos crentes buscam direção aqui. O casuísmo pode parecer rigor excessivo ou introspecção aos espiritualmente inertes. Na verdade, o casuísmo gera legalismo se busca especificar a conduta para todas as situações, ou se eleva os seus julgamentos de conselho para código legal. Mas os piedosos reconhecem o casuísmo meditativo como um amigo, não um inimigo, da santidade.

A igreja, bem como a sociedade em geral, não se abre a essa espécie de obra pastoral nos dias atuais. À medida que cresce o valor do juízo privado, o aforismo mais citado da Bíblia tem sido "não julgueis". O interesse excessivo pelo dever e pelo casuísmo leva ao legalismo e à introspecção mórbida. Porém, o abuso não anula o uso correto do dever e da lei.

O uso correto do dever

O pastor deve usar o *dever* para informar seu povo sobre a vontade de Deus em duas áreas. Em primeiro lugar, numa era moralmente caótica, o pastor precisa instruir seu povo quanto aos princípios e às características particulares da lei. A vida tem seus momentos desconcertantes, e as pessoas nem sempre conseguem diferenciar o certo do errado. Os mestres devem esperar oferecer orientação moral.

Segundo, numa era individualista, o dever nos lembra que as sociedades operam dentro de parâmetros, e obrigações e limitações vêm com os privilégios da participação como membros. Se queremos aproveitar as estradas públicas, temos de seguir as suas regras. Se vivemos em família, não podemos colocar o som no volume mais alto sempre que der vontade.[20] Podemos caracterizar o uso correto do dever com diversos "sim" e "não".

---

19. William Ames, *Conscience with the Power and Cases Thereof* (1639; reedição Norwood, N. J.: Walter J. Johnson, 1975, livro 3, cap. 20, pp.94-96.
20. Oito dos Dez Mandamentos são negativos, indicando que primeiro devemos saber o que Deus proíbe.

Sim

1. Dê orientações concretas baseadas em diretrizes bíblicas. Um sermão sobre Mateus 18 deve dizer o que fazer quando um irmão pecar contra nós. Um sermão sobre dons espirituais deve dizer às pessoas como descobrir e usar seus dons.
2. Dê orientação concreta baseada em sua melhor sabedoria. O pastor deve sugerir como conduzir o culto doméstico, ou como ser bom mordomo dos bens que possui.
3. Diga às pessoas o que pode dar errado quando elas buscam o caminho de Deus. Saiba que uma tentativa de corrigir um pecado pode ser rejeitada. As crianças poderão fazer barulho ou bocejar durante o culto doméstico.
4. Encontre deveres nos sete tipos de fontes bíblicas de aplicação, não apenas nas passagens morais. Lembre o ímpeto moral de doutrina, narrativa e imagens ("Como quem pega o cachorro pelas orelhas...").
5. Faça uso prudente do casuísmo nos sermões, nas aulas e nas conversas.
6. Distinga entre mandamentos bíblicos e bons conselhos.
7. Relacione todos os deveres com a nossa vida em Cristo e a obra interior do Espírito.

Não

1. Enfatize o dever a ponto de negligenciar o caráter, os objetivos e o discernimento.
2. Transmita atitude de "simplesmente faça sem perguntar". Admita que o cumprimento do dever pode ser complicado.
3. Dê impressão de que você tem a resposta para toda situação.
4. Faça listas de deveres, especialmente se estes ficam sozinhos, sem motivo ou razão.

Caráter

Volte comigo à menina que disse um palavrão à mesa. Na verdade, essa menina é minha filha. Hoje ela tem 11 anos e todas as evidências indicam que ela nunca mais usou aquele palavrão. Ela ainda gosta de colecionar e usar palavras novas. (Recentemente, quando pedi que ela ajudasse a tirar a mesa, ela respondeu: "Sim, meu suserano".) Porém, ela faz experimentos com palavras cultas, não com linguagem chula, porque prefere surpreender as pessoas com um léxico arcano, não indecente.

Isso nem sempre dá certo. Algumas crianças se viciam no estranho poder da vulgaridade. Isso pode começar com um desejo desesperado de ser aceito ou uma escorregadela de língua que solta uma obscenidade no pátio do colégio – para o deleite de certos coleguinhas. Xingar traz aceitação e isso persiste exatamente porque vai contra os regulamentos. Na quinta série, eu usei xingamentos equivalentes a uma vida inteira durante seis meses por essas razões e parei (permanentemente) quando isso ficou tedioso. Uma lição sobre as regras parou com a linguagem de baixo calão da minha filha, porque ela queria agradar os pais. Mas o regulamento contra xingar havia me estimulado a xingar mais, porque eu queria agradar os meus rudes colegas. A maior atração era a sua ilegalidade (Rm 7.8-11).[21] O caráter explica por que algumas pessoas, ao aprender quais são as palavras sujas, imediatamente querem usá-las, enquanto outras as rejeitam.[22] Isso explica por que alguns buscam cumprir seus deveres enquanto outros os rejeitam.

Caráter na vida cristã

Para que entendamos o caráter, devemos distingui-lo da personalidade e da virtude. Defino a personalidade como um estilo ou uma disposição social. Introvertido, extrovertido, arguto ou tapado, animado ou pensativo – estas são categorias de personalidade, não de moral, embora predisponham a certas qualidades ou fraquezas. Por exemplo, o extrovertido pode, dada a sua natureza, servir a sua comunidade dando boas-vindas aos recém-chegados e dizendo duras verdades, mas também pode ferir e dominar os outros. O introvertido pode ser um gentil encorajador, mas pode manter silêncio quando é necessária uma palavra. Como a personalidade básica muda pouco, as mesmas forças relativas vêm com facilidade e os mesmos erros nos perturbam a vida inteira. Tendências do caráter, em contraste, têm uma inclinação abertamente moral. Honesto ou desonesto, resoluto ou irrespon-

21. Agostinho lembra a noite em que ele e seus amigos malandros roubaram algumas pêras, não para comer (deram-nas aos porcos) mas "pelo prazer do roubo e pelo pecado de roubar... Fizemos isso porque era proibido". *Confessions*, trad. por John K. Ryan (Nova York: Doubleday, 1960), 2.4 (p.70).

22. Assim, até na nossa cultura de auto-análise, podemos nos surpreender com a avaliação das nossas tendências, quer sejam boas (humildade, generosidade, paciência), ou más (avareza, orgulho, fofoca) que são perfeitamente claras aos outros. As características tornam-se invisíveis porque fazem parte de nós. O bem flui e o mal exsuda quase sem esforço.

sável, humilde ou orgulhoso – essas categorias têm ligações com a personalidade, mas são fundamentalmente características morais.

A fim de facilitar pontos que discutiremos adiante, vamos exagerar também a diferença entre caráter e virtude. Chamemos de virtudes as boas tendências, os hábitos e os modelos de vida acessíveis a todos. As virtudes são discretas, disposições até mesmo atomistas para com a bondade e podem ser definidas como o meio agradável entre dois extremos. A coragem é o ponto médio entre a covardia e a imprudência; a temperança é o ponto médio entre a prodigalidade e a sovinice. Por costume, personalidade, criação ou hábito, podemos adquirir essas virtudes sem ser, aos olhos de Deus, uma boa pessoa. Assim, um político pode ser generoso como também um mentiroso e adúltero. A natureza atomista dessa bondade é essencial à virtude conforme utilizaremos o termo. Em contraste, chamaremos o caráter de bondade moral coerente que vem de um bom coração e, em última análise, do próprio Deus.

Na teologia bíblica, o caráter tem dois aspectos – caráter como *dom definitivo* de Deus e caráter como *obra progressiva*. O dom definitivo transforma os crentes em santos desde o momento da salvação, quaisquer que sejam suas falhas (1Co 1.2; Fp 1.1; Hb 10.14). É a herança do crente por meio de um relacionamento com o Deus que justifica o pecador e o reconcilia com ele mesmo pela graça (Rm 4.5; 5.6-8). Isso ressoa com os salmos que perguntam: "Quem há que possa discernir as próprias faltas? Absolve-me das que me são ocultas" (Sl 19.12) e: "Se observares, SENHOR, iniqüidades, quem, SENHOR, subsistirá?" (Sl 130.3; 51.1-12). Usar esse dom não é uma tarefa difícil, mas o hábito de voltar para "o momento perfeitamente passivo" em que Deus nos declara justos a seus olhos.[23]

O aspecto progressivo do caráter é a santidade que alcançamos ao cultivar a nossa nova vida em Cristo. Aqui o progresso é parcial, gradual e árduo. Tiago tinha isso em mente quando disse: "uma pessoa é justificada por obras e não por fé somente" (Tg 2.24).[24]

---

23. Gerhard O. Forde, "The Exodus from Virtue to Grace: Justification by Faith Today", *Interpretation 34* (1980), p.39. Forde, num momento distintamente luterano, diz que os passos da autodisciplina têm relacionamento invertido com a santidade. O cristão vai, não da justiça parcial para a justiça completa, mas da justiça completa, como um dom, para a justiça parcial, à medida que Deus purifica o pecado para que a virtude possa surgir.
24. Gilbert Meilaender, *The Theory and Practice of Virtue* (Notre Dame, Ind.:Notre Dame University Press, 1984), pp.105-122, em especial pp.119,120.

Conceitos cristãos e seculares

A ética contemporânea, a ética pagã do século 1º e a ética bíblica compartilham, todas, de um interesse pela virtude, ainda que a conceituem de modos diferentes. O Novo Testamento possui cerca de 30 listas de virtudes e vícios. A lista mais comprida de vícios, de Romanos 1.29-31, acusa os descrentes de iniqüidade, maldade, avareza, depravação, inveja, assassinato, contendas, enganos, malícia, mexericos, maledicência e iniqüidade voluntária.[25] O fruto do Espírito em Gálatas 5 (amor, alegria, paz, longanimidade, bondade, benignidade, fidelidade, mansidão, domínio próprio) é a mais longa lista de virtudes.[26]

As listas de virtudes do Novo Testamento compartilham alguns termos das listas helenistas, mostrando que os conceitos cristãos e pagãos de virtude em parte se sobrepõem. As virtudes cardeais de sabedoria, moderação, coragem e justiça e os vícios principais de estultícia, licenciosidade, injustiça e covardia lideravam as listas dos cínicos e estóicos no século 1º, e permanecem nas listas cristãs até os dias de hoje.[27]

Porém, também existem diferenças. Primeiro, os gregos diziam que obtemos as virtudes pelo exercício das mesmas: "Tornamo-nos justos ao praticar atos justos".[28] A virtude é acessível porque é simplesmente a média entre dois extremos de comportamento. Porém, o cristão vê o caráter como dom sobrenatural, a obra de Deus nos seus filhos. Segundo, o con-

25. Para listas mais curtas de vícios, ver Mateus 15.19; Marcos 7.21,22; Romanos 13.13; 1 Coríntios 5.10,11; 6.9,10; 2 Coríntios 12.20,21; Gálatas 5.19-21; Efésios 4.31; 5.3-5; Colossenses 3.5-8; 1 Timóteo 1.9,10; 2 Timóteo 3.2-5; Tito 3.3; 1 Pedro 2.1; 4.3,15; Apocalipse 21.8; 22.15. Nenhum termo único aparece em todas as listas de vícios, o que sugere que as listas são um tanto *ad hoc* e pelo menos em algumas ocasiões adaptadas às situações locais. Ver B. J.Oropeza, "Situational Morality: Paul's Vice Lists at Corinth", *Expository Times* 110.1 (Out 1998), pp.9,10.

26. Outras listas de virtudes incluem 2 Coríntios 6.6; Efésios 4.2,3,32; 5.9; Filipenses 4.8; Colossenses 3.12; 1 Timóteo 4.12; 6.11; 2 Timóteo 2.22; 3.10; 1 Pedro 3.8; 2 Pedro 1.5-7.

27. Categorias de virtude e vício aparecem também no Manual de Disciplina de Qumran (1QS 4.3-6,9-11), na Didache (2.1-5.2) e na Epístola de Barnabé (18-20), sendo os dois últimos do século 2º. Para um apanhado da literatura, ver, de Eduard Lohse, *Theological Ethics*, trad. por M. Eugene Boring (Minneapolis: Fortress, 1991), pp.83-88; e H. D. Betz, "Excursus: a Catalog of Vices and Virtues" em *Galatians* (Filadélfia: Fortress, 1979), pp.281-283. Para Paulo e o estoicismo, ver, de David Silva, "Paul and the Stoa", *Journal of Evangelical Theological Society* 38.4 (dez 1995), pp.549-564; também, Apocalipse de Pedro 21–34.

28. Aristóteles, *Nicomachean Ethics* (seção 1103), trad. por W. D. Ross, em *The Basic Works of Aristotle*, org. por Richard McKeon (Nova York: Random House, 1941), pp.952,953 (livro 2, cap. 1).

teúdo das listas é diferente. O cristão vê a humildade e a paciência com estima. Mas Aristóteles estimava o orgulho como a média entre os vícios da vaidade e da humildade. O homem orgulhoso é "aquele que pensa ser digno de coisas grandiosas, sendo merecedor delas" e faz corretamente grandes afirmativas sobre si.[29] Além disso: "O homem orgulhoso despreza com justiça" por ser válida a sua opinião, enquanto Paulo proíbe os fortes de desprezar quem é fraco (Rm 14.3).

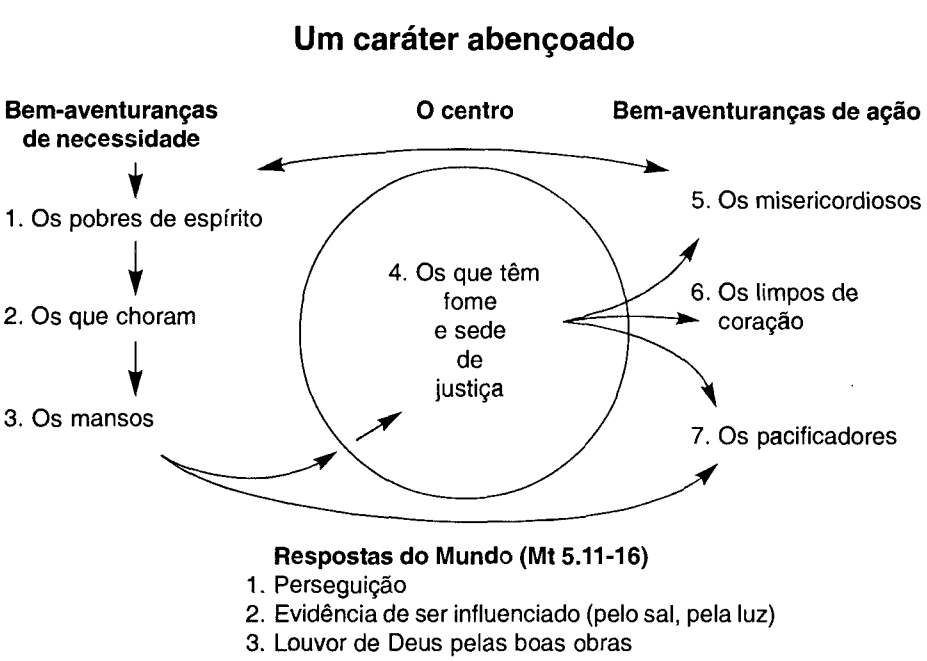
As bem-aventuranças demonstram a diferença entre os conceitos cristãos e os pagãos. As quatro virtudes cardeais dos gregos são sabedoria, temperança, coragem e justiça; são também louvadas a integridade, a generosidade e a perseverança. Muitos cristãos tratam as bem-aventuranças como se fosse uma lista de sete ou oito virtudes, mas será que são? Jesus começa com três bem-aventuranças de fraqueza e carência (fig. 13). Ele abençoa os pobres de espírito, ou seja, os que reconhecem a sua pobreza espiritual. Quase de modo ilógico, ele abençoa os que choram. Mas é bom chorar pelo pecado em nós mesmos ou nos outros. Ele abençoa os mansos – os que desprezam a ambição e a afirmação de si mesmos – porque sabem que a sua pobreza espiritual tira deles qualquer base para a auto-afirmação. Conhecendo a própria pobreza, e sendo humilhados por ela, eles têm fome e sede de justiça. Deus promete satisfazer essa fome, combinando com cada bem-aventurança de necessidade uma força correspondente. Assim, as bem-aventuranças não são um conjunto de virtudes, mas um retrato dos discípulos que conhecem suas necessidades e têm fome da solução de Deus.

Obter caráter

Como, exatamente, essa fome de justiça pode ser satisfeita? Pode-se atingir virtudes distintas no sentido de praticar a generosidade ou a honestidade. Mas ninguém pode se tornar uma pessoa melhor por simples resolução. O descrente, cortado da fonte da virtude, sofre inescapavelmente do egocentrismo e vícios afins. O crente, pelo contrário, tem os recursos necessários para desenvolver o seu caráter. Dado o escopo deste livro, só poderemos dar uma lista limitada desses recursos.[30]

29. Aristóteles, *Nichomachean Ethics*, pp.991-995 (livro 4, cap. 3).
30. Richard B. Hays, *The Moral Vision of the New Testament* (Nova York: Harper Collins, 1996), pp.16-185; David Jones, *Biblical Christian Ethics* (Grand Rapids: Baker, 1994), pp.37-58;

FIG. 13
AS BEM-AVENTURANÇAS



1. O próprio Deus trabalha no nosso meio, aumentando o nosso amor e justiça. Aquele que nos chama à santidade nos torna santos (1Ts 3.12,13; 5.23,34; Fp 2.12,13).

2. Unidos a Cristo, somos uma nova criatura. Nós que morremos com Cristo ressuscitamos com ele para uma nova vida. Por ele reconciliados com Deus, tornamo-nos justiça de Deus nele (Rm 6.1-4; 2Co 5.18-21). Isso não é uma ficção legal, mas uma decisão divina que é tanto judicial como mística.[31]

3. O Espírito opera em nós, libertando-nos do pecado e transformando-nos à glória e semelhança daquele a quem contemplamos (2Co 3.16-18). Ele nos reveste de poder (Lc 24.49; At 2.17,18). Os atos de justiça procedem de homens e mulheres renovados (Mt 7.17-20).[32] Dizer isso não é

Lohse, *Theological Ethics*, pp.25-60,105-130; Ogletree, *Use of the Bible in Christian Ethics*, pp.135-173; Schrage, *Ethics of the New Testament*.

31. C. E. B. Cranfield, *The Epistle to the Romans* (Edimburgo: T.& T. Clark, 1975), 1.316-317.

32. Paulo desenvolve mais plenamente a idéia de que as boas obras começam com a boa obra do Deus triúno no crente, mas tem a sua origem em Jesus. Disse ele que o Pai, o Filho e o Espírito

negar que os discípulos tenham de resistir ao diabo, fugir da tentação e obedecer aos mandamentos severos. A vida cristã é uma luta, uma guerra. Porém, lutamos porque Deus nos alistou e nos equipou, não vice-versa. Boas obras são fruto. Elas são também a nossa obediência (Rm 16.19; 2Co 9.13; 10.6; Fm 21; 1Pe 1.22).

4. Vivemos sob a autoridade de Cristo, o Senhor. Seu reino começou, embora esta era ainda continue. Ele tem toda autoridade; ele está conosco sempre; comprou-nos por alto preço. Provamos a nossa aliança vivendo em obediência a ele (Mt 7.21-23; Jo 13.13,14).

5. Deus renovou a mente do crente, removendo o véu que impedia o entendimento, dando-nos a mente de Cristo, de modo que levamos cativo a ele todo pensamento (1Co 2.10-16; cf. Is 40.13; 2Co 10.5; Fp 1.9).

6. Em Cristo, temos um modelo de sacrifício pelos outros. Ele é exemplo que ilumina e embeleza o caminho da obediência (Mt 20.25-28; Fp 2.1-11; 1Pe 2.21-25).

7. O dia do juízo se aproxima e os cristãos devem viver de acordo com a sua herança para que não percamos as bênçãos, colhendo as maldições da aliança (Mt 24–25; Hb 12; Ap 1–3, 18–22).

8. A igreja é uma família que compartilha uma vida de adoração e amor (At 2.42-47; 4.32-35). Essa comunidade possui identidade coesa como o verdadeiro Israel de Deus (1Pe 2.4-10).

Cada um desses temas merece ampla atenção. Focalizaremos, porém, a ligação dos primeiros quatro sob a rubrica do indicativo e do imperativo como motivação para a vida cristã.

Para Paulo, a capacidade de cumprir o dever agindo retamente depende da renovação feita por Deus do nosso caráter. As declarações *indicativas* de Paulo do que Deus fez no crente constituem o fundamento para as declarações *imperativas* do que Deus requer do crente.[33] Ressuscitados com Cristo, ele deve se oferecer a Deus como instrumento de justiça (Rm

habitam nos seus discípulos, de modo que os que permanecem em Deus produzem frutos (Jo 14.16-23; 15.1-16). Ele disse também que a boa árvore produz bons frutos e que o homem bom tira boas coisas do bem armazenado no seu coração (Mt 12.34,35; Lc 6.43-45).

33. Paul Furnish, *Theology and Ethics in Paul* (Nashville: Abingdon, 1968), pp.224-227; Schrage, *Ethics*, pp.168-172; Herman Ridderbos, *Paul: an Outline of his Theology*, trad. por J. DeWitt (Grand Rapids: Eerdmans, 1975), pp.253-258; Ernst Käsemann, "The Righteousness of God in Paul", em *New Testament Questions*, pp.168-182, esp. p.176.

6.19-23). A boa árvore deve agora produzir o fruto do Espírito (Gl 5.22), o fruto da luz (Ef 5.9), o fruto da justiça (Fp 1.11) e andar de modo digno de Deus (Cl 1.10).[34] Os crentes realizam boas obras porque são redimidos; assim, é justo que as epístolas destaquem um relato teológico da necessidade humana e do livramento divino antes de aparecerem os mandamentos.

Esse modelo indicativo-imperativo é mais marcante quando surge a mesma idéia como indicativo em um lugar e como imperativo em outro: "Não reine, portanto, o pecado em vosso corpo mortal... Porque o pecado não terá domínio sobre vós" (Rm 6.12-14,22). "Porque todos quantos fostes batizados em Cristo de Cristo vos revestistes" e "revesti-vos do Senhor Jesus Cristo" (Gl 3.27; Rm 13.14). Às vezes o indicativo e o imperativo estão juntos lado a lado: "Se vivemos no Espírito, andemos também no Espírito" (Gl 5.25; ver também 1Co 5.7).

Esse modelo indicativo-imperativo tem sido entendido de diversas maneiras. Críticos têm visto isso como uma contradição ou um momento de esquecimento em que Paulo não percebe que chama a mesma coisa de dom num lugar e de obrigação em outro. Porém, como Paulo não saberia ter colocado ambos os elementos lado a lado ocasionalmente? Outros removem a dificuldade enfatizando um pólo à custa do outro. Assim, o indicativo representa um ideal do qual o comportamento correto acabaria surgindo; o imperativo é, portanto, concessão necessária à imaturidade das igrejas de Paulo, "uma espécie de ponto inicial para pôr o motor da consciência ética em funcionamento".[35]

Porém, Paulo tem a intenção de demonstrar certa tensão que expresse o paradoxo de que o reino já chegou e ainda está por vir. Em Cristo, a velha era está terminando; no entanto, a nova época está apenas raiando. O intercâmbio de indicativo e imperativo demonstra que a interação dialética dessa era e da época por vir define a vida cristã. Paulo fala aos que foram justificados em Cristo, mas ainda são "peregrinos na nova vida que é deles".[36]

---

34. Os sinóticos, João, Paulo, Pedro e Tiago concordam que a fé sem obras é morta. Ver Luke Timothy Johnson, *The Letter of James* (Nova York: Doubleday, 1995), pp.60,61.
35. Schrage, *Ethics*, pp.168,169 (não é a sua opinião).
36. *Ibid.*, 170; George Ladd, *A Theology of the New Testament* (Grand Rapids: Eerdmans, 1974), pp.57-104,524,525.

Os teólogos podem fazer uso do lema: "Torne-se o que você é" para expressar a ligação do indicativo e imperativo, mas isso deixa lugar para distorções. "Torne-se o que você é" permite uma leitura antropocêntrica, como se Deus tivesse feito sua parte e agora a tarefa de realizarmo-nos é nossa, quando aperfeiçoamos o que ele deu em princípio. Não podemos, porém, separar o dom do doador, como se a nova vida fosse o nosso tesouro pessoal. De certo modo, o supremo dom é o próprio doador. A oscilação do indicativo para o imperativo significa que o que é um dom de Deus é também um mandamento dele.[37] "Não somos libertos do pecado para depois, quem sabe, ser colocado sob um novo Senhor" – a pessoa é salva "porque possui um novo Senhor".[38] Temos um presente – a liberdade do poder do pecado –, mas precisamos nos apoderar dele repetidamente. Desse modo, comprovamos a graça que nos foi dada. O indicativo significa que o reino de Deus começou; o imperativo significa que a derrota do mal está incompleta.

Sendo assim, a tensão indicativa/imperativa de Paulo expressa a tensão do evangelho: "o reino está presente; o reino é futuro". A tensão diz: "Persevere com Cristo. Você pertence a ele e ele a você". A declaração paulina "viveremos ainda no pecado, nós os que para ele morremos... considerai-vos mortos para o pecado" (Rm 6.2,11) quer dizer: "Reconheça o que a verdade do evangelho declara que você é. Veja a si mesmo como você é revelado pelo evangelho, e viva de acordo com isso".[39] Cristo é Senhor, mas o seu senhorio é contestado nesta época. Cristo na verdade é Senhor para aquele que o serve de fato.

O pastor deve abençoar o seu povo descrevendo sua herança em Cristo, pois isso traz encorajamento. Numa manhã típica de domingo, a maioria das congregações conhece seus deveres – e sabem as fraquezas que as impedem de cumpri-los. Claro, Deus pode refazer as pessoas ainda que elas não tenham conhecimento da sua união com Cristo. Porém, o pregador que é sábio oferece a esperança de se desenvolver em obediência, à medida que os filhos de Deus se apropriem da obra de Deus nelas.

37. Ernst Käsemann, *Commentary on Romans,* trad. por Geoffrey Bromiley (Grand Rapids: Eerdmans, 1980), pp.172-176; Furnish, *Theology and Ethics,* pp.151-156,225,226.
38. Robert Tannehill, *Dying and Rising with Christ* (Berlim: Töpelmann, 1967), p.82.
39. Cranfield, *Romans,* p.315.

O mau uso do caráter

Apesar da clareza do ensinamento bíblico sobre caráter, alguns teólogos ficam inquietos. Eles pensam primeiro no perigo de que os discípulos se gabarão de suas realizações, tirando de Deus a glória e escorregando para a autoconfiança. Porém, o maior perigo não está no egoísmo, mas na confiança na carne, no desvio de Deus para a força própria.[40] Os luteranos em especial admoestam que "nossa própria justiça pessoal" é tão perigosa à alma quanto o vício, pois ameaça perverter o evangelho da justificação pela fé. O próprio conceito insinua que os seres humanos podem alcançar mérito diante de Deus. Lutero diz que o êxodo dos redimidos não é do vício para a virtude, mas "da virtude para a graça de Cristo".[41] O "inimigo mais vital da justiça não é o pecador sem Deus, mas o justo que pensa em termos de progresso ou movimento".[42] Muito se esforçam para alcançar uma vida virtuosa, mas a virtude deles nunca se preocupa em glorificar a Deus. Essa virtude natural não possui mérito verdadeiro. Ela é o vício esplêndido do jovem rico que sempre obedecia a Deus, mas jamais o amou. Essa virtude traz o mal, porque infla o orgulho humano e a "confiança insana".[43]

Essa crítica observa que a confiança na própria virtude transmite um falso sentido de paz. Uma ênfase em passos pequenos e disciplinados em direção à virtude ameaça obscurecer o salto infinitamente maior do pecado humano para a misericórdia de Deus. É muito melhor conhecer o nosso pecado e ainda encontrar paz fundamentada na graça de Deus. Como disse um poeta-teólogo:

> Oro incessantemente
> pela conversão
> do irmão do filho pródigo.
> Sempre em meu ouvido
> soa o terrível aviso:

40. Furnish, *Theology and Ethics*, pp.137,138,150. No Novo Testamento, a jactância, cujo uso é quase totalmente restrito a Paulo e Tiago (*kauchçsis, kauchçma, kauchaomai*) é menos usada para gabar-se do que para voltar ao eu, à criação e para se afastar do Criador.
41. Martinho Lutero, *Letters on Romans*, trad. e org. de Wilhelm Pauck (Filadélfia, Westminster, 1961).
42. Forde, "Exodus from Virtue to Grace", p.37.
43. João Calvino, *Institutes of the Christian Religion*, trad. por Ford Lewis Battles (Filadélfia: Westminster, 1960), 2.3.3-7 (pp.292-299); 2.5.6-8 (pp.323-326); 2.7.3-6 (pp.351-355).

"Este despertou
de sua vida de pecado.
Quando será que o outro
despertará
da sua virtude?"[44]

Outro crítico da virtude observa: "Como era previsível que um interesse pela virtude surgisse agora, numa cultura consumida por teorias de autodesenvolvimento e auto-absorção narcisista". A virtude pode se desintegrar num bem moral que *possuímos* e admiramos em nós mesmos. Se alguém age com generosidade porque isso se encaixa na imagem que ele tem de si mesmo como pessoa generosa, em benefício de quem ele estará agindo com generosidade?[45] Assim, a virtude devora a si mesma quando a sua atenção está voltada para si e longe daquele a quem trata generosamente. Ela sucumbe num programa de saúde física da alma: "Um pouco de sacrifício talvez lhe faça bem". No pior dos casos, ela salva o profissional que faz um trabalho *pro bono* para manter uma boa imagem ou o clube de bebidas que realiza um serviço público para aliviar a consciência.

No entanto, devemos hesitar em condenar totalmente o desejo de virtude.[46] Suponhamos que uma mulher avarenta queira pensar em si como generosa. Inicialmente, a sua generosidade não tem espontaneidade; ela tem de perguntar a si mesma: "O que é que faço para agir generosamente?" Se ela der a resposta correta a essa pergunta e age baseada nela, não uma, mas muitas vezes, ela pode aprender a ver mais prontamente o caminho da generosidade, adquirindo o hábito de agir com generosidade, até tornar-se, finalmente, uma pessoa generosa.[47] Nesse caso, a linha entre a hipocrisia e a aspiração se torna inesperadamente obscura. C. S. Lewis reconheceu isso na sua autobiografia. Quando ainda não era cristão, impressionado pela virtude de um amigo do exército que lutara na Primeira Guerra Mundial, Lewis começou primeiro a admirar, e depois a fingir virtude na sua presença. Comenta Lewis:

---

44. Dom Helder Câmara, *A Thousand Reasons for Living*, trad. por Alan Neame, org. por Jose de Broucker (Filadélfia: Fortress, 1981)
45. Meilaender, *Virtue*, pp.13-16.
46. Para uma análise da preocupação com a virtude pessoal, ver, de Bernard Williams, "Utilitarianism and Moral Self-Indulgence" em *Contemporary British Philosophy*, org. por H. D. Lewis (Londres: George Allen and Unwin, 1976), pp.306-321, esp. p.313ss.
47. Meilaender, *Virtue*, pp.14,15.

> Se isso for hipocrisia, devo concluir que a hipocrisia pode fazer bem a um homem. Ter vergonha do que se está prestes a dizer, fingir que algo que você queria dizer seriamente era apenas uma brincadeira – essa é a parte ignóbil. Mas é melhor do que não ter vergonha alguma. A distinção entre fingir que se é melhor do que é e começar a ser melhor na verdade é mais sutil do que podem conceber os patrulheiros morais.[48]

Se Lewis estiver certo, então até o baixo-ventre da virtude tem o seu valor. A virtude pode se enfeitar para o espelho, mas talvez seja melhor enfeitar-se do que ser indiferente em relação à própria aparência. É claro que um interesse pela aparência da virtude, ou em sentir-se melhor sobre si será fatal *se terminar ali*. Porém, o interesse pela aparência da virtude pode ser o primeiro sinal tangível de que Deus está operando, convencendo do pecado, levando ao espírito um descontentamento com suas trevas e despertando o desejo da verdadeira retidão.

O uso correto do caráter

O caráter equilibra o dever abafando o pensamento de que a caminhada cristã nada mais é que cumprir regras. Ele nos lembra que o dever não cobre todas as situações. Não aprendemos a responder aos caprichos da vida consultando um livro de regras. No entanto, o caráter precisa do dever e do hábito. O sentido de obrigação do dever, bem como a bondosa falta de autoconsciência do hábito, mantêm a virtude livre de promover o orgulho e a vã introspecção.

Precisamos manter os dois aspectos do caráter – o dom definitivo e a obra progressiva – em tensão criativa, para que a nossa luta não leve ao narcisismo, e para que o recebimento passivo do dom não leve à complacência.[49] Em primeiro lugar, vem o dom; depois lutamos por segurá-lo. Temos como objetivo tornarmo-nos na prática aquilo que já somos pela

48. C. S. Lewis, *Surprised by Joy: The Shape of my Early Life* (Nova York: Harcourt, Brace, 1956), pp.191-193. Lewis continua: "Eu estava, intencionalmente, escondendo só uma parte: eu aceitava seus princípios imediatamente, não fazendo tentativa interior de defender a minha própria 'vida não examinada'. Quando uma pessoa rude entra na sociedade de pessoas corteses, o que ela pode fazer, durante algum tempo, senão imitar os gestos? Como ela pode aprender, a não ser pela imitação?"

49. Os pietistas criticam outros protestantes por juntar numa só coisa a regeneração espiritual e moral, gerando passividade e complacência em vez de luta e trabalho. Ver James Gustafson, *Christ and the Moral Life* (Nova York: Harper and Row, 1968), pp.63-72.

graça. Até mesmo Calvino, o profeta da incapacidade humana, disse: "Ninguém deve se colocar de modo tão desfavorável que não progrida diariamente, ainda que seja pequeno o seu progresso. Portanto, não devemos cessar de assim agir, para que progridamos incessantemente no caminho do Senhor. E não desesperemos pela pequenez de nosso sucesso... quando o hoje deixar para trás o ontem, o esforço não será perdido".[50]

Como com o dever, existem diretrizes para a pregação do caráter:

Sim

1. Lembre às pessoas que elas são novas criaturas em Cristo.
2. Mostre-lhes que os conceitos de Deus, redenção e regeneração conquistam quem o cristão é e que a vida cristã nasce da nossa união com Cristo.
3. Insista com as pessoas para que examinem o próprio caráter e motivação. Induza-as a examinar as razões por trás de seus atos. Pergunte por que viver retamente às vezes parece simples, às vezes nos parece impossível.
4. Ajude as pessoas a ver o discipulado primeiro como manifestação espontânea de um coração renovado e, segundo, como o resultado da luta moral.

Não

1. Reduza o caráter a tendências nobres que adquirimos por nossos próprios esforços.
2. Reduza o caráter a uma nova lei: ser mais misericordioso, mais justo, mais fiel.
3. Deixe subentendido que as pessoas podem mudar por simples decisão e determinação.

Objetivos

O conceito de objetivos

Ninguém chamaria os reformadores de pragmáticos, no entanto, a história deles inclui histórias de homens que faziam o que era necessário para promover a causa. Quando Calvino, desviado pela guerra de sua rota preferida, visitou pela primeira vez a Genebra, Farel, o pastor ali, viu nele o homem para aperfeiçoar a reforma iniciada por ele naquela cidade

50. Calvino, *Institutas*, 3.6.5 (pp.688,689).

indomável. Quando desviou-se dos pedidos de ajuda que Farel lhe fez, preparando-se para voltar para Estrasburgo para estudar sozinho, Calvino diz que "Farel chegou ao ponto de fazer uma imprecação que agradasse a Deus amaldiçoar o descanso e a quietude que eu buscava, se numa necessidade tão grande eu me retirava e recusava ajuda e socorro". Isso foi tão horrível para Calvino que ele permaneceu.[51]

Quando, depois da condenação de Lutero na Dieta de Worms, ficou claro ao príncipe alemão Frederico, o Sábio, que a vida de Lutero corria perigo, ele ordenou a cavaleiros armados que atacassem o grupo de Lutero que voltava para Wittenberg. Com maldições e demonstrações de violência, eles abduziram Lutero e o arrastaram até um esconderijo desconhecido até de Frederico, para que ele pudesse dizer sinceramente ao papa e ao imperador que não sabia onde Lutero se encontrava.[52] Poderíamos questionar a retidão legal dos atos de Frederico ou de Farel, mas a lei não estava na mente deles no momento em que fizeram seus planos. Eles tinham um objetivo, a proteção e o progresso do movimento que se iniciava.

As histórias de Frederico e Farel ilustram como funcionam os objetivos. A mente orientada pelos objetivos é dirigida a realizar, a obter certos resultados, a alcançar os fins. Ela busca beneficiar as pessoas (Lutero) ou as sociedades (a cidade de Genebra). Ao fazê-lo, pressupõe um conhecimento de dever e caráter. Ou seja, todo ser humano (assim eu argumentaria) responderia aos mesmos deveres, e todos devem desejar o mesmo caráter. Conquanto dever e caráter sejam os mesmos para todos, os objetivos são individualizados. Objetivos falam da diversidade nos dons, chamados, interesses e circunstâncias.

Os líderes cristãos devem prestar mais atenção nos objetivos na sua aplicação da Escritura. Alguns crentes resistirão a essa idéia. Até as histórias de Frederico e Farel explicam por que eles hesitam. Quando os objetivos dirigem as ações, podemos nos tornar calculistas, antropocêntricos e dispostos a manipular. Assim, dizem alguns, devemos seguir a lei e deixar o dever e o hábito guiar nossas decisões. Porém, considere isto: os objetivos não dirigem as escolhas que chama os hábi-

51. François Wendel, *Calvin: The Origin and Development of his Religious Thought*, trad. por Philip Maret (Nova York: Harper & Row, 1963), pp.48,49.

52. Roland Bainton, *Here I Stand: A Life of Martin Luther* (Nashville: Abingdon, 1950), pp.149,150.

tos à existência? Objetivos de carreira dirigem o nosso modelo de estudo e de trabalho. Objetivos pessoais dão direção ao casamento, ao lar e ao culto. Podemos acordar às 6 horas da manhã todos os dias e ir de carro até o escritório sem pensar em algo mais profundo que chegar à hora certa. Mas o emprego que temos e a viagem que suportamos vêm das escolhas que fizemos para cumprir os nossos objetivos.

Os objetivos são especialmente importantes quando nos encontramos nas encruzilhadas da vida, confrontando caminhos mutuamente exclusivos, mas eles orientam também as decisões sociais e econômicas rotineiras. O objetivo de uma sociedade melhor leva a debates de política. O objetivo da prosperidade governa a política econômica. Porém, os objetivos também orientam as decisões menores. Por exemplo, certa vez, perguntei à minha mulher por que ela estava encomendando um estoque de cartões de cumprimentos. "Porque os nossos estão quase no fim." "Mas por que não deixar acabar e não comprar mais?", brinquei. "Porque é educado mandar cartões de cumprimentos. Eles demonstram que nos importamos com amigos e parentes." Assim, um objetivo (alimentar as amizades) modela um costume (manter sempre um estoque de cartões).[53]

A negligência de objetivos

Apesar da proeminência dos objetivos na vida cotidiana, os pastores negligenciam os objetivos no seu ensino. Existem dados bíblicos, mas diversos fatores limitam a nossa atenção aos mesmos. Em primeiro lugar, a terminologia para objetivos é pobre; o pequeno repertório de termos-chave, como "propósito" e "plano", limita a consciência deles. Segundo, o impulso separatista de alguns crentes milita contra o estabelecimento de objetivos. Se o mundo está além da redenção, por que nos importar com grandes projetos? Terceiro, experiências pessoais e sociais levam algumas pessoas a evitar os objetivos. Queimados por sonhos não-realizados, alguns preferem mirar baixo e deixar-se levar por uma rotina segura. Socialmente, duas guerras mundiais e o fracasso dos grandes *ismos*

53. Platão dividiu o bem em três categorias: (1) prazeres transitórios inocentes (que hoje incluiria sobremesas finas, filmes divertidos); (2) coisas que dão prazer e benefícios (conhecimento, saúde, amizade): e (3) coisas valorizadas unicamente pelo benefício que trazem (tratamento médico, emprego desagradável). Ver *The Republic*, trad. por Francis Cornford (Londres: Oxford University Press, 1941), p.42ss.

do século 19 (marxismo, nacionalismo, naturalismo, para citar apenas três) podem explicar por que as pessoas desconfiaram de grandes projetos na maior parte do século 20. Quarto, sistemas éticos que julguem a moralidade com base na realização ou não de objetivos estão sujeitos a críticas aterradoras (ver Apêndice A no final deste capítulo).

A autorização bíblica para os objetivos

Apesar dessas dificuldades, há quatro razões para usarmos os objetivos na aplicação bíblica. Primeiro, o próprio Deus tem propósitos. Ele formula planos e os executa de acordo com sua livre vontade e sua vontade soberana. Ele não tinha nenhuma obrigação de criar a humanidade, ou, depois da Queda, de redimi-la. Deus ordena todas as coisas conforme seu propósito e sua vontade (Ef 1.11; Rm 9.11). Ele tem até propósitos em permitir a prosperidade de governantes pagãos. Para demonstrar o seu poder em toda a terra, ele levantou o faraó (Êx 9.16). Ele escolheu a Babilônia para punir Judá por sua deslealdade (Is 46.9-11; Hc 1.1-11).

Os objetivos de Deus também orientam suas alianças e seu plano de redenção. Depois da Queda, ele prometeu a semente da mulher que esmagaria a cabeça da serpente (Gn 3.15). Para essa finalidade, ele fez uma aliança com Abraão de abençoar todas as nações por meio dele (Gn 12.1-3; 18.18,19). A fim de preservar a família da aliança em tempo de fome, ele permitiu que os irmãos de José o vendessem como escravo (Gn 45.5-7; 50.20). Chamou Israel do Egito para criar um povo que fosse seu tesouro (Êx 19.5,6). O espaço não permite que contemos toda a história. Deus usou até mesmo os desastres da antiga aliança para preparar para a encarnação no tempo certo (Gl 4.4-6). Cada fase do ministério de Jesus serviu a seus objetivos e ao objetivo final – sua morte e ressurreição em Jerusalém. Esse era o firme propósito de Deus, e embora os homens que o executaram fossem ímpios (At 2.23,24), foi necessidade divina que Jesus morresse e ressuscitasse em Jerusalém (Lc 9.22; 13.33; 17.25; 22.37; 24.7).[54] Como Deus é um Deus de propósitos, e como ele criou os seres humanos à sua imagem, temos base para buscar objetivos.

54. Das 98 vezes que o Novo Testamento emprega a palavra *dei* ("é necessário"), 40 aparecem em Lucas e Atos, geralmente em momentos importantes na história de Jesus. Ver I. H. Marshall, *Luke: Historian and Theologian* (Londres: Exeter, 1970), pp.106-111; Jack Dean Kingsbury,

Segundo, os autores bíblicos escreveram tendo objetivos em mente. João escreveu o seu evangelho para que os leitores cressem que Jesus é o Cristo e tivessem vida no seu nome (Jo 20.31). Sua primeira epístola busca assegurar aos redimidos que eles têm a vida eterna (1Jo 5.13). Lucas escreveu o seu evangelho para que seus leitores tivessem certeza das coisas que lhes foram ensinadas (Lc 1.1-4). O livro de Provérbios orienta os leitores para longe das conseqüências da estultícia em direção ao caminho da sabedoria (1.18-27; 5.1-14,22,23; 6.27-29; 9.10-18).[55] As leis de Êxodo e Deuteronômio criam nova identidade para Israel como povo santo de Deus.

Terceiro, Deus estabelece objetivos para os seus agentes. Ele comissionou Moisés a conduzir Israel para fora do Egito. Ele ordenou a Josué que dirigisse a conquista de Canaã. Chamou os profetas para convocar Israel ao arrependimento. Ordenou aos apóstolos proclamar e ensinar a verdadeira fé, determinando que Pedro fosse aos judeus e Paulo aos gentios (Gl 2.7-9). Em seu zelo por objetivos evangelísticos, Paulo disse: "Fiz-me tudo para com todos, com o fim de, por todos os modos, salvar alguns" (1Co 9.22-24). Ele disse também que Timóteo podia aprender de seu "ensino, procedimento, *propósito,* fé, longanimidade, amor, perseverança" (2Tm 3.10).

Muitas declarações bíblicas sugerem objetivos pelos quais todo discípulo deve lutar. O salmista aspira "morar na Casa do SENHOR todos os dias da minha vida" (Sl 27.4). Paulo ordena "se possível, quanto depender de vós, tende paz com todos os homens" (Rm 12.18). Hebreus diz: "Consideremo-nos também uns aos outros, para nos estimularmos ao amor e às boas obras" (10.24) e "corramos, com perseverança, a carreira que nos está proposta" (12.1,2). O motivo do chamado também apresenta os propósitos de Deus para os crentes. Deus chama o cristão para a comunhão com Cristo ("pelo qual fostes chamados à comunhão de seu Filho Jesus Cristo, nosso Senhor" – 1Co 1.9) e à paz (1Co 7.15), à liberdade (Gl

Conflict in Luke (Minneapolis: Fortress, 1991), pp.55,56,115; W. Grundmann, "dei" em *Theological Dictionary of the New Testament*, org. por Gerhard Kittel e Gerhard Freidrich, trad. por Geoffrey Bromiley (Grand Rapids: Eerdmans, 1964-1976), 2:21-25.

55. Gordon Fee e Douglas Stuart, *How to Read the Bible for All Its Worth* (Grand Rapids: Zondervan, 1982), pp.196-199; Derek Kidner, *Proverbs: An Introduction and Commentary* (Londres: Tyndale, 1964), pp.36,37,53-55.

5.13), para a santificação (1Ts 4.7), para a conformidade com Cristo (Rm 8.29; 1Pe 2.21-23) e para a vida eterna (1Tm 6.12 e 1Pe 5.10).

Quarto, a concessão de dons espirituais por Deus é feita com a intenção de levar as pessoas e os grupos à busca de objetivos especiais.[56] Ele abençoa o aperfeiçoamento de habilidades específicas que outros podem apreciar sem necessariamente desejá-las pessoalmente. Romanos 12.8 sugere que o crente pode ter prazer no exercício dos seus dons: o líder deve governar com zelo, o misericordioso agir com alegria e o benfeitor deve dar com simplicidade, sem pensar no reconhecimento ou no pagamento, mas com alegria pelo próprio fato de dar.[57]

O uso correto dos objetivos

Se os objetivos merecem consideração na nossa reflexão sobre a vida cristã, existem três implicações para o pastor. Primeiro, devemos liberar uma bendita diversidade dentro do reino. Segundo, devemos dar mais atenção à orientação em ambientes formais, não apenas nos particulares. Terceiro, uma percepção dos objetivos motiva o crente a ir além de fazer o certo e buscar que se faça o certo para a obtenção dos resultados certos.

Portanto, primeiro, *os objetivos liberam a bendita diversidade.* A doutrina dos dons espirituais implica que o crente deve estabelecer diversos objetivos para o serviço do reino na igreja e no mundo mais amplo. As pessoas e os grupos sentem o prazer de Deus quando cultivam seus dons mais elevados, suas mais altas paixões. O sentido de propósito dado por Deus liberta as pessoas para se concentrarem numa tarefa e ignorar as outras sem sentir culpa. Em outras palavras, por mais importante que seja distinguir o bem do mal, talvez a maioria das decisões se articula sobre separar o bom do melhor. Um forte sentido dos objetivos e dos dons permite escolhas entre os projetos que competem pela nossa energia.

---

56. Um dom espiritual é uma capacidade e um desejo para o ministério dado para o uso regular na igreja e no reino.
57. O grego diz: *ho metadidous en haplotēti, ho proïstamenos en spoudē, ho eleōn en hilarotēti.* Os comentaristas que tomam "simplicidade" desse modo incluem Cranfield, *Romans* 2:625 e James D. G. Dunn, *Romans 9-16* (Dallas: Word, 1988), p.730. Ver também B Gärtner, "Simplicity, Sincerity, Uprightness" *em New International Dictionary of New Testament Theology, Theological Dictionary of the New Testament,* org. por Colin Brown (Grand Rapids: Zondervan, 1975-78), 3:571-573; O. Bauernfeind, "haplous", em *Theological Dictionary of the New Testement,* 1:38-87.

Além do serviço do reino, o ensino sobre objetivos deixa implícito que o pastor deve ajudar o crente a considerar a sua vocação e a sua ocupação. O pastor sabe que Deus abençoa toda profissão honesta. No entanto, a igreja faz pouco para demonstrar isso na prática – descobrir o relacionamento da fé com a engenharia, os empreendimentos, a lavoura, a medicina ou as vendas. Aos pastores falta competência para falar de alguns desses campos, mas eles poderiam sugerir os primeiros princípios para servir a Cristo em cada ambiente. E eles podem ajudar os crentes em diversos campos a se encontrarem e buscarem juntos a verdade, mesmo fora dos grupos da igreja. Podemos também comentar sobre as profissões. Embora seja mínimo o testemunho bíblico, há o suficiente para chamar a nossa atenção.

Segundo, os professores devem usar o púlpito, não apenas as reuniões particulares, para ajudar os crentes a encontrar o propósito especial de Deus para cada vida. No passado, era o teólogo que sugeria como o crente poderia alcançar os seus objetivos. Os puritanos davam orientação sobre como encontrar um cônjuge, como encontrar uma vocação com a qual a pessoa tinha afinidade, como empregar um servo, às vezes dando orientações passo a passo. Mesmo os mais letrados não consideravam abaixo de sua posição ajudar os fiéis a alcançar objetivos piedosos.[58] O casamento, a vocação e a contratação de empregados continuam sendo tópicos dignos. O pastor pode ajudar suas ovelhas a cumprir alguns dos ideais que discutimos nos capítulos anteriores. Como o filho adulto deve honrar aos pais? Como formular uma resposta branda que desvie o furor? Para ilustrar, sugiro algumas idéias que dissipam a ira e ajudam a formular uma resposta que cura (usando 1Sm 25.1-34; Pv 9.8,9; 12.15; 13.20; 14.16; 15.5; 17.10; 20.3; 25.12; 26.4,5; 29.11,20; Tg 1.19; 1Pe 2.21-23):

1. A capacidade de permanecer calmo quando atacado é uma precondição para o sucesso.
2. Para desviar a ira, é necessário entendê-la. Se alguém está zangado, ouça-o até o fim.

58. Ver William Perkins, *Works* (Londres: 1604), 3:669-700; Thomas Gataker, *Certain Sermons* (Londres, 1635); William Gouge, *Of Domesticall Duties*; John Dod, *A Plaine and Familiar Exposition of the Ten Commandments* (Londres: 1612); cf. J. I. Packer, *A Quest for Holiness* (Wheaton, Ill.: Crossway, 1990).

3. Não tenha pressa de se defender, para que o ataque não seja redobrado.
4. Não obstante o exagero da ira, provavelmente existe um elemento de verdade nela.
5. Agradeça aos inimigos pela crítica construtiva. Peça desculpas na medida em que a sua honestidade o permite.
6. Lembre-se de que, seja qual for a intenção, as críticas válidas oferecem oportunidade de crescimento.
7. Não é necessário responder a cada acusação, mas seja rápido em responder a ataques contra a integridade pessoal.
8. Observe os pacificadores para purificar a sua sabedoria.

Terceiro, os objetivos nos lembram de mudar de simplesmente procurar fazer o que é certo para o objetivo de fazer o certo a fim de obter os resultados certos. É verdade que há ocasiões em que fazemos o certo sem nos preocuparmos com os resultados. Mas há também ocasiões em que não podemos nos dar ao luxo de ser indiferentes às conseqüências. Nestas, devemos *fazer o certo do modo certo na hora certa a fim de obter os resultados certos.*

Suponhamos, por exemplo, que um homem recém-casado, John, parece controlar demais a sua mulher. Suponhamos ainda que John fique na defensiva, sendo refratário a uma repreensão que não tenha sólidas evidências. Como o objetivo é ajudar a John e sua esposa, não podemos simplesmente repreendê-lo e declarar que fizemos o nosso dever. A compaixão requer que planejemos, que antecipemos as conseqüências. Uma intervenção antecipada poderá evitar problemas futuros, mas sem as evidências, John poderá descartar a repreensão e se retrair. Ou podemos esperar que surjam evidências irrefutáveis do problema. Porém, enquanto esperamos, John vai se firmando mais em seus modelos destrutivos. O dever diz: "Diga alguma coisa", mas os objetivos dizem: "Espere até que possa ganhar João". Eis algumas sugestões de objetivos na pregação:

Sim

1. Fique sintonizado às declarações da Bíblia sobre objetivos.
2. Ajude as pessoas e a comunidade a encontrar a vocação e os dons especiais de Deus.
3. Insista para que as pessoas encontrem objetivos e causas maiores que elas mesmas. Esses objetivos podem estar relacionados à família, à igreja e à sociedade.
4. Ajude as pessoas a formular estratégias concretas para atingir os objetivos em todas as áreas da vida.

5. Insista na perseverança. Todo grande projeto encontra obstáculos.
6. Analise e critique os objetivos valorizados pela nossa cultura.
7. Ajude o povo de Deus a separar o bom do melhor e a vontade geral de Deus para todos da sua vontade particular para cada um.

Não

1. Deixe subentendido que podemos ignorar a vontade revelada de Deus a fim de alcançar objetivos dignos.
2. Permita que pensar em objetivos gere individualismo e narcisismo.

Discernimento

Discernimento na vida cristã

Todos os que estudam o Holocausto se perguntam como os cidadãos de uma nação civilizada, ostensivamente cristã, puderam cooperar com o extermínio dos judeus, ciganos, deficientes físicos e mentais e outros, ou deixar de protestar contra isso. Por que, quando os nazistas chegavam para prender os judeus, a maioria das pessoas não fazia nada, enquanto algumas poucas cidades arriscavam tudo para salvá-los?

Le Chambon, no sul da França, foi um desses vilarejos que se arriscou. Seus pastores dirigiam uma comunidade que deu refúgio a centenas de judeus, contrabandeando-os até a segurança da Suíça a um grande custo pessoal. Anos mais tarde, entrevistados sobre a disposição de arriscar tudo pelos judeus, os pastores disseram não ter feito nada de heróico: simplesmente tinham de ajudar, era apenas natural.[59] Le Chambon era uma comunidade huguenote com uma longa história de perseguição religiosa. Seus cidadãos viam os judeus como uma minoria religiosa perseguida, como eles tinham sido. Uma vez que os judeus eram vistos como pessoas como eles numa época de grande necessidade, a seus olhos não era grande ato de bravura ajudá-los. Com a visão restaurada (o que é quase o mesmo que o discernimento), eles prontamente aplicaram o princípio bíblico de "amar o próximo" à crise.

O discernimento é a capacidade de se colocar à parte da cultura, dos costumes, das experiências e dos preconceitos e ver o mundo como Deus os vê. É a capacidade de não levar em conta o que é conhecido e ver as

59. Philip Hallie, *Lest Innocent Blood be Shed* (Nova York: Harper and Row, 1979).

questões da perspectiva de Deus. Sem essa visão, ficamos presos aos valores da nossa cultura conforme eles são modificados pela experiência pessoal.

O discernimento é uma precondição da reforma, mas geralmente requer um grande número de pessoas visionárias para efetuar a transformação. Um indivíduo sozinho pode fazer muito pouco. O discernimento levou Francisco de Assis a iniciar a evangelização dos mulçumanos com uma missão ao rei do Egito em 1219. A igreja medieval conhecia a Escritura que motiva as missões, claro, mas não a aplicava aos maometanos, a quem alguns consideravam subumanos. Como Francisco via a humanidade deles, a sua missão era lógica. No entanto, a sua iniciativa gerou poucos resultados, em parte porque poucas pessoas compartilhavam de suas idéias.

Quando, como Francisco, os líderes propõem idéias que batem de frente com os costumes mais prevalecentes, devem persuadir e explicar até juntar um número de pessoas comprometidas com o novo curso. Suponhamos que um norte-americano questione a decência do estilo ocidental de namoro. Ele pergunta: é um ritual inocente de passagem de idade, ou uma tentação desnecessária, colocar jovens atraentes juntos tarde da noite, no escuro, sem alguém que os acompanhe? Ele pergunta: o desenvolvimento de um relacionamento sério é um ensaio para o casamento, ou quando o namoro termina é um ensaio para o divórcio? Ele sabe o quanto é raro o costume ocidental de namoro na história do mundo; mesmo hoje em dia, metade do mundo acha insano o costume americano de jovens saírem uns com os outros sem compromisso, e se envolverem como se estivessem num compromisso sério. Mas ele sabe também como o seu ponto de vista parecerá estranho para os de sua cidade. Além do mais, denunciar os namoricos ou tentar abolir a prática não leva a nada (ele está procurando atingir um *objetivo*). Ele precisa juntar idéias, convidar pais e jovens a questionar o costume de namoros consecutivos e sem compromisso e persuadi-los a adotar o seu ponto de vista. Para ganhar os jovens e seus pais solícitos, ele precisa também propor alternativas e persuadir um grande grupo de pessoas a apoiá-lo.

Num processo desses, as idéias radicais de uma geração se tornam uma opção e até mesmo o hábito da próxima geração. O papel da comunidade em efetuar a transformação indica que as pessoas tomam a maioria das decisões sem pensar, porque o certo parece óbvio. *Uma das tarefas do líder é fazer com que o certo pareça óbvio.* Idealmente, o que é certo se tornará costume e a maldade parecerá absurda.

A Bíblia dá testemunho da importância do discernimento e seus cognatos, sabedoria, entendimento, percepção, mais do que pensaríamos. Ela louva a sabedoria de Salomão, Daniel e Abigail; oferece sabedoria (Pv 1–10; Tg 1.5) e elogia o homem de entendimento (Pv 10.23; 11.12; 15.21; 17.27). A lei de Deus nos capacita a discernir as faltas ocultas (Sl 19.12) e dá a seus seguidores compreensão (119.99). Os profetas zombam dos pagãos que são cegos a ponto de adorar imagens feitas pelas próprias mãos (Is 44.9-20) e lamentam pelos líderes de Israel que fazem o mesmo (Is 56.10-12; 59.9,10; Ez 5–9).

As parábolas de Jesus oferecem um novo modo de ver o reino e o discipulado. A parábola do semeador (Mt 13) retrata o reino como algo discreto, mas potente como uma semente. A história do bom samaritano (Lc 10) oferece nova perspectiva sobre estranhos necessitados: o sacerdote e o levita viram o potencial para a profanação cerimonial e perda de dinheiro caso tocassem num cadáver; Jesus e o samaritano viram um vizinho, o próximo.[60] As parábolas de Lucas 15 mostram que Deus ama o perdido e celebra a sua volta, ainda que tenham cheiro de porcos e pareçam ter estado com prostitutas. Essas histórias convidam o fariseu a se ver no irmão mais velho, cuja hipocrisia o impedia de celebrar com Deus.

Paulo descreve a renovação da mente cristã (Ef 4.17-24), ora por isso (Fp 1.9-11; Cl 1.9-11) e a ordena (Rm 12.2). Hebreus ajuda os seus leitores a verem as perseguições à luz da supremacia de Cristo e fidelidade de Deus para com os santos do passado (Hb 11). João ordena a seus leitores provar os espíritos (1Jo 4). O Apocalipse permite aos crentes verem o sofrimento como parte de um conflito cósmico entre Deus e Satanás (Ap 12-14). Cada um desses textos promove a santidade aos nos ajudar a ver a realidade como Deus a vê.

O mau uso do discernimento

Cada um dos quatro aspectos da aplicação bíblica tem pontos fracos quando isolados uns dos outros: o discernimento não é exceção. O dever por si mesmo se transforma em legalismo, o caráter se transforma em princípios vagos, e a concentração nos objetivos sucumbe à ilegalidade. O que discerne pode ser arrogante, orgulhoso de sua percepção, afastado,

60. Kenneth Bailey, *Through Peasant's Eyes* (Grand Rapids: Eerdmans, 1980), pp.43-46.

que despreza o provinciano que não consegue transcender a sua cultura (embora pense que sim). Contentando-se em ver o que é certo, ele se afasta do mundo da ação.[61] No pior dos casos, a visão sucumbe ao relativismo: "Você vê as coisas do seu jeito; eu as vejo do meu jeito. Se tivéssemos as mesmas experiências quem sabe as veríamos do mesmo modo". O discernimento busca o diálogo, mas no esforço de escutar com atenção, de respeitar outro ponto de vista, pode esquecer da persuasão e da paixão. Se engavetarmos a paixão, ela desaparece.

O uso correto do discernimento

Não obstante os perigos, o discernimento contribui para a obra pastoral pelo menos de cinco modos. Primeiro, *o discernimento prepara os crentes para resistir, para ir contra o pensamento não-cristão.* O pastor deve oferecer recursos para a crítica de visões seculares do mundo. Eles podem treinar as pessoas mais analíticas a fazer perguntas que revelem a visão do mundo de uma pessoa:

- Qual é a natureza da humanidade? (Ou: Quem sou eu?)
- Qual é a natureza do mundo e da realidade? (Ou: Onde estou?)
- O que está errado com o mundo? (Como explicar a quebra de todas as coisas?)
- Como ele pode ser consertado? (Existe esperança de redenção?)
- Qual é a base da moralidade?
- Qual é o significado da história humana?[62]

Segundo, o *discernimento gera deliberação e autocrítica.* Ele ensina o crente a parar e analisar as situações antes de correr para agir; a perguntar como os outros enxergam as coisas, e pesquisar o engano do pecado que cega a igreja e a sociedade.[63] Ele aumenta a capacidade de autoexame, ensinando que o modo costumeiro não é o único caminho.

---

61. Devo este ponto a Clay Smith e sua contribuição num simpósio sobre hermenêutica no Seminário Covenant em 1996.
62. Esta lista é minha, mas as perguntas são muito conhecidas. Cf. J. Richard Middleton e Brian J. Walsh, *The Transforming Vision* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1984), p.35; James Sire, *The Universe Next Door* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1976), pp.17,18.
63. James F. Childress, "Scripture and Christian Ethics: Some Reflections on the Role of Scripture in Moral Deliberation and Justification", *Interpretation 34* (out 1980), pp.375,376.

Terceiro, *o discernimento ajuda a igreja a alcançar pessoas do mundo*. Ele inculca a humildade, a disposição de dar conta dos nossos atos e justificá-los a outros.[64] Ele apóia a disposição de ouvir as convicções e perguntas de agnósticos e pessoas que ainda buscam encontrar a verdade.[65] Ele aperfeiçoa a habilidade do diálogo necessária para envolver vozes estrangeiras enquanto usa ainda crenças de controle para articular uma resposta cristã. As denúncias de pecado podem tocar os fiéis, mas raramente persuadem os descrentes. O discernimento estimula a ouvir com atenção e a responder com prudência.

Quarto, o *discernimento ajuda o líder cristão a manter a integridade*. Muitos líderes enfrentam uma pressão forte e silenciosa de apoiar o *status quo*, de justificar os modos estabelecidos da igreja ou da sociedade. A igreja é poderosa, e as pessoas querem a sua aprovação. Elas, talvez inconscientemente, recompensam os líderes que "profetizam coisas agradáveis" e os punem quando não o fazem. O discernimento ajuda os líderes a desafiar a moral convencional e resistir às pressões para se conformar. Como a "moral" muitas vezes significa comportamento costumeiro, devemos ver além do costume a fim de transformá-lo.

Quinto, *o discernimento galvaniza os líderes para causarem problemas construtivos*. Jesus e os profetas freqüentemente subvertiam os valores da sua cultura enquanto os falsos líderes religiosos afirmavam esses valores. Tanto Jesus como os rabinos contavam parábolas, mas somente as parábolas rabínicas reforçavam os valores convencionais. Por exemplo, a parábola do "trabalhador excepcional" descreve o que realiza muito e recebe uma grande recompensa. Mas Jesus contou também a parábola do patrão generoso que paga a todos os trabalhadores o mesmo salário, a despeito do quanto cada um tenha trabalhado (Mt 20.1-16). A parábola israelita é convencional e agradável; a de Jesus é desconcertante. As parábolas sugerem como, a princípio, o ensino de Jesus deve ter causado ruptura, como hoje também deve causar, se o ouvimos de modo renovado.[66]

---

64. Richard Niebuhr, *The Responsible Self* (Nova York: Harper and Row, 1963), crê que a capacidade de justificar uma ação é essencial à ética teórica. Ver também, de Childress, "Scripture and Christian Ethics", pp.372-374. Edward LeRoy Long, "The Use of the Bible in Christian Ethics", *Interpretation* 19 (1965), pp.158,159.

65. Para uma lista de crenças seculares, veja, de George G. Hunter III, *How to Reach Secular People* (Nashville: Abingdon, 1992), pp.43,54.

66. Harvey K. McArthur e Robert M. Johnston, *They Also Taught in Parables* (Grand Rapids: Zondervan, 1990), pp.58,199.

O discernimento é um dom de Deus para todos os redimidos, mas podemos dar passos para desenvolvê-lo. Geralmente precisamos desconsiderar a nossa própria experiência e reconhecer que os costumes e as pressuposições variam muito de uma época e de uma cultura para outra. Assim, precisamos cultivar relacionamentos desafiadores de modo a ouvir todo tipo de pessoas, no entanto, sem apenas trocar idéias. Devemos buscar também idéias fora da nossa geração e órbita social, pela leitura da diversidade da literatura secular. Seguem aqui algumas sugestões concretas:

1. Leia sobre a história da igreja para obter uma visão da igreja em outros lugares e outros tempos.
2. Ouça pessoas uma geração mais velha que você e uma geração mais nova que você. Aprecie os amigos que são totalmente diferentes de você.
3. Leia os críticos sociais, cristãos e não-cristãos, para obter suas perspectivas da sociedade.
4. Conheça os tempos. Leia amplamente. Assista à televisão para observar o que ela valoriza e o que ela despreza.
5. Desenvolva uma consciência que distinga a retidão da maldade.
6. Estude a Bíblia; siga sem temor a sua direção, recusando-se a interpretar o texto de acordo com idéias conhecidas.

Resumo

As pessoas fazem quatro tipos de perguntas espirituais. Seguindo a nossa visão do capítulo 5, oferecemos agora um raciocínio teológico para a sua validade como também idéias práticas para sua utilização. Cobrimos muito chão, sempre buscando equipar o líder cristão para que ele amplie o seu conceito da relevância da Escritura. Tendo completado a análise do modo como as perguntas geram aplicações, vamos à tarefa de encontrar aplicações em vários gêneros de Escritura.

APÊNDICE A:
UMA BREVE CRÍTICA DO UTILITARISMO

A escola ética que julga a moralidade das ações por suas conseqüências é conhecida como utilitarista. O utilitarismo clássico diz que a única razão para se fazer uma ação é que ela causa mais felicidade do que as suas alternativas. Assim sendo, o teste do bem de uma ação é este: produz a maior felicidade (ou menor dor) para maior número de pessoas? Mais precisamente: "A única razão para realizar a ação A em vez de diversas ações alternativas, é que A resulta em maior felicidade (ou, mais geralmente, em melhores conseqüências) para toda a humanidade... do que qualquer de suas ações alternativas" (J. J. C. Smart, "Utilitarianism", em *The Encyclopedia of Philosophy*, org. por Paul Edwards [Nova York: Macmillan, 1967], 8:206-212; para um relato clássico do utilitarismo, ver John Stuart Mill, "Utilitarianism", em *The Philosophy of John Stuart Mill,* org. por Marshall Cohen [Nova York: Modern Library, 1961], pp.321-398, esp. pp.328-352). Desde o princípio, o utilitarismo tem suscitado a crítica com base em quatro pontos (já conhecidos por Mill; ver "utilitarismo", pp.344-351).

1. O utilitarismo cai por terra ante a ignorância humana, a nossa incapacidade de predizer e controlar a conseqüência dos atos. Para calcular plenamente a conseqüência de um ato, seria necessário ser onisciente, pois um ato que inicialmente parece benéfico poderá, mais tarde, ter conseqüências desastrosas (Veja, por exemplo, a decisão de trazer estorninhos para os Estados Unidos para controlar os insetos, que resultou na destruição de pomares regionais de cerejas e a extinção de algumas espécies nativas de aves).

2. O utilitarismo supõe que os seres humanos agem a partir da "benevolência generalizada", ou seja, eles estão tão interessados no bem-estar do maior número de pessoas tanto quanto no seu próprio bem-estar (Mill, "Utilitarianism", pp.339-344; Smart, "Utilitarianism", 8:208). Porém, as pessoas são naturalmente egocêntricas (como até mesmo os pagãos sabiam, conforme Platão, *República*, pp.43-45). Além do mais, até mesmo quando elas têm a intenção de agir no interesse geral, permanece a sua capacidade de auto-engano. Ideais elevados podem camuflar motivos baixos.

3. O utilitarismo degenera em ilegalidade se as pessoas fazem o que for necessário para alcançar os seus propósitos. A falta de lei é conseqüência tão aterradora que jamais devemos violar uma norma moral a fim de alcançar um objetivo, por mais louvável que ele pareça.

4. O utilitarismo dá lugar à ética situacional. Se, por exemplo, um situacionista estiver sozinho com um amigo que está morrendo e promete cuidar dos filhos dele, por que deverá ele cumprir a sua palavra se encontra outras duas crianças necessitadas que são mais inteligentes e respondem a ele de um modo melhor? Ele ainda estaria servindo ao próximo, e faria um bem maior – por que cumprir a sua promessa? Se um benefício maior viesse da quebra da promessa, o conseqüencialismo rigoroso diria: "Quebre a promessa!" Porém, o próprio conceito de promessa, que é algo fundamental à sociedade, é anulado quando ele é tão prontamente abandonado.

Esse caso sugere como o utilitarismo prontamente vira egocentrismo, e como tem dificuldade para explicar por que as pessoas devem cumprir os votos onerosos. Tome, por exemplo, o casamento. Por que um homem deve cumprir a promessa de amar e prezar a esposa que se tornou irritável e exigente, se ele encontra uma mulher mais agradável disposta a ficar com ele? O voto do casamento não significa: "Os meus cálculos indicam que eu serei mais feliz se me casar com essa pessoa". Diz corretamente Paul Ramsey que, se o casamento repousasse sobre um cálculo desses, seria "uma aposta quase inviável... sobre a persistência de sentimentos atuais", uma aposta contra a depredação do tempo e do pecado e da transitoriedade da natureza humana ("The Biblical Norm of Righteousness", *Interpretation 24* [1970], pp.426-429). O pensamento utilitarista obscurece a essência do casamento como a união de duas vidas por um compromisso de fidelidade permanente; os votos do casamento não são uma aposta para a felicidade (Ver James Olthuis, *I Pledge You My Troth* [Nova York: Harper and Row, 1975]).

Formas refinadas de utilitarismo têm surgido nas últimas décadas, e algumas dão ao dever um lugar de proeminência. O "utilitarismo de regras" busca especialmente salvaguardar o dever, enfatizando que as sociedades experimentam o maior bem quando seguem regras morais, ainda que estas às vezes causem dor ou injustiça a curto prazo. Assim, é melhor contar a verdade mesmo quando aparentemente se alcançaria um bem imediato com uma mentira, porque a mentira semeia a desconfiança (Smart, "Utilitarianism", p.208). Porém, essa forma híbrida de utilitarismo não é a que prevalece. (Ver David Lyons, *Forms and Limits of Utilitarianism* [Nova York: Oxford University Press], 1965.)

Interlúdio

UM BREVE LEMBRETE SOBRE INTERPRETAÇÃO E CONTEXTO

Ao fazer a transição para os capítulos mais práticos, a maioria elementos sobre "como fazer", fazemos uma pausa para lembrar a nós mesmos novamente que o estudo da relevância da Escritura é elaborado sobre a interpretação habilidosa. Embora o limite entre interpretação e aplicação seja nebuloso, os professores devem dominar a exegese se eles querem ir corretamente do significado original para a relevância contemporânea da Escritura. Se saltarmos à pergunta subjetiva: "O que este texto diz para mim?", certamente estaremos moralizando e, com certeza, encontraremos no texto modismos ou coisas que sirvam a nós mesmos.

É, portanto, imperativo que, antes e durante o processo de aplicação, nós mantenhamos em vista a textura dos temas bíblicos. Devemos nos lembrar de quanta revelação o povo tinha e o modo como eles se apropriavam dela. Sensibilidade ao contexto original é especialmente importante para os estudos tópicos. Quando o professor toma uma passagem que responde a uma pergunta significativa, e passa às referências cruzadas e aos estudos de concordância, é muito fácil ignorar o cenário da passagem. Ninguém tem tempo de analisar toda passagem que é citada, mas o pastor deve pelo menos observar a época do texto principal para os estudos temáticos.

Além do conhecimento da cultura geral, devemos considerar o contexto relacional dos livros. O autor e os leitores compartilham uma visão comum, ou o autor adota uma posição crítica? Quais os objetivos e os

motivos do autor ao escrever? Finalmente, como os autores dos livros históricos muitas vezes escreveram décadas (os evangelhos, Atos) ou até mesmo séculos (Gênesis, Crônicas) depois dos acontecimentos relatados, devemos levar em consideração a cultura tanto do acontecimento quanto do escritor.

O conhecimento do gênero do livro, quer seja história, poesia, profecia, visão, sabedoria, lamento, carta, ou sermão, é outra faceta importantíssima do contexto e da interpretação. Por exemplo, estudos de gênero nos ensinam a não equiparar os provérbios a promessas. Os provérbios destilam a verdade em declarações incisivas, mas não prometem que Deus garanta os resultados, como fazem as promessas. Do mesmo modo, um lamento documenta como um crente se entristeceu e sugere como podemos fazer o mesmo, mas nem todo lamento leva imediatamente a um ponto na teologia sistemática. Tecnicamente, cada gênero merece atenção especial, mas como existem em outros lugares excelentes introduções a questões de gênero, os próximos capítulos discutem apenas as narrativas, as passagens doutrinárias e os textos éticos. As discussões das narrativas e dos textos éticos possuem, cada uma, dois capítulos; o primeiro delineando um plano de ação, o segundo avaliando as questões teóricas que estão por trás delas.

Quando fiz inicialmente o esquema deste livro, a intenção era recapitular todo o processo da interpretação, uma vez que a aplicação habilidosa depende da interpretação habilidosa. Embora o tamanho do livro o proibisse, ainda creio que a habilidade com os contextos, na análise, na gramática e com o resto é essencial para haver profundidade e variedade na aplicação. Os treinadores de atletas gostam de dar "dicas de mestres". Com as dicas do mestre, se fizermos uma coisa certa, necessariamente evitamos uma gama de erros. Do mesmo modo, se dominarmos as diversas facetas do contexto, evitaremos uma série de erros e nos beneficiaremos com uma multidão de virtudes interpretativas que melhorarão de modo imensurável os nossos esforços na aplicação.

7

UM PLANO PARA A APLICAÇÃO DE NARRATIVA

Sempre que vamos à casa da vovó, as crianças correm em direção aos álbuns de fotografias, examinam os retratos e imploram: "Papai, conta uma história – conta de quando você era pequeno". As crianças amam histórias e uma história bem escolhida sobre quando éramos pequenos pode fazer mais para quebrar o domínio da cultura contemporânea do que três discursos sobre os males da presente era. As narrativas podem ser pedras de toque também para os adultos. A história de como vovô cuidou da vovó até ela sarar depois de uma longa doença, sabendo que isso lhe custaria o progresso profissional que ele almejava, pode orientar a vida de casado de seus herdeiros mais efetivamente do que uma centena de ordens sobre fidelidade.[1]

Os professores sabem que as histórias mexem com as pessoas – é por isso que eles estão constantemente em busca de ilustrações. Como é estranho que sejamos tão ansiosos por empregar histórias contemporâneas na nossa pregação e relutemos tanto em pregar sobre as histórias da Bíblia. Cerca de 35% da Bíblia é narrativa, mas uma pesquisa sobre modelos de sermões nos principais periódicos de pregação demonstrou apenas

1. Robert Roberts, "Virtues and Rules", *Philosophy and Phenomenological Research*, 51.2 (junho de 1991), p.328.

8% de exposição de uma narrativa bíblica.[2] As pessoas amam uma boa história, portanto, duvido que o problema esteja com os ouvintes. Por que os pastores preferem o discurso – epístolas, salmos e lei? Várias respostas vêm à mente:

- Problemas estruturais. A narrativa não se presta à pregação proposicional tradicional ou a resumos de três pontos.
- Comprimento. Como o comprimento das narrativas varia de alguns versículos (milagres curtos) até diversos capítulos (a rebeldia de Absalão), elas podem não se enquadrar nas idéias locais a respeito do tamanho certo do sermão.
- Familiaridade. As narrativas amadas são bastante conhecidas. Como dizer alguma coisa nova?
- Pedantismo. A pregação de narrativa pode afundar em explicações: "Para entender isso, você precisa conhecer o antigo costume israelita..." Ninguém quer um sermão que entre em lições de História ou fale sobre coisas tristes e distantes da nossa realidade ou sobre guerras de antigamente.

Porém, eu suspeito de um problema mais fundamental. Os professores hesitam em expor narrativas porque eles sabem o quanto pode dar errado na exposição e aplicação das mesmas. É possível, por exemplo, ignorar a própria natureza da narrativa e tratar as histórias como "caixas douradas onde se guardam as jóias da verdade".[3] Podemos nos apoderar de máximas doutrinárias douradas. Encontramos: "a Glória de Israel não mente, nem se arrepende, porquanto não é homem, para que se arrependa" (1Sm 15.29) e proclamamos a veracidade e imutabilidade de Deus. Lemos a declaração de Pedro: "não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos" (At 4.12) e entregamos uma men-

2. Meu assistente de pesquisa, Bryan Stewart, descobriu que 9 dos 114 sermões pesquisados (7,9%) expunham uma narrativa (a maioria usava uma narrativa topicamente). Em *Preaching*, três dos 39 sermões publicados desde julho de 1997 até junho de 1998 expunham uma narrativa bíblica. Em *Pulpit Digest*, seis dos 75 sermões publicados de janeiro a dezembro de 1998 expunham uma narrativa.
3. William How, em Edmund Clowney, *The Unfolding Mystery: Discovering Christ in the Old Testament* (Colorado Springs: NavPress, 1988), p.11.

sagem evangelística. Ou interpretamos de modo moralista, lendo Daniel 6 e insistindo que imitem a fé de Daniel. Verificando Gênesis 27 e 28, podemos declarar que os mentirosos sempre se metem em enrascadas, como aconteceu com Jacó. Nada disso está totalmente errado, claro, pois as narrativas bíblicas transmitem verdades morais e teológicas. Porém, é errado tratar as narrativas como se elas fossem *principalmente* repositórios dessas lições.

Por outro lado, podemos deixar que fique a história, mas alegorizar, moralizar ou espiritualizar os detalhes, solapando desse modo o ímpeto principal da narrativa. Há pouco tempo, ouvi um sermão que ilustra esse crime. Uma mensagem sobre missões apelava ao chamado de Jesus aos discípulos depois da grande pesca em Lucas 5.1-11. O pregador, líder cristão de boa reputação, fez seis pontos, relatando, explicando e aplicando cada acontecimento.

1. *Relato*: Jesus encontrou Pedro quando este lavava as redes (5.2). *Explicação*: Lavar e consertar as redes são os aspectos maçantes e repetitivos de ser pescador. *Aplicação*: Todos nós temos tarefas tediosas, repetitivas (lavar pratos, viajar até o local de trabalho). Mas Deus nos fala no meio dessa mesmice.
2. *Relato*: Jesus encontrou Pedro num momento de fracasso profissional; ele não conseguira peixes (5.2-5). *Explicação*: Até mesmo os pescadores nem sempre sabem onde se encontram os peixes. *Aplicação*: Todos nós fracassamos de vez em quando. Não tenha medo do fracasso. Nenhuma tentativa, nenhum lucro.
3. *Relato*: Pedro deixou que Jesus se sentasse no seu barco perto da margem, na água rasa, mas Jesus queria ir até as águas profundas (5.3-5). *Explicação*: Deixamos Jesus entrar no nosso barco, mas às vezes queremos permanecer na água rasa e segura perto da praia, na nossa zona de conforto. *Aplicação*: Quando Jesus dá a ordem de levar o barco para águas mais fundas, devemos atender. Temos de nos arriscar.
4. *Relato*: Jesus fez a Pedro o pedido irracional para jogar as redes (5.4). *Explicação*: Se a noite toda não havia peixes, como deveria haver peixes agora? *Aplicação*: Espere pedidos não razoáveis de seus chefes também.
5. *Relato*: Pedro foi para a água mais funda e lançou as redes (5.6). *Explicação*: Embora a ordem parecesse irracional, Pedro tinha disposição para aprender, era submisso. *Aplicação*: Devemos também estar dispostos a receber ensinamentos.

6. *Relato*: Quando os pescadores lançaram as redes, eles apanharam um grande número de peixes (5.6). *Explicação*: Pedro se arriscou e recebeu uma recompensa de alegria. Pedro aprendeu que Jesus é Senhor. *Aplicação*: Seja como Pedro; arrisque-se pelo Senhor. Seja um pescador de homens.

O modo agradável do pregador espalhava uma fina manta de plausibilidade sobre os comentários, e provavelmente ele cativou a imaginação dos que sofrem sob tarefas repetitivas e chefes irracionais, mas até mesmo um intérprete novato geme com essa técnica. O problema, como sabe qualquer pessoa que tenha sido forçada a servir como árbitro, é que é mais fácil criticar os erros dos outros do que fazer, você mesmo, o que é certo. Assim, vamos delinear um plano para a interpretação e aplicação das narrativas.[4] Mostraremos alguns defeitos do sermão precedente para explicar certos pontos.

Em Lucas 5, Jesus demonstra o poder, a onisciência e a bondade que fazem com que os discípulos confiem nele. Mas os primeiros cinco temas do sermão estão apenas relacionados superficialmente com o principal ponto do milagre. Arriscar-se, tédio e pedidos irracionais não são os interesses de Lucas. O sermão tirou lições morais de elementos da narrativa que estabeleciam o ponto principal, mas perdeu a própria lição principal. Certamente, corre-se riscos ao fazer discípulos, mas Lucas 5 nem insinua isso. Pelo contrário, ele faz o oposto, dados os poderes empregados por Jesus. Nos primeiros cinco pontos do sermão, a principal ação foi sempre de Pedro. Como a mensagem negligenciou o poder e a bondade de Jesus até a última fase, ele tornou-se antropocêntrico. Em última análise, ele dizia: "Faça isso para obter uma vida melhor. Faça isso para realizar alguma coisa para Deus". O sexto ponto toca na idéia principal, mas de modo ainda a focalizar Pedro – o que ele aprendeu sobre Jesus – mais do que em quem é Jesus. A mensagem estava baseada no homem e não em Deus.

Porém, a boa interpretação de uma narrativa bíblica sempre enfoca, em primeiro lugar, os atos de Deus. Deus é sempre o personagem principal, o

4. Sobre a interpretação da narrativa bíblica, ver, de Robert Alter, *The Art of Biblical Narrative* (Nova York: Basic Books, 1980); Mark Powell, *What is Narrative Criticism?* (Minneapolis: Fortress, 1990); Leland Ryken, *Words of Delight* (Grand Rapids: Baker, 1987). Eles enfatizam elementos da análise literária como cenário, enredo e caracterização.

ator principal, na narrativa bíblica. Na verdade, a Bíblia é um longo drama que começa quando Deus cria céus e terra e termina quando ele os restaura (Gn 1.1; Ap 21–22). Os capítulos no meio descrevem a atividade de Deus, a graça de Deus, o cumprimento dos seus propósitos; eles não focalizam a atividade humana ou os seres humanos estendendo as mãos para Deus. Na verdade, "a história da Escritura deixa implícito que a história de Deus avança apesar dos feitos do povo de Deus... tão freqüentemente quanto por meio desse povo". Por exemplo, Gênesis fala mais sobre Deus tratando de Abraão e Sara do que "o modo como Abraão e Sara se relacionam com Deus".[5] Ainda que um segmento omita a menção da mão de Deus, a obra maior torna claro o papel de Deus. 1 Samuel menciona Deus cerca de 400 vezes como juiz, libertador e diretor de Israel; será que alguém vai discutir se ele não aparece numa perícope? Assim, que os sermões enfoquem os atos e a auto-revelação de Deus.[6]

Depois de vermos claramente a obra de Deus, discernindo o modo como ela progride nos seus propósitos redentores, devemos considerar como homens e mulheres responderam a isso. Sabendo que os amigos e os inimigos de Deus têm respondido de modos semelhantes por todos os séculos, devemos ver sua obra pelos olhos dos discípulos, dos descrentes e dos que não tomavam partido. Poucos cristãos rejeitariam essa idéia, mas precisamos de métodos para facilitar uma interpretação teocêntrica.

OS INGREDIENTES BÁSICOS DA ANÁLISE DE NARRATIVA

Tipos de narrativa

Será útil, primeiramente, definir o que é narrativa. Os estudiosos distinguem três tipos de narrativa, cada qual devendo ser interpretada de modo diferente.

---

5. John Goldingay, *Models for Interpretation of Scripture* (Grand Rapids: Eerdmans, 1995), pp.56-58.
6. Goldingay menciona uma série de razões para crer que as narrativas bíblicas consideram Deus como o personagem principal: (1) A falta de inclinação para documentar os pensamentos das demais personagens das narrativas, a indefinição quanto aos seus desígnios, tirando a ênfase deles e deixando espaço para Deus. (2) O Novo Testamento reluta em usar o Antigo Testamento como exemplos a serem evitados, em parte porque sabe que os exemplos na verdade não serão evitados. (3) Muitas vezes é difícil saber se o que as pessoas fazem está certo ou errado; se o propósito da narrativa fosse dar exemplos morais, isso estaria mais claro. Ver Goldingay, *Models*, pp.41,56-61.

1. *Drama* é o relato narrativo com comprimento e detalhes suficientes que cria personagens vívidos e tensão dramática à medida que a história se desdobra e se move em direção a uma solução. Dramas bíblicos incluem o quase sacrifício de Isaque (Gn 22), a vitória de Gideão sobre Midiã (Jz 6–7), a libertação dos amigos de Daniel da fornalha ardente (Dn 3) e a ressurreição de Lázaro (Jo 11).[7]

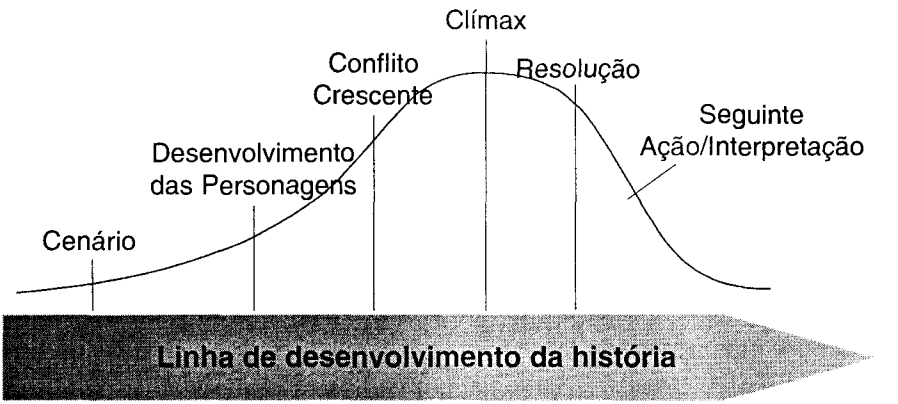
2. *Relatos* são breves exposições de acontecimentos como batalhas, projetos de construção, sonhos ou reinados de reis de menor importância. Os relatos descrevem acontecimentos simples e não possuem plena caracterização e tensão dramática. Por si mesmo, um relato pode revelar pouco, mas tomados juntos, uma série de relatos fala muito sobre as obras de Deus. Por exemplo, talvez perguntemos sobre o significado dos relatos da atividade de cavar poços de Isaque (Gn 26.15-32). Porém, quando notamos que por três vezes ele perdeu poços (vs.15,19-22), mas permaneceu na região, conforme Deus ordenara (26.3), em seguida cavou mais duas cisternas, que finalmente manteve, vemos essa atividade de cavar como obediência às promessas e aos mandamentos da aliança, bem como perseverança. Surge um modelo: Deus ordena e promete, Isaque persevera, e Deus reafirma a promessa (26.24).

3. Nas *histórias contadas* o principal acontecimento é um discurso feito dentro de um contexto histórico. Vemos histórias contadas quando os apóstolos pregam seus sermões ou se defendem nos tribunais (At 2, 3, 13, 24–26), quando profetas se apresentam perante reis (Is 7, Am 7) e quando Jesus explica detalhadamente seus milagres, especialmente em João (5, 6, 11). Uma história contada é um gênero híbrido que pode não se adequar bem à análise da narrativa. Aqui não existe substituto para um juízo maduro, pois as histórias muitas vezes caem na divisa entre o drama e as histórias contadas. Por exemplo, nos evangelhos, Jesus pode ressaltar um milagre com uma lição sucinta.[8] Porém, o discurso muitas vezes domina a passagem de modo que é melhor estudá-lo como instrução doutrinária ou ética.[9]

---

7. Focalizaremos dramas porque fazem mais para promover a história da redenção do que os simples relatos e porque as histórias contadas muitas vezes se adaptam melhor à análise do discurso.
8. Os estudiosos às vezes chamam estas de "histórias de pronunciamento".
9. Ver Daniel M. Doriani, *Getting the Message* (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed, 1996), cap. 6.

FIG. 14
SEIS FASES NA NARRATIVA DRAMÁTICA



As fases de um drama

O objetivo principal da análise da narrativa é discernir a atividade de Deus na salvação. Em seguida, observamos as respostas dos fiéis e dos infiéis. O mestre apresenta a obra de Deus para que vejamos primeiro o que Deus fez e, em seguida, consideramos como os filhos de Deus e o mundo responderam a ele. Curtos como são, os dramas bíblicos exibem as mesmas seis fases de todos os dramas (fig. 14). As seis fases levam o pregador ao ponto principal da narrativa: a lição centralizada em Deus.

1. *Preparar o palco.* Examine os contextos literário e cultural do drama.[10] Primeiro, tome nota do local da história no seu contexto literário, ou seja, na narrativa do livro em que aparece. Segundo, tome nota do tempo e do lugar da história. Determine o espírito da época e seu lugar na história redentora. Quanta revelação tem o povo? Quais as questões prementes da época?

2. *Desenvolvimento das personagens.* Faça uma lista de todas as personagens, declarando o que é conhecido de sua história, seus interesses e seus motivos, quer da Escritura, quer de fontes externas. Procure uma pessoa ou um grupo que crê e procure também alguém que seja descrente ou (aparentemente) não tenha compromisso. Espere conhecer as caracte-

10. Ver Doriani, *Getting the Message,* capítulos 3 e 4.

rísticas das personagens mais a partir das suas palavras e dos seus feitos do que pelos comentários do narrador.

3. *Conflito.* A narrativa começa a se mover quando surge um problema, quer seja uma necessidade física, uma busca espiritual ou uma ameaça militar. Os conflitos geralmente passam por diversas fases à medida que os acontecimentos se desenvolvem progressivamente em direção à conclusão.

4. *A crise ou o clímax.* No momento de maior tensão, nós prendemos a respiração e perguntamos: "O que acontece agora?" Quando Abraão ergue a faca, quando Davi corre em direção a Golias, quando Elias manda descer fogo do céu, chegamos ao clímax. Aqui temos de suspender o nosso conhecimento. Sabemos como cada história acaba – já as ouvimos tantas vezes! Mas as personagens da história não sabem. Elas são "cegas quanto ao futuro" e devemos fazer de conta que é assim se queremos reviver o poder da narrativa bíblica.

5. *Resolução.* Se, no clímax da história as testemunhas do acontecimento prendem o fôlego, a resolução permite que elas respirem. Quando Abraão poupa o filho, Davi mata o inimigo, ou fogo cai do céu, temos uma resolução. Respiramos aliviados quando vemos que Deus poupou Isaque, venceu Golias, mandou fogo do céu.

6. *Ações ou ditos seguintes.* Na relação entre o clímax e a resolução, geralmente encontramos o ponto principal da história, o ato de Deus. Porém, o ponto principal pode se esconder. Nesse caso, ajuda quando procuramos por uma palavra de Deus, de uma personagem do drama, ou do narrador, que vem imediatamente antes ou depois do acontecimento principal e explica o seu significado. No caso do quase-sacrifício de Isaque, ouvimos duas vezes que o Senhor proverá (Gn 22.8,14). Porém, as pessoas podem entender os acontecimentos de modo errado. Elas atribuíram o poder de Jesus aos demônios (Mt 12.24) e a picada da cobra do naufragado Paulo à perseguição de um criminoso pela deusa Justiça (At 28.3-6).

A proficiência em demarcar as seis fases de um drama exige prática, pois as narrativas bíblicas ora saltam fases, têm clímax duplo ou histórias dentro das histórias, ou saem de outro modo da normalidade. Além disso, os autores desenvolvem os seus próprios estilos. O Livro de Atos tem diversas histórias contadas que podem ser classificadas entre a narrativa e o discurso; 2 Reis apresenta relatos sucintos e altos dramas. As narrativas do Pentateuco, de Juízes e de Samuel muitas vezes se espalham por

diversos capítulos, enquanto os sinóticos usam histórias curtas e profundas. Mas qualquer que seja o livro, os professores devem buscar o ponto principal na ligação entre clímax e resolução e nos ditos seguintes.

Os fundamentos para a aplicação de narrativa

Mais uma vez, na exposição da narrativa, a principal responsabilidade é descobrir como Deus realiza a salvação e se revela. Aqui o pregador tem de aceitar o aspecto repetitivo da pregação centrada em Deus. O professor tem de ousar ser maçante. Ou seja, ele tem de destronar os semideuses da inovação e da novidade e não se cansar jamais de proclamar o que é central – o amor, a graça e a santidade de Deus, recontados com novidade e convicção.

É claro, não podemos repetir sem fim as mesmas poucas idéias. Primeiro, as formas da necessidade humana variam muito, como varia a graça que vem ao encontro dessas necessidades. Segundo, existe diversidade na resposta das pessoas a Deus. Homens e mulheres que originalmente testemunharam os atos de Deus demonstraram as mesmas dúvidas, a negação e a ira que o descrente mostra até hoje. Mesmo entre os fiéis, existe variedade: a fé pode ser fraca ou forte, tímida ou indomável.

Para multiplicar as aplicações, em primeiro lugar faça uma lista de todas as personagens da história e veja o episódio pelos olhos de cada uma. Procure pelo seguinte:

- Deus ou o seu agente realizando um aspecto da redenção.
- crentes demonstrando respostas fiéis a Deus ou as falhas comuns aos filhos de Deus.
- descrentes manifestando um ou mais caminhos de rebeldia.
- partes neutras exemplificando como as pessoas vacilam e deixam as decisões para depois.

Em geral, o professor tem um pressentimento preliminar sobre o rumo em que vai a aplicação de uma mensagem. Mas temos de ser pacientes e estabelecer primeiramente o ponto principal, centrado em Deus. Depois, podemos determinar se as idéias secundárias propostas, tiradas do modo como as personagens humanas respondem a Deus, verdadeiramente desenvolvem a idéia principal ou fogem dela. Quando o professor enfoca as próprias personagens humanas, inevitavelmente vai para lições moralis-

tas. Porém, um foco em Deus e nas respostas humanas a ele pode revivificar até mesmo as narrativas mais conhecidas, como a história de Davi e Golias e a dos magos.

EXEMPLOS ESPECÍFICOS DE ANÁLISE DE NARRATIVA

Davi e Golias

Infelizmente, é necessário apresentar a história de Davi e Golias com uma palavra de cautela, pois muitas vezes ela sofre abusos. Inúmeros sermões reduzem Davi a um exemplo moral: "Seja corajoso e lute contra seus gigantes como Davi". Na Escola Dominical, as crianças aprendem que até mesmo os pequeninos podem fazer grandes coisas, se Deus estiver com eles. Mas mesmo adultos bem-informados perdem alguns aspectos da narrativa.[11]

Tanto 1 quanto 2 Samuel identificam Davi como o rei guerreiro de Israel (1Sm 16.18), a quem Deus deu força e vitória (1Sm 2.10; 2Sm 22.51). Sabendo disso, e com olhos mais sensíveis à batalha do que às outras questões, identificamos a declaração de Davi: "Do Senhor é a guerra" (1Sm 17.47) como tema do episódio. Isso é válido porque a declaração aparece no clímax da narrativa, quando Davi avança para matar o gigante. Deus salva, liberta Israel de uma grande invasão. Porém, há mais.

O contexto revela o jovem Davi como ungido do Senhor (1Sm 16) a quem ele agora apresenta a Israel.[12] Davi, o futuro rei, escolhido em vez do alto e magnífico Eliabe, é um homem segundo o coração de Deus (16.13). Como Jônatas (14.1-15), ele desperta a fé em Israel e demonstra o que Deus pode realizar por meio de um servo fiel.[13]

A narrativa enfoca Deus, mas cria caminhos para a relevância quando vista pelos olhos dos que crêem (Davi), descrentes (Golias, os filisteus) e partidos supostamente neutros (Saul, os israelitas, os irmãos de Davi).

---

11. Quase todos os comentaristas notam o tema da honra de Deus, mas nenhum faz disso o foco principal.
12. Davi tem idade suficiente para matar animais ferozes (17.36) e ser o escudeiro de Saul (16.21), mas aparentemente ainda não tem 20 anos, a idade para ingressar no exército de Israel (Nm 1.3; 26.2).
13. Robert Bergen, *1, 2 Samuel* (Nashville: Broadman & Holman, 1996), pp.187,194; S. G. De Graaf, *Promise and Deliverance,* trad. por H. E. Runner (Phillipsburg, N.J.: Presb and Reformed, 1977), p.112.

Em 1 Samuel 17.1-25, os filisteus invadiram Judá, adentrando profundamente o seu território até que um exército israelita vem ao encontro deles e cria um impasse militar. Golias, um gigante, oferece-se para resolver o conflito com uma luta entre dois campeões, e debocha diariamente dos israelitas assustados. Saul e seu exército parecem espectadores neutros, mas a sua falta de ação demonstra a falta de fé. Os israelitas são exército de Deus, e Saul, o seu ungido; no entanto, eles nada fazem, enquanto um pagão os envergonha e debocha do seu Deus. Faltando-lhes o zelo e a fé de Davi, eles não conseguem ver a situação como Deus vê. Com sabedoria mundana, temem e perguntam quem ousaria lutar contra o gigante (v.25).

Deus leva Davi ao acampamento exatamente no momento do deboche de Golias (v.23). Ele chega, escuta e se enfurece contra "esse incircunciso filisteu" que desonra Israel, "afrontando os exércitos do Deus vivo" e lançando vergonha sobre eles (vs.10,26,36).[14] Davi reconhece a afronta contra Deus e se oferece para lutar contra o gigante em nome do Senhor que fora desonrado (vs.32,45). Como os outros israelitas tinham perdido a visão da honra de Deus, eles não conseguem entender a motivação de Davi de lutar (vs.28-37).[15] Eliabe, irmão mais velho de Davi, o acusa de vir para ver sangue (vs.28-30), mas nós ouvimos a inveja entre irmãos – um tema antigo, preparado pelo capítulo anterior (16.6,7).[16]

Relatos sobre a determinação de Davi chegam até a Saul, que manda investigar. Ele hesita em deixar que Davi tente uma missão aparentemente suicida (17.31-33), mas não por muito tempo (17.37,38). Armado apenas com um bastão e uma funda contra um gigante totalmente armado e vestindo uma armadura, Davi vai em frente (v.40).[17]

O relato do conflito verbal que antecede a batalha é maior que o próprio conflito. Golias insulta o seu belo inimigo, amaldiçoando-o pelos

14. O hebraico *hrp* pode significar "desafiar, zombar ou lançar vergonha sobre". Ver John Hartley, "hrp" em *New International Dictionary of Old Testament Theology and Exegesis*, org. por William A. VanGemeren, 5 vols. (Grand Rapids: Zondervan, 1997), 2.281-282; ver também Bergen, *1,2 Samuel*, p.190.

15. Davi tem um interesse secundário pelas recompensas (v.26). Isso foi para estabelecer o subseqüente repúdio, por Saul, da recompensa? Ou prepara para um egoísmo muito mais mortal no nosso herói (2Sm 11)?

16. O tema de "ciúme do irmão mais velho" no Antigo Testamento inclui Caim e Abel, Jacó e Esaú e José e seus irmãos em Gênesis 4, 27 e 37, respectivamente.

17. A armadura de escamas pesava 63 quilos, a ponta de sua lança, 7 quilos.

deuses dos filisteus e prometendo alimentar as aves de rapina com o seu cadáver envergonhado (vs.43,44).[18] Porém, as zombarias do gigante não se equiparam aos insultos inspirados de Davi (vs.45-47):

> Tu vens contra mim com espada, e com lança, e com escudo; eu, porém, vou contra ti em nome do SENHOR dos Exércitos, o Deus dos exércitos de Israel, a quem tens afrontado. Hoje mesmo, o SENHOR te entregará nas minhas mãos; ferir-te-ei, tirar-te-ei a cabeça e os cadáveres do arraial dos filisteus darei, hoje mesmo, às aves dos céus e às bestas-feras da terra; e toda a terra saberá que há Deus em Israel. Saberá toda esta multidão que o SENHOR salva, não com espada, nem com lança; porque do SENHOR é a guerra, e ele vos entregará nas nossas mãos.

Sabemos agora que a batalha entre Davi e Golias é uma competição entre deuses. Se Davi derrubar Golias, seu Senhor é vindicado. Se não...

A batalha em si é quase anticlimática. Davi corre, põe a mão na sacola, pega a funda e ataca antes de o gigante se mexer. Golias está morto e de cara no chão num tempo de leitura de 20 segundos.

Os sermões que fogem ao louvor moralizador de Davi, culpando Saul, se prendem à declaração: "Do SENHOR é a guerra".[19] Essa exclamação contém a idéia principal. Mas há mais. Observe a proeminência da honra de Deus no começo (v.10), o ponto decisivo (vs.23-26) e o clímax do drama (vs.45,46). Golias insulta a honra de Israel, o exército de Deus e, desse modo, a honra do próprio Deus. Ninguém se levanta em defesa de Deus – nem o régio Saul, o ungido, nem o impressionante Eliabe. Ninguém se mexe até a chegada de Davi.

A coragem de Davi não é acidental. Ele já conhece Deus como seu libertador (vs.34-37). Ele já foi ungido como rei. O amor a Deus e à honra dele dão a Davi o discernimento que o enche de indignação ao ouvir a ofensa de Golias contra Deus.[20] A narrativa é, portanto, teocêntrica.

---

18. Morrer e não ser enterrado era quase que a pior de todas as desgraças.
19. Os poemas que abrem e fecham o livro de Samuel declaram os principais temas (1Sm 2; 2Sm 22–23). Ana diz: "ele guarda os pés dos seus santos... o homem não prevalece pela força... Os que contendem com o SENHOR são quebrantados... dá força ao seu rei e exalta o poder do seu ungido" (1Sm 2.9,10). Davi canta: "O SENHOR é a minha rocha, a minha cidadela, o meu libertador... de força me cingiste para o combate" (2Sm 22.2,40).
20. Ver Bruce Malina, *The New Testament World: Insights from Cultural Anthropology* (Filadélfia: Westminster/John Knox, 1981), pp.25-50, em esp. pp.37-39.

Deus levantou um rei-servo zeloso, ungido. Deus o levou para a linha de batalha no momento certo. Deus o inspirou a ver a questão como era realmente, e deu a ele capacidade para vencer o inimigo. Assim, Deus defendeu a sua honra e fez voltar atrás o exército invasor.

Esses pontos formam o fundamento do primeiro conjunto de aplicações de 1 Samuel 17. Essa narrativa nos instrui a conhecer Deus, a honrá-lo e a confiar nele, que deu força a Davi para vencer o inimigo e defender a sua dignidade. ***Aplicação 1*:** Espere que Deus defenda a sua honra. Ele diz: "aos que me honram, honrarei, porém os que me desprezam serão desmerecidos" (1Sm 2.30), e ele cumpre as suas palavras.

Além da lição sobre a honra de Deus, vemos o seu poder redentor. A vitória de Davi é significativa em si, pois impediu uma invasão que alcançava todo o Israel. Davi venceu forças determinadas a destruir o povo de Deus. Sua ação preservou a integridade da nação. A sobrevivência de Davi da batalha também é importante. Como ungido de Deus, ele arriscou a vida para salvar o seu povo. ***Aplicação 2***: Saiba que Deus sempre protege e defende o seu povo. Na vitória, Davi prefigura a vitória de Cristo sobre Satanás.[21] O zelo pela honra de Deus consome tanto Davi quanto Jesus. Ambos libertam o povo de Deus de um inimigo destruidor. Ambos partem de uma posição de fraqueza. Ambos demonstram o poder de Deus.

O heroísmo de Davi suscita diversas respostas, como sempre ocorre com Deus e seus agentes. De Eliabe vem o ceticismo, de Saul, suspeita, de Jônatas, aceitação cheia de amor (1Sm 18.1-4). Os atos de Deus suscitam as mesmas respostas até o dia de hoje. A base da ***Aplicação 3*:** A obra redentora de Deus conduz alguns à fé e deixa outros na descrença.

Deus é o personagem central de 1 Samuel 17; as personagens subsidiárias saem dele. Davi é um crente ativo. Golias e os filisteus são incrédulos. Chamar Saul e seu exército de neutros seria generosidade. Eles são covardes, especialmente Saul, que é rei ungido e o homem mais alto e bem armado de todos.

O pregador pode admoestar contra o comportamento semelhante à inatividade do exército, a inveja de Eliabe e a covardia de Saul? Depende

21. Davi jamais é chamado de tipo de Cristo no Novo Testamento, e os livros de Samuel não contêm nenhuma expectativa explícita de que um regente futuro da linha de Davi restauraria a sua casa. No entanto, (1) Davi é ungido como (2) o maior rei; contudo, (3) ele é um pecador cheio de defeitos que necessita de um redentor. (4) Davi é um dos poucos que, como Jesus, funcionou em mais de um ofício, como rei e profeta. (5) Os evangelhos chamam Jesus de "o Filho de Davi".

de como isso é feito. Se simplesmente dissermos: "Não fique parado quando é necessário agir", ou: "Não tenha inveja dos seus irmãos", ou: "Não deixe que outros se ofereçam para cumprir as suas responsabilidades mais duras", estaremos moralizando, focando os homens em si mesmos. Esses pontos não são falsos tanto quanto lhes carecem raízes; são flores cortadas que murcham e morrem. Temos de chegar à raiz da questão. ***Aplicação 4:*** A descrença gera inatividade culpável e covardia em todos os agentes israelitas com a exceção de Davi. Ela congela Saul e o exército. Permite que Eliabe critique injustamente Davi por sua gana de sangue (v.28), e impele Saul a se preocupar com a falta de armadura de Davi (vs.33-40). A infidelidade os impede de perceber que a guerra é do Senhor. As falhas de Saul, Eliabe e o exército ilustram as conseqüências da incredulidade. A inatividade deles prova que a neutralidade para com Deus não é uma opção autêntica. Somos por Deus ou contra ele.

Davi é o único crente ativo nessa história, mas ele é mais que um exemplo de coragem. Samuel destaca pontos mais profundos: Deus é guerreiro, protetor do seu povo. Ele chama, unge e prepara os agentes para libertá-los.

Porém, há um tema mais sutil no papel de Davi. Em primeiro lugar, observe que a morte de Golias não é sua única motivação. Ele não se oferece dizendo: "Acredito que eu possa vencer o gigante". Davi *sabe* que pode e o fará para defender a honra de Deus e remover a desgraça de Israel. Abusamos da narrativa se dissermos que os crentes devem lutar contra gigantes como fez Davi. O cântico insípido das mulheres de Israel (18.6-9) mostra que louvar o homem é perder de vista o ponto principal. Em vez disso, devemos perguntar o que motiva Davi e ver que a sua visão é implacavelmente teocêntrica. Seu zelo por Deus libera a coragem.[22] Ele anseia por remover a desgraça de Israel porque o mundo deve saber que existe Deus em Israel. Ele luta em nome de Deus, na força de Deus, pela honra de Deus (17.45-47). Davi o explica no Salmo 69:

> ... tenho suportado afrontas por amor de ti...
> Tornei-me estranho a meus irmãos...
> Pois o zelo da tua casa me consumiu,
> e as injúrias dos que te ultrajam caem sobre mim (vs.7-9).

22. Significativamente, a linguagem de coragem, bravura, valor e heroísmo nunca aparece na narrativa.

Zelo pela honra de Deus é a configuração da fé em 1 Samuel 17. A catapulta da história é o desafio do gigante contra essa honra e a incapacidade de Israel de defendê-la. A promessa de Saul de dar a sua filha em casamento e de desobrigar dos impostos não moveu ninguém, porque, aparentemente, os soldados sabiam que homens mortos não pagam impostos. Mas o discernimento levou Davi a revirar a pergunta na sua mente. "Quem ousa lutar contra o gigante?" passou a ser: "Quem é, pois, esse incircunciso filisteu, para afrontar os exércitos do Deus vivo?" (v.26).

Observe o tema do desafio. O filisteu diz: "Hoje, afronto as tropas de Israel" (v.10). Davi chega quando Golias grita "as mesmas coisas que antes falara" (v.23). Os israelitas dizem: "ele subiu para afrontar Israel" (v.25). Davi pergunta quem é Golias para "afrontar os exércitos do Deus vivo" (v.26) e anuncia a Saul e a Golias que o gigante deve morrer por ter afrontado a Deus (vs.36,45,46). Tanto a repetição do termo quanto o seu uso no diálogo central destacam a sua importância.[23] O insulto de Golias combina com o olho de Davi pela honra do Senhor para despertar Davi.

***Aplicação 5*:** O zelo de Davi em guardar a dignidade de Deus nos prova. O que desperta a nossa paixão? O que nos incita à ira? Ficamos ofendidos com pequenas críticas ou atos de falta de respeito. Ficamos zangados com pessoas que nos cortam no trânsito ou passam no sinal amarelo que já está bem vermelho. Somos rápidos em nos irar com ofensas pessoais, mas ficamos calmos quanto a ofensas ao nome e à santidade de Deus. Dizemos: "O que se pode esperar de pecadores?" Porém, existe lugar para a indignação quanto ao pecado. "... aborreço o proceder dos que se desviam... Manhã após manhã, destruirei todos os ímpios da terra" (Sl 101.3,8). Há lugar para a tristeza pelo pecado: "Torrentes de água nascem dos meus olhos, porque os homens não guardam a tua lei" (Sl 119.136).

Certa vez, eu jogava basquete no ginásio de uma faculdade cristã quando dois rapazes de fora se convidaram para entrar no nosso jogo. Estávamos dispostos a aceitá-los, mas logo, ao contrário do nosso código de conduta, eles começaram a usar linguagem obscena e blasfema sempre que cometiam um erro. Os cristãos ficaram inquietos, mas ninguém disse nada até que, depois de ouvir um xingamento extraordinário, o homem responsável pelo jogo parou e disse: "Escutem aqui, vocês podem dizer

23. Alter, *Art of Biblical Narrative*, p.69ss.

e podem dizer @@@ e também ***. Eu não ligo, é só falta de educação. Mas, ou vocês param de usar o nome do meu Senhor em vão ou saiam da quadra!" Não estou certo se foi a veemência ou a raridade do que ele disse o que mais me impressionou, mas nesse dia nós fomos testemunhas de zelo pela honra de Deus.

Vamos fazer uma pausa para revisar os passos para explicar a história. Primeiro, identificamos o ponto principal e teocêntrico. Observamos o contexto literário (Davi é ungido) e o texto histórico (a importância política do conflito). Usamos métodos padrão de análise do drama. A leitura repetida chamou a atenção para o destaque da honra de Deus em pontos-chave.

Segundo, ao ver o zelo pela honra de Deus como o impulso especial dessa história de fé, podemos levar ao foco os dados exegéticos de 17.26-28.[24] A percepção de Davi de que a pergunta não é: "Quem ousa lutar contra o gigante", mas: "Quem esse filisteu acha que é...?" não parece mais ser um lance de intuição que não se repete. Ela tem uma origem – o zelo pela honra de Deus. Nossa ênfase sobre a honra também faz mais sentido no momento em que Eliabe rebaixa Davi. Sabemos que não podemos fazer disso uma história de cautela a respeito da rivalidade entre irmãos (não era essa a preocupação de Samuel). Eliabe mostra que a pessoa que perde a visão da honra de Deus pode cair numa preocupação exagerada com a sua própria honra. Do mesmo modo, a entrevista com Saul demonstra as conseqüências da sua infidelidade, mas também a sua falta de interesse em proteger o povo e o nome de Deus. Esses temas chegam à raiz do pecado e oferecem material para uma aplicação relevante que ultrapassa em muito a lista do que fazer e do que não fazer.

Terceiro, agora podemos relacionar a história ao material teórico dos capítulos anteriores. Quanto à fonte da aplicação (cap. 4), essa passagem é principalmente uma narrativa de atos redentores e exemplares, mas existe também instrução na doutrina da fé e honra de Deus. Quanto às quatro perguntas feitas pelas pessoas, hesitamos em ler a passagem como um chamado

24. Acadêmicos críticos que duvidam de tudo no relato, exceto talvez a idéia de que Davi tivesse matado um guerreiro filisteu, são pressionados a explicar por que o narrador acrescentou essas idéias à história. O crítico tende a explicar esses detalhes em termos do surgimento de Davi como rei. Tipicamente, a amargura de Eliabe prova que Davi era o único rei apto da linha de Jessé e a covardia de Saul mostra por que a sua linha foi rejeitada. Ver P. Kyle McCarter, *1 Samuel* (Nova York: Doubleday, 1980), pp.296,297.

ao dever de agir como Davi. A vitória de Davi repousa sobre o seu caráter, sua ousadia dada por Deus e sua fidelidade a Deus. Davi tinha também um objetivo: remover a vergonha de Deus. Finalmente, Davi discerniu que as suas vitórias anteriores sobre os animais ferozes eram sinal do cuidado de Deus e que a campanha dos filisteus era um ataque ao Senhor.

A adoração dos magos

Nosso segundo exemplo será mais curto e desenvolverá a técnica de observar as respostas de diversas testemunhas dos atos de Deus. Em Mateus 2.1-12, Deus age anunciando o nascimento de Cristo. Ele cumpre a promessa: "Eis que vêm dias, diz o SENHOR, em que levantarei a Davi um Renovo justo; e, rei que é, reinará, e agirá sabiamente" (Jr 23.5). Esse servo "trará de volta os de Israel a quem [Deus] guardou" e será "luz para os gentios" que leva a "salvação até à extremidade da terra" (Is 49.6). Quatro personagens no drama respondem ao anúncio: Herodes, toda Jerusalém, um grupo de sacerdotes e mestres, e os magos.

Primeiro, vemos *a ira de Herodes*, que tenta matar o verdadeiro rei de Israel assassinando os bebês do sexo masculino de Belém. Esse ato o torna inimigo de Deus, um anti-rei, um anticristo, que quer fazer a obra de Satanás por ele. Herodes ilustra também a estultícia da maldade. Ele ouve o oráculo correspondente à profecia, de que nasceu o rei dos judeus. Se Herodes acredita que isso é verdade, por que acha que pode matar o Messias de Deus? Mas se acha que é falso, por que se preocupar em matar os bebês? Tanto o assassinato quanto a loucura tipificam os inimigos de Deus. Contudo, o Pai protege o Filho e sua aliança de salvação, enviando aos magos um sonho oportuno.

Pouquíssimos são tão odiosos quanto Herodes, mas existem outros tipos de respostas malsucedidas. Em segundo lugar, observamos *a ansiedade de Jerusalém*. Quando os cidadãos de Jerusalém ouvem o relato dos magos, eles se perturbam, pois sabem que a inquietação de Herodes poderá significar dor para eles. Não há, no entanto, desejo de investigar se na verdade este é o nascimento do Messias de Deus. Eles só perguntam se a notícia vai trazer prejuízo a eles. Alarmados, nada fazem. Permanece ainda hoje uma classe de seres humanos cuja preocupação com as coisas espirituais vai só até o ponto de indagar se as notícias de Jesus podem, de alguma forma, interferir com a vida deles.

Terceiro, vemos *a apatia dos principais sacerdotes e mestres da lei.* Ao ouvir o relato dos magos, Herodes tentou evitar ser enganado interrogando esses dois grupos antagônicos de especialistas judaicos sobre o lugar de nascimento de Jesus. Eles respondem bem, citando com exatidão Miquéias. Sua fórmula elegante de citação: "Assim foi escrito por meio do profeta" evoca a origem divina e agência humana da profecia. No entanto, surpreendentemente, não vemos mais esses líderes. Eles esperavam o Messias e ouviram um relato promissor, mas se satisfazem em citar a Escritura e nada fazer. Contentando-se com o seu conhecimento de especialistas, eles não louvam a Deus nem se juntam aos magos para adorar o Messias. Sua inércia inicial mais tarde torna-se oposição agressiva. Hoje, ninguém se encontra exatamente na posição dos sacerdotes e mestres; no entanto, muitos descansam contentes com seus conhecimentos, como se a informação a respeito de Deus pudesse substituir o culto a ele.

Na *adoração dos magos*, vemos Deus cumprindo o seu propósito de trazer as nações para si: "As nações se encaminham para a tua luz, e os reis, para o resplendor que te nasceu" (Is 60.3). O surpreendente amor de Deus pelos gentios é um tema importante em Mateus, e na sua resposta fiel à revelação visual de Deus vemos as primícias de sua colheita. Surpreendentemente, os magos sabiam menos que outros, mas agiram plenamente sobre o pouco que sabiam. Deixando seus lares e suas famílias, eles começaram uma dura jornada por terras estranhas, seguindo a estrela durante um ano ou mais.[25] Alguns exploram o possível valor simbólico dos presentes dos magos, mas o que quer que fosse o que Mateus e os magos pensassem, eles trouxeram presentes valiosos dignos de um rei: ouro, o metal da realeza, incenso e mirra, especiarias e perfumes que hoje valeriam milhares de dólares. Na linguagem de hoje, eles não foram com alumínio, perfume barato e uma velha caminhonete, mas ouro (ainda hoje), um sistema áudio-visual completo para o lar e um carro de luxo.

Ao observar essas quatro respostas ao nascimento de Cristo, o leitor precisa delinear o seu próprio curso. Mateus propõe os magos, não Herodes

25. Os cenários tradicionais dos presépios podem dar uma idéia errada. Os magos não estavam presentes na manjedoura (Devemos colocar os nossos magos na outra extremidade da sala de estar?). Quando eles chegaram, Jesus estava numa casa (Mt 2.11). Se nem mesmo Herodes mataria criancinhas sem razão, a matança dos inocentes até a idade de 2 anos deixa implícito que os magos haviam seguido a estrela durante algum tempo (2.7).

ou os judeus indiferentes, como modelo de fé, e eles o são. Eles sabiam pouco; sabiam que um rei dos judeus havia nascido e mal entendiam isso. No entanto, agiram sobre isso até o fim. Gastaram tempo e dinheiro e seguiram a estrela que os conduziu até Jesus. Adoraram, deram-lhe presentes caros, as coisas de suas cortes reais, a carga de sua vida. Eles não deram nada que não tivesse custado alguma coisa a eles. Os que tomam Cristo como rei não devem fazer menos que isso.

Revisando: primeiro, declaramos em breves palavras a ação de Deus. Em segundo lugar, identificamos os diversos tipos de resposta a essa ação: Herodes descrente, os magos crentes e duas respostas desanimadoras, no entanto tecnicamente sem compromissos. Terceiro, enquanto examinamos as facetas da crença, da descrença e da neutralidade exibidas no texto, procuramos evitar uma declaração simplista: "Seja como X, não seja como Y". Apresentamos, em vez disso, a ira e a adoração como atitudes que representem todo o espectro de respostas possíveis para com Deus. Quarto, procuramos explicar os motivos sem entrar em conjeturas psicológicas sem base. Por essa razão, evitamos a tentação de fazer especulações sobre o valor simbólico do incenso e da mirra, ou adivinhar os sentimentos dos magos quando adoraram e deram presentes ao novo rei.

Os milagres de Jesus

O leitor deve julgar se os nossos dois exemplos ilustraram com sucesso modos de encontrar relevância nas narrativas. Precisamos agora adiantar-nos para um desafio maior: os milagres de Jesus. Nós os escolhemos porque, por mais dramáticos que sejam, parecem apresentar um problema por ressaltar os mesmos pontos repetidamente. Eles estão centrados em Cristo, mas nós devemos dizer repetida e simplesmente: "Creia nele"? Antes de responder, considere o que os milagres enfatizam:

1. *Jesus é Senhor e Deus* – Senhor dos homens e da natureza, sobre o pecado e a doença, Senhor de judeus e gentios, ricos e pobres, homens e mulheres. Nada excede o seu alcance – ele cura a doença e repreende a própria morte. Os demônios não podem resistir a ele. Ele dá ordens à natureza e ela obedece. Sua autoridade compele as testemunhas a contemplá-lo. Ele alimenta 5 mil pessoas e eles exclamam: "Este é, verdadeiramente, o profeta que devia vir ao mundo!" (Jo 6.14). Ele acalma as tempestades e os apóstolos perguntam: "Quem é este que até aos ventos e

às ondas repreende, e lhe obedecem?" (Lc 8.25; Mt 14.33). As pessoas perguntam: "Quando vier o Cristo, fará, porventura, maiores sinais do que este homem tem feito?" (Jo 7.31).

2. *Jesus restaura todas as coisas.* Revertendo temporariamente os efeitos da maldição, os milagres prefiguram a condição final da criação – liberdade da escravidão da decadência, liberdade para ser um ambiente supra-edênico para a humanidade madura. Os milagres são escatológicos: eles antevêem a condição certa e futura da humanidade, livre do pecado e de suas conseqüências, como a morte e a doença. Nós nos alegraremos para sempre no que os milagres concedem por apenas um certo tempo. Desse modo, os milagres desvendam o alcance da obra redentora de Jesus.[26]

3. *Jesus é compassivo.* Os evangelhos explicam a motivação de Jesus em termos de compaixão e misericórdia. A compaixão o leva a curar as multidões (Mt 9.36; 14.14), alimentar 4 mil seguidores famintos (15.32), restaurar a visão ao cego (20.34). Não parece ter havido premeditação para alguns milagres – ele simplesmente via uma necessidade e agia de acordo. Quando passou a procissão fúnebre do filho único da viúva, ele sabia o que significava essa morte. Movido pela compaixão, ressuscitou o rapaz (Lc 7.11-17).[27]

4. *Os milagres realizam salvação.* O termo grego para salvar (*sôzô*) tem um campo semântico muito amplo. Em inglês, nós "salvamos" [*save*; em português, nesses casos, nós "guardamos" ou "poupamos" – N.R.] sobras, dinheiro e vidas. No grego, Jesus "salva" almas eternamente (Mt 19.25, Lc 19.10) e "salva" o corpo, temporariamente, curando-o (Mt 9.21; Lc 6.9). Sua autoridade para perdoar pecados, que possui por sua divindade e também por sua expiação dos pecados (Mt 9.6; 8.17, ver Is 53) dá-lhe poder para reverter a maldição e inaugurar uma humanidade livre da penalidade, incluindo a plena restauração física de que gozaremos eternamente.

5. *Jesus vem ao encontro das necessidades.* Isso repete em outras palavras os últimos três pontos, mas toma nova perspectiva humana das questões. Precisamos de restauração; somos dignos de dó; carecemos de

26. Howard Kee, *Miracle in the Early Christian World* (New Haven: Yale University Press, 1983), p.150ss.

27. Muitos milagres da história do Antigo Testamento e de Atos trouxeram juízo, mas todos os milagres de Jesus beneficiavam os homens.

um Salvador. Muito tempo atrás, as pessoas oravam pedindo – e ainda hoje o fazem – que Deus estenda a sua mão de cura sobre elas.[28]

6. Os milagres conclamam à fé. Significando que o reino já chegou, que Jesus já venceu o pecado, os milagres perguntam: "Você está do lado dele?" Jesus curou multidões mistas e alimentou milhares; por isso, sabemos que alguns descrentes receberam milagres. Ele purificou endemoninhados e ressuscitou mortos, que praticamente não puderam exercer fé durante a sua libertação. Assim mesmo, no encontro de Jesus com as pessoas, a fé da pessoa ou de sua família surge repetidas vezes. Parece que pelo menos alguém tem de ter fé. Assim, o milagre é um sinal dado, às vezes para provocar, outras vezes para fortalecer a fé. No entanto, eles não suscitam a fé. Por essa razão, Jesus se recusou a realizar milagres quando os fariseus e Herodes pediram que o fizesse (Mt 16.1-4; Lc 23.8,9).

Essa breve teologia dos milagres dos evangelhos parece confirmar o ponto de vista de que a lição principal e a principal aplicação das narrativas de milagres será retirada do conjunto de pontos intimamente relacionados: Jesus é Senhor, compassivo, salvador, restaurador que conclama à fé.

Se fôssemos estudar os milagres do Antigo Testamento, veríamos muitos paralelos aos milagres de Jesus. Eles declaram que Javé é Senhor, que ele é Deus compassivo que salva, que restaura todas as coisas e que, no entanto, se preocupa com as necessidades do seu povo; desse modo, ele os chama, como chama também todos os povos, para a fé nele. Alguns temas novos surgiriam, pois as maravilhas de Deus mostram a sua justiça e santidade como também a sua misericórdia. Os milagres da antiga aliança são inexoravelmente teocêntricos. Eles anunciam a verdade que Israel tem um Deus como nenhum outro deus. É o que Moisés ensina a Faraó (Êx 8.10; 9.14; 10.2), o que Josué ensina a Israel (Js 4.24), o que Davi ensina aos filisteus (1Sm 17.46), o que Eliseu ensina a Naamã (2Rs 5.15), o que Ezequias pede a Deus que ensine a Senaqueribe (2Rs 19.19).[29] A singularidade de Deus é a mensagem transmitida por todos os milagres.

28. A pergunta: "Deus faz milagres hoje?" está fora do objetivo deste livro. Porém, mesmo que ele não realizasse mais os milagres como os de Moisés, Elias e Jesus, certamente temos o direito de esperar a cura sobrenatural até os dias de hoje, como demonstra Tiago 5.

29. É explícito esse ponto nesses textos, mas implícito em outros lugares (por exemplo, Gn 40–41; 1Rs 17–18). Os profetas concordam, ensinando isso à Babilônia (Dn 2.28,47) e a Israel (Mq 6.5) até que todas as nações saibam (Is 43.10; 45.3-6; 52.10).

Aplicações diversas

Neste ponto, uma pequena voz (talvez não a nossa parte mais nobre) protesta: "Mas eu não consigo me levantar para falar os mesmos poucos pontos sobre *Deus* toda semana! Fica chato. As pessoas gostam de variedade. Querem ouvir respostas a seus problemas, não palestras teológicas". Isso merece uma resposta.

Admitamos imediatamente que essa voz tem certa razão. As pessoas querem variedade e relevância. Porém, não consigo pensar em nada de que os cristãos *precisem* mais do que de uma análise das coisas que eles *querem*. Talvez *queiram* uma exortação para viver como o herói da história, ou seja, um chamado para as obras.[30] Porém, eles *precisam* do verdadeiro conhecimento de Deus e dos seus atos de salvação. Não é necessário que isso seja feito de modo maçante, porque, apesar de certas semelhanças, as histórias dos milagres não ensinam, todas elas, a mesma coisa.

Primeiro, os atos de Deus são profundos demais, complicados demais (pelo menos da nossa perspectiva) para que nos cansemos deles. É privilégio do mestre cristão ajudar as pessoas a descobrir a natureza de Deus por meio dos seus atos, para que conheçam a si mesmas ao conhecer a ele.[31]

Segundo, conquanto o senhorio e o amor de Jesus jamais mudem, a forma da necessidade humana muda. Nossas necessidades variam constantemente; por isso, o poder e a graça de Deus sempre encontram uma nova expressão.

Terceiro, conquanto o ponto principal permaneça o mesmo, os pontos secundários são diferentes, à medida que as personagens na narrativa respondem aos atos de Deus de diversas maneiras. Não pregamos as personagens secundárias, mas elas representam tipos de respostas a Deus.

Este é, portanto, o plano: identificar o ato central de Deus numa narrativa e observar como as personagens no drama respondem a ele. Essas se tornam em caminhos para as aplicações principal e secundária hoje.[32] Os

30. É o que os serviços de sermões, impressos ou pela *Internet*, oferecem.

31. "O homem jamais alcança o conhecimento claro de si mesmo a não ser que tenha olhado primeiro o rosto de Deus, e então desce da contemplação de Deus pra o exame de si mesmo" – João Calvino, *Institutas* (Filadélfia: Westminster, 1960) 1.1.2.

32. Os bons mestres por vezes fazem o que é proposto aqui, mas nenhum outro teórico advoga especificamente essa proposta. Craig Blomberg, em *Interpreting the Parables* (Downers Grove, Ill.: terVarsity, 1990) propõe algo semelhante para as parábolas. A interpretação de parábolas e

discípulos, os inimigos e os espectadores que encontram Deus respondem a ele, de modo geral, como os crentes, os incrédulos e os espectadores sem compromisso de todas as eras. Podemos testar essa proposta para ver se realmente produz linhas múltiplas de novas aplicações para alguns dos milagres de Jesus. A história de Jesus e o paralítico, com suas fortes personagens e o fluxo clássico, que vai do cenário, passa pela crise e chega à resolução, oferece uma oportunidade ideal para testar o nosso método proposto.

A cura do paralítico

A narrativa de Lucas 5.17-26 começa com vários homens levando o amigo paralítico até Jesus para que ele seja curado. Porém, Jesus estava curando muitos naquele dia e a casa estava abarrotada de gente. Bloqueados pela multidão, mas resolvidos a alcançar Jesus, os homens amarraram cordas na maca do amigo, fizeram um buraco no telhado e baixaram-no pelo buraco. Vendo a fé desses amigos, Jesus diz, inesperadamente: "Homem, estão perdoados os teus pecados".

Como os homens tinham ido buscar cura e não perdão, provavelmente ficaram confusos, mas os fariseus reconheceram imediatamente que Jesus estava dizendo ser Deus. O raciocínio segue assim: só a pessoa ofendida pode perdoar um erro. Se eu ofendo John, não faz sentido pedir desculpa a Mark. Tenho de ir até John, a quem ofendi. Assim, não tem sentido Jesus perdoar um homem que acaba de conhecer – *se* Jesus for meramente um homem. Quando ele diz: "estão perdoados os teus pecados" está deixando subentendido que o paralítico pecou contra ele.[33] Assim, Jesus está dizendo que é Deus, porque só Deus se ofende com todo pecado e só ele pode perdoar todos os pecados (Is 43.25).

Os fariseus entenderam isso e resolvem que "este" está blasfemando (Lc 5.21). Lendo os pensamentos deles, Jesus incita uma crise ao perguntar: "Qual é mais fácil, dizer: Estão perdoados os teus pecados ou: Levanta-

milagres deve ser mais ou menos semelhante, pois ambas tratam de narrativas. Os relatos de milagres muitas vezes funcionam como parábolas que realmente ocorreram.

33. O costume judeu de usar passivos divinos apóia essa leitura. Quando, como na cláusula "Estão perdoados os teus pecados" um verbo é passivo mas nenhum agente é especificado, Deus é o agente subentendido. Ver Joachim Jeremias, *New Testament Theology* (Nova York: Macmillan, 1970), pp.10,11.

te e anda?" (vs.22,23). A resposta à pergunta não é tão óbvia. É mais fácil *dizer*: "Estão perdoados os teus pecados", mas é mais difícil *confirmar* isso, porque não pode ser verificado ou falsificado. "Levanta-te e anda" não é mais difícil dizer, mais é mais arriscado porque está aberto à verificação.

Enquanto os fariseus ponderam essas coisas, Jesus oferece toda a prova necessária: "Mas, para que saibais que o Filho do homem tem sobre a terra autoridade para perdoar pecados... Eu te ordeno: Levanta-te, toma o teu leito e vai para casa" (v.24). Quer a pausa entre a ordem de Jesus e o paralítico ter-se levantado seja de dois segundos ou dois milésimos de segundos, esses momentos constituem o clímax da narrativa, pois tudo depende do que se segue. Se o paralítico não se levantar, então realmente Jesus é blasfemador. Porém, se ele se levantar, Jesus tem mesmo poder para perdoar os pecados e é divino.[34] A pausa é curta; o paralítico se levanta imediatamente e vai para casa (5.25). Assim, num instante a busca dos homens de fé chega a uma conclusão bem-sucedida, e os críticos de Jesus vêem que ele possui autoridade de perdoar os pecados.

Essa cura foi uma das maiores demonstrações da divindade de Jesus durante o seu ministério, mas quando vemos a história pelos olhos dos aliados de Jesus, dos seus adversários e das multidões neutras, a resposta desaponta. Um recurso usado na análise literária torna isso mais claro. À medida que progridem as narrativas, elas tendem a sujeitar as personagens a uma prova, uma busca ou uma escolha. Numa *prova*, os acontecimentos colocam a constituição mental, moral ou espiritual da personagem à prova. Numa *busca*, a personagem busca um objetivo que só pode ser alcançado se ele vencer determinados obstáculos. Numa *escolha*, a personagem precisa decidir entre dois cursos de ação, entre lealdade à aliança e desobediência.[35] Um determinado drama pode exibir um, dois, ou, como nesse caso, todos os três elementos.

Para Jesus, o acontecimento põe à prova a sua declaração de divindade. Este é ou não é o Filho de Deus? Ele tem o poder de perdoar o pecado e reverter os seus efeitos, ou não tem esse poder? Ao levantar-se, o paralítico responde às duas perguntas. Essa se torna a principal lição do epi-

34. Note a centralidade do diálogo ao estabelecer as questões-chave.

35. Ryken, *Words of Delight*, pp.48,49,65-67,110-113,344-351; Doriani, *Getting the Message*, pp.67,68.

sódio: Jesus é Senhor e libertador, o restaurador da criação, o perdoador dos pecados. Acima de tudo, o episódio ensina os leitores a se voltarem para Jesus – para Deus – para o perdão de seus pecados. Porém, como os demais responderam a essa revelação?

Os fariseus, aparentemente, não foram tocados. Na verdade, Lucas não comenta a reação deles, mas o silêncio quanto a isso é ensurdecedor, porque eles entenderam a situação e deveriam ter aclamado a divindade de Jesus. Como disse Jesus: "Quem não é por mim é contra mim". Para fixar o ponto, os fariseus logo em seguida estavam tramando contra Jesus (Lc 6.11). Os fariseus enfrentavam uma escolha. Tendo visto e entendido as evidências, eles se arrependeriam e creriam, ou não. Eles não o fizeram.

A resposta da multidão inicialmente parece mais positiva. Eles ficaram maravilhados, louvaram a Deus e declararam: "Hoje, vimos prodígios". Porém, quando refletimos, percebemos que esse louvor era deficiente. Sim, Jesus faz prodígios, mas esse não é o ponto principal. Lucas dá uma pista da obtusidade da multidão ao dizer que eles simplesmente louvaram a Deus dizendo que tinham visto coisas prodigiosas (5.25,26).[36] Não basta achar Jesus "grande" (7.16). Na narrativa, tanto os fariseus quanto a multidão se encontraram diante de uma escolha. Se os fariseus mostram o perigo de rejeitar a evidência de Jesus, a multidão mostra que é igualmente perigoso não estar consciente de que exista essa evidência. É trágico ter Jesus em alta estima, mas não crer nele.

Para o paralítico e seus amigos, o drama é uma busca. Não é preciso muita imaginação para pensar no grupo instigando uns aos outros a perseverar quando descobrem que Jesus está sendo bloqueado pela multidão. Um concebe um plano radical e os outros concordam. Podemos vê-los, ouvi-los abrindo um buraco no telhado, enfiando as mãos para aumentá-lo, amarrando as cordas à maca e olhando de cima quando abaixam a maca do amigo imóvel. "Vendo-lhes a fé, Jesus disse ao paralítico: Homem, estão perdoados os teus pecados." Na verdade, era visível a fé daqueles homens: eles provaram sua fé precisamente ao lutar contra os obstáculos. Isso revela uma característica da fé autêntica. Quando o crente fala sobre procurar a vontade de Deus, muitas vezes dizemos: "Vamos

36. O paralelo de Mateus 9.8 concorda, dizendo que as multidões "glorificaram a Deus, que dera tal autoridade *aos homens*".

esperar para ver se Deus abre ou fecha uma porta". Quem sabe. Porém, essa história sugere que às vezes a porta está aberta, às vezes está fechada, e às vezes temos de arrancar a porta das dobradiças, quer sozinhos, quer com a ajuda de amigos. As histórias de busca na Bíblia nos ensinam que a verdadeira fé luta através dos obstáculos e dos empecilhos temporários.[37] A disposição contemporânea de cristãos buscar portas abertas ou fechadas reflete uma confiança recomendável no controle soberano de Deus no curso da História, mas esquece que haverá na estrada obstáculos para cada grande objetivo e que Deus quer que nos esforcemos para ultrapassar esses obstáculos.[38]

Revisando, os que viram Jesus curar o paralítico – os crentes, os fariseus, as multidões – ilustram as diversas maneiras como as pessoas respondem à evidência da divindade de Jesus até os dias atuais. A falha da multidão em ver a evidência e o fracasso dos fariseus em aceitar as evidências admoestam as pessoas a deixar de lado a dúvida e crer, como fizeram o paralítico e seus amigos.[39]

Os dez leprosos

De modo diferente da história do paralítico, estudamos a história da cura, por Jesus, dos dez leprosos (Lc 17.11-19) precisamente porque ela parece pouco relevante. A caracterização e a tensão dramática da história são mínimas. Além disso, a história manifesta os diversos temas de milagres descritos acima, tornando-a candidata ideal para uma exposição maçante: (1) *Jesus é compassivo*. Enquanto Jesus viajava, dez leprosos se aproximaram dele pedindo: "Jesus, mestre, compadece-te de nós!" Ele teve compaixão e os curou (17.13). (2) *Jesus restaura as coisas*. Quando Jesus purificou os leprosos, restaurou-lhes tanto a saúde quanto também

37. Robert Tannehill, *The Narrative Unity of Luke-Acts* (Filadélfia: Fortress, 1986), 1:111-127.

38. Pense em Abraão na busca de um filho e uma terra, na luta de Davi por um reino, na busca em Eclesiastes por significado, e buscas nos evangelhos como a da mulher siro-fenícia e a mulher com fluxo de sangue. Sempre há um obstáculo apesar do qual os fiéis perseveram. Pelo contrário, sem a disposição de lutar para vencer os obstáculos, a busca pode terminar sem sucesso – pense, por exemplo, no jovem rico.

39. Não menciono a aplicação comum de que devemos levar nossos amigos a Jesus como fizeram os amigos do paralítico. Essa declaração transforma em alegoria o fato simples de que os amigos do paralítico o carregaram até Jesus. Falando estritamente, essa aplicação só funciona por equívoco: o ato físico de "carregar até Jesus" é entendido como "evangelizar".

os restaurou à sociedade, à família e à comunidade que tiveram de abandonar quando ficaram leprosos. (3) *Jesus é Senhor.* Dez leprosos chamam-no de Mestre (*epistata*) e um cai de joelhos, louvando a Deus. (4) *Os milagres chamam à fé.* Jesus se agrada porque um voltou para louvar a Deus, mas indaga onde estão os outros nove. (5) *Os milagres alcançam salvação.* Jesus diz ao leproso que voltou: "Levanta-te e vai; a tua fé de salvou". Apesar da preponderância de temas familiares, talvez essa exposição não seja tediosa.

A história começa quando dez leprosos vêem Jesus, que estava viajando entre a Judéia e a Samaria, e imploram por misericórdia, ou seja, por cura. Quando Jesus ordena aos homens que vão até os sacerdotes para provar que foram purificados (Lc 5.14; cf. Lv 13.1-8) ele deixa implícito que fará alguma coisa por eles. Os homens têm fé suficiente para obedecer; são limpos "por trás dos bastidores", por assim dizer, ao caminhar para o templo. Já sabemos que Jesus pode curar leprosos (Lc 5.12-14) e que pode curar a distância (7.1-10).

Como Jesus cura os leprosos a distância, enquanto eles estão na estrada, a tensão dramática aumenta. Como o milagre ocorre na estrada, os leprosos têm três lugares para ir: eles devem ir a Jerusalém, onde um sacerdote irá comprovar a purificação deles e dará a permissão para que retornem à vida normal. Ou eles poderão seguir o presumido desejo de voltar para seus lares, suas famílias, amigos e meios de vida. Porém, um leproso percebe que há um terceiro lugar para ir – para Jesus, para agradecer a ele. Voltando, ele louva a Deus em alta voz, se prostra aos pés de Jesus e dirige a sua gratidão a Jesus em vez de ao Pai.[40]

Observe a ordem dos acontecimentos. Primeiro, o leproso se prostra, assumindo a postura de um adorador. Em seguida, com o leproso a seus pés, Jesus faz três perguntas: "Não eram dez os que foram curados? Onde estão os nove? Não houve, porventura, quem voltasse para dar glória a Deus, senão este estrangeiro?" *Em seguida,* Jesus convida este a levantar-se, dizendo: "Levanta-te e vai; a tua fé te salvou (*sôzô*)". Não é difícil encontrar os dois focos teocêntricos – na verdade, cristocêntricos – dessa narrativa. Primeiro, a história nos lembra que Jesus tem misericórdia dos sofredores, tem poder para curar por sua palavra (Mt 8.8,16; Lc 8.25).

40. Robert Stein, *Luke* (Nashville, Broadman, 1992), p.434.

Segundo, ele dá um marcante testemunho da sua divindade. Nenhuma criatura – nem apóstolo nem anjo – suporta ver uma criatura como ela cair a seus pés e prestar-lhe culto (At 14.8-15; Ap 22.8,9). Contudo, Jesus não só o permite como também se agrada que um homem se prostre a seus pés, louvando a Deus. Na verdade, ele pergunta por que não há outros mais!

Essa história lança luz sobre a fé salvadora. Todos os dez leprosos tiveram fé suficiente para pedir de Jesus misericórdia e obedecer a uma estranha ordem, mas somente um teve fé que vetasse todas as demais opções e voltasse para louvar a Deus. Assim, vemos que há uma fé e uma obediência que não salva, porque não tem o amor de Deus, não tem a paixão de glorificá-lo. Os nove homens ingratos nos advertem que é possível receber dons de graça sem receber a salvação. Os que recebem misericórdia deverão agradecer e honrar a Deus. O samaritano sabia disso, mas demonstra também que o de fora, aquele de quem não se espera, pode ser o único que louve a Deus.

Para rotular os nossos pontos nos termos do capítulo 4, a nossa história tem um *ato redentor* realizado por Jesus, que salva física e espiritualmente. Existe também um *ato exemplar* de gratidão do samaritano, uma *doutrina implícita* de fé e salvação, e, como *ideal,* uma conclamação para louvar a Deus por sua graça. Nas categorias do capítulo 5, a narrativa apresenta o nosso *dever* de crer e louvar a Deus, mas também pede que ponderemos sobre que tipo de homem (caráter) estaria disposto a interromper a sua viagem ao templo e ao lar para voltar e agradecer a Jesus.

Finalmente, esse acontecimento e as outras curas por Jesus de outros leprosos levantam uma pergunta sobre o aspecto social do seu ministério. Poderíamos chamar a purificação dos leprosos feita por Jesus (Lc 5.12-14; 7.11-19) de milagre social, pois restaura os seus beneficiados à sociedade, e não apenas à saúde. Outros milagres também têm ramificações sociais: Jesus curou uma mulher que sofria o fluxo crônico de sangue que a tornava impura (8.43-48). Também curou o servo de um centurião romano (7.1-10). Se ligarmos esses milagres com o seu hábito de fazer amizade e comer com pecadores e rejeitados, percebemos que Jesus habitualmente associava-se com os marginalizados e os membros rejeitados da sua sociedade. O modelo na verdade começou quando Deus escolheu a pequena Israel para ser seu povo. Então, a cura dos leprosos é um aspecto do modelo de vida de Jesus que os cristãos de-

vem imitar? Podemos dizer que devemos restaurar os rejeitados da sociedade, tocando os não-amados e os que não são atraentes, transmitindo a mensagem de que nós os aceitamos, como fez Jesus?

Um abismo tão vasto nos separa de Jesus que não ousamos dizer: "O que faria Jesus?" para resolver todas essas perguntas. Como disse John Murray: "Aspirar a ser como Deus num sentido é a essência da virtude; noutro sentido, aspirar a ser como ele é uma iniqüidade. Preservar essa linha de distinção é indispensável para todo pensamento correto sobre a verdade e o direito".[41] Aqui, "pensar corretamente" leva-nos a imitar o aspecto social desse milagre. O inclusivismo social radical tem destaque notório no ministério de Jesus. Ele curava qualquer pessoa, jantava com qualquer pessoa, conversava com qualquer pessoa, ímpia ou hipócrita, homem ou mulher, judeu ou gentio. Ao convidar um cobrador de impostos para o seu grupo mais íntimo, ao ensinar os ricos a convidar os pobres, os aleijados e cegos, e os coxos para suas festas, Jesus deixou clara a sua vontade. Assim, a cura do leproso é uma imagem da sua preocupação com os excluídos da sociedade estabelecida, e do seu desejo de restaurá-los.

RESUMO

Como a narrativa bíblica é comum e poderosa, os pastores deverão saber pregá-la com habilidade. Este capítulo apresentou os principais princípios da aplicação da narrativa:

1. Identifique o tipo de narrativa: relato, história contada ou drama completo.
2. Encontre o ponto principal no clímax e na resolução dos dramas, ou possivelmente nas ações ou nos ditos que se seguem.
3. Formule o tema teocêntrico, o modo em que Deus demonstra o seu amor redentor.
4. Ao examinar as variadas respostas humanas aos atos de Deus no contexto original, determine quais são exemplares e quais são advertências

41. John Murray, *Principles of Conduct* (Grand Rapids: Eerdmans, 1957), p.177.

a nós. Destaque quaisquer respostas de crença ou de descrença que persistem até os dias atuais.
5. Extraia implicações doutrinárias e éticas adicionais.
6. Procure respostas às quatro perguntas feitas pelas pessoas: o que devo fazer? Quem eu devo ser? Para onde devo ir? Como podemos ver?

A tendência de produzir mensagens legais e antropocêntricas permanece na alma como uma bactéria que resiste ao tratamento. Porém, se focalizarmos os atos de Deus, bem como as diversas respostas humanas a esses atos, deveremos avançar em direção a aplicações teocêntricas, mas diversas.

8

QUESTÕES SOBRE A APLICAÇÃO DE TEXTOS NARRATIVOS

Os seres humanos são imitadores. Os heróis, quer sejam escolhidos com sabedoria, quer tolamente, possuem uma inexplicável influência sobre os seus devotos. Isso é útil? Deus quer que imitemos os heróis? Os heróis da Bíblia? Deus quer que perseveremos, como fez Abraão, fujamos da tentação como fez José e confrontemos as autoridades como fez Moisés? O próprio Jesus se agrada da pergunta: "O que faria Jesus?" Será que Jesus queria que a sua vida orientasse a conduta cristã? A narrativa pode, por si só, orientar a conduta cristã? Ou devemos encontrar um imperativo que confirme cada ação modelada na narrativa? Poucas questões que toquem a relevância das Escrituras são mais complicadas que estas. Os especialistas em ética e homilética examinam detalhadamente o assunto.[1] No entanto, os exegetas ignoram quase que completamente a relevância da narrativa.[2]

1. Por exemplo: *Why Narratives: Readings in Narrative Theology*, org. por Stanley Hauerwas e L. Gregory Jones (Grand Rapids: Eerdmans, 1989).
2. Sejam críticos ou conservadores, periódicos de estudos bíblicos de alto nível como o *Journal for Biblical Literature*, o *Bulletin for Biblical Research*, o *Journal for the Study of the New Testament* e o *Journal for the Study of the Old Testasment* raramente consideram essas perguntas práticas. Sobre a separação entre exegese e relevância, veja Moisés Silva, "Contemporary Theories of Biblical Interpretation", em *New Interpreters Bible* (Nashville: Abingdon, 1994), 1:107-124.

O DEBATE SOBRE A NARRATIVA: AS AÇÕES PASSADAS PODEM TER AUTORIDADE MORAL HOJE?

Ainda que seja um tanto ingênua, a pergunta: "O que faria Jesus?" entende que o caráter de Deus é o padrão da justiça. No entanto, alguns negam que a narrativa histórica possa ter autoridade moral. Gotthold Lessing colocou de modo sucinto as objeções. Primeiro, disse ele, qualquer relato histórico pode ser não-confiável. Segundo, os relatos de acontecimentos distantes, de pessoas de longe e de muito tempo atrás, não podem nos tocar. Terceiro, ainda que comoventes, os acontecimentos passados não alcançam autoridade moral hoje, pois, disse ele, "as verdades acidentais da História jamais podem se tornar prova das verdades necessárias da razão". Os acontecimentos históricos são "contingentes". Ou seja, eles poderiam ter acontecido de modo bem diferente. Se tivessem, talvez transmitissem uma lição moral diferente. Mas isso é impossível, pois as verdades morais não são contingentes; elas não poderiam ser de outro modo. Elas são logicamente necessárias e universalmente ligadas no sentido de que ofensas como assassinato, roubo e traição têm de ser proibidas senão a sociedade se torna impossível. Assim, a História pode *ilustrar* as verdades morais, mas só a razão pode *estabelecê-las*. Sendo assim, entre a História e a era de Lessing (o Iluminismo) foi formada uma vala "feia e escancarada" que ele não conseguia atravessar.[3]

Atualmente, poucos pensadores compartilham a crítica de Lessing da narrativa bíblica, dominada como foi pelo seu desejo de uma ética universal, racionalmente demonstrável. Éticos contemporâneos como William Barbieri argumentam que "uma história bem tecida... facilita a reflexão sobre questões de moralidade de um modo que foge às abordagens acadêmicas tradicionais". Nenhum argumento sobre princípios, diz ele, pode condenar a guerra com tanta força quanto o romance de Erich Maria Remarque, *All Quiet on the Western Front* ou o filme de Peter Weir, *Gallipoli*, ou (eu acrescento) a canção de protesto de Eric Bogle contra a Primeira Guerra Mundial: "No Man's Land".[4]

---

3. Gotthold Lessing, "On the Proof of the Spirit and of Power" em *Lessing's Theological Writings*, trad. e org. por Henry Chadwick (Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1957), pp.51-56.
4. William Barbieri, "Ethics and the Narrated Life", *Journal of Religion*, 78 (1998), pp.361.

No entanto, existem limites à narrativa. As histórias desencadeiam emoções, revelam caráter e transmitem ambigüidade, mas "não estão equipadas para fazer os tipos de discriminação necessária para decisões éticas informadas".[5] *All Quiet, Gallipoli* e "No Man's Land" todos protestaram contra a Primeira Grande Guerra, um conflito pavoroso de muitas maneiras. Mas será que todas as guerras são igualmente pavorosas? Os protestos contra a Primeira Guerra Mundial condenam a Segunda Guerra Mundial? Todas as guerras? Existem razões – razões essas que a história não consegue transmitir – pelas quais a Segunda Grande Guerra não conseguiu estimular o mesmo tipo de protestos que a Primeira Grande Guerra?

Assim os pensadores se enfileiram, alguns favorecendo imperativos, outros favorecendo as narrativas. Alguns dizem: "A não ser que a Escritura diga explicitamente que devemos fazer alguma coisa, aquilo que é apenas narrado ou descrito jamais poderá funcionar de modo normativo".[6] Porém, os teólogos da narrativa querem reconsiderar a narrativa e a ética. Eles julgam ser ingênuo pensar que dirigimos o comportamento somente pela consulta às leis e decisões racionais. Nossas escolhas fluem do caráter e da experiência – do nosso passado e do futuro que esperamos para nós. Escolhemos dentre as opções que a nossa imaginação (um sentido que fabrica narrativas) e a sociedade nos oferecem, dentre os "modos possíveis de ser humano dentro do mundo".[7] A pergunta: "O que eu devo fazer?" está relacionada a perguntas como: "De que história maior eu faço parte? A que comunidade eu pertenço? Quais são os meus papéis dentro dela?".[8] Nós refinamos o nosso caráter quando perguntamos: "Com quem quero ser parecido?", como também: "Como quero ser?". Quando perguntamos: "Com quem?" em vez de: "O quê?", estamos procurando orientação da narrativa. Quando um mundo narrativo, seja histórico ou fictício, toma conta do leitor, ele revela novas possibilidades. As histórias criam mundos habitáveis, e as narrativas tornam-se textos habitáveis; podemos viver dentro delas e por elas.[9]

---

5. Richard Lischer, "The Limits of Story", *Interpretation* 38 (jan 1984), pp.35,36.
6. Gordon Fee e Douglas Stuart, *How to Read the Bible for all its Worth* (Grand Rapids, Zondervan, 1982), p.97.
7. Kevin Vanhoozer, *Biblical Narrative in the Philosophy of Paul Ricoeur* (Cambridge: Cambridge University Press, 1990), pp.101-104.
8. Alisdair MacIntyre, "The Virtues, the Unity of Human Life and the Concept of Tradition", em *Why Narrative?* , org. por Hauerwas e Jones, pp.101-103.
9. Daniel Taylor, "In Pursuit of Character", *Christianity Today*, 11 de dezembro de 1995, pp.29-36; Anthony Thistelton, *New Horizons in Hermeneutics* (Grand Rapis: Zondervan, 1992), pp.354-358.

Hoje, a maioria dos cristãos especialistas em ética concorda que as narrativas possuem certa autoridade moral. Eles podem preferir a lei, mas apelarão à narrativa, dando lugar de destaque aos evangelhos, sendo o debate mais caloroso reservado para Atos. Em sua teologia de posses, Craig Blomberg, sofisticado acadêmico do Novo Testamento, baseia-se livremente na narrativa bíblica.[10] Ele usa a história do maná para proibir o acúmulo de riquezas e bens, cita diversos reis para advertir contra a extravagância e a cobiça, e vê o jovem rico e Zaqueu como paradigmas de atitudes certas e erradas em relação às riquezas.[11] Com a exceção de um parágrafo no início, Blomberg só considera o método quando discute o compartilhamento das riquezas na igreja primitiva de Jerusalém. Ele assume que a prática é normativa.[12]

O valor normativo de Atos é também uma questão vital nos debates sobre dons e milagres hoje. Atos é principalmente a história do nascimento da igreja de uma vez para sempre e a difusão do evangelho? Se for assim, a oração dos apóstolos pedindo capacidade para realizar sinais e maravilhas em nome de Jesus não é mais normativa hoje (At 4.29-31).[13] Porém, se Atos demonstra melhor "como deve ser a vida normal da igreja", então devemos orar pedindo seus modelos de dons de milagres e esperar revivê-los.[14]

Alguns dizem que as narrativas apontam principalmente para Cristo. Teólogos reformados como Geerhardus Vos, Sidney Greidanus e S. G. De Graff enfatizam a centralidade dos propósitos redentores de Deus na narrativa. Dizem eles: Deus é o "principal agente" em todas as histórias. A Bíblia é sua revelação de si mesmo, dada para que ele e seu povo "compartilhem o mais profundo amor de seus corações". Portanto, "Deus precisa ser visto como central" em cada exposição. Os professores devem evitar lições morais; a Escritura não conta as histórias de Abraão ou

10. Craig Blomberg, *Neither Poverty nor Riches: a Biblical Theology of Material Possessions* (Grand Rapids: Eerdmans, 1999).
11. *Ibid.*, pp.38,52-56,138-141.
12. *Ibid.*, pp.29,30,162,163. Com justiça, as pp.29,30 se referem à obra anterior de Blomberg sobre método.
13. Richard Gaffin, "A Cessationist View" em *Are Miracles Gifts for Today? Four Views*, org. por Wayne Grudem (Grand Rapids: Zondervan, 1996), pp.37,38,227-229. Para o ponto de vista oposto, veja pp.74-77,88-91.
14. Jack Deere, *Surprised by the Power of the Spirit* (Grand Rapids: Zondervan, 1993), p.114.

Salomão para nos mostrar os pecados que temos de evitar! Quando falamos do amor de Maria por Jesus, ou do ódio de Judas, não podemos enfocar Maria ou Judas, mas sim "Aquele que despertou esse amor.... [e] despertou tão grande ódio". Acentuar os papéis de Maria e de Judas como exemplos de amor a ser imitado ou traição a ser evitada é, conforme diz De Graff, desviar-se do evangelho para uma religião centrada no homem.[15] Esses teólogos, com certa hesitação, colherão lições morais da narrativa, mas depreciam as leituras "moralistas" da narrativa. Eles dizem que "a mais alta utilidade prática" da narrativa bíblica é nos dar "uma nova visão de Deus" e levar as pessoas à fé.[16]

Mesmo os que usam as narrativas prontamente para orientação enfrentam dilemas. Deus é o padrão máximo para o certo e o errado, mas como imitamos Cristo? Imitar Jesus em sua abnegação, compaixão e perseverança é essencial para o discipulado. No entanto, tentar imitar as atividades singulares redentoras de Jesus parece um sacrilégio. Jesus comandava a natureza, perdoava os pecadores, e, acima de tudo, morreu para redimir-nos da morte. Os teólogos sabem que precisam fazer distinção entre áreas nas quais podemos e nas quais não podemos imitar Deus, porém, são vagarosos para oferecer critérios.[17]

TESES SOBRE O PAPEL DA NARRATIVA

Tese 1: O lema "o ensino direto tem prioridade sobre a narrativa" é defeituoso.

Ainda que essas questões sejam resolvidas, permanece a pergunta sobre a relativa autoridade da narrativa *versus* ensino doutrinário/ético. Diz-se que "a não ser que a Escritura explicitamente nos diga que devemos

15. S. G. De Graff, *Promise and Deliverance,* trad. por H. E. Runner (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed, 1977), pp.17-23.

16. Geerhardus Vos, *Biblical Theology: Old and New Testament* (Grand Rapids: Eerdmans, 1948), 18. Greidanus sustenta o uso limitado e ético das narrativas; veja *The Modern Preacher and the Ancient Text* (Grand Rapids: Eerdmans, 1988), pp.157-187,226,227.

17. Quando Douglas Moo argumentou em favor dessa distinção num intercâmbio publicado com Richard Hays, Hays disse que mal conseguia entender as razões de Moo. Ver Douglas Moo, resenha de *The Moral Vision of the New Testament*, de Ricahrd B. Hays, *Bulletin for Biblical Research 9* (1999), p.275; Richard B. Hays, "The Gospel, Narrative and Culture: A Response to Douglas J. Moo and Judith Gundry-Volf", *Bulletin of Biblical Research 9* (1999), p.292.

fazer determinada coisa, o que é apenas narrado ou descrito nunca pode funcionar como norma".[18] Ou seja, os preceitos têm prioridade sobre as narrativas, de modo que não podemos derivar lições das narrativas históricas a não ser que haja ensino explícito acerca delas. Outros, citando 2 Timóteo 3.16, dizem que "a narrativa oferece tantos dados para a teologia quanto outro gênero qualquer".[19]

A imitação negligente da narrativa, não sustentada por diretrizes morais, certamente pode causar problemas. O casamento polígamo (Gn 29), tomar decisões com base no lançamento de dados ou artifícios como a porção de lã de Gideão (Js 7.14-23; At 1.23-26; Jz 6.36-40), suicídio com intenção nobre (Jz 16.26-30) e o despojamento estouvado dos bens (Lc 18.22; 19.8) são alguns exemplos.

Porém, como argumentar que a narrativa é normativa apenas quando sustentada por ensinamento explícito? É estranho dar a declarações éticas prioridade sobre a narrativa quando (1) o próprio princípio é extrabíblico e (2) a Escritura é fundamentalmente um relato narrativo da redenção de Deus. Os discursos de Moisés, as declamações dos profetas, as cartas dos apóstolos não são soltos e desligados. Eles freqüentemente comentam a narrativa ou tiram conclusões dela. Quando o fazem, a narrativa é fundamental e a ética é derivativa.

Se considerarmos as declarações mais diretas da Bíblia sobre Deus e a vida cristã, um pouco de exame demonstra que a narrativa nos conduz tanto quanto o ensino direto. A Escritura diz que Deus é compassivo (Sl 86.15) e ordena aos crentes: "Sede uns para com os outros benignos, compassivos" (Ef 4.32). Mas a doutrina e o mandamento não tomam precedência sobre as narrativas que demonstram a sua compaixão. Descobrimos o que significa a compaixão de Deus pelas narrativas que a demonstram. As narrativas dos milagres revelam que a compaixão de Jesus o movia a curar as multidões (Mt 9.35,36; 14.14), alimentar as multidões famintas (15.32), curar dois cegos nos arredores de Jericó (20.34).

Considere, por exemplo, o episódio no portão de Naim (Lc 7.11-17). "Olhe!", diz Lucas, e quase olhamos através dos olhos de Jesus ao deparmos com a cena. Eles carregavam um homem morto, filho único de

18. Ver n. 6.
19. Blomberg, *Neither Poverty nor Riches*, p.163.

sua mãe viúva. Jesus enfocou essa mulher. Primeiro ela havia perdido o marido, agora o filho. O medo do futuro aumentava o seu sofrimento. Jesus percebeu isso. A compaixão levou-o à ação e ele ordenou: "Não chores". Em seguida, tocou o esquife, parando a procissão fúnebre e ordenou: "Jovem, eu te mando: levanta-te!" O morto levantou-se, começou a falar e Jesus o devolveu (talvez fosse apenas um rapazinho) à sua mãe. Qual a razão para esse milagre? Não há sugestão de que Jesus planejasse ensinar aos ouvintes uma lição nem que tivesse vindo para cumprir uma profecia. A compaixão o movia. Ele via, sabia, sentia, agia. É o que significam "Deus é compassivo" e "sede vós compassivos". A narrativa define a compaixão e a orienta.

Do mesmo modo, a narrativa demonstra o que significa o amor de Deus (1Jo 4.16), sua graça (2Cr 30.9), sua fidelidade (1Co 10.13), sua santidade (Sl 99.9), sua misericórdia (Dt 4.31) e sua justiça (Sl 7.11). Por exemplo, entendemos o amor de Deus por meio de narrativas que demonstram isso no Êxodo e nos evangelhos. Tome, por exemplo, uma passagem como Romanos 5.6-8: "... Cristo ter morrido por nós, sendo nós ainda pecadores". O que é melhor, dizer: "A vida de Jesus ilustra Romanos 5", ou dizer: "A doutrina de Romanos 5 comenta sobre a vida de Jesus"? *Nós vemos* Jesus sacrificando-se pelos fracos, pelos discípulos fracos demais para orar com ele durante uma hora, ou permanecer leais a ele (Mt 26.40,41,69-74). Então entendemos a doutrina: "Quando nós ainda éramos fracos, morreu a seu tempo pelos ímpios" (Rm 5.6). Sabemos então o que Deus requer de nós. Novamente, os encontros de Jesus com Zaqueu e com a mulher de Samaria interpretam a declaração doutrinária de que Cristo morreu por nós sendo nós ainda pecadores. No entanto, em termos temporais, a vida de Jesus precede a doutrina. Sem a ação de Deus, a doutrina é apenas uma abstração. Conhecemos a misericórdia, a fidelidade, a justiça e a salvação de Deus por seus atos, conforme relatados na narrativa.

Chegamos a duas conclusões. ***Princípio 1***: As narrativas e os discursos são mutuamente definidores. Simplificamos demais ao dizer: "A narrativa apenas ilustra uma doutrina", ou: "Jamais podemos derivar regulamentos das narrativas a não ser que mandamentos explícitos os confirmem". Como toda a Escritura interpreta todas as demais Escrituras, as narrativas ajudam a definir doutrinas e mandamentos. ***Princípio 2***: Quando a narrativa mostra Deus agindo de modo a manifestar os atributos que, conforme as Escrituras, devemos ter, devemos imitar essas características.

Tese 2: Onde não há ensino direto, a narrativa fornece orientação

As narrativas oferecem também paradigmas para a conduta fiel em áreas jamais cobertas por ensinamentos diretos. Por exemplo, quando a política nacional ou estadual produz políticas públicas repreensíveis e pecadilhos particulares, o cristão pode debater se ainda é possível servir ao governo. Isso levanta perguntas relacionadas sobre comprometimento no trabalho. O cristão pode trabalhar na mídia? Se sua companhia era antigamente "limpa", mas agora faz um programa de TV de mexericos, que usa linguagem chula, ele pode continuar a trabalhar lá? Podemos trabalhar para um conglomerado da mídia que produz tanto revistas dignas como indignas? Um especialista em *marketing* precisa parar de trabalhar se a sua companhia ganha a licitação de uma campanha de cerveja? Mesmo que ele não trabalhe nela?

Nenhum preceito ético trata diretamente dessas questões, mas o modelo narrativo dos israelitas que trabalhavam para pagãos implica que é desnecessário se retirar totalmente. Os israelitas muitas vezes trabalhavam para reis pagãos. Muitos, ao trabalhar para os pagãos, não sofreram repreensão, mas serviram a Deus, a Israel e às nações: Daniel nas casas de Nabucodonosor e Belsazar, Neemias na casa de Artaxerxes, Ester no palácio de Xerxes. Porém, o contraste entre José servindo um Faraó para salvar vidas e a recusa de Moisés de servir a outro Faraó, que tirou vidas, indica que não podemos assumir todos os postos. Além do mais, o relato de Daniel e seus amigos sugere como pode ser arriscado trabalhar para um ímpio e recusar-se a obedecer a ele totalmente (Dn 1.11-16; 3.1-30; 6.4-24). No entanto, lembre de Obadias, governador devoto do palácio do ímpio Acabe. Ele escondeu e alimentou os profetas de Deus, mostrando o que um homem pode fazer, mesmo quando cercado pelo mal, se estiver disposto a arriscar tudo (1Rs 18.3-14). Se Obadias pode trabalhar para Acabe, um assassino idólatra, então os cristãos podem trabalhar hoje na política. A declaração de Paulo de que os cristãos não podem cortar todo contato com os descrentes (1Co 5.9-11) apóia a linha de raciocínio que derivamos do modelo da narrativa.

Robert Roberts argumenta que as regras morais não precisam ser "imperativos de ação" porque as narrativas nos apresentam "pessoas paradigmáticas". Diz ele: "Virtualmente, a moral de todos é dirigida, em algum estágio, por pessoas que exemplificam as virtudes...[e que]

funcionam como regras morais".[20] Homens como Daniel e Obadias confirmam o ponto de vista de Roberts.

Do mesmo modo, não há muito ensino direto sobre o exercício de liderança civil (Dt 17.14-20), mas existe muito mais na narrativa. Podemos tomar advertência da vida de Saul, que focalizou a sua vida na manutenção do poder (1Sm 18–26), de Salomão, que se afundou na autoindulgência (1Rs 10–11); de Acaz, que armava esquemas independentemente de Deus (Is 7–8). Aprendemos também de reis piedosos, que fizeram o que era certo e deixaram com Deus os resultados. Davi poupou a Saul, embora Saul ansiasse por destruí-lo (1Sm 24, 26). Ezequias livrou Judá da idolatria, sabendo que os assírios interpretariam a sua ação como rebeldia e ataque (2Rs 18–19); Josias levou Judá ao arrependimento, embora uma profetiza tivesse afirmado que as suas reformas jamais evitariam o juízo (2Rs 22–23).

Chegamos a três conclusões relacionadas. ***Princípio 3***: Onde uma série de atos dos fiéis cria um padrão, isso orienta os crentes, especialmente se parece que Deus abençoa os atos narrados. Como demonstra o caso de crentes que serviam em cortes pagãs, isso acontece mesmo quando nenhuma lei sanciona as ações. ***Princípio 4***: Porém, atos isolados, como o uso da porção de lã por Gideão, não são normativos, especialmente quando não aprovados por Deus ou não coerentes com outra lei. ***Princípio 5***: Onde uma narrativa não recomenda nem condena claramente uma ação, e não se desenvolve nenhum padrão, devemos hesitar em tirar lições éticas.

Tese 3: Ainda que devamos criticar os usos moralistas da Escritura, a Escritura fornece orientação moral na narrativa

Os acadêmicos criticam duramente os pregadores pelo uso moralista das narrativas. Eles ressaltam que as narrativas bíblicas demonstram como Deus agiu na redenção "apesar dos atos dos homens tanto quanto por meio deles". Assim, dizem os estudiosos, concentrar-se nas ações huma-

20. Robert Roberts, "Virtues and Rules", *Philosophy and Phenomenological Research* 51.2 (junho de 1991), pp.326-328. Roberts usa efetivamente pessoas e acontecimentos paradigmáticos na sua obra sobre ética. Veja "The Baloon Stomp" em *Taking the Word to Heart* (Grand Rapids: Eerdmans, 1993), p.156ss.

nas nas narrativas é abusar delas, tornando a história da graça em fonte de lei e promovendo um foco antropocêntrico em vez de teocêntrico.[21]

Há certa verdade nessa acusação. No entanto, ser contra fazer moralismos "não é mais arriscado do que ser contra o pecado".[22] Todos se opõem ao uso de textos-prova, mas usam textos para provar seus pontos de vista. Portanto, todos se opõem a fazer moralismos, mas usam a narrativa para orientar a moralidade. Assim, precisamos parar de assumir determinadas atitudes e definir os termos a fim de determinar se a narrativa pode ensinar doutrina e ética, e, se puder, como.

Diz-se que moralizar é transformar "a *des*crição de pessoas do passado em *pres*crição para as pessoas dos dias atuais". A moralização aplica também os incidentais em vez dos essenciais da passagem.[23] Isso só ajuda um pouco. A dificuldade é que a moralização, que é desprezada, se sobrepõe à "identificação com" as personagens da narrativa, que é aceita. A "identificação" ocorre quando o leitor vê numa narrativa alguém parecido com ele, uma personagem que ilustra a justiça ou injustiça, uma vida formada ou não formada pela verdade da aliança.

De modo surpreendente, Leland Ryken considera como pressuposição para a interpretação da narrativa que "as personagens de uma história (especialmente o protagonista) são geralmente representativas ou exemplos de pessoas".[24] Porém, acadêmicos ainda mais cautelosos crêem que os autores *às vezes* pretendem que seus ouvintes se identifiquem com as figuras nas narrativas. Sidney Greidanus crê que Israel reconhecia a si nas histórias de Abraão, Isaque e Jacó. As histórias dos patriarcas foram *suas* histórias; o que Deus fez pelos patriarcas, fez *por eles*.[25] Isso não significa, Greidanus especifica, que eles tivessem aprendido lições morais sobre a mentira ou relacionamentos de conflito de Abraão, mas que descobriram seu relacionamento com o Deus da Aliança. O povo de Israel também via a si na figura de Jonas e ouvia, por meio dele, uma repreen-

21. John Goldingay, *Approaches to Old Testament Interpretation* (Downers Grove: InterVarsity, 1981), pp.39,40; Greidanus, *Modern Preacher*, pp.157-166.
22. Goldingay, *Approaches*, p.53.
23. Greidanus, *Modern Preacher*, pp.158-166.
24. Leland Ryken, *Words of Delight: A Literary Introduction to the Bible* (Grand Rapids: Baker, 1987), p.83.
25. Greidanus, *Modern Preacher*, p.179.

são quanto à atitude deles para com os assírios. Embora cientes das transformações ocorridas por meio da História e da nova aliança, Greidanus acha que a igreja deve ainda ver a si mesma em Jonas.[26] Israel podia ver-se em Sansão, não para as lições moralistas sobre se misturar e revelar segredos aos inimigos, mas como exemplo da capacidade de Deus de usar homens falhos para levar adiante o seu reino.[27] Sansão, como Israel, viola seu status de separado e vai atrás de mulheres estrangeiras, mas volta a clamar pelo Senhor.[28]

Ernest Best disse que a identificação é válida se ela nos leva a identificar-nos com os pecadores que sabem da sua necessidade de graça. "A Bíblia não compartilha nosso interesse pelo desenvolvimento do caráter" ou de tipos de caráter. Em vez disso, suas histórias nos despertam para o juízo e a misericórdia de Deus. As falhas de Pedro não provam a fraqueza de Pedro, mas a misericórdia de Deus. Mesmo as histórias de Daniel e de Maria e Marta são "dominadas por um interesse por Deus em vez de um interesse pelas personagens". Se nos esquecemos disso, a identificação leva a ordens legalistas de fazer (ou não fazer), como fez a personagem. Além do mais, se dependemos da identificação e não existe ninguém como nós na história, a aplicação é impedida e o pecador foge.[29]

É perigoso, contudo, aceitar generalizações tão amplas sem modificação, pois as narrativas não são monolíticas. Números e Atos convidam o leitor a conclusões teológicas e éticas. Porém, lemos Reis como uma explicação ampliada do exílio.[30] Numa leitura direta, Marcos nos impele até a cruz, com surpreendente falta de interesse pelas questões morais. Mateus, porém, vai mais devagar, aplicando sua história ao seu interesse em fazer discípulos.[31]

Princípio 6: A narrativa bíblica repousa sobre a redenção antes da ética; no entanto, as narrativas convidam o leitor a se identificar com as personagens e encontrar orientação ou advertência espirituais. Temos de honrar o

26. *Ibid.*, pp.180,181; John Stek, "The Message of the Book of Jonah", *Calvin Theological Journal* 4.1 (1969), p.39.
27. Greidanus, *Modern Preacher,* p.180.
28. Barry G. Webb, *The Book of Judges: an Integrated Reading* (Sheffield: JSOT, 1987), p.179.
29. Ernest Best, *From Text to Sermon* (Atlanta: John Knox, 1978), pp.90-92.
30. Gerhard von Rad, *Old Testament Theology*, trad. por D. M. G. Tasker, 2 vols (Nova York: Harper and Row, 1962, 1965), 1:342ss.
31. Goldingay, *Models for Interpretation of Scripture* (Grand Rapids: Eerdmans, 1995), pp.73-75.

desígnio de cada autor, tirando lições das passagens individuais ou de unidades dos capítulos (por exemplo, a narrativa sobre José, a narrativa da paixão de Cristo) conforme a intenção do autor. Assim, as narrativas fazem mais do que *ilustrar* princípios morais que as passagens legais *declaram.*[32]

De fato, a *Escritura instrui explicitamente o leitor a encontrar orientação moral* nas narrativas. A própria Escritura demonstra que a narrativa tem valor moral e espiritual imediato. Repetidas vezes o Novo Testamento tira lições diretamente das narrativas:

- Em Mateus 12.1-8, Jesus diz aos fariseus que eles devem saber, da história de Davi ter comido o pão da proposição quando fugia da corte de Saul (1Sm 21), que Deus deseja misericórdia e não sacrifício.
- Paulo ordenou aos coríntios que aprendessem dos israelitas rebeldes no deserto: "... estas coisas se tornaram exemplos para nós, a fim de que não cobicemos as coisas más, como eles cobiçaram". Portanto, continua Paulo: "Não vos façais... idólatras... E não pratiquemos imoralidade... Nem murmureis, como alguns deles murmuraram" (1Co 10.1-10). Hebreus faz uma advertência semelhante daqueles tempos (Hb 3.7–4.11).
- Hebreus 11 conclama heróis da antiga aliança como uma nuvem de testemunhas que exortam a igreja a não se afastar, mas a continuar na corrida (Hb 10.35–12.2). Esse exercício sustentado na arte de tirar lições da História demonstra como a fé olha para o futuro de Deus e os fardos temporários do passado. Hebreus louva a fé e a perseverança de Abraão, Moisés e uma multidão de crentes corajosos e sofridos. Seu modelo de vida fortalece uma congregação vacilante: "... visto que temos a rodear-nos tão grande nuvem de testemunhas... corramos, com perseverança, a carreira que nos está proposta" (12.1).

A Escritura baseia muitas conclusões éticas nas narrativas. Jesus aprendeu a enfrentar a tentação pelas falhas de Israel no deserto (Mt 4.1-11; Lc 4.1-13). A recusa de Jesus em realizar milagres quando exigidos teve precedentes nos ministérios de Elias e Eliseu (Lc 4.23-27). Tiago encontra em Abraão e Raabe a prova de que a fé sem obras é morta (Tg 2.20-26).

32. "As passagens narrativas geralmente não ensinam diretamente, mas ilustram o que é ensinado diretamente em outro lugar", Douglas Stuart, *Old Testament Exegesis* (Filadélfia: Westminster, 1980); Goldingay, *Approaches*, pp.42,43.

Para Tiago, Elias ilustra a oração efetiva do justo (5.17,18). Judas cita Caim, Balaão e Coré para mostrar que os que se desligam da autoridade sofrem juízo (Jd 8-11).

Paulo concorda ao colocar figuras do Antigo Testamento em uso tipológico. Em Romanos 4, Abraão e Davi representam o crente justificado e o pecador perdoado. No entanto, eles não *ilustram* apenas a justificação pela graça mediante a fé; eles levam o argumento adiante. Abraão é mais do que "qualquer homem" justificado pela fé; ele é o pai da nação judaica. Em vista dos seus grandes sacrifícios, ninguém pode reivindicar justificação pelas obras mais que ele. Porém, se até mesmo Abraão foi justificado pela fé, então quem pode ser salvo pelas obras? Abraão também aprofunda o nosso entendimento da fé. Dele, aprendemos que a justificação não tem relação com obras ou com a circuncisão (4.9-11), que a fé persevera (4.20), confia em Deus apesar das evidências físicas contrárias (4.17-19), que dá poder para obedecer (4.21), que descansa sobre a pessoa e as promessas de Deus (4.17,21).[33]

Do mesmo modo, Davi não é um exemplo aleatório da misericórdia divina. Deus perdoa o pecado de Davi com Bate-Seba, embora ele o tivesse cometido publicamente, de modo deliberado e friamente, para prejuízo de muitos, contra o conhecimento e apesar da falta de necessidade (2Sm 11.2-15; 12.7-10). Isso demonstra que nenhum pecado excede o perímetro da graça. Deus perdoa o mais flagrante pecado.

O mesmo ocorre no uso que Paulo faz de Jacó e Esaú e Adão e Eva. Paulo "considera Adão e Eva como personagens históricos, mas também como arquétipos da raça humana".[34] Além do mais, Jacó e Esaú representam a eleição (Rm 9.10-13) e Adão e Eva representam os papéis de homens e de mulheres (1Tm 2.12-15). Paulo usa até a sua própria conversão como demonstração da extensão da misericórdia e da paciência de Deus (1Tm 1.15,16).

Como muitas narrativas levam os leitores a encontrar orientação moral, devemos buscar as pistas de que o autor pretendia que o protagonista ou o antagonista estabelecesse um precedente. Honramos, contudo, o plano da

33. C. E. B. Cranfield, *The Epistle to the Romans* (Edimburgo: T & T Clark, 1975), 1:224ss; Leonhard Goppelt, *Typos: The Typological Interpretation of the Old Testament in the New,* trad. por Donald H. Madvig (Grand Rapids: Eerdmans, 1982), p.136ss.

34. J. N. D. Kelly, *The Pastoral Epistles* (Londres, Black, 1963), p.68

Escritura quando nos guardamos de espiritualizar os incidentes. Isso quer dizer que procuramos princípios por trás das ações e não a imitação impensada de detalhes dos tempos bíblicos. Nós não usamos túnicas e sandálias para imitar Jesus e seus discípulos; seguimos o exemplo de Jesus em receber os pecadores. Jantar com alguém expressa, hoje em dia, apreciação, como acontecia nos dias de Jesus, portanto, podemos também comer com pecadores. Porém, não precisamos jantar em posição reclinada, pois aquele era o costume antigo nas refeições formais. Devemos saudar os nossos irmãos com carinho quando os encontramos, mas abraços ou apertos de mão podem substituir o ósculo santo. Essas decisões parecem óbvias, mas os julgamentos por trás das mesmas dependem de análise caso a caso.[35]

Tese 4: O motivo da "imitação de Cristo" usa a narrativa para orientar o comportamento

Desde Lutero, os teólogos protestantes têm exibido cautela com a motivação "imitação de Cristo". Associamos isso com uma interpretação literal sentimental e subjetiva. Nós a alinhamos com uma justificação por obras e confiança exagerada na capacidade humana.[36] No entanto, não podemos apagar essa motivação da Escritura.[37] O próprio Jesus ordenou aos discípulos que seguissem o seu exemplo. Eles devem estar dispostos a trabalhar pelo reino, como ele (Mt 16.21-26; Mc 8.31-37; Lc 9.21-25). Eles deverão servir, como ele não veio para ser servido, mas para servir (Mt 20.28; Mc 10.45).

Os apóstolos ouviram essa lição e a desenvolveram, explicando como e por que o crente deve imitar Cristo. Conformidade com Cristo é nosso destino (Rm 8.29; 1Co 15.49; 1Jo 3.2,3); é também a nossa obrigação. João disse que se queremos viver por Cristo, temos de andar conforme Jesus andou (1Jo 2.6) e entregar a nossa vida pelos outros como fez Jesus por nós

35. Entre outros exemplos: (1) a lei mosaica que exigia parapeitos (grades) nos telhados inspira regulamentos de segurança que salvam vidas. (2) Não amordaçar o boi que debulha significa que devemos pagar ao trabalhador o que ele merece. (3) O véu (1Cor 11) estabelece modéstia e submissão à autoridade. Para casos adicionais e os princípios que os norteiam, ver, de Michael Griffiths, *The Example of Jesus* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1984), cap. 5.
36. E. J. Tinsley, "Some Principles for Reconstructing a Doctrine of the Imitation of Christ", *Scottish Journal of Theology 25* (1972), p.45ss.
37. Embora a minha defesa da imitação raramente cruza com a dele, veja as evidências em Griffiths, *Example Of Jesus,* pp.27-69.

(1Jo 3.16). Como Deus é luz, não podemos andar em trevas (1Jo 1.5,6). Paulo colocou a vida de Cristo como modelo para amor e perdão na igreja (Ef 4.32; 5.2). Devemos preferir os interesses dos outros acima de nossos próprios interesses, como Jesus (Fp 2.3-8). O amor de Cristo é também paradigma para a família: o marido ama a esposa como Cristo amou a igreja, sacrificando-se por ela (Ef 5.25-27). Tomando a si mesmo como exemplo para suas igrejas (Fp 3.17; 2Ts 3.7), Paulo os instiga a imitá-lo como ele imita Cristo (1Co 4.16; 11.1; Fp 4.9). Assim, o líder piedoso torna-se, por sua vez, um modelo para a igreja (1Tm 4.12; Tt 2.7; 1Pe 5.1-5).[38] Pedro instrui as igrejas a sofrer os maus-tratos com perseverança, sem ódio para com o opressor. Esse é seu chamado, porque com a mesma perseverança e restrições "Cristo sofreu em vosso lugar, deixando-vos exemplo para seguirdes os seus passos" (1Pe 2.18-25). Em Hebreus, Jesus, o nosso pioneiro e irmão mais velho, abre uma estrada através do sofrimento e termina em glória. Como membros de sua família, seguidores desse "bandeirante", esperamos seguir um curso semelhante (Hb 2.5-14; 10.32–12.4).

Atos sustenta essa motivação de imitação menos diretamente. Deixa implícito que os discípulos foram transformados, que se tornaram semelhantes a Cristo pelo tempo que passaram junto dele, de modo que os observadores soubessem que eles tinham estado com ele (At 4.13). Atos também sugere que os discípulos modelavam o ministério de acordo com o ministério de Jesus. Como ele, curavam todos os tipos de pessoas, olhando diretamente para elas, acrescentando palavras para interpretar suas obras, e nada cobrando (p. ex., 3.2-26; 14.8-18). Assim, os discípulos de Jesus realizaram obras como as dele e maiores ainda (Jo 14.12).

Esse ensino é coerente com a natureza humana e a cultura de Jesus. A imitação faz parte da natureza humana. O conselho de 3 João 11: "Amado, não imites o que é mau, senão o que é bom" assume que todos imitam; nesse caso, devemos fazer escolhas sábias. Além do mais, a cultura do tempo de Jesus, particularmente a dos rabinos, incentivava a imitação.[39] Antes de haver livros amplamente divulgados, os rabinos juntavam discí-

38. No Novo Testamento, somente Tiago e Judas não usam essa motivação, fator atribuível ao tema do primeiro e à brevidade do segundo.

39. A Mishná data do século 2º e não representa necessariamente o judaísmo anterior à destruição do segundo templo em 70 d.C. Porém, muitos rabinos citados na Mishná eram da época de Jesus ou mais cedo.

pulos que, pela repetição e disputa, decoravam toda palavra dos principais ensinamentos do seu mestre e tornavam-se mestres nelas. O melhor aluno era "como um poço forrado de cal, que não perde uma gota sequer".[40] Era esperado que os discípulos imitassem a vida do seu mestre, que encarnava sua ética. O rabino era uma "Torá viva", ou seja, "a própria vida do rabino era a Torá", digna, portanto, de ser imitada.[41]

Quanto a esse ponto, Jesus e os rabinos concordavam. O discípulo devia aprender os ensinamentos e seguir o modelo de vida do mestre. Assim, Jesus declarou quatro vezes que esperava que seus discípulos o tivessem como modelo. Lucas 6.40 diz: "O discípulo não está acima do seu mestre; todo aquele, porém, que for bem instruído será como o seu mestre". Como o objetivo era dominar toda palavra do professor, o discípulo jamais poderia exceder, mas poderia *ser como* o seu mestre. Em João 13, Jesus lava os pés dos discípulos, e diz em seguida que eles devem lavar os pés uns dos outros, como ele fez. Ele assume que os discípulos seguirão o seu exemplo e em seguida declara: "o servo não é maior do que seu senhor, nem o enviado, maior do que aquele que o enviou" (vs.15,16). João 15.20 diz que o mesmo princípio valia para o tratamento recebido por Jesus: "não é o servo maior do que seu senhor. Se me perseguiram a mim, também perseguirão a vós outros; se guardaram a minha palavra, também guardarão a vossa".

Mateus 10.24,25 junta o domínio do ensinamento, a imitação da conduta e a expectativa de tratamento semelhante: "O discípulo não está acima do seu mestre, nem o servo, acima do seu senhor. Basta ao discípulo ser como o seu mestre, e ao servo, como o seu senhor". No cerne de um longo discurso numa cultura que valoriza a memorização, Jesus exige primeiro que seus discípulos dominem as suas palavras (cf. Lc 6.40).[42] Porém, no contexto (Mt 10.23,25b), Jesus adverte os discípulos, segundo, que eles deverão suportar a perseguição como ele fez (cf. Jo 15.20). Terceiro, "basta ao discípulo ser como o seu mestre" (Mt 10.25) deixa implícito que os

40 Mishnah, *Aboth* 1:1; 2:8; Emil Schürer, *The History of the Jewish People in the Age of Jesus Christ*, org. e rev. por Geza Vermes *et al.* (Edimburgo: T & T Clark, 1979), 2:333; Rainer Reisner, *Jesus als Lehrer*, 3ª ed. (Tübingen: J. C. B. Mohr, 1988).

41. W. D. Davies, *The Setting of the Sermon on the Mount* (Cambridge: Cambridge University Press, 1964), pp.364,455,456.

42. Em Lucas, o dito aparece com pouco contexto, numa série de ditos frouxamente ligados, e assim o significado fica menos certo; para as opções, ver I. H. Marshall, *The Gospel According to Luke* (Grand Rapids, Eerdmans, 1981), pp.269,270.

Doze deveriam se conduzir em sua missão como Jesus havia se conduzido em sua missão (cf. Jo 13). Observe como a sua orientação em Mateus 20 exige que o discípulo faça o que tinha visto Jesus fazer:

- O destino — Jesus foi primeiro a Israel; os discípulos deveriam fazer o mesmo (10.5,6)
- A mensagem — Jesus proclamou o reino (4.17) e assim devem fazer os Doze (10.7)
- A prova — Jesus havia curado os enfermos (4.23); ressuscitado os mortos (9.18-26); purificado leprosos (8.1-4) e expulsado demônios (8.28-34). Os discípulos receberam a mesma quádrupla comissão (10.8).
- O modo — Jesus fez os milagres gratuitamente; assim também os discípulos deveriam fazer (10.8).
- A provisão — Tanto Jesus quanto os Doze contavam com apoiadores generosos (10.9,10).
- A viagem — Jesus estava sempre viajando (Lc 4.43), como deveriam fazer os discípulos (Mt 10.11-15).
- A conduta — Astuto, no entanto inocente, Jesus sabia quando se retirar ou falar em parábolas; os discípulos também deveriam ser sagazes (10.17).
- O resultado — Rumores de perseguição tinham começado para Jesus e seus homens (10.18-23).

Assim, a declaração "basta ao discípulo ser como o seu mestre" orienta todo o discurso de Jesus. Concluímos que Jesus não declara simplesmente que devemos aprender da narrativa. Sua vida constitui o modelo para a missão. Portanto, os protestantes devem vencer o medo de imitar Cristo. Quando Jesus diz: "basta ao discípulo ser como o seu mestre", ele ratifica o tema da imitação e confirma que devemos aprender a conduta a partir da narrativa. Claramente, Mateus 10 mostra que Jesus, o Mestre, espera que a sua vida seja modelo para os seus discípulos.

Mas o tema da imitação transcende Mateus 10. Na verdade, Jesus, ao instruir seus discípulos, embutiu uma auto-referência em todos os seus cinco grandes discursos de Mateus.[43] Em cada bloco de ensino, *ele exorta os*

43. Os cinco discursos são: (1) o Sermão do Monte: o coração e a conduta do discípulo (5.1–7.27); (2) A missão dos doze: conduta e perspectiva de missões (10.1-42); (3) As parábolas do reino

discípulos a se conformarem a ele. No primeiro discurso, o Sermão do Monte, Jesus é o arquétipo das Bem-aventuranças (5.3-10). No segundo discurso, como acabamos de ver, ele insiste que os discípulos modelem a sua missão de acordo com a dele. No terceiro discurso, as parábolas do reino, ele é o Semeador (13.3-8,37). Ele inaugura o reino com uma palavra, que é facilmente destruída ou ignorada, como acontece com uma semente. No quarto discurso, Jesus é como o rei que perdoa uma grande dívida, dando exemplo aos discípulos de exercer misericórdia uns com os outros (18.21-35). No quinto, o discurso escatológico, Jesus é como o ladrão no meio da noite, o noivo que se atrasa, o mestre que chama os servos a prestar contas (24.42–25.30). Está claro que era um hábito de Jesus incluir pelo menos um breve tema da imitação em todos os seus ensinos aos discípulos.

Sendo assim, o tema da "imitação de Cristo" permeia os evangelhos e as epístolas. Os evangelhos esperam que a vida de Jesus modele a conduta dos discípulos. Jesus fez o bem no sábado e declarou que é certo todos fazerem o mesmo (Mt 12.9-13; Lc 13.10-16; 14.1-6). Ele valorizou as crianças como membros do reino e esperava que seus discípulos também as valorizassem (Mt 18.2-6; 19.13-15). Ele não se prendia às posses e insistiu que os discípulos tivessem a mesma atitude (Lc 9.58;12.13-34). Estava disposto a se afastar de sua família (Mt 12.47-50; Mc 3.20,21,31-35; Jo 7.2-5) e esperava o mesmo dos discípulos (Mt 8.21,22; Lc 14.26). Acima de tudo, ele sabia que tinha de ser crucificado (Mt 20.19) e alguns discípulos o seguiriam até morte semelhante (Lc 14.27).

Como o tema de imitação se espalha por todo o Novo Testamento, toda narrativa dos atos de Jesus se torna relevante. Quando treinamos grupos seletos, notamos que Jesus escolheu um grupo central de doze. Fazemos amizade com agnósticos, deístas e politeístas porque Jesus era amigo dos pecadores. Dizemos que não basta preencher um cheque e enfatizamos o envolvimento com ministérios de misericórdia porque Jesus tocou os intocáveis.[44] Não exigimos uma ordem independente para sancionar esses pontos. A vida de Jesus é suficiente.

(13.1-52); (4) A comunidade cristã (18.1-35); discurso do Monte das Oliveiras (24.3–25.46): Jesus no futuro de Israel e da humanidade. Mateus marca cada discurso com um refrão final que diz, aproximadamente: "Após ter Jesus dito essas coisas...".

44. N. T. Wright, *Jesus and the Victory of God* (Minneapolis: Fortress, 1996), pp.141,142,148,149,369-442; Ver também de Robert Stein, *The Method and Message of Jesus,* 2ª ed. (Filadélfia: Westminster, 1995), pp.25,26; Gerd Thiessen, *The Historical Jesus* (Minneapolis: Fortress, 1998), pp.431-437.

Usamos até mesmo o exemplo de Jesus para resolver disputas exegéticas. Tomamos Mateus 7.6: "... nem lanceis ante os porcos as vossas pérolas" de modo dialético (às vezes é necessário não julgar [7.1] mas às vezes deve julgar) ou ironicamente (se lançar suas supostas pérolas ante aqueles a quem considera como porcos, eles pisotearão as pérolas e o despedaçarão)? Um modo de resolver a questão é perguntar como os hábitos de Jesus nos informam. Observamos que ele nunca recusou uma pérola a um pecador que o buscava, mas havia vezes em que escondia as pérolas daqueles que se consideravam sábios.[45]

***Princípio 7*:** Quer de modo explícito (suas orações) ou implícito (sua confraternização com pecadores), a vida de Jesus estabelecia padrões para a vida do reino. Aqueles que o imitam também se tornam modelos de justiça.

***Princípio 8*:** Não podemos imitar Cristo quando ele usa suas prerrogativas de divindade no seu ofício messiânico. Como profeta, ele fala a verdade sobre a sua própria autoridade ("Em verdade vos digo"). Como sacerdote, ele se oferece em resgate pelo pecado. Como rei, ele comanda o vento e as ondas e vence Satanás em combate solo. Como juiz, ele sonda os corações e julga o mundo. Nós não podemos imitar esses atos diretamente. Assim, a imitação de Jesus é mais problemática quando os seus atributos divinos, como a onipotência (ressuscitar os mortos, acalmar as tempestades) ou a onisciência (conhecer os pensamentos) são destacados nos textos. É mais plausível imitá-lo quando suas qualidades (fome, cansaço) ou ações (orar, fazer perguntas) humanas predominam.[46]

Juntos, nossos oito princípios sugerem como o Livro de Atos orienta os cristãos. Seu modelo de amizade aberta e generosidade para com os pobres segue o de Cristo (2.42-47). Atos tem outros modelos que repousam sobre os ensinos e a conduta do Cristo ressuscitado, modelos que têm implicações para os cristãos de hoje: (1) Missão é tarefa essencial da igreja. (2) A discriminação racial é incongruente com o evangelho. (3) Deus levanta e dirige a igreja.[47] As declarações resumidas de narrativas

45. Thomas Bennett, "Matthew 7:6 – A New Interpretation", *Westminster Theological Journal* 49 (1987), pp.371-386.

46. Para princípios mais refinados e estudos detalhados de casos relacionados ao tema da "imitação de Jesus", ver Griffiths, *Example of Jesus*, e Tinsley, "Some Principles".

47. F. F. Bruce, *The Acts of the Apostles*, 3ª ed. (Grand Rapids: Eerdmans, 1990), pp.21,22; I. H. Marshall, *Acts* (Grand Rapids: Eerdmans, 1980), pp.49,50.

em Atos, que descrevem a vida costumeira da igreja de Jerusalém, podem ser entendidas como tendo aplicações para outras igrejas.[48] Além do mais, quando homens persistentemente tomam papéis de liderança em Atos, podemos tomar isso como modelo.[49] Porém, onde não há modelo, e onde não podemos repetir acontecimentos singulares, como lançar sortes para o sucessor de Judas (1.23-26), a didática deve orientar a nossa avaliação do descritivo.[50]

Tese 5: As narrativas bíblicas orientam os leitores quanto ao seu uso correto.

As narrativas do Antigo Testamento não possuem nada tão forte como o tema de "imitação de Cristo". Como alguns livros mal avaliam a conduta de suas personagens, concedem com relutância as lições morais. No entanto, muitas possuem lições morais e espirituais embutidas nos seus relatos.

Gênesis abre o convite para tirar conclusões das narrativas. Claramente, Deus se desagradou de Adão e Eva por eles terem se rebelado contra ele (Gn 3). Ele puniu a jactanciosa Babel, onde os homens edificaram uma cidade e fizeram um nome para si em vez de encher a terra (Gn 11). Porém, ele abençoou o fiel Abraão, que seguiu o chamado divino até Canaã, sofreu a circuncisão e ofereceu o filho Isaque a Deus (Gn 12, 17, 22). O Anjo do Senhor declarou: "porquanto fizeste isso e não me negaste o teu único filho, que deveras te abençoarei" (22.15-18).

Muitas narrativas do Pentateuco convidam o leitor a avaliar os atos de Israel. Os leitores de Êxodo 32 reconhecem a idolatria quando os israelitas formaram um bezerro de ouro enquanto Moisés se demorava no Sinai (cf. 20.1-6). O castigo que se seguiu justifica comparar o comportamento de Israel à lei da aliança (32.21-33). Deuteronômio também leva o leitor a encontrar lições morais quando Moisés recapitula os pecados de Israel no deserto (p. ex., Dt 4.3,4,10-14,32-34; 6.13-19; 8.2-5; 9.7-22). Por exem-

48. Alan Brehm, "The Significance of the Summaries for Interpreting Acts", *Southwestern Journal of Theology 33* (outono de 1990), p.39.
49. Barbara Reid, "Choosing the Better Part", *Biblical Research* 42 (1997), pp.23,31. Reid, que é feminista, argumenta de modo convincente que esse é o ponto de vista de Atos, e em seguida exorta seus leitores a "aprender a ler... contra a intenção do terceiro evangelista".
50. John Stott, *The Spirit, the Church, and the World: The Message of Acts* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1990), pp.7,8.

plo, Moisés diz: "Não tentarás o SENHOR, teu Deus, como o tentaste em Massá" (Dt 6.16). Israel havia montado um acampamento em Massá pouco depois do êxodo. Não havia água, portanto o povo murmurou e exigiu água perguntando: "o Senhor está no meio de nós ou não está?" Ou seja, eles achavam que Deus tinha de provar sua presença produzindo água quando eles exigissem (Êx 17.1-7). Considerando os sinais que já haviam testemunhado, nós gememos ao ver a incredulidade daquelas pessoas. Numerosas narrativas permitem comparações semelhantes com a lei ou a profecia, ainda que o leitor tenha de chegar à sua própria conclusão (p. ex., 1Sm 2-3, 13, 15; 2Sm 9; 1Rs 21; 2Rs 22–23). A lista de Deuteronômio das bênçãos pela obediência e das maldições pelo pecado nos convida a avaliar todas as narrativas subseqüentes como exemplos de conduta abençoada ou maldita (Dt 28–32).

Embora muitas requeiram julgamento sutil, as histórias, desde Josué até Neemias, provocam uma avaliação moral e espiritual. Josué demonstra o sucesso que se segue à obediência em Jericó e o fracasso que se segue ao pecado em Ai. Juízes descreve dias quando Israel adorava ídolos e recusou-se a obedecer (2.10-23). Se até mesmo grandes líderes como Sansão tiveram relacionamentos suicidas com pagãos, não é de nos surpreender que cada um fazia o que parecia bem a seus próprios olhos (17.6; 21.25), incluindo a idolatria mercenária e o estupro em grupo (Jz 17-21). No entanto, durante o mesmo período, Rute ilustra que a lei de Deus funciona e traz bênção sobre aqueles que obedecem a ele.

Os livros de 1 e 2 Samuel raramente fazem juízos abertos, mas o destino de Saul, o rei como os das outras nações, mostra a opinião de Deus. No final, Saul é repreendido e está cheio de remorso, mas não penitente; Deus o deixa morto e sem herdeiros. Os livros de Samuel retratam também a Davi como rei exemplar apesar dos seus defeitos, homem segundo o coração de Deus. Inicialmente, o rei ideal (2Sm 6–9), sua fidelidade a Deus estabeleceu o padrão para monarcas futuros (1Rs 11.4,6; 14.8; 2Rs 16.2). No entanto, ele se tornou um pecador flagrante que lutou para manter o controle sobre a sua própria casa (2Sm 11–20).

Os livros de 1 e 2 Reis podem ser indiretos ou diretos. Eles fornecem avaliações sucintas a respeito da maioria dos monarcas ("ele fez o que era mau aos olhos do Senhor") e se recusam a comentar atos individuais. Além disso, os relatos da queda de Israel e Judá resumem seus pecados (2Rs 17.7-23; 24.1-4). Se recordarmos as instruções para os reis em Deu-

teronômio 17, sabemos que Salomão tinha se desviado tão logo o vemos acumulando tesouros, mulheres e concubinas (1Rs 10.14–11.3).[51]

Os evangelhos também fazem alguns juízos explícitos enquanto em geral deixam o leitor chegar às próprias conclusões. Em Mateus, quatro narrativas dramáticas completas louvam diretamente alguém na história. Jesus fala ao centurião fiel de Cafarnaum: "Nem mesmo em Israel achei fé como esta" (8.5-13). Ele elogia a fé da mulher com fluxo de sangue (9.20-22) e a persistente mulher siro-fenícia (15.21-28), e abençoa a mulher que o unge em Betânia (26.6-13).[52] Porém, Mateus tipicamente deixa de fazer juízo explícito em sua narrativa.[53] Contei apenas quatro narrativas dramáticas que não oferecem avaliação moral de personagem algum: o exorcismo dos dois endemoninhados (8.28-34), a alimentação dos cinco mil e dos quatro mil (14.13-21; 15.32-39) e a transfiguração (17.1-8).[54] Outras narrativas dão aos leitores habilidosos informações suficientes para avaliar as suas personagens. Ao avaliar ocasionalmente e dar informações que permitam a avaliação, Mateus demonstra como podemos tirar proveito da sua narrativa.

Como Samuel, Marcos deixa a narrativa falar por si. Lucas, como Mateus, tem poucas narrativas sem avaliação (p. ex., 4.31-37; 9.10-17), no entanto, novamente, poucas com louvor explícito (p. ex., 5.18-26; 7.36-50; 10.38-42; 17.11-19). Ele permite ao leitor tirar conclusões, especialmente nos relatos sobre a última semana. Quando os discípulos caem no sono no Getsêmani, quando Pedro nega três vezes Jesus, quando figuras judiciais promovem o falso testemunho, precisamos que Lucas diga: "Isso foi mau"? Será que ele precisa comentar quando o ladrão na cruz pede a

51. Iain Provain, *1 and 2 Kings* (Peabody, Mass.: Hendrickson, 1995), pp.69,84,91.

52. Narrativas dramáticas são histórias suficientemente desenvolvidas a ponto de estabelecer o caráter de novas figuras ou acrescentar ao nosso conhecimento de personagens conhecidas (Mark Alan Powell, *What is Narrative Criticism?* [Minneapolis: Fortress, 1990], pp.54,55). Eles contrastam com (1) breves relatos dos movimentos de Jesus (p. ex., Mt 4.12,13); (2) relatos sobre numerosas curas sem descrição detalhada de cada uma (4.23-25); (3) relatos de viagens de pregação (9.35; Lc 4.14,15); e (4) relatos de conflitos ou estruturas narrativas que estabelecem o cenário para os ensinamentos. Sobre tipos de narrativas, ver Daniel M. Doriani, *Getting the Message* (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed, 1996), pp.62-64.

53. É claro, o ensino de Jesus muitas vezes louva ou culpa os discípulos (16.17,23) ou os líderes judeus (12.39-42; 23.1-36).

54. O leproso em 8.1-4 poderia ser um quinto caso, embora ele faça uma confissão preliminar e é curado.

Jesus que se lembrasse dele quando chegasse ao seu reino? Com o princípio de "quem não é contra vós outros é por vós" (9.50), a Bíblia inevitavelmente nos leva a aprovar essa pessoa. Tanto então, como agora, a resposta a Cristo e à aliança é soberana.

***Princípio 9*:** Explícita ou implicitamente, as narrativas bíblicas dão orientação suficiente para os leitores.

Tese 6: Existem razões empíricas para acreditarmos que as narrativas têm autoridade

Além das discussões teóricas sobre a relativa autoridade da narrativa *versus* doutrina ou lei, sabemos que os atos falam mais alto que as palavras. O que fala mais alto: um golfista murmurando no 15º espaço do campo de golfe: "Estou extremamente frustrado com este jogo de golfe", ou um golfista batendo o taco no chão e em seguida jogando-o no lago ao lado do turfe? Se o ato fala claramente, uma narrativa bem escrita disso também o fará.

Isso explica as ações simbólicas dos profetas. Quando Jeremias estraga um cinto novo e esmiúça uma panela de barro, a ação grita que Israel será estragada e esmiuçada (Jr 13, 19). Quando ele compra um campo em território ocupado pelo inimigo, está alardeando que o exílio vai acabar, que os seus descendentes terão prazer na terra (Jr 32). Quando Ezequiel se recusa a ficar de luto depois da morte de sua esposa (Ez 4–5, 24), seu ato adverte que o sofrimento de Israel estará além do luto.

Atos simbólicos ainda falam. Suponhamos que um membro da igreja critique veementemente um programa de construção. Ele protesta contras planos de orçamento, acusa a igreja de perder o foco, e traz listas de ministérios em que falta dinheiro. As pessoas podem se cansar dele, mas se ele permanece nos canais oficiais, o comportamento é tolerável. Mas suponhamos que ele entre certo domingo na igreja, com uma tigela na mão, e começa a jogar água sobre o carpete, os bancos, o órgão e o piano, dizendo: "Eu te batizo em nome do Pai...". Suponhamos que ele tome um maço de notas de dinheiro e o jogue no púlpito. Temos agora mais que uma irritação. Os atos falam mais alto que palavras.

***Princípio 10*:** As narrativas podem transmitir algumas lições com força singular. Quando não envolvidos com a teoria, os teólogos muitas vezes assumem a autoridade moral e doutrinária da narrativa. Construímos

a nossa teologia de dar a partir das narrativas de Atos 2, 4 e 11. Moldamos um conceito de dúvida a partir das narrativas de Tomé e Jó. O nosso objetivo é refinar essas intuições.

Resumo

As pessoas tomam decisões jogando moedas porque Israel lançou sorte (Js 7.14-23; At 1.23-26). Como Gideão, elas colocam porções de lã ao relento, embora Juízes retrate Gideão como um homem fraco (Jz 6.36-40). Elas abrem mão de suas posses imitando a igreja primitiva, e acumulam-nas em imitação dos patriarcas.

A fórmula "A narrativa ilustra as doutrinas e os imperativos" não é tão falsa quanto é restritiva demais, porque a vida de Jesus e dos heróis da fé constróem paradigmas para a conduta cristã.[55] Porém, quando saber se um modelo é paradigma? Podemos depurar critérios que evitem os abusos?[56] Não podemos formular regras que barrem todo erro e justifiquem todo uso válido da narrativa, mas podemos nos lembrar das nossas diretrizes.

1. As narrativas bíblicas contam a história da obra de Deus da redenção. Elas descrevem a sua pessoa e a sua obra e os modos em que ele trata com as pessoas, especialmente com o povo da aliança. Como Deus age de acordo com a sua natureza imutável, os atos passados indicam o que ele poderá fazer em circunstâncias paralelas hoje. Como fomos criados à sua imagem, as narrativas podem também mostrar como os que portam a sua imagem devem viver. Por exemplo, o Deus que amava Israel, um bando de estrangeiros e rejeitados, nos chama a amar os rejeitados.

2. Como descrevem a obra de Deus, as narrativas requerem respostas. Elas também ilustram respostas corretas e incorretas para com ele. As culturas sempre mudam, mas a natureza humana tem algumas coisas constantes, de modo que histórias do passado de pecado, redenção e fidelidade falam ao longo dos séculos.

3. No entanto, até no caso daqueles que permanecem mais tempo no palco (Abraão, Moisés, Davi, Pedro), a Bíblia não mostra interesse pelas

55. Fee e Stuart, *How to Read*, pp.77,78,99,101.

56. Lawrence Toombs, "The Problem of Preaching from the Old Testament", *Interpretation* 23 (julho de 1969), p.303.

historietas morais soltas. A Escritura não é um romance de Dostoievsky, em que a apresentação dos acontecimentos conta mais que os fatos. A historicidade tem importância.

4. As narrativas sugerem quando o autor pretende que um protagonista abra precedente. Quando pessoas a quem Deus abençoa pela fidelidade à aliança estabelecem um padrão, temos um precedente, ainda que nos falte um texto-prova. Isso é especialmente verdadeiro se o modelo é correlacionado a algo permanente, como a natureza de Deus, a redenção ou as normas da criação.[57] Os antagonistas colocam precedentes que advertem ou levam ao arrependimento de modo converso.

5. Admitimos limites à imitação. Como a língua, os costumes e as estruturas sociais mudam constantemente, aplicamos as antigas narrativas com cautela, fazendo a exegese caso a caso. Sempre que os agentes de Deus tiveram poder e conhecimento especial para o seu ofício, não podemos imitá-los: não podemos secar os céus ou mandar descer fogo do céu. Quando o ponto se encontra no escopo dos acontecimentos (p. ex, a vida de José, a paixão de Cristo), honramos o seu desígnio, nos abstemos de espiritualizar os incidentais e aprendemos da história completa.

A História ilustra verdade moral e espiritual, mas pode fazer mais que isso. A Bíblia nunca ordena: "Associai-vos aos de fora". Ela jamais diz que os crentes têm permissão para trabalhar em lugares onde suas mãos poderão se sujar, por exemplo, em governos pagãos ou grandes corporações, mas o modelo de envolvimento visível, nas histórias de José, Daniel, Obadias, Ester e outros, fornece uma orientação muito necessária. Se evitarmos a moralização e a tola imitação, a narrativa pode nos orientar, quer tenhamos ou não uma sanção independente.

57. Ver William Larkin, *Culture and Biblical Hermeneutics* (Grand Rapids: Baker, 1988), pp.109-112; Richard Pratt, *He Gave us Stories* (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed, 1990), pp.311-333.

9

UM PLANO PARA A APLICAÇÃO DE DOUTRINA

Algumas coisas se prestam mais que outras às instruções passo a passo. Orientações sobre como cozinhar, preencher o formulário da declaração de imposto de renda, costurar e escrever são algumas coisas que ocorrem em passos distintos. Outras questões são mais instintivas: fraudes em competições de atletismo e auto-análise em testes espirituais vêm à mente. Os crentes contemporâneos já têm dúvidas sobre a relevância da doutrina, mas quando acrescento que nenhuma técnica de cinco passos poderá garantir que surgirão lições comoventes de sermões doutrinários, sinto-me como um meteorologista predizendo que chuvas geladas se seguirão à neve.

No entanto, a sã doutrina fortalece a igreja. Líderes da igreja do passado eram simultaneamente teólogos e pastores. Atanásio, Agostinho, Anselmo, Bernardo de Clairvaux e Calvino tinham paixão tanto pelas pessoas como pela teologia. Eles criam que a teologia edificava a igreja e reformava a sociedade. Assim cria Calvino com respeito a Genebra; assim os puritanos e os Wesleys esperavam pela Inglaterra; assim cria Lutero pela Alemanha. Os pastores podem negar, mas sermões contemporâneos de evangélicos respeitados provam que eles são também pregadores de doutrina. Eles usam a doutrina para oferecer salvação e restauração, tratar de tópicos "quentes" e orientar os que estão sem direção. Além do mais, embora nenhuma técnica garanta uma mudança bem-sucedida da exposição para a aplicação da doutrina, não estamos totalmente desprovidos de planos.

A NATUREZA DA DOUTRINA

Pode ser desconcertante saber que não existe técnica para a aplicação da doutrina, mas este capítulo enfrenta um problema ainda maior: a doutrina não é um gênero da Escritura no mesmo sentido que o são a narrativa, a lei, a poesia e a literatura de sabedoria. Pelo contrário, toda passagem, quer narrativa, sermão, epístola, visão, louvor, lamento ou código legal, gera doutrinas. Na verdade, como toda a Escritura descreve ou reflete os atos redentores de Deus, toda ela tem interesses teológicos e implicações doutrinárias. Recentemente, os teólogos evangélicos não têm se mostrado inclinados a definir a doutrina como verdade proposicional sobre tópicos como a natureza de Deus, da humanidade e da igreja. Eles preferem defini-la como interpretação normativa dos atos de Deus de criação e redenção[1] ou como a aplicação da verdade bíblica a novas situações.[2]

Assim, não apresentamos princípios exegéticos especiais para relacionar-se com passagens doutrinárias. Seguimos os passos usuais de determinar o significado do autor e a recepção dos ouvintes. Ou seja, as doutrinas não são encontradas nos discursos doutrinários – textos reconhecíveis por sua discussão abstrata a respeito de Deus: pecado, anjos, expiação e juízo. Toda a Escritura é doutrinária, não menos nas narrativas de Gênesis e Mateus e nas leis de Êxodo e Tiago. Sempre que Deus age e seus servos interpretam a Escritura, a doutrina está ali. Em suma, as passagens doutrinárias da Escritura diferem muito dos livros didáticos sobre teologia sistemática, histórica ou polêmica.

Se a doutrina é a interpretação correta dos atos de Deus, não podemos ligar a narrativa, a ética e a doutrina como três gêneros equivalentes com seu próprio conteúdo e suas regras de interpretação. Mais precisamente, as narrativas são fundamentais; a doutrina e a ética são derivados. A doutrina e a ética surgem à medida que o Senhor interpreta seus atos, quer por fala divina direta quer por orientar seus porta-vozes.[3] Na ética, deve-

1. Essa definição se baseia em Alister McGrath, *The Genesis of Doctrine* (Grand Rapids: Eerdmans, 1997), pp.1-5; Richard Lints, *The Fabric of Theology* (Grand Rapids: Eerdmans, 1993), pp.66-74; e conversas com meu colega Michael Williams.
2. John Frame, *The Knowledge of the Doctrine of God* (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian ands Reformed, 1987), pp.76-85.
3. Aqui assumimos a autoria dupla da Escritura: Deus, principal autor, às vezes exerce sua prerrogativa de declarar, com uma voz do céu, o significado de um acontecimento (p. ex., Gn

mos agir de modo rudimentar como Deus age nas narrativas e tornar-nos conforme o seu caráter à medida que ele o revela na História. Na doutrina, a comunidade cristã reflete sobre o significado do ministério de Jesus, sua morte e ressurreição. Parte dessa reflexão enfocará o falar divino direto, como no discurso de Jesus no caminho de Emaús (Lc 24) e a palavra de Deus a Moisés na sarça ardente (Êx 3.4-15). Ainda assim, as formulações doutrinárias começam mais freqüentemente com profetas ou apóstolos que meditam sobre atos divinos. Anteriormente, chamamos as doutrinas de "verdades cardeais da fé" e "fundamentos do sistema cristão de crença". Porém, o ponto de partida para um sistema de crença cristão é a ação divina, não especulações sobre Deus e o mundo.

Muitas vezes, as declarações doutrinárias surgem de esforços de aplicar a verdade dos atos e do caráter de Deus a novas situações, de modo a ver corretamente e comportarmo-nos de modo correto neles. Assim, livros como 2 Timóteo, Hebreus e 1 Pedro baseiam-se na vida de Cristo para formular uma teologia do sofrimento e uma ética da perseverança. Do mesmo modo, os profetas viam a impiedade de Israel como imoralidade, mas mais como infidelidade ao Deus que a tinha redimido e "se casado" com ela.

A visão de doutrina aqui apresentada vai contra uma idéia mais antiga de que formulamos as doutrinas ao juntarmos diversas passagens, colhendo verdades pela indução, e arranjando os resultados em sua ordem correta ao redor de cabeçalhos tópicos, como as doutrinas de Deus, da criação e da igreja.[4] Na pior das hipóteses, professores ineptos disparam em busca de uma concordância, compilam uma lista de versículos ligados apenas pelo surgimento de uma palavra-chave, tirando-os de seus contextos, e resumem os resultados como sendo "O que a Bíblia diz a respeito do assunto X".

Ninguém defende um uso tão imprudente da Escritura. Ainda assim, a igreja precisa que seus líderes resumam o ensino da Bíblia toda a respeito de temas-chave. Os líderes precisam tratar dos temas do momento da nossa cultura (p. ex., jogos de azar, questões de feminismo e machismo, de opção sexual), controvérsias na igreja (p. ex., estilos de música e culto) e questões pessoais (p. ex., como lidar com a doença, o divórcio ou a

22.12,16-18; Êx 32.7-10). Com maior freqüência, ele orienta os seus agentes a falar por ele (Gn 22.14; 1Sm 17.45-47).

4. Frame, *Doctrine of God,* pp.76-78.

prosperidade). Nenhuma passagem sozinha responde completamente a essas questões. No entanto, como elas são válidas, temos de saber como enfrentá-las. Não podemos fugir das perguntas difíceis.

Dois princípios nos norteiam. Primeiro, quando nenhum texto sozinho oferece resposta completa, devemos colher idéias de textos que ofereçam testemunhos breves, parciais e tangenciais. Ou seja, servimos a igreja fazendo perguntas doutrinárias na forma de: "O que toda a Bíblia ensina sobre o tópico X?". Segundo, temos de desenvolver uma lição doutrinária ou tópica com habilidade interpretativa. Mesmo nos estudos tópicos, os mestres deverão seguir princípios de interpretação que sejam bem-fundamentados. Recusando-nos a tirar passagens do seu contexto, devemos utilizá-las de acordo com o seu lugar no desenrolar do processo de revelação.

Modelos para o desenvolvimento de estudos tópicos

As quatro condições da humanidade

No mínimo, organizamos e sintetizamos a verdade por meio de quatro pontos básicos no relacionamento da humanidade com Deus: na criação, depois da Queda, depois da redenção e na nova criação.[5] Da criação, detectamos os propósitos originais e princípios básicos de Deus, os pontos fixos para toda a discussão. Da Queda, vemos os efeitos da maldade humana e da maldição; percebemos como as coisas podem dar errado e como restringir, regular e remediar o mal. Da redenção, descobrimos a poderosa cura de Deus para o pecado à medida que ela se desenrola nas suas alianças e tem o seu clímax em Cristo. Da nova criação, obtemos esperança para o nosso labor e percepção do futuro à medida que este começa a romper no presente. Essa abordagem funciona melhor com instituições fundamentais como o trabalho e o casamento, pois temos informações a respeito destas em todos os quatro pontos. O trabalho oferece um exemplo que serve como precedente:

1. *Na criação*, vemos que o trabalho é bom, porque Deus o ordenou desde o princípio. Na criação, o próprio Deus trabalhou. Ele planejou, criou e formulou a realidade. Ele salpicou flores, animais, plantas, minerais, sons e cores nos céus acima e na terra embaixo. Durante a criação,

5. De modo geral, este material segue Christopher J. H. Wright, *Walking in the Ways of the Lord* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1995), pp.14-23.

chamou as coisas à existência, depois as formou e ordenou, de modo que elas proclamam as obras de suas mãos (Sl 8.3; 19.1). Em seguida, Deus descansou, estabelecendo o ciclo de trabalho e descanso. Ele ainda supervisiona a criação, cuidando do seu reino e regando-o (Sl 104.10-22). Isso demonstra que o trabalho é bom em si mesmo, e que os seres humanos refletem a imagem de Deus quando trabalham.

2. *Depois da Queda* o trabalho se transformou em labuta, suor do rosto e frustração por causa dos espinhos e abrolhos. Hoje, o pecado impregna o trabalho. Carros construídos na manhã da segunda-feira sofrem por causa da ressaca. Projetos completados na tarde da sexta-feira sofrem por causa da pressa. As pessoas trapaceiam quando produzem bens e enganam ao vendê-los. Desenhistas omitem ou encobrem defeitos nos produtos. Ignorância, preguiça e malícia causam tristeza a muitos.

3. *Depois da redenção*, o trabalho recupera uma parte da sua glória original. Permanecem o pecado e a frustração, mas o trabalho mais uma vez tem propósito. Como Paulo, podemos cumprir com fervor as tarefas dadas por Deus. Como Jesus, podemos ter satisfação nas nossas realizações. Como disse ele: "A minha comida consiste em fazer a vontade daquele que me enviou e realizar a sua obra" (Jo 4.34). Na redenção, Deus começa a nos refazer à sua imagem. Isso inclui a restauração para a tarefa de cuidar da criação para ele e a dirigir. Somos vice-regentes do rei, vice-presidentes do presidente.

4. *Na glória*, o trabalho, purificado do pecado e da frustração, continuará. Quando Cristo voltar, os fiéis serão colocados "sobre o muito" (Mt 25.21,23). Isso certamente significa trabalho, mas como é uma recompensa, entendemos que a fadiga do trabalho não existirá mais.

O fluxo da história da aliança

Ainda que útil, a abordagem das "quatro condições" não se presta a tópicos que se desenvolvem substancialmente ao longo do tempo ou exigem nuanças cuidadosas. Para estas, traçamos o ensino bíblico conforme revelado progressivamente nas alianças com Adão, Noé, Abraão, Moisés, Davi e Cristo. Os pastores têm em mente que pelo menos as alianças de Moisés e Davi têm variedade interna substancial. Por exemplo, a era davídica teve subépocas como o reino dividido, a queda do Norte, e os períodos de exílio e pós-exílio, para mencionar algumas.

Podemos aplicar essa abordagem à teologia de governo. Em vez de correr para Romanos 13, começamos com Adão e descobrimos que governar é fundamental para os seres humanos, a quem Deus ordena governar a criação em seu lugar. Na época de Noé, Deus colocou nações e povos dentro de limites, chamando à existência os governos (Gn 10; Dt 32.8; At 17.26). Logo, porém, a maldade concentrou-se no governo humano e levantou a mão contra o céu.[6] Depois do dilúvio, Deus disse: "Espalhem-se", mas Babel recusou, tentando construir uma torre e um nome para si (Gn 11.4). Mais tarde, Nabucodonosor se gabou: "Não é esta a grande Babilônia que eu edifiquei?" (Dn 4.30). Isaías entendeu a tendência do estado à autodeificação. Em Isaías, o Senhor diz: "Eu sou o SENHOR, e não há outro; além de mim não há Deus; eu te cingirei, ainda que não me conheces" (Is 45.5) e Babilônia arremedou: "Eu só, e além de mim não há outra" (Is 47.8).

No entanto, mesmo dentro de Israel, o governo é ambíguo. Moisés deu leis que proibiam os reis de acumularem riquezas ou mulheres ou que eles se comportassem como os potentados orientais (Dt 17.16-20). Antes de Deus consentir em instituir uma monarquia, Samuel advertiu que os próprios reis de Israel abusariam do poder, roubariam terras, acumulariam riquezas e tomariam escravos (1Sm 8.10-20). Outras leis mosaicas anteciparam e regularam os abusos dos poderosos, proibindo o suborno, o favoritismo e (para nós) o estranho pecado de acumular terras e bens.

Houve reis piedosos, é claro, mas a maioria deles foi perversa ou imprestável. Os profetas muitas vezes falavam contra os abusos do governo opressor; no entanto, José, Daniel, Neemias, Ester e outros demonstram que é possível aos piedosos servir em lugares de impiedade. Habacuque protestou contra a voracidade da Babilônia, mas Jeremias orou pela cidade (Jr 29.7). Vemos claramente uma ampla gama de respostas ao governo, não sendo a menor a esperança de um Rei que reinará com justiça.

O ensino da Nova Aliança enfatiza a submissão ao governo e o conflito com o mesmo. Romanos 13 nos ordena e Atos demonstra que os cristãos se submetiam às autoridades que governavam. Porém, João Batista e Jesus sofreram, ambos, o assassinato dirigido pelo Estado e as autoridades ameaçaram punir os apóstolos simplesmente pelo fato de eles pregarem. Quando proibidos de pregar, decidiram obedecer a Deus e não aos

6. Jacques Ellul, *The Meaning of the City* (Grand Rapids: Eerdmans, 1970).

homens (At 4.29). Assim, o chamado para submeter-se às leis e aos impostos (Rm 13) é equilibrado pela visão de governo como a besta que blasfema contra Deus e combate os santos (Ap 13).

Estudos como este mostram como cada época acrescenta à luz dada na era anterior. Progressivamente, a verdade edifica sobre a verdade.

Usando as quatro perguntas que as pessoas fazem

Uma terceira estratégia para estudos doutrinários ou tópicos é organizá-los ao redor das quatro perguntas feitas pelas pessoas (ver caps. 5–6). Especialmente para tópicos com implicações éticas claras, podemos promover o equilíbrio ao alistar os deveres, as características que permitem o seu desempenho, os objetivos que levam à ação e as sugestões para distinguir a verdade de seus falsos imitadores. Essa abordagem facilita a eficácia mais do que o costume de organizar palestras ao redor dos acidentes de aliteração (e conseqüente luta para fazer todo ponto começar com "P"). Usemos as quatro perguntas para delinear três estudos tópicos: liderança na igreja, distinguir desejos de necessidades e namoro.

Quanto à liderança, é *dever* do presbítero fazer discípulos, ensinar e promover pureza de doutrina e vida. No entanto, a descrição do presbítero em 1 Timóteo 3 destaca o *caráter* mais do que as atividades. O caráter piedoso é o que equipa o líder para liderar. Os *objetivos* do presbítero incluem o crescimento, a pureza e a paz da igreja. Porém, qualquer estudo de liderança deverá *discernir* por que as igrejas têm a tendência de escolher homens dominadores e bem-sucedidos para o ofício, mais de acordo com as qualificações empresariais do que as qualificações bíblicas.

Quanto à questão de desejo *versus* necessidade, os adultos têm o *dever* de suprir as necessidades básicas de alimentação, vestuário e abrigo para eles e seus filhos. Porém, tanto os ricos quanto os pobres têm a tendência do defeito de *caráter* da avareza, da preocupação, da ganância e da ingratidão que promove comparações de autocompaixão com outras pessoas que possuem mais do que nós. Isso complica a tarefa de separar os desejos das necessidades. Depois que suprimos as necessidades e celebramos a abundância de Deus, é nosso *objetivo* usar os bens para construir o reino de Deus e suprir as necessidades de outros. Porém, para nos tornarmos generosos, temos de *discernir* as tendências culturais que levam até mesmo os ocidentais ricos a se sentirem pobres e terem medo de perder tudo o que possuem.

Finalmente, quanto ao namoro, o nosso *dever* é permanecermos sexualmente puros, mas o problema é que a pureza é a última característica de *caráter* que algumas pessoas desejam. Uma vez que *discernimos* os efeitos destrutivos da cultura ocidental de namoro, o modo como ela favorece a tentação, os pais e líderes cristãos devem se unir para alcançar o *objetivo* de pureza para os nossos jovens. Uma simples proibição do namoro pode ter pouco efeito; oferecer diversas atividades em grupo orientadas para jovens rapazes e moças é algo mais promissor.

Desenvolvimento de lições doutrinárias

Caminhos estabelecidos

Tendo examinado formas de gerar conteúdo para estudos doutrinários ou tópicos, agora devemos considerar o desafio para o pastor de tomar uma idéia doutrinária existente e demonstrar como é relevante para a congregação. Tanto os pais da igreja quanto os pastores contemporâneos têm a tendência de mudar instintivamente, sem aparente percepção metodológica, da doutrina para o seu significado. Indiferentes quanto a atravessar o limite confuso entre as idéias e sua relevância, eles trabalham sem um método visível.

Quando lhe perguntaram como ele obtinha idéias, o cartunista Bill Watterson disse que toma uma folha de papel em branco, fita o espaço, deixa a mente vaguear e tenta ver os resultados pelos olhos da personagem.[7] O trabalho do pastor com uma doutrina pode parecer por demais semelhante a isso: fite uma doutrina, medite nela e veja o que vem à mente. Aqui a intuição é muito importante; no entanto, existe muito mais na aplicação de uma doutrina do que esperar obter entendimentos aleatórios. Existem modelos para se encontrar relevância. A espinha dorsal da aplicação da doutrina é o chamado para crer nela e pensar, sentir e agir de acordo com essa crença. Podemos organizar o trabalho do mestre sob quatro rubricas: "Essa é a realidade"; "Essas são as implicações da realidade"; "Essa é uma questão perene", e "São esses os que precisam da mensagem".

7. Bill Watterson, *The Calvin and Hobbes Tenth Anniversary Book* (Kansas City: Andrews and McMeel, 1995), pp.19,20.

1. "*Essa é a realidade.*" A maior parte dos sermões doutrinários faz declarações sobre a pessoa e a obra de Deus, ou a natureza da humanidade e da criação, e em seguida deixa os ouvintes chegar às suas conclusões. Consideremos as seguintes declarações que ouvi em sermões recentes:

- Os redimidos são filhos da luz, não das trevas. Deus nos fez para andarmos na sua luz.
- Cristo está voltando, e o melhor modo de nos preparar para a sua volta é andar com ele fielmente dia a dia.
- O Deus santo vê e se importa com tudo o que fazemos, de modo que tudo o que fazemos está investido de significado. O menor ato de bondade ou de egoísmo tem importância porque importa para Deus.
- Nos tempos bíblicos, os amigos compartilhavam seus valores e suas aspirações. A Bíblia diz que aquele que é amigo do mundo é inimigo de Deus. Não se pode ser amigo de Deus e do mundo.

Observe, primeiro, que essas declarações são verdadeiramente doutrinárias. Elas fazem afirmativas de primeira ordem sobre a pessoa e obra do Deus Triúno – ele é Redentor, ele voltará, ele é santo e onisciente. Segundo, embora não haja mandamentos aqui, as declarações parecem relevantes; as afirmativas sobre a pessoa e a obra de Deus deixam implícito algo sobre a nossa crença, atitude ou ação. Terceiro, elas repousam sobre a autoridade bíblica. Talvez o professor tenha de demonstrar, esclarecer ou responder a objeções a seus pontos, mas espera-se da igreja que creia no que Deus diz sobre a realidade, e aja de acordo com isso.

2. "*Essas são as implicações da realidade.*" Um segundo tipo de aplicação faz uma pausa para declarar as implicações da doutrina, sejam elas óbvias ou obscuras. Considere alguns exemplos:

- Deus criou o mundo e o confiou aos humanos. Portanto, cuide bem dele.
- Nosso corpo é templo do Espírito Santo. Portanto, glorifique a Deus com o seu corpo.
- Jesus ofereceu a si mesmo em sacrifício perfeito e final pelo pecado. Portanto, não tente você mesmo expiar seus pecados, mas aceite o sacrifício de Cristo.

- Jesus intercede por nós à destra do Pai, e o Espírito ora por nós com gemidos inexprimíveis. Portanto, console-se, sabendo que todas as suas necessidades são representadas diante do Pai.
- Cada um de nós é totalmente pecador. Espere, portanto, que todo ser humano o decepcione.

Para a doutrina do pecado, há outras implicações claras – temos de nos arrepender, buscar a misericórdia de Deus em Cristo, ser humildes e evangelizar os pecadores. Pensamentos adicionais nos vêm quando procuramos por idéias, perguntando quem precisaria delas, quem resistiria a elas. Tome, por exemplo, a idéia de que devemos esperar nos decepcionar com pecadores. Os novos convertidos precisam aprender dos relatos de Moisés e Pedro que até mesmo os líderes crentes os desapontarão. As pessoas com exagerada autoconfiança devem ouvir que elas desapontarão a si mesmas – nas ações, emoções e meditações. Finalmente, todos devem procurar crescer em santidade, mas todos devem reconhecer que todo remédio pelo pecado falhará em parte, pois a libertação final do pecado é obra de Deus.

Para cada doutrina, mencionamos apenas uma ou duas implicações, mas muitas doutrinas permitem séries inteiras de inferências, como Calvino amplamente demonstrou. Por exemplo, depois de definir e defender a doutrina do governo providencial de Deus de todas as coisas passadas, presentes e futuras, Calvino usa 18 páginas para expor as suas ramificações "para o nosso maior benefício".[8] Mesmo a exposição precedente insere apartes edificantes. Assim, ele diz que os que conhecem o poder de Deus "repousam seguros na proteção" daquele que controla todas as coisas prejudiciais que tememos.[9] As meditações propositadamente práticas de Calvino passam então a desenvolver os seguintes pontos (e outros mais):

- A Providência requer humildade; não devemos chamar Deus para prestar contas de seus atos, mas "reverenciar seus juízos secretos" e "considerar sua vontade a causa verdadeiramente justa de todas as coisas".[10]

8. Ver também os extensos comentários de Calvino sobre a liberdade cristã (*Institutes of the Christian Religion* [Filadélfia: Westminster, 1960], 3.19.1-16). Como diz ele, a liberdade é "um apêndice da justificação e é inútil entender o seu poder" (3.19.1). Ver também 3.21.1-4 sobre eleição e 4.1.1-12 sobre a igreja.
9. *Ibid.*, 1.16.3.
10. *Ibid.*, 1.17.1-2.

- Os piedosos não murmurarão contra a vontade de Deus nem desistirão fatalisticamente de planejar. Ordenamos nossos afazeres, sabendo que Deus emprega nossos meios para efetuar a sua providência. Submetemos nossos planos à sua vontade.[11]
- Em vez de nos exercitar contra a providência divina, encontramos consolo nela, pois "o Senhor vela pelos caminhos dos santos... com grande diligência". Deus cuida das minúsculas andorinhas. Ele tem poder para vencer a maldade da humanidade. Esse conhecimento nos dá "paciência na adversidade e... liberta da preocupação quanto ao futuro".[12]
- A doutrina da providência ajuda na adversidade. Lembrando que Deus as quis, temos "remédio efetivo contra a ira e a impaciência". Quando feridos por homens maus, vamos a Deus, crendo que "aquilo que nosso inimigo fez maldosamente contra nós foi permitido e enviado pela justa dispensação de Deus".[13]
- Ainda assim, não devemos negligenciar as "causas intermediárias". Deus concede benefícios, mas as pessoas são seus agentes. Se sofrermos devido à negligência, atribuiremos tanto à vontade de Deus quanto ao nosso erro. Portanto, buscaremos aconselhamento, ajuda e "todo instrumento legal da providência divina" ao fazermos qualquer coisa.[14]
- A mente piedosa deve encontrar felicidade na doutrina da providência. Os perigos ameaçam a cada esquina – fogo, armas, animais ferozes, perigos da viagem, ameaça de fome. Porém, em vez de permitir que os perigos nos aterrorizem, confiamos que Deus reina sobre tudo em sabedoria, não permitindo que nada nos toque exceto o que ele tem ordenado.[15]

A abordagem de Calvino é a mais antiga, a mais comum e a menos metodológica de aplicar a doutrina: declare a doutrina, e então medite nela. Conhecendo a fragilidade humana, os pregadores perguntam: "Como essa doutrina cura?" Conhecendo o pecado humano, os mestres perguntam: "Como isso chama ao arrependimento e à restauração?"

3. "*Essa é uma questão perene.*" As porções doutrinárias da Escritura tipicamente tratam de questões perenes. Um pregador poderá expor passa-

11. *Ibid.*, 1.17.3-5.
12. *Ibid.*, 1.17.6-7.
13. *Ibid.*, 1.17.8.
14. *Ibid.*, 1.17.9.
15. *Ibid.*, 1.17.10-11.

gens sobre a relação entre a fé e as obras de Gálatas ou Efésios, e então dizer: "Como naquele tempo, também agora... essa doutrina tem implicações para hoje". Outro poderá estudar os métodos missionários de Paulo e tirar conclusões quanto à sua visão das religiões pagãs e seus adeptos. Como Paulo encontrava politeístas pagãos e tipicamente nós encontramos agnósticos ou perversão do monoteísmo, dizemos: "Como foi então, assim também, até certo ponto, agora...".

A maioria das doutrinas bíblicas trata de perguntas teológicas perenes sobre Deus e sobre a humanidade:

- Como é Deus? Quem goza de bom relacionamento com ele? Em que base?
- Por que não consigo me controlar? Por que não consigo simplesmente fazer o que resolvi?
- Como fazer sentido das dificuldades da vida, desde a morte até a perda de emprego? Deus se interessa pelas minhas tristezas? Pelo meu desejo de prover para *mim* e para *minha* família?

Quanto a esse último ponto, a Bíblia trata da brevidade e da incerteza da vida, mas como as formas de pobreza mudam de uma cultura para outra, nunca trata dos fenômenos exatos de desemprego, diminuição de renda e dispensa de empregados. Ainda assim, se a Escritura fala a uma situação semelhante a nossa, podemos fazer ajustes. Podemos perguntar: "Dada essa resposta bíblica a uma questão perene, o que se pode deduzir?"

4. *"Quem precisa dessa mensagem?"* Os puritanos eram mestres na arte de aplicar uma doutrina a pessoas em diversos estágios da vida. Faziam um ponto sobre o lar, e em seguida o reformulavam para o marido e a esposa, o mestre e o servo, o pai ou a mãe e o filho.[16] Eles faziam uma declaração sobre a sociedade e reformulavam a mesma para ricos e pobres, magistrados, pastores e militares, fazendeiros e mercadores.

No seu famoso sermão, "Pecadores nas mãos de um Deus irado", Jonathan Edwards ganha a atenção de seus ouvintes desse modo. Ele

16. William Gouge, *Of Domestic Duties* (Londres, 1622); John Dod, *A Plaine and Familiar Expositions of the Tem Commandments* (Londres, 1612).

adverte que qualquer pessoa pode estar morta e no inferno dentro de um ano. Então, terão tempo para lastimar a sua indiferença a esse sermão por toda a eternidade. Se essa ameaça não os move, ele os admoesta por geração. Os idosos deverão saber que acumularam ira contra si mesmos. Sua "culpa e dureza de coração" são grandes, se desprezarem a misericórdia de Deus. Jovens moços e moças devem agarrar "a extraordinária oportunidade" de renunciar "às vaidades juvenis". As crianças também têm de saber que o inferno as espera. "Você se contentará em ser filho do diabo, quando tantas crianças... se tornaram filhos santos e felizes do Rei dos Reis"?[17]

Os pregadores ainda podem marchar através dos grupos por idade ou posição social com bom efeito. Por exemplo, uma teologia de trabalho, posição e lazer se aplica de modo muito diferente a estudantes, profissionais no início da carreira, no meio da carreira, no final da carreira, e aposentados. Uma teologia de casamento e família se aplica de modo diferente para noivos, recém-casados, pais de bebês, de crianças que começam a andar, crianças pequenas, crianças maiores, adolescentes e filhos adultos. Uma teologia de mordomia funciona de um modo para os pobres, de outro para as classes média e opulenta.

Como já dissemos, a autoconsciência metodológica dos professores pode ser limitada. Eles meditam e oram tendo uma tela ou folha quase em branco diante deles. Dependem de intuição e observação. Eles habitam no mundo da Escritura; no entanto, habitam na sua própria época. Comentam sobre a diferença e propõem modos de unir mais os dois mundos. Por mais desatenciosos que sejam para com os métodos, ainda podemos refinar a sua prática a fim de dar a pregadores inexperientes um ponto de partida e ajudar comunicadores maduros para o dia quando seca o poço da intuição.

Listas de verificação para pregadores

Os instintos de professores-mestres os levam a quatro caminhos de aplicação: (1) essa é a realidade; (2) essas são as implicações da realidade; (3) essa é uma questão perene; e (4) são esses os que precisam da mensagem. Porém, alguns pregadores usam conscientemente listas de verificação para obter mais opções para a aplicação. Uma lista útil, orientada

17. Jonathan Edwards, *The Works of Jonathan Edwards* (Carlisle, Pa.: Banner of Truth, 1974), 2:11.

para o pregador, usa as perguntas básicas: quem, o que, quando, onde, por que e como?[18] Essas perguntas funcionam com passagens narrativas e éticas, mas muitas funcionam melhor com doutrina:

1. *Quem* precisa dessa doutrina? Pessoas ou grupos? Se grupos, a nação, a igreja, uma empresa, uma profissão? Se pessoas, quais? Cristãos ou não-cristãos? Jovens ou velhos? Os auto-suficientes e os hipócritas ou os humildes e de coração quebrantado? Pessoas com dificuldades nos relacionamentos, na vida espiritual, de vocação, comportamento social, dinheiro ou seus pensamentos? Em outra linha, quem resistirá a essa doutrina ou a entenderá de modo errado, e como nos contrapor às suas objeções? Se apresentarmos as pessoas à doutrina da providência de Calvino, devemos tratar dos conceitos errados (fatalismo) e réplicas (as pessoas não são livres?) antes que possamos aplicá-la.
2. *O que Deus requer?* Lembre-se de que a fórmula para a aplicação de declarações doutrinárias é: "Se a doutrina X for verdade, o que devemos deduzir?" Se estivéssemos ansiosos para praticar esse ensinamento, como começaríamos? O que devemos crer ou fazer? Como a doutrina dirige os sentimentos ou as emoções?
3. *O que Deus promete?* Seu sim é sim, e assim, quando ele diz que fará determinada coisa, isso funciona como uma promessa. Os cristãos se beneficiam quando os conduzimos às asseverações de Deus sobre quem ele é e o que ele fará.
4. *Quando e onde* encarnamos essa doutrina? Aqui os pastores procuram realismo e especificidade situacional, com instruções tão concretas que é difícil evitar.
5. *Por que* devemos praticar essa doutrina? *Como* podemos praticar o que ela ensina? Esta é a pergunta da motivação. Aqui os pastores devem ensinar a obediência não pela culpa, pela vergonha ou pelo simples dever, mas por confiar no Senhor que tudo sabe e que só fala a verdade. Aqui devemos lembrar aos nossos ouvintes que a misericórdia de Deus é que nos conduz à obediência e a um desejo de desenvolver a nossa salvação com temor.

18. Ver Bryan Chapell, *Christ-Centered Preaching* (Grand Rapids: Baker, 1994), pp.204-211; Gordon Fee, *New Testament Exegesis* (Filadélfia: Westminster, 1983), pp.132,133; Sidney Greidanus, *The Modern Preacher and the Ancient Text* (Grand Rapids: Eerdmans, 1988), pp.182-187; William Klein, Craig Blomberg e Robert Hubbard, *Introduction to Interpretation* (Waco: Word, 1993), pp.411-425; Grant Osborne, *The Hermeneutical Spiral* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1991), pp.347-353.

A minha lista pessoal para averiguação acrescenta mais dois pontos:

1. *Dirija-se à pessoa por inteiro* – cabeça, coração, mãos e boca. Ou seja, que idéias, atitudes, emoções, ações e expressões são coerentes com essa passagem? Para a mente, em que verdade devemos crer? Que idéias contrárias devemos rejeitar? Que comprometimentos intelectuais devemos vigiar? Lembre do poder explanatório da doutrina. Quais os enigmas da vida que essa doutrina poderá resolver? Para o coração, que temores ou ansiedades resistem ao ensino? Que consolo ou encorajamento ela oferece? Para as mãos, já notamos o que fazer e como, quando e onde? Para a boca, que linguajar devemos rejeitar? Que palavras dizer a Deus e aos outros?
2. *Lembre da graça.* Sempre devemos nos lembrar da graça, pois é possível o ensino doutrinário, como o ensino ético, distorcer os motivos para a vida cristã. A fórmula para a aplicação do ensinamento ético pode se tornar: "Faça isso porque é certo fazê-lo". A fórmula para a aplicação da doutrina se torna: "Creia e aja dessa maneira porque isso põe a verdade em prática". Essas fórmulas são válidas até certo ponto, mas são truncadas. A fórmula ética esquece que fazemos o que é certo porque Deus nos perdoou, nos recriou, nos comprou e nos chamou para sermos unidos a Cristo, submissos à sua vontade, conformes à sua pessoa. A fórmula doutrinária esquece que a verdade teológica é cristocêntrica. A doutrina do pecado indica a nossa necessidade de Cristo. A doutrina da redenção relata a obra de Cristo. A doutrina de Deus descreve o caráter do Deus que nos salva em Cristo. A doutrina do Espírito Santo nos diz como ele aplica a obra de Cristo em nós. Nenhuma verdade doutrinária repousa isolada de Cristo e sua graça.

ESTUDOS DE CASOS

Há pouca inovação nas listas e nos modelos que acabamos de examinar, mas elas apresentam uma alternativa à esperança de simplesmente obter entendimentos aleatórios e sussurrar para nós mesmos: "Eu queria tanto ser mais criativo...". Nesse caso, entregaríamos um "sanduíche de realidade" e deixaríamos os ouvintes ver por eles mesmos o significado. Ou, se quisermos ser mais didáticos e diretivos, podemos usar as listas acima. Parece que os pastores usam essas perguntas ou técnicas espontaneamente quando andam de ouvidos, mente e coração abertos. Ao fazer essa lista, os professores podem ir além dos seus instintos.

Algumas passagens são indubitavelmente doutrinárias, descrevendo diretamente o caráter e a obra de Deus. Outras geram doutrina quando achamos que é útil sintetizar ensinamentos encontrados ao longo de toda a Escritura, ou quando as dificuldades com a interpretação de passagens difíceis levam a idéias que se chocam com fundamentos cristãos.

Porém, o nosso modelo de aplicação nos lembra que assim como algumas passagens geram doutrinas relevantes, o ensino doutrinário também começa quando as pessoas levam suas perguntas à Bíblia. Das quatro perguntas feitas pelas pessoas – O que devo fazer? Quem eu devo ser? Para onde devemos ir? Como posso ver? – todas, exceto a primeira, requerem respostas doutrinárias.

Esses pontos não são difíceis no nível teórico, mas a sua prática é outra questão. Portanto, vamos examinar alguns exemplos para ver como um texto e perguntas doutrinários podem criar uma diversidade de aplicações teocêntricas. A primeira trata de uma pergunta que as pessoas levam à Escritura: "Como posso ser uma boa pessoa?" A última faz exegese de uma passagem carregada de doutrina, João 10, que possui tanto implicações óbvias como escondidas. Entre essas estão esboços do modo como a doutrina responde a perguntas importantes.

Aplicação da doutrina de Deus: um bom homem de família

Como a minha dissertação examinava ensinos bíblicos sobre a família e eu tenho profundo interesse pelo assunto, não é de surpreender que há muitos anos tenho feito palestras e escrito sobre a família e a hombridade. Desde minhas primeiras experiências como professor, aos 26 anos, minha abordagem mudou de modo dramático. A exposição de textos bíblicos (p. ex., Gn 2.18-25; Ef 5.21–6.9) e o odor do legalismo brando dominavam minhas primeiras mensagens. Eu enfatizava o que o homem piedoso faria, o que ele devia fazer, em obediência a Deus. A metamensagem era: "Faça essas coisas e Deus abençoará a você e a sua família".

Com o passar do tempo, as minhas ênfases foram mudando à medida que comecei a encontrar mais homens com o casamento, a carreira e a confiança despedaçados, e à medida que eu comecei a ver mais claramente a minha própria incapacidade. Comecei a me afastar das regras que resolvem problemas e a olhar para a obra e pessoa de Deus como a primeira fonte de orientação. Em seguida, examinei a natureza humana e a sociedade. As regras vi-

nham em terceiro lugar. Falei do poder da cultura de nos desviar, da nossa fraqueza, da graça de Deus, do seu desejo de nos fazer novamente à sua imagem. Em suma, comecei a enfatizar a teologia e rotulei de modo diferente a minha série sobre a hombridade bíblica: "Um homem segundo o coração de Deus". Permita que, em breves traços, eu fale de seus temas, convidando-o a observar o modo como a relevância surge da doutrina de Deus.

Devemos iniciar com a graça transformadora de Deus e a necessidade que todo homem tem dessa graça. Como diz Paulo: "pois todos pecaram e carecem da glória de Deus" (Rm 3.23). Aqui ele diz duas coisas sobre nosso pecado, não uma. Primeiro, "todos pecaram" significa que violamos a lei de Deus e pisoteamos os seus mandamentos, ofendemos Deus e a humanidade. Segundo, "carecem da glória de Deus" significa que perdemos a glória dada por Deus quando ele nos criou à sua imagem e nos deu o privilégio de representar a sua glória ao mundo.[19] Os homens ainda buscam a glória, mas nos lugares errados, lugares para os quais a nossa cultura nos orienta – carreira, riquezas, prazer, realização, status, ou masculinidade física. Alguns resistem à cultura e buscam a glória em lugares mais nobres, como serviço público, a família ou até mesmo a religião institucional. Quer sejam nobres ou ignóbeis em si mesmas, se buscarmos a glória nas coisas criadas, estaremos praticando a idolatria, e certamente falharemos. Todo homem é um pecador que busca glória nos lugares errados. Nenhum homem tem esperança, exceto no arrependimento dado por Deus e na restauração de vida que ele realiza.

Porém, agora Deus adotou como filhos aqueles que se arrependeram e creram. Ele está refazendo-os conforme a sua imagem, restaurando-os para a verdadeira glória à medida que se tornam mais como ele. A recriação à imagem de Deus se tornou o tema dominante (se bem que não o único) da minha série sobre casamento, paternidade e maternidade, trabalho e amizades entre homens. Considere cada um comigo, para ver como a doutrina de Deus responde à pergunta: "Como posso ser um bom pai de família?".[20]

---

19. Essa é a interpretação adotada pela maioria dos comentaristas de Romanos, como William Sanday e Arthur C. Headlam, *A Critical and Exegetical Commentary on the Epistle to the Romans*, 5ª ed. (Edimburgo: T. & T. Clark, 1902), pp.84,85; C. E. B. Cranfield, *The Epistle to the Romans* (Edimburgo: T. & T. Clark, 1975), pp.204,205.

20. Eu desenvolvo os parágrafos seguintes no meu livro a ser publicado, *A Man After God's Own Heart* (Wheaton, Ill.: Crossway, 2001).

Nenhum livro de técnicas ou plano de sete passos pode nos conduzir pelos desafios que sempre mudam de ser pai. Ser pai depende muito mais de quem somos do que das técnicas que dominamos. Os pais ensinam aos filhos enquanto estão assentados em casa, andando pelo caminho, deitados e de pé (Dt 6.7) porque a nossa instrução flui do caráter e das crenças. Convencidos da verdade de Deus, falamos a respeito da mesma. Transformados pelo amor de Deus, amamos os nossos filhos.

Um pai piedoso é, acima de tudo, semelhante a Deus. Deus descreve a si dessa maneira em Êxodo 34: "Senhor, Senhor Deus compassivo, clemente e longânimo e grande em misericórdia e fidelidade; que guarda a misericórdia em mil gerações, que perdoa a iniqüidade, a transgressão e o pecado, ainda que não inocenta o culpado". O amor domina essa passagem, e as facetas do amor de Deus aqui citadas são exatamente o que um bom pai oferece a seus filhos:

- Compaixão é a empatia que nos permite chorar quando eles choram, regozijar quando eles se alegram.
- Graça é o hábito de Deus de conceder presentes aos filhos pelo próprio prazer de fazê-lo.
- Longânimo põe em cheque a tentação de exigir demais, repreender demais.
- Fidelidade é capacidade de suportar exatamente quando parece mais difícil suportar alguma coisa.
- Misericórdia é a capacidade de não levar em conta o erro e perdoar o pecado.
- Não inocentar o culpado significa que o pai amará demais os seus filhos para deixá-los achar que os erros podem passar sem conseqüências. Ou seja, os pais, como Deus, são justos.

Assim, Deus revela amor, justiça e fidelidade como os seus principais atributos. Miquéias 6.8 diz que Deus espera do povo de sua aliança – pais crentes – uma conduta como a dele: "O Senhor pede de ti: que pratiques a justiça, e ames a misericórdia, e andes humildemente com o teu Deus". "Andes humildemente" oferece um qualificador essencial: ser pai é *andar,* um modo de vida, mas é um andar humilde, pois todo pai humano falha, e assim deve se humilhar diante de Deus e dos seus filhos. Esse é apenas um esboço dos deveres de um pai. Porque amor, justiça e fidelidade são as principais características de nosso Pai Celes-

tial, elas deverão ser as nossas principais características à medida que ele refaz os pais à sua imagem (Ef 4.13-16,20-24).

Do mesmo modo, o trabalho do homem se beneficia de uma meditação sobre o caráter de Deus. Começamos bem quando aspiramos imitar o modelo do Pai de trabalhar seis dias e descansar um, se conhecemos a alegria de Jesus (Jo 4.34) e sua determinação (Lc 9.51) no trabalho, se aspiramos dar alento a outros por meio de nosso trabalho (Mt 11.28). Do mesmo modo, o marido já iniciou a sua jornada se entende como o amor de Cristo serve como modelo e iluminação do amor por sua esposa (Ef 5).

As amizades dos homens também se beneficiam de fundamentação na teologia correta. As mensagens de amizade cristã tendem a começar ou com as amizades exemplares da história bíblica (Davi e Jônatas, Rute e Noemi) ou nos aforismos sobre amizade de Provérbios. Tipicamente, elas terminam com "as características de um bom amigo". Embora essas listas pareçam orientadas por caráter, podem assumir um tom legalista de "Você tem de sempre agir desse modo".

Chegamos mais perto da verdadeira essência da amizade ao analisar o caráter de Deus como amigo. A Escritura raramente usa a metáfora, mas quer o caso seja a amizade de Deus com Abraão, Moisés, Israel ou a amizade de Jesus com os discípulos, duas características são constantes: auto-revelação e presença útil. Numa visita, Deus ajuda a Abraão, seu amigo (2Cr 20.7; Tg 2.23) dizendo-lhe que terá um filho dentro de um ano e revelando que Sodoma será destruída (Gn 18.10-32). Ele ajuda Moisés a liderar Israel para fora do Egito e também se revela, falando com Moisés face a face, como amigos, na tenda da congregação (Êx 33.7-11). Jesus menciona novamente a auto-revelação e ajuda do amigo ao dizer aos discípulos: "Ninguém tem maior amor do que este: de dar alguém a própria vida em favor dos seus amigos... tenho-vos chamado amigos, porque tudo quanto ouvi de meu Pai vos tenho dado a conhecer" (Jo 15.13-15). Junto com o afeto, a autenticidade (auto-revelação) e estar presente de modo a ajudar são características que mais buscamos na amizade. Interesses partilhados, proximidade, agir como mentor, trabalho em equipe e respeito mútuo – tudo isso contribui, mas não há uma verdadeira amizade se essas duas características estiverem faltando.

A teologia correta ilustra a vida emocional dos homens. O homem bom é durão ou terno, estóico ou expressivo? Vejam Jesus, que chorou em público pela morte de um amigo e pela queda de Jerusalém (Jo11.35;

Lc 19.41). Veja-o repetidamente movido pela compaixão por causa da situação difícil do povo (Mt 20.34; Mc 8.1,2). Veja-o entristecido pela dureza do coração de seus ouvintes (Mc 3.5; 9.19). Se acrescentarmos que, no Antigo Testamento, Deus atribui sentimentos como amor, ira, e piedade a si, a conclusão é óbvia.

Aqui o método é teológico no sentido mais restrito. Se sabemos quem é Deus, sabemos o que significa ser homem de verdade. Nosso método é dirigido pela graça, pois confessamos que jamais seremos aquele amigo ou pai que devemos ser a não ser que Deus primeiro se torne nosso amigo e pai. Assim, a teologia correta responde às perguntas básicas de um homem.

Esboços de doutrina aplicada

Vamos delinear o modo como a doutrina se aplica a outras questões práticas:

1. *Como devemos ver os pobres?* Eles trouxeram a pobreza sobre si mesmos? Eles desperdiçam tudo o que ganham? Lembre-se da compaixão de Deus por Israel. Ele libertou Israel quando era pobre, miserável, oprimido no Egito. Portanto, Israel precisa se compadecer dos pobres, dando aos levitas, aos estrangeiros, aos órfãos e à viúva (Dt 26.1-15).[21]

2. *Como posso amar alguém cujos defeitos vejo claramente?* Em Deus, o perfeito conhecimento e o perfeito amor se encontram; seu amor e seu conhecimento não são separados um do outro, pois Deus é amor e sabe todas as coisas. Como observa C. S. Lewis: "Quase poderíamos dizer que ele vê porque ele ama e, portanto, ama apesar de ver". Se isso for verdade quanto a Deus, deverá ser também a nosso respeito. Nosso amor por um amigo, um filho, um cônjuge é mais maravilhoso quando amamos apesar de conhecer os defeitos. O verdadeiro amor possui "poder de ver através dos próprios encantamentos, sem, contudo, se desencantar". Se Deus vê e ainda ama, nós também devemos fazê-lo.[22]

3. *Qual é a fonte da dignidade humana?* Deus criou os seres humanos à sua imagem (Gn 1–2) e eles a retém mesmo depois da Queda (Tg 3.9).[23]

---

21. Bruce Birch e Larry Rasmussen, *Bible and Ethics in the Christian Life*, ed. rev. (Minneapolis: Augsberg, 1988), pp.29,30.
22. C. S. Lewis, *A Grief Observed* (Nova York: Seabury, 1961), pp.56,57.
23. Ver, de Anthony Hoekema, *Created in God's Image*, (Grand Rapids: Eerdmans, 1986).

É, portanto, nosso *dever* tratar a todos com dignidade, falando respeitosamente e eliminando todo humor que degrade a outros. O *objetivo* daqueles com influência econômica deverá ser criar empregos que gerem auto-respeito e paguem salários decentes. Quanto ao *caráter*, que tipo de pessoa trata a todos, não apenas aos membros de sua própria tribo, com dignidade? Por que alguns falam asperamente e com condescendência às crianças, aos idosos e às secretárias e são o máximo da polidez quando falam com os ricos e poderosos? Que tipo de pessoa se esforça para agradar apenas a seus superiores? Como aprendemos a ver a imagem de Deus em todos a quem vemos, até nos operadores de *telemarketing*?

4. *Como é relevante a doutrina do pecado?* Primeiro, devemos crer que a doutrina do pecado se aplica a nós e a todos quantos encontramos. Portanto, devemos nos arrepender e buscar a misericórdia de Deus, em Cristo, para nós e para os outros. Devemos esperar de todos que nos cercam, quer pagãos ímpios quer cristãos admiráveis, que falharão. Prevemos o desencanto de nós e de outros. Esperamos os efeitos do pecado sobre o corpo, as emoções e a mente. Como o pecado macula a mente, ele corromperá até mesmo a nossa meditação sobre o pecado. Nós nos enganamos em todos os lados. E devemos buscar remédio para o pecado em todos os lados.

Um texto doutrinário aplicado: Jesus, o bom pastor

Nosso segundo estudo mais extenso tira lições de um texto teológico (Jo 10.1-18). O ponto de partida tem de ser uma cuidadosa exegese de João 10 que descreva o texto e os lugares nos momentos mais abertamente teológicos – a fórmula "eu sou" e a reivindicação de "bom pastor" – no contexto bíblico. O objetivo será aplicar os pontos de João conforme ele os faz, mostrando como Jesus vem ao encontro das necessidades concretas de uma raça caída.[24] Os pastores sábios podem aplicar os pontos gerais a específicas situações locais.[25]

Antes de considerarmos o que Jesus queria dizer quando disse: "Eu sou o bom pastor" (10.11,14), devemos observar que somos predispostos

24. O comentário transparente de D. A. Carson sobre João modela um estilo de exposição que fornece julgamento teológico oportuno e sugestões que levam à aplicação para a igreja. Ver *The Gospel according to John* (Grand Rapids: Eerdmans, 1991), pp.379-390.

25. Sobre a importância da especificidade, ver Chapell, *Christ-Centered Preaching*, pp.202-205.

a ler isso como uma promessa de socorro em tempo de aflição. Por exemplo, se uma adolescente que acabou de tirou a carteira de motorista acaba sem querer numa festa duvidosa ou se envolve em um pequeno acidente, mas volta para casa sem um arranhão, os pais cristãos pensam: "O Senhor é pastor dela e a protegeu". Pensamos no Senhor como pastor ao confrontarmos uma doença, uma confusão no trabalho, ou uma decisão difícil, e isso está certo. Porém, o bom pastor faz mais do que nos livrar das enrascadas. Quando Jesus diz que é o bom pastor, está dizendo ser o poderoso zelador de Israel, tanto forte como terno.

1. *Os precursores do bom pastor.* De Gênesis em diante, Deus anunciou ser pastor e rocha de Israel (Gn 49.24). Jacó, grato por Deus ter sido aquele que o "sustentou durante toda a [sua] vida" (Gn 48.15), pediu que Deus continuasse a pastorear a sua família depois da sua morte. Como pastor, Deus prometeu conduzir o povo "para que a congregação do Senhor não seja como ovelhas que não têm pastor" (Nm 27.17). Ele também designou subpastores para Israel (Ez 34). Quando os líderes de Israel vieram coroar Davi, lembraram que mesmo quando Saul era rei, "eras tu que fazias entradas e saídas militares com Israel; também o Senhor te disse: Tu apascentarás o meu povo de Israel e serás chefe sobre Israel" (2Sm 5.2). Davi era um forte pastor – um guerreiro que também matava as feras selvagens com as próprias mãos (1Sm 17.36,37).

A ligação entre o pastoreio e a batalha nos ensina que um bom pastor é terno, e no entanto poderoso, ao proteger Israel de seus inimigos. Como diz Isaías: "Eis que o SENHOR Deus virá com poder, e o seu braço dominará... Como pastor, apascentará o seu rebanho; entre os seus braços recolherá os cordeirinhos e os levará no seio; as que amamentam ele guiará mansamente" (Is 40.10,11; ver também 63.11,12). Amamos o Salmo 23 pela promessa de que o nosso pastor não permite que soframos necessidades físicas ou espirituais. Porém, a vara do pastor também bate em nossos inimigos. Assim, não tememos mal algum, mesmo quando estamos comendo na presença deles.

***Aplicação*:** Honre a Deus tanto por sua força como por seu carinho. Os líderes de famílias, igrejas e empresas devem buscar imitar a sua liderança forte e terna, mantendo longe os inimigos, enquanto lideram com mansidão os que estão sob seu cuidado.

2. *O nome do bom pastor.* Davi e outros bons reis e profetas *funcionavam* como bons pastores quando conduziam Israel com fidelidade. Porém, quando Jesus diz: "*Eu sou* o bom pastor" (Jo 10.11,14), ele está dizendo que essa é a sua própria natureza, não apenas a sua função. "Eu sou" é um nome de Deus. Em Êxodo 3.6, Deus declara que é Deus de Abraão, Isaque e Jacó, e passa à declaração absoluta: "Eu sou o que sou" (3.13,14).[26] Deus acrescenta descrições de si mesmo à fórmula eu sou: "Eu sou El-Shadai, o Poderoso" e "Eu sou o que apago as tuas vossas transgressões" (Gn 17.1; Is 43.25).[27]

Portanto, quando Jesus diz "eu sou", ele fala como Deus, implicitamente dizendo ser divino. Às vezes, seu "Eu sou" é absoluto: "Antes de Abraão existir, eu sou" (Jo 8.58; 18.6).[28] É mais comum Jesus dizer "eu sou" e acrescentar um predicado: eu sou pão, água, luz, porta, o caminho, ou o bom pastor. *Cada vez que diz "eu sou", Jesus dirige os anseios e necessidades a ele.* Ele cumpre as promessas do judaísmo. Por exemplo, a lei *ilumina* (Sl 11.105), mas Jesus *é* a luz. A lei *mostra* como devemos andar (Dt 5.32,33), mas Jesus *é* o caminho. Reis e sacerdotes (por vezes) pastoreavam Israel, mas Jesus é o bom pastor. Assim, é da própria natureza de Jesus satisfazer os anseios de luz, condução e amável direção.[29]

***Aplicação*:** Examine a validade dos seus desejos e aspirações. Os desejos de alimento, saúde, aceitação, dignidade, companheirismo e orientação

---

26. Na Septuaginta lê-se *egō eimi ho ōn.*

27. Na Septuaginta, Isaías 43.25 diz: "Eu sou 'eu sou' o que apaga as transgressões". Essa identificação dupla pode servir para reforçar a identificação: "Eu sou aquele, eu sou aquele que apaga..." ou pode transformar *egō eimi* num nome: "Eu sou o 'Eu Sou' que apaga as transgressões". Isaías 51.12 literalmente diz: "Eu sou EU SOU o que te consola" (cf. Is 52.6). Assim, aqui, em Gênesis 17.1 e em Êxodo 3.6,13,14, a Septuaginta utiliza *egō eimi* com uma expressão usada para produzir um novo título ou nome para Deus (*egō eimi ho ōn*). Dessa forma, *egō eimi* se torna um nome divino, equivalente a Javé.

28. Questionamentos críticos a respeito da autenticidade dos ditos "eu sou" do livro de João devem ser esvaziados por ditos semelhantes nos sinóticos e em Atos. Quando Jesus andou sobre a água até os discípulos, ele disse: "Tende bom ânimo! Sou eu", [*tharseite, egō eimi*] – (Mt 14.27; Mc 6.45-50). No julgamento de Jesus, quando perguntado: "És tu o Cristo?", ele respondeu: "Eu sou" (*egō eimi* – Mc 14.62). Quando os discípulos indagam se o que ressuscitou é realmente Jesus, ele lhes assegura: "Vede as minhas mãos e os meus pés, que sou eu mesmo" [*egō eimi*] (Lc 24.39). Quando Jesus aparece a Paulo no caminho para Damasco, ele se identifica com *egō eimi* (At 9.5; ver também 22.8; 26.15). Há cerca de dez usos "carregados" de *egō eimi* nos sinóticos.

29. Gary Burge, "I AM Sayings" em *Dictionary of Jesus and the Gospels* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1997), p.356.

para a vida são válidos, mas nenhum desses desejos deve transformar-se em ídolo, algo que *temos* de possuir para que a vida tenha sentido. Você vê como Jesus vem ao encontro dos seus desejos, diretamente ou por seus meios designados? Treine a si mesmo para buscar em Jesus a satisfação dos seus anseios, em vez de procurar realização nas coisas temporais.

3. *O oposto do bom pastor.* A mensagem de João 10 na verdade começa em João 9, onde os líderes judeus provaram ser maus pastores de um cego a quem Jesus curou. Jesus restaurou a visão do homem num sábado e os líderes tentaram induzir o homem a incriminar a Jesus. Quando ele se recusou, eles o insultaram e o excluíram da comunhão (Jo 9.28,34). Jesus encontrou o homem, contou-lhe mais a seu respeito e levou-o à fé (9.35-38). Muitas vezes Jesus utilizou milagres para ensinar a seu respeito. Ele alimentou milhar: "Eu sou a luz do mundo". Ressuscitou a Lázaro e declarou: "Eu sou a ressurreição e a vida". Aqui ele cuida do cego e diz que é o bom pastor. Porque os pastores de Israel trataram tão mal aquele homem, eles servem como um contraste a Jesus, o bom pastor.

Em João 10.1-13, Jesus destaca dois tipos de pastores deficientes: o ladrão e o mercenário. Os ladrões e os assaltantes (10.1,8) são abertamente maus. Eles não se preocupam em nada com o rebanho, com os seus doentes e fracos. Eles não conhecem as ovelhas, que se recusam a segui-los (10.5,8). Eles somente destroem e matam (10.10; ver também Ez 34; Jr 23). Os líderes judeus que lutavam contra Jesus exemplificam os maus pastores. Ao se oporem a Jesus, destroem o rebanho. O mercenário (10.12,13) é mais não comprometido do que mau. Ele cuida, mas a sua preocupação pelo rebanho é diminuída pelo maior interesse por si mesmo. Quando vêm os lobos, o mercenário abandona o campo. O mercenário cuida, mas na hora da prova, o interesse de segunda categoria quase não se distingue da total falta de interesse.

Aplicação: Cristãos, tomem cuidado com os dois tipos de maus pastores. Não existe nada mais perigoso do que o ladrão, ou seja, um líder religioso malévolo (Mt 23). Pastores, examinem se a si mesmos para que não ajam como mercenários que fazem seus deveres quando tudo está calmo e bem e você está sendo bem pago. Cuidado para não pensar como o mercenário – que reclama que trabalha demais, ganha pouco e que não é reconhecido. Cuidado para não se tornar um viciado em trabalho com salário aquém da sua capacidade, mas também reconheça que a preocu-

pação com o pagamento e o bem-estar são marcas do mercenário. Virá a prova, quando defender o rebanho custará alguma coisa. Nessa hora, temos de estar prontos para lutar contra os lobos.

4. *A obra do bom pastor.* A declaração de Jesus: "Eu sou o bom pastor" figura duas vezes no meio de João 10 (vs.11,14), mas toda a unidade relata o seu cuidado pelas ovelhas.[30]

Em primeiro lugar, Jesus *protege* as suas ovelhas. Ele é a porta, o portão na entrada do aprisco (10.7,9). "Se alguém entrar por mim, será salvo" (10.9) promete preservação física. Jesus salva dos lobos e de outros predadores. Porém, a promessa de que "aquele que entra por mim será salvo" vai além do físico. Ou seja, existe um caminho para a vida eterna, por meio do pastor que o concede a todos que crêem nele (20.31). ***Aplicação***: Portanto, que cada homem e cada mulher entre na vida por meio de Jesus.

Segundo, o bom pastor *conduz* as suas ovelhas. As ovelhas são notórias vagantes: precisam de direção. Quando Jesus diz que sua ovelha "entrará, e sairá" (10.9) ele quer dizer que ele nos conduzirá por toda a nossa vida. É coisa triste não ter um líder; quando Jesus viu multidões amorfas "compadeceu-se delas, porque estavam aflitas e exaustas como ovelhas que não têm pastor" (Mt 9.36). ***Aplicação:*** Confessemos a nossa necessidade de liderança, a liderança que Jesus oferece.

Terceiro, Jesus *conhece* as suas ovelhas, e as suas ovelhas o conhecem (Jo 10.14,15). Em virtude da sua divindade, Jesus nos conhece com doce e íntimo conhecimento. Conhecemos a sua voz; ele sabe o nosso nome (10.3,4). Jesus nos conhece e ama a todos, mas tem um conhecimento e amor especial por suas ovelhas. A idéia de que Deus sabe *tudo* a meu respeito – mesmo os meus pensamentos mais perversos – é assustadora. Ele sabe! Mas ele nos ama assim mesmo – o suficiente para nos amar, nos proteger e morrer por nós. Ele oferece-nos o privilégio de conhecê-lo também. ***Aplicação***: Se Deus conhece os nossos defeitos e ainda nos ama perfeitamente, temos certeza de salvação. Como Deus conhece o nosso pior e assim mesmo nos ama, devemos deixar de lado o medo de rejeição

30. A unidade textual é João 10.1-18. Essa declaração dupla mostra a sua centralidade; ver Daniel M. Doriani, *Getting the Message* (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed, 1996), p.160.

e descansar no seu amor imperecível. A doutrina do conhecimento de Deus também libera a nossa oração. Deus já conhece os nossos pecados e, assim, podemos confessar abertamente os pecados a ele. Peçamos confiantemente que ele cubra a nossa culpa e nos liberte do poder do pecado.

Quarto, o bom pastor *dá a vida pelas ovelhas* (10.17,18). Aqui a metáfora de Jesus transcende comparações semelhantes à vida. Na verdade, as ovelhas só existem para o benefício do pastor – para fornecerem lã ou alimento. Para proteger o seu meio de vida, um pastor poderá arriscar a vida pelas ovelhas, como fez Davi quando matou as feras. Porém, os pastores jamais *planejam* morrer; pelo contrário, se assim fizessem não lucrariam nada e o rebanho sem defesas acabaria sendo destruído de qualquer modo. Mas a morte de Jesus não foi resultado acidental de enfrentar brutos e perder. Ele escolheu entregar a vida por suas ovelhas; ele ofereceu a vida em sacrifício por elas (10.11,17,18). Ou seja, ele fez uma expiação. As ovelhas estavam em perigo mortal pelos pecados que mereciam morte eterna. Porém, o nosso pastor sacrificou a sua vida, e com essa morte as salvou. Então, ele tomou a sua vida de volta e *agora* pastoreia o rebanho novamente (10.17,18). Assim, Jesus é designado o supremo bom pastor. Ele provê tudo para as suas ovelhas, custe o que custar. ***Aplicação*:** Vamos crer em Jesus que morreu na História para que vivamos por toda a eternidade.

Tudo isso atrai-nos a Jesus. Observe que o termo grego de João para "bom" pastor é *kalos* e não *agathos*. Esse termo "representa, não a retidão moral do bem, nem a sua austeridade, mas a sua atratividade", diz William Temple, que continua: "Não podemos nos esquecer de que a nossa vocação é praticar a virtude de tal maneira que os homens sejam ganhos para ela; é possível ser moralmente justo, mas de modo repulsivo".[31] ***Aplicação*:** A probidade moral de Jesus era amável, adorável, esteticamente agradável como deve ser a nossa bondade moral.

Até aqui, além de insistir com o leitor para crer que Jesus é o bom pastor, as aplicações de João 10 simplesmente responderam à pergunta: "Se isso for verdade, que implicações isso traz?" Essa abordagem deu frutos, mas é suficientemente desestruturada para deixar alguns à procura de um plano. Além das listas de verificação acima mencionadas, podemos voltar

31. William Temple, *Readings in St. John's Gospel* (Londres: Macmillan, 1947), p.166.

às quatro perguntas: o que eu devo fazer (dever)? Quem eu devo ser (caráter)? Para onde devemos ir (objetivos)? Como podemos ver (visão)?

Primeiro, é nosso *dever* guardar o tesouro da doutrina de que Jesus, nosso bom pastor, nos conduz e protege. Segundo, a passagem examina o nosso *caráter* para verificar se, como um grupo independente e supostamente auto-suficiente, admitiremos que precisamos de um pastor e o seguiremos. Terceiro, nossos comentários sobre os mercenários determinaram um *objetivo.* A equipe paga da comunidade cristã deve, em conjunto, resistir à profissionalização do ministério, para que não pensemos ou ajamos como mercenários, em vez de subpastores de Deus. Aspiramos edificar o reino, mas nos acomodamos a mesquinhos feudos. Queremos servir ao Senhor, mas nos distraímos com preocupações profissionais – graduações, horários de trabalho, salários, reconhecimento e currículos inflados.[32] Quarto, é necessário *discernimento* para ver a mão do bom pastor no curso da nossa vida. Mesmo o mais feliz dentre nós pode confessar que a sua vida poderia ser vista como uma série de acidentes que os levaram até onde eles jamais teriam escolhido. Se, na minha formatura da faculdade, alguém me dissesse que eu seria deão acadêmico de um seminário no meio-oeste norte-americano dentro de duas décadas, eu teria engasgado. Eu planejava ser filósofo, não teólogo, e certamente não um administrador. Contudo, o bom pastor nos leva para onde ele quer. Nossas aspirações de juventude têm importância, mas poucos de nós fazem exatamente o que planejamos. Andar por onde nos conduz o bom pastor faz com que floresçamos mais do que se um gênio celestial nos tivesse concedido cada um de nossos desejos.

Na revisão desta seção, três pontos conhecidos reaparecem. Primeiro, se tivermos paciência, encontraremos um excesso, e não uma falta de idéias. Em segundo lugar, temos de ousar ser maçantes ao recapitular pontos conhecidos. Quando observados de maneira nova, os velhos pontos ainda têm poder de acender a nossa admiração por Jesus. Terceiro, algumas lições são tão óbvias que parece pedantismo declará-las. Com elas, o limite entre exposição e aplicação permanece indistinto. Porém, poderíamos perder muitos outros pontos se deixássemos de parar e meditar.

---

32. Dissecado de modo excelente por David Wells, *No Place for Truth* (Grand Rapids: Eerdmans, 1993), pp.218-257.

Resumo

É comum hoje em dia diminuir o valor da doutrina, mas o líder cristão sabe que é essencial unir a doutrina cristã à prática de vida. A sã doutrina edifica a igreja. Encontramos a relevância da doutrina por meio de processos mais meditativos do que metodológicos. Ainda assim, há caminhos para os pregadores que querem depender de algo mais do que só a intuição:

1. Se um estudo tem origem num texto, comece com uma exegese completa, estabelecendo os contextos, a estrutura da passagem, e assim por diante. Obtenha a mensagem precisa, e medite nela.
2. Se o estudo surgiu de perguntas feitas por pessoas, voltemos primeiro à pessoa e obra de Deus como fonte mais frutífera de lições para a vida; em segundo lugar, ao conhecimento da natureza humana; terceiro, para o nosso conhecimento da sociedade.
3. Procure usar os quatro motivos de pregadores experientes: é essa a realidade? São essas as implicações da realidade? É essa uma pergunta perene? e quem precisa dessa mensagem?
4. Faça uso também das perguntas comuns: quem precisa dessa doutrina? O que ela requer? Quando e onde nós a encarnamos? Como e por que nós a vivemos?
5. Para garantir diversidade, use todas as quatro perguntas feitas pelas pessoas, tocando o dever, o caráter, os objetivos e o discernimento.
6. Finalmente, lembre de se dirigir à pessoa toda, da cabeça, passando pelo coração até chegar às mãos, lembrando os ouvintes da graça que nos chama ao arrependimento, o amor do Pai que nos faz desejar viver do modo que lhe apraz, e a vida do Deus que nos refaz conforme a sua imagem.

A aplicação da doutrina jamais será simples, mas, se Deus nos concedeu pelo menos alguns dos dons que levem à meditação, e se os métodos suplementares sugeridos neste capítulo lhes são acrescentados, podemos esperar sair do sentido de déficit para uma abundância de aplicações em potencial.

10

UM PLANO PARA A APLICAÇÃO DE TEXTOS ÉTICOS

Fundamentos para a aplicação da lei bíblica

A vida moderna estimula numerosos enigmas morais de menor importância que nos fazem suspirar: "Eu gostaria que a Bíblia tratasse *disso*". O que a Escritura diz sobre um sistema penal que encarcera milhões de cidadãos, ao decretar que eles deverão pagar a sua dívida para com a sociedade – mas não às suas vítimas – numa cela, sem fazer nada, durante vários anos? A Bíblia fala a famílias mistas e às obrigações que esses pais e mães têm para com filhos com os quais não têm parentesco genético? Ela trata de sinais de trânsito tão supérfluos que os motoristas regularmente os ultrapassam a 30 quilômetros por hora? O que devemos às pessoas que têm a tendência de se acidentar, aquelas que estão sempre derramando e quebrando as coisas, incluindo os seus próprios ossos? Este capítulo mostra que a Bíblia responde mais dessas perguntas do que pensaríamos, bastando que apenas aprendamos a procurar em passagens não tão óbvias.

Para seguirmos adiante, temos de recordar a distinção entre princípios e regras. Os princípios são mandamentos amplos, como: "Não te indignes por causa dos malfeitores, nem tenhas inveja dos que praticam a iniqüidade" (Sl 37.1,7); "Não cobiçarás" (Êx 20.17); "Façamos o bem a todos, mas principalmente aos da família da fé" (Gl 6.10); "Confia no Senhor de todo o teu coração e não te estribes no teu próprio entendimento" (Pv 3.5); "Humilhai-vos na presença do Senhor, e ele vos exaltará" (Tg 4.10).

Embora devamos sempre fazer a exegese das passagens a partir das quais ensinamos, os princípios precisam mais de meditação do que de explicação. Se alguém tem dificuldade com o orgulho, ele precisa meditar, orar, esperar no espírito e consultar um amigo sábio. Embora haja questões a serem explicadas mesmo com o princípio mais simples, a exegese é uma prioridade menor. Em outras palavras, não precisamos de muita teoria para ajudar os crentes a vencer o orgulho, a cobiça, a preocupação ou o desânimo. A oração e o conselho piedoso são essenciais.

As regras, porém, exigem um exame cuidadoso. Tome, por exemplo, a lei de Moisés: "Quando edificares uma casa nova, far-lhe-ás, no terraço, um parapeito, para que nela não ponhas culpa de sangue, se alguém de algum modo cair dela" (Dt 22.8). Seguindo habilmente alguns passos básicos, podemos aplicar essa regra a perguntas contemporâneas:

1. Use o princípio da exegese para determinar o significado para os primeiros leitores. Observe o contexto literário, o ambiente cultural, a lógica da passagem que está sendo considerada, e assim por diante.
2. Avalie a especificidade e possibilidade de transferência do mandamento. É possível cumpri-lo do modo como está? Se for, obedeça. Se não for, encontre o princípio subjacente ao mandamento e aplique-o a novas situações.[1]
3. Responda às quatro perguntas feitas pelas pessoas (cap. 5): o que devemos fazer? Quem devemos ser? Para onde devemos ir? Como podemos ver? Além disso, quem mais precisa desse mandamento?
4. Use a regra para levar as pessoas a Deus. Como o mandamento reflete o caráter do Pai? A obra do Filho? O ministério do Espírito? Se essa lei expõe o pecado, leve as pessoas a se arrependerem e a buscarem a misericórdia em Jesus.

Esse processo é conhecido. Para refiná-lo, porém, observamos que as leis podem se aplicar: (1) de modo idêntico; (2) de modo análogo; (3) de modo tipológico. O princípio de honrar pai e mãe se aplica *de modo idênti-*

1. Ver Jack Kuhatschek, *Taking the Guesswork out of Applying the Bible* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1990), p.33ss; Daniel M. Doriani, *Getting the Message* (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed, 1996), pp.144-146; William Klein, Craig Blomberg e Robert Hubbard, *Introduction to Biblical Interpretation*, p.407; John Goldingay, *Approaches to Old Testament Interpretation* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1981), pp.51-55.

co desde Moisés até o presente dia. No entanto, precisamos determinar como aplicar o ideal na nossa cultura e fase da vida. Por exemplo, como os filhos honram os pais que estão a milhares de quilômetros de distância? Quando a longevidade traz consigo doenças debilitantes? A regra que requer que o dono mate o boi que chifrou alguém (Êx 21.28-32) se aplica *de modo análogo.* Os touros eram o equivalente antigo de maquinário pesado. Assim, a lei exige que nós usemos as máquinas e planejemos a manufatura e a lavoura de modo a proteger a vida humana. As leis que requerem sacrifício de animais se aplicam de modo *tipológico.* Elas apontam para algo totalmente diferente. As leis do sacrifício do templo se aplicam ao próprio sacrifício único de Jesus.

Essas avaliações poderão parecer apressadas, mas a experiência e a exegese estão por trás delas. Elas dizem, primeiramente, que os ideais como "tende paz com todos os homens" têm a tendência de se aplicar de modo idêntico. Segundo, regras relacionadas a determinadas culturas, como as sobre bois e carne sacrificada a ídolos (1Co 10) geralmente se aplicam de modo análogo. Terceiro, mandamentos que foram ab-rogados ou parecem estar em conflito com outras instruções bíblicas tendem a ser tipológicos. Podemos analisar os mandamentos também em termos do seu lugar na história da redenção. Um mandamento que é norma na criação provavelmente se aplica de modo idêntico. Um outro que regula o pecado poderá se aplicar de modo análogo.

A regra sobre parapeitos

Essas são apenas diretrizes gerais. Não existe substituto para andar por um pouco de pantanal exegético associado aos contextos, sintaxe, léxicos e análise do discurso ou da narrativa. Mas, completemos a teoria pelo uso dos nossos princípios para analisar a lei sobre os parapeitos.

Os passos que levam ao significado contemporâneo do regulamento sobre parapeitos são claros. Primeiro, determinamos o sentido original. Como os israelitas trabalhavam, recebiam visitas e até mesmo dormiam no telhado, eles entendiam muito bem por que precisavam colocar muretas ou parapeitos em volta do telhado. Quando fazia calor, isso impedia Josué, aquele menino levado, e a tia Abisague, uma sonâmbula extremamente ativa, de caírem do telhado e se ferirem. A lei prevenia a "culpa de derramar sangue".

Em segundo lugar, buscamos princípios. Como os ocidentais raramente sobem no telhado, não exigimos parapeitos hoje em dia. Porém, temos de

determinar o princípio original e sua transferência. A lei demonstra amor ao próximo e preserva a vida por meio de precauções que evitem quedas acidentais. Assim, Moisés está autorizando a regulamentação de segurança. O modo mais próximo disso em que aplicamos esse princípio hoje é quando instalamos grades de segurança nos telhados planos e colocamos corrimão nas escadas. Estendemos o princípio ao instalar lombadas nas zonas residenciais.[2] A regra sobre parapeitos mostra que podemos estender o sexto mandamento ao preservar, de modo ativo, a vida; nós não o cumprimos apenas quando simplesmente deixamos de matar ou de nos irar.

Terceiro, respondemos às quatro perguntas. Nosso *dever* está claro, mas a lei dos parapeitos exige também *discernimento*. Nós devemos nos ver como tutor do nosso irmão, mesmo que ele seja imprudente e já devesse saber como cuidar de si mesmo. Nosso *objetivo* é um ambiente que preserve a vida na nossa comunidade, ainda que nos custe caro, porque faz parte dos nossos valores e do nosso *caráter* gastar dinheiro para proteger os outros, mesmo quando eles tendem a trazer problemas para si mesmos.

Quarto, essa lei leva-nos à bondade e à graça de Deus. Nossa preocupação em preservar a vida imita o caráter do Senhor que dá e preserva a vida. Além disso, o cuidado que Deus tem pelas pessoas tolas, imprudentes e autodestrutivas é a fonte de nossa salvação. Sem o interesse de Deus pelo tipo de pessoas que precisam de parapeitos, *nós* estaríamos perdidos. Essa lei nos chama a imitar a sua compaixão por todos os que sofrem de feridas auto-infligidas.

Restituição do roubo

A lei sobre o furto ou roubo é mais complexa, em parte porque ela se move da ética pessoal (destacada no Decálogo e no Sermão do Monte) para a ética civil e o código penal. Lemos: "Se alguém furtar boi ou ovelha e o abater ou vender, por um boi pagará cinco bois, e quatro ovelhas por uma ovelha... Se aquilo que roubou for achado vivo em seu poder, seja boi, jumento ou ovelha, pagará o dobro" (Êx 22.1,4).

Seguindo os nossos quatro passos, vemos primeiro que o significado original está bastante claro, embora perguntemos por que o castigo varia de um animal para outro e de uma situação para a outra. A norma, repetida em 22.7 e 22.9, é que o ladrão tem de restituir em dobro para a sua vítima.

---

2. John Goldingay, *Models for Interpretation of Scripture* (Grand Rapids: Eerdmans, 1995), p.92.

Segundo, a restituição em dobro é nosso princípio transferível, pois constitui uma recompensa perfeitamente justa. O ladrão devolve o artigo roubado juntamente com outro que lhe pertence, para que perca exatamente o que a sua vítima teria perdido, ou seja, um animal. Sua vítima, por sua vez, obtém de volta o seu animal e ganha exatamente o que teria perdido, um animal.

O aumento do castigo para ovelhas e gado que foram vendidos ou mortos nos confunde, até que consultemos o caso contrastante do ladrão que se arrepende e devolve o animal roubado antes de ser pego. Ele só acrescenta um quinto do valor do animal (Lv 6.1-5; Nm 5.5-8). O castigo mais leve parece compensar a sua admissão do pecado. Isso contrasta com o ladrão que, tendo comido ou vendido o animal, se livra da evidência. A idéia básica é, portanto, de restituição dupla, com penalidades mais pesadas, aparentemente, para punir ofensas com agravantes e mais leves para recompensar o arrependimento. Existem teorias, mas ninguém sabe exatamente por que a penalidade para o roubo de bois é maior do que a de ovelhas – existe abundância de pequenos enigmas na lei.[3] Temos ainda diversas idéias relevantes hoje:

- O furto é punido por restituição, não prisão ou mutilação. O castigo condiz com o crime.
- A restituição é feita à vítima, não ao Estado (não que o Estado não esteja interessado).
- A restituição impõe castigo justo sobre o ladrão; ele não é nem severo, nem leve demais.
- A penitência demonstrada antes de o perpetrador ser pego é recompensada.

O código tinha outras características, declaradas em outros lugares (Dt 19.18-20; 25.1-3) que vertem luz às margens do nosso texto. Os ofensores devem ser punidos, mas não aviltados. A penalidade é a mesma, sem que seja levada em conta a posição social do ofensor. A retribuição serve como um meio de repressão.[4]

Terceiro, consideramos as quatro perguntas. Já fizemos uma lista dos *deveres*. O *objetivo* do código penal como um todo é promover a vida santa

3. As suposições são abundantes. Para ver algumas opiniões, ver, de James Jordan, *The Law of the Covenant* (Tyler, Tex.: Institute for Christian Economics, 1984), pp.261-271; e Gary North, *Tools of Dominion* (Tyler, Tex.: Institute for Christian Economics, 1990), pp.519-525,633,634.
4. Christopher J. H. Wright, *An Eye for an Eye: The Relevance of Old Testament Ethics* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1983), pp.165,166.

da aliança na sociedade, limpar o mal da terra, inculcar o temor de fazer o mal. Êxodo 22 requer também *discernimento*: o propósito da lei penal não é fazer o criminoso sofrer ou tirá-lo das ruas; é buscar justiça na terra tanto para a vítima como para o perpetrador. Devemos testar os objetivos das nossas leis contra os da Bíblia. A lei também testa o nosso *caráter*: estamos preocupados com a justiça tanto para a vítima quanto para o perpetrador? Finalmente, estamos dispostos a nos examinar, a nós mesmos, não para julgar o ladrão público, mas para detectar o furto particular no nosso interior?

Quarto, Êxodo 22 nos leva a Deus, nos lembrando de que ele é o juiz justo que retribui o mal ou o bem. Corretamente, os pecadores temem a sua justiça. Contudo, essa lei também oferece sugestões de misericórdia. Deus reconhece o penitente e dará a ele um castigo menos duro. Isso é apenas uma fraca sombra de Cristo, mas sugere que a justiça e a misericórdia podem se encontrar, que é possível o pecado não receber tudo o que ele merece.[5]

Princípios e regras numa ética cristã

Se as últimas poucas páginas foram bem-sucedidas, nós obtivemos a percepção de um plano. Contudo, é necessário aprimorar o entendimento da relação entre os princípios, que orientam o comportamento sem especificar os particulares, e as regras, que ditam ações em situações específicas.

Para se determinar a relação entre os princípios, começamos com a relação entre o amor e a lei. A ordem dupla de amar a Deus e ao próximo é o princípio legal fundamental. A lei e os profetas dependem do amor (Mt 22.37-40), mas o amor não anula os outros mandamentos, pois não há conflito entre o amor e a lei. Amor, justiça e fidelidade têm mais peso do que outros, mas não podemos negligenciar leis mais leves, como o dízimo (Mt 23.23). *O amor tem primazia dentro da lei, não sobre a lei.* É o maior, mas não é o único mandamento.[6] O amor é mais importante que a regulamentação a respeito do sábado (Mt 12.1-8), mas não colocamos o amor em luta contra o sábado, pois o sábado, entendido corretamente, expressa amor a Deus e ao próximo. Tanto o amor ao próximo como a

5. Ver Vern Poythress, *The Shadow of Christ in the Law of Moses* (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed, 1995).
6. Ver Douglas Moo, "Jesus and the Authority of the Mosaic Law", *Journal for the Study of the New Testament 20* (1984), pp.3-11.

obediência à lei defendem um dia de descanso e liberdade de suprir as necessidades humanas no sábado. O verdadeiro amor e a verdadeira obediência são uma só coisa. No amor, os mandamentos são coerentes. O amor é uma disposição de motivação que induz atos legais.[7]

O Decálogo concretiza o mandamento de amar. Amamos a Deus por meio da adoração, amamos aos pais ao honrá-los, amamos o cônjuge com fidelidade. Amamos o próximo ao respeitar sua propriedade, dizendo-lhes a verdade e falando a verdade a seu respeito, e dispondo-nos para o seu bem e não cobiçando os seus bens. O Decálogo é "o coração da lei da aliança".[8] Ligado ao Sinai, é "o documento de ligação que expressa a vontade do divino Senhor da Aliança".[9] É repetido muitas vezes no Pentateuco (Êx 20.2-17; Dt 5.6-21; Lv 19), nos profetas (Os 4.1-3; Jr 7.9-11), nos Salmos (50.16-21), nos evangelhos (Mt 5.21-48; Lc 18.20) e nas epístolas (Rm 13.8-10; 1Co 6.9-11; Tg 2.11).

O mandamento do amor, o decálogo e um punhado de mandamentos como a *lex talionis*, bem como os mandados da criação quanto ao trabalho, descanso, casamento e procriação, são declarações de planos de ação para a vida no reino.[10] Eles são claros, mas difíceis de cumprir. "Não dirás falso testemunho contra o teu próximo" (Êx 20.16), mas o silêncio às vezes não é o mesmo que enganar? "Dá a todo o que te pede" (Lc 6.30), mas não será que satisfazer o mandrião irresponsável prejudique tanto a ele quanto a nós? O uso correto desses princípios requer discernimento.

Uma fonte importante desse discernimento se encontra nos mandamentos específicos chamados de "regras". Estas oferecem exemplos inspirados de como viver os princípios amplos. *As regras encarnam, ilustram e esclarecem os princípios.* As partes legais do código de Moisés parecem inicialmente compreensíveis, mas uma inspeção mais próxima revela que são precedentes legais que ilustram princípios gerais.[11] Essas

7. Ver John Murray, *Principles of Conduct* (Grand Rapids: Eerdmans, 1957), pp.22-26; J. I. Packer, "Situations and Principles" em *Law, Morality and the Bible*, Bruce Kaye e Gordon Wenham (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1978), pp.151-167.
8. Gordon Wenham, "Law and the Legal System in the Old Testament" , em *Law, Morality and the Bible*, pp.27-29; Ver também David Jones, *Biblical Christian Ethics* (Grand Rapids: Baker, 1994), pp.103-109.
9. J. J. Stamm e M. E. Andrew, *The Ten Commandments in Recent Research*, 2ª ed. (Londres: SCM, 1967), p.39.
10. Murray, *Principles of Conduct*, pp.27-44.
11. Klein, Blomberg e Hubbard, *Introduction to Biblical Interpretation*, p.278.

regras são culturalmente específicas, fazendo com que seja mais difícil traduzi-las de uma cultura para outra. Contudo, elas oferecem a particularidade, a incorporação detalhada de regras bíblicas, de que precisamos.

É necessário destacar a idéia de que os princípios e as regras definem e explicam uns aos outros. Essa afirmativa vai contra a alegação crítica de que a ética bíblica possui incoerências que surgem quando comparamos princípios fundamentais a regras secundárias. Por exemplo, alguns jogam o mandamento de amar (Mt 22) contra a denúncia que Jesus fez dos fariseus (Mt 23).[12] Porém, se a descrição dos fariseus feita por Mateus for até parcialmente acertada, então Jesus está agindo em amor quando adverte: "Não os imiteis" (23.3). Essa harmonia de princípios e regras desafia também os éticos situacionais e seus primos, que afirmam a supremacia do mandamento de amar e reduzem as regras a conselhos úteis, mas opcionais. Pelo contrário, os princípios estabelecem os parâmetros para a conduta piedosa, enquanto as regras especificam os pormenores que os colocam em prática. As regras de tal modo encarnam os ideais morais de Israel que se tornam paradigmas para a lei justa em outras sociedades.[13]

De certo modo, isso apenas reafirma a idéia de que a Escritura interpreta a Escritura. Não é pedir demais, como dizem alguns, que os acadêmicos que estudam qualquer documento de autoridade, assumam, pelo menos como estratégia inicial, que ele é internamente coerente. Eles esperam que as partes de *qualquer* obra sejam coerentes e expliquem as outras partes.[14] Com a Bíblia não deve ser diferente.

Podemos ver como os princípios e as regras interpretam uns aos outros quando examinamos outras leis sobre propriedade. O oitavo manda-

12. Ver Stephen Barton, *The Spirituality of the Gospels* (Peabody, Mass.: Hendrickson, 1992), p.30.
13. Wright, *Eye for an Eye*, p.43.
14. Os leitores da Constituição dos Estados Unidos assumem que uma declaração de um autor interpreta outra. Suponhamos que um presidente norte-americano minta sob juramento a respeito de um caso pessoal. Alguns argumentam que o perjúrio é impugnável sob o artigo "crimes graves e má conduta" da Constituição. Um debate segue-se; a mentira sob juramento a respeito de más ações pessoais é um crime grave ou uma má conduta? As partes discordantes voltam-se aos Documentos Federalistas, escritos por vários dos autores da Constituição. Os Documentos catalogam o suborno como motivo para denúncia por crime sério. Então, o debate volta-se para a questão: O perjúrio a respeito de um caso pessoal é análogo ao perjúrio porque ambos envolvem o fracasso da justiça? Ou não é, uma vez que o suborno envolve o uso do cargo público para a obtenção de vantagem pessoal, enquanto a mentira enconde apenas uma má ação pessoal? Como quer que as pessoas afinal decidam, elas usam uma passagem para interpretar a outra.

mento (Êx 20.15) proíbe o furto, mas se alguém pensa cumprir a lei simplesmente deixando de roubar, Êxodo 22 o corrige. Já vimos que Êxodo 22 começa especificando os castigos para o furto. No entanto, as regras seguintes regulam danos acidentais à propriedade do vizinho. Exigem restituição pela destruição por fogo, por deixar os animais pastar em terra de outros, e por ferir os animais de outros (22.5,6,14,15). Reconhecemos, portanto, que "não furtarás" inclui "não danificar".

Em linguagem semelhante à de Êxodo 22, Deuteronômio 22 desenvolve o tema ainda mais, acrescentando: "Vendo extraviado o boi ou a ovelha de teu irmão, não te furtarás a eles; restituí-los-ás, sem falta, a teu irmão" (22.1). Enquanto Êxodo 22 nos proíbe *causar* danos acidentais, Deuteronômio 22 nos proíbe *permitir* perdas acidentais. Devolva uma ovelha fugida. Se o dono mora longe, "recolhê-los-ás na tua casa, para que fiquem contigo até que teu irmão os busque, e tu lhos restituas" (22.2). Não ignore o que seu irmão perdeu (22.3). Finalmente, a lei de propriedade requer que o israelita ajude de modo ativo, "sem falta o ajudarás a levantá-lo" – quer esse jumento seja de amigo (22.4) ou até mesmo de um inimigo (Êx 23.5).

Fica claro, portanto, que o oitavo mandamento diz mais que "não tomar dos outros". Não podemos causar danos à propriedade de um vizinho, não devemos permitir danos à sua propriedade, devemos evitar danos à propriedade do amigo ou até do inimigo. Assim, o oitavo mandamento faz mais do que proibir. Deus quer que protejamos e restauremos o que pertence a outro. Um exemplo prático: 15 minutos depois que terminei esse parágrafo, fui correr e encontrei um motorista atolado na neve e no gelo. Eu soube exatamente o que tinha de fazer.

As regras a respeito da propriedade mostram como os princípios e as regras são coerentes quando examinamos o significado de "não furtarás". O princípio nos ajuda a entender regras que nos parecem estranhas sobre ovelhas, parapeitos e coisas assim. Porém, as regras esclarecem o princípio. Elas provam que uma preocupação com a propriedade alheia nas exigências concretas da vida faz parte da vontade de Deus para nós e parte do amor que devemos ao outro.

Isso sugere uma estratégia para ocasiões em que os ideais e as regras parecem estar em conflito. Por exemplo, no debate sobre o papel da mulher na igreja, as feministas corrompem a regra "não permito que a mulher ensine, nem exerça autoridade de homem" (1Tm 2.12) jogando-a contra o ideal "não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem

homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus" (Gl 3.28). Enfatizando o contraste entre Timóteo e Gálatas, elas argumentam que Timóteo foi mal-interpretado, ou foi uma regra temporária, ou, de modo mais hostil, que foge ao gênio que Paulo demonstrou em Gálatas.[15] Elas negam implicitamente que 1 Timóteo e Gálatas sejam mutuamente definidores. Os tradicionalistas, por outro lado, raciocinam que macho e fêmea têm, em Cristo, valor e posição soteriológicos iguais, conforme Gálatas, mas 1 Timóteo e outros textos explicam que homens e mulheres, embora iguais, ainda têm papéis diferentes na família e na igreja.

Sete perguntas para casos mais difíceis

Esse último exemplo nos lembra de que o mestre enfrenta ensinos mais difíceis do que os sobre parapeitos e roubo. Alguns (como por exemplo, cobrir a cabeça) são tão perturbadores que tendemos a ignorá-los. Não é possível resolver todas as questões, mas podemos propor princípios para a abordagem de textos difíceis:[16]

1. O próprio livro limita a aplicação desse ensino? Tanto Jó quanto Eclesiastes têm ensinamentos que o autor apresenta como incorretos, como meio de realçar as lições propostas.
2. A revelação posterior limita a amplitude desse ensinamento? Por exemplo, Romanos 13 diz que devemos nos submeter ao Estado, mas quando Apocalipse 13 liga o Estado a Satanás e ao Anticristo, percebemos que a simples obediência às vezes é impossível.
3. A passagem apresenta um princípio moral mais amplo ou uma manifestação específica de um princípio moral? A compaixão pelos pobres é um princípio geral; as leis de respiga eram uma manifestação particular.
4. As condições culturais tornam apropriado aplicar um ensino de modo novo para novas culturas? Nenhuma passagem que regule a escravatura ou a poligamia ou a guerra se aplica do modo como está. Como o

15. Para réplicas evangélicas, ver Andreas Köstenberger, Thomas Schreiner, H. Scott Baldwin, *Women in the Church: A Fresh Analysis of 1 Timothy 2:9-15* (Grand Rapids: Baker, 1995); John Piper e Wayne Grudem, *Recovering Biblical Manhood and Womanhood* (Wheaton, Ill.: Crossway, 1991). Para o que talvez seja a melhor exposição bíblica do feminismo, ver, de Criag Keener, *Paul, Women and Wives* (Peabody, Mass.: Hendrickson, 1992)

16. Essa lista é uma adaptação da de Klein, Blomberg e Hubbard, *Introduction to Biblical Interpretation,* pp.409-419.

significado de estilos de cabelo e modos de cobrir a cabeça varia de uma cultura para outra, precisamos observar apenas os princípios que estão por trás das regras de Paulo para cabelos em 1 Coríntios 11.2-16; não devemos eliminar as distinções de gênero, devemos respeitar os costumes e devemos evitar fazer tropeçar os irmãos.[17]

5. Se uma forma cultural num texto existe ainda hoje, ela têm o mesmo significado que antigamente? Hoje, no Ocidente, beijar é pressionar os lábios, homem com mulher, tipicamente nas situações românticas. Na cultura bíblica, o beijo era dado no rosto, homem com homem e mulher com mulher. Assim, hoje obedecemos a "Saudai-vos uns aos outros com ósculo santo" com aperto de mãos ou abraços.[18]
6. Uma lei é arraigada em algo permanente, como a ordem da criação, o caráter de Deus, os Dez mandamentos ou o plano de redenção? Ou está baseada em algo temporário, como a permissão dada por Moisés para o divórcio devido à dureza do coração (Dt 24)? Os intérpretes da proibição paulina de mulheres como mestres aqui se dividem. Ela está baseado na criação (1Tm 2.11-13), o que a torna permanente? Ou está fundamentada na Queda (2.14), de modo a poder ser revertida pela redenção?
7. O mandamento é contrário aos padrões da época, faz parte de um protesto bíblico contra padrões impiedosos? Se assim for, provavelmente é válido. Temos a tendência de pensar que a *lex talionis* ("olho por olho") está ultrapassada, porque parece vingativa. Na verdade, ela proíbe a vingança violenta e ordena a punição proporcional supervisionada pelas autoridades. Como "olho por olho" desafia alguns padrões da época (especialmente na proteção que faz dos escravos), essa lei é obrigatória.[19]

Exemplo nº 1: O filho rebelde

Usando esses princípios, nós agora nos voltamos ao caso do filho rebelde (Dt 21.18-21):

> Se alguém tiver um filho contumaz e rebelde, que não obedece à voz de seu pai e à de sua mãe e, ainda castigado, não lhes dá ouvidos, seu pai e sua mãe o pegarão, e o levarão aos anciãos da cidade, à sua porta, e lhes dirão: Este

17. Keener, *Paul, Women and Wives,* pp.19-69.
18. Sobre beijos e respiga, ver Doriani, *Getting the Message,* pp.144-146,148,149.
19. No entanto, não é tão diferente de outros códigos legais. Ver Umberto Cassuto, *A Comentary on the Book of Exodus*, trad. por Israel Abrahams (Jerusalém: Magnes, 1967), pp.277,278; Victor P. Hamilton, *Handbook on the Pentateuch* (Grand rapids: Baker, 1982), pp.219,220.

> nosso filho é rebelde e contumaz, não dá ouvidos à nossa voz, é dissoluto e beberrão. Então, todos os homens da sua cidade o apedrejarão até que morra; assim, eliminarás o mal do meio de ti; todo o Israel ouvirá e temerá.

Esse texto desconcertante parece exemplificar a suposta crueldade da lei do Antigo Testamento. Contudo, ao interpretar o seu contexto, notando as condições culturais especiais, buscando princípios que perduram, e levando em conta a revelação que veio mais tarde, descobrimos haver lições importantes para todas as eras.

A interpretação começa com o contexto. Deuteronômio 21.15-17 protege os direitos do primogênito para regulamentar um problema que surge da poligamia. Se um homem tem duas mulheres e dois filhos, o pai tem de dar ao verdadeiro primogênito a porção dobrada que é por lei seu direito, mesmo que prefira o primogênito do outro casamento.

Hoje, essa lei pode parecer totalmente irrelevante, mas seus comentários sobre experiências fracassadas com a poligamia se aplicam a nossas experiências fracassadas com a monogamia em série. Em cada caso, os filhos sofrem injustiça ou privação devido ao segundo casamento do pai. A vontade de Deus é clara. Os pais não podem dar tratamento preferencial com base na afinidade emocional. Atos caprichosos são proibidos. Os pais precisam demonstrar eqüidade aos filhos.[20]

Por extensão, essa lei proíbe todo favoritismo. Infelizmente, os pais preferem um filho ao outro. Nós favorecemos os filhos mais fáceis de criar, mais amorosos, mais parecidos conosco. Preferimos as crianças mais bonitas, que correm ou pensam mais depressa, que carregam os nossos genes. Porém, Deus protege os filhos de qualquer casamento anterior, e, por implicação, todos os demais filhos que não são favorecidos por nós. A lei diz: "Tratai-os com justiça". Hoje, a justiça significa provisão igual. A lei da primogenitura, que proibia a divisão da terra da família em pedaços tão pequenos que causasse o desprovimento (se a terra era escassa, os filhos mais novos assumiam outras profissões), saiu de cena com Israel como

20. Esta exposição deve muito a E. Bellefontaine, "Deuteronomy 21.18-21: Reviewing the Case of the Rebellious Son", *Journal for the Study of the Old Testament* 13 (1979), pp.13-31; Christopher J. H. Wright, *Eye for an Eye*, pp.165-168; *idem*, *Deuteronomy* (Peabody, Mass.: Hendrickson, 1996), pp.235-238; P.C. Craigie, *The Book of Deuteronomy* (Grand Rapids: Eerdmans, 1976), pp.283-285; P. D. Miller, *Deuteronomy* (Louisville: John Knox, 1990), pp.166-168

nação e cultura agrária. Hoje, praticamos a eqüidade fornecendo alimento, roupa, educação e amor na mesma medida a todos os filhos.[21]

Porém, os filhos têm responsabilidades para com os pais assim como os pais têm para com os filhos. Deuteronômio 21.18-21 pressupõe um longo processo de disciplina que fracassou em colocar na linha um filho obstinado e rebelde. Ele é conhecido como glutão e beberrão e se recusa a mudar (21.20). Ele desperdiça o dinheiro da família. Se primogênito, põe a perigo o patrimônio da família, incluindo o que pertence aos irmãos. Se ele se comporta desse jeito quando jovem, sem esperança de conserto, o que poderá acontecer no futuro? Ele é intolerável e incorrigível; repudiou a autoridade paterna e materna e a decência social.

Em Israel, os pais não tinham o direito de vida e morte sobre os filhos, como em algumas culturas. Um pai severo não podia, por si mesmo, acusar o seu filho. *Ambos,* pai e mãe, depois de exaurir todos os esforços de disciplina, tinham de se sentir compelidos a chamar os anciãos e processar o filho. A execução da pena de morte cabia à comunidade (21.21), pois a rebeldia se tornara um caso civil. A sociedade tinha interesse pelas questões familiares, se os problemas fossem suficientemente graves para ameaçar a comunidade.

A pena de morte é terrível, mas lembre-se de que, sob algumas circunstâncias, a violação de qualquer mandamento do Decálogo, exceto a cobiça, podia levar à pena de morte.[22] O filho cometeu crimes da aliança, violando as leis de Deus. Sua rebeldia contra o quinto mandamento demonstra sua "resistência à orientação divina conforme mediada pela autoridade e pelo ensino paternos".[23] Atos que ameaçam trazer juízo para a comunidade têm de ser purificados (21.21).

Hoje, a pena de morte foi rescindida para esse tipo de crime.[24] No mundo do Antigo Testamento, a penalidade se encaixava numa série de crimes capitais, discutidos em Deuteronômio, pelos quais a morte não era necessariamente "olho por olho". O raciocínio para a pena capital era, em casos que incluíam agravantes pecados sexuais (22.20-24), seqüestro

21. O tratamento equivalente não é necessariamente idêntico. Talvez os pais gastem mais tempo e dinheiro com um filho que tem, por exemplo, dificuldade de aprendizado. O objetivo é dar o que cada filho precisa para se desenvolver.
22. Só violações excepcionais dos oitavo e do nono mandamentos mereciam pena de morte: o rapto de homem (Dt 24.7) e falso testemunho quanto a uma ofensa capital (Dt 19.16-21).
23. Miller, *Deuteronomy*, pp.167,168.
24. Ver Tremper Longman, "God's Law and Mosaic Punishments Today", *em Theonomy: A Reformed Critique,* org. por William S. Barker e W. Robert Godfrey (Grand Rapids: Zondervan, 1990).

(24.7), falsa profecia (13.5) e idolatria (17.2-7) era "purgar o mal" da comunidade da aliança. Porém, na igreja, limpamos o mal, não pela execução, mas pela excomunhão, que é semelhante à morte espiritual (Mt 18.15-18; 1Co 5.1-8, que ecoa a linguagem de purificação). Assim, o estatuto parece passado. Além do mais, talvez nunca tenha sido praticado em Israel; não há prova documental de que tivesse sido praticado. Porém, quer fosse quer não, isso serve como farol, advertindo os filhos de que o resultado da rebeldia máxima é a morte (ver Pv 15.10; 19.16).

A passagem oferece diversos princípios sociais importantes:

1. A criminalidade juvenil é uma questão muito séria, que afeta a toda a comunidade.
2. A delinqüência juvenil merece resposta firme. A punição pode deter o crime.
3. Pais crentes não precisam enfrentar a rebeldia sozinhos. Eles podem chamar a igreja para ajudá-los com a rebeldia aberta. Talvez seja necessária a excomunhão, que é um castigo que tem paridade com a pena capital.
4. A disciplina é responsabilidade tanto do pai como da mãe. "Este nosso filho é rebelde e obstinado" mostra que tanto o pai como a mãe se responsabilizam pelos crimes do filho e buscam remediá-las.

Finalmente, por mais que essa passagem seja legal, ela nos revela Deus. Manifesta a sua justiça, uma justiça que protege os filhos de pais que não amam e protege a sociedade de filhos indomáveis. Essa justiça mostra que o salário do pecado é a morte. No entanto, até mesmo a lei do filho rebelde aponta para a graça de Deus. Todos nós somos culpados de rebeldia. Todos poderíamos ter-nos tornado incorrigíveis. Mas o Senhor não nos paga conforme a nossa iniqüidade (Sl 103.10).

Exemplo nº 2: Sexo com uma escrava comprometida

Nosso segundo exemplo vem de Levítico 19.20-22:

> Se alguém se deitar com uma mulher, se for escrava desposada com outro homem e não for resgatada, nem se lhe houver dado liberdade, então, serão açoitados;[25] não serão mortos, pois não foi libertada. O homem,

25. A tradução é difícil. Literalmente, lê-se "haverá *biqqoret*". Isso possivelmente significa "investigação", mas mais provavelmente significa o castigo que se segue a uma investigação. Por

> como oferta pela sua culpa, trará um carneiro... o sacerdote fará expiação, por ele, perante o SENHOR, pelo pecado que cometeu, e ser-lhe-á perdoado o pecado que cometeu.

Essa lei incomum é estranha o suficiente para parecer aos leitores ocidentais como subcristã.[26] Contudo, como toda a lei de Deus, merece estudo por sua autoridade.[27] O primeiro passo é colocar essa lei nos seus contextos sociais e canônicos.

Socialmente, temos de distinguir a escravidão em Israel da escravatura na América e na era greco-romana. Uma descrição da escravatura está fora da competência deste livro, mas temos de observar que, conquanto os escravos de Israel fossem pobres (diferente de alguns escravos greco-romanos), eles tinham direitos legais e a garantia de liberdade que faltava em outros sistemas. Especificamente, a escravidão durava no máximo seis anos, a não ser que o escravo *escolhesse* permanecer no serviço a vida inteira (Êx 21.2-6; Dt 15.12-18).[28] A lei de Levítico 19 presume a instituição da escravatura, que era universal na antigüidade e ainda existe em muitas partes da África e da Ásia.[29] Diferentemente da prostituição cultual ou do sacrifício de crianças, Deus não proibiu diretamente a escravatura. Como no caso da poligamia e do divórcio, a lei tolerava e regulava a escravatura para eliminar as suas piores características. A lei protegia os escravos e solapava as características essenciais do sistema de escravidão. Ao contrário do que acontecia com os senhores de escravos das outras nações, os de Israel não possuíam controle absoluto sobre a vida ou o corpo dos seus escravos. Era

---

analogia com Êxodo 22.16,17 e Deuteronômio 22.28,29, que requerem pagamento financeiro pela sedução de uma virgem, o castigo é provavelmente um pagamento em dinheiro. Ver, de Gordon Wenham, *The Book of Leviticus* (Grand Rapids: Eerdmans, 1979), pp.270,271.

26. Não diferente da lei que permite usura para com os gentios (Dt 23.19,20). Para uma vista geral das opções de interpretação, ver, de Robin Wakeley, "hrp" em *New International Dictionary of Old Testament Theology and Exegesis*, org. por Willem A Gemeren, 5 vols. (Grand Rapids: Zondervan, 1997), 2:283-285.
27. Princípios para o estudo de leis difíceis podem ser encontrados em Goldingay, *Approaches,* pp.56-61; *idem*, *Models*, pp.96-103.
28. Sobre escravidão no mundo antigo, ver S. S. Bartchey, "Slave, Slavery" em 1098-1102 e "Greco-Roman Slavery" em *Anchor Bible Dictionary*, org. por David Noel Freedman (Nova York: Doubleday, 1992), 6:58-73; James Jeffers, *The Greco-Roman World of the New Testament Era* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1999); *Dictionary of the Later New Testament ad its Development*, org. por Ralph P. Martin e Peter H. Davids (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1997), pp.220-236.
29. Gary Haugen, *Good News about Injustice* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1999).

ilegal matá-los, seduzi-los, estuprá-los ou mutilá-los. Se um senhor tirasse até mesmo um dente de um escravo, este era liberto (Êx 21.26,27). Os escravos gozavam o repouso do sábado; eles não podiam ser oprimidos (Êx 20.10; 23.9). Em geral, havia um só código para escravo e livre, embora houvesse algumas exceções (Êx 21.20,21 e aqui) mostrando que os escravos tinham uma posição legal ligeiramente inferior.[30]

Canonicamente, Levíticos 19.20-22 é uma variação da lei bíblica que exigia morte por adultério (Lv 20.10).[31] Mais especificamente, como uma mulher prometida era, para propósitos legais, já considerada casada (Mt 1.19), as relações sexuais entre um homem e uma noiva livre era uma ofensa capital (Dt 22.23,24).[32] Como Levítico 19 estabelece uma penalidade mais leve para o pecado sexual com uma escrava, o *resultado* parece misericordioso, porque ninguém morre, mas o *raciocínio* ofende. Isso implica que Deus considera o escravo como um ser inferior? Moisés estaria dizendo: "Não foi tão mau; ela é só uma escrava"?

Tendo estabelecido os contextos, podemos examinar mais de perto a lei. Ela diz que um ato que seria adultério se a mulher fosse livre não é adultério se ela for escrava, ainda que logo fosse libertada. A lei acentua o significado legal da escravidão. Como a mulher ainda é escrava, continua sendo propriedade do seu senhor. Uma escrava não pode ser esposa, só concubina; assim, o adultério, por definição, é impossível com ela. No entanto, existe certa ambigüidade. A mulher é escrava, contudo, porque está noiva, é, em princípio, livre.[33]

Essa regra combina com a natureza marginal do caso. Trata-se de um caso de adultério, mas ao mesmo tempo não é; não é claramente um adultério nem claramente não-adultério. A lei prescreve um pagamento porque há violação de propriedade. A escrava perdeu o seu valor (cf. Êx 22.17). No entanto, o caso é como no adultério. Deus foi ofendido; há, portanto, sacri-

30. Sobre a escravidão em Israel, ver, de Wright, *Eye for Eye,* pp.175-182; Richard Bauckman, *The Bible in Politics* (Louisville: Westminster/John Knox, 1989), pp.105-111.

31. Historicamente, há sinais de que as mulheres adúlteras e as prostitutas eram punidas com a nudez e a vergonha públicas e não com a morte. Ver Isaías 32.11; Ezequiel 23.10-20; Oséias 2.3-10; Naum 3.4-7.

32. Alguns comentaristas acham que essa passagem protege as escravas de serem violentadas por seus proprietários (p. ex., R. K.Harrison, *Leviticus* [Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1980]). Porém, como ela não menciona a força, parece estar regulamentando os atos consensuais.

33. Bauckmam, *Bible in Politics*, p.34; Jacob Milgrom,"The Betrothed Slave-Girl, Lev 19.20-22", *Zeitschrift für die Alttestamentlische Wissenschraft 89.1* (1977), p.49.

fício. A lei, que aceita a existência da escravatura, vê a mulher como propriedade, estragada por sexo fora do casamento. Porém, também a enxerga como pessoa. Assim, o ato sexual viola o padrão da aliança. Os pecados cometidos com ou contra os escravos ofendem a Deus.

Essa lei parece estranha, e onde foi abolida a escravidão, também parece irrelevante. Contudo, ela expressa diversos princípios relevantes para Israel e para a igreja. Em primeiro lugar, ela nos encoraja a distinguir entre pecados e crimes. No nível civil, o caso em vista é apenas uma ofensa de propriedade, remediada por uma punição financeira (Lv 19.20). Porém, ela ofende também a Deus, e assim, o pecador precisa levar uma oferta pela culpa para o sacerdote expiar o pecado (19.21,22). Na verdade, um pecado pode ofender a Deus ainda que não leve a penalidade civil alguma. Um ato pode ser totalmente legal e completamente imoral.

Segundo, essa lei sugere que o pecado cria casos marginais que forçam o código legal. Atos impróprios como esse pecado sexual forçam a decisões que não satisfazem plenamente a ninguém. Os pastores deverão estar prontos para tratar de perguntas difíceis como Deus fez por meio de Moisés. Se dissermos que o adultério e o abandono são as únicas bases para o divórcio, devemos reconhecer que os casamentos destroçados pelo pecado criam perguntas difíceis. A violência para com a mulher ou os filhos constitui base para o divórcio? É uma forma de abandono maltratar tanto a esposa que ela tenha de fugir para preservar a vida? O abandono também pode ser marginal. Pode-se abandonar e voltar repetidas vezes. Um cônjuge pode se retirar para outra parte da casa, com cama, comida e finanças separadas durante muitos anos. O pecado cria casos marginais e decisões difíceis.[34]

Terceiro, Levíticos 19 mostra que a lei começa onde a sociedade se encontra. Reconhece que as sociedades inevitavelmente se afastam dos ideais de Deus. Sem aceitar o mal, a lei pode tentar efetuar mudança *social* de modo variado. Com o pecado *pessoal*, por outro lado, somos responsáveis por imediatamente tirá-lo e revestirmo-nos de justiça. Porém, temos controle limitado sobre outros e sobre a sociedade. Assim, às vezes, temos de nos contentar com mudar o que pudermos, pouco a pouco.

34. Sobre a dificuldade desses casos marginais na área do divórcio, ver Jones, *Biblical Christian Ethics*, pp.202,203.

A lei como restrição do pecado

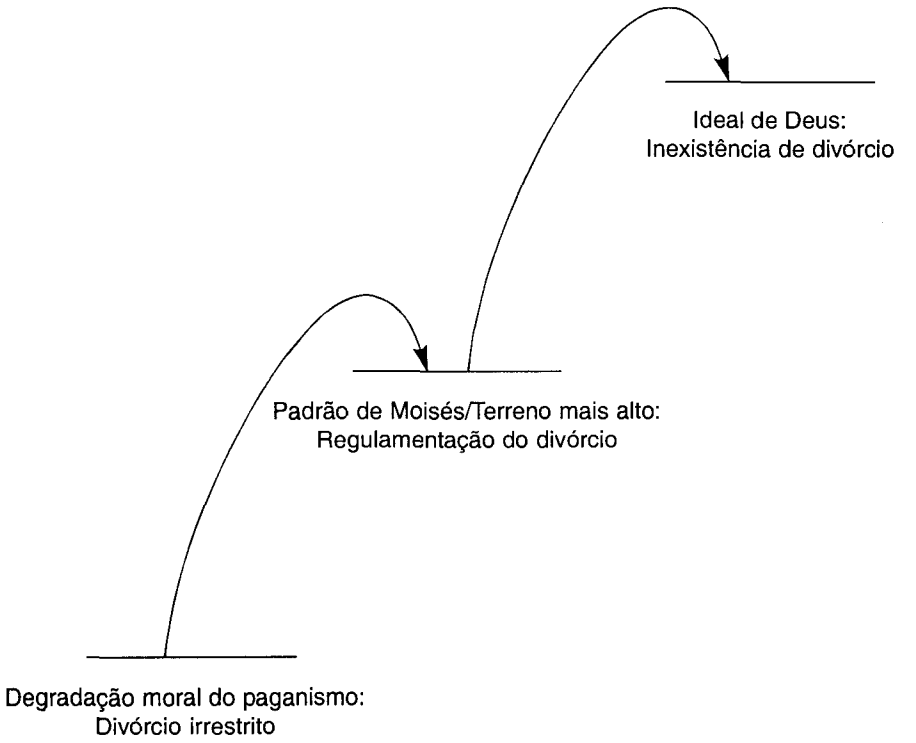
Muitas leis e instituições existem apenas para regulamentar ou limitar o pecado. Exércitos, juízes, códigos penais e roupas: tudo isso existe por causa do pecado. Ao cobrir Adão e Eva, Deus tanto instituiu a roupa para remediar a nossa vergonha e concupiscência como demonstrou a sua disposição de remediar o pecado.[35] Mais tarde, quando Deus escolheu Israel, Israel já era uma entidade histórica habituada ao pecado; reinavam a ignorância e a falta de lei. Então, Deus amadureceu a Israel de modo progressivo. Algumas práticas, como a poligamia e a escravidão, não foram aprovadas nem proibidas. Em vez disso, a lei as regulamentava e restringia; as narrativas retratam-nas como causa de discórdia e problemas (Gn 29–30; 1Sm 1; 1Rs 11). Jesus concorda ao interpretar o regulamento sobre divórcio de Moisés (Dt 24; Mt 19). Na antiguidade, os homens se divorciavam de suas esposas livremente, para seu próprio prejuízo. Moisés restringiu o divórcio restringindo o direito de um homem casar novamente com a mulher de que ele divorciara. Porém, pela dureza dos corações, ainda permitia o divórcio numa base indefinida de "algo indecente". Ou seja, porque eles ainda não podiam tolerar o ideal de Deus, a sua maldade era restringida, mas não erradicada. A Figura 15 pode ajudar.

Uma situação semelhante acontece com os votos. Os pagãos mentiam sempre que isso lhes servisse. Moisés restringiu isso ao exigir que Israel jurasse em nome de Deus. Porém, idealmente, os discípulos são de tal modo confiáveis que desaparece a necessidade de juramento. Do mesmo modo, quanto à vingança, alguns pagãos tomavam aquilo que a sua força lhes permitisse (Gn 4.23,24). Moisés, então, limitou a retribuição a olho por olho (Êx 21.22-25). Porém, idealmente, o discípulo oferece a outra face para os que lhe baterem (Mt 5.38-42).

Assim, a lei de Moisés apóia o adágio de que as leis civis fazem concessões entre o que é factível e o que é desejável. Às vezes, a lei apenas regulamenta as instituições como a escravatura, deixando a sua abolição para outra época. À medida que o mundo vem devagar sob o senhorio de Deus, as leis fazem as instituições caídas, como a escravatura, operarem "com o mínimo possível de injustiça".[36]

35. Murray, *Principles of Conduct*, pp.41,42.
36. Goldingay, *Approaches*, p.59.

FIG. 15
O TOLERÁVEL E O IDEAL EM MATEUS 5



Esse é um princípio importante para a reforma social. Precisamos de paciência e zelo, a paixão de um reformador e a moderação de um sábio. O que pode ser mudado varia de época para época. Quando era impossível abolir a escravatura, a Bíblia a amenizava. Séculos mais tarde, veio o tempo de aboli-la. Enquanto escrevo isto, a abolição do aborto parece impossível. Assim, buscamos regulamentá-lo, impedi-lo e estigmatizá-lo. Educamos e persuadimos, focalizando os abortos feitos de modo brutal pelas razões mais desprezíveis (p. ex., escolha do sexo), mas o objetivo é sempre acabar com o aborto. Do mesmo modo, não podemos esperar que os padrões bíblicos do divórcio se tornem leis nacionais amanhã. Porém, podemos colaborar com qualquer pessoa que se opõe ao divórcio irresponsável e autônomo, devido aos seus efeitos arrasadores sobre mulheres e crianças.

Recapitulando, o pecado complica a aplicação da lei ao criar instituições corruptas e casos desconcertantes em que o mau comportamento é tolerado, mas controlado. Aqui, aprendemos que não podemos simplesmente declarar absolutos morais do alto; temos de enfrentar os casos sujos. É nosso *dever* começar onde estão as pessoas. É nosso *objetivo* erradicar o mal de modo progressivo. Finalmente, é necessário *discernir* o tempo para os ataques frontais ao pecado, e o tempo em que só podemos restringir males como a escravatura e o aborto.

O nosso envolvimento com casos difíceis nos leva a Cristo de dois modos. Primeiro, a sua encarnação modela o envolvimento no mundo imundo e complicado dos pecadores. Ele se envolveu com pessoas onde elas se encontravam; contudo, manteve seus princípios. Segundo, existe um sacrifício para aqueles que ficam emaranhados pelo pecado. As ofertas de culpa do Antigo Testamento apontam para a oferta de Cristo de si mesmo em expiação pelos nossos pecados.

Resumo

Poderíamos, com proveito, examinar outras leis, mas só à custa de mudar da interpretação para a ética cristã. Em vez disso, vamos revisar o plano de aplicação da lei. Defendemos quatro processos, esperando que os mestres passem de um a outro à medida que trabalham. Primeiro, usando a exegese normal, determinamos o significado para os primeiros leitores. Segundo, encontramos os princípios nos mandamentos originais e consideramos como eles podem ser transferidos para as pessoas, a igreja e a sociedade de hoje. Terceiro, evitamos o legalismo condescendente ao perguntar o que a lei requer que sejamos (caráter), busquemos (objetivos) ou vejamos (discernimento), não somente o que devemos fazer (dever). Quarto, conduzimos os ouvintes para Deus. Isso também tem diversos aspectos. Consideramos como uma lei reflete a pessoa e a obra de Deus. Depois de ver como nos encontramos aquém do mandamento, lembramo-nos do arrependimento e da misericórdia de Jesus. Finalmente, quando compreendemos como é intratável o mal, almejamos também a volta de Cristo para purificar todas as coisas.

11

QUESTÕES SOBRE A APLICAÇÃO DE TEXTOS ÉTICOS

"Também suborno não aceitarás" (Êx 23.8; Dt 16.19; Pv 17.23).

"Honra teu pai e tua mãe" (Êx 20.12; Dt 5.16; Mt 15.4; Ef 6.2).

"Não cozerás o cabrito no leite da sua própria mãe" (Êx 23.19; 34.26; Dt 14.21).

O mero ato de fazer a lista desses mandamentos repetidos transmite algo sobre a tarefa de aplicar o direito bíblico. Alguns mandamentos (proibição de suborno, por exemplo) são tão claros e específicos que o estudo e o método parecem supérfluos. Nós simplesmente obedecemos a eles. Outros (como honrar os pais) são claros, mas os mestres devem se esforçar por aplicá-los a desafios específicos nas relações entre pais e filhos. Finalmente, algumas leis (como cozinhar cabrito) são tão difíceis que até acadêmicos experientes lutam para entendê-las.

Os desafios da lei bíblica

Por maior que seja o número de leis que entendemos, ainda há abundantes perguntas sobre o gênero da lei. Primeiro, qual é o propósito da lei bíblica? A lei não pode salvar, mas como ela ajuda o crente a crescer na graça? Como reconciliar os ensinos bíblicos que afirmam a necessidade e a impossibilidade de guardar a lei? A lei é bênção ou maldição? Moisés levou o povo a jurar fidelidade à lei (Êx 24.1-80), contudo, predisse que

Israel a desobedeceria. Paulo diz que a lei é santa, justa, boa e espiritual (Rm 7.12-14); no entanto, ele declara que ninguém consegue segui-la. Qual é, então, a relação entre as exigências da lei e a nossa incapacidade? Que efeito essa tensão exerce sobre o nosso ensino?

Segundo, mesmo quando sabemos que uma lei ainda é válida hoje, enfrentamos o desafio de preencher seus princípios. Moisés disse: "Não cobiçarás" (Êx 20.17), mas onde termina a aspiração e começa a cobiça? Paulo disse: "vós, pais, não provoqueis vossos filhos à ira, mas criai-os na disciplina e na admoestação do Senhor" (Ef 6.4), mas há momentos em que os nossos filhos não se agradarão das nossas corretas admoestações e se exasperarão quando não permitirmos que eles façam a sua tola vontade.

Terceiro, a orientação bíblica sobre muitas dúvidas éticas é difícil de compreender. Não esperamos que a Escritura trate do armamento nuclear, dos privilégios e tormentos da facilidade de locomoção ou de uma cultura de vídeo em que alguns homens encontram nos feitos dos heróis esportivos a sua experiência máxima da prática de esportes. Talvez esperássemos alguma coisa sobre violência doméstica, tédio e abuso de drogas, mas até mesmo aqui obtemos percepção apenas quando extrapolamos os princípios bíblicos.

Quarto, como determinar a quais leis devemos obedecer literalmente até hoje, a quais devemos obedecer fazendo ajustes, e a quais não precisamos observar de modo nenhum, se quisermos honrar a Deus? Existe um método para se encontrar equivalência entre aplicações antigas e contemporâneas da lei? Para responder de modo eficaz, precisamos primeiramente estabelecer uma teologia da lei.

UMA TEOLOGIA DA LEI

Orientação, o benefício da lei bíblica

A Bíblia forma a vida do crente de diversas maneiras. As narrativas bíblicas nos mostram como Deus age e retratam caminhos sábios e tolos de responder a ele. A teologia bíblica descreve o mundo, capacitando-nos a vê-lo conforme Deus vê e agir de acordo com isso. A lei bíblica forma o comportamento de modo mais direto, ordenando. As regras legais declaram o que Deus requer em situações estritamente definidas. Princípios legais promovem os valores que formam a vida, como o amor, a santidade, a justiça e a fidelidade.

As narrativas nos motivam ao descrever o drama divino em que vivemos. Porém, as histórias por si não fornecem recursos suficientes para o desenvolvimento ético ou a mudança social. Elas inspiram a mudança, mas não nos preparam para as distinções necessárias para a tomada das duras decisões éticas. As narrativas levam consigo a maior força ética quando já estamos imersos nos valores bíblicos.[1] Precisamos da história do bom samaritano *e* do mandamento "amai o próximo". Precisamos de "Não farás imagem de escultura" e da zombaria de Isaías do artífice em madeira que com metade da lenha "se aquenta e coze o pão" e com a outra parte "também faz um deus e se prostra diante dele, esculpe uma imagem e se ajoelha diante dela" (Is 44.12-20).

A presença da lei na Escritura mostra que o povo precisa de orientação moral. Isso parece óbvio, mas alguns teólogos vêem de modo diferente. Eles dizem que não somos transformados por novas regras ou instruções, mas por uma imaginação transformada. "Os pontos profundos da nossa vida... só são alcançados mediante histórias, imagens, metáforas e expressões que arranjam o mundo de modo diferente", evocando um escutar transformado.[2] Dizem que necessitamos de metáforas, não de mandamentos, e que a Escritura fala "à nossa imaginação mais que à nossa obediência".[3] Assim, a pregação deve alimentar a imaginação. Ela deve cativar o coração pela história em vez de oferecer teologia e admoestação moral.[4] Ademais, alguns dizem que a mente e o coração renovados têm senso intuitivo do que é certo, e assim espontaneamente fazem o que devem. Mais retoricamente,

1. Richard Lischer, "The Limits of Story", *Interpretation* 38 (jan. de 1984), pp.35,36; ver também Terry Eagleton, *Literary Theory* (Oxford: Blackwell, 1983), pp.207-209.
2. Walter Brueggemann, *Finally Comes the Poet* (Minneapolis: Fortress, 1989), pp.85-90,109,110; ver também John Goldingay, *Models for Interpretation of Scripture* (Grand Rapids: Eerdmans, 2995), pp.56-61,89,90. Brueggemann admite que a obediência começa com mandamentos, mas considera-os inferiores. Ele diz que quase não tem importância se as leis do jubileu de Levítico 25 sobre a libertação dos escravos foram ou não implementadas. O importante era "que Israel considerasse essa provisão, a afirmava, e esperava nela" (p.102). Eu me pergunto quantos escravos concordariam com isso.
3. Paul Ricoeur, *Essays on Biblical Interpretation* (Filadélfia: Fortress, 1980), p.117; ver também *The Philosophy of Paul Ricoeur*, org. por Charles Reagan e David Stewart (Boston: Beacon, 1978), pp.223-229,239-245.
4. Livros sobre pregação que tenham essa ênfase incluem Eugene L. Lowry, *The Homiletical Plot* (Atlanta: John Knox, 1980); Wayne Robinson (org.), *Journeys toward Narrative Preaching* (Nova York: Pilgrim, 1990); Richard L. Enslinger, *A New Hearing* (Nashville: Abingdon, 1987).

ouvimos: "O povo precisa de mais apoio, não mais conselhos", ou então: "O que os cristãos precisam é de mais motivação, não mais instrução".

Bem, sim e não. Sim, as regras jamais transformam o coração. Sim, as narrativas e as parábolas alcançam a imaginação de modos impossíveis para a lei. Sim, somente a graça de Deus nos leva a amar o Deus santo e a obedecer a ele. Sim, é a graça, não a lei, que nos educa "para que, renegadas a impiedade e as paixões mundanas, vivamos, no presente século, sensata, justa e piedosamente" (Tt 2.11,12). E sim, abordagens indiretas funcionam: as histórias e as analogias levam as pessoas a pensar, sentir e agir conforme Deus quer. Como demonstra a repreensão de Natã a Davi, o estilo indireto pode ser efetivo com ouvintes maduros ou resistentes (2Sm 12). *Podemos* pregar um sermão poderoso sem emitir mandamentos.

No entanto, "precisamos de apoio, não de conselhos" é uma dicotomia falsa, gerada pelo balbuciar inerente da multidão religiosa cognitiva. Talvez os *teólogos* saibam tudo de que necessitam, mas eles estão há muito habituados às leis e à ética bíblicas. Como estão imersos na lei bíblica, são livres para subestimar a lei. *Na teoria*, os cristãos talvez precisem apenas seguir a direção do Espírito, mas a vida refuta essa teoria. Nem todo cristão que quer obedecer sabe como fazê-lo.[5] Se uma mente renovada fosse guia suficiente para o comportamento, por que Paulo ainda propõe mandamentos? Se a mente renovada é guia suficiente para o comportamento, por que Paulo disse: "como se eu mesmo o fosse, não estando sem lei para com Deus, mas debaixo da lei de Cristo" (1Co 9.21)? O Cristianismo não é nova lei, mas o Cristianismo tem leis. Assim, *por mais sofisticados que sejamos, há uma hora para dizer às pessoas o que elas devem fazer.* Quem nega isso é mais sábio que Moisés, os profetas, Jesus e os apóstolos, nenhum dos quais hesitou em ordenar.

O ministério comprova isso. Os cristãos buscam conselho piedoso sobre miríades de assuntos: Como devem educar os filhos? Como responder a um chefe cujas ordens caminham tortuosamente entre a legalidade e a ilegalidade? As pessoas querem saber como restaurar um casamento despedaçado, como quebrar o poder dos maus hábitos, como ser mais humildes, ternos e perdoadores. Pessoas com perguntas como essas muitas vezes estão altamente motivadas, mas precisam de conselho para alcançar o objetivo. Os não-religiosos também precisam de instrução. Porque Deus

5. *Ibid.*, p.214.

criou e sustém toda a humanidade, mesmo aqueles que o negam terão proveito ao conhecer a sua vontade.[6]

Se um teólogo acha que as pessoas precisam de metáforas e não mandamentos, ele deve sair mais. Trabalhe numa frente de construção e testemunhe o aviltamento das mulheres. Jogue num time esportivo masculino e ouça o linguajar obsceno. Sente-se num parque e olhe as jovens mães dando tapas nos filhos e murmurando disparates sobre quebrar a cabeça e o traseiro. Certa vez, quando eu cortava o cabelo, tanta bobagem saiu da boca do barbeiro e do freguês ao lado que eu acabei por dizer: "Na verdade, isso não é verdade. O fato é o seguinte...". Surpreendentemente, eles ouviram atentos; eles *queriam* orientação. Tanto os crentes quanto os não-crentes necessitam de instrução.[7]

Graça, a fonte da lei bíblica

Quando Deus ouviu os gemidos de Israel no Egito, ele não deu a eles leis dizendo: "Aqui estão. Obedeçam e eu os libertarei". Pelo contrário, porque Deus amou a Israel, redimiu-o da escravidão e prometeu-lhe uma terra, Israel obedecia aos mandamentos (Dt 4.32-40; 6.20–7.11). *Depois* do êxodo, a lei foi dada, à medida que Israel foi se tornando uma nação. Mesmo o Decálogo não começa com uma lei, mas com graça: "Eu sou o

6. Provérbios 31 inclui um oráculo da mãe do rei Lemuel, aparentemente rei do reino árabe de Massá. Veja Gênesis 25.14; Richard Bauckham, *The Bible in Politics* (Louisville: Westminster/John Knox, 1989), p.42, e C. G. Rassmussen, "Massa", em *International Standard Bible Encyclopedia*, org. por Geoffrey W. Bromiley, 4 vols. (Grand Rapids: Eerdmans, 1979-1988), 3:277.

7. Um desafio mais antigo a esse ponto de vista veio de Bonhoeffer e Barth, que disseram que a busca de princípios morais universais é impraticável e improdutiva.Tratar os mandamentos bíblicos como regras para hoje ou verdades morais gerais não faz sentido. Transforma uma palavra viva falada no passado em letra morta que destrói a liberdade e mata. "Não existem distinções éticas no Novo Testamento que devemos ter ou mesmo poderíamos assumir literalmente. A letra mata, o espírito dá vida... o Espírito Santo está apenas no presente, na decisão ética, e não em preceitos morais fixos." Os mandamentos bíblicos falavam no passado, mas vivemos perante Deus hoje. Portanto, "é escravizador e falto em liberdade" obedecer literalmente aos velhos mandamentos. É impossível erguer "princípios ainda geralmente válidos, porque cada momento, vivido à vista de Deus, pode trazer decisões inesperadas", escreveu Dietrich Bonnhoeffer, *No Rusty Swords*, org. e trad. por Edwin Robertson (Nova York: Harper & Row, 1965), pp.44,45. Karl Barth reserva ânimo especial para o casuísmo. Diz ele que os mandamentos concretos da Escritura são para homens específicos em situações específicas. Eles não podem ser relevantes para as nossas decisões atuais. Ver *Church Dogmatics* (Edimburgo: T.& T. Clark, 1957, 1961), II.2.673-676,684; III.4.11-17.

SENHOR, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão" (Êx 20.2, ver também 19.4-6). Desde o princípio, guardar os mandamentos é resposta à ação anterior de Deus. Nós o amamos porque ele nos amou primeiro (1Jo 4.19). Se a graça redentora *inaugura* a aliança, o pecado com o bezerro de ouro, enquanto Israel ainda se encontrava no Sinai, ensina que a graça perdoadora *sustenta* a aliança (Êx 32). Desde o início, a aliança dependia da fidelidade de Deus, não do sucesso de Israel em guardar a lei.

O legalismo é pernicioso, mas não ousamos equiparar o cumprimento da lei com o legalismo. É perverso empurrar leis feitas por homens para as pessoas ou ensiná-las que o prazer de Deus depende do nosso desempenho. Porém, é bom ensinar aos filhos a vontade do Pai, pois a lei descreve os valores e o caráter de Deus. Ela revela os seus planos para o mundo e delineia o caminho da prosperidade. Como ora o salmista: "favorece-me com a tua lei" (119.29). Quando ambos são entendidos corretamente, não existe tensão entre viver pela graça e viver pela lei de Cristo. A obediência jamais ganha por merecimento o favor de Deus, nem contribui para a redenção, mas se amamos a Deus, obedecemos aos seus mandamentos (Jo 14.15). Como disse Deus a Moisés, ele nos dá mandamentos "para que bem lhes fosse a eles a seus filhos, para sempre"; ele os dá "para o teu [nosso] bem" (Dt 5.29; 10.13).

Amor, o objetivo da lei bíblica

O legalismo é pernicioso, mas não existe conflito entre lei e amor porque a lei incorpora o amor. Ao adorar a Deus, não fazendo imagens e honrando o seu nome, nós amamos a Deus. Ao nos abstermos de matar, roubar, adulterar, dar falso testemunho, amamos as pessoas. Guardar a lei não frustra o amor, mas o expressa.[8]

Na verdade, a lei de Deus torna o amor mais fácil, não mais difícil. Ao seguir a lei, vencemos os maiores impedimentos para as decisões de amor – a nossa ignorância e o nosso egoísmo. A *ignorância* torna impossível calcular se nossos atos terão efeitos bons ou maus. (Teríamos de ser oniscientes para determinar o pleno efeito de qualquer ato.) Assim, obedecemos e deixamos com Deus os resultados. O *egoísmo* nos leva a escolher o que é mais vantajoso para nós. Ao obedecermos à lei, abrimos mão dos cálcu-

8. J. I. Packer, "Situations and Principles", em *Law, Morality and the Bible,* org. por Bruce Kaye e Gordon Wenham (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1978), p.153.

los que podem assumir uma virada egoísta e simplesmente obedecemos. (No entanto, existe um lugar subordinado para a consideração dos efeitos de nossos atos.) Assim, a lei incorpora o amor. Os crentes precisam da orientação da lei para viver em amor.

Piedade, o cerne da lei bíblica

Algumas pessoas consideram a lei como uma força estranha que impinge uma hegemonia indesejada sobre as pessoas. Porém, a lei vem do Criador, não de um alienígena. Seu conteúdo, seus motivos, suas bênçãos aprofundam o nosso relacionamento com Deus.[9] O caráter de Deus, não decretos abstratos, constitui o conteúdo da vida moral. Devemos ser santos porque ele é santo (Lv 11.44; 19.2), justos como ele é justo (Dt 16.19,20; 32.4), perdoar como ele nos perdoa (Ef 4.32). Temos de amar como ele amou (1Jo 4.7-11; Ef 5.1), servir porque ele veio servir (Mt 20.28).

O caráter de Deus é o que impele o Decálogo. Não adoramos outros deuses porque (1) ele é o único Deus, (2) ele é Deus zeloso; e (3) tudo está "diante dele", ou seja, na sua presença. Não fazemos imagens, nem dele, porque as imagens o representam erradamente. Elas não têm vida, não têm poder, não falam, enquanto ele vive, age e fala. Não fazemos uma imagem de Deus porque ele já formulou uma imagem dele – homem e mulher. Pensamos, sentimos, planejamos, falamos e agimos moralmente, como Deus e não como os ídolos que não fazem nada. Usamos o nome de Deus em honra porque seu nome revela sua natureza e é honrado.[10] Descansamos no dia do Senhor porque ele descansou (Gn 2.2,3) e nos dá descanso (Hb 4). O Deus que dá vida diz: "Não matarás"; o Senhor fiel diz: "Não adulterarás"; o Deus generoso proíbe o furto e a cobiça, e o Deus que fala a verdade proíbe o falso testemunho.

Porque os seus atos expressam o caráter de Deus, esses atos servem também como base para as leis:

- Descansamos porque ele descansou.
- Não aceitamos suborno porque ele não pode ser subornado.

9. Devo esta seção a Christopher J. H. Wright, *An Eye for an Eye* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1983), pp.21-31.
10. Considere, por exemplo, as declarações "Eu sou" de Jesus, cap. 9, pp.261,262.

- Sustentamos o estrangeiro, as viúvas e os órfãos porque ele é quem cuida de estrangeiros, viúvas e órfãos (Dt 10.17-19; Sl 146.9).
- Ouvimos o clamor do aflito porque ele ouve os gemidos dele (Êx 6.5; Sl 72.12).
- Israel sustenta os seus pobres, emprestando-lhes dinheiro e protegendo-os da escravidão, porque Israel era pobre quando Deus a redimiu (Lv 25.35-55; Êx 22.22).
- Israel até pede ao rei que aja como Deus agiu: "Concede ao rei, ó Deus, os teus juízos e a tua justiça". Se o rei for como Deus, julgará retamente, se compadecerá do fraco e libertará o aflito (Sl 72.1-4,12-14).

Portanto, *cumprir a lei é viver como a imagem de Deus*. Quando vivemos a lei, expressamos o caráter de Deus e refletimos a sua bondade. Então conhecemos Deus e o nosso eu mais íntimo.

Bênção, o resultado da lei bíblica

Como nós a violamos, a lei tem um efeito não intencionado de ameaçar juízo (Dt 28.15-68). Mas em si, a lei é boa. Deus a fez para "demonstrar e salvaguardar as distinções do... povo da aliança de Iavé".[11] Ela promove justiça e misericórdia. Protege da miséria do pecado. Afinal, os beberrões sofrem de ressaca e os mentirosos sofrem pela desconfiança de todos (Pv 5.21-23). Por suas leis Deus nos diz: "Venho aqui para me apresentar como guia e salvador. Quero governá-lo. Você é minha pequena família. Se você se satisfizer com minha palavra, eu serei o seu Rei".[12] Os Salmos 1, 19 e 119 louvam a lei de Deus no contexto desse relacionamento amoroso de aliança. Portanto, Israel espera por um dia quando a lei será obedecida, quando ela estará escrita no coração, mas não um dia em que não haverá lei.[13]

A lei bíblica é teocêntrica. "Ela pressupõe a iniciativa de Deus em graça e redenção; é estruturada por aquilo que ele fez e fará na História; é formada por seu caráter e seus atos; é motivada por experiência pessoal do amor de

11. John Goldingay, *Approaches to Old Testament Interpretation* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1981), p.44.
12. João Calvino, *John Calvin's Sermons on the Tem Commandments*, org. e trad. por Benjamin Farley (Grand Rapids: Baker, 1980), pp.39,45. Ver também Calvino, *Institutes of the Christian Religion* (Filadélfia: Westminster, 1960), 2.8.1-15.
13. Goldingay, *Approaches*, p.47.

Deus por seu povo."[14] Portanto, guardemo-nos do legalismo e lembremos que a graça motiva a obediência, mas jamais desprezemos a lei de Deus.

O USO DA LEI BÍBLICA

Esse louvor à lei bíblica pode corrigir a nossa atitude para com ela, mas ainda restam perguntas difíceis. Em primeiro lugar, entre elas, está o uso da lei mosaica. Alguns pensadores adotam categorias que podem, com efeito, dividir a lei em seções relevantes e seções irrelevantes. Temos de resistir a essa atitude, ainda que venha indiretamente por meio de categorias úteis como "os três usos da lei" ou "a lei moral, a lei civil e a lei cerimonial".

Três usos da lei?

Um modo para a organização da lei destaca três usos ou funções da lei. O primeiro é restringir o pecado. A lei restringe o pecado pela ameaça de punições, tanto civis quanto espirituais, para atos danosos (Êx 20.18-20; Dt 5.29). O temor de Deus deve restringir a crueldade em relação aos portadores de deficiências (Lv 19.14) e a exploração dos pobres (Lv 25.17,36,43). Nesse sentido, a lei é para os pecadores (1Tm 1.9,10).

O segundo uso é nos levar a Cristo. Ou seja, a lei identifica e marca o pecado, de modo a ver os nossos erros como iniqüidade que nos afasta de Deus. Ao rotular certos atos de pecado, a lei destaca a nossa consciência dela, até que busquemos misericórdia em Cristo (Rm 2.17–3.20; Gl 2.15–3.25).

O terceiro uso é fornecer orientação moral. Alguns teólogos negam esse uso, mas a maioria concorda que a lei revela a vontade moral de Deus para os crentes, e nos orienta nela.[15] Para recebermos direção, é necessário que atendamos às proibições da lei e descubramos o propósito positivo de cada mandamento. Ou seja, a lei promove o oposto daquilo

14. Wright, *Eye for an Eye*, p.31.

15. Lutero enfatizou os dois usos negativos da lei e às vezes parecia negar que os cristãos sejam obrigados pela lei do Antigo Testamento, incluindo o Decálogo. Contudo, seus catecismos contêm exposição dos Dez Mandamentos. Calvino afirmou o terceiro uso da lei inequivocamente, chamando-o de "propósito próprio" da lei (*Institutas*, 2.7.12). Ver D. F. Wright, "The Ethical Use of the Old Testament in Luther and Calvin: a Comparison", *Scottish Journal of Theology* 36 (1983), pp.463-485; Donald Bloesch, *Freedom for Obedience: Evangelical Ethics in Contemporary Times* (Nova York: Harper & Row, 1987), pp.108-113,126-138.

que proíbe. Por exemplo, "não matarás" significa também "preserva a vida", e "não cobiçarás" quer dizer: "sê grato e cheio de contentamento".

A negligência *de facto* de algumas leis

O maior desafio é determinar quais as leis do Antigo Testamento que devemos seguir literalmente, quais adaptamos com base nos princípios subjacentes a elas, e quais considerar cumpridas ou suplantadas. Consideremos, por exemplo, nossa resposta aparentemente aleatória a certas leis de Deuteronômio 22–25:

1. "Quando edificares uma casa nova, far-lhe-ás, no terraço, um parapeito, para que nela não ponhas culpa de sangue, se alguém de algum modo cair dela" (22.8).
2. "Não te vestirás de estofos de lã e linho juntamente" (22.11).
3. "Ao estrangeiro emprestarás com juros, porém a teu irmão não emprestarás com juros" (23.19,20).
4. "Quando fizeres algum voto ao SENHOR, teu Deus, não tardarás em cumpri-lo" (23.21-23).
5. "Na tua bolsa não terás pesos diversos, um grande e um pequeno... terás peso integral e justo" (25.13-16).

Desses cinco, adaptamos (1) e (5), tomamos (4) literalmente mas expandimo-lo para cobrir promessas e, em essência, descartamos (2) e (3).

O problema surge novamente no Novo Testamento. Em 1 Coríntios 11–12, Paulo ordena que as mulheres cubram a cabeça (11.5-10), proíbe a glutonaria à mesa do Senhor (11.20-22) e insta que todos utilizemos os dons para o bem comum (12.7-11). Prestamos pouca atenção à primeira e à segunda lei, mas insistimos na terceira. Por quê?

O problema é mais sério com a lei mosaica. O que os teólogos chamam de lei moral – tradicionalmente vista como o Decálogo e os princípios fundamentais de justiça, misericórdia e fidelidade (Mt 23.23) – claramente permanece em vigor. Ela repousa sobre o caráter de Deus e resume o caminho de vida da aliança. Os profetas, Jesus e os apóstolos todos reiteram partes dela (Jr 7.9,10; Mt 5.21-48; 15.19; Rm 2.21-24; 1Tm 1.8-11).

De modo igualmente claro, outras leis não permanecem em vigor. Jesus implicitamente anulou as leis alimentares (Mc 7.14-23; esp. 19) e Atos

os rescinde explicitamente (At 10.9-15).[16] Hebreus declara obsoletas certas porções da lei. A regulamentação do sacerdócio levítico foi deixada de lado por ser fraca e inútil (7.11,18). As ofertas e os sacrifícios prescritos para o tabernáculo "não passam de ordenanças da carne, baseadas somente em comidas, e bebidas, e diversas abluções, impostas até ao tempo oportuno de reforma" (9.9,10). Eles são apenas "sombra dos bens vindouros, não a imagem real das coisas" (10.1). Assim, continuar com eles, depois do sacrifício de Cristo, seria pernicioso, porque obscureceria o caráter final de sua obra (10.2-18). Do mesmo modo, Paulo disse que a prática da circuncisão, uma vez mandamento importante da lei, não tem mais importância (1Co 7.18,19).

No Novo Testamento, novamente em 1 Coríntios, vemos que algumas leis se aplicam de modo não-literal. Paulo podia usar literalmente a lei, como fez em 5.13 quando defendeu a excomunhão de um irmão imoral com o uso literal de "expulsai, pois, de entre vós o malfeitor" (Dt 17.7; 19.19; 21.21). Em 1 Coríntios 9.9,10, Paulo cita a lei: "Não atarás a boca ao boi, quando pisa o trigo" (Dt 25.4) determinando que os apóstolos podem receber pagamento pelo seu trabalho. Quando acrescenta: "Acaso, é com bois que Deus se preocupa?", vemos que ele ampliou a analogia aos seus limites.[17] De modo semelhante, em 1 Coríntios 8.4-6, Paulo extrapola o primeiro mandamento de Moisés para resolver uma pergunta social/espiritual: "Os cristãos podem comer carne que foi sacrificada aos ídolos?" Há apenas um só Deus; portanto, os sacrifícios a outros deuses são não-acontecimentos (Dt 4.39; 6.4,5).[18] Concluímos que a própria Escritura mostra que algumas porções da lei não devem mais ser cumpridas, algumas devem ser obedecidas literalmente, e outras seguem analogicamente.

16. O sucinto aparte editorial de Marcos em 7.19b – *katharizôn panta ta brômata* – literalmente, "limpando todos os alimentos" é traduzido de forma expandida na maioria das versões. Na NIV: "Ao dizer isso, Jesus declarou 'limpos' todos os alimentos". Na RS: "Desse modo ele declarou todos os alimentos 'limpos'". Na New Living Bible: "Ao dizer isso, ele mostrou que todos os tipos de alimento são aceitáveis".
17. Gordon Fee, *The First Epistle to the Corinthians* (Grand Rapids: Eerdmans, 1987), pp.406-408.
18. Frank Thielman, "Law", em *Dictionary of Paul and his Letters*, org. por Gerald F. Hawthorne e Ralph P. Martin (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1993), p.535; N. T. Wright, *The Climax of the Covenant: Christ and the Law in Pauline Theology* (Edimburgo: T.&T. Clark, 1991), pp.120-136.

Mesmo assim, os pastores têm de explicar as nossas decisões interpretativas ou perderemos a credibilidade quando insistimos em obediência a um mandamento, mas ignoramos outro. Moisés e Paulo aceitavam a escravatura e a direção masculina no lar. Na nossa cultura, certamente as pessoas perguntarão por que ab-rogamos uma e perpetuamos a outra. Ou seja, sabemos que às vezes devemos obediência literal, outras, obediência analógica, e outras ainda, nenhuma (quando a lei tiver sido cumprida em Cristo), mas nós precisamos de princípios que determinem e expliquem o que é o que.

As leis moral, civil e cerimonial?

Uma solução para esse problema é separar os níveis de autoridade da lei nas categorias de leis morais, civis ou cerimoniais.[19] Por meio desse sistema, a lei *moral* é o relato eterno, permanentemente válido, do nosso dever para com Deus e os outros. Ela consiste dos Dez Mandamentos e princípios-chave como amor, justiça, misericórdia e fidelidade. Ela nos manda adorar a Deus e amar o próximo. A Escritura certamente destaca o Decálogo. Deus o entregou primeiramente (Êx 20.1-17). Ele provém, de modo singular, da sua boca.[20]

A Escritura também destaca o Decálogo das leis judiciais ou *civis*, coligidas no livro da aliança e aplicados à vida em Canaã (Êx 20.18–23.19). Por exemplo, a lei desenvolve o sexto mandamento (matar, 20.13) com uma série de leis com lista de penalidades para danos físicos ou morte acidental (21.12-36). Ela expande o oitavo mandamento (furto, 20.15) nomeando as penalidades por ofensas específicas à propriedade (22.1-15). Além disso, a repetida expressão "na terra", de Deuteronômio, sugere que os decretos acrescentados por Deus ao Decálogo, mostram como experimentar as bênçãos na terra que deu em possessão a Israel (Dt 4.12-14;

19. Orígenes falou das leis cerimoniais, e Agostinho fez distinção entre preceitos morais e "simbólicos"; mas, aparentemente, Tomás de Aquino cunhou a formulação de três partes. Ver sua *Summa Theologia,* vol. 29, *The Old Law*, trad. por David Bourke e Arthur Littledale (Nova York: McGraw-Hill, 1969), pergunta 99, pp.31-45; cf. David Jones, *Biblical Christian Ethics* (Grand Rapids: Baker, 1994), p.111.

20. "A *torá* distingue claramente os Dez Mandamentos do restante da lei dos... seguintes modos: Eles têm prioridade, pela cronologia da revelação, pelo modo de revelação, e por sua amplitude irrestrita" – Bruce Waltke, "Dispensational and Covenant Theologies", em *Theonomy: A Reformed Critique*, org. por William S. Barker e W. Robert Godfrey (Grand Rapids: Zondervan, 1990), pp.71,72.

5.22-33; 6.1). A Confissão de Fé de Westminster (19.4) explica proveitosamente que Deus deu a lei civil a Israel como "um corpo político". Suas "leis judiciais... expiraram" quando Israel deixou de ser uma nação-estado. Elas não nos obrigam "mais do que na eqüidade geral que possam requerer". Assim, as leis sobre o uso da terra, dívidas, escravatura, guerra e o sistema de justiça incorporavam os princípios de amor, eqüidade e justiça para Israel. Nós devemos atentar aos princípios do código civil de Israel. Porém, conforme vimos, não precisamos obedecer literalmente a cada lei.

A lei *cerimonial* regulamenta o culto, o sacerdócio, o tabernáculo, os sacrifícios e outros símbolos que prefiguravam a obra de Cristo. A redenção por Jesus cumpriu esse aspecto da lei mosaica. O código de santidade, com regulamentação sobre os alimentos, o vestuário e as doenças, também faz parte da lei cerimonial, destinada a purificar Israel, separando-a das demais nações. A partir do Pentecoste, a separação entre as nações não é um objetivo do reino, e assim, esse código de santidade está obsoleto. Ainda assim, buscamos o seu significado espiritual. Como disse Agostinho, vestir uma roupa de lã e linho juntos (Lv 19.19) "hoje não é pecado. Mas... querer misturar modos opostos de vida ... sempre é pecado". E também, "Não há mal em juntar um boi e um jumento na mesma canga quando necessário (Dt 22.10), mas juntar um sábio e um tolo não pode ser feito sem causar ofensa".[21]

Além dessas afirmativas bíblicas, a classificação das leis morais, civis e cerimoniais tem benefícios pedagógicos. Para o leitor sem treinamento, a lei de Moisés parece confundir e juntar coisas oportunas com inoportunas, decretos eternos com preceitos ultrapassados. As categorias de leis morais, civis e cerimoniais ajudam o leitor a organizar o material. A classificação tem também valor polêmico. Quando Fausto, o maniqueu, atacou a igreja por ela não guardar as leis mosaicas que ele tirou do contexto, e depois ridicularizou, Agostinho respondeu que é necessário distinguir entre preceitos morais e simbólicos. Os "preceitos simbólicos" não são mais obrigatórios, disse ele, porque prefiguram "coisas agora reveladas".[22]

Apesar dessas vantagens, a distinção entre leis morais, civis e cerimoniais tem também as suas desvantagens. Primeiro, essa divisão nem sem-

21. Agostinho, "Reply to Faustus the Manichaean", em *Nicene and Post-Nicene Fathes,* vol 4, org. por Philip Schaff (Grand Rapids: Eerdmans, 1989), livro 6.9, p.173.
22. *Ibid.*, 10.2, p.177.

pre ajuda na interpretação. Se encontrarmos uma lei que alivie a pobreza, pouco lucramos se a rotularmos de lei civil.

Segundo, a categorização bate de frente com o hábito da Escritura de entremear todas as três classes de leis. Por exemplo, Levíticos 19 tem leis morais sobre ídolos, roubo, mentira e amor ao próximo (19.4,11,18) além de leis civis que exigem justiça para os pobres e estrangeiros (19.15,34). Intercala leis morais de bondade aos enfermos e idosos (19.14,32) com leis cerimoniais que proíbem tatuar e cortar o corpo (19.19,28).[23] (Aqueles que querem se agarrar à lei contra tatuagens deverão observar que ela se segue a uma lei que proíbe cortar a barba [19.28].)

Terceiro, essa esquematização tríplice observa categorias autênticas de gênero, como a distinção entre leis apodícticas e casuísticas. As leis apodícticas promulgam diretrizes incondicionais. Elas trazem: "Farás..." ou "Não farás...", e muitas vezes têm bênçãos ou maldições de Deus ligadas a elas. As leis casuísticas ou "precedentes" (ver cap. 6, pp.149-152) têm estrutura de "se... então...": "Se alguém fizer X, então a sociedade fará Y". Esses precedentes às vezes manifestam características exegeticamente significativas, que o professor habilidoso observa: podem vir em conjuntos tópicos; podem ser muito culturalmente específicos; muitas vezes mencionam penalidades.

Quarto, é enganoso rotular um conjunto de leis de lei moral, porque todas as leis exprimem o caráter moral de Deus. Além disso, até mesmo os Dez Mandamentos (a lei moral) têm mandamentos pertencentes ao culto cerimonial (mandamentos dois e quatro) e à justiça civil (seis, oito e nove).

Finalmente, esse esquema moral-civil-cerimonial impede a nossa capacidade de ver a lei mosaica como Israel a via. Para Israel, a lei era simplesmente autoridade, dada por Deus, para cada esfera da vida, para a família e sociedade, para o trabalho e o culto.

A VISÃO DA LEI DE WRIGHT

A obra de Christopher Wright sobre o direito no Antigo Testamento representa um grupo de acadêmicos que buscam abordagens que reflitam

23. Para uma análise das leis do Antigo Testamento com comparações com outros códigos legais do Oriente Médio, ver, de Dale Patrick, *Old Testament Law* (Atlanta: John Knox, 1985) e J. N. Walton, *Ancient Israelite Literature in the Cultural Context* (Grand Rapids: Zondervan, 1989), pp.69-92.

o caráter da Escritura e facilitam a interpretação dela.[24] Wright insiste que localizemos as leis na sua época na história da redenção: criação, Queda, redenção ou nova criatura.[25] Assim, desde a *criação,* a humanidade tem tido leis sobre o casamento e a procriação (leis da família), para o trabalho e descanso (lei econômica). A *Queda* trouxe novas condições e leis, muitas das quais só existem devido ao pecado. Por exemplo, depois da Queda, Deus vestiu a Adão e Eva. Seu ato teve a força de uma ordem (Êx 20.26; 28.42,43), fazendo da roupa o primeiro membro de uma fraternidade – incluindo divórcio, escravatura, juramentos, código penal, códigos de guerra – como instituições necessárias somente devido ao pecado.[26] A *redenção* traz o exemplo de Cristo e de leis que promovem a santidade e a comunidade cristãs (Mt 20.28; Ef 4.32). A *nova criação* supre uma nova perspectiva (não novas leis), um otimismo irreprimível baseado, não na confiança ingênua na bondade ou no progresso humano, mas na certeza de que Deus completará sua vitória.

Essa abordagem estimula os estudos temáticos que pesquisem o desenvolvimento da ética bíblica a respeito de tópicos complexos como governo, propriedade ou casamento.[27] Mais importante, fundamentando a lei de Deus sobre o plano redentor, ela promove um holismo bíblico. Wright diz que o êxodo deu a Israel uma liberdade quádrupla: política, da tirania do poder opressor; social, do rompimento assassino da vida familiar; econômica, do fardo do trabalho escravo; espiritual, da ignorância de Deus para o conhecimento e a adoração de Deus em sua aliança.[28] A obra de Jesus é também abrangente, ainda que ele evitasse a atividade política ou econômica mais acirrada. Politicamente, ele pacificou as inimizades ao fazer discípulos de todas as nações. Socialmente, ele restaurou leprosos, cobradores de impostos e pecadores, para a vida pública. Economicamente, ele libertou seres humanos de Mamon. Espiritualmente, ele expiou os pecados e concedeu a vida eterna. Se Deus nos redimiu

24. Christopher J. H. Wright, *Walking in the Ways of the Lord* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1995); *Eye for an Eye* (1983) e *God's People in God's Land: Family, Land and Property in the Old Testament* (Grand Rapids: Eerdmans, 1990).
25. Este parágrafo segue Wright, *Walking in the Ways,* pp.14-21. Ver também Geerhardus Vos, *Biblical Theology* (Grand Rapids: Eerdmans, 1948).
26. John Murray, *Principles of Conduct* (Grand Rapids: Eerdmans, 1957), pp.41-43.
27. Wright, *Walking in the Ways,* pp.22,23,181-196.
28. *Ibid.*, p.18.

de uma prisão tão completa, esperaremos que a sua lei nos guie como pessoas e sociedade numa restauração total.

Tomando a lei como um todo, Wright considera como ela transformou Israel numa sociedade paradigmática: "O tipo de sociedade que Deus deseja". Ou seja, Deus redimiu Israel, em parte, para ordenar a sua vida social de modo a "tornar visível os seus requisitos morais para o restante das nações". Enquanto Israel vivesse em "liberdade, justiça, amor e compaixão... eles funcionariam como o sacerdócio de Deus entre as nações".[29] Como disse Moisés: "...vos tenho ensinado estatutos e juízos, como me mandou o SENHOR, meu Deus, para que assim façais no meio da terra que passais a possuir. Guardai-os, pois, e cumpri-os, porque isto será a vossa sabedoria e o vosso entendimento perante os olhos dos povos que, ouvindo todos estes estatutos, dirão: Certamente, este grande povo é gente sábia e inteligente... que grande nação há que tenha estatutos e juízos tão justos como toda esta lei que eu hoje vos proponho?" (Dt 4.5-8).

Ao considerar Israel como um paradigma para outras nações e eras, vemos os objetivos ou efeitos das leis de Israel em todas as esferas da vida. Assim, quando lemos uma lei, não perguntamos se ela é moral, e portanto, válida, ou civil, portanto, ultrapassada. Perguntamos como um israelita veria essa lei, como ela formaria a sua sociedade e como pode formar a nossa.

Wright propõe que as leis de Israel formativas de sociedade sejam colocadas em cinco classes: civil, familiar, cultual, criminal e caridosa.[30] Porém, ele acaba por minimizar a classificação com o argumento de que todas as categorias se interpenetram: as leis civis têm sanções criminais. As leis de caridade se sobrepõem às leis cultuais, pois expressam dedicação ao Deus que ama os pobres. As leis civis e familiares sustentam umas às outras, pois ambas promovem o casamento e o cuidado dos filhos.

Assim, a pergunta: "A que classe essa lei pertence?", enfraquece e surge outra: "Como essa lei formaria Israel como uma sociedade que serve como luz para todas as demais sociedades?". Essa pergunta assume que toda a lei é relevante. Ela nos estimula a perguntar: "Que princípios são encarnados

29. Wright, *Walking in the Ways*, pp.24,33,34; *Eye for an Eye*, pp.40-45.

30. Wright, *Eye for an Eye*, pp.151-159. Patrick (*Old Testament Law*, pp.21-24) quer multiplicar as categorias ao longo de linhas de forma e crítica. Walton (*Ancient Israelite Literature*, p.78) diz que os principais elementos da lei bíblica desafiam as categorias estabelecidas.

por essas leis?" Como podemos expressar esses princípios na nossa cultura?", e não: "Essas leis estão ou não estão numa categoria ainda válida?".

Recapitulando, vimos que o esquema da lei moral, civil e cerimonial tem valor heurístico e apologético. Porém, ele pode solapar a relevância da lei ao exagerar o limite entre diversos tipos de lei. Em vez de dividir a lei, vemos que todos os tipos de lei promovem a dedicação a Deus e à sua justiça. Por exemplo, as leis cerimoniais governam o culto, que é também um ato moral. Novamente, as leis civis incorporam o Decálogo, que declara a lei moral. As categorias rígidas podem ter também um efeito indesejado de desvalorizar tudo exceto a lei moral, especialmente quando uma lei parece antiga ou arcaica. Em vez de desvalorizar algumas leis, afirmamos que toda lei expressa a natureza e vontade moral de Deus e assim, exige uma leitura cuidadosa.

As mudanças na cultura e no status de Israel como nação significam que não podemos obedecer literalmente a toda lei, mas devemos encontrar e reaplicar o princípio de cada lei. Porque as cinco categorias de Wright de leis civis, familiares, cultuais, criminais e de caridade são mais detalhadas, podem ajudar a melhorar a tríade tradicional. Porém, o mais importante é isto: como o limite entre as classes é indefinido, o que vale é uma interpretação paciente, não uma classificação. A lei de Deus para Israel é paradigma de um relacionamento abençoado com Deus e com a humanidade. Por essa razão, devemos procurar aplicar todas as leis hoje. Isso deixa implícito que todas as leis possuem algum tipo de autoridade.

A AUTORIDADE DA LEI BÍBLICA

A autoridade da lei na nova e na antiga aliança

Ninguém disputa a autoridade da lei no Pentateuco, mas ela é proeminente também no restante da Escritura. Os livros históricos usam a lei para avaliar pessoas e nações. Eles ilustram as bênçãos da obediência (Rute) e a miséria da desobediência (Jz 17–21; 2Rs 17), embora admitam que às vezes a fidelidade também possa causar problemas (2Rs 18–19). Os profetas condenam o povo por desobedecer à aliança, insistindo em arrependimento e ameaçando juízo sobre os impenitentes. Os escritores de sabedoria exaltam a lei, meditam nela e desenvolvem os seus princípios. Eles também lamentam a rebeldia, satirizam a desobediência e abençoam os obedientes.

A posição da lei na nova aliança é mais complexa. Primeiro, Jesus pode ser visto como crítico da lei. Ele parecia profanar o sábado e se associava com as pessoas erradas: mulheres, crianças e pecadores. Parecia criticar a lei quando cita Moisés: "Também foi dito... Eu, porém, vos digo...". Parece que também ele repeliu leis sobre divórcio, juramentos e alimentos (Mt 5.31-37; Mc 7.1-19). Paulo ressoa com nota semelhante quando diz que a lei nos conduz a Cristo (Gl 3) que nos libertou da tarefa impossível de cumprir a lei (Rm 7).

No discurso de Paulo, a igreja não está mais *sob* a lei, obrigada a obedecer toda prescrição ou sofrer as conseqüências (Rm 6.14,15; 1Co 9.20; Gl 4.5; 5.18). Contudo, a igreja não está *sem lei* (Rm 3.31; 1Co 9.21), que é santa, justa e boa (Rm 7.12,14). Portanto, Jesus, Paulo e Tiago lembram os ouvintes de leis adequadas às situações que enfrentavam (Mt 19.17,18; Ef 4.28; 6.2,3; Tg 2.11). Paulo considera a capacidade de cumprir a lei um benefício obtido por Cristo e concedido pelo Espírito (Rm 8.2-4). Assim, os discípulos ainda cumprem a lei e seus preceitos básicos (Rm 3.31; 13.8-10). Cristo é o fim da lei (Rm 10.4), mas não o fim das ordens.[31] Jesus concorda: ele veio cumprir a lei ao corrigir os abusos dela, ao obedecer a ela e ao ensinar aos seus discípulos o seu verdadeiro significado (Mt 5–7).[32]

Toda a Bíblia declara que o centro correto da lei é a aliança, em que Deus redime o seu povo e eles respondem em amorosa obediência. Como a lei facilitava a vida na aliança, os antigos israelitas viam-na como alegria e deleite (Sl 19). Mas, porque a lei estava incrustada de tradições dos homens e vista, por alguns, como meio de salvação, o Novo Testamento é cauteloso quanto ao legalismo. As duas alianças, porém, exaltam a bondade e autoridade da lei.

A autoridade da lei nos seus mandamentos cumpridos

Todas as leis revelam a natureza de Deus e carregam a sua autoridade, mas algumas hoje já não são obrigatórias para nós como ordenança. Com reverência, *estudamos* as leis sobre sacrifícios pelos sacerdotes, mas não

31. Goldingay, *Approaches*, p.48.

32. Os mandamentos são concentrados em Mateus e Lucas, com cerca de 50 só em Mateus 5–7. Ver, de Stephen Barton, *Spirituality of the Four Gospels* (Peabody, Mass.: Hendrickson, 1992), p.15ss.

obedecemos a elas, porque Cristo as cumpriu. Jesus deixou implícito e Pedro declarou que todos os alimentos são limpos (Mc 7.1-19; At 10, 15) porque Jesus cumpriu o código de santidade que separava Israel das demais nações. Agora, a impureza é característica de pessoas, não coisas. A maldade flui de dentro do coração. A corrupção caracteriza o que ocorre dentro de nós, não no que entra em nós.[33] Na antiga aliança, o impuro contaminava o puro, mas agora, o puro passa a sua santidade para o impuro (Mt 8.1-4). As más companhias ainda corrompem os bons costumes (1Co 15.33), mas a prática de Jesus de dar boas-vindas a pecadores é um costume autorizado (Mt 9.10; Lc 15.1,2; ver também At 10-11; 1Co 5.9-11). Assim, as leis feitas para separar Israel das nações não são mais obrigatórias como antigamente.[34]

Como nenhum texto vem com o rótulo "código de santidade" ou "leis cerimoniais", nós os examinamos humildemente, um a um. Ninguém sabe o que significam algumas regras. "Não cozinhar o cabrito no leite de sua mãe" significa "não participar dos ritos de fertilidade dos cananeus" ou "não ser cruel para com os animais"? É difícil saber ao certo. Porém, poucas são as leis tão difíceis. Por exemplo, o propósito das estranhas leis sobre plantar dois tipos de semente num campo ou o uso de roupa de dois tecidos está claro: elas promovem a separação, portanto, a santidade (Lv 19.19; Dt 22.9-11). Deus proíbe que sejam misturados para mostrar que devemos separar aquilo que ele separou. "Como Deus separou Israel dentre as nações para ser sua propriedade, também eles devem manter sua identidade santa, não se casando com pessoas de outras nações."[35] A divisão entre animais limpos e impuros espelha a divisão entre pessoas limpas e impuras. Cada escolha de alimento santo nos lembra da santidade de Deus e da necessidade de sermos santos, a começar pela cozinha.[36]

---

33. Graham Stanton, *Jesus and the Gospels* (Oxford: Oxford University Press, 1989), p.244; C. S. Mann, *Mark* (Garden City, N.J.: Doubleday, 1986), p.316; R. P. Booth, *Jesus and the Laws of Purity* (Sheffield: JSOT, 1986), pp.202-206; cf. John Pilch, "Understanding Biblical Healing: Selecting the Appropriate Model", *Biblical Theology Bulletin* 18 (abril de 1988), pp.65,66.
34. C. E. B. Cranfield, *The Gospel According to Saint Mark* (Cambridge: Cambridge University Press, 1959), pp.244,245; Robert Guelich, *Mark 1-8:26* (Dallas: Word, 1989), pp.370,380.
35. Gordon Wenham, *The Book of Leviticus* (Grand Rapids, Eerdmans, 1979), p.269; John Hartley, *Leviticus* (Dallas, Word, 1992), pp.318,323.
36. Christopher J. H. Wright, *Deuteronomy* (Peabody, Mass.: Hendrickson, 1996), p.182.

Porque toda a lei tem autoridade, nós a examinamos toda. Raramente encontramos respostas exatas para perguntas contemporâneas nas leis antigas. No entanto, até as regras sobre animais fugidos e virgens seduzidas nos expõem ao mundo moral da Escritura, se tivermos habilidade e tempo para encontrá-lo. Como disse certa vez Winslow Homer: "O que eles chamam de talento nada mais é do que a capacidade de fazer continuamente um trabalho duro da forma certa".

Resumo

Este capítulo desenvolve uma proposta anterior (cap. 6) de que os cristãos possam apresentar os deveres e dar orientação concreta sem passar para o legalismo. Enquanto a narrativa toca a imaginação e a doutrina forma a mente, a lei se dirige à vontade, com princípios que governam todas as esferas da vida e regras que governam muitos dos seus aspectos específicos. Ao nos dizer como viver, a lei inescapavelmente apresenta o nosso pecado, que podemos descrever como a lacuna entre as aspirações e a capacidade ou como o abismo entre a santidade de Deus e a nossa injustiça.

Em si mesma, a lei é boa. Ela oferece direção. Além do mais, a lei jamais diz simplesmente: "faça o que Deus manda" ou "seja como Deus é". Antes de dar a lei, Deus redimiu a Israel. Antes de Jesus dar-nos mandamentos, ele chama os discípulos para si. Assim, o desejo de Deus de um relacionamento conosco de filhos o faz revelar-nos sua vontade. A lei decifra o caminho do amor entre Deus e a humanidade e entre uma pessoa e outra. A lei descreve a natureza de Deus. Ao obedecer a ela, nós nos conformamos a ele, encontramos a nossa identidade e descobrimos a sua bênção.

12

APLICAÇÃO CENTRADA EM CRISTO

Eu nunca me esqueço do domingo em que, aos 21 anos, falei na igreja que o meu futuro sogro pastoreava. Ao procurar mudar o meu próprio linguajar, eu havia encontrado dezenas de versículos sobre o assunto da fala, os enfileirara, e os lancei para a congregação durante trinta minutos. Sentei-me, rubro de animação por todos os bons mandamentos que havia apresentado. Porém, quando o meu sogro foi ao púlpito antes do final do culto, ele falou ligeiramente sobre a misericórdia de Jesus por aqueles que usam as palavras de modo incorreto. Em silêncio, eu comecei a protestar, pensando: "Toda essa conversa sobre a misericórdia de Jesus está minando a minha mensagem. Ele está fazendo parecer como se realmente não precisássemos guardar a lei".

Eu estava pensando como (o que hoje chamo de) um "legalista de classe quatro". O legalista de classe um é o auto-soterista: ele declara o que se tem de fazer para *obter* o favor de Deus ou a salvação. O jovem rico era um legalista da classe um. O legalista da classe dois declara quais boas obras ou disciplinas espirituais devem ser realizadas para *reter* o favor de Deus e a salvação que ele oferece. O legalista de classe três ama tanto a lei que cria novas leis, leis não encontradas na Escritura, e exige submissão a elas. Os fariseus, que erguiam cercas em volta da lei, eram legalistas da classe três. O legalista da classe quatro evita erros grosseiros tais como esses, mas acentua de tal modo a obediência à lei de Deus que as outras idéias murcham. Eles raciocinam: "Deus nos redimiu ao preço da vida do seu Filho. Agora ele exige o nosso serviço em retribuição. Ele

nos deu o seu Espírito e uma nova natureza, e declarou a sua vontade. Com esses recursos, obedecemos à lei em gratidão pela redenção. Esse é o nosso dever para com Deus". De um modo importante, tudo isso é verdade, mas os legalistas da classe quatro se concentram tanto na lei de Deus que se esquecem do amor de Deus. Eles se esquecem de adorar a Deus, ter prazer nele, comungar com ele e conformar-se a ele.

O legalista de classe quatro pode pregar sermões em que cada sentença é verdadeira, mas o sermão inteiro é opressivo. É opressivo proclamar Cristo como o Doador da Lei a quem devemos uma imensa dívida, como se de algum modo pudéssemos pagá-lo – pagar a Deus! – pelos dons que ele nos deu. Considero-me membro da legião de legalistas da classe quatro em plena recuperação. Escorregamos de vez em quando para uma mentalidade de "simplesmente faça", ministrando mandamentos só porque são certos. Precisamos revisar os remédios deste livro para os legalistas da classe quatro.

Uma revisão da aplicação centrada em Cristo

Revisão dos capítulos anteriores

O primeiro capítulo defendeu que o objetivo da aplicação bíblica é capacitar as pessoas a conhecer Deus e se conformar a ele. Cada parte da Escritura nos leva ao conhecimento pessoal do Deus triúno. Uma vez que conhecemos Deus, ele começa a nos refazer segundo a sua imagem, especialmente sua imagem moral. Esse foi o propósito original de Deus no Éden, seu objetivo renovado no Sinai, e o objetivo dos evangelhos e das epístolas.

O capítulo 2 mostrou que amar a Deus e responder a ele significa especialmente responder a Cristo ao crer nele, escutá-lo, imitá-lo e seguilo. Existe em Jesus um egocentrismo irrefutável. Ele é o intérprete definitivo da lei: "Ouvistes o que foi dito... *eu* porém vos digo...". Além do mais, ele convida quem que não consegue cumprir a lei a ir até ele e pedir ajuda e misericórdia (Mt 11.25-30). Ele insiste que a profecia falava dele, especialmente de sua morte e ressurreição. Ele disse que ultrapassava os ministérios dos líderes em Israel. Ele é maior que Abraão, porque é eterno (Jo 8.53-58), maior que Jacó porque é o portal entre céu e terra (Jo 1.51; Gn 28.12). Ultrapassa Moisés porque inaugura uma aliança de graça

e verdade e oferece o verdadeiro pão que desceu do céu (Jo 1.17; 6.32-35). Vai além de Salomão em sabedoria que atrai as nações (Mt 12.42). Jesus também completa as instituições da antiga aliança. Ele é maior que o templo, porque é a própria presença de Deus conosco (Mt 12.6). Ele é o sacerdote final, que dá acesso a Deus (Hb 7–10). É o grande profeta (Lc 7.16,26) o grande rei (Mt 21.41-46), o juiz final (Mt 25.31-46), a sabedoria de Deus (Lc 7.31-35). Nas suas perguntas "não lestes?..." ele critica qualquer leitura do Antigo Testamento que deixa de vê-lo ali.

O capítulo 3 exigiu a mais alta conduta dos mestres, defendendo que a sua busca de santidade os torna melhores intérpretes e faz com que as pessoas se tornem mais dispostas a confiar neles. Perguntamos: "Quem é suficiente para essas coisas?", mas vimos que a exigência e a oferta de perfeição se equilibram. Deus primeiro nos dota de justiça, depois a requer. Lutamos apenas por sermos dignos do dom que recebemos. Nós nos apoderamos da justiça porque primeiro Deus se apoderou de nós. Deus resolve o problema da sua exigência infinita com o dom do seu socorro infinito.

Os capítulos 4–6 apontaram para Deus de dois modos. Primeiro, examinaram e corrigiram a nossa tendência de achar que a aplicação é o mesmo que encontrar leis e dizer às pessoas que as obedeçam. Regras e ideais são apenas dois dos modos de aplicação; temos também doutrinas, narrativas que descrevam atos redentores e exemplares, imagens, cânticos e orações. Segundo, e mais importante, enquanto o dever ("O que eu devo fazer?") é um dos focos da aplicação, enfatizamos a primazia do caráter ("Quem eu devo ser?"). Por mais completamente que saibamos quais são os nossos deveres, só podemos desempenhar segundo a nossa capacidade. Porém, a capacitação é dom de Deus, à medida que ele refaz, progressivamente, aqueles que, pela fé, estão unidos a ele e participam do seu caráter. Ou seja, ele nos santifica pela graça, tão certamente quanto ele nos justifica pela graça mediante a fé.

Os capítulos 7 e 8 promoveram uma leitura teocêntrica da narrativa bíblica. Propusemos que o pregador identifique os atos centrais de Deus dentro da narrativa, então observe como as personagens reagem a eles. Encontramos o ponto principal no nexo do clímax/resolução do drama, ou nos comentários que o seguem. O tema teocêntrico – o modo como Deus mostra o seu caráter e redenção – leva à principal aplicação. Em seguida, as reações a Deus conduzem às aplicações secundárias. Os discípulos, os

inimigos e os observadores "neutros" que muito tempo atrás viram os atos de Deus, reagiram a eles basicamente como os crentes, os descrentes e os observadores reagem até os dias atuais. Assim, as suas respostas poderão ser exemplares ou acauteladoras.

Eu suspeito que um medo do tédio, medo de destacar os mesmos poucos pontos sobre Deus toda semana, é uma das raízes dos usos moralistas da narrativa bíblica. Por essa razão, examinamos os diversos temas evidentes nos milagres da Bíblia. Milagres da antiga aliança mostram que Yahweh é Senhor e Deus, que ele é o Deus compassivo e salvador que restaura todas as coisas e que, no entanto, se interessa pelas necessidades do seu povo, e assim os conclama, bem como a todos os povos, à fé nele. Com as mudanças necessárias, tudo isso se aplica aos milagres de Jesus e os milagres que o Espírito realizou por meio dos apóstolos em Atos.

Os capítulos 4 e 9 propuseram uma fórmula para a aplicação da doutrina.: "Se a doutrina X é verdadeira, que implicações isso tem?" Como a narrativa, a doutrina é teocêntrica. A soteriologia relata a obra de Deus na redenção; a hamartiologia indica a nossa necessidade de Cristo, e assim por diante. Nenhuma verdade doutrinária se firma isolada de Jesus.

Os capítulos 10 e 11 mostram que até a lei instila conhecimento pessoal de Deus. O Decálogo nos revela o caráter de Deus, pois cada lei flui de sua pessoa. Não adoramos outros deuses diante dele porque (1) ele é o único Deus; (2) tudo está "diante dele", ou seja, na sua presença. Não fazemos imagens de escultura porque todas as imagens o representam mal. Elas não têm vida, não têm poder e não falam, enquanto ele vive, age e fala. Usamos honrosamente o nome de Deus porque o seu nome revela a sua natureza honrada. Descansamos do dia do Senhor porque ele descansou (Gn 2.2,3) e nos dá descanso (Hb 4). O Deus que dá a vida diz: "não matarás"; o Senhor fiel diz: "não adulterarás"; o Deus generoso proíbe o furto e a cobiça e o Deus que só fala a verdade proíbe o falso testemunho. Assim, guardar a lei é viver como a imagem de Deus, refletindo o seu caráter.

Como os atos de Deus expressam o seu caráter, eles fornecem base para algumas leis. Não aceitamos suborno porque Deus não pode ser subornado. Sustentamos o estrangeiro, a viúva e o órfão porque ele os sustém (Dt 10.17-19; Sl 146.9). Ouvimos o clamor do aflito porque ele ouve o seu clamor (Êx 6.5; Sl 72.12).

Porém, a lei também revela a graça e a misericórdia de Deus. O prólogo ao Decálogo diz: "Eu sou o SENHOR teu Deus que te tirou do Egito" e

logo após o epílogo, o próprio Deus instala um sistema de sacrifício para expiar por nossas violações da lei, sistema este que aponta para o sacrifício perfeito de Jesus.

Revisando as nossas crenças

Ao promover a leitura das Escrituras centrada em Deus e em Cristo, eu me junto a uma onda crescente que promove uma vida centrada em Cristo. Os cristãos estão aprendendo a articular e a viver o desejo outrora incipiente de saborear diariamente a graça. Na linguagem teológica, começamos a entender que a graça de Deus na santificação é tão doce e necessária quanto a sua graça na justificação.

Além disso, de modo um tanto subliminar, por meio de estudos de casos em que a exegese precede a aplicação, este livro promove a pregação *exegética*. Espera-se de professores de Novo Testamento que escrevam livros que se baseiem na exegese, mas a nossa agenda vai contra uma fortíssima onda de pregação tópica antropocêntrica no mundo evangélico. Ao examinar centenas de sermões publicados em prestigiosos periódicos de pregação dos anos 80 e no início dos 90, David Wells concluiu que o conteúdo e a organização dos sermões eram determinados pelo texto bíblico sob consideração apenas 24,5% das vezes, e que apenas 19,5% "tinham qualquer relação com a natureza, o caráter e a vontade de Deus".[1] A análise de Wells comprova que livros recentes sobre homilética, muito raramente promovem a pregação exegética. A pregação tópica orientada àquele que está buscando "espiritualidade" está em alta.

É claro que a pregação precisa suprir necessidades, responder às perguntas feitas pelas pessoas (caps. 5–6), mas um afastamento da exegese tem suas conseqüências, das quais mencionarei duas. Primeiro, tópicos como sofrer por Cristo, autonegação ou inferno, que são bíblicos mas que não falam às "necessidades sentidas", tendem a desaparecer. Por exemplo, o ensino sobre o inferno não é tanto refutado quanto ignorado, não tanto falsificado quanto ausente.[2] De modo geral, perdemos o interesse

1. David Wells, *No Place for Truth* (Grand Rapids: Eerdmans, 1993), pp.251-253.
2. O desaparecimento do inferno em si é um tópico. Ver, de Martin Marty, "Hell Disappeared. No One Noticed. A Civic Argument", *Harvard Theological Review 78* (1985), pp.381-398. Os teólogos debatem a questão, mas nem sempre a exegese recebe o que lhe é devido. Para uma crítica

em proclamar o que Paulo chamou de "todo o conselho de Deus" (At 20.27), buscando suprir todo o catálogo das necessidades humanas.

Segundo, a pregação tópica pode superar em *atrair* ouvintes com descrições empolgantes de nossos problemas e perguntas, mas muitas vezes falha em *instruí*-los. A pregação tópica tende à mesmice e à falta de conteúdo. Umas dezenas de temas surgem repetidas vezes e os pregadores reciclam as mesmas soluções vez após vez. Mesmo que os pastores desprezem o crime máximo de propagar a falsidade, eles flertam com o penúltimo crime, o de fazer a fé parecer tediosa.

O TESTEMUNHO MÚLTIPLO DA REDENÇÃO DE DEUS NA BÍBLIA

A tendência de homogeneizar a proclamação de arrependimento e fé, especialmente pela atração à teologia paulina, merece mais atenção. É claro que eu não critico Paulo. Quero, porém, promover o ímpeto exegético desta obra afirmando que todos os livros da Escritura têm sua voz distinta e testemunham de Deus. Enfocando apenas o Novo Testamento, devemos descobrir as contribuições singulares que cada evangelho, Atos, cada epístola paulina, Hebreus, Tiago, Pedro, João, Judas e Apocalipse fazem da fé. Há um século, um estudioso declarou: "O Cristianismo de hoje é, em termos gerais, o Cristianismo de São Paulo".[3] Isso é válido ainda hoje. Paulo domina a teologia cristã, talvez formando a mente cristã ainda mais que os evangelhos. E isso não é sem razão, pois ele escreveu 13 livros, diversos dos quais se prestam à teologia sistemática cristã.

Porém, é necessário permitir que as vozes individuais de cada livro falem se elas têm de "articular uma palavra que possa contradizer os nossos próprios valores e desejos. De outra feita, sucumbiríamos à tentação de virar as páginas para uma contra-referência que neutralize a força de qualquer passagem particularmente desafiadora".[4] Por mais impor-

---

mais detalhada, ver D. A Carson, *The Gagging of God*, p.515ss; Robert Peterson e Edward Fudge, *Two Views of Hell: A Biblical and Theological Dialogue* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 2000).

3. A. H. McNeil, *New Testament Teaching in Light of St. Paul's* (Nova York: Macmillan, 1923), viiss.
4. Richard B. Hays, *The Moral Vision of the New Testament* (Nova York: HarperCollins, 1996), p.188. Curiosamente, o trabalho de Hays omite Hebreus, Tiago e Pedro.

tante que Paulo seja, outros autores apresentam perspectivas complementares da fé. A teologia de Paulo, formulada por seu trabalho como evangelista aos gentios e por suas perguntas e necessidades, enfatiza a justificação e a reconciliação com Deus pela fé, não pelas obras. Mas Hebreus, escrito para leitores que conheciam bem a Escritura, desenvolve o ministério de Jesus de sumo sacerdote. Também chama Jesus de nosso herói, nosso pioneiro, que venceu Satanás em combate único, livrando-nos do temor da morte e nos levando para dentro da família de Deus (2.10-15). Apocalipse apresenta Jesus o guerreiro, montado no cavalo branco que guerreia contra Satanás e seus aliados e os vence a todos. Porque alcançou a vitória sobre as bestas, o dragão e a prostituta, ele recebe a adoração e consola a igreja sofrida, impelindo-a a perseverar até o fim.

Essas palavras sobre Hebreus e Apocalipse poderiam levar-nos a uma análise do testemunho de Deus em cada livro da Bíblia. Mas isso exigiria outro livro.[5] Em vez disso, apresentaremos algumas crenças básicas, e depois alguns exemplos de estudos que examinam os testemunhos diferentes da salvação de Deus em Samuel e Tiago.

O movimento de teologia bíblica, associado a autores como Geerhardus Vos, Sidney Greidanus e Edmund Clowney, oferece fundamento para a pregação centrada em Deus. Esse movimento enfatiza a unidade orgânica das relações de aliança de Deus com a humanidade. Trabalhando primeiro com Adão e a raça humana, depois com Israel, desde Abraão até Moisés, Davi e os profetas, Deus revelou progressivamente o seu plano de redenção. Cada época da redenção teve suas características distintas; contudo, todas contam a história de uma raça que se rebelou contra o seu Criador, que lhe deu um grande livramento.[6]

5. Ver a análise em Daniel Doriani, *Getting the Message* (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed, 1996), pp.174-184.

6. Geerhardus Vos, *Biblical Theology* (Grand Rapids: Eerdmans, 1948). Para discussões sobre a unidade dentro do Antigo Testamento, ver Walter Eichrodt, *Theology of the Old Testament*, 2 vols. (Westminster: Filadélfia, 1961, 1967); Gerhard von Rad, *Old Testament Theology*, 2 vols. (Nova York: Harper, 1962, 1965). Sobre a unidade do Novo Testamento, ver C. H. Dodd, *The Apostolic Preaching and its Developments* (Londres: Hodder & Stoughton, 1936); J. D. C. Dunn, *Unity and Diversity in the New Testament* (Filadélfia: Westminster, 1977), Leonhard Goppelt, *Theology of the New Testament*, 2 vols. (Grand Rapids: Eerdmans, 1981-82); John Reumann, *Variety and Unity in the New Testament* (Oxford: Oxford University Press, 1990).

Uma estrutura promissora une as partes. Deus prometeu a vinda de alguém que esmagaria a serpente (Gn 3.15), por meio de quem Abraão abençoaria as nações (Gn 12.1-3) e que se sentaria no trono de Davi para sempre (2Sm 7.8-29). O objetivo das promessas é: "assim vós sereis a mim por povo, e eu vos serei a vós outros por Deus" (Jr 11.4; 30.22; Ez 36.28; Êx 6.7). Porque a antiga aliança enfatiza a fé no Deus de Israel e lealdade a ele, porque contém apenas sombras do Filho, a pregação centrada em Deus a partir do Antigo Testamento nem sempre mencionará Cristo por nome. No entanto, cada época da antiga aliança se move na direção a ser completada em Jesus, o Messias.

Eu adoto o entendimento clássico de que a promessa de alguém que esmagaria a cabeça da serpente (Gn 3.15) constitui a primeira promessa de um Redentor que aparece muito mais tarde. Em Êxodo, a graça redentora de Deus *inaugura* a aliança. Depois do pecado com o bezerro de ouro, enquanto Israel ainda está no Sinai, sua graça que perdoa *sustém* a aliança. Assim, a aliança depende da fidelidade de Deus, não do cumprimento da lei por Israel (Êx 32). O sistema de sacrifícios, de Êxodo e de Levítico, mostra as conseqüências mortais do pecado e nos fazem almejar um sacrifício que expie o pecado de uma vez por todas (Hb 7–10). Certos salmos rompem os limites das expectações do Antigo Testamento de modo a apontar para um libertador eterno. O Salmo 45, ao louvar um rei de Israel no dia do seu casamento por sua força na batalha (45.9-11) excede os limites do louvor a qualquer rei: "O teu trono, ó Deus, é para todo o sempre; cetro de eqüidade é o cetro do teu reino" (v.6). Assim, alguns salmos descrevem um régio libertador cuja grandeza excede a de qualquer mortal. Semelhantemente, o Espírito moveu profetas a predizer libertação futura em termos que transcendiam qualquer acontecimento ou libertador da antiga aliança. Os apóstolos viam essas como profecias do Cristo (1Pe 1.10-12).

Obviamente, o testemunho de muitos livros resiste à interpretação incorreta. Mateus escreveu o seu evangelho para que a igreja pudesse fazer discípulos de todas as nações (Mt 28.18-20). João escreveu para que as pessoas cressem que Jesus é o Cristo e crendo, tivessem vida em seu nome ((Jo 20.31). Lucas relatou o ministério de Jesus para fortalecer a fé dos seus leitores e prepará-los para pregar o perdão em nome de Jesus (Lc 1.1-4; 24.46-49). Paulo escreveu Romanos para compartilhar o seu evangelho e produzir frutos entre as igrejas de Roma (Rm 1.8-15; 16.25).

Portanto, o nosso objetivo é pregar Cristo de modo que honre a visão, o gênio de cada autor, em vez de dar saltos para Paulo para anular essa visão. Vamos agora a exemplos dos livros mais difíceis.

Estudo de caso nº 1: O testemunho de Samuel em favor de Deus

Na proclamação de Samuel, é possível apresentar um chamado à fé que, embora válido em si mesmo, virtualmente ignora o padrão de pensamento do escritor:

1. Saul e Davi eram ambos pecadores.
2 Nós também somos pecadores. Cometemos pecados como os que eles cometeram.
3 Jesus morreu na cruz pelos pecados como os deles e os nossos.
4. Temos de nos arrepender, confiar em Cristo que morreu e ressuscitou pelos nossos pecados.

Essas afirmativas são verdadeiras, mas não expressam, na linguagem de Samuel, o objetivo de conhecer Deus e nos conformar a ele. A terminologia e a lógica, embora inspiradas e edificantes, são de Paulo. Saltando do profeta para o apóstolo desse jeito, perdemos o gênio do chamado singular de Samuel para a fé. Ao repetir o erro, é possível cair no crime de repetir o evangelho de modo tão rotineiro e previsível que ele se torna tedioso.

O chamado de Samuel à fé em Deus depende do seu lugar na história da redenção. O Livro de Juízes termina com um lamento duplo e uma condenação da resposta miserável de Israel à teocracia: "Naqueles dias, não havia rei em Israel; cada qual fazia o que achava mais reto" (Jz 17.6; 21.25). Mas um rei resolveria a rebeldia de Israel? Não se eles pedissem – e obtiveram – "um rei sobre nós, para que nos governe, como o têm todas as nações" (1Sm 8.5,20). O primeiro rei de Israel, Saul, na verdade era como os reis de todas as nações: fisicamente impressionante, por vezes ousado e magnânimo, mas sem lei e totalmente centrado em si mesmo, ao contrário do que dizia Deuteronômio 17. Saul quase viu a destruição de Israel (1Sm 31).

Porém, Deus preparou Davi, homem segundo o coração de Deus (1Sm 13.14) para suceder a Saul e o levou a defender a nação mesmo durante o reinado de Saul (1Sm 17; 23.1-5; 2Sm 5.2). Davi foi o rei-pastor de Israel, forte mas misericordioso, zeloso por Deus (2Sm 9; Sl 69.9). Sua paixão

por Deus se provou depois que ele foi ungido, na luta contra Golias, e depois da sua coroação, quando levou o tabernáculo para Jerusalém como o primeiro ato real (2Sm 6). Não é de admirar que Davi tenha se tornado o padrão para todos os reis que vieram depois dele. Contudo, num impulso pecaminoso, este, o melhor rei, quebrou todos os dez mandamentos.[7] Ele o fez deliberadamente, de coração insensível, de uma posição pública, e apesar da falta de necessidade. Seu pecado iniciou uma cadeia de acontecimentos que foram um flagelo para a nação, tendo gerado guerra civil. Só a misericórdia divina poupou a Davi e a Israel (2Sm 12.2-13). Se até mesmo o melhor rei precisou assim da misericórdia de Deus, se não ele teria morrido por seu pecado, se a ruína ameaçou a nação até mesmo no seu ápice, nenhum rei ou reino terreno bastará.

Por essa razão, os Salmos declaram duas vezes: "Não confieis em príncipes, nem nos filhos dos homens, em quem não há salvação" (Sl 146.3; 118.9). Embora esse Salmo não seja de Davi, o sentimento não lhe é estranho. É verdade que Davi perguntou duas vezes: "Quem, Senhor, habitará no teu tabernáculo? Quem há de morar no teu santo monte?", e respondeu duas vezes: "O que é limpo de mãos e puro de coração" (Sl 24.3,4; 15.1-5). No entanto, Davi celebra em hino, duas vezes, ainda outra dádiva: "Bem-aventurado aquele cuja iniqüidade é perdoada, cujo pecado é coberto. Bem-aventurado o homem a quem o Senhor não atribui iniqüidade e em cujo espírito não há dolo" (Sl 32.1,2; 51.1-9).

Todo o cânon ecoa isso, mas 1 e 2 Samuel têm voz distinta. Eles pedem um rei que lidere Israel em santidade e fidelidade à aliança. Saul e especialmente Davi pareciam inicialmente preparados para cumprir essa esperança, mas ambos fracassaram. Hoje, sabemos que nem mesmo um rei segundo o coração de Deus (Davi, 1Sm 13.14), nem um rei supremamente sábio (Salomão, 1Rs 3.9-12) cumpririam a esperança de um rei verdadeiramente bom. Porém, os profetas que escreveram a história tinham começado a pedir um libertador cujo reino durasse eternamente (2Sm 7.12-29; Is 9.6,7; 11.1-4; Jr 23.5,6; Sl 2, 110). Assim, no final, Samuel atendeu ao pedido dos juízes por um rei justo, prometendo um filho futu-

7. Ele cobiçou Bate-Seba, mentiu a Urias, roubou a mulher do próximo, adulterou e matou, e envergonhou os seus pais. Ao fazer dos seus desejos um ídolo, ele seguiu após outro deus, e permaneceu impenitente durante um ano de sábados.

ro de Davi, que edificaria a casa de Deus e estabeleceria o trono para sempre (2Sm 7.12,13). Isso inicialmente se referia a Salomão, claro, mas Salomão acabou sendo tão decepcionante quanto Saul e Davi (1Rs 1-11).

Samuel pede um rei com amor por Deus como o de Davi, mas com a santidade que faltava em Davi. Israel precisava de um rei com a paixão de Deus como Davi, mas também com a capacidade de controlar as outras paixões. Precisava de um rei com coragem para enfrentar os inimigos de Deus na batalha, mas com capacidade de vencer Satanás e não só os seus representantes. Em suma, 1 e 2 Samuel constantemente voltam os pensamentos dos seus primeiros leitores para a misericórdia de Deus e a libertação que ele proveria. Assim, 1 e 2 Samuel nos levam além de Saul, Samuel e Davi, ao próprio Senhor. Em termos da nova aliança, vemos agora o que estava obscuro então, que a promessa de *um* filho de Davi que estabeleceria o reino é cumprida em *o* Filho de Davi, que inaugurou o reino e o estabeleceu para sempre.

Assim, o salto de Samuel para Paulo (Saul e Davi eram ambos pecadores, nós cometemos pecados como os deles; Jesus morreu na cruz por pecadores como esses; temos de crer nele) é verdadeiro, mas empobrecedor. Ele apaga os caminhos para Deus e embrutece a mente ao repetir alguns temas paulinos e ignorar outros caminhos para o evangelho.

Estudo de caso nº 2: Tiago

Não existe outro livro cujo testemunho em favor de Cristo seja mais mal-entendido do que o testemunho de Tiago. Lutero o chamou de "epístola de palha" pelo fato de ele não mencionar a cruz, a expiação ou a justificação pela fé. Até hoje, muitos estudiosos da Bíblia negligenciam ou descartam Tiago por sua aparente falta de conteúdo doutrinário e alegada contradição a Paulo.[8] Contudo, Tiago é muito querido pelos cristãos co-

8. Martinho Lutero, *Table Talk*, trad. por Theodore G. Tappert, em *Luther's Works* (Filadélfia: Fortress, 1967), pp.424,425. Lutero expressa quatro objeções principais a Tiago que se repetem até hoje. Para detalhes, ver Walter George Kümmel, *Introduction to the New Testament*, trad. por Howard Clark Kee (Nashville: Abingdon, 1976), pp.403-416; e Martin Dibelius, *James*, rev. por H. Greeven, trad. por Michael A. Williams (Filadélfia: Fortress, 1920, 1976). A extrema brevidade do tratamento de Tiago por Bart Ehrman em *The New Testament: A Historical Introduction to the Early Christian Writings* (Nova York: Oxford University Press, 1997), pp.384,385, é em si uma declaração.

muns. "Seu chamado a realizar os ideais professados em atos apropriados fala com urgência profética a gerações de leitores que consideram a orientação de Tiago difícil de cumprir, mas não difícil de entender".[9] Paradoxalmente, as duras exigências de Tiago sustentam o seu apelo popular.

O testemunho de Tiago: Jesus é Senhor. Tiago só menciona Jesus duas vezes, mas a presença dele inunda toda a epístola, que constantemente repete o seu ensino. Tiago honra "nosso Senhor Jesus Cristo" (1.1; 2.1) que voltará para julgar (5.7,8), que cura os enfermos (5.13-16), que expressa o seu senhorio por meio da sua lei real (2.8). Tiago reafirma o ensino de Jesus, especialmente o do Sermão do Monte.[10] Ele diz que a traça e a ferrugem destroem as riquezas (Tg 5.2,3; Mt 6.19), que não devemos jurar (Tg 5.12; Mt 5.33-37) e não julgar (Tg 4.11,12; Mt 7.1-5). Tiago também diz para "amar o próximo" (Tg 2.8; Mt 22.39), "regozijar" nas tribulações (Tg 1.2; Mt 5.11,12) e pedir a Deus as boas dádivas (Tg 1.5; Mt 7.7). Ele diz que devemos praticar a palavra (Tg 1.22; Mt 7.24-27), guardar toda a lei (Tg 2.10; Mt 5.19) e guardar toda palavra (Tg 3.2; Mt 12.36,37). Ele diz que uma profissão de fé tem de conduzir à ação (Tg 2.14-26; Mt 7.21-23) e que não podemos agradar a dois amigos ou mestres (Tg 4.4; Mt 6.24). Assim, Tiago submerge os leitores nos ensinos de Jesus, o Senhor.

O evangelho de Tiago: arrependimento e humildade. No passado, estudiosos acusavam Tiago de desfilar ditos éticos sem estrutura ou lógica, mas hoje em dia a maioria reconhece que Tiago empregou as convenções da retórica antiga para estruturar a sua epístola.[11] Tiago 1.26,27 inicia o

9. Luke Timothy Johnson, *The Letter of James* (Nova York: Doubleday, 1995), p.3. Johnson faz uma avaliação positiva, como fazem, por exemplo, Raymond Brown, *An Introduction to the New Testament* (Nova York: Anchor Doubleday 1996); Donald Guthrie, *New Testament Introduction,* 4ª ed. (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1990), Donald Carson, Douglas Moo e Leon Morris, *An Introduction to the New Testament* (Grand Rapids: Zondervan, 1992), pp.410-417.
10. Peter Davids, *Commentary on James* (Grand Rapids: Eerdmans, 1982), pp.47,48; Johnson, *James,* pp.55-57; Brown, *Introduction,* pp.734-736; Guthrie, *Introduction,* pp.729-731.
11. "Falta em todo o documento continuidade de pensamento." É uma "parênese", isto é, "um texto que enfileira admoestação de conteúdo ético geral", criando uma obra eclética e inconsistente – Dibelius, *James,* pp.2-11. Mas veja a refutação em Johnson, *James,* pp.11-15; Davids, *James,* pp.22-28; e Duane F. Watson, "James 2 in Light of Greco-Roman Schemes of Argumentation", *New Testament Studies 39* (1993), pp.94-121; e "The Rhetoric of James 3:1-12 and a Classical Pattern of Argumentation", *Novum Testamentum* 35 (1993), pp.48-64.

seu chamado contínuo à verdadeira fé, declarando que os que possuem verdadeira religião (1) controlam a língua, (2) cuidam das viúvas e dos órfãos e (3) permanecem incontaminados pelo mundo (3.13–5.6). Tiago estrutura o restante de sua epístola para desenvolver esses três pontos. Primeiro, os crentes verdadeiros cuidam dos necessitados, dando a eles respeito (2.1-13) e assistência (2.14-26). Segundo, a verdadeira fé controla a língua (3.1-12). Terceiro, a verdadeira sabedoria poupa os discípulos da poluição do mundo (3.13–5.6).

Essa estrutura é amplamente reconhecida. Ainda assim, os leitores ficam confusos pela decisão de Tiago abrir o corpo de sua epístola com a questão aparentemente sem importância, tangencial, do favoritismo na igreja. Porém, com sabedoria subversiva, Tiago usa o favoritismo para iniciar a discussão das três provas da verdadeira religião, bem como também insinuar aos leitores que eles falharão em todas essas provas. Assim, ele prenuncia o seu evangelho, um evangelho de arrependimento e humildade diante de Deus.

Especificamente, Tiago proíbe a igreja de favorecer os ricos acima dos pobres, dando-lhes os melhores lugares (2.1-7). Tiago começa com essa questão menor porque as questões de menor importância revelam o coração. Jesus lembra e julga até mesmo nossas palavras e obras fortuitas (Mt 12.33-37; 25.31-46), porque elas procedem do coração. A aparente insignificância do favoritismo aprofunda a lição de Tiago. Além do mais, o favoritismo ilustra todos os três aspectos da verdadeira religião: (1) A religião verdadeira ajuda os pobres, mas o favoritismo os prejudica por desmerecê-los (2.5,6). Pelo menos na igreja, ricos e pobres devem ser iguais quanto à posição e dignidade, pois todos são pecadores e todos são imagens de Deus. Porém, o favoritismo nega ao pobre essa eqüidade; (2) O favoritismo é mundano. Ele rejeita os valores de Deus e procura favorecer os ricos (2.4,5); (3) O favoritismo abusa da língua ao ordenar ao pobre sentar-se no chão (2.3).

Tiago faz com que a discussão se torne mais candente ao ligar essa questão aparentemente menor com a questão da obediência. O favoritismo viola a lei áurea: "Amar o próximo como a si mesmo". Quem mostra favoritismo está quebrando a lei, violando toda a lei com um pecado (2.8-10). Isso parece contra-intuitivo, pois temos a tendência de colocar a obediência na categoria de coisas que podemos fazer parcialmente, como tomar o café da manhã. Se alguém pergunta: "Você tomou o café da ma-

nhã?", podemos dizer "Sim", "Não" ou "Mais ou menos. Mordisquei meia rosquinha e tomei um gole de café". Mordiscar não é exatamente quebrar o jejum, mas também não é jejuar. Porém, Tiago coloca a obediência no campo de "tudo ou nada", como num jogo de bola onde a bola ou está dentro ou está fora do campo.

A lógica tem dois aspectos. Primeiro, todos os mandamentos estão ligados. A mentira quebra o nono mandamento, mas também furta a verdade de outros (o oitavo), desonrando-o (quinto) e assim por diante. Segundo, as mentiras *propositais* quebram o primeiro mandamento. Como Deus é o autor de toda a lei, uma violação proposital é rebeldia. Assim, toda ação tem um elemento global. A desobediência não é como retirar um tijolo de uma pilha (de possíveis boas obras); é como jogar um tijolo através de uma chapa de vidro, quebrando-a toda.

Como somos todos culpados de favoritismo, como todos temos a tendência de oferecer chavões piedosos em vez de verdadeiro alívio (2.14-26), *suspeitamos* que falhamos na primeira prova de controlar a língua. Porém, Tiago *anuncia* que falhamos na prova de controle da língua (Tg 3). "Não vos torneis, muitos de vós, mestres, sabendo que havemos de receber maior juízo... se alguém não tropeça no falar, é perfeito varão, capaz de refrear também todo o seu corpo". De fato, ninguém é perfeito; assim, nenhum ser humano consegue domar a língua (embora Deus consiga). Ela é incendiada pelo fogo do inferno (3.3-6). É irracional, uma hora bendizendo a Deus e no seguinte momento amaldiçoando as pessoas feitas à imagem de Deus (3.7-12).

Revisando, há três provas da fé autêntica: o cuidado com os pobres, o controle da língua e manter-se não-contaminado pelo mundo (1.26,27). Primeiro, Tiago anunciou que a fé espúria é inútil e morta (2.20,26). Segundo, sugeriu que falhamos nas provas de cuidar dos pobres e de controlar a língua. Logo ele revelará o nosso fracasso na terceira, a nossa contaminação pelo mundo, a nossa luxúria pelo prazer. Ainda assim, Tiago não nos deixa desesperados. Ele disse antes que Deus nos deu nascimento (espiritual) pela palavra implantada que pode nos salvar (1.18,21). Deus também concede sabedoria do alto, que Tiago contrapõe à "sabedoria" não-espiritual, demoníaca e terrena (3.15).

Porém, temos de provar mais amargura antes de saborear o que é doce. A inveja e a ambição egoísta produzem cobiça hedonista característica da sabedoria do mundo que nos infecta (3.14–4.3). Desejos não satisfei-

tos assolam o nosso interior. Alguns são tão obviamente egoístas que nem ousamos orar por eles (4.2,3). Ou então oramos e sofremos o veto de Deus de nossos pedidos egocêntricos.

Mesmo os pagãos consideravam a inveja como uma úlcera que produz miséria e briga. Porém, se as pessoas derivam a sua identidade dos bens, a inveja é realmente um elemento da sabedoria do mundo. Se não há Deus, temos de agarrar o que conseguirmos. Se não garantirmos os nossos próprios interesses, ninguém mais o fará.

A sabedoria pacífica, terna e humilde de Deus é a antítese da disputa produzida pela sabedoria terrena. A sabedoria de Deus nos ensina a aceitar o dom e o lugar dado por Deus e deixar que ele garanta os resultados. Então, podemos buscar aspirações dadas por Deus sem a angústia da ambição egoísta. Contudo, declara Tiago, é difícil viver essa sabedoria. Os leitores de Tiago estão casados com Cristo, mas desejos adúlteros – inveja e ambição – os assolam (4.4,8). De mente dobre, querem amar a Jesus *e* o mundo. Mas não podemos ser amigos simultaneamente de Deus e do mundo, porque "a amizade do mundo é inimiga de Deus" (4.4).

Tiago conclui essa seção com uma pergunta em 4.5 que podemos parafrasear da seguinte maneira: "O que você pensa de suas paixões e ambições? Acha que Deus as enviou? Que ele criou o nosso espírito para ser governado por anseios de inveja e ambição? A Escritura diz corretamente que o nosso espírito tende à inveja". A história da humanidade é em grande parte uma história de lutas invejosas, como vemos nos relatos de Caim e Abel, Jacó e Esaú, e José e seus irmãos em Gênesis.[12] Porém, não foi para isso que Deus implantou em nós os desejos. Portanto, ele dá graça para nos domar e ensinar que "Deus resiste aos soberbos, mas dá graça aos humildes" (4.6).

Se tivermos seguido a lógica de Tiago, entendemos a necessidade desesperada dessa palavra de graça. Nós falhamos nas provas da religião verdadeira; não cuidamos dos pobres, não controlamos a língua, não permanecemos não-contaminados pelo mundo. Precisamos agora do evangelho, e Tiago o oferece, não o evangelho da expiação, mas um evangelho de arrependimento. De novo: "Deus resiste aos soberbos, mas dá graça

12. Johnson, *James*, pp.279-283; Sophie Laws, *A Commentary on the Epistle of James* (San Francisco: Harper and Row, 1980), pp.178,179.

aos humildes". Portanto, arrependam. Submetam-se a Deus. Resistam ao diabo. "Chegai-vos a Deus, e ele se chegará a vós outros". Chorem, lamentem o pecado. "Humilhai-vos na presença do Senhor, e ele vos exaltará" (4.7-10). Esse é o evangelho de acordo com Tiago.

Essa visão geral de Tiago, junto com o nosso estudo de Samuel, sugere como podemos apresentar Cristo em toda a Escritura sem vôos de fantasia. Tiago e Samuel demonstram como é diferente o chamado para a fé se resistirmos à tentação de saltar para o evangelho de Paulo. No entanto, até a idéia de "evangelho de Paulo" pode dar uma idéia errada, porque a apresentação que Paulo fez de Cristo varia de livro para livro. Romanos enfatiza a justificação dos pecadores, a redenção dos escravos espirituais, a reconciliação de inimigos e a propiciação da ira. Mas Colossenses honra o Cristo cósmico, 1 Tessalonicenses enfatiza o Cristo que retornará e 1 Coríntios retrata Jesus como sabedoria de Deus e cabeça da igreja.

Poderíamos também analisar o variado testemunho de Deus no Pentateuco, em Reis e em Crônicas, e nos livros proféticos. Na verdade, por mais que sejam semelhantes, Mateus e Marcos oferecem testemunhos diferentes a respeito de Jesus. Em ambos, Jesus é Filho de Deus, rei de Israel, o sacrifício que redime muitos de seus pecados. Mas com diferenças sutis, Mateus retrata Jesus como mestre que labora para levar os discípulos, a quem chama de "homens de pequena fé", à maturidade que os capacite a cumprir a Grande Comissão. Em Marcos, os discípulos parecem um pouco mais vagarosos para compreender (8.16-21) e o evangelho se lança em direção à cruz, que todos na história tão claramente necessitam.

Tendo em mãos esses estudos representativos, resta-nos uma tarefa final. Temos de juntar comentários anteriormente espalhados que possam nos ajudar a determinar como o pregador pode, semana após semana, apresentar a obra salvadora de Deus, em especial conforme revelada na obra de Cristo. Como nós, como disse o capítulo 1, podemos instilar fé em Deus e conformidade com sua pessoa? Que estratégias promoverão o nosso objetivo duplo: (1) apresentar fielmente o único evangelho e (2) apresentá-lo sem repetição cansativa? Como o professor pode ser ortodoxo e ainda criativo? Como pregar um tema com variação suficiente? Como apresentar uma solução à infinda variedade das necessidades humanas? Como abrir mão da busca por originalidade sem se tornar repetitivo? Como ousar deixar a falsa criatividade sem nos tornar tedio-

sos, sem saltar para Paulo ou a apelos tradicionais de entregar a vida a Jesus? Dennis Johnson pesquisou diversas respostas recentes a essas perguntas.[13] Ao adaptar suas categorias, podemos coligir e aprofundar comentários anteriores sobre a questão.

Fazer uma ponte entre a pregação redentora-histórica e a pregação sensível às necessidades

Ênfases sobre a pregação redentora-histórica

A pregação redentora-histórica (PRH) enfatiza a unidade da história da redenção e a centralidade de Cristo nessa história. Ela coloca toda passagem da Escritura dentro do seu contexto histórico e faz perguntas como: onde se localiza este acontecimento e esse texto na história da redenção? Quais as características da aliança que governam essa era? O que o povo sabia a respeito do caráter de Deus, a respeito da redenção e da ética? Como esse texto acrescenta a esse conhecimento?

A PRH enfatiza a revelação progressiva e orgânica da verdade de Deus, revelada cada vez mais plenamente em alianças sucessivas com Adão, Noé, Abraão, Moisés, Davi e Jesus, cuja morte e ressurreição marcam o clímax da história bíblica. Essa abordagem relaciona acontecimentos da antiga aliança com fases anteriores da vida de Jesus até esse clímax. Depois, a PRH interpreta Atos e as epístolas à luz do nexo de morte e ressurreição. A doutrina das epístolas é a doutrina da pessoa e da obra de Cristo.

A PRH traça o desfraldar do plano da salvação, buscando traços de Cristo, ainda que ele não seja mencionado por nome, em toda a Escritura, de modo a proclamá-lo a partir de toda a Escritura (Lc 24). No Antigo Testamento, isso ocorre por meio da tipologia mais que da profecia. Ao observar que o Novo Testamento identifica explicitamente Adão como tipo de Cristo (Rm 5) e que Jesus muitas vezes é chamado de Filho de Davi, a PHR procura paralelos entre outros ofícios da antiga aliança e o ministério de Jesus. Assim, Jesus é o grande profeta predito em Deuteronômio 18. É o filho real que se senta no trono de Davi para sempre (2Sm 7).

13. Agradeço a Dennis Johnson, do Westminster Seminary em Escondido, Califórnia, por permitir o uso de seu trabalho ainda inédito, "What's a Young Preacher to Do?".

Ele é o sacerdote efetivo que intercede por seu povo e oferece sacrifício final pelos pecados. Ele cumpre as instituições do Antigo Testamento, como o templo (Jo 1.14) e o sistema sacrifical (Hb 7–10).

Para a PRH, a ética segue o padrão indicativo-imperativo. Com Abraão, Deus primeiro o abençoou e justificou (Gn 12.1-3; 15.1-6), e depois disse: "anda na minha presença e sê perfeito" (17.1). Portanto, a lei dada em Êxodo 20-24 repousa sobre a redenção anterior de Deus.[14] Ele diz: "Eu sou o SENHOR, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão", *e depois* entrega a lei (20.2; ver também 19.4). Paulo também baseia seus imperativos sobre os indicativos da salvação.[15] Em Romanos, Efésios e Gálatas, os segmentos doutrinários precedem o ético, de modo que a lei repousa sobre a graça. Às vezes, Paulo coloca razões redentoras imediatamente antes ou depois de outras ordens. "Acaso, não sabeis que o vosso corpo é santuário do Espírito Santo, que está em vós, o qual tendes da parte de Deus, e que não sois de vós mesmos?" (1Co 6.19,20). "Desenvolvei a vossa salvação com temor e tremor; porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade" (Fp 2.12,13; ver também Ef 2.1-10; Cl 3.1-5).

Pontos fortes e preocupações da pregação redentora-histórica

O leitor sensível percebe que temos adotado fundamentalmente a abordagem redentora-histórica. O capítulo 1 começou dizendo: "Uma abordagem centrada em Deus quanto à relevância da Escritura tem dois focos: conhecer o Deus que nos redime e nos conformar a ele". O capítulo 4 observou que os atos redentores são uma das principais fontes de aplicação. O ensino da narrativa tem de "enfocar primeiro a obra redentora de Deus e a auto-revelação divina imbuída nela" porque Deus é "a personagem central de todas as histórias da Bíblia" e toda passagem revela aspetos de seu propósito redentor. O capítulo 7 afirmou que a boa interpretação da narrativa focaliza pri-

14. Sobre a teocentricidade na ética do Antigo Testamento, ver Christopher J. H. Wright, *An Eye for an Eye* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1983), pp.21-23.

15. Sobre o indicativo e imperativo, ver, de Wolfgang Schrage, *The Ethics of the New Testament*, trad. por David Green (Filadélfia: Fortress, 1988), pp.167-174; Herman Ridderbos, *Paul: An Outline of His Theology*, trad. por John DeWitt (Grand Rapids: Eerdmans, 1975), pp.253-265. Para uma visão geral das opiniões, ver Michael Parsons, "Being Precedes Act: Indicative and Imperative in Paul's Writing", *Evangelical Quarterly 88.2* (1988), pp.99-127.

meiro os atos de Deus, que sempre é o ator principal. Na verdade, a Bíblia é um longo drama que começa quando Deus cria céus e terra, e termina quando ele os restaura. Os capítulos no meio disso descrevem a realização dos objetivos de Deus, não de seres humanos que buscam a Deus.[16]

A pregação redentora-histórica exalta o Deus que salva com a sua infinita misericórdia. Ela se opõe à aplicação moralizante, denunciando as exposições narrativas que focam os participantes humanos como exemplares de comportamento bom ou mau. Não tolera sermões (e hinos) que deixem de nomear e honrar a Cristo, que proponham instrução moral ou espiritual geral que qualquer teísta acharia aceitável. Salvaguarda um elemento indispensável da aplicação: mantém firmemente em vista o contexto amplo de toda a Escritura. Contudo, algumas formas de PRH tendem a determinados erros:

- O desejo de relacionar toda passagem do Antigo Testamento a Cristo pode gerar incursões fantasiosas e exegeticamente não comprováveis na tipologia.
- O zelo em traçar toda passagem até a sua culminação em Cristo pode apagar as distinções de passagens em particular. No pior dos casos, a PRH repete um sermão, ainda que muito bom, toda semana.
- O foco da PRH é a narrativa, que constitui cerca de 35% da Escritura. Ela não desenvolveu suficientemente seu método para outros gêneros, como salmos ou sabedoria ou lamento, provérbios, oráculos proféticos ou os códigos éticos de Moisés e de Paulo.
- Alguns defensores da PRH desconfiam de qualquer aplicação específica, temendo que conclamações para mudança de comportamento usurpem o papel da Escritura de fazer a aplicação e acabem caindo no moralismo antropocêntrico. O zelo em evitar leituras moralistas da narrativa leva alguns a recusar todo uso moral das narrativas. Mas as narrativas também edificam (cap. 7). Os indicativos precedem os imperativos, mas *existem* imperativos.

Nenhum desses pontos fracos é intrínseco à PRH. Por sua teocentricidade, essa abordagem é ponto de partida para a pregação de textos históricos da antiga e da nova aliança.

16. Ver Daniel M. Doriani, *Getting the Message* (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed, 1996), pp.174-184.

Visão geral da pregação sensível às necessidades

A pregação sensível às necessidades enfatiza que a pregação bíblica deve edificar os ouvintes ao suprir necessidades, motivando os ouvintes a conhecer Deus, crescer em santidade e fortalecer os relacionamentos. Vários estilos de pregação são sensíveis às necessidades. Os puritanos tinham listas de "usos" para sua exposição de textos ou doutrinas. Os teonomistas querem ver a lei do Antigo Testamento reformando a igreja e a sociedade. As mega-igrejas sensíveis a descrentes em busca da verdade e seus clones crêem que a pregação tem de suprir as necessidades sentidas dos visitantes que ainda não são membros da igreja. Pastores sensíveis ao aconselhamento vêem o púlpito como remédio preventivo, evitando problemas antes que comecem ou arrancando-os antes que se fixem. Os especialistas em homilética centrados em Cristo concordam parcialmente com esse grupo, pois dizem que toda a Escritura revela a nossa condição de caídos carentes de Cristo. A maioria dos pregadores deseja promover a piedade em meio às grandes culturas que na maior parte estão sem Deus.

A pregação sensível às necessidades tem uma respeitável herança teológica. O Breve Catecismo de Westminster, perguntas 17–19, entretece comentários sobre a nossa situação objetiva de pecadores e a experiência subjetiva da miséria da pecaminosidade:

> A queda reduziu o gênero humano a um estado de pecado e miséria... A pecaminosidade do estado em que o homem caiu consiste na culpa do primeiro pecado de Adão, na falta de retidão original e na corrupção de toda a sua natureza... Todo o gênero humano, pela sua queda, perdeu a comunhão com Deus, está debaixo da sua ira e maldição e assim ficou sujeito a todas as misérias nesta vida... e às penas do Inferno para sempre.

Jesus desenvolveu um ministério sensível às necessidades das pessoas. Quando os cegos, leprosos e os que sangravam o procuravam, quando os pais levavam os seus filhos, quando os israelitas traziam os aleijados e endemoninhados, ele respondia às "necessidades sentidas". Às vezes, ele dava exatamente o que as pessoas queriam; outras, ele redefinia essas necessidades. Um jovem na multidão achava que precisava de uma nova divisão da herança, mas Jesus sabia que ele precisava de uma admoestação sobre a avareza (Lc 12.13-21). Um jovem rico acreditava precisar fazer alguma coisa para herdar a vida eterna, mas Jesus viu a sua falha

em atender ao primeiro mandamento (Mt 19.16-22). Do mesmo modo, os apóstolos supriram algumas necessidades, redefiniram outras e recusaram alguns pedidos (At 5.15,1,6; 3.2-10; 8.18-23, respectivamente).

Os pastores sensíveis às necessidades do rebanho acertam em coisas importantes. A igreja é um hospital. É uma organização missionária que busca o perdido e dá boas-vindas ao que foi achado. É uma família, em que pais protetores tiram os obstáculos aos primeiros passos do bebê. A pregação sensível às necessidades sabe que a jornada de fé pode começar com desejos incorretos de paz ou aceitação. Sabe que Deus aceita até mesmo o arrependido carregado de pecados; ele até purifica o nosso arrependimento.

As ênfases da pregação orientada pelas necessidades

A pregação orientada pelas necessidades (PON) busca alcançar as pessoas sem igreja ou que têm um mínimo de contato com a igreja numa linguagem que comunica de modo efetivo, falando aos sentimentos de necessidade que elas experimentam. Ela observa que as lutas, os temores, a infelicidade, a alienação, a avareza, a luxúria, a malícia, a violência, os ressentimentos, a inveja, os sentimentos de culpa, a hipocrisia e o autodesprezo são todos: (1) conseqüências da Queda e (2) fontes de desespero dos perdidos. Ao tratar das necessidades sentidas, a PON ajuda a curar as verdadeiras necessidades, a necessidade de reconciliação com Deus e recriação à imagem de Cristo.

Reações à pregação orientada pelas necessidades

A PON desperta oposição apaixonada. Críticos a acusam de favorecer uma cultura consumista que coloca como valor supremo a paz pessoal e a prosperidade. Eles dizem que a PON distorce o evangelho centrado em Cristo numa imitação antropocêntrica. Ela subverte a ordem de Deus: as pessoas não são mais vistas como servos de Deus que lhe devem culto; Deus é servo da humanidade, que vem ao encontro do que sentimos como necessidade. A PON deverá fracassar, dizem os críticos, porque uma raça caída nem consegue avaliar as suas verdadeiras necessidades. Achamos que precisamos de felicidade, libertação do sofrimento, significado, e assim por diante. Porém, a nossa verdadeira necessidade é mais profunda e a nossa situação muito pior do que imaginamos – e a maioria das pessoas se ensurdece ao diagnóstico.

Quando acusada de favorecer a cultura consumista, a PON diz: "Chamamos isso de servir". Teólogos de poltrona atacam a PON por seus métodos imperfeitos de evangelismo, mas um pastor respondeu a um crítico (numa situação um pouco diferente): "Talvez você tenha razão a respeito dos meus problemas, mas ainda gosto do meu método *defeituoso* de evangelismo mais do que o seu método perfeito de *não* evangelizar".

É verdade que a pura PON é um convite a distorções. Porém, embora a PRH e a PON possam ser antitéticas, podem ser também complementares. A PRH diz que toda proclamação da Escritura precisa enfocar Jesus Cristo, que veio salvar o pecador. Certamente, por meio da encarnação e expiação, morte e ressurreição de Jesus, Deus supre a nossa necessidade de redenção, justificação e reconciliação com Deus. Contudo, ao satisfazer essas verdadeiras necessidades, ele gratifica também certas necessidades *sentidas*. A redenção nos liberta do domínio do pecado. A justificação começa a curar sentimentos de culpa. A reconciliação com Deus induz à paz com o próximo. Quando Deus nos adota na sua família da aliança, ele supre numa comunidade saudável a nossa necessidade de amor e aceitação. Na verdade, se a essência da tentação é o convite para suprir necessidades legítimas de formas ilegítimas, toda necessidade sentida nos liga a uma necessidade autêntica, mesmo quando a distorce.

Perigos na pregação orientada pelas necessidades

Se o pregador orientado pelas necessidades desdenha a calçada segura da vida na igreja e prefere o mundo fora da estrada onde encontra pagãos de verdade, podemos esperar que de vez em quando eles caiam numa vala. Essa vala é o antropocentrismo, e ele tem diversas expressões:

1. A PON pode mudar "o foco da igreja do culto em que Deus é o público a ser agradado para o entretenimento em que pessoas de fora são o público a ser influenciado".[17]
2. A PON pode estreitar os tópicos dos sermões a temas que supram necessidades sentidas. A congregação então ouve, não todo o conselho de Deus, mas toda a litania das queixas humanas. No pior dos casos, a PON abdica da liderança pastoral. Esquecendo da importância de de-

17. Johnson, "Young Preacher", p.14. Estou seguindo este trabalho nos próximos parágrafos.

terminar o programa, simplesmente responde às perguntas. E não importa o que digam os mestres, *existem* más perguntas.

3. A PON se arrisca a se comprometer com a nossa sociedade orientada pela auto-ajuda e por técnicas. Ela corre o risco de cair num moralismo que oferece três passos para um casamento melhor, cinco passos para serem melhores pais, sete para maior efetividade no trabalho, e 12 passos para vencer um vício.
4. Apesar das intenções contrárias, a PON pode escorregar para o legalismo de classe quatro (ver pp.307,308). Ela acentua de tal modo a obediência à lei e os passos para o crescimento que ofusca a preocupação correta com o caráter, os objetivos e o discernimento (caps. 5–6).
5. O foco da PON nos passos para a felicidade pode obscurecer a austeridade das exigências de Deus e ofuscar a graça de Deus, que é a única coisa que pode curar o coração e renovar a mente. A PON pode esquecer que a auto-ajuda é, finalmente, impossível, que nada podemos fazer para merecer o olhar amável do Pai ou desviar o escrutínio santo do Juiz. Os críticos dizem que a PON deixa de falar a cristãos maduros, mas por causa dessas lacunas, ela nem mesmo inculca a humildade e a força moral necessárias para a formação da maturidade.

A pregação sensível às necessidades pode evitar esses perigos. Primeiro, a igreja saudável sabe que o pastor ouve suas perguntas e lutas e vai tratar delas. Quando a confiança é forte, as pessoas esperam que o pastor pregue sobre tópicos que talvez inicialmente não pareçam relevantes. Elas reconhecem que *é dever sagrado do pastor conhecer as necessidades da igreja melhor do que a própria igreja.* Segundo, com a prática da pregação expositiva, o pastor pode ser sensível às necessidades sem ser dominado por elas. A pregação expositiva às vezes é considerada inimiga da relevância. Porém, se o expositor faz exegese da Bíblia bem como dos ouvintes, ele supre as necessidades, mas purifica as falhas da PON. A concentração na Escritura restaura o foco em Deus.

Três pontes que ligam a pregação sensível às necessidades à pregação redentora-histórica

Essas críticas não invalidam versões refinadas da pregação sensível às necessidades, especialmente quando construímos três pontes entre a pregação sensível às necessidades para a pregação redentora-histórica. Estas são: (1) Compromisso com a pregação expositiva; (2) reconhecimento de

que a redenção é nossa maior necessidade; e (3) compromisso de avaliar as necessidades para que não sejam divinizadas. Três pregadores, Jay Adams, Bryan Chapell e Tim Keller, têm trabalhado para construir essas pontes.

Primeiro, Jay Adams tem compromisso com a pregação expositiva que induza à transformação e equipe e edifique os ouvintes. Em *Preaching with a Purpose*, Adams diz: "Sua pregação deve honrar a Deus ao edificar a sua igreja" ao tratar das "necessidades, fracassos e aspirações" dela. A pregação tem de declarar o *telos,* o propósito do texto, a mudança positiva que o Espírito Santo quer obter mediante a mensagem. O *telos* é mais que o tema, que poderá ser uma abstração doutrinária própria para a sala de aula. O *telos* é o efeito intencionado por Deus no texto para alcançar os ouvintes e levá-los à conformidade com Cristo, retirar o pecado e estabelecer a piedade.[18] É tarefa de Deus aplicar a Escritura, "mas o pregador precisa descobrir essa aplicação e traduzi-la... em formas contemporâneas".[19] O pregador tem mais a fazer do que rotular o pecado e insistir em santidade geral. Ele tem de propor passos concretos para a obediência.[20]

A abordagem de Adams instiga perguntas. Sua ênfase em passos concretos poderia promover o legalismo? A grande maioria dos exemplos de Adams vem das epístolas e dos ensinamentos de Jesus; todos os gêneros – narrativas, lamentos, orações – se prestam à pregação que provoque mudanças de comportamento? Uma ênfase na mudança de comportamento pode tratar de modo adequado dos motivos e das raízes do pecado?[21] No entanto, a defesa da pregação expositiva por Adams purifica a pregação sensível às necessidades, insistindo com o pregador para tratar das necessidades reconhecidas pela Bíblia com soluções oferecidas pela Bíblia.

Segundo, em *Christ-Centered Preaching,** Bryan Chapell faz a ponte de um ponto de partida sensível à necessidade para uma conclusão orientada pela redenção. Chapell afirma que toda Escritura trata do pecado, suas conseqüências, e a solução de Deus.[22] Ao manter as doutrinas da

18. Jay Adams, *Preaching with Purpose* (Grand Rapids: Zondervan, 1982), pp.1-46; as citações são das pp.12,13,21.
19. *Ibid.*, pp.131-133.
20. *Ibid.*, pp.123-129.
21. Johnson, "Young Preacher", p.9.
22. B. Chapell, *Christ-Centered Preaching* (Grand Rapids: Baker, 1994), pp.40-44,201,202,231-236,263-266.

* Este livro foi publicado pela Editora Cultura Cristã com o título "Pregação Cristocêntrica".

condição caída da humanidade e da graça soberana de Deus em equilíbrio, ele crê que toda a Escritura revela algum aspecto da nossa condição caída e um aspecto da redenção de Deus, plenamente manifesta em Cristo. Chapell diz que os sermões devem ter um "foco na condição da queda". Têm de enfocar um aspecto da fragmentação da humanidade ou da criação que somente Deus pode tratar de modo completo. O fato de sermos caídos inclui a desobediência à lei e os defeitos de caráter que a impulsionam – rebeldia, avareza, egoísmo, dureza de coração. Inclui males individuais e corporativos e a letargia, auto-absorção e cegueira que permitem que floresçam. A Queda engloba o pecado e os resultados de viver num mundo amaldiçoado pelo pecado: as depredações feitas pela doença, pelos acidentes e pelos maus líderes. Ela trata dos desejos não-realizados de companheirismo ou significado. Assim, os sermões centrados em Cristo tipicamente "buscam escavar o 'peso' do texto que tornou necessário que ele fossem escrito". Eles levam a sério as necessidades sentidas; no entanto, eles educam os ouvintes para ver que a redenção de Deus em Cristo vem ao encontro das nossas verdadeiras necessidades. A nossa necessidade mais premente é da graça salvadora e sustentadora de Deus.[23]

Terceiro, se cremos que Jesus supre as mais profundas necessidades humanas, os pastores sensíveis às necessidades precisam fazer com que as necessidades de menor importância não se tornem semideuses, pois a pregação sensível às necessidades pode dar uma virada insidiosa. "Vá à nossa igreja", a senhora entusiasmada diz à vizinha, "o nosso pastor a ajudará com os seus problemas". Como a Escritura descreve o meio como Deus planejou o funcionamento dos seres humanos, é verdade que o ensino bíblico pode ajudar os descrentes a consertar os relacionamentos em casa e no trabalho. Porém, quando as pessoas vão à igreja para obter vislumbres para uma vida melhor, não apenas perdem o ponto principal (adoração), como também podem se tornar felizes devotos de falsos deuses. Como um jogador de golfe que obtém melhoras periféricas numa tacada radicalmente deficiente, o não-crente que assimila conselhos morais da igreja pode ficar ligeiramente melhor em fazer as coisas erradas – servindo aos seus ídolos. O epicureu aprende que a satisfação sexual suprema ocorre dentro do compromisso da monogamia. O narcisista se de-

23. Chapell, *Christ-Centered Preaching*, p.263 e conversas particulares.

leita em saber que foi criado à imagem de Deus. O discípulo de deuses relacionais aprende o valor de pedir perdão e perdoar.

Pregadores sensíveis às necessidades têm de reconhecer que mesmo quando a pessoa satisfaz cada necessidade sentida, o coração pode continuar vazio. *Necessidades sentidas são muitas vezes ídolos não-sentidos.* Assim, as mensagens sobre trabalho, dinheiro, auto-identidade e relacionamentos deverão dizer: "A carreira, as riquezas, o significado e os relacionamentos amáveis são excelentes servos, mas terríveis mestres". Eles não satisfazem os nossos mais profundos anseios (Ec 5.10). Eles nos levam para longe de Deus (Pv 30.8,9; Mt 19.16-22). Eles falham no momento da maior necessidade (Lc 12.13-21). Eclesiastes diz que o prazer (2.1), o riso (2.2), a realização (2.4), a riqueza (2.7,8), o sexo (2.8) e a sabedoria (2.12-16) que alcançamos não satisfazem hoje, e amanhã terão passado (2.11,14-16,19-21).

Os mestres sensíveis às necessidades têm de ajudar o descrente a ver que o seu ídolo é aquilo em que confiam para cuidar deles, quer riquezas, ciência, educação ou sociedade.[24] Tudo o que estabelece as nossas prioridades é nosso deus. Se um homem estiver disposto a perder a mulher e os filhos para obter sucesso na carreira, sabemos qual é o seu ídolo. Um ídolo é o que dá significado à vida, aquilo pelo qual preferimos morrer a ficar sem. Respeito era o ídolo de Lia quando ela deu a luz e disse: "Por isso, *agora* me amará meu marido" (Gn 29.32). Vemos sua vaidade quando Lia tinha *seis* filhos e ainda pensa: "*Desta vez* permanecerá comigo meu marido" (30.20; 30.19). Respeito era também o ídolo de Raquel quando ela diz a Jacó: "Dá-me filhos, senão morrerei" (30.1). Isso falha de novo quando ela morre dando à luz o segundo filho (35.16-19).

Tim Keller desenvolveu recursos diagnósticos úteis que facilitam a revelação de ídolos.[25] Ele sugere que as pessoas completem as seguintes frases: "A vida só tem significado se..." ou: "Eu só tenho valor se...".

---

24. Para uma análise de dinheiro, poder, ciência e tecnologia como deuses, ver, Jacques Ellul, *Money and Power*, trad. por LaVonne Neff (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1984) e *The Technological Society,* trad. por John Wilkinson, (Nova York: Vintage, 1964); também Herbert Schlossberg, *Idols for Destruction: Christian Faith and its Confrontation with American Society* (Nashville: Thomas Nelson, 1982).

25. Essas visões de Keller, pastor da Redeemer Presbyterian Church (Presbyterian Church in America) na cidade de Nova York, são conhecidas principalmente por meio do seu ministério de púlpito e conferências.

Sabemos o nome da divindade se a pessoa responde: "... se sou reconhecido por aquilo que faço"; "... se eu tiver dinheiro e segurança financeira e lindas posses e experiências"; "... se eu for amada e respeitada por determinadas pessoas"; "... se eu tiver controle sobre a minha vida". Keller propõe também que as pessoas perguntem: "Qual perda em potencial que mais me preocupa? Que perda tornaria a minha vida sem valor? Como eu me consolo quando a vida está contra mim?" As respostas a essas perguntas revelam se a pessoa adora semideuses como respeito, prazer, segurança, sucesso nos relacionamentos, ou até realização espiritual.

Porque o coração é, como disse Calvino, "uma fábrica de ídolos", a pregação sensível às necessidades precisa derrubar os falsos deuses e entronizar o Deus verdadeiro. De modo negativo, expomos as necessidades espúrias e mostramos por que os ídolos estão fadados à queda. De modo positivo, exaltamos a Deus Pai, que supre as verdadeiras necessidades. Ele supre a nossa necessidade física, se não as nossas vontades, dando-nos alimento, vestuário e abrigo. Ele supre a nossa necessidade de amor e segurança, colocando-nos em famílias humanas e nos adotando, chamando-nos de filhos e filhas amados. Ele concede significado, dando-nos a dignidade de filhos do rei e o respeito devido aos que possuem valiosas capacidades. Assim, Deus supre as nossas necessidades. No entanto, esta lista nos lembra da necessidade de redenção, pois distorcemos cada um dos dons de Deus; Deus concede dons físicos, mas nós nos preocupamos, acumulamos e desperdiçamos. Ele concede significado, mas gabamo-nos numa hora, e na seguinte desprezamo-nos. Ele nos leva a um relacionamento, mas num dia duvidamos de Deus e, no dia seguinte, abusamos dele. Deus, porém, nos perdoa e nos restaura em Cristo. Ele jamais nos deixa nem nos desampara.

Esse é o primeiro esboço arquitetônico de uma ponte que liga a pregação rendentora-histórica com a pregação sensível às necessidades. Ela tem três pontos de apoio: pregação expositiva, um foco cristocêntrico e uma crítica das necessidades baseadas em ídolos.

RESUMO

Espero que este livro, apesar de suas falhas, facilite um aprofundamento da aplicação nos púlpitos evangélicos. Tenho esperança de uma

aplicação profunda, variada e específica, todavia, centrada em Deus e orientada pela graça. No entanto, quando eu estava revisando mais uma vez os capítulos anteriores, fui constrangido a esperar mais em Deus do que nos livros e nos leitores. Os pastores necessitam de integridade, mas nunca temos integridade suficiente para merecer a confiança dos nossos ouvintes. Penso mais uma vez nos quatro aspectos da aplicação – dever, caráter, objetivos e visão – e lastimo que tenhamos pervertido os quatro. Deveres? Falhamos em cumpri-los, mas, quando o fazemos, inchamo-nos de hipocrisia. Caráter? Falhamos em nos apropriar da nova natureza que possuímos em Cristo, mas quando o fazemos, inchamo-nos de orgulho por nossa virtude. Objetivos? Dissipamos as energias com o que é efêmero e frívolo. Depois, quando encontramos uma tarefa nobre, deixamos de buscar aliados suficientes para fortalecer a obra. Visão? Somos meio cegos, mas quando enxergamos corretamente, prostituímos a visão sonhando com o jeito que os outros nos admirarão quando ouvirem as nossas preciosas percepções. Por trás de tudo, reconhecemos que jamais conheceremos Deus e nos conformaremos a ele. Se enfocarmos a nossa realização, a situação é pior do que pensávamos. Porém, se olharmos firmes para o Senhor, que graciosamente se faz conhecido a nós e nos conforma a ele, poderá ser melhor do que ousamos sonhar.

13

A ESCOLHA DO TEXTO

A escolha correta de um texto é uma condição necessária, embora não suficiente, para a aplicação válida da mensagem expositiva. Se o texto escolhido for pequeno demais, o professor não tem como não cair em interpretações subjetivas ou moralistas. Se for comprido demais, a lição tem pontos demais e cada um é desenvolvido apenas de modo superficial, e as pessoas ficam perdidas.

Considere o caso de um jovem pastor auxiliar que foi ao púlpito e leu o seu texto:

> Nos dias de Herodes, rei da Judéia, houve um sacerdote chamado Zacarias, do turno de Abias. Sua mulher era das filhas de Arão e se chamava Isabel. Ambos eram justos diante de Deus, vivendo irrepreensivelmente em todos os preceitos e mandamentos do Senhor. E não tinham filhos, porque Isabel era estéril, sendo eles avançados em dias (Lc 1.5-7).

O sermão daquela noite identificou Herodes e explicou a história convoluta do seu clã. Ele descreveu o sistema de divisão dos sacerdotes em Jerusalém; definiu termos-chave como "justo" e "irrepreensível". O pregador explicou que a esterilidade de Zacarias e Isabel era uma tragédia, porque filhos eram muito importantes para aquela cultura. Mostrou que até pessoas justas sofrem desilusões, mas provam a fé perseverando mesmo quando Deus não lhes concedem os desejos do coração.

Embora o sermão tivesse durado 35 minutos, a congregação foi pega de surpresa quando terminou. Por quê? O pastor gastara tempo introdu-

zindo a profecia do nascimento de João Batista e perdera os acontecimentos centrais: a mensagem do anjo a Zacarias (Lc 1.11-17), suas dúvidas e seu castigo (1.18-22) e o início da gestação de Israel (1.23-25). Como um comentarista de esportes que apresenta os jogadores e discute possíveis estratégias do time somente para ver a emissora cancelar a cobertura do jogo, o pregador deu o contexto do anúncio do nascimento de João, mas perdeu o acontecimento em si. Conseqüentemente, o sermão foi na verdade uma palestra sobre História com um moralismo subcristão no final. Ele descreveu o sacerdócio dos tempos de Jesus, suas estruturas, e as pressões para a secularização. O resumo dele foi: "Apesar das pressões, havia alguns bons sacerdotes. Mesmo assim, Deus nem sempre recompensava imediatamente a sua obediência. Nós também talvez não sejamos imediatamente recompensados quando vivemos retamente. Porém, se perseverarmos, provando a nossa fidelidade, Deus talvez nos recompense como fez com Zacarias". Infelizmente, o pregador não tocou nos pontos básicos do texto.

Textos do tamanho certo

Como a Cabelinhos de Ouro, queremos textos que não sejam nem compridos demais nem curtos demais, mas do tamanho certo. É óbvio que se pode errar nesse processo de duas maneiras: ao escolher versículos demais ou versículos de menos.

Textos curtos demais

O sermão que acabamos de descrever ilustra as conseqüências desastrosas de escolher mal uma narrativa. Ao escolher falar sobre Lucas 1.5-7, o pregador excluiu a ação redentora de Deus. Como esses versículos descrevem apenas um homem e uma mulher, o pregador não tinha escolha senão fazer um sermão antropocêntrico sobre "ser bom". Uma vez tendo fixado Lucas 1.5-7 como o seu texto, e determinado a se apegar a esses três versículos, a aplicação quase que tinha de ser moralista e antropocêntrica; não havia atos de Deus a relatar. Se um sermão sobre um texto narrativo pára logo depois que conhecemos as personagens, inescapavelmente ele vai enfocar essas personagens. Somente seguindo a narrativa até o fim é que encontramos a obra redentora de Deus. E somente

quando encontramos essa obra redentora é que podemos conclamar a igreja a atender corretamente a ela.

Pode-se justificar a pregação sobre um único versículo se ele contém uma doutrina cardeal da fé. Grandes textos evangelísticos como João 3.16 ou Atos 1.8 podem sustentar um sermão inteiro. Curtos pronunciamentos doutrinários que coroam longas discussões ou que resumem doutrinas centrais também merecem um sermão inteiro. Pense numa frase como: "Cristo Jesus veio ao mundo para salvar os pecadores, dos quais eu sou o principal" (1Tm 1.15). O resultado será um sermão doutrinário, fundamentado numa grande idéia e no contexto à sua volta. Sermões assim tipicamente se tornam mensagens tópicas e não exegéticas. Assim, é possível que um sermão explique João 1.5: "A luz resplandece nas trevas, e as trevas não prevaleceram contra ela". Porém, essa seria uma mensagem tópica sobre a luz, sua presença, seus limites, e sua oposição às trevas. As aplicações seguiriam o curso apropriado para qualquer fala doutrinária. O perigo é que uma frase doutrinária pode gerar uma palestra doutrinária.

Coisas piores podem acontecer com textos curtos. Alguns mestres os utilizam para entrar em interesses pessoais. O tópico pode ser frívolo demais para manter o interesse; um fragmento de um texto pode resultar num fragmento de uma lição. O sentido pode ser pervertido por falta de contexto. Pior, um texto pode expor um relato inspirado de uma fala não inspirada, como, por exemplo, o conselho de Gamaliel ou dos amigos de Jó. Assim, os textos curtos podem gerar, no pior dos casos, distorções e moralização, e no melhor, sermões tópicos.

Textos compridos demais

A escolha de textos compridos demais também causa confusão na exposição e aplicação da Escritura. Textos longos podem forçar lições com pontos demais, cada um desenvolvido de modo superficial. O pregador pode saltar explicações essenciais a respeito de questões importantes, ou o sermão pode afogar-se num pântano de pontos e num emaranhado de subpontos.

Jovens pastores e mestres (a minha memória padece!) têm a tendência de cobrir chão demais numa lição. Lições com capítulos múltiplos podem dar uma visão geral benéfica sobre a amplitude de um livro ou grande tópico, mas muitas vezes essa visão geral enterra os ouvintes sob uma

avalanche de informações. À medida que proliferam os pontos, eles acabam ficando superficiais porque não há tempo para desenvolvê-los. A ilustração e a aplicação precisam desaparecer. Nenhuma idéia lidera e unifica o todo, e todo mundo volta para casa cambaleando. Exatamente como um dos patronos de Mozart criticou uma obra-prima com o comentário conciso: "Notas demais", alguns ouvintes dizem de alguns sermões: "Pontos demais". Imagine, por exemplo, uma apresentação do conceito de Paulo da vida cristã em Romanos 6–8 numa só lição. Há lugar para, digamos, uma mensagem sobre a vida de Sansão (Jz 13–16), mas é necessária muita perícia para ignorar os elementos secundários e tecer os temas principais numa mensagem coerente.

Os perigos de textos de tamanho errado são claros: moralismos, palestra e palha pastoral nos textos curtos, e grande quantidade de dados não digeridos nos longos. A escolha do texto do tamanho certo, por outro lado, aplaina o caminho para as aplicações que se prestam à proclamação convincente de um ponto principal.

Dificuldades na escolha de textos

Poucos acadêmicos promovem a habilidade de escolher o texto. Alguns argumentam que o pregador não precisa saber como escolher o texto, porque ele pode seguir a decisão de um bom comentário, as divisões da tradução da Bíblia que preferem, ou, em alguns grupos eclesiásticos, o lecionário. Outros supõem que as necessidades da igreja, do ano eclesiástico, os acontecimentos públicos e as convicções do pastor conduzirão ao texto certo.[1]

Nenhum desses pontos retira a necessidade de saber escolher um texto. Deixar o assunto para o coração do pregador é um convite ao subjetivismo. Dizer aos pregadores que deixem o trabalho para outros vai contra o rumo da verdadeira interpretação. Somos gente que pensa. Viola a nossa constituição seguir como escravos as antigas decisões da igreja e seus comentaristas sobre essas questões. Além do mais, as divisões da Bíblia em capítulos e parágrafos, embora úteis, acarretam problemas.

1. John Stott, *Between Two Worlds* (Grand Rapids: Eerdmans, 1982), pp.213-220; John A. Broadus, *On the Preparation and Delivery of Sermons*, 4ª ed. rev. por Vernon L. Stanfield (San Francisco: Harper and Row, 1979), pp.31-35. Stott e Broadus dão diversas sugestões para a seleção do texto, mas os dois ignoram totalmente os dados literários e lingüísticos.

Nenhuma das divisões em capítulos, parágrafos e versículos das Bíblias de impressão moderna é inspirada, pois nenhuma pertence ao texto original. Além do mais, os copistas e impressores já dividiram a Bíblia de muitos modos no decorrer dos anos. Por exemplo, uma cópia do Novo Testamento do século 4º divide Mateus em 170 seções, Marcos em 62, Lucas em 152 e João em 50. Um manuscrito do século 5º deu 68 cabeçalhos a Mateus, 48 a Marcos, 83 a Lucas e 18 a João.[2] As divisões em capítulos como nós os conhecemos foram feitas no século 13.[3]

O gráfico e editor do século 16, Robert Estienne, finalizou as divisões de versículos que usamos atualmente. Por mais que sejam úteis para leitura e referência, até o leitor ocasional enxerga os problemas, como versículos que começam no meio de uma sentença e divisões de capítulos que interrompem o fluxo de idéias. Na verdade, as divisões de Estienne, embora em uso ainda hoje, eram suficientemente erráticas para estimular a história de que ele tenha marcado as divisões enquanto estava andando a cavalo, com divisões erradas ocorrendo quando o salto do cavalo empurrava a sua pena para os lugares errados.[4]

Hoje, as divisões dos parágrafos diferem de uma tradução para outra. Centenas de divisões de versículos quebram sentenças em dois ou mais pedaços, e divisões erradas de capítulos quebram tópicos unificados. Alguns exemplos: o primeiro relato da criação vai de Gênesis 1.1 a 2.4, o segundo, de 2.5 a 2.25. O cântico de Isaías do Servo Sofredor foi dividido, de modo insensato, em dois capítulos (52.13–53.12). A discussão a respeito do lar cristão vai de Efésios 5.18 a 6.9. O discurso escatológico de Jesus toma Mateus 24 e 25. Os discursos teológicos de Paulo sobre o pecado, a justificação e a vida em Cristo cobrem, cada um, dois ou três capítulos de Romanos.[5] Como simplesmente não podemos confiar nas divisões em capítulos, versículos e parágrafos na Bíblia, precisamos saber como reconhecer um texto do tamanho certo.

---

2. Bruce Metzger, *The Text of the New Testament: Its Transmission, Corruption and Restoration*, 3ª ed. (Nova York: Oxford University Press, 1992), pp.22-25.
3. F. F. Bruce, *The Books and the Parchments*, 3ª ed. (Westwood, N.J.: Revell, 1963), p.118.
4. Metzger, *Text*, p.104.
5. Conforme a maioria dos esboços de Romanos, Paulo apresenta o seu tema em 1.1-17, trata do pecado ou da necessidade de justificação de 1.18–3.20, justificação pela fé de 3.21–4.25, e a vida dos justificados nos capítulos 5–8.

PREGAÇÃO TÓPICA

Um ousado indagador pode perguntar se precisamos mesmo de textos. Se levarmos em consideração como tantas vezes os textos são abusados, por que não desistir completamente e deixar que os pastores preguem o que lhe passar pela cabeça? Certamente não seria pior do que a tendência óbvia que muitos pastores têm de forçar os textos para dizer o que querem que diga, e obter os tópicos que querem tratar, não importa o que dite a leitura ou a série oficial de sermões. Por que não liberá-los para pregar sobre conceitos bíblicos gerais ou os contornos da vida de Cristo sem um texto específico?[6] É certo que Paulo baseou parte de sua ética, bem como a sua teologia, na meditação criativa sobre as maneiras de Cristo. Ele implorou por unidade cristã com base no modelo de Jesus de colocar os outros em primeiro lugar (Fp 2.1-11). Baseou um apelo monetário não nas regras do dízimo do Antigo Testamento, mas no fato de Jesus ter-se ofertado a si mesmo (2 Co 8–9). Com base nesse padrão, um sermão contemporâneo sobre o casamento poderia basear o apelo por fidelidade por toda a vida na recusa firme de Jesus de desistir quando os seus discípulos o desapontam ou quando a sua carreira se tornou difícil e ameaçadora.

Não há preceito bíblico explícito que exija que os sermões comecem com um texto bíblico. Se o exemplo de Atos tem peso de norma, uma mensagem pode começar em quase qualquer lugar, desde que fundamentado na verdade da Bíblia. O sermão de Pedro em Atos 2 começou com uma acusação: "Estão embriagados!" A abertura para a mensagem de Atos 3 foi um milagre. Estêvão resume Gênesis, Êxodo e outras partes da história do Antigo Testamento na sua defesa contra a acusação de blasfêmia, no sermão de Atos 7. O ponto de partida de Paulo em Atos 17.22,23 é uma inscrição pagã; alguns versículos adiante, ele cita poesia pagã. Porém, esses casos mostram apenas que os sermões podem começar com idéias ou perguntas populares. Exceto o último, todos os sermões de Atos transborda de citações bíblicas. Nenhum faz exegese formal de um texto, mas todos se firmam numa base bíblica.[7]

---

6. Sobre pregação sem um texto, ver, de Ernest Best, *From Text to Sermon* (Atlanta: John Knox, 1978), pp.100,101.
7. Talvez o Novo Testamento não tenha um exemplo de sermão baseado num texto, embora William Lane argumente que Hebreus 3 e 4 sejam uma homilia sobre o Salmo 95.7b-11. Ver, de Lane, *Hebrews 1-8* (Dallas: Word, 1991), p.83ss.

Concluímos, portanto, que o pregador pode usar mensagens tópicas para tratar de questões contemporâneas. Falas tópicas extraídas de princípios bíblicos gerais são especialmente apropriadas quando tratam de questões desconhecidas nos tempos bíblicos, como os perigos da inconstância, o estranho conceito de adolescência da nossa cultura, ou os efeitos da tecnologia sobre a fé cristã. Como nenhum texto trata diretamente desses temas, ganhamos integridade se apresentarmos princípios bíblicos gerais e não forçarmos uma passagem num molde estranho. Como proteção, há sabedoria em fundamentar uma mensagem tópica numa passagem que apresente diversas de suas idéias.[8] Uma mensagem sobre o trabalho e trabalhar demais pode começar com o quarto mandamento. Para amizade, examine Eclesiastes 4.9-12.

A NORMA

Os sermões tópicos muitas vezes são benéficos, mas em todo este livro assumimos que a norma é ensinar com base em textos. Além do mais, geralmente os pastores devem trabalhar através de livros da Bíblia de modo seriado. Ao pregar sobre livros inteiros, os pastores mais prontamente pregam todo o conselho de Deus. Essa abordagem os ajuda a deixar de lado as obsessões menores. Liberta-os para tratar de temas sensíveis como a ética sexual, a fofoca e o dinheiro, bem como doutrinas difíceis como a depravação humana, com maior liberdade. Desde que o pastor tenha o costume de proclamar o que está no texto, ele é absolvido. Se alguém faz objeção a um tema, o pregador pode dizer com toda sinceridade: "Eu não escolhi o assunto, mas Deus, que o colocou no texto diretamente diante de nós". Ele pode até acrescentar: "Isso foi tão difícil para mim quanto para você; ele vai contra as minhas preferências humanas exatamente como acontece com você. Mas entenda, não eram minhas idéias, e sim de Deus, conforme compreendo a sua Palavra. Se você me mostrar o meu erro de interpretação, eu dou o braço a torcer. Se não puder, brigue com Deus, não comigo".[9]

8. Daniel M. Doriani, *Getting the Message* (Phillipsburg, N.J.: Presbyterian and Reformed, 1996), p.109ss.
9. Broadus, *Preparation and Delivery of Sermons,* pp.21,22, baseado em Donald G. Miller, *Fire in Thy Mouth* (Nashville: Abingdon, 1954), pp.102,103.

As séries permitem também a pastores e suas congregações entrar mais prontamente na mente, no mundo do pensamento, da Escritura. Quando trabalham por todo um livro, eles seguem (embora imperfeitamente), os argumentos dados por Deus para apoiar a sua instrução. Aprender a pensar e ver o mundo da maneira de Deus é, claro, uma faceta vital, se bem que negligenciada, da aplicação.

Além do mais, ao observar mestres que trabalham por meio dos textos, a igreja aprende, pelo exemplo, como lidar com a Palavra. O pastor jamais deverá procurar tratar as Escrituras diante dos ouvintes de modo que eles se maravilhem da sua engenhosidade e da sua capacidade de encontrar coisas que ninguém mais imaginaria. Devem, pelo contrário, transmitir a confiança de que a Escritura é acessível aos diligentes. Os pastores devem aos poucos edificar o conhecimento bíblico quando pregam os livros da Bíblia. Quando o cristão lê textos sobre os quais já ouviu habilidoso ensinamento, ele deverá se lembrar dos pontos salientes ouvidos em lições de anos atrás.[10]

No nível prático, os professores economizam tempo quando trabalham num mesmo livro. Economizam horas na escolha do tópico seguinte. Podem planejar mensagens com semanas de antecedência, juntando material relevante de suas leituras, marcando a relevância do assunto para a igreja e a sociedade, e acumulando ilustrações. Podem pesquisar profundamente questões de pano de fundo e gozar dos frutos durante meses. Podem se acostumar à sintaxe e ao vocabulário do texto original. Portanto, mesmo que os líderes falem topicamente e, às vezes, tenham de confiar em comentários, deverão lembrar os benefícios de trabalhar ao longo de um livro todo.

Princípios gerais para encontrar um texto

Não existe uma fórmula para determinar o comprimento certo de um texto. O ideal mais simples é *escolher uma passagem que destaca um ponto principal ou conta uma história.* Um texto certo possui uma mensagem distinta e unificada. Ele contém todo o pensamento do autor sobre um ponto,

10. Para mais, ver Broadus, *Preparation and Delivery of Sermons*, pp.12-23, e Robert Dabney, *Sacred Rhetoric* (1870; reedição Carlisle, PA: Banner of Truth Trust, 1979), pp.81-89.

conforme expresso num lugar.[11] O texto pode ser autocontido ou destacar relacionamentos complexos com outras partes do livro em que se encontra. Ele pode ou não ter subpontos e interesses laterais. Porém, um texto bem escolhido e uma lição bem elaborada fazem um ponto principal.

Se um texto unificado for rico demais para uma mensagem, não o corte no meio, mas procure outras opções: (1) limite-se à questão principal do texto; (2) pregue sobre o mesmo texto por duas semanas consecutivas. Apresente uma visão geral numa semana, e volte a questões específicas na semana seguinte; (3) trate os temas laterais mais tarde. A maioria dos livros possui temas recorrentes, tanto importantes quanto de menor importância, e pode haver uma ocasião melhor para tratar o que agora tem de ser deixado de lado.

O objetivo, portanto, é encontrar um texto que tenha um propósito definido bem desenvolvido ou conte uma história completa. Como achar um texto com um propósito definido?

1. *Textos que são completos têm um propósito proeminente e coerente.* Sentenças únicas geralmente são curtas demais para transmitir um propósito completo. Elas precisam do material circundante para dar contexto e elaboração e criar um conceito completo.[12] Um capítulo poderá apresentar tantas idéias que fica difícil a coerência. Em geral, um texto do tamanho certo terá de um a cinco parágrafos. Um parágrafo é um conjunto de sentenças marcado pela coerência e por um conceito proeminente.[13] A coerência significa que todas as sentenças tratam de um propósito ou de uma ação principal. Um conceito proeminente significa que uma idéia é enfatizada, de modo que as demais obtenham unidade ao preparar, explicar ou desenvolver essa idéia principal. O objetivo, portanto, é localizar um ou mais parágrafos nos quais uma idéia tenha proeminência, e subpontos que a desenvolvam de modo coerente.

2. *Textos unificados têm vocabulário distinto.* Muitas vezes, uma terminologia especial assinala uma unidade de texto. A continuidade e a

11. John Beekman e John Callow, *Translating the Word of God* (Grand Rapids: Zondervan, 1974), pp.279,280; Dabney, *Sacred Rhetoric*, p.101.
12. Ver John Lyons, *Introduction to Theoretical Linguistics* (Cambridge: Cambridge University Press, 1968), pp.412-423.
13. Peter Cotterell e Max Turner, *Linguistics and Biblical Interpretation* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1989), pp.193-195.

mudança de vocabulário podem ser óbvias ou sutis. O assunto de Marcos 7 é obviamente "tradição", porque o termo aparece cinco vezes nos versículos de 1-13. Essa passagem termina, portanto, em 7.13? Não, porque o vocabulário especial relativo às coisas puras e impuras começa em 7.2 e continua até 7.23, depois do qual desaparece. Assim, em Marcos 7, o vocabulário por si só revela os limites do texto.[14] Em 1 Coríntios, de 1.17 a 2.13, Paulo repete o termo "sabedoria" 16 vezes; então, o termo desaparece, mostrando que sabedoria é o tema de 1.17 a 2.13.

Lucas 8 apresenta um caso mais sutil. A parábola do semeador, com a sua explicação, parece abranger 8.1-15, seguido pelo novo tópico da lâmpada sobre o veleiro em 8.16-18. Porém, sob um escrutínio mais estrito, o vocabulário de 8.1-15 continua em 8.16-18. Ambas as seções incluem as imagens de ver (8.10,16), ouvir (8.15,18) e retirar (8.12,18). O vocabulário também sugere que Lucas vê a visita da família de Jesus em 8.19-21, como parte do mesmo assunto. Quando alguém diz a Jesus que a sua mãe e os seus irmãos estão lá fora, ele responde que a sua mãe e os seus irmãos são os que ouvem a Palavra de Deus e a praticam. A frase "ouve a palavra" é também a última cláusula da explicação sobre o semeador (8.15). As traduções velam outro paralelo entre o semeador e a visita da família. O verbo para "produzir fruto" na parábola do semeador (8.8) e o verbo para "praticar" no relato da visita da família (8.21) traduzem, ambos, o verbo grego *poiço*. Toda essa linguagem precisa desaparece em 8.22, onde começa a tempestade no mar. O uso repetido de palavras-chave mostra que Lucas 8.1-21 tem um tema: respostas à Palavra de Deus.

3. *Textos unificados repetem frases ou idéias-chave.* Genesis 1 repete a frase: "Houve tarde e manhã, o ____ dia". No Sermão da Montanha, a repetição de uma frase principal delineia diversas seções. A frase: "Bem-aventurados os ..." marca as bem-aventuranças (Mt 5.1-12). A frase: "ouvistes o que foi dito..." separa a parte que desenvolve o significado verdadeiro da lei (5.21-48). A frase: "e teu Pai, que vê em secreto, te recompensará" une a seção a respeito da hipocrisia (Mt 6.1-18).

Um tipo especial de repetição chamado de "inclusão" (ou *inclusio*) é o uso da mesma frase no início e no final de uma seção. A declaração:

14. Confirmando a deixa dada pelo vocabulário, Marcos 7.24 começa com o marco geográfico: "Levantando-se, partiu dali...".

"Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas convêm" abre e fecha a discussão de Paulo sobre liberdade cristã em 1 Coríntios (6.12; 10.23). Em Mateus 19.30, lemos: "Porém muitos primeiros serão últimos; e os últimos, primeiros". Segue uma parábola sobre inversão, e conclui: "Assim, os últimos serão primeiros, e os primeiros serão últimos..." (20.16). Conceitos paralelos podem também criar um *inclusio*. Por exemplo, depois de dar a lei, Moisés diz que os mandamentos são as próprias palavras de Deus (Dt 5.5,32). A parábola do rico tolo (Lc 12.13-21) começa e termina com a questão a respeito de quem receberá uma herança. A cena se abre com um homem dizendo a Jesus: "Mestre, ordena a meu irmão que reparta comigo a herança". Ela termina com Jesus perguntando, com efeito: "Louco, esta noite te pedirão a tua alma; e o que tens preparado, para quem será? Assim é o que entesoura para si mesmo e não é rico para com Deus".

4. *Uma passagem unificada encaixa-se claramente no seu contexto maior.* Toda passagem contribui com a sua seção maior. Os temas das seções e dos livros geralmente são claros; cada unidade menor deve promovê-los. Por exemplo, a necessidade de um rei por Israel é o tema de Juízes 17–21, como mostram o *inclusio* de 17.6 e de 21.25: "Naqueles dias, não havia rei em Israel; cada qual fazia o que achava mais reto". Cada texto particular dentro de Juízes 17–21 desenvolve esse tema. Assim também, Romanos 1.18–3.20 descreve a condição de pecado da raça humana. Cada sub-seção desenvolve um tópico como as formas, as origens e o significado do pecado humano. Cada texto coerente pertence a uma seção maior. Se essa conexão não for vista, o texto que está sendo considerado provavelmente não é do tamanho certo.

Lucas 9.50 e 11.23 ilustram a importância de localizar a Escritura dentro do seu contexto. Em 9.50 Jesus declara: "Quem não é contra vós é por vós"; em 11.23: "Quem não é por mim é contra mim; e quem comigo não ajunta espalha". As duas declarações negam a possibilidade de neutralidade em relação a Jesus. Porém, essas declarações parecem tomar pontos de vista opostos sobre partidos aparentemente neutros. "Quem não é contra vós é por vós" deixa implícito que os partidos neutros tomam o lado de Jesus. Mas "Quem não é por mim é contra mim" deixa implícito os que se opõem a Jesus. Como podem as duas frases ser verdade? A resposta está nas unidades maiores. Em 9.46-50, os discípulos debatiam qual

deles era o maior. Procurando preservar a posição, eles queriam que Jesus ordenasse a um homem que expelia demônios em seu nome que parasse de fazer isso. Jesus os advertiu a não suspeitarem de alguém que parecesse partilhar o ministério. "Não o impeçais, porque quem não é contra vós é por vós". Mas em Lucas 11.23 Jesus acabara de expelir um demônio e seus inimigos o acusaram de fazê-lo pelo poder de Satanás. No contexto da blasfêmia, Jesus declarou que qualquer que permanecesse calado deveria ser contado entre os inimigos: "Quem não é por mim é contra mim".

Para resumir a nossa discussão até aqui, os autores geralmente necessitam de um ou dois parágrafos para fazer e qualificar os seus argumentos de modo preciso. Assim, um parágrafo ou grupo de parágrafos tipicamente é um texto ideal. Os princípios acima valem para todo tipo de texto. Alguns princípios especializados ajudarão o pregador a determinar os limites da narrativa e do discurso. Novamente, o processo de aplicar tanto as narrativas quanto os discursos será mais fácil se o professor estiver trabalhando com um texto de tamanho certo.

Encontrar uma narrativa de tamanho certo

O texto narrativo conta uma história, tipicamente num único lugar e tempo, com um conjunto de personagens. A história termina quando a ação foi completada, quando a tensão foi aliviada, quando o protagonista alcança um objetivo, passa (ou falha) numa prova, ou faz uma escolha. Há diversos sinais de que uma nova história está começando.

1. *Novas personagens e geografia.* Quase todas as narrativas destacam pelo menos uma mudança de personagens ou uma mudança de local. Em 1 Samuel 16–30, por exemplo, Davi é constante, enquanto Samuel e Saul vêm e vão. Nos evangelhos, Jesus é constante, os discípulos, quase constantes, líderes judeus vêm e vão, e personagens menores geralmente aparecem numa só passagem.

2. *Novo tempo.* Às vezes, um livro menciona um intervalo especial de tempo ("seis dias depois"). Um episódio novo pode começar com referência à última história – "Depois disso, aconteceu...". Reis e Crônicas colocam histórias dentro do reinado de determinados reis. Os evangelhos estabelecem uma nova unidade fazendo referência a festivais judaicos. Mesmo uma expressão vaga, como "Depois disso", "Então" ou "Certo dia" podem indicar o início de um novo acontecimento.

3. *Comentários de resumo.* Narrativas longas muitas vezes terminam com um comentário que resume o que foi contado antes. Atos conclui diversos setores dessa forma. No primeiro exemplo lê-se: "Crescia a palavra de Deus, e, em Jerusalém, se multiplicava o número dos discípulos; também muitíssimos sacerdotes obedeciam à fé" (At 6.7, ver também 9.31; 12.24; 14.26-28; 19.20). Especialmente no Antigo Testamento, os resumos podem vir no início ou no meio da narrativa. A declaração: "Saul buscava-o todos os dias, porém Deus não o entregou nas suas mãos" (1Sm 23.14b), encerra 1 Samuel 21–23 (ver também 1Sm 15.33,34; 18.30; 1Rs 13.33,34; 2Rs 17.40,41). Os comentários de resumo podem destacar uma história ou uma série que deve ser estudada durante algumas semanas.

Encontrar um discurso de tamanho certo

Não há um sinal único que marque o início de um novo discurso. Procure qualquer dos seguintes indicadores de que um autor pode estar iniciando um novo tema numa epístola, palestra ou profecia.

1. *Termos de tratamento.* As novas unidades freqüentemente começam com um tratamento direto como "meus irmãos" (Tg, Gl), "amados" (1Jo), "Ó Israel" (Dt, Is, Os), ou "Filho meu" (Pv). Há centenas de outros, e nem sempre elogiosos ("Ó gálatas insensatos", "Vós vacas de Basã"). É evidente que os autores podem usar tratamentos diretos no meio de um discurso.

2. *Perguntas retóricas.* As perguntas retóricas podem encerrar seções que pedem respostas a acontecimentos. Por exemplo, Marcos 8.14-21 termina com a pergunta: "Não compreendeis ainda?". Uma pergunta assim pode iniciar novas seções, antecipando as objeções ou investigando as implicações de idéias recentes. Romanos 6.1-14, uma seção sobre santificação, começa prevendo uma objeção à justificação pela fé: "Permaneceremos no pecado para que seja a graça mais abundante?". Romanos 8.31-39 dá início a reflexões a respeito da salvação de Deus perguntando: "Que diremos, pois, à vista destas coisas? Se Deus é por nós, quem será contra nós?". A pergunta: "Está alguém entre vós sofrendo?" prepara os leitores para um discurso sobre as alegrias e os sofrimentos da vida (Tg 5.13).[15]

15. O Novo Testamento tem centenas de perguntas retóricas. Ver Beekman e Callow, *Translating the Word of God,* pp.229-248.

3. *Atos de comunicação.* Os escritores poderão insistir com os leitores que lembrem, orem, prestem atenção, atendam ao conselho ou usem os ouvidos. Eles também fazem uma pausa para indicar o que desejam realizar; aqui usam frases como "Quero que saibais" ou "Não vos enganeis", "Não quero, irmãos, que sejais ignorantes", "escrevo para que...". Os escritores às vezes rotulam seus discursos com frases como: "Rogo-vos, pois", "Urge que" e "Apelo a vós". Muitas vezes esses se encontram no cabeçalho do parágrafo.

4. *Fórmula para conclusão.* "Portanto", "Assim", "Finalmente" e "Agora, pois" são termos que podem concluir uma unidade ou lançam a próxima. Cada autor desenvolve seu próprio estilo. Por exemplo, quando o autor de Hebreus aplica uma discussão teológica, ele muitas vezes emprega a fórmula "Portanto + tal e tal é o caso + façamos X" (2.1; 4.1,14; 6.1; 10.19-25; 12.1,28).[16]

5. *Múltiplos marcadores.* Quando convergem diversos marcadores entre os que mencionamos nos parágrafos anteriores, quase certamente há uma nova unidade. "Rogo-vos, pois, irmãos" (Rm 12.1) contém uma fórmula conclusiva (pois – portanto), um ato de comunicação ("rogo-vos") e tratamento direto ("irmãos"), e de fato começa uma nova unidade em Romanos 12. Observe múltiplos marcadores de outras passagens: "Filhinhos meus, estas coisas vos escrevo para que não pequeis" (1Jo 2.1); "Meus irmãos, qual é o proveito, se alguém disser que tem fé, mas não tiver obras?" (Tg 2.14); "Porque não quero, irmãos, que ignoreis este mistério (para que não sejais presumidos em vós mesmos)" (Rm 11.25).

6. *Outros gêneros.* Seria cansativo discorrer sobre os princípios para delimitar os textos de cada gênero na Escritura, porque a habilidade de observação descobrirá a maioria do que ainda resta. Por exemplo, visões geralmente anunciam seu início ("Eu vi..."). Oráculos proféticos começam com algo parecido com "Assim diz o Senhor". A maioria dos Salmos é mais bem lida como unidades textuais. Os detalhes podem ser obtidos à medida que surgir a necessidade.

Arte e ciência

As sugestões que oferecemos ajudam o leitor a escolher bem na maioria das vezes, mas escolher um texto não é questão de fórmula. Os problemas

16. Geralmente, o grego tem uma partícula lógica (*oun, dio*), particípio causal ou concessivo, e um subjuntivo hortatório.

de física para o principiante geralmente dizem: "Presumindo-se um vácuo" ou "Ignorando-se a fricção", mas o físico profissional não tem esse luxo. O mundo verdadeiro, incluindo o mundo da interpretação, é complicado. Para nós, a maior complicação é uma unidade entretecida numa história maior que abrange diversos capítulos. Por exemplo, na narrativa da paixão de Cristo, cada evangelista liga a negação de Jesus por Pedro a outras partes da história. João liga a tríplice negação (18.15-27) com a tríplice restauração de Pedro (21.15-17), pois a preocupação de João é a misericórdia de Deus, apesar do fracasso de Pedro. Lucas liga a negação (22.54-62) com a previsão feita por Jesus e sua promessa de livramento apesar dela (22.31-34). Assim, Pedro tem de esperar pela decisão de Deus – não pela sua própria – e nós também. Marcos enfatiza a obediência solitária de Jesus. A narrativa vai do julgamento de Jesus até a negação de Pedro: Jesus está diante dos seus acusadores, nada negando, enquanto Pedro se acovarda diante de seus questionadores, negando tudo (Mc 14.53–15.5).[17]

Na técnica conhecida como intercalação, o autor entretece duas histórias mutuamente interpretativas.[18] Em Gênesis 37-45, o narrador parece interromper a história de José para relatar o pecado de Judá com Tamar. O pecado sexual de Judá e liderança que serve a si mesmo (Gn 38) tornam mais marcantes a pureza de José (cap. 39) e o seu uso virtuoso do poder (cap. 45). Em Marcos 5.21-43, o relato da mulher com fluxo de sangue parece interromper a história da ressurreição da filha de Jairo. A cura da mulher dá esperança para um milagre ainda maior, a ressurreição da menina morta. Em cada caso, temos de ler as duas histórias juntas, porque elas são mutuamente interpretativas.

Conquanto a escolha de textos não seja o nariz-de-cera da exegese, muitos capítulos poderiam ser divididos plausivelmente de diversos modos. Pode-se tomar Romanos 12.1–13.7 como uma unidade a respeito das relações sociais do cristão. Ou pode-se estudar 12.1,2 como uma proposta inicial à vida cristã, e depois 12.3-8 como conselhos para o crente dentro da sociedade cristã, 12.9-16 como conselhos para o crente sobre como lidar com outros cristãos como indivíduos, 12.17-21 como princípios para relações com indivíduos não-cristãos, e 13.1-7 para relações com a sociedade não-cristã.

17. Raymond Brown, *The Death of the Messiah* (Nova York: Doubleday, 1994), 1:587-626.
18. A intercalação ocorre várias vezes nos evangelhos, incluindo oito em Marcos. Ver Robert Fowler, *Let the Reader Understand* (Minneapolis: Augsburg-Fortress, 1991), pp.142-147.

Resumo

Nem sempre podemos confiar nas divisões dos textos conforme nos são dadas pelos capítulos e versículos, comentários ou lecionários. Textos curtos, tão facilmente tirados do contexto, estimulam aplicações subjetivas e moralistas. Textos longos tentam fazer demais. Sugerimos meios de estabelecer unidades de texto que contem as histórias completas e apresentem idéias completas. A escolha do texto continua sendo tanto uma arte como uma ciência, pois muitos textos podem ser divididos de diversos modos. Mesmo assim, as escolhas sábias levam a uma interpretação precisa e a uma aplicação variada.

"Um grande livro. Não há muitos livros publicados que lidem de maneira tão cuidadosa e criativa com a teoria e a prática da aplicação das Escrituras para o mundo de hoje. A obra do Dr. Doriani é ampla em seu escopo, escrita de modo atraente, abertamente inclusiva e recheada de *insights* úteis. Nenhum pregador expositivo sério vai querer ficar sem essa obra."

D. A. Carson

"*Insights* significativos e estimulantes do uso das Escrituras. Doriani coloca um excelente fundamento para uma nova 'ciência da aplicação' ou 'hermenêutica aplicada'. O livro é envolvente, antecipa conceitos e trabalha com eles de modo efetivo."

John M. Frame

"Como pregador admirável e estudioso brilhante que é, Doriani, de maneira hábil e prática, ajuda a preencher o vazio em nosso entendimento de como nos mover da interpretação bíblica para a aplicação na vida real."

Bryan Chapell

Daniel M. Doriani (M.Div., Ph.D., Westminster Theological Seminary; S.T.M., Yale Divinity School) é deão da faculdade e professor de Novo Testamento no Covenant Theological Seminary. Também é autor de *O homem segundo o coração de Deus*, desta editora.

EDITORA CULTURA CRISTÃ
www.cep.org.br

Vida cristã/Devocional